

GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 44 n. 3

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

REVISTA ESTUDOS LINGUÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Rua Sérgio Buarque de Hollanda, 571
CEP 13083-859 – Cidade Universitária
Barão Geraldo – Campinas – SP
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>
estudoslinguisticos@gel.org.br

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant´Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Oto Araujo Vale
Vandersi S. Ana Castro
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Marcelo Módolo

Revisão e normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Camila Maria Camargo de Oliveira
Walter T. Sano

Revisão de língua estrangeira

Maria Isabel Rodríguez Pacheco (espanhol)
Maria de Fátima de Almeida Baia (inglês)
Eleonora Lamas Ribeiro Nicastro (francês)
Walter T. Sano (inglês)

Diagramação

Selma Consoli – MTb 28.839

Conselho Editorial

Aladir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Ilivovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bosco Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cançado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.
Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.
Quadrimestral
ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos
Linguísticos do Estado de São Paulo.

Reconhecimento

O presente volume da Revista *Estudos Linguísticos* contou com a colaboração dos pareceristas abaixo listados. Alguns são membros do Conselho Editorial e os demais atuaram como pareceristas *ad hoc*. A Comissão Editorial agradece o empenho de todos no sentido de tornar melhor nossa publicação.

Adail Ubirajara Sobral, Adriana Zavaglia, Adriane Teresinha Sartori, Alcides Cardoso dos Santos, Aldir Santos de Paula, Alessandra Del Re, Alvaro Luiz Hattner, Ana Maria Costa de Araujo Lima, Angel H. Corbera Mori, Anna Flora Brunelli, Antonio Carlos Silva de Carvalho, Aparecida Negri Isquerdo, Ariani Di Felippo, Ataliba Teixeira de Castilho, Augusto Buchweitz, Beatriz Protti Christino, Carla Alexandra Ferreira, Carlos Alexandre V. Gonçalves, Carlos Piovezani, Carmi Ferraz Santos, Carola Rapp, Cilaine Alves Cunha, Cláudia Maria Xatara, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Claudia Zavaglia, Claudio Aquati, Cláudia Regina Brescancini, Cleudemar Alves Fernandes, Cloris Porto Torquato, Cristiane Carneiro Capristano, Cristina dos Santos Carvalho, Cristine Gorski Severo, Dilson Ferreira da Cruz Júnior, Dirceu Cleber Conde, Eduardo Penhavel, Edvaldo A. Bergamo, Edvania Gomes da Silva, Edwiges Maria Morato, Elaine Cristina Cintra, Elaine Cristina de Oliveira, Elias Alves de Andrade, Elizabeth Harkot-De-La-Taille, Elzimar Goettenauer de Marins Costa, Emerson de Pietri, Erica Lima, Erica Reviglio Iliovitz, Erotilde Goreti Pezatti, Ester Mirian Scarpa, Fabiana Cristina Komesu, Fabio Akcelrud Durão, Fábio César Montanheiro, Fernanda Correa Silveira Galli, Flaviane Romani Fernandes Svartman, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Francisco Alves Filho, Frantome Bezerra Pacheco, Giovana Ferreira Gonçalves, Gisela Collischonn, Gisele Cássia de Sousa, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Gladis Massini-Cagliari, Gláucia Vieira Cândido, Graziela Zanin Kronka, Isadora Valencise Gregolin, Ivã Carlos Lopes, João Bôsko Cabral dos Santos, José Borges Neto, José Sueli de Magalhães, Juliano Desiderato Antonio, Júlio César Rosa de Araújo, Larissa Cristina Berti, Lauro José Siqueira Baldini, Lilian Cristine Scherer, Lígia Negri, Lucia Rottava, Luciana Pereira da Silva, Luciana Salazar Salgado, Luciane Correa Ferreira, Luciani Ester Tenani, Luiz Carlos Cagliari, Luiz Carlos da Silva Schwindt, Luzia Aparecida Oliva dos Santos, Luzmara Curcino Ferreira, Marcello Modesto dos Santos, Marcelo Módolo, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Célia Cortez Passetti, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria da Conceição Fonseca-Silva, Maria Eduarda Giering, Maria Ester Vieira de Sousa, Maria José Bocorny Finatto, Maria José Cardoso Lemos, Maria Margarida Martins Salomão, Mariângela de Araújo, Marília Blundi Onofre, Mario Luiz Frungillo, Marisa Corrêa Silva, Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, Mauricio Mendonça Cardozo, Mayumi Denise Senoi Ilari, Márcia Maria Cançado Lima, Monica Filomena Caron, Mônica Veloso Borges, Nelson Viana, Norma Discini, Pedro Luis Navarro Barbosa, Raquel Meister Ko Freitag, Raquel Salek Fiad, Renata Coelho Marchezan, Roberta Pires de Oliveira, Roberto Gomes Camacho, Roberto Leiser Baronas, Ronald Taveira da Cruz, Ronaldo Teixeira Martins, Rosana do Carmo Novaes Pinto, Rosana Mara Koerner, Rosane de Andrade Berlinck, Rosane Rocha Pessoa, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sandra Denise Gasparini Bastos, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sebastião Elias Milani, Sheila Elias de Oliveira, Simone Azevedo Floripi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Soraya Maria Romano Pacífico, Sônia Bastos Borba Costa, Taísa

Peres de Oliveira, Tony Berber Sardinha, Valéria Faria Cardoso, Vanice Maria Oliveira Sargentini, Vânia Cristina Casseb Galvão, Vânia Maria Lescano Guerra, Wilmar da Rocha D'Angelis, Wilton José Marques.

SUMÁRIO

Reconhecimento	911
Apresentação	917
<i>Marcelo Módolo</i>	
ANÁLISE DO DISCURSO	
O “verdadeiro” futebol brasileiro: estereótipo e discurso	918
<i>Ana Carolina Vilela-Ardenghi</i>	
Piada de brasileiro: para além da representação regional	928
<i>Ana Cristina Carmelino</i>	
Norma jurídica e (in)completude: a constituição de sentidos de “violência doméstica e familiar contra a mulher” na Lei Maria da Penha	942
<i>Ana Paula Peron</i>	
Um percurso do enunciado “Toca Raul”	951
<i>Bruno de Sousa Figueira</i>	
Memória de brincadeira: o dito e o não dito nas brincadeiras de escola	962
<i>Cidarley Grecco Fernandes Coelho</i>	
Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus	972
<i>Cristiane Dias</i>	
Salvando o Brasil: uma análise discursiva de campanhas evangelísticas da JMN	981
<i>Daiane Rodrigues de Oliveira Bitencourt</i>	
A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância	991
<i>Dantielli Assumpção Garcia</i>	
<i>Lucília Maria Abrahão e Sousa</i>	
Estereótipos, religião e humor	1009
<i>Edvania Gomes da Silva</i>	
O discurso da homogeneidade da língua atravessado por discursos outros	1019
<i>Elizete Beatriz Azambuja</i>	

De gol em gol, com direito a "replay": o corpo na Copa para uma análise discursiva.....	1031
<i>Elizete de Souza Bernardes</i>	
Revista <i>Estilo</i> – a "transmídiação" discursiva da ideia de estilo, da agência bancária para a plataforma <i>on-line</i>	1042
<i>Érika de Moraes</i>	
O sujeito capitalista e o corpo transformado.....	1053
<i>Guilherme Carozza</i>	
<i>Fábio Henrique de Oliveira Lambert</i>	
Uma abordagem para o estudo da relação entre as noções de gêneros e tipos do discurso	1064
<i>Gustavo Ximenes Cunha</i>	
Considerações sobre o funcionamento da fórmula discursiva "cultura de paz" no mercado editorial brasileiro	1075
<i>Helena Maria Boschi da Silva</i>	
Considerações sobre a constituição de corpus em Análise do Discurso.....	1087
<i>Jauranice Rodrigues Cavalcanti</i>	
A suave voz do sexo: uma análise dos discursos sobre a sexualidade no jornal feminista <i>Mulherio</i> e na grande mídia.....	1097
<i>Juliane de Araujo Gonzaga</i>	
<i>Vanice Sargentini</i>	
O dedo do Lula e a derrisão	1110
<i>Lígia Mara Boin Menossi de Araujo</i>	
Banco do Brasil, ou melhor, do mundo: a metáfora da modernidade no discurso da propaganda dos anos 1970	1121
<i>Luciana Fracasse</i>	
A fronteira e as línguas atravessadas nos relatos de viagens	1136
<i>Marilene Aparecida Lemos</i>	
Memória e tecnologia: efeitos de sentido no ensino de língua na escola	1145
<i>Maristela Cury Sarian</i>	
Peculiaridades do exercício da <i>função autor</i> : uma análise discursiva de "mensagens compartilhadas" no <i>Facebook</i>	1155
<i>Pâmela da Silva Rosin</i>	
O sintoma em suas dimensões singular e social	1168
<i>Paula Chiaretti</i>	

Invasão ou passeio? A representação da “nova classe média”
brasileira no discurso noticioso do jornal *Folha de S. Paulo*..... 1178
Paula de Souza Gonçalves Morasco

O discurso literário e a construção da lenda J. K. Rowling..... 1194
Pollyanna Zati Ferreira

A Política da Ressocialização no discurso sobre o adolescente
em conflito com a lei..... 1206
Raquel Ribeiro Moreira

O tema de redação do Enem: como des-ligar os sentidos? 1216
Stella Maris Rodrigues Simões

Que língua é essa, a do sujeito imigrante italiano?
Viviane Teresinha Biacchi Brust

LÍNGUA E LITERATURA CLÁSSICA

A analogia em Vitruvius, Sêneca e Quintiliano 1237
Antonio Carlos Silva de Carvalho

LINGUÍSTICATEXTUAL

Referenciação e multimodalidade: a construção de objeto-de-
-discurso na articulação entre verbal e não verbal..... 1247
Natalia Santos Ciceri de Oliveira

Diga-me com quem andas: cadeias de referenciação como
procedimento de análise do letramento do aluno de periferia..... 1262
Silvia Adélia Henrique Guimarães

Referenciando semioses não verbais: breves reflexões 1276
Thaís Ludmila da Silva Ranieri

LITERATURA BRASILEIRA

As multimodalidades da literatura nerd brasileira: consolidando
uma identidade cultural 1287
Arnaldo Pinheiro Mont’Alvão Júnior

Um útero é do tamanho de um punho, ou sobre as interdições
do feminino 1303
Gisele Novaes Frighetto

A paisagem, o ontem e o hoje na crônica de Drummond 1318
Regina Célia dos Santos Alves

LITERATURA ESTRANGEIRA

- Língua e construção da identidade nacional em estórias de Boaventura Cardoso e de Mia Couto 1332
Everton Fernando Micheletti

RETÓRICA E ESTILÍSTICA

- Metáforas e analogias: a construção da argumentação nas redações mais bem avaliadas da Fuvest 2013..... 1346
Aline Pereira de Souza

- A construção do *ethos* como estratégia argumentativa no artigo de opinião jornalístico 1306
Ana Cláudia Ferreira da Silveira

- Uma mulher à beira de um ataque de nervos: artifícios retóricos na construção de um tipo risível..... 1371
Luana Ferraz

- A intertextualidade como argumento de autoridade: o caso da carta-testamento de Getúlio Vargas 1386
Maria Flávia Figueiredo

SEMIÓTICA

- Acontecimento, paixões e formas de vida em "O zelador", de Menalton Braff 1395
Flavia Karla Ribeiro Santos, Vera Lucia Rodella Abriata

- Semiótica ou Estética: considerações sobre a epistemologia das Letras 1409
Matheus de Brito

Apresentação do vol. 44 (2015)

A presente edição da Revista Estudos Linguísticos consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos. Para o presente volume, foram submetidos 156 artigos, dos quais 101 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 62º Seminário do GEL (2014), realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Além disso, são publicados oito artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 109 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”. A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas tem sido publicada, nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível. Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Marcelo Módolo
Presidente da Comissão Editorial

O “verdadeiro” futebol brasileiro: estereótipo e discurso

(The “true” Brazilian soccer: stereotype and discourse)

Ana Carolina Vilela-Ardenghi¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Ponta Porã (UFMS/CPPP)

vilela.ardenghi@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze a matter that we could say is related to identity debates: that which is generally referred to as “brasilidade” (“brazilianness” or “brazility”). This theme occurs in many different fields (music, gastronomy, football, literature, to mention only a few) and contributes to consolidate a “true” Brazil. For this paper, we have selected the discursive field of soccer and have analyzed the way(s) the discourses referring to a “true Brazilian football” are constructed. To describe the discourses that, in general, are meant to consolidate an identity for the Brazilian soccer. The goal here is to show how this identity is articulated, from a series of characteristics, to a group of traces that are, theoretically, “typically” Brazilian. The analyses indicate a close relation to a certain stereotype of Brazil.

Keywords: “brasilidade”; “true” Brazilian football; national identity; stereotype.

Resumo: O artigo que ora apresentamos tem por objetivo analisar uma questão que se poderia dizer relacionada às discussões identitárias: aquilo a que se chama genericamente de “brasilidade”. Esse tema se manifesta nos mais variados campos (música, gastronomia, futebol, literatura, para ficar em poucos) e coloca em cena um “verdadeiro” Brasil. Para este trabalho, recortamos o campo do futebol e procuramos analisar o(s) modo(s) de atualização do que seria considerado como manifestação do “verdadeiro futebol brasileiro”. Trata-se, na verdade, de descrever os discursos que buscam em geral a afirmação de uma suposta identidade para o futebol brasileiro. O objetivo aqui é mostrar como essa identidade articula-se, a partir de uma gama de características, a um conjunto de traços que são, em tese, “tipicamente” nacionais. As análises indicam uma estreita relação com um certo estereótipo de Brasil.

Palavras-chave: brasilidade; “verdadeiro” futebol brasileiro; identidade nacional; estereótipo.

Primeiras considerações

Há bastante tempo – pelo menos desde Machado de Assis¹ – a pergunta “que país é este?” ecoa no cenário nacional. Frequentemente cercada por uma boa dose de crítica política, ela é lembrada aqui na medida em que coloca em cena uma questão que há algum tempo “incomoda”: a de uma identidade nacional. Os debates em torno dela – e não ela propriamente – são terreno profícuo para a circulação de discursos que contribuem para a construção de um imaginário a respeito de um “verdadeiro” Brasil, o que, por seu turno, situa este trabalho no terreno de estudo de estereótipos, uma vez que é possível defini-los, na esteira de Lippmann, como “representações cristalizadas, esquemas culturais preexistentes através dos quais cada um filtra a realidade a seu redor” (LIPPMANN, 2008 [1922]² apud AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 31-32).

¹ Talvez a mais célebre forma de circulação de “que país é esse?” seja a partir da letra da música de Renato Russo, mas, como mostram Sant’Anna e Malard, José de Alencar e Machado de Assis já haviam, muito tempo antes, lançado a questão. Longe de buscarmos refazer o trajeto ou descobrir a paternidade da formulação, o objetivo aqui é apenas o de suscitar a reflexão que guiará os rumos deste artigo.

² LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008 [1922].

Com base no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso (doravante AD), não é objetivo dar uma resposta definitiva à pergunta que parece não querer calar, mas, antes, dar a ver o funcionamento de alguns discursos que se apoiam sobre um certo estereótipo do nacional. Em outras palavras, o objetivo aqui é mostrar de que modo um certo estereótipo de Brasil é atualizado, mobilizado, por discursos que tratam de um “verdadeiro futebol brasileiro”.

Para tanto, retomaremos, em primeiro lugar, dois aspectos bastante associados a esse imaginário nacional, a saber: a referência a uma tropicalidade, de um lado, e a miscigenação que formou o povo brasileiro, de outro.

Mas, afinal, que país é esse?

Um “país tropical”

Falar em Brasil implica retomar uma série de representações, como, por exemplo, a de um *país tropical, terra abençoada por Deus, um paraíso*. Estamos, nesse caso, diante de uma imagem que se cristalizou e que circula nos mais diversos campos: da música à moda, passando pela gastronomia, literatura e, claro, pelo futebol. Ainda que brevemente, as linhas que seguem tentarão dar conta dessa “dispersão”.

Segundo mostram os estudos de Holanda (2010 [1959]), a cristalização em tela tem sua origem no período dos descobrimentos, quando os navegadores buscavam – mais que encontrar um “Novo Mundo” – encontrar o próprio paraíso terreal. É assim, como mostra Holanda, que os relatos daqueles que aqui estiveram naquele período devem ser lidos: como tentativas de aproximação com elementos que pudessem remetê-los, de alguma forma, ao Éden bíblico – um “mapa do tesouro”, se assim quisermos.

Nesse contexto, a “visão do paraíso” é mais que uma metáfora, é, antes, “uma espécie de ideia fixa” (HOLANDA, 2010 [1959], p. 52) dos descobridores. No caso brasileiro, o motivo edênico estende-se para além dos relatos dos navegadores de outra: a imagem de um “verdadeiro” paraíso terreal é fonte de constantes atualizações e é, por essa razão, denominada de *mito fundador* por Chauí (2006, p. 9) – i.e. “aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Esse mito é fundamental para a compreensão dos discursos acerca de uma identidade nacional.

De volta aos estudos de Holanda (2010 [1959]), no período do descobrimento, três são, segundo o autor, os *topoi* recorrentes nas descrições dos exploradores, a saber: i) a perene primavera e temperança dos ares; ii) a longevidade dos seus nativos; iii) a ausência de pestilências e enfermidades. Esses *topoi* encontram-se altamente imbricados, já que a falta de doenças e a conseqüente vida longa dos índios eram, em boa medida, atribuídas ao caráter ameno do clima das novas terras. Desses *topoi*, especialmente um deles é ainda hoje bastante produtivo e por isso nos deteremos mais a ele: o clima tropical – responsável pelo florescimento de uma paisagem “exuberante”.

A natureza exuberante é um tema constante de retomada do mito. Na moda, por exemplo, as representações do Brasil recorrem – quase invariavelmente – a ela:

[...] a **natureza exuberante**, quase arrebatadora, que germina e impregna-se por toda parte, é uma sedutora representação do Brasil em nossa moda de vestir, assim como é metáfora do país fora de suas fronteiras. **Fauna e flora** inspiram diretamente motivos figurativos em nossas **estampas e padronagens**. Ao mesmo tempo, a natureza percebida como molde para um caráter nacional brasileiro (ou como sua segunda natureza), serve de linha mestra para coser nossa moda. (LEITÃO, 2007, p. 130; grifos nossos)

Para além das estampas figurativas, a moda também “traduz” essa “exuberância natural” por meio de outros traços, como as cores, as formas. A esse respeito, Burle Marx esclarece:

- (01) E a planta é, para um paisagista, não apenas uma planta – rara, incomum, ordinária ou condenada a desaparecer – mas é também **uma cor, uma forma, um volume ou um arabesco em si**.³ (grifos nossos)

Essa “tradução” dá-se a ver também em outros lugares: na arquitetura e na gastronomia, para ficar em poucos exemplos. E mesmo quando a natureza não é propriamente a representação do Brasil, ela é retomada como origem inspiracional e criativa dos artistas – algo bastante relacionado ao “caráter” nacional(ista). As declarações abaixo são todas exemplares dessa relação entre natureza e criação artística:

- (02) Muitas pessoas nem sabem que sou brasileira. Mas sei que se fosse sueca minhas roupas nunca teriam esse **colorido**, esse **bordado**, esse tempero.⁴ (Isabela Capeto, estilista; grifos nossos).
- (03) Uma pessoa que cresceu na Amazônia, com aquelas árvores gigantes, não tem como não ser **over**.⁵ (André Lima, estilista; grifos nossos)

A imagem de uma paisagem típica nacional (“patrimônio visual”) é apontada como responsável por características da moda brasileira. Esses elementos naturais são mencionados diversas vezes pelos estilistas nacionais como aquilo que influencia o trabalho deles: do “colorido” das paisagens para o colorido nas roupas; da “exuberância” para o “exagero” (*over*) nas peças e nas estampas.

Também o aspecto climático é considerado um fator de influência para a formação do caráter nacional:

- (04) Eu acredito muito na questão do entorno, como eu sempre falo. **O calor que atinge a gente por oito meses nesse país, isso nos faz diferentes dos europeus**. Só isso já é um ponto, independente se a gente vai por periquito, papagaio... essa diferença já está embutida no nosso DNA.⁶ (Walter Rodrigues, estilista; grifos nossos)

³ A rede de lojas norte-americana Macy’s lançou em março de 2012 uma campanha com estilistas diversos a homenagear o Brasil em suas criações. O segundo volume de uma série de três catálogos apresenta esta citação atribuída a Burle Marx e que nós traduzimos. No original: “And the plant is, to a landscape artist, not only a plant – rare, unusual, ordinary or doomed to disappearance – but it is also a color, a shape, a volume or an arabesque in itself” (Disponível em: <http://www1.macys.com/campaign/social?campaign_id=315&channel_id=1&cm_sp=brasil-_n-_n>. Acesso em: 28 maio 2012).

⁴ In: MOHERDAUI, Bel. Alegres trópicos. *Veja*, n. 1980, p. 130, 1º nov. 2006.

⁵ In: MOHERDAUI, Bel. Alegres trópicos. *Veja*, n. 1980, p. 130, 1º nov. 2006.

⁶ HISTÓRIA da moda no Brasil. Direção: João Braga, Luís André do Prado, Tatiana Lohmann. 2012. Documentário.

Embora o excerto acima, do estilista Walter Rodrigues, esteja relacionado a uma questão de moda, chama a atenção a associação entre isso e uma “genética” do brasileiro. Além disso, o clima *genuinamente* brasileiro é apontado como algo que nos distingue dos europeus. O clima “típico” do Brasil é o quente e, portanto, a estação que melhor o representa é o verão.

Tal relação também está presente em outros campos. Exemplo disso é o comentário esportivo a seguir, que estabelece uma comparação dos modos de jogo das seleções sob o comando de Dunga, primeiramente, e, depois, de Mano Menezes com o clima do país:

- (05) nos últimos quatro anos, o futebol do Brasil esteve como o tempo em São Paulo essa semana: **frio, cinzento**. Mas depois do jogo contra os Estados Unidos, o primeiro da **era Mano Menezes**, tem muito torcedor achando que **o inverno da seleção chegou ao fim**⁷ (grifos nossos).

O clima prontamente associado ao Brasil – o “país tropical” – é o quente. Trata-se, como apontado mais acima, de um dos traços da aludida cristalização. O futebol apresentado durante o período em que Dunga foi técnico da seleção brasileira pela primeira vez foi considerado, na reportagem da que o excerto acima foi extraído, de um futebol pragmático ou de resultado, oposto ao chamado “futebol arte”. Assim, a comparação acima coloca, de um lado, o clima frio e cinzento do inverno e o futebol de resultado e, de outro lado, o verão e o “futebol arte”. Se o “verdadeiro” Brasil é aquele do calor, não haveria porque jogar um futebol “frio”.

A questão climática é, pois, um traço fortemente associado a certo estereótipo do nacional e, como ela, também a miscigenação tem particular importância nesse cenário. O clima é associado à exuberância das paisagens, por sua vez associada à riqueza das cores; e da “exuberância de cores” da “paisagem nacional típica” para a miscigenação racial – que formou “o” brasileiro – a passagem é quase direta como se verá a seguir.

Uma “nação miscigenada”

É comum encontrar referências ao povo brasileiro todas as vezes que se fala em Brasil, i.e. esse seria um dos traços que caracterizam o país. Tanto assim que o então presidente da Embratur, Flávio Dino, ao divulgar os resultados de uma pesquisa do instituto a respeito do perfil dos turistas estrangeiros no Brasil, assim se pronunciou:

- (06) Pessoas simpáticas: de fato, essa é a marca do Brasil no mundo [...]. Outro ponto forte é que é um país lindo, um país que tem praias [...], que tem belezas naturais, que tem a Amazônia como uma referência.⁸

Os exemplos apresentados na sequência reforçam, por um lado, a importância desse traço para uma imagem (estereotipada) do Brasil e, por outro lado, colocam em cena referências à formação do povo brasileiro como uma nação miscigenada. O primei-

⁷ BRASILEIROS aprovam futebol bonito da seleção de Mano Menezes. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/08/brasileiros-aprovam-futebol-bonito-da-selecao-de-mano-menezes.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

⁸ Flávio Dino, presidente da Embratur, sobre pesquisa realizada durante a Rio +20 em torno da imagem do estrangeiro acerca do Brasil.

ro desses exemplos, extraído do campo gastronômico, reúne diversos elementos a um só tempo e os transpõe para o aspecto racial:

- (07) A mesa do brasileiro é uma obra de arte: uma gastronomia ao mesmo tempo simples e exótica. Uma explosão de **cores, sabores, história e temperos**, no temperamento de uma **nação miscigenada**. Se da mistura de origens resultou um país de rica cultura, essa riqueza estendeu-se também à mesa, como uma toalha feita por rendeira, tecida com receitas tradicionais adicionadas à nossa característica primeira: a criatividade.⁹ (Grifos nossos)

Também Cassiano Ricardo já havia feito essa passagem – de forma até mais sucinta, vale dizer – do “escândalo” de cores da natureza – do céu aos animais – o autor faz um paralelo com mistura de raças que formam o povo brasileiro, “**todas as cores raciais na paisagem humana**”. Da paisagem ao povo e daí ao futebol: em comentário explicativo de Rob Porto durante a transmissão da abertura da Copa de 2014, pelo canal pago Sportv, é possível notar a transposição, já que, segundo ele,

- (08) A abertura será marcada por atos que procuram exaltar aspectos típicos brasileiros, a exuberância das paisagens, a exuberância do povo e a exuberância do futebol.

Se olharmos para elementos não verbais, também é possível encontrar a referência a essa ideia de uma nação formada pela miscigenação. A “brasilidade” na moda manifesta-se também nesse aspecto – a figura da mulher brasileira “típica” é a morena, bronzeada e cheia de curvas; no futebol, por sua vez, o jogador genuinamente nacional é o mestiço, o mulato. A miscigenação é apontada como responsável por uma espécie de “redenção” nacional: fruto de um passado não muito glorioso (escravidão), ela é alçada a um patamar “nobre”, de formação de características “típicas” do homem brasileiro. Wisnik (2008, p. 414-415), nesse sentido, traduz o que chama de “uma inacabada teoria da mulatice” de Freyre:

Trata-se de apostar na transmutação do povo mestiço desqualificado pelo determinismo científico novecentista, de convertê-lo teoricamente a seu próprio potencial, de transformá-lo, paradoxalmente, no que ele é, de potencializar o *fármakon* e extrair dos venenos da colonização escravista o remédio da civilização original nos trópicos.

A miscigenação é frequentemente apontada como a responsável pela introdução do samba, da capoeira e mesmo da malandragem ao DNA do brasileiro. É responsável também pelo componente “alegre” comumente atribuído ao brasileiro, na medida em que essa alegria não é tida como característica europeia.

Os discursos acerca de uma (suposta?) brasilidade costumam condensar esses traços “característicos” do país e o excerto abaixo, extraído de um texto cujo título é justamente *Brasilidade à flor da pele*, serve ainda como um bom exemplo:

- (09) Um país de **cores, formas, contrastes, texturas, diversidade**. Um **povo alegre, multicultural, criativo**. Misturando todas essas características chega-se à Brasilidade (ou brasileirismo, como queira) que nada mais é do que a bossa, o estilo e o jeitinho inconfundível. (Disponível em: <<http://www.abup.com.br/brasilidade-a-flor-da-pele/>>. Acesso em: 15 fev. 2014; grifos nossos).

⁹ FERNANDES, C. *Viagem gastronômica através do Brasil*. São Paulo: Editora Senac; Estúdio Sonia Robatto, 2012.

A “exuberância das paisagens” – um pré-construído, conforme demonstrado alhures (VILELA-ARDENGHI, 2014) – é, como vimos até aqui, transposta para uma exuberância do povo e, num mesmo movimento, para a exuberância do futebol. É essa relação que iremos explorar a seguir, a partir de alguns recortes de textos que tratam daquilo que seria o “verdadeiro” futebol brasileiro. Para tanto, será preciso resgatar alguns acontecimentos marcantes para nosso futebol.

Futebol arte: o Brasil que joga bonito

Copa do Mundo de 1982, Espanha. A seleção brasileira comandada por Telê Santana era composta por jogadores como Falcão, Zico, Júnior, Toninho Cerezo e Sócrates. Franca favorita à conquista do mundial, ela era tida como a que apresentava o futebol mais “bonito” e “vistoso”. Até a sua eliminação – no jogo contra a Itália, na segunda fase – o Brasil era a única equipe com aproveitamento de 100%. A “tragédia do Sarriá”, como ficou conhecido o episódio da eliminação brasileira, é apontado como um marco na história do país por diversos comentaristas e estudiosos do futebol. Esse marco, nas palavras de Fernando Calazans, jornalista, é “um marco nocivo na história do futebol”. Continua ele:

- (10) O melhor time daquela época, o time do Brasil – esse do Zico, do Falcão, do Júnior, do Sócrates, do Leandro, treinado pelo Telê Santana – [...] recuperou o futebol brasileiro, jogaram um futebol finíssimo, vistoso, bonito, o nosso chamado “futebol arte” e, infelizmente, perdeu [...] como qualquer time pode perder. E dali em diante criou-se um pensamento que eu diria [...] assim: “se jogando bonito não conseguimos ganhar, o negócio é jogar feio”. Esse pensamento nocivo se espalhou pelo mundo, depois do fracasso da seleção brasileira de 82, da grande seleção brasileira de 82, e particularmente no Brasil. Porque passamos a dar valor só à força física, a quem tem mais tamanho, a quem tem mais força, a quem dá mais porrada, a quem corre mais.¹⁰

O uso do verbo “recuperar” por Calazans marca a presença do discurso segundo o qual o Brasil, antes de 1982, havia, cronologicamente, apresentado esse futebol “bonito” para, na sequência, deixá-lo de lado. Com a seleção de 1982, o “verdadeiro” futebol nacional volta a ser praticado, mas é “derrotado”, a “tragédia do Sarriá” torna-se, então, um acontecimento, no sentido de Pêcheux (2002 [1983]).

O excerto que segue, extraído de artigo relativamente recente publicado no *Aliás*, do Estadão, também atualiza esse discurso e estabelece a seleção de 1982 como um marco divisor entre (a prática d) o “futebol arte” e (d) o “futebol de resultados”:

- (11) O futebol-arte venceu em inúmeras ocasiões e perdeu em outras. Para ficar apenas na seleção brasileira, ganhou nas Copas de 1958, 1962 e 1970. Perdeu na de 1982, com aquela maravilhosa equipe de Sócrates, Falcão, Zico & Cia derrotada pela Itália de Zoff, Paolo Rossi e Gentile. Não era mau time, esse da Itália, e acabou campeão do mundo. Jogava seu futebol de prosa com extrema eficiência. O problema é que **essa derrota brasileira funcionou como argumento definitivo para os defensores do futebol de resultado**. Como se, em uma única partida, o futebol-arte tivesse ruído e sido condenado à obsolescência para todo o sempre. A partida, jogada no Estádio de Sarriá, em Barcelona, foi um divisor de águas, senha para uma nova mentalidade que ganhou corpo com a vitória do futebol pragmático da seleção brasileira de 1994 [...].¹¹ (Grifos nossos)

¹⁰ *Seleção brasileira: a paixão de um povo*. Série produzida pelo canal HBO.

¹¹ ORICCHIO, Luiz Zanin. A virada do futebol-arte. *Estadão*, São Paulo, 25 abr. 2010. Caderno Aliás.

O futebol de “prosa” mencionado acima é uma referência à distinção proposta em um ensaio breve de Pasolini escrito logo após a conquista brasileira de 1970, no México. Segundo ele, haveria um futebol prosa e um futebol poesia, que se poderia descrever, respectivamente, como sendo, o primeiro, mais linear e centrado no jogo coletivo (vocações defensiva, triangulação, contra-ataque, cruzamento e finalização), e, o segundo, marcado por dribles e gols, de modo que o individualismo do jogador seria decisivo. O futebol brasileiro “genuíno” seria o futebol poesia; os dribles e toques de efeito teriam por resultado a criação de espaços até então não imaginados no campo, o que, por seu turno, permitiria que o gol “fosse inventado por qualquer um e de qualquer posição” (PASOLINI, 1999). Nesse modelo, a individualidade e genialidade do jogador ganham lugar de destaque. No excerto acima é possível notar, a esse respeito, que os nomes dos jogadores são citados. Além disso, o adjetivo que qualifica a equipe de 1970 é “maravilhosa”.

O jogo “bonito” daquela seleção e a derrota sofrida para a “prosa estetizante” italiana (PASOLINI, 1999) são retomados por diversos enunciadores. Em série documental¹² produzida pelo canal pago HBO, por exemplo, há um episódio inteiro dedicado à seleção de 1982. Alguns trechos de depoimentos colhidos pela referida produção são apresentados a seguir:

- (12) Foi uma pena ter perdido porque **o futebol arte perdeu muito com aquilo ali, não apenas o futebol brasileiro, mas o futebol arte como um todo. Ali foi uma grande derrota do futebol, não foi apenas uma derrota da seleção brasileira.** (Eurico Tavares; grifos nossos)
- (13) Aquele futebol que o Brasil jogava, por ter perdido, todo mundo “ah não, time **joga bonito** mas perdeu” e aquilo ficou muito marcado. (Zico; grifos nossos)
- (14) E por isso é tão dolorosa a derrota de 1982. Porque ela é um **reencontro do Brasil com o seu futebol.** (Wisnik; grifos nossos)
- (15) De novo aconteceu como aconteceu em 1950: mergulhamos de novo no nosso pessimismo atávico das nossas possibilidades: “não, não adianta! Esse negócio de **futebol arte não ganha campeonato** [...] vamos abandonar esse negócio aí e vamos passar a jogar como os europeus jogam”. Então a grande tragédia de 1982 não foi ter perdido pra Itália, foi ter esquecido que jogávamos futebol. (Marcos Guterman; grifos nossos)

Se o futebol poesia da seleção de 1982 é o “genuíno” representante do futebol brasileiro – como se observa em (14) – a sua tradução é, como materializado na declaração de Zico (13), o “jogo bonito”. A própria ideia condensada na fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2010) *futebol arte* acaba, ao fim e ao cabo, por corroborar a ideia, na medida em que o sintagma envolve uma questão estética (por meio de “arte”). A derrota da “arte” instaura, assim, uma polêmica que, desde então, pereniza-se nos debates futebolísticos no/sobre o Brasil, tanto nos meios especializados como nas conversas de torcedores “anônimos”.

Muitos torcedores apontam a derrota de 1982 como sua pior memória das Copas, como mostra, por exemplo, o conjunto de depoimentos colhidos pela já mencionada série da HBO (*Seleção brasileira: paixão de um povo*). De maneira quase uníssona, o motivo é sempre o mesmo: tratava-se da seleção considerada a melhor da época, a responsável pela prática de um “futebol bonito”, o “futebol arte” e que foi derrotada por uma equipe que não praticava esse “estilo” de jogo. Independentemente de opiniões pessoais, o con-

¹² A série intitula-se *Seleção brasileira: paixão de um povo*.

junto de textos acerca da seleção de 1982 organiza-se, via de regra, em torno de discursos acerca do “jogo bonito” e do “futebol arte”.

A esse “futebol arte” opõe-se um “futebol de resultados” ou “futebol de raça”, comumente atribuído à maneira europeia de praticar o esporte. O Brasil foi desde o início do século XX reconhecido como uma “escola” de futebol distinta daquela europeia, mas, por vezes, a seleção foi acusada de “abandonar” sua “vocaçãõ”, suas “origens”. A mais emblemática ruptura provavelmente é essa pós-Copa de 1982, como mostramos brevemente (acreditem!) pouco antes.

O futebol brasileiro, uma “verdadeira instituição nacional”, nas palavras de Freyre,¹³ é o que é porque resulta da miscigenação. Em outras palavras: é no futebol que se encontra “a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura”. Nesse sentido, continua ele:

A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo brasileiro de jogar futebol que de um jogador um tanto álgido como Domingos, admirável em seu modo de jogar mas quase sem floreios – os **floreios barrocos** tão do gosto do brasileiro – um crítico da argúcia de Mario Filho pode dizer que ele está para o nosso futebol como Machado de Assis para a nossa literatura, isto é, na situação de uma espécie de inglês desgarrado entre tropicais. [...] vá alguém estudar a fundo o jogo de Domingos ou a literatura de Machado que encontrará decerto **nas raízes de cada um, dando-lhes autenticidade brasileira, um pouco de samba, um pouco de molecagem baiana e até um pouco de capoeiragem pernambucana ou malandragem carioca**. Com esses resíduos é que o futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado original britânico para tornar-se **a dança cheia de surpresas irracionais e de variações dionisíacas** que é. (Grifos nossos)

Os discursos acerca de um futebol nacional “genuíno” evocam, portanto, uma memória sobre o que se poderia designar sob a genérica denominação de *brasilidade*. É a esse futebol arte que se refere como “exuberante” e, portanto, representante “verdadeiro” e “genuíno” de um Brasil construído em diversos outros campos.

Beleza: o sema nacional?

Maingueneau (2005 [1984]) propõe, em linhas bastante gerais, que os discursos organizam-se por meio de um conjunto de semas que são “aprendidos” pelos enunciadores de um determinado posicionamento e a partir dos quais inúmeros enunciados são produzidos. É com base nessa proposta que falamos aqui em um “sema nacional”. É preciso alertar, contudo, que não se trata de pesquisa que retoma “fielmente”, digamos, a proposta do autor. Isso porque os recortes apresentados não são exaustivos e a pesquisa – no campo do futebol – tem ainda um caráter bastante inicial. Há, no entanto, indícios de que haveria um “sema” perpassando esses discursos que aqui abarcamos sob a genérica denominação de “brasilidade”.

Como dissemos no início, este trabalho retoma uma inquietação recorrente acerca dos discursos que constroem uma certa representação do Brasil – uma identidade nacional, por assim dizer. Essa representação assenta-se sobre um conjunto de cristalizações, colocando em pauta, então, a questão dos estereótipos, uma vez que eles podem ser assu-

¹³ Prefácio do livro de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*.

midos como uma “cristalização” (LIPPMANN, 2008 [1922] apud AMOSSY; PIERROT, 2005). Há, nesse sentido, um estereótipo do Brasil que, segundo Chauí (2006), é o de um “Brasil-jardim” ou “Brasil-paraíso”. Como entendemos, essa representação encontra-se diretamente ligada à ideia de um *espaço nacional “típico”*, ou de uma *paisagem nacional típica*, o que, no caso brasileiro, tem – como mostram, por exemplo, os estudos de Holanda (2010 [1959]) – uma importância histórica. Chauí destaca, sobre esse ponto, que a própria bandeira nacional é uma ode ao “Brasil-jardim”: o verde das matas, o azul do céu, as estrelas “ostentadas” e o amarelo das riquezas.

O imaginário desse espaço nacional – que congrega, a um só tempo, a exuberância das paisagens, com a riqueza da fauna e da flora, e o clima tropical – é construído por discursos que circulam por diversos espaços: turismo, moda, gastronomia, música, literatura e, como tentamos explorar aqui, futebol.

O futebol que *representa* o Brasil – ou, em outras palavras, “o verdadeiro futebol brasileiro” – envolve, em suma, dois aspectos que estão relacionados a um certo estereótipo do nacional, a saber: a exuberância do país (especialmente no que se refere a sua paisagem) e a ideia de uma nação formada a partir da miscigenação. Por um lado, é possível dizer que a /beleza/ seria um sema a definir o “genuinamente” nacional – e isso é retomado via estereótipo de um Brasil-paraíso; e, por outro lado, a /alegria/ se apresenta como o sema que advém da imagem do povo brasileiro. O “típico” e “verdadeiro” futebol nacional deve, portanto, combinar aquilo que *faz do Brasil, Brasil* – para lembrarmos DaMatta (1986): um futebol *bonito e alegre*.

REFERÊNCIAS¹⁴

- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DAMATTA, R. *O que faz do brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2003 [1947].
- HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1959].
- KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola, 2010.
- LEITÃO, D. K. *Brasil à moda da casa: imagens da nação na moda brasileira contemporânea*. 2007. 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008 [1922].
- MAINGUENEAU, D. *A gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005 [1984].
- PASOLINI, P. P. Il calcio ‘è’ un linguaggio con i suoi poeti e prosatori. In: Pasolini, P. P. *Saggi sulla letteratura e sull’arte*. Milano: Meridiani Mondadori, 1999. p. 2545-2551. v. II.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002 [1983].

¹⁴ As referências dos recortes analisados ao longo do artigo foram apresentadas nas notas de rodapé, a fim de facilitar a consulta do leitor durante as análises.

VILELA-ARDENGHI, A. C. “*Minha terra tem palmeiras...*”: aspectos discursivos da construção de um espaço “tipicamente” brasileiro. 2014. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

WISNIK, J. M. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Piada de brasileiro: para além da representação regional

(Joke about the Brazilian people: beyond the regional representation)

Ana Cristina Carmelino¹

¹Departamento de Letras – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

anaciscarmelino@gmail.com

Abstract: The aim of this article is to establish the existence of the joke about the Brazilian people, as is already the case with jokes about Turks, Portuguese, Frenchmen, Argentinians, and other nationalities. We intend to demonstrate that the Brazilian population is represented with traits that show certain sociocultural aspects that go beyond the regional representation. To that end, we analyze jokes which involve Brazilians and that are widespread throughout the country, particularly in printed and virtual media. The theoretical assumptions adopted to support the study come from Discourse Analysis, especially from considerations about the concept of stereotype and the joke genre.

Keywords: Joke; Brazilian; Stereotype.

Resumo: O objetivo deste artigo é constatar a existência de piada de brasileiro, tal como ocorre com o turco, o português, o francês, o argentino e outras nacionalidades. Pretende-se mostrar que a população do país é representada com traços que evidenciam certos aspectos socioculturais que ultrapassam a representação regional. Para isso, analisamos piadas que envolvem o brasileiro e que circulam no país, em particular em meios impressos e virtuais. Os pressupostos teóricos adotados para fundamentar o estudo advêm da Análise do Discurso, especialmente a partir de considerações sobre o conceito de estereótipo e do gênero piada.

Palavras-chave: Piada; Brasileiro; Estereótipo.

Considerações iniciais: a representação regional em piada

Quando se fala em piada de/sobre brasileiro, comumente faz-se menção a piadas de moradores de certas regiões do país. Nesse caso, são prestigiados (ou mais salientados) os baianos, os paulistas, os gaúchos, os mineiros e os cariocas. Vejam-se alguns exemplos.

- (01) A turista pede um suco de laranja sem açúcar ao garçom que a atendia numa lanchonete próximo ao Mercado Modelo. Depois de algum tempo, o suco chega com, pelo menos, dois dedos de açúcar no fundo do copo. A turista lembra que o pedido era sem açúcar. Ele faz ar de preguiça e rebate:

– Mexe não...

Fonte: AVIZ, L. *As melhores piadas que circulam na internet e as que ainda vão circular*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 33.

- (02) Por que a mulher do paulista nunca fica gripada?

Porque sempre dorme com um xarope.

Fonte: 1lindomenino. Disponível em: <http://1lindomenino.blogspot.com.br/2009_07_26_archive.html>. Acesso em: 10 out. 2014.

- (03) Um paulista, trabalhando pesado, suado, terno e gravata, vê um baiano deitado numa rede, na maior folga. O paulista não resiste, e pergunta:

– Você sabia que a preguiça é um dos sete pecados capitais?

E o baiano, sem se mexer, responde:

– A inveja também!

Fonte: PIMENTEL, L. *Piadas de sacanear baiano*. Rio de Janeiro: Myrrha, 2009. p. 29.

(04) Um gaúcho estava voltando de viagem, quando comentou com o amigo:

– A primeira coisa que eu vou fazer quando chegar em casa é tirar a calcinha de minha mulher!

– Nossa! Tudo isso é saudade ???

– Não! É que ela está me apertando mesmo!

Fonte: PIADAS ENGRAÇADAS. Ano I, n. 3. São Paulo: Escala, s/d. p. 85.

(05) O mineirinho observando o engenheiro com o teodolito:

– Dotô, pra quê serve esse treco aí?

– É que vamos passar uma estrada por aqui, estou fazendo as medições.

– E precisa desse negócio pra fazê a estrada?

– Sim, precisa. Vocês não usam isso pra fazer estrada não?

– Ah, não, home. Aqui quando a gente qué fazê uma estrada, a gente sortia um burro e vai seguindo ele.

Por onde o bicho passá, é o mió caminho pra se fazê a estrada.

– Ahh, que interessante – respondeu o engenheiro. E se vocês não tiverem o burro?

– Bem, daí a gente chama us engenheiro...

Fonte: Os Vigaristas. Disponível em: <<http://www.osvigaristas.com.br/piadas/medicoes-do-engenheiro-9085.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

(06) Quando carioca vai à escola?

R: Quando ela está em construção.

Fonte: Humor Paulista. Disponível em: <<http://humorpaulista.spaceblog.com.br/441793/Piadas-de-Cariocas/>>. Acesso em: 10 out. 2014

Como se observa, os representantes de determinados estados do Brasil – a saber: Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro – são estereotipados com características socioculturais peculiares nas piadas.

O baiano é moroso e preguiçoso, avesso ao trabalho. Os exemplos (01) e (03) reforçam esses traços ao destacarem: a demora do baiano ao trazer o suco pedido pelo turista, o seu “ar de preguiça” quando o cliente lembra que o suco era sem açúcar (o suco trazido continha “dois dedos de açúcar no fundo do copo”), a sugestão que o baiano dá para não ter que providenciar outro suco (“mexe não”), a descrição de seu estado físico em (03) “deitado numa rede, na maior folga” e o fato de ele responder “sem se mexer”.

O paulista das piadas é o sujeito chato, trabalhador (obsessivo) e sofisticado. No exemplo (02), ao ser chamado de “xarope” (já que a mulher de paulista não pega gripe, “porque sempre dorme com um xarope”), o paulista é considerado chato, tendo em vista que, além de significar “medicamento”, o termo também se refere ao que “provoca amolação, aborrecimento”. Já o exemplo (03) reforça os traços de “trabalhador” e “sofisticado” do paulista, pois o descreve como alguém “trabalhando pesado, suado” com “terno e gravata” (peças de roupa que representam requinte, refinamento).

O gaúcho tem posta à prova, nas piadas, a sua macheza. Nesse sentido, o morador do Rio Grande do Sul é geralmente estereotipado como veado. O exemplo (04) reforça esse imaginário a partir da expressão ambígua “vou [] tirar a calcinha de minha mulher”, que, em princípio, dá a entender tratar-se de um homossexual louco para reencontrar sua esposa e tirar a sua calcinha, quando, no entanto, trata-se de um empréstimo do vestuário feminino: o gaúcho está usando a calcinha de sua esposa e quer tirá-la, porque a peça íntima está apertando (“ela está me apertando mesmo”).

O mineiro é mostrado nas piadas como esperto, aquele que se dá bem. No exemplo (05), o mineirinho curioso exhibe competência discursiva e manifesta, a partir de seu mundo simplório e sua sabedoria popular, superioridade ao engenheiro e a seus conhecimentos técnicos. Ao dizer ao engenheiro que usa “um burro” (animal) para abrir estradas (e não aparelhos de medição como o teodolito) e que na falta do animal chama os engenheiros, o mineiro sugere (indiretamente) a associação engenheiro/burro, demonstrando sua esperteza/malícia no momento em que sua ignorância é posta à prova (“Ahh, que interessante ... E se vocês não tiverem o burro?”).

As piadas de carioca buscam revelá-lo como malandro, bom de lábia, folgado, aproveitador, vida boa. O exemplo (06), ao destacar que o morador do Rio vai à escola apenas quando ela está em construção (ou seja, ele não vai à escola), mostra o carioca como o que sabe aproveitar a vida (não se preocupa em estudar), que é malandro, que tem vida boa.

Explorar a representação regional em piadas não é algo peculiar no Brasil. Outros países também o fazem. É o que se vê com frequência, por exemplo, em Portugal e na Argentina, em que as obras de anedotas e chistes brincam, respectivamente, com o alentejano (natural do Alentejo, maior região de Portugal) e o portenho (natural de Buenos Aires), os quais são, respectivamente, caracterizados como desprovido de inteligência e melhor do mundo. Apenas para registro, vejam-se os exemplos que seguem.

(07) Dois alentejanos são surpreendidos pela passagem de um avião a baixa altitude. Um vira-se para o outro e pergunta:

– Que era aquilo, compadre?

O outro responde: – Ignoro...

Torna o primeiro: – Compadre, que grande ignoro!...

Fonte: Piadas de Alentejanos. Disponível em: <<http://piadasalentejanos.blogs.sapo.pt/http>>. Acesso em: 10 out. 2014.

(08) Cómo reconoces a um argentino em uma librería?

Es el único que pide un mapamundi de Buenos Aires.

Fonte: PARISSI, J. C. Argentinismos. In: _____. *Los mejores chistes 2*. Buenos Aires: El Ateneo, 2008. p. 210.

Nos casos específicos dos exemplos (07) e (08), os alentejanos e os portenhos parecem representar os estereótipos atribuídos aos moradores (em geral) daqueles países, tendo em vista que o português e o argentino são considerados burro e arrogante (nessa ordem).

Embora apresentem diferentes determinações históricas que sustentam o seu funcionamento, os estereótipos atribuídos aos moradores de certas regiões de um país evidenciam que a estereotipia, no caso das piadas mencionadas anteriormente, é determinante para o funcionamento do texto humorístico.

Voltando ao caso das piadas que envolvem moradores de algumas regiões do Brasil, vale dizer também que não é novidade a existência de pesquisas científicas no país que abordam o tema. Conde (2005) dedica-se ao estudo de piadas regionais, com ênfase nas de gaúchos. Carvalho (2011) trata da construção do estereótipo e da identidade do mineiro. Souza (2012) analisa os estereótipos do baiano. No entanto, não há (curiosamente) estudos que investigam as representações do brasileiro como um todo, conforme se vê na piada abaixo:

(09) Passando pela alfândega mexicana, o brasileiro é barrado:

– Tu estás contrabandeando tequila?

– Eu? – pergunta o brasileiro, se fingindo de desentendido. – Claro que não!

Então os mexicanos abrem as malas e encontram várias garrafas.

– É água benta! defende-se o brasileiro: – Água benta do santuário da Virgem de Guadalupe!

O mexicano abre uma das garrafas, cheira e grita:

– És tequila!

– Aleluia! diz o brasileiro, erguendo as mãos pro céu. – Mais um milagre!

Fonte: Conta Outra. Disponível em: <http://www.contaoutra.com.br/mostrapiada.asp?id_piada=1939>. Acesso em: 20 out. 2014.

Em (09), o brasileiro é mostrado como dissimulado, contraventor e esperto. Ao ser questionado sobre um possível contrabando de tequila, na alfândega do México, ele finge de desentendido ao dizer que não fazia contrabando (“claro que não”) e que o conteúdo das garrafas era “água benta do santuário da Virgem de Guadalupe”. No entanto, ao ser surpreendido pelo mexicano, já que o líquido da garrafa era tequila, o brasileiro (esperto, malandro) rapidamente diz ter acontecido um milagre, ou seja, que a água benta havia se transformado em tequila.

Considerando esse exemplo, questiona-se aqui quem seriam os brasileiros nas piadas. Ou melhor, como os brasileiros são construídos nesse tipo de produção textual? Partindo disso, este texto busca constatar a existência de piada de brasileiro, assim como ocorre com outras nacionalidades, a exemplo do judeu ganancioso, do português desprovido de inteligência, do francês pedante que não toma banho, do inglês excêntrico, do japonês que tem pênis pequeno, do alemão disciplinado. Pretende-se, logo, ir além da questão regional.

Não se trata, porém, de atribuir um rótulo aos brasileiros, como acontece com políticos, sogras e tantos outros segmentos que se tornaram protagonistas de textos de humor, cada um com uma característica socialmente construída (políticos são corruptos, sogras são megeras etc.), mas de observar os discursos que circulam corriqueiramente no país sobre os brasileiros.

O referencial teórico adotado para fundamentar as análises – que tomam como *corpus* piadas extraídas de enunciados veiculados em ambientes virtuais e meios impres-

sos – advém da Análise do Discurso, especialmente a partir de considerações sobre o conceito de estereótipo e sobre o gênero piada.

Piada e estereótipo em questão

Caracterizada como um texto narrativo de humor, a piada (anedota, chiste, *joke*) traz como traços a brevidade e o final inesperado (GIL, 1991; POSSENTI, 1998, 2010; MUNIZ, 2004). Tipicamente anônima e de temática controversa, tal produção é fonte de manifestação cultural e ideológica, pois é atravessada por discursos produzidos na sociedade.

Ao refletirem sobre a piada como gênero, Muniz (2004) e Possenti (2010) observam que, em geral, essa prática social apresenta as dimensões propostas por Bakhtin (2011)¹: todo gênero relaciona-se a um campo, tem uma construção composicional e um estilo. O humor é o campo no qual as piadas circulam e seu estilo é o de uma narrativa (segundo se entende, narrativa e diálogo). Não é possível dizer, entretanto, que todas as piadas obedecem ao mesmo padrão, em termos de estrutura composicional. A respeito das características textuais-formais, frisa-se apenas se tratar de textos não muito longos.

No que concerne à função da piada, há certo consenso de que seu propósito é “fazer rir”, “divertir”. Porém essa não é a única finalidade do gênero. As piadas podem servir, sob o pretexto de “brincadeira”, tanto para desnudar discursos velados presentes nas práticas do cotidiano, quanto para difundir modos de ser. Na verdade, elas são quase sempre fonte de discursos não autorizados (menos oficiais), discursos não explicitados correntemente.

O humor, em geral presente no desfecho da piada, depende de um elemento mediador, de uma técnica, conforme atestam os estudiosos do gênero (cf. FREUD, 1996 [1905]; RASKIN, 1985; ATTARDO; RASKIN, 1994; TRAVAGLIA, 1989; POSSENTI, 1989, 2010). Esse mecanismo, que deve ter amparo no contexto, pode estar relacionado tanto a fatos linguísticos quanto a fatos concernentes ao entorno sociocultural.

A piada (04), citada no tópico anterior, ilustra um caso em que ambos os recursos são mobilizados na deflagração do humor. Para estereotipar o gaúcho como veado (questão de ordem sociocultural), utiliza-se da ambiguidade sintática (um dado linguístico). O enunciado “vou... tirar a calcinha de minha mulher”, proferido pelo gaúcho, é ambíguo. Dele, lê-se que o gaúcho pode tirar (i) a calcinha que sua esposa está vestindo ou (ii) a calcinha que ele está vestindo, mas que pertence a sua esposa. O desfecho surpreende e é decisivo. Trata-se de um gaúcho efeminado, louco para se livrar de um empréstimo do vestuário feminino que o aperta, e não de um homossexual ansioso para reencontrar sua esposa e tirar a calcinha dela.

Considerando-se que muitas piadas funcionam à base de estereótipos, estando o humor ligado a fatos socioculturais – seja por veicularem uma visão simplificada dos problemas, seja para tornarem-se mais facilmente compreensíveis aos interlocutores não

¹ Bakhtin (2011, p. 261), ao caracterizar gênero do discurso, afirma que: “o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos da lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional”.

especializados –, caso das piadas de interesse deste estudo (que tendem a mostrar o brasileiro), faz-se necessário discutir um pouco mais o conceito de estereótipo.

Os estereótipos nada mais são que “representações cristalizadas, esquemas culturais preexistentes, através dos quais cada um filtra a realidade que o envolve” (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001, p. 32). Trata-se de uma imagem coletiva, simplificada e rígida de algo (pessoa, grupo, assunto) que, por ser resultado de expectativas, hábitos de julgamento ou falsas generalizações recorrentes na sociedade, comumente é vista de forma negativa, articulada à noção de preconceito.

Convém, entretanto, destacar que essa não é a única interpretação dada ao termo. Seu uso e sua veiculação nos discursos apresentam a possibilidade de promover a categorização valorativa (rápida e fácil) de grupos sociais. A questão é simples: quando o estereótipo mostra valores positivos (ou neutros) de um grupo, os indivíduos podem aderir a ele. Daí se pode dizer que o estereótipo constitui um fator preponderante de identificação do indivíduo com um grupo, e, por isso, de sua própria identidade. É o que se confirma em:

A adesão a uma opinião estabelecida, uma imagem compartilhada, permite, além disso, que o indivíduo indiretamente anuncie a adesão ao grupo de que deseja participar. [...] Ao fazer isso, substitui a tarefa de julgamento pelos modos de pensar do grupo de que fazer parte. Reivindica implicitamente, em troca, o reconhecimento de seu pertencimento.² (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001, p. 48, tradução nossa)

Na visão das autoras, o estereótipo tanto pode servir para integrar socialmente o indivíduo como pode ser um fator de diferenciação entre grupos. A partir de uma categoria específica, um grupo distingue o que é dele próprio e o que está fora dele. Isso é visível nos discursos em geral, mas ganha contorno específico no discurso de humor, no qual os traços estereotípicos pejorativos são exageradamente marcados, a ponto de participarem ativamente da produção do riso.

Nas piadas, muitos estereótipos constituem a materialização da forma discriminatória e preconceituosa com que se identifica o “outro”. O baiano preguiçoso e o gaúcho veado, ilustrados nas piadas regionais, são exemplos para o caso. Nesse sentido, as representações estereotípicas, amparadas ou não no real, refletem um imaginário social acerca de certos sujeitos. Esse imaginário pode ser reflexo de práticas sociais discriminatórias, mascaradas pelo artifício da brincadeira, mesmo porque se sabe que não existe humor a favor.

O humor é justamente a prática discursiva na qual se pode encontrar com bastante frequência os estereótipos, porque, por meio dela, julga-se livre de quaisquer coibições. Ou seja, o humor permite veicular discursos proibidos, deixa escancarar certas coisas que fora dele seriam impraticáveis.

Ainda no que concerne às piadas e aos estereótipos, convém destacar a tese de Possenti (2010). Segundo o linguista, nas piadas, ao lado de um estereótipo básico (assu-

² No original: “La adhesión a una opinión establecida, una imagen compartida, permite además al individuo proclamar indirectamente su adhesión al grupo del que desea formar parte. [...] Al hacerlo, sustituye el ejercicio de su propio juicio por las formas de pensar del grupo al que le importa integrarse. Reivindica implícitamente como contrapartida el reconocimiento de su pertenencia”.

mido pelo grupo), há sempre um oposto (atribuído pelos outros). Os estereótipos opostos, para o autor, “são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como o(s) ‘outro(s)’ para algum grupo” (POSSENTI, 2010, p. 41). Trata-se, geralmente, de um simulacro, um efeito necessário da relação interdiscursiva.

Partindo das considerações tecidas até o momento e de um levantamento de piadas que envolvem o brasileiro, busca-se, no próximo tópico, refletir sobre a existência (ou não) de piada de brasileiro especialmente por meio do funcionamento desse tipo de produção textual.

Existe piada de brasileiro?

Um estudo em diversos livros, coletâneas e *sites* sobre piadas revela que o brasileiro é recorrente nesse tipo de produção textual. Curioso é não haver referência ou rótulo à piada de brasileiro, conforme ocorre com algumas nacionalidades (o turco, o francês, o português, o argentino).

Desse modo, a questão a que se busca responder aqui é: pode-se falar na existência de piada de brasileiro, algo que ultrapasse questões de ordem regional? Este texto defende que sim. Para comprovar essa hipótese, pretende-se mostrar o funcionamento dessa produção textual considerando-se, além do exemplo (09), a amostragem que segue.

- (10) Um prefeito do interior queria construir uma ponte e chamou três empreiteiros: um alemão, um americano e um brasileiro.

_ Faço por três milhões de dólares, disse o alemão: um pela mão de obra, um pelo material e um é o meu lucro.

_ Faço por seis milhões, propôs o americano: dois pela mão de obra, dois pelo material e dois para mim.

_ Faço por nove milhões, disse o brasileiro.

_ Nove? É demais, falou o prefeito! Por que nove?

_ É simples. Três para mim, três para o senhor e três para o alemão fazer a obra!

Fonte: ClickGratis. Disponível em: <<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/empreiteiros.html#ixzz2RqIH3cu>>. Acesso em: 12 out. 2014.

- (11) São Pedro, na triagem celeste, perguntou para o americano:

_ O que é mole, mas na mão das mulheres fica duro?

O americano pensou e disse:

_ Esmalte.

_ Muito bem, pode entrar – disse São Pedro.

Perguntou ao italiano:

_ Onde as mulheres têm o cabelo mais enrolado?

O italiano respondeu:

_ Na África. _ Certo. Pode entrar.

Para o alemão:

O que as mulheres têm, que tem seis letras, começa por B, termina com A e não sai da cabeça dos homens ?

_ A beleza.

_ Certo. Pode entrar

Para o francês:

_ O que as mulheres têm no meio das pernas?

_ O joelho.

_ Muito bem. Pode entrar também.

E perguntou ao inglês:

_ O que é que a mulher casada tem mais larga que a solteira?

_ A cama.

_ Ótimo. Pode entrar.

O BRASILEIRO virou-se e foi saindo de fininho... São Pedro chamou-o:

_ Você não vai responder à sua pergunta?

_ Sem chance. Já errei as cinco anteriores!...

Fonte: PIADAS DE A A Z.,s/d, p. 286.

- (12) Um americano, um argentino e um brasileiro estão fazendo uma vigem de ecoturismo quando se perdem nas montanhas nevadas dos Andes. Eles estão gelados e sem alimentos.

Depois de pensarem muito, concluem que somente se sacrificarem partes dos próprios corpos para se alimentarem, podem sobreviver até a chegada do socorro.

O americano foi o primeiro voluntário. Num gesto heroico, cortou a própria perna e falou:

_ Agora temos presunto!

E assim os três se alimentaram por alguns dias.

Em seguida, foi a vez do argentino, que tirou um pedaço das costas e falou:

_ Agora vamos comer lombo!

Mais uma vez, os três tiveram o que comer durante uns dias.

Aí, chegou a vez do brasileiro. Quando ele abriu a braguilha, o americano e o argentino gritaram:

_ Oooooba! Salsicha!

Então o brasileiro falou:

_ Que salsicha o quê? Tomem um leitinho e vão dormir!

Fonte: AVIZ, L. *As melhores piadas que circulam na internet*: versão 2.0. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 51.

- (13) Um italiano, um espanhol e um brasileiro contavam vantagem um do outro. O italiano começou:
_ Na minha bella Itália tem um navio tão grande que, pro comandante ver se está tudo em ordem, precisa de uma motocicleta!

O espanhol não deixou barato: _ En la España hay un navio tan grande que para el comandante inspeccionarlo és necessário un avion!

E o brasileiro: _ Isso aí não é nada! No Brasil tem um navio tão grande, mas tão grande que, pro cozinheiro ver se o feijão está cozido, desce na panela de submarino!

Fonte: Ze Bisteca. Disponível em: <<http://www.zebisteca.com.br/1763/piadas/regionais/navios-grandes>>. Acesso em: 12 out. 2014.

Analisando a amostra de piadas e o exemplo (09), pode-se dizer que os textos apresentam certos elementos em comum que saltam aos olhos. Um primeiro dado a ser levado em conta é o fato de tais piadas envolverem o brasileiro. Isso seria suficiente para se falar em piada de brasileiro? Segundo se entende, não.

Entretanto, ao lado desse dado, há outro curioso: o brasileiro é o personagem (ou representante de uma nacionalidade) que sempre ocupa a posição final nesses textos. Conforme se viu na definição do gênero piada, uma de suas características é que se trata de um texto narrativo de humor breve com um final inesperado. Nos exemplos, o brasileiro (ao ser o último a se pronunciar) assume o papel do final inesperado, razão da piada. Por que não dizer (e aceitar), então, que o brasileiro (e suas ações) constitui(em) o motivo dessas piadas?

Nesse sentido, o que afinal seria (ou asseguraria) uma piada de brasileiro? É preciso esclarecer que o termo piada de brasileiro pode significar piada sobre brasileiro contada/criada por brasileiro e piada sobre brasileiro contada/criada por não brasileiros. O que importa aqui, na verdade, não é a origem geográfica de quem conta ou cria a piada, mas o tipo de discurso que nela é veiculado. Desse modo, interessam as características socioculturais a eles atribuídas (possíveis estereótipos, discursos que corriqueiramente circulam no país) nessas produções.

A amostra de piadas sobre o morador do Brasil constante neste texto dá uma noção do modo como ele é socialmente construído no imaginário coletivo. Em (09), conforme dito, o brasileiro é desvelado como dissimulado, contraventor e esperto diante dos mexicanos. Traços que levam ao estereótipo de malandro: aquele que infringe as regras (sujeito que contrabandeia), mas busca se safar com sua sagacidade, esperteza (simula o testemunho de um milagre ao dizer que a tequila contrabandeada era água benta do santuário de Nossa Senhora de Guadalupe).

Em (10), ao cobrar nove milhões de dólares para construir uma ponte (obra requerida por um prefeito do interior) – o triplo do valor cobrado por um alemão e o dobro pedido por um americano –, esclarecendo (após a surpresa do prefeito) que ficaria com três milhões e daria três para o prefeito e três para o alemão fazer a obra, o brasileiro revela-se não apenas esperto (malandro), mas corrupto (busca ganhar a empreitada subornando o prefeito), folgado (já que coloca o alemão para trabalhar em seu lugar) e calculista, interesseiro (tende a levar vantagem). As características sociodiscursivas atribuídas ao brasileiro nessa anedota estereotipam-no como oportunista.

Na piada (11), o brasileiro é construído como aquele que é obcecado por sexo. Dado que leva, no imaginário coletivo, ao estereótipo de malicioso. Esse traço é sugerido ao longo da piada, quando São Pedro, numa triagem celeste, faz uma questão-teste (que pressupõe resposta maliciosa, ligada a sexo) para cada representante de um país (a saber, o americano, o italiano, o alemão, o francês e o inglês) e todos se saem bem, pelo menos aos olhos do santo, já que as respostas não são picantes (como sugerem). O brasileiro, último a ser questionado, desiste de entrar no céu (“vai saindo de fininho”), confessando-se incapaz de responder a qualquer pergunta de São Pedro, pois havia errado as cinco anteriores (“Sem chance. Já errei as cinco anteriores”). A confissão do brasileiro leva à constatação de que todas as suas respostas tinham malícia.

O exemplo (12) mostra (uma vez mais) o brasileiro como sagaz, salientando o estereótipo de esperto. A narrativa conta que um americano, um argentino e um brasileiro

se perdem nas montanhas nevadas dos Andes quando faziam uma viagem de ecoturismo e ficam sem alimento. A solução para o problema é sacrificar partes de seus corpos. O primeiro a fazê-lo é o americano, que, num ato heroico, corta sua perna e divide a carne com os colegas. O segundo é o argentino, que tira e partilha com os demais um pedaço das costas. Quando chega a vez do brasileiro, ele abre a braguilha da calça dando a entender que ofereceria seu pênis como alimento – ao que gritam felizes o americano e o argentino pensando que teriam salsicha para se alimentarem. No entanto, num ato de esperteza, o brasileiro surpreende ao oferecer apenas seu sêmen (“quê salsicha o quê? Tomem um leitinho e vão dormir”).

No exemplo (13), o brasileiro se sobressai entre contadores de vantagem. Esta é constatada quando um italiano, um espanhol e um brasileiro delineiam o tamanho de navios pertencentes a seus respectivos países. Na história, verifica-se que o exagero na descrição do tamanho do navio italiano (o comandante precisa de uma motocicleta para verificar se está tudo em ordem), bem como na do navio espanhol (o comandante tem um avião para inspecioná-lo), não se compara à feita pelo brasileiro do navio de seu país: nele o cozinheiro (um mero funcionário) teria um submarino para descer na panela e verificar se o feijão está cozido. Exibir o brasileiro como o melhor em termos de contar vantagem é estereotipá-lo como o mais esperto.

Do exposto, verifica-se que não há um único estereótipo atribuído ao brasileiro nas piadas em análise – ainda que se note certa recorrência dos traços *esperteza* e *malandragem* (dados que podem ser conferidos no Quadro 1, mencionado abaixo). Ademais, vale ressaltar que em uma mesma piada é possível observar que a população do país é retratada com traços que evidenciam várias marcas socioculturais. Além das marcas depreendidas nos exemplos analisados, há outras.

Um levantamento feito para a elaboração deste artigo constata, em um *corpus* constituído de 26 piadas, que o brasileiro também é desvelado como *engraçado*, *eficiente sexualmente*, *corajoso*, *o que não leva desaforo pra casa*, *alto*, *incrédulo*, *ganancioso*, *inteligente*, entre outros. O quadro a seguir sintetiza a forma como os brasileiros são constituídos sociodiscursivamente em piadas que circulam no país.

Quadro 1. Traços socioculturais/estereótipos do brasileiro em piadas

traços socioculturais do brasileiro	número da piada 1 a 26	total de ocorrências
alto	4	1
atento	9	1
calculista	1; 11	2
contador de vantagem	3; 6; 7	3
contraventor	5; 18	2
corajoso	13	1
corrupto	1; 11	3
dissimulado	5; 14; 16	3
eficiente (quente) sexualmente	2; 7; 12; 26	4
engraçado, gozador	10	1
esperto, sagaz	1; 2; 3; 5; 9; 10; 11; 15; 16; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25	16
folgado	1; 11	2
ganancioso	1; 11	2
incrédulo	8	1
insistente	8	1

inteligente	9; 10; 19; 22; 23	5
interesseiro	1; 11	2
leva vantagem	1; 9; 19; 23	4
malandro	1; 3; 5; 9; 10; 11; 15; 18; 19; 20; 22; 23; 24; 25	14
malicioso	12; 17	2
não leva desaforo	15; 16; 20; 21; 25	5
obcecado por sexo	2; 7; 12; 17; 26	5
oportunista	1; 25	2
pensa em sacanagem	17; 25; 26	3

Outra característica das piadas de brasileiro a ser salientada é o fato de elas apresentarem o morador desse país em relação direta de oposição com outras nacionalidades. Com exceção ao exemplo (09) – em que o brasileiro não é posto em contraposição ao representante de outro país, já que este (no caso o mexicano) apenas o barra na alfândega a fim de constatar uma infração –, esse dado pode ser observado nos exemplos de (10) a (13) e é característica de todos os outros casos que compõem o *corpus* deste estudo.

Em termos de critério de construção, pode-se dizer que as piadas de brasileiros encontradas impõem uma leitura que privilegia um jogo de relações e oposições. Nos exemplos ilustrados, tem-se: alemão / americano / brasileiro (10); americano / italiano / alemão / francês / inglês / brasileiro (11); americano / argentino / brasileiro (12); e italiano / espanhol / brasileiro (13). Os diálogos representam uma interlocução polêmica efetiva, na qual o confronto de posições é explicitado no próprio texto, na fala direta de moradores de países distintos. Cada nacionalidade é construída, portanto, a partir da forma como (e do que) os seus representantes enunciam.

Esse dado leva a corroborar a tese de Possenti (2010) sobre o fato de as piadas oporem discursos (positivos e negativos) e, conseqüentemente, estereótipos. Nas piadas em questão, a alteridade é, portanto, explícita. Se o brasileiro é construído como X, os outros, em contraponto, mostram-se como não-X. Ou ainda: se o brasileiro é mostrado como +X, os outros seriam apenas X. É o que se vê abaixo nos respectivos casos:

- Exemplo (10)
 - marcas socioculturais: alemão, americano = não espertos, não malandros, não corruptos, não folgados, não calculistas, não interesseiros ⇔ brasileiro = esperto, malandro, corrupto, folgado, calculista, interesseiro (brasileiro: X ⇔ outros: não-X)
 - estereótipo: brasileiro = oportunista ⇔ alemão, americano = não oportunistas
- Exemplo (11)
 - marcas socioculturais: americano, italiano, alemão, francês, inglês = não obceçados por sexo, não pensam apenas em sacanagem ⇔ brasileiro = obcecado por sexo, só pensa em sacanagem (brasileiro: X ⇔ outros: não-X)
 - estereótipo: brasileiro = malicioso ⇔ americano, italiano, alemão, francês, inglês = não maliciosos
- Exemplo (12)
 - marcas socioculturais: americano, argentino = não espertos, não sagazes ⇔ brasileiro = esperto, sagaz (brasileiro: X ⇔ outros: não-X)
 - estereótipo: brasileiro = esperto ⇔ americano, argentino = não espertos
- Exemplo (13)
 - marcas socioculturais: italiano, espanhol = contadores de vantagem ⇔ brasileiro = melhor contador de vantagem (brasileiro: +X ⇔ outros: X)
 - estereótipo: brasileiro = melhor contador de vantagem ⇔ italiano, espanhol = contador de vantagem

Pelo exposto, uma das particularidades das piadas de brasileiro é que elas geralmente apresentam o estereótipo negativo/positivo do “outro” ao lado da representação positiva/negativa de si. Dessa constatação, merece destaque o fato de o brasileiro nem sempre ser estereotipado de forma pejorativa nas piadas, característica observada em piadas de outras nacionalidades, como nas de português, argentino, turco – personagens estigmatizados como burro, arrogante e avarento.

Isso comprova as considerações de Amossy e Herschberg-Pierrot (2001) sobre o conceito de estereótipo. As representações coletivas, simplificadas e rígidas (cristalizadas) podem promover também a categorização valorativa de um grupo. Nas piadas de brasileiro, vê-se que, além de o personagem apresentar traços de *corajoso*, *engraçado*, *eficiente sexualmente*, ele é recorrentemente considerado *esperto*, *sagaz*, *inteligente*.

Este estudo mostra, portanto, que o funcionamento das piadas de brasileiro consiste basicamente em sobreposições de traços estereotípicos que conferem certa “identidade” para cada representante em questão (brasileiro e outras nacionalidades). No interior desse conjunto de piadas e num certo nível discursivo, a distribuição da dominância de tais traços em cada subconjunto particular é desigual, resultando num funcionamento discursivo específico para cada caso, que pode salientar sentidos positivos e negativos, a depender do contexto: brasileiros valorizados com a *esperteza*, *sagacidade*, *inteligência*; mas rebaixados com a sobreposição da *corrupção*, *contravenção*, *folga*, *malícia*, *malandragem*.

A variação da forma como o brasileiro “encontra-se” nas piadas deve-se, possivelmente, a especificidades do discurso humorístico e sua circulação específica. Já que se trata de um discurso menos oficial, que, sob o pretexto de brincadeira/gozação, permite difundir modos de ser, práticas arraigadas na sociedade.

Os traços socioculturais estereotipados, depreendidos em geral a partir das ações do brasileiro, são determinantes na maioria das piadas analisadas para a produção do humor. Desse modo, ainda que as piadas de brasileiro levem em conta o contexto, conhecimentos prévios e fatos linguísticos como mecanismos de deflagração da comicidade, o principal recurso (pelo menos no *corpus* selecionado) é o entorno sociocultural.

Na busca em oferecer um panorama geral do funcionamento das piadas de brasileiro, do ponto de vista metodológico, o que está posto aqui é uma espécie de reprodução do fenômeno discursivo da identificação através do “outro”. Como se vê nos casos mencionados (por meio do mecanismo do simulacro que a relação de afrontamento discursivo e o modo jocoso impõem), as características socialmente construídas para o brasileiro se transformam em estereótipos, querelas e escárnio.

Considerações finais

A partir de um estudo de piadas que envolvem o brasileiro, este texto buscou evidenciar a existência de piada de brasileiro, algo que vai além da representação regional. Para isso, não apenas identificou características socialmente construídas para os moradores do Brasil (possíveis estereótipos, discursos que corriqueiramente circulam no país), mas, também, ofereceu um panorama geral de como funciona esse tipo de produção textual.

O levantamento do *corpus* de análise revelou que piadas de/sobre brasileiros são uma constante em livros, coletâneas e sites sobre o gênero, ainda que não se encontre nesses materiais consultados o rótulo piada de brasileiro. Nas anedotas, o protagonista apresenta marcas socioculturais distintas, que o estereotipam seja por meio da valorização (*esperto, inteligente, bom de cama, corajoso*), seja por meio do rebaixamento (*corrupto, dissimulado, malicioso, contraventor, oportunista*).

Em termos de funcionamento, destacam-se as seguintes particularidades das piadas em análise:

a) o brasileiro é mostrado sempre em relação direta de oposição (polêmica) com os moradores de outros países;

b) o texto se configura em sequência narrativa e dialogal: os representantes de cada nacionalidade constroem-se a partir do que (explicitamente) enunciam na interlocução;

c) o brasileiro é o personagem (ou representante de uma nacionalidade) que sempre ocupa a posição final do texto, constituindo, de certa forma, o elemento surpresa da piada;

d) o estereótipo negativo/positivo do “outro” é apresentado ao lado da representação positiva/negativa do brasileiro;

e) o brasileiro não é sempre estereotipado de forma pejorativa;

f) os traços estereotípicos do brasileiro, apreendidos através de suas ações, são determinantes na maioria das piadas analisadas para a produção do humor.

Para finalizar, pode-se dizer que, amparadas ou não no real, as representações estereotipadas do brasileiro nas piadas refletem discursos veiculados no imaginário social acerca desse sujeito no país.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R.; HERSCHEBERG-PIERROT, A. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- ATTARDO, A; RASKIN, V. Script theory revis(it)ed: joke similarity and joke representation model. *Humor – International Journal of Humor Research*, Berlin/New York, v. 7-1. p. 27-54, 1994.
- AVIZ, L. *As melhores piadas que circulam na internet e as que ainda vão circular*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 33.
- _____. *As melhores piadas que circulam na internet: versão 2.0*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 51.
- BAKHTIN, M. M. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.
- CARVALHO, L. G. M. *Estereótipo e identidade em piadas sobre o mineiro: uma perspectiva da análise do discurso*. 2011. 82f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Três Corações.

- ClickGratis. Disponível em: <<http://www.clickgratis.com.br/piadas/nacionalidades/brasileiros/empreiteiros.html#ixzz2RqIH3cu>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- CONDE, G. *Piadas regionais: o caso dos gaúchos*. 2005. 232f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Conta Outra. Disponível em: <http://www.contaoutra.com.br/mostrapiada.asp?id_piada=1939>. Acesso em: 20 out. 2014.
- FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas/ Sigmund Freud, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Edição original 1905).
- GIL, C. M. C. *A linguagem da surpresa: uma proposta para o estudo da piada*. São Paulo: 1991. 220 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Humor Paulista. Disponível em: <<http://humorpaulista.spaceblog.com.br/441793/Piadas-de-Cariocas/>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- MUNIZ, K. S. *Piadas: conceituação, constituição e práticas – um estudo do gênero*. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Os Vigaristas. Disponível em: <<http://www.osvigaristas.com.br/piadas/medicoes-do-engenheiro-9085.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- PARISSI, J. C. Argentinismos. In: _____. *Los mejores chistes 2*. Buenos Aires: El Ateneo, 2008. p. 210.
- Piadas de Alentejanos. Disponível em: <<http://piadasalentejanos.blogs.sapo.pt/http>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- PIADAS DE A A Z, s/d, p. 286.
- PIADAS ENGRAÇADAS. Ano I, n. 3. São Paulo: Escala, s/d, p. 85.
- PIMENTEL, L. *Piadas de sacanear baiano*. Rio de Janeiro: Myrrha, 2009. p. 29.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- _____. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RASKIN, V. *Semantic mechanisms of humor*. Holland: D. Reidel Publishing Company, 1985.
- SOUZA, A. L. *Estereótipos em piadas sobre baiano*. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- TRAVAGLIA, L. C. O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. *Estudos Linguísticos e Literários*, v. 5-6, p. 42-79, 1989.
- Ze Bisteca. Disponível em: <<http://www.zebisteca.com.br/1763/piadas/regionais/navios-grandes>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- 1lindomenino. Disponível em: <http://1lindomenino.blogspot.com.br/2009_07_26_archive.html>. Acesso em: 10 out. 2014.

Norma jurídica e (in)completude: a constituição de sentidos de “violência doméstica e familiar contra a mulher” na Lei Maria da Penha

(Legal norm and (in)completeness: senses of domestic and familiar violence against women in the “Maria da Penha” law)

Ana Paula Peron¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Departamento de Ciências Humanas e da Educação – Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

anapaula_peron@hotmail.com

Abstract: Under the theoretical basis of Discourse Analysis from a materialist perspective, the aim of this article is to observe the senses of domestic and familiar violence against women embodied in the Law n. 11.340/2006 (“Lei Maria da Penha”). To accomplish this, a methodology was employed, using some statements of the referred law as they portray the definitions of this violence practice. By analysing the materiality of these statements, we examine the possible effects of (in)completeness in the act of prescribing the legal norm, perceiving how such violence against women is established in a way that engender a sense of an “official”, institutionalized connotation, within the gesture of making policies, defining and/or normalizing such violence.

Keywords: violence against women, legislation, incompleteness.

Resumo: Sob a base teórica da Análise de Discurso de vertente materialista, a proposta deste artigo é observar como se constituem sentidos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Para tanto, tomamos como corpus alguns enunciados da referida Lei que se caracterizam enquanto definições dessa modalidade de violência. Ao analisarmos a materialidade desses enunciados, olhamos para seus possíveis efeitos de (in)completude na fixação da norma jurídica, observando como a violência doméstica e familiar contra a mulher vai sendo delimitada de modo a estabelecer-se para/sobre esse objeto um sentido “oficial”, institucionalizado, no gesto legislativo de elaborar, definir e/ou normatizar tal violência.

Palavras-chave: violência contra a mulher, legislação, incompletude.

Considerações iniciais

Neste texto, fundamentado sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de vertente materialista engendrada por Michel Pêcheux, o que propomos é produzir um gesto de leitura sobre a constituição de sentidos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), colocando-os em diálogo com os efeitos de (in)completude do texto jurídico-legislativo¹.

Partimos do princípio de que o discurso jurídico-legislativo tem um caráter socialmente legitimado de descrever e normatizar os fatos sociais. Diante disso, queremos, então, observar, na materialidade discursiva da Lei Maria da Penha, como a violência doméstica e familiar contra a mulher vai sendo simbolicamente delimitada e se, nessa

¹ Versões preliminares desta discussão, focalizando aspectos relacionados aos que figuram aqui, embora não tenham sido publicadas, também foram apresentadas oralmente no III Encontro Internacional de Estudos da Linguagem (ENELIN, 2011) e na 2ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso (JIED, 2012).

delimitação, são produzidos alguns efeitos de sentidos juridicamente possíveis para a violência contra a mulher, de modo a estabelecerem-se para ela e sobre ela sentidos “oficiais”, institucionalizados, no próprio gesto legislativo de elaborar, definir e/ou normatizar essa violência.

Para empreender esse gesto, tomamos como *corpus* alguns enunciados da referida Lei nos quais podem ser encontradas definições de violência contra a mulher, e procuramos refletir sobre o funcionamento discursivo dessas definições, voltando nosso olhar aos possíveis efeitos de (in)completude que são produzidos na materialidade do texto legislativo para fixar a norma jurídica e estabelecer, nela, sentidos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O discurso jurídico-legislativo e a violência contra a mulher

Falar de violência contra a mulher e de Lei Maria da Penha é bastante recorrente e comum hoje nos ambientes acadêmicos e também fora deles. Se, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos feministas ganhavam força e procuravam, sob um efeito de evidência, conscientizar as mulheres acerca de seus direitos enquanto cidadãs, tentando fazer com que a violência contra a mulher se tornasse mais visível e mais denunciada, hoje tal questão é amplamente discutida e discursivizada nos mais diversos espaços – institucionais ou não – e é tratada como um problema público. Tal é o estatuto de legitimidade dessa discussão, que, no Brasil, ela é alvo de uma lei própria destinada a um grupo específico: as mulheres. Na sociedade brasileira, a promulgação dessa Lei é vista como um marco no enfrentamento à violência contra a mulher e é quase um consenso que, mesmo quem não conhece o texto da Lei Maria da Penha, sabe de sua existência e de sua temática. Talvez seja ousado, contudo parece ser possível dizer que essa é uma Lei (quase) tão popular quanto as práticas de violência que ela descreve.

A criação de uma lei específica para um grupo social específico mostra-se relevante não apenas sob o aspecto social e jurídico – já que implica modificações técnicas e jurídicas nos procedimentos referentes aos casos concretos – mas também do ponto de vista discursivo, pois parece concorrer para dar mais visibilidade ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. Assegurar a um tema social o *status* de lei é significativo: tornar-se objeto de lei produz um efeito de que aquele fato está sob o olhar do Estado; de que é algo merecedor da atenção de uma instância que ocupa um lugar legitimado e aceito no jogo da formação social capitalista. Isso ocorre porque, em nossa sociedade, a lei funciona sob a evidência ideológica de que um sujeito, uma vez resguardado pela lei, “deverá” ter sua situação de vulnerabilidade social minimizada: trabalho da ideologia que “fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’” (PÊCHEUX, 2009 [1975]) que existe violência contra a mulher (e não apenas no âmbito doméstico e familiar), e que as mulheres constituem um grupo a ser “amparado” judicialmente por uma lei que explicita socialmente os direitos desse grupo à não-violência, embora tais direitos já sejam considerados pela Constituição Federal.

Pêcheux e Gadet (2010 [1981], p. 38) salientam que, na sociedade burguesa, o sistema jurídico, sob a ordem daquilo que é tomado enquanto lógico, funciona segundo a figura jurídica do Direito, que institui “a circulação oficial das significações garantidas por uma autoridade central”. O discurso jurídico possui, assim, na sociedade capitalista,

um estatuto de legitimidade, uma vez que ele determina o jogo de dominância na constituição dos sentidos nesta sociedade. Como lembra Orlandi (1984, p. 20),

[...] historicamente, há sedimentação de processos em termos de sua dominância. O processo que, dadas certas condições, é dominante, é aquele a produzir a sedimentação histórica de um ou outro sentido. É da *institucionalização* que o sentido dominante sedimentado deriva seu estatuto de *legitimidade*. Fixa-se, então, como sendo o centro. Estabelecer-se-ia, dessa forma o sentido “oficial”. (grifos da autora)

Em razão do que precede, é possível dizer que a lei, lugar de materialização do discurso jurídico-legislativo, constitui-se também em um espaço de institucionalização dos sentidos sobre um tema, estabelecendo e fixando para aquele tema um tratamento legitimado socialmente.

Zoppi-Fontana (2005, p. 94) refere-se ao texto da lei enquanto um discurso sustentado em uma modalidade de existência *virtual* dos fatos sobre os quais se legisla, mas que,

[...] entretanto, (con)forma (dá forma conforme à norma) aos acontecimentos. *Modalidade virtual*, neste caso, entendida não só como *possibilidade-de-existência concreta* do fato que a lei sanciona, mas, sobretudo, no sentido de *já-existência formal* do fato *na* lei. (grifos da autora)

Além disso, a autora prossegue salientando que o funcionamento da lei “ao mesmo tempo *interpreta e produz* os fatos sociais sobre os quais se projeta: trata-se de aplicar uma regra jurídica a fatos *já constituídos e enquanto constituídos no espaço do Direito Positivo*” (ZOPPI-FONTANTA, 2005, p. 94, grifos da autora).

Tomando essa reflexão para o funcionamento da Lei n. 11.340/2006, objeto desta análise, será pertinente dizer que existe, nessa Lei, a interpretação e, simultaneamente, a produção de sentidos institucionais sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, o que faz circular sentidos “oficiais” para essa prática, sentidos inseridos no jogo daquele ritual que produz um efeito de delimitação simbólica da violência na Lei e no jogo desta com sua incompletude constitutiva.

A definição jurídica de violência doméstica e familiar contra a mulher e seus efeitos de sentido na (in)completude

Para estabelecer sentidos “oficiais” para/sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, o discurso jurídico-legislativo fixa-lhe um lugar na materialidade linguística sob a forma da definição, encontrada, na Lei Maria da Penha, em seu Capítulo 1, que trata *Das disposições gerais*. Em sua superfície linguística, a Lei n. 11.340/2006 conceitua assim a violência doméstica e familiar contra a mulher:

- (1) Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...]

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Primeiramente, notamos, nos artigos citados, que a conceituação da violência doméstica e familiar contra a mulher se dá por meio da utilização de enunciados definidores, visualizados na materialidade linguística por meio dos verbos que inserem essa conceituação: “*configura* violência doméstica e familiar contra a mulher [...]” (art. 5º) e “A violência doméstica e familiar contra a mulher *constitui* [...]” (art.6º)” (grifos nossos).

O enunciado definidor é, como ressalta Zoppi-Fontana (2005, p. 102), um “dispositivo de escritura do texto legal”. Segundo a autora, observar esses enunciados no texto da Lei implica, portanto, considerar “as filiações discursivas que configuram o campo de memória do discurso jurídico e que determinam o enunciável do arquivo jurídico em determinadas condições de produção” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 102).

Por meio desses enunciados, a definição de violência doméstica e familiar contra a mulher aparece na Lei em termos bastante técnicos e que procuram delimitar essa prática de violência a partir da posição legislador, inscrita em uma formação discursiva jurídica, que lhe “determina o que pode e deve ser dito”, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971). No discurso, tal posição-sujeito diz como os fatos do mundo devem ser organizados em forma de normatização. É uma posição construída no e pelo discurso jurídico-legislativo, que funciona enquanto organizadora de “verdades” sociais, colocando no lugar das evidências, do “só pode ser assim”, os dados construídos na linguagem.

Historicamente, a posição-sujeito legislador significa, no discurso, pela forma como procura dar efeito de completude ao texto das leis. Contudo, esse efeito de completude fica instaurado também na medida em que a materialidade dos enunciados, mesmo parecendo “fechada”, pode contemplar as “brechas”. Nesse sentido, é notável o fato de que, no discurso jurídico-legislativo, significam tanto as evidências, sob as formas dos pré-construídos, dos “já-lá” não questionáveis, quanto as contradições, esse real da história em que olhares distintos constituem e constroem o mesmo objeto significante. Dessa forma, o discurso é o lugar do equívoco, no qual a língua se encontra com a história para produzir sentidos, fazendo com que um sentido se reporte a outro(s) e aquilo que parece natural se possa desestabilizar, deixando latente a falha, a lacuna que aponta para a não coincidência entre forma e sentido: o sentido pode ser sempre outro, porque traz em si “o alhures, o além e o invisível”. Como salienta Pêcheux (1990 [1982], p. 8),

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível”.

Assim, quando a Lei define violência doméstica e familiar contra a mulher, observa-se um movimento que, colocando tal violência em relação ao que “não-está” materializado no texto da Lei, produz um efeito de universalidade que interpreta e produz essa violência enquanto fato jurídico. Por meio da definição, o fato social ganha o estatuto de fato jurídico, construído através de uma

[...] designação especializada [...], cujo sentido é imediatamente circunscrito por meio de um enunciado definidor apresentado explicitamente como conceituação. Assim, os fatos sociais alvo de legislação ganham o estatuto universal e atemporal de conceito e como tal entram na lei. (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 103)

Retomando as já apresentadas definições de violência inseridas pelos verbos (exemplo 1), é possível dizer que, no discurso jurídico-legislativo, a partir da posição legislador, a violência doméstica e familiar contra a mulher *configura (-se em)* e, ao mesmo tempo, *constitui* algo. Esses verbos sinalizam um ponto de vista sobre a violência enquanto um objeto que pode ser falado e definido em termos jurídicos e impessoais. Tal olhar sobre o objeto violência produz efeitos de objetividade e universalidade, como se a prática de violência pudesse ser quantificada e delimitada em “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause [à mulher] morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Art. 5º).

Esse gesto definidor que amplia os sentidos de violência doméstica e familiar contra a mulher para formas não físicas pode ser produzido no contexto histórico-ideológico da promulgação da Lei, pois as condições de produção atuais permitem que se fale em violência para fora do aspecto visível, ampliando a questão para o *sofrimento psicológico* e os *danos morais* e, além disso, para as condutas baseadas na *omissão*. A definição que funciona na Lei legitima como violência também aquilo que não se vê e que não deixa marcas no corpo. Essa era também, a propósito, uma luta do Feminismo, e as Ciências Sociais investiram fortemente nessa visibilização da violência não física. Deixar de fazer algo para a mulher, na relação doméstica e familiar, também pode ser considerado violência, vez que os discursos sociais primam hoje pela atenção integral ao ser humano. E integral, hoje, inclui o psicológico, o moral e a não omissão diante daquilo que deve ser feito para o desenvolvimento da pessoa.

Também chama a atenção o fato de a Lei abordar o *dano patrimonial* enquanto forma de violência. Essa “ação ou omissão” relativa ao aspecto patrimonial pode ser considerada agora, quando as mulheres fomentam o mercado de trabalho e não mais ficam (apenas) dependentes de seus homens. É uma definição de violência possível, portanto, atualmente, e oriunda dos discursos e dos movimentos feministas, de questões econômicas, da realidade da mulher (burguesa) fora do ambiente doméstico. E ainda, ousaríamos dizer, de um efeito ideológico que naturaliza o fato de que uma “mulher moderna” deve ser independente também no que diz respeito ao patrimônio.

Ao observarmos, assim, esse gesto definidor instaurado pelos verbos *configura* e *constitui*, presentes nos artigos 5º e 6º, notamos que ele sinaliza para um efeito da busca de abarcar e normatizar “o máximo possível” das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, colocando-a para além da sua forma física. Contudo, uma questão fica latente nesse funcionamento discursivo: esse “máximo possível” se constitui na incompletude e funciona estrategicamente no discurso jurídico-legislativo; é o lugar em que os sentidos podem ser abertos. Afinal, o que vem a ser *qualquer* ação ou omissão enunciada nesse artigo 5º da Lei Maria da Penha? Para onde se abrem os sentidos que o pronome indefinido *qualquer* instaura nessa materialidade?

Dessa forma, o gesto de definir a violência, também na Lei, é, então, constituído pela falha e pela polissemia. Como lembra Pêcheux (2008 [1988], p. 53), “toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” e esta, enquanto materialidade significante, sempre aponta para a deriva, para outros sentidos possíveis, mas realizados alhures. O real da língua é, assim, a impossibilidade de que tudo seja dito: “o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma finita do ‘não-tudo’” (GADET; PÊCHEUX, 2010 [1981], p. 58).

Ao definir violência contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero” é possível continuar descrevendo o deslize, a falha constitutiva da língua. Nesse ponto emergem, junto da posição legislador, também os dizeres do campo do cientista social. Falar de condutas baseadas no gênero implica trazer o discurso da Sociologia, da Antropologia, da História e dos Movimentos Sociais para o campo jurídico. Não há, na Lei, uma explicação do que seja a ação ou omissão baseada no gênero. Esse conceito é apresentado como se o seu sentido fosse um já-lá, conhecido por todos os leitores da Lei. Produz-se, assim, um apagamento das relações de poder historicamente construídas, sejam entre homem e mulher ou entre quaisquer grupos nos quais uma das partes seja dominada (cultural, social, econômica, física, psicologicamente...). Ao lado desse apagamento, o que é enunciado e institucionalizado como violência doméstica e familiar contra a mulher é que a prática existe e se configura enquanto tal conforme sejam consideradas as relações de gênero, independentemente da forma como tais relações sejam compreendidas. Lugar, assim, da deriva do significante, cujo funcionamento permite interpretar que há outros sentidos, provenientes de outras posições não postas nesse discurso, e que são silenciadas para significar dessa forma esse objeto. Violência doméstica e familiar contra a mulher fica desse modo, também na Lei, atestada enquanto construção de linguagem, dado discursivo. É um ponto em que o real da língua toca o real da história.

Como escrevem Gadet e Pêcheux (2010 [1981], p. 52): “O ‘real da língua’ é, portanto, o impossível que lhe é próprio”. Mas há também o real da história, tomado como “uma contradição da qual o impossível não seria foracluído”. Mais adiante, os autores afirmam que “O real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas” (p. 55). A incompletude (o real da língua) toca, assim, a contradição (o real da história) para produzir sentidos. “O equívoco aparece exatamente como ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. A irrupção do equívoco afeta o real da história” (GADET; PÊCHEUX, 2010 [1981], p. 64).

Nesse sentido, nem mesmo a própria adjetivação da violência é indiferente: não se trata de legislar sobre todas as formas de violência contra a mulher, mas apenas a respeito daquela que puder ser colocada sob a designação de “doméstica e familiar”. Da posição legislador, diz-se algo sobre a violência prática, procurando delimitar-lhe cada uma das facetas e circunscrever as situações práticas em que ela ocorre. É violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (art. 5º), mas apenas as que ocorrerem nas seguintes especificidades:

- (2) I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como [...]
- II - no âmbito da família, compreendida como [...]
- III - em qualquer relação íntima de afeto, [...] (art. 5º)

Nessa superfície linguística, aparecem delimitadas as circunstâncias possíveis para que se fale em violência doméstica e familiar. Dessa forma, o discurso jurídico funciona de modo a cercear as compreensões do que sejam os “âmbitos” da violência contra a mulher. Novamente, emerge um efeito de completude que caracteriza esse discurso, mas que sempre lhe escapa pela deriva dos sentidos.

Esse artigo 5º é ainda complementado, na Lei Maria da Penha, pelo artigo 7º, que apresenta, em seus incisos, o que a Lei compreende acerca de cada uma das formas de violência, descrevendo-as bastante detalhadamente:

(3) Art. 7º. São *formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras*:

I - a violência *física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal*;

II - a violência *psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação*;

III - a violência *sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos*;

IV - a violência *patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades*;

V - a violência *moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria*.

A respeito das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher materializadas nesse artigo 7º, é importante notar que, apesar da descrição até exaustiva e bem pormenorizada das práticas que configuram as formas de violência nos seus aspectos físico, psicológico, sexual, patrimonial e moral, o próprio texto, em seu funcionamento na incompletude, deixa brechas para essa definição técnica ao considerar, no *caput* do artigo, que “São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, [as seguintes formas] *entre outras*: [...]”.

Essa expressão indefinida “entre outras” deixa entrever um espaço no qual a definição de violência escapa e pode ser falha, um espaço em que pode ser considerado cada fato concreto para a aplicabilidade da lei, produzindo uma deriva na própria posição-sujeito legislador: parece que essa posição passa de uma posição de “quem sabe e explicita uma grande quantidade dos fatos”, para uma posição que, também inscrita no discurso jurídico, reconhece a incompletude daquilo que diz e considera que a “violência doméstica e familiar contra a mulher” pode assumir outras formas e extrapolar os limites fixados pela Lei.

Além disso, outro espaço de deslize, em que o sentido escapa e pode ser outro – reconhecendo essa possibilidade do múltiplo –, é materializável na expressão subsequente a cada uma das formas de violência expostas nesse artigo 7º nos incisos de I a V: “entendida como *qualquer* conduta que [...]”. Novamente, como já frisamos a respeito do exemplo 1, a indefinição pronominal marcada pelo *qualquer* sinaliza aqui o alhures constitutivo da/na definição das formas de violência. *Qualquer* é o tudo, mas também pode ser o nada; *qualquer* é um vestígio que aponta para o exterior, a incompletude tocando a contradição.

Na deriva dos sentidos, fica sinalizado que a construção da Lei também nunca está isenta do equívoco. Os sentidos “oficiais” da violência doméstica e familiar contra a mulher são muito técnicos na escrituração dos artigos da Lei, mas muito amplos quando dialogam com o que “não-está” ali escrito. E isso porque também o discurso jurídico-legislativo pode abarcar o imprevisível que outras posições – do advogado, do delegado ou do juiz de direito – terão possibilidades de analisar e encaixar ou não na lei. É o espaço das falhas, dos deslizes no ritual; espaço da incompletude da língua.

Ainda algumas considerações para finalizar esse gesto de leitura

A necessidade de demarcação é uma evidência ideológica do funcionamento de uma lei. Mas admitir o deslize é admitir sentidos outros, é admitir que o projeto de dizer não se esgota na formulação, mas que se realiza também na fronteira com outros sentidos, na incompletude que é o real da língua. Vale notar que mesmo o discurso jurídico-legislativo que, por vezes, constrói uma imagem de possuir efeitos de completude, de poder abarcar a multiplicidade de sentidos, institucionalizando-os em alguns sentidos permitidos, deixa-se, também, ver perpassado e constituído pela incompletude, por um deslize constitutivo da língua e que irrompe na materialidade do discurso. Efeito da interpelação ideológica que constitui também esse espaço discursivo: “levar até as últimas conseqüências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17).

Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 55) afirmam que o equívoco é justamente “o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos”. Esse “bom relacionamento entre os efeitos discursivos” parece funcionar bem na composição do texto legislativo, que, incessantemente, procura cercear os sentidos do fato jurídico criado na e pela lei: cada artigo da lei vai tentando especificar melhor algum dispositivo do outro artigo, procurando delimitá-lo mais exatamente, com vistas a estabelecer uma fronteira daquele fato com aquilo que ele não é. Cria-se, na lei, um contínuo movimento de relacionar os efeitos discursivos de modo a produzir o efeito de logicidade para o fato, de uma realidade “dizível” e “interpretável” dentro de um universo logicamente estabilizado. Entretanto, o sentido não se prende a uma estruturação textual, por mais que a legislação tente contê-lo. Sempre há uma “brecha na lei”, como comumente se ouve, que pode fazê-la derivar o sentido para outros lugares nem sempre previsíveis.

O alhures, o além, o invisível está naqueles vestígios que não são ditos e, assim, podem significar pela própria ausência. Quando a Lei afirma que violência é x, o efeito que se produz é o de deixar excluído dessa significação aquilo que a violência não é. Quando defino o interior, o exterior, inevitavelmente, está posto. Há aí uma fronteira entre dois mundos que não se excluem, mas se constituem para formar o objeto: algo precisa ficar de fora para que o objeto pareça homogêneo e não-contraditório. Funcionam aqui a falta e a incompletude constitutivas da língua. Nesse sentido, se o discurso jurídico-legislativo tende a funcionar como um discurso que procura circunscrever uma realidade, diferenciando-a daquilo que ela não é e construindo fatos, ao mesmo tempo, paradoxalmente, ele dá espaço para que outras situações possam ser abarcadas naquela realidade. Assim, o objeto “violência doméstica e familiar contra a mulher” é paradoxal porque se constitui, na Lei, como aquilo que o define e também como aquilo que fica de fora da definição linguística, figurando em expressões indefinidas que indicam múltiplas possibilidades não ditas daquilo que ele pode ser.

A definição de violência doméstica e familiar contra a mulher formulada pela Lei Maria da Penha constitui, dessa forma, uma fronteira invisível com os outros sentidos vivenciados, experimentados e discursivizados dessa violência e, assim, “permite calar o que cada um entende sem o confessar” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 15). A língua, no jogo com a história, permite e realiza uma relação inevitável com o invisível, com o alhu-

res: a linguagem traz marcas que colocam em cena aquilo que não está presente, que está invisível, mas que significa.

Na linguagem, encontro do real com o imaginário, fica latente essa relação de presença/ausência. Ao legislar sobre e estabelecer sentidos “oficiais” para o que seja violência doméstica e familiar contra a mulher, fica latente a incompletude do e no discurso, ainda que a Lei procure “fechar” sua descrição em um movimento de colocar delimitações a esse objeto. Assim, tal “fechamento” pode funcionar, discursivamente, como uma “abertura” de sentidos e, quando os sentidos dessa violência são produzidos a partir de elementos indefinidos, esses sentidos se abrem para a possibilidade de abarcar mais e mais sentidos. O exterior sinalizado pela definição com termos indefinidos também constitui esse objeto discursivo.

Além disso, o que fica de fora dessa (in)definição, como o que se pode ouvir dos relatos de quem já sofreu no corpo e no sentimento essa violência (“eu fiz tudo direitinho, não merecia isso...”; “tudo que ele faz é pra ele, ele não coloca um grão de nada dentro de casa”) é muito amplo e não cabe nas normatizações técnicas da lei, ficando, assim, colocado no campo da possibilidade em que moram as muitas e belas e audazes e intrigantes interpretações das leis, que, constantemente, escapam do ritual pré-fixado da organização da língua, habitando, justamente, sua incompletude.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 16 set. 2006.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística* [1981]. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2. ed. Campinas, SP: RG, 2010.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* [1971]. Tradução de Roberto L. Baronas e Fábio César Montanheiro. Disponível em: <http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 12/04/11.
- ORLANDI, Eni L. P. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984. (Linguística: questões e controvérsias.)
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 19, p. 7-24, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [1988] Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* jurídico e sua descrição. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose (Org.). *Sentido e memória*. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 93-115.

Um percurso do enunciado “Toca Raul”

(A course of the utterance “Toca Raul”)

Bruno de Sousa Figueira¹

¹Instituto de Letras e Linguística – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

br.sousafigueira@gmail.com

Abstract: This article presents some concepts proposed by Maingueneau (2008, 2010), focusing on the course and ethos, and analyzes the utterance “Toca Raul”, especially with regard to its circulation and interpretation. Said utterance, attributed to Brazilian singer and composer Raul Seixas, is characterized as an “omnipresent” catchphrase in Brazil, circulating in this sense by several discursive fields thus making it fruitful to analyze it from the course unit. It is still considered in the present study the hypothesis that the statement emerges from an irreverent/libertarian ethos.

Keywords: Discourse Analysis; Course; Ethos; Toca Raul.

Resumo: Este trabalho apresenta alguns conceitos propostos por Maingueneau (2008, 2010), com foco nos conceitos de percurso e ethos, e analisa o enunciado “Toca Raul”, em especial no que diz respeito a sua circulação e interpretação. O enunciado “Toca Raul”, atribuído à figura do cantor e compositor baiano Raul Seixas, é caracterizado como um bordão “onipresente” no Brasil, circulando, nesse sentido, por diversos campos discursivos e, por isso, é frutífero analisá-lo a partir da unidade percurso. Considera-se ainda, no presente estudo, a hipótese de que o enunciado emerge de um ethos irreverente/libertário.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Percurso; Ethos; Toca Raul.

Introdução

O mote do presente trabalho, fundamentalmente, é lidar com a ideia de fórmula e com as análises e os conceitos que se mostram frutíferos a essa noção. Para tal, é preciso entender inicialmente o que Maingueneau (2008) irá denominar pelo termo “fórmulas”; esclarecemos que essa expressão é só uma maneira primeira para se entrar na teoria que diz respeito aos enunciados destacados, questão que será especificada no decorrer do trabalho. Nesse sentido, é fundamental ressaltar que tal termo refere-se a enunciados curtos que costumeiramente circulam na sociedade. As fórmulas, por estarem presentes no interior de uma organização pregnante, são facilmente memorizadas, sendo abarcadas por enunciados escritos e falados, circulando, pois, em vários setores do espaço social ou ainda no interior de uma comunidade discursiva restrita.

Enunciados curtos, assim como quaisquer outros, são geralmente destacados de algum texto. No entanto, de acordo com Maingueneau (2008), esse trabalho de destaque não se aplica a qualquer material verbal; a maior parte das fórmulas corresponde a enunciados que, devido a suas propriedades linguísticas, apresentam-se como destacáveis em seu texto de origem. Sob essa visão, o autor define uma categoria de enunciados que denomina como enunciados destacados. Sem a intenção de ser redundante, é fundamental deixar claro que esses enunciados se caracterizam, de um modo geral, por serem curtos, nas modalidades oral ou escrita, e são retirados (destacados) de seu contexto original. Entretanto, esse destacamento, que pode ser por extração ou constitutivo (este segundo

tipo refere-se aos provérbios e a todas as fórmulas que, por sua natureza, não possuem contexto situacional nem contexto original), não acontece de maneira indiferenciada em um texto; alguns fragmentos, em função de características de diversas ordens, são (mais) suscetíveis a essa operação. Esse fenômeno foi inicialmente chamado por Maingueneau de sobreasseveração. No entanto, devido à insuficiência dessa noção para descrever/analisar o funcionamento efetivo dos enunciados destacados, o autor introduz um novo conceito – o de aforização –, que designa um regime enunciativo específico cujo efeito é “destextualizar” o texto, por minar a compacidade da textualização.

Apresentadas essas breves considerações sobre “fórmulas”, e considerando-se as propostas de Dominique Maingueneau sobre os conceitos de aforização e destacabilidade, presentes em artigos do autor nas obras *Cenas da enunciação* (2008) e *Doze conceitos em Análise do Discurso* (2010), temos quatro objetivos, portanto, a saber: i) levantar questões acerca do bordão “Toca Raul”, que circula na sociedade, segundo nossa hipótese, como um enunciado destacado; ii) analisar a circulação desse enunciado a partir da consideração de uma unidade de análise, a saber, a de *percurso*, tal como definida por Maingueneau (2008) e que será detalhada na próxima seção do trabalho; iii) levantar indícios para confirmar ou refutar a hipótese de que o enunciado em estudo releva de um *ethos* irreverente/libertário; e iv) dar maior visibilidade à noção de percurso, pouco explorada em estudos no campo da Análise do Discurso (AD).

A abordagem desse enunciado se dará a partir das postulações teórico-metodológicas de Maingueneau (2008, 2010) sobre *percurso* e, fundamentalmente, a partir de um dispositivo de análise proposto em Pêcheux (2002 [1983]), segundo o qual a análise contempla um batimento entre os momentos de descrição e interpretação do objeto, sem, entretanto, considerar que esses movimentos sejam indiscerníveis, de modo que analisaremos o enunciado em questão descrevendo-o e interpretando-o simultaneamente.

Os conceitos: em pauta as noções de *percurso* e *ethos*

Para compreender melhor a noção de percurso, vamos apresentar a distinção que Maingueneau (2008) propõe no campo da AD entre as unidades tópicas e as unidades não-tópicas. As primeiras possuem essa denominação por corresponderem, de acordo com o autor, a espaços já “predelineados”, seja pelos tipos de discurso, seja pelos gêneros do discurso, seja pelos registros linguísticos: funcionais ou comunicacionais. As unidades não-tópicas, por sua vez, se diferenciam das tópicas por serem construídas pelos pesquisadores, independentemente de fronteiras preestabelecidas. Fazem parte das unidades não tópicas as formações discursivas e os percursos.

Para esclarecer sobre as formações discursivas, o autor cita unidades como os discursos racista, colonial e patronal, que correspondem a *corpora* que podem conter um conjunto aberto de tipos de discurso (o político, o religioso, o pedagógico, etc.); um conjunto aberto de gêneros do discurso (manifestos, sermões, aulas, por exemplo); de campos e de aparelhos, de registros, etc. Tais unidades podem também misturar *corpora* de arquivos e *corpora* construídos pela pesquisa (sob a forma de testes, entrevistas, questionários). É, pois, para esse tipo de unidade (como os discursos supracitados), sob a qual se abrigam elementos de diversas naturezas e dimensões, que o termo ‘formação discursiva’ parece convir para o autor.

Já sobre percurso, Maingueneau (2008) pondera que trabalhar a partir dessa unidade de análise implica o estabelecimento em rede de unidades de diversas ordens, tais como: lexicais, proposicionais, fragmentos de textos, extraídas do interdiscurso, sem se preocupar em compor totalidades de coerência. Assim, o objetivo do pesquisador deve ser, na verdade, o de desestruturar as unidades instituídas, definindo percursos não esperados; para o analista, a interpretação baseia-se, assim, sob a atualização de relações insuspeitas no interior do interdiscurso. Segundo Maingueneau (2008, p. 23), podemos considerar ainda:

[...] os percursos de tipo formal (por exemplo, tal tipo de metáfora, tal forma de discurso relatado, de derivação sufixal...); mas, nesse caso, se não trabalharmos com um conjunto discursivo bem especificado (em particular um gênero de discurso ou um posicionamento), cairemos em uma análise puramente linguística. Podemos igualmente considerar percursos fundados sobre materiais lexicais ou textuais (por exemplo, a retomada ou as transformações de uma mesma fórmula em uma série de textos, ou ainda as diversas recontextualizações de um “mesmo texto”).

Atualmente, os trabalhos a partir da unidade de percurso são, de acordo com Maingueneau (2008, p. 23), “consideravelmente facilitados pela existência de programas de informática que permitem tratar corpora muito vastos”. No caso específico do presente estudo, verificamos a ocorrência do enunciado “Toca Raul” por meio de ferramentas de busca on-line. O bordão, atribuído à figura do cantor e compositor baiano, Raul Seixas, quando pesquisado no site de buscas *Google*, possui aproximadamente 4.140.000 resultados de ocorrências, enquanto que o nome do cantor, Raul Seixas, apresenta um número menor, a saber, aproximadamente 3.220.000 resultados. Além desse dado, artigos jornalísticos caracterizam este bordão como “onipresente” no Brasil, circulando em shows, festas, rodas de violão, etc., tendo sido, além disso, citado em músicas como “Toca Raul”, de Zeca Baleiro, e “Eu não toco Raul”, de Fabiano Cambota.

Em minha análise, mobilizaremos ainda o conceito de *ethos* discursivo, tal como formulado por Maingueneau. Segundo o autor, todo discurso está relacionado a uma “voz” ou “tom”, decorrente de seu modo de enunciação, que nos permite remetê-lo a uma fonte enunciativa que dá autoridade ao que é dito, isto é, a uma “instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito” (MAINGUENEAU, 2011 p. 98). Essa instância subjetiva não está relacionada a um autor efetivo, trata-se de uma representação que o leitor faz do enunciador a partir de índices textuais de diversas ordens – léxico, estrutura sintática, modos de enunciação, etc. Em outras palavras, o *ethos* é parte constitutiva da cena de enunciação, e, segundo Maingueneau (2005, p. 75), “com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência”. Assim, o discurso pressupõe essa cena de enunciação para ser enunciado e, dessa forma, deve validá-la. Com base nesse conceito, buscaremos sustentar, então, por meio da análise a seguir, que o bordão “Toca Raul”, em seu percurso, releva de um *ethos* irreverente/libertário.

“Toca Raul”: a dimensão do enunciado

Ao pesquisar “Toca Raul” na ferramenta de buscas do site *Google*, encontramos mais de 4 milhões de ocorrências da expressão e, por isso, provavelmente, justifica-se

trabalhar com percurso, que é, como já apresentamos, uma unidade não-tópica de análise. Nesse sentido, apresentaremos em nossa análise diversas ocorrências do enunciado em estudo, buscando, além de refletir sobre seu percurso, pensar na hipótese de que há a emergência de um *ethos* irreverente/libertário.

Inicialmente, observaremos que muitas reportagens, textos em blogs, declarações de fãs clubes atestam que o bordão “Toca Raul” é ecoado em shows, festas, festivais e rodas de violão e, assim, acreditamos ter uma fórmula para ser analisada a partir do percurso. O jornalista Marcelo Tas, por exemplo, em uma postagem no seu blog intitulada “Toca Raul” diz:

Eu acredito que o bordão ‘Toca Raul’, onipresente em shows, rodinhas de violão, festinhas de aniversário, etc... pelo Brasil afora, tem tanto a ver com a nossa vontade de ouvir uma música do cara quanto o desejo que o espírito irreverente e libertário dele reapareça para resgatar nossas almas penadas da vidinha besta e medíocre do cotidiano.

Apoiados nessa declaração, supomos que do bordão “Toca Raul” releva um *ethos* irreverente/libertário quando enunciado em shows, festas, rodinhas de violão, etc. O bordão é enunciado por fãs que realmente querem que demais artistas toquem as músicas de Raul Seixas e/ou que querem demonstrar esse espírito irreverente/libertário evocando o seu ídolo, mesmo sabendo que, talvez, o músico presente não irá atender ao seu pedido. Ademais, o bordão tem uma presença tão forte que, acreditamos, um não fã de Raul pode proferi-lo apenas por ser comum a sua repetição, algo típico do bordão. Também, nesse caso, o *ethos* que releva dele nos parece ser um *ethos* irreverente/libertário.

Para elucidar e explicar melhor a dimensão e a forte presença do bordão no campo da música, bem como dar sustentação à análise do percurso que faremos, recorreremos também à reportagem do portal de notícias G1, de agosto de 2009, intitulada *Será uma tradição do público brasileiro ou uma maldição deixada como herança do roqueiro baiano?*, que investiga a origem do famoso grito a partir de diversos depoimentos de pessoas autorizadas a enunciarem do/no interior do campo em questão, mais especificamente, pessoas ligadas de alguma forma à obra e à figura de Raul Seixas.

Inicialmente, selecionamos o depoimento do cantor Tico Santa Cruz sobre o bordão. Tico é vocalista da banda Detonautas Rock Clube, e também líder de uma banda paralela batizada de Tico Santa Cruz e o Rebu, em homenagem a um dos álbuns de Raul Seixas. Segundo Tico (apud STAMBOROSKI JR., 2009), “Raul Seixas morreu ignorado, sozinho. A gente brinca que essa foi a maldição que ele deixou [...] É melhor perguntar se existe algum show em que ninguém grite. Quando começam a pedir, a gente toca as músicas dele”.

Um dos maiores conhecedores da obra e da figura de Raul Seixas, Sylvio Passos (apud STAMBOROSKI JR., 2009), presidente do maior fã-clube do cantor baiano, comenta que “ninguém pode afirmar com segurança de onde veio esse ‘Toca Raul’, mas que virou uma mania nacional, isso virou”. Passos (apud STAMBOROSKI JR., 2009) diz ainda que:

De shows com estrelas internacionais, passando por rodinhas de violão, barzinhos, casas noturnas, salão de festas... Sempre tem alguém que grita. Acho natural músicos e artistas se irritarem com isso. Outros acham graça. Eu, pessoalmente, acho muito bom, embora

eu nunca tenha cometido essa indelicadeza em locais que nada têm a ver com o universo de Raul Seixas.

Marco Mazzola, amigo de Raul Seixas e produtor dos primeiros discos do cantor, acha que o grito já é algo tradicional. Mazzola (apud STAMBOROSKI JR., 2009) diz ainda que:

A obra do Raul Seixas é muito forte. Basta ver quantos artistas gravaram músicas dele. Tem Nando Reis, Frejat, até Chitãozinho e Xororó. Uma grande parcela da juventude de hoje gosta dele. Para ser fã de Raul, não tem idade. Hoje, 20 anos depois de sua morte, a obra dele continua atual.

O jornalista e músico China (apud STAMBOROSKI JR., 2009) diz que já ouviu esse grito mais de mil vezes:

Acho que existe desde que eu me conheço por gente. Não sou fã de Raul como de Roberto, Erasmo, mas admiro muito a obra dele. Não dá para se irritar com o “Toca Raul!”, senão tu vai ter de parar o show a cada cinco minutos. Acho que hoje já virou um bordão, nem é coisa de fã de Raul só, tem gente que faz pela galhofa, pela brincadeira. As pessoas chegam a gritar “Toca Raul!” em show do Del Rey, que já é um cover de Roberto Carlos.

Tatá Aeroplano (apud STAMBOROSKI JR., 2009), que criou a banda Jumbo Elektro, inspirada em um álbum de Raul, também dá a sua opinião. O músico acredita que “antes era uma coisa séria, e depois o conceito se transformou”. Para Tatá Aeroplano, quem pede para tocar Raul no meio de um show quer quebrar o protocolo. “Com certeza isso vai passar de geração em geração, porque até os mais novos gritam”. O cantor conta ainda que a banda Jumbo Elektro tocou uma vez num tributo ao Raul Seixas para os fãs mais chatos: “a gente tocava Raul e os caras continuavam pedindo Raul! Acho legal porque é algo fora de controle, e já faz parte do ramo de shows na música brasileira”, opinou.

Ainda para ilustrar a dimensão do bordão, recorreremos a uma seção no site da revista *Carta Capital* (de setembro de 2013), chamada Blogs do Além, que satiriza opiniões póstumas. No trecho abaixo, temos Raul Seixas “encarnado” opinando sobre o bordão:

O que me dá um certo bode é que Toca, Raul! virou também uma espécie de piada do tipo é pavê ou pra comer. O sujeito não economiza no bordão. E o dispara em qualquer ocasião. Show no barzinho, roda de samba, balada sertaneja, desfile militar. Seu uso excessivo, além de desgastar o sentido original, se é que teve, cria certa animosidade com minha obra. Gente que nunca ouviu Ouro de Tolo e Krig-ha, Bandolo! já nem quer conhecer minhas músicas por conta dessa turma do pavê. Repetem tanto esse mantra por aí que os Detonautas vão fazer um tributo a mim no Rock in Rio.

Observemos que em alguns dos depoimentos da reportagem do portal jornalístico G1 fica claro o quanto este bordão se faz presente em diversos contextos de manifestação cultural, ora encarado com bom humor, ora como inoportuno, mas sempre fazendo vir à tona o espírito irreverente de Raul Seixas, fato que caminha na mesma direção que aponta a nossa hipótese sobre o *ethos* irreverente/libertário que emerge desse bordão.

Na tentativa de também olhar para o enunciado em estudo a partir da unidade percurso, apresentaremos um panorama em que a fórmula aparece em vários campos e em contextos diferentes.

“Toca Raul”: um percurso do enunciado

Iniciamos essa seção do trabalho detalhando um pouco mais sobre o conceito de percurso, que já fora apresentado anteriormente. Possenti (2013, p. 3), em seu artigo *Um percurso: o caso “Por qué no te callas?”*, detalha a teoria ao ponderar que:

[...] não se trata de dizer que o enunciado não “pertença” a uma FD ou a um posicionamento. O que ocorre é que pode ser retomado em várias FDs ou em vários posicionamentos, estabelecendo a cada vez novas relações com os enunciados típicos dessas FDs ou desses posicionamentos, produzindo, portanto, efeitos de sentido específicos, conforme a rede discursiva ou interdiscursiva que se estabelece a cada enunciação.

Nesse sentido, o trabalho com percurso tem o objetivo de explorar uma dispersão, uma circulação, e não de relacionar uma sequência verbal a uma fonte enunciativa. A partir dessa ideia, buscaremos demonstrar a produtividade do conceito de percurso, conforme a circulação do enunciado “Toca Raul” que, como já atestamos, remete a um bordão relacionado ao cantor Raul Seixas. Chamamos a atenção, em nossa análise, para o fato de que o enunciado em estudo não possui fronteiras preestabelecidas, circulando, assim, em vários campos discursivos e em diferentes contextos.

Nas diversas declarações sobre o bordão “Toca Raul”, pudemos observar que ele tem grande circulação no campo da música, emergindo, muitas vezes, em apresentações musicais de todos os tipos, profissionais (shows) ou amadoras (rodas de violão). Pensando ainda no campo da música, encontramos o enunciado também em letras de canções, como nas músicas do cantor Zeca Baleiro e da banda Pedra Letícia, que têm “Toca Raul” (e variações), desde o título até em trechos da própria música:

- (01) Mal eu subo no palco / Um mala, um maluco já grita de lá – Toca Raul! / A vontade que me dá é de mandar / O cara tomar naquele lugar / Mas aí eu paro penso e reflito / como é poderoso esse Raulzito / Puxa vida esse cara é mesmo um mito [...] (Zeca Baleiro, *Toca Raul*).
- (02) Eu não toco Raul / cês me desculpem... / Eu acredito quando você diz que ele é legal / Eu não toco Raul / cês não me culpem / A banda preza pelo estilo Sidney Magal (Fabiano Cambota, *Eu não toco Raul*).

As duas letras corroboram como argumentos a nossa hipótese de que o enunciado “Toca Raul” circula no campo da música. Ambas revelam cenas em que há a presença marcante do bordão em shows musicais, ademais, também podemos pensar em dois possíveis efeitos de sentido em cada uma delas. No caso da letra de Zeca Baleiro, vemos o reconhecimento da idolatria por Raul Seixas – apesar da inconveniência do fã em gritar “Toca Raul”, – o sujeito-autor reconhece em Raul um ídolo – “esse cara é mesmo um mito” – e, na outra canção, de Fabiano Cambota, podemos pensar na construção de uma cena em que há a imagem do fã ou do não fã (considerando que ambos podem proferir o bordão) importuno, que é inconveniente com os artistas ao gritar “Toca Raul” nos shows. Talvez, por isso, a letra já se configura como uma resposta a esse pedido: “Eu não toco Raul”.

Ainda no campo da música, vemos o enunciado, na variação “Toca Rauuul”, intitular bloco de carnaval. O bloco “Toca Rauuul”, conforme a página em uma rede social do grupo, com origem na cidade do Rio de Janeiro, formado por 15 componentes, faz releituras das músicas de Raul Seixas em diversos ritmos carnavalescos, tais como frevo,

samba, marchinha e maracatu. O repertório atravessa todas as fases da carreira de Raul e a apresentação conta ainda com um forte apelo visual, com figurinos, cenografia, adereços, bonecos e efeitos visuais. O enunciado “Toca Raul”, nesse contexto, nos faz pensar sobre as diversas ocorrências da expressão no mesmo campo (o da música) e, além disso, reforça o seu *ethos* irreverente/libertário, já que, segundo a nossa concepção, um bloco de carnaval pretenda ser, de fato, irreverente.

O enunciado na sua forma “Toca Raul” ou em variações como “Toca Raul Seixas” também circula pelo campo jornalístico, como podemos observar nas manchetes abaixo, recortadas de portais de notícias on-line, que anunciam que o cantor norte-americano Bruce Springsteen homenageou Raul Seixas em turnê pelo Brasil em 2013, cantando a canção do músico brasileiro “Sociedade Alternativa”, em show na cidade de São Paulo e no Festival Rock in Rio, no Rio de Janeiro:

- (01) Bruce toca Raul e a gente chora - Blog do jornal Folha de S. Paulo;
- (02) Bruce Springsteen toca Raul Seixas em SP – Revista Veja online;
- (03) Em show de mais de três horas, Bruce Springsteen toca Raul e celebra noivado – Revista Rolling Stones online;
- (04) Bruce Springsteen “toca Raul” durante show em São Paulo – Portal Cifra Club News;
- (05) Perto do público, Bruce Springsteen toca Raul Seixas no Rock in Rio - Jornal O Dia Online.

Podemos perceber, com o exemplo das cinco manchetes, que todas anunciam o mesmo fato utilizando-se do enunciado “Toca Raul”. Chamamos a atenção ainda para a manchete do portal *Cifra Club News*, que coloca a expressão entre aspas, o que alimenta a nossa hipótese de que o enunciado em estudo possui um caráter aforizante. Ademais, vemos que “Toca Raul” circulou em outro campo, diferente do campo da música, dessa vez, no jornalístico, fato que serve para justificar, mais uma vez, o olhar teórico para esse enunciado destacado a partir da unidade percurso.

Podemos observar que, no campo da publicidade, o enunciado “Toca Raul” também tem circulação, sobretudo quando estampa cartazes de festivais e tributos em homenagem ao cantor Raul Seixas. Vejamos alguns exemplos:



Figura 1. Cartazes publicitários de festivais em homenagem ao cantor Raul Seixas

As várias ocorrências do enunciado “Toca Raul” em festivais em homenagem a Raul pelo Brasil afora revelam certa institucionalização do bordão, que passa a funcionar como uma espécie de marca, em publicidades desses eventos. Como circula socialmente como um enunciado destacado, sob o ponto de vista do discurso publicitário, é interessante mobilizá-lo, estampá-lo em cartazes e folders para divulgar shows em homenagem ao cantor. Ainda pensando no campo da publicidade, essa “marca” faz com que o enunciado “Toca Raul” esteja presente em diversos produtos, conforme ilustra a imagem abaixo:



Figura 2. Produtos estampados com o enunciado “Toca Raul”

Podemos observar nas figuras acima que, além de “Toca Raul” ganhar certo estatuto institucional ao ilustrar cartazes publicitários, ele se materializa como uma marca e estampa diversos produtos, fato que reafirma, como já apontamos, sua circulação por vários campos discursivos. Outra questão que podemos pensar é que as camisetas, canecas, bótons, etc. também “vendem” a ideia de irreverência, ou seja, novamente vemos que releva do enunciado em estudo um *ethos* irreverente/libertário.

Outro campo em que podemos ver circular o enunciado “Toca Raul” é o literário. Para citar ao menos um exemplo, temos o livro de crônicas inspiradas no cantor baiano intitulado “Toca Raul”, de autoria do professor do Departamento de Ciências Sociais, do CCH da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Cabaret Valentino. O livro é resultado da colaboração do autor como roteirista da coluna radiofônica “Estação Raul”, veiculada há mais de quatro anos pela Rádio UEL FM, e leva como título o enunciado ob-

jeto de nosso estudo. Visto isso, podemos considerar que, de fato, o bordão “Toca Raul”, proferido em shows e rodas de violão pelo Brasil afora, circula também em outros campos discursivos, emergindo ainda em diversos contextos que, segundo nossa análise, relevam um *ethos* irreverente/libertário.

Breves considerações e questionamentos finais

A partir das breves análises realizadas, percebemos que o bordão “Toca Raul” é recebido e posto a circular novamente assumindo outras formas. Em outras palavras, o enunciado, diferente de unidades tópicas, não possui fronteiras preestabelecidas, circulando, assim, em vários campos discursivos: campo da música, campo jornalístico, campo publicitário e campo literário.

Acreditamos que “Toca Raul” trata-se de um enunciado destacado constitutivo, por não possuir contexto situacional nem contexto original. Seu percurso acabou constituindo esse enunciado como uma espécie de bordão que, de forma cíclica é enunciado em diferentes campos, como já citamos. No entanto, apesar de “Toca Raul” ser enunciado em diversas condições de produção, o *ethos* que dele releva é, fundamentalmente, em todos os casos, um *ethos* irreverente/libertário, o que confirma a nossa hipótese.

Consideramos ainda que este trabalho dá visibilidade a um conceito pouco explorado no campo da AD, que é a unidade *percurso*. Como apresentamos no decorrer do trabalho, no caso de enunciados destacados, sem fronteiras predelineadas, analisar tal objeto a partir da unidade *percurso* é muito produtivo. No caso do presente estudo, o objeto em questão é de certa forma estável no que diz respeito aos efeitos de sentido, atestamos isso a partir do *ethos* construído na/pela enunciação. No entanto, o analista pode se deparar com um caso, por exemplo, em que o enunciado de análise não “pertença” a uma FD (Formação Discursiva) ou a um posicionamento “estabilizados”, isto é, um determinado enunciado, dependendo de seu percurso, pode revelar que é retomado em várias FDs ou em vários posicionamentos, produzindo, assim, efeitos de sentido específicos a cada FD.

Dentre alguns questionamentos que são possibilitados por este estudo, e que ficam em aberto para que em outra pesquisa possam ser investigados, destacamos dois: i) por que o bordão “Toca Raul” circula há tanto tempo e pode ser considerado onipresente em diversas manifestações culturais no Brasil? e ii) qual a imagem de autor que se constrói de Raul Seixas, por meio da circulação desse enunciado, que estampa produtos, que é título de festivais, que circula em discursos publicitários?

REFERÊNCIAS

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Unidades tópicas e não tópicas. In: _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 11-26.

_____. Aforização – enunciados sem texto?. In: _____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 9-24.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2011.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

POSSENTI, S. Um percurso: o caso “por qué no te callas?”. *Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso*, Caracas, v. 8, n. 2, p. 109-117, 2013. ISSN 1317-7389.

STAMBOROSKI JR. L. *G1 investiga a origem do famoso grito ‘Toca Raul!’*. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/noticias/musica>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Memória de brincadeira: o dito e o não dito nas brincadeiras de escola

(Mémoires de jeux: dits et non-dits des jeux d'école)

Cidarley Grecco Fernandes Coelho¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp)

profacidagrecco@gmail.com

Résumé: Cette article analyse des vidéos du site web du projet “Mémoires de l’avenir”, ainsi que la description du projet dans la page officielle de Facebook. Ce projet a but de ne pas laisser tomber dans l’oubli les mémoires de l’enfance. Pour cela, est réalisé un travail de stockage, de diffusion et de mise en circulation des pratiques de jeu produisant ainsi un discours de préservation, soutenu par les technologies mobiles. L’analyse proposée travaille sur le rapport des sujets avec l’usage de la technologie concernant l’enregistrement des pratiques éducatives et du discours de ce projet constitué sur la “mémoire métallique” (ORLANDI, 2010), dans laquelle les sens de jouer, d’hier et d’aujourd’hui, se cristallisent et se produisent dans l’evidence d’une nécessité continue de stockage, comme préservation et “non-historicité”. Pour analyser discursivement les formulations du projet, les non-dits, l’effacement de sens, il faut établir un rapport de sens dans la “matérialité du silence significatif” (ORLANDI, 1995).

Mots-clés: Analyse du discours; Mémoire; Technologie.

Resumo: Este trabalho analisa discursivamente vídeos do portal e a descrição na *fanpage* do projeto Memórias do Futuro, que, com o propósito de não deixar se perder as memórias de infância, armazena, divulga e faz circular práticas do brincar, em um discurso de preservação, e para isso utiliza tecnologias móveis. A análise em questão mostra a relação dos sujeitos com o uso da tecnologia para registro nas práticas educativas, e reflete sobre o discurso que nesse projeto é atravessado pela “memória metálica” (ORLANDI, 2010), na qual os sentidos de brincar, de ontem e de hoje, se cristalizam, e se produzem na evidência de uma necessidade constante de estocagem, enquanto preservação e não historicidade. Para analisar discursivamente as formulações do projeto, os não ditos, o apagamento de sentidos, é preciso estabelecer uma relação de sentido na materialidade do “silêncio significante” (ORLANDI, 1995).

Palavras-chave: Análise de Discurso; Memória; Tecnologia.

Memória e tecnologia

A inversão do tempo na expressão “memória do futuro” propõe um deslocamento dos sentidos que ao invés de nos levar ao passado, nos conduz ao porvir. Mas as memórias não são invenções narrativas para nos fazer suportar o que temos de mais real: o presente? O tempo, nesse caso, se mistura ao emaranhado de possibilidades passadas e futuras nos registros do projeto Memórias do Futuro, objeto deste trabalho, que propõe uma reflexão na perspectiva da Análise de Discurso.

O projeto desenvolvido pelo Espaço Imaginário (um centro de convivência de Mato Grosso do Sul, realizado em parceria com o Pontão de Cultura Guaikuru, entre 2012 e 2013, com o patrocínio da Fundação Telefônica-Vivo) chamado Memórias do Futuro – Olhares da Infância Brasileira pesquisa a cultura da infância com a participação de 20 jovens e pesquisadores de diversas regiões do país, utilizando tecnologia móvel (celulares com câmeras) para o registro e documentação das práticas brincantes de crianças

e jovens de diferentes grupos. O portal Memórias do Futuro foi criado com o propósito da divulgação “em redes virtuais e presenciais estimulando a aproximação de gerações e a troca de conhecimentos, fazeres e práticas relacionados ao brincar”.¹ Nesse portal é possível encontrar artigos, fotografias e mais de 70 vídeos que são referência tanto para educadores que recebem formação do projeto quanto para outros que acessam o portal e a *fanpage* Memórias do Futuro, na rede social Facebook. Os conteúdos estão em uma base de dados chamada Eduque Brincando e são registrados pela Caravana Tecnobrincante, na qual uma exposição itinerante multimídia visita escolas, parques, feiras, museus, centros comunitários e registra as práticas brincantes entre educadores e crianças.

Para conhecermos melhor o projeto, propomos a leitura da sua descrição na rede social:²

(01) Sobre

Projeto a favor da Infância e do direito de brincar, realizado em Mato Grosso do Sul reunindo jovens multiplicadores que usam a tecnologia móvel para pesquisar e promover a Cultura da Infância no Brasil

Descrição

Protagonizado por jovens de comunidades urbanas, indígenas, fronteiriças e quilombolas que registram, documentam e divulgam os hábitos de crianças e relatos de pais, avós, educadores e pesquisadores sobre as brincadeiras de sua época. Os resultados são compartilhados em filmes de curta metragens, fotos e textos disponíveis em um banco de dados on line e na Caravana Tecnobrincante, exposição itinerante que visita escolas, praças, parques, feiras, museus e centros comunitários e espaços culturais das cidades de Campo Grande, Corumbá e Amambai, em Mato Grosso do Sul. Uma rara oportunidade para a valorização da cultura regional e para alimentar o imaginário sobre a infância de hoje e sempre.³

Essa descrição mostra alguns aspectos que queremos destacar: a) o uso de tecnologias móveis apenas para registro e documentação dos hábitos de brincar do passado; b) a manutenção das brincadeiras do passado (nos relatos de pais, avós, educadores, etc.) na desregularização de uma série que se instaura, no presente, com o uso da tecnologia; c) as condições de produção do brincar no projeto na relação espaço/tempo da cidade.

Fazemos um aparte para destacar que tecnologia aqui é dita como sendo as tecnologias atuais, móveis ou não. Não se despreza o fato de que outras tecnologias sempre estiveram presentes no brincar, construídas muitas vezes pelas próprias crianças, mas neste trabalho referimo-nos à filiação de sentido que tecnologia estabelece com as novas mídias.

Retomando nossa reflexão, ressaltamos as formulações descritas na *fanpage* do projeto no Facebook, onde a memória é de brincadeira, cheia de imaginação, de fantasia e, como a página na rede social destaca, de lúdi-“cidade”, de brinque-“cidade”, de infância.

¹ Disponível em: <<http://www.memoriasdofuturo.com.br/oprojeto>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

² Os recortes textuais do projeto em análise, numerados a partir de (01), terão sua escrita mantida tal como se apresenta em sua forma material, conservando-se inclusive ortografia e formas gramaticais.

³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Memoriasdofuturo/info>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

Salientamos que este trabalho, na perspectiva assumida aqui, não irá questionar os sentidos dados à infância, construídos historicamente, de perspectivas biopsicológicas e pedagógicas, tanto com relação à infância quanto ao caráter de salubridade do brincar.

Ao tomarmos o *site* e a *fanpage* do projeto como materialidade significativa, pensamos na linguagem no/sobre o discurso tecnológico e sua relação com a cidade, com a escola, com o urbano e a sociedade, num gesto inscrito em condições de produção histórico-sociais determinadas por uma memória metálica, que possui a seguinte definição:

A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). [...], não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação – produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”. O que é discutível do ponto de vista do que chamamos memória discursiva, a constituída pelo esquecimento. (ORLANDI, 2010, p. 9)

Ao se produzir um sentido determinado pela memória metálica, no que se refere ao armazenamento e à reprodução, o brincar se torna quantidade, sem historicidade, e os discursos sobre o brincar de ontem e de hoje se naturalizam, se cristalizam para uma “memória do futuro”. E essa é a memória que não esquece, a memória do acúmulo.

Ao se inscrever na memória metálica, observamos que a base de dados do projeto é denominada com a formulação “Eduque” acrescida de “Brincando”, propondo aí um verbo no imperativo e outro no gerúndio como advérbio de modo. Nessa injunção a ação de educar recebe o sentido do simples, do leve, do fácil. Assim, a formulação “Eduque Brincando”, num exercício parafrástico, desliza os sentidos para “Eduque facilmente”, que rompe com o imaginário de que educar não é tarefa fácil, assim como quebra a imagem da tecnologia associada à complexidade. Educar, com o uso de tecnologia, é tão fácil quanto uma simples brincadeira. “Eduque facilmente”, “Eduque com tecnologia”, “Brinque com tecnologia”, “Tecnologia para brincar”, “Tecnologia para educar”, fim primeiro da relação entre brincadeira e dispositivos móveis.

Nessa relação de educar com brincadeiras, valendo-se do aparato tecnológico, a memória metálica está funcionando como arquivo institucional, memória de arquivo, que pode facilmente ser recuperada, consultada, estando assim a serviço da educação, em uma memória que acumula e que coloca o sujeito em uma circularidade dos sentidos, mas que não se atualiza, ao contrário da memória discursiva, que esquece e se ressignifica no intradiscurso, em que sujeitos e sentidos são produzidos constituindo-se mutuamente.

Um dos vídeos⁴ que analisamos, intitulado Eduque Brincado, de 2013, é uma produção do projeto Memórias do Futuro e traz depoimentos de professores participantes do projeto, tanto educadores de diversas instituições quanto coordenadores e idealizadores. Retirado da base de dados Eduque Brincando, no *site* do projeto, apresenta a seguinte descrição:

⁴ Disponível em: <<http://www.memoriasdofuturo.com.br/videoaberto/254>> ou <<https://www.youtube.com/watch?v=ChxIiJHg-mw>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

- (02) Vídeo apresenta a nova fase do Memórias do Futuro, que reúne ações de educadores brasileiros envolvendo o brincar e a tecnologia em sala de aula e outros espaços de aprendizagem, com foco na multiplicação de experiências que integram tradição, alegria, cultura, natureza, arte e tecnologia.

No discurso sobre a tecnologia no Memórias do Futuro, esses registros trazem um não dito, através de implícitos, de um apagamento, uma vez que toda linguagem é incompleta, “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1995, p. 12), o não dito do discurso coloca em questão a sua incompletude em relação com a falta. Assim, os sujeitos, os discursos e os sentidos não estão prontos e acabados, estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história. Por esse motivo, o sujeito, ao produzir um discurso, relaciona-o sempre com o interdiscurso ou memória discursiva, assim conceituada:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Assim, os sentidos são condicionados, haja vista os modos como os discursos se inscrevem na língua e na história, como afirma Orlandi (2005, p. 33), “todo conjunto de formulações já feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. É o dizível, histórica e linguisticamente definido; o enunciável, o já-dito, exterior à língua e ao sujeito, mas que está no domínio da memória discursiva”.

O uso da tecnologia móvel, dos celulares, para os registros e o uso da internet para o armazenamento e compartilhamento de arquivos mostram o caráter meramente utilitário das tecnologias atuais. Durante a exposição do projeto é possível notar que a relação das crianças com os aparatos tecnológicos em suas casas, nas escolas, nas cidades, não é mostrado, não é dito, não é lembrado, e retomamos aqui o que nos ensina a Análise de discurso, para a qual o

[...] falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados. (ORLANDI, 1999, p. 61-62)

Na relação com o brincar, a criança sempre aparece nos vídeos em brincadeiras ao ar livre, de roda, com invenções/criações a partir de elementos naturais e/ou reciclados, mas quase nunca com algum dispositivo tecnológico. A relação com a tecnologia, no vídeo, se dá apenas por adultos/professores e por crianças um pouco maiores que são denominadas “multiplicadores”. Como afirma a professora aos 0:53” do vídeo Eduque Brincando (MEMÓRIAS DO FUTURO, 2013), a proposta é que “alunos do 7º, do 8º e do 9º [...] brinquem com as crianças”, seguindo a relação idade-série. Eles têm de 12 a 14 anos, e não são mais considerados crianças, mas sim multiplicadores do projeto.

Diante disso, perguntamos: como fica a relação do brincar na cidade do século XXI? Nessa cidade cujo espaço não é mais o de outrora, cujas ruas não são mais consideradas espaços para brincadeiras, resta aí o espaço escolar como espaço possível de brin-

cadeiras e jogos ao ar livre, já que cada vez mais estamos presos em nossos apartamentos, casas, condomínios; prisioneiros da (falta de) segurança.

Com a (re)configuração das cidades, cada vez com mais trânsito, com altos índices de violência urbana, para que efetivamente se use a rua, é necessária uma transformação nos modos de brincar. A opção cada vez maior por viver em condomínios, apartamentos, muitas vezes inibe o brincar tal como proposto pelo projeto, restando apenas a alternativa de uso dos vídeos compartilhados, no qual a relação com o brincar de antigamente que fica só no *site*, está apenas no acúmulo, sem historicidade, apenas armazenamento com uma proposta de apropriação e uso pelo espaço alternativo ao quintal de casa: a escola.

Escola esta que – diante da necessidade do uso cada vez mais intenso dos recursos tecnológicos atualmente disponíveis, preconizada por políticas públicas de incentivo ao uso de tecnologias ditas inovadoras na escola – produz sentidos tanto no âmbito escolar quanto fora dele, que mostram o quão inviável é o educar sem esses recursos.

A escola é compreendida aqui como o espaço da regulação, da disciplina, da estabilização dos saberes e das práticas. E, em muitas delas, quiçá em todas, sabemos que o uso de celulares por parte dos alunos é proibido. Daí o uso da tecnologia pelas crianças, no projeto, estar no não dito, na de-significação dos sentidos possíveis para essa relação.

Nesse sentido, a proposta feita pelo projeto vai ao encontro dessas necessidades da escola, de responder às demandas institucionais e à sociedade, introduzindo a tecnologia como ferramenta que auxilia nas práticas tradicionais do brincar, que, como construção social, não devem perder sua “reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 1936), que, para o autor, se dá a partir do advento da fotografia e do cinema, nos quais há sempre uma máquina entre a obra e o artista. Conceito esse que trazemos aqui para pensar a tecnologia como elemento de repetição e armazenamento, de possibilidade de interação entre os sujeitos, de utilitário e aplicação dos conhecimentos na escola e fora dela.

A escola, então, com o uso do aparato tecnológico, pode desenvolver práticas do brincar sem perder o controle sobre o que se passou: as brincadeiras dos pais, dos avós, usando “a tecnologia de uma forma sistemática e como uma aliada também da educação” (MEMÓRIAS DO FUTURO, 2013, 2’35”).

Portanto, a tecnologia, com sua memória metálica, está a serviço do educar, do educador e da sistematização dos saberes. Utilizada desse modo, o sistematizado e controlado serve como ferramenta, utilitário com sua aplicabilidade, que pode sim reproduzir na evidência os sentidos que se quer conter, normatizar, regular, mostrando assim a função social da escola.

Cidade e tecnologia

A tecnologia está cada vez mais presente nas cidades, seja de grande, médio ou pequeno porte. É crescente o número de pessoas que possuem celulares, *tablets*, *notebooks*, *smartphones* e acesso à internet.

Segundo dados do último censo,⁵ da população de mais de 200 milhões no Brasil, mais de 160 milhões residem em área urbana; em 2008 havia 150 milhões de celulares e

⁵ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

em 2014 já ultrapassaram a marca dos 272 milhões no Brasil.⁶ Esses são números que não podem ser ignorados quando refletimos na relação sociedade e tecnologia.

Além disso, segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil, de 2012, 70% das crianças entre 9 e 16 anos possuem um perfil próprio num *site* de rede social. Nessa configuração das cidades, e na relação dos sujeitos com a tecnologia, há uma apropriação cada vez maior da internet pelas crianças e adolescentes, potencializada pelo fenômeno brasileiro das *lanhouses* e pelos modos diversificados de se estar na e em rede, modificando assim as brincadeiras infantis.

Com a popularização dos celulares e *smartphones*, produz-se um sentido outro para o brinquedo e a brincadeira, e com isso outras formas de brincar, de ser e estar no mundo, através da organização da cidade na relação com a tecnologia. Conforme afirma Dias:

Se olharmos para a cidade, para o seu modo de organização, a sua forma urbana, somos levados a pensar que essa organização é o traçado do contorno resultante de uma interpretação do mundo, organização esta que rege, inclusive, segundo Orlandi (2001), a sociabilidade. Como é, então, que a sociabilidade está significada pelo modo de organização e de formulação do espaço urbano contemporâneo: o e-urbano? Minha posição é a de que o eletrônico significa o social na ordem do discurso urbano. (DIAS, 2011, p. 14)

Assim, a cidade, significada pelo eletrônico, pelos usos de ferramentas tecnológicas cada vez mais múltiplas em suas funções e possibilidades – entendida aqui como o *e-urbano*, proposto por Dias (2011), e, por conseguinte, a escola inserida nela –, é constituída de espaços possíveis de significação para o brincar e os sentidos produzidos a partir das relações que são estabelecidas com a tecnologia estão para além de mera instrumentalização de educadores/multiplicadores e repetição de antigas formas de brincadeiras. Contudo, não desprezamos aqui a possibilidade de se ressignificar a escola, a cidade e as relações sociais como um todo através de quaisquer que sejam os elementos de uma tradição, cultura ou ritual já passado.

O que nos perguntamos ao analisar esse projeto é de que modo uma memória metálica pode significar, sem considerar a mudança das condições de produção da organização das cidades com suas características e configurações próprias, sem levar em conta a materialidade do eletrônico no urbano, em detrimento da manutenção de uma memória de brincar. Assim, o que a memória metálica busca é o acúmulo e a repetição, produzindo um efeito de sentido de inscrição do passado na história presente.

⁶ Refiro-me aqui apenas ao aumento significativo do número de dispositivos celulares por ser este o instrumento utilizado com maior frequência pelo projeto em análise neste artigo. Reconhecemos que há dados mais recentes quanto ao uso da internet, pontos e modos de acesso no país que também mereceriam destaque em um texto cuja análise estivesse mais detida nos números em si. Aqui, são ilustrativos da mudança de condições de produção da própria tecnologia no Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-03/numero-de-celulares-no-pais-passa-de-272-milhoes>. Acesso em: 7 abr. 2014.

Cultura da infância

Pensando a memória tal como está posta no *site* do projeto, podemos afirmar que não há ali simplesmente apenas uma questão de tempo, de resgate do passado, de perpetuação para a manutenção do passado no futuro. Há questões outras.

Propomos a leitura da aba dedicada à “Cultura da infância” no portal Memórias do Futuro, qual seja:

- (03) A equipe do Memórias do Futuro considera fundamental oferecer as crianças do mundo, este tempo de infância, onde o brincar é sagrado! Tempo este com a qualidade, serenidade e a contemplação que lhes é de direito. Um tempo sem pressa, de paz, de relações saudáveis, de amor, alegria e muito respeito.

Acreditamos também na natureza como espaço fundamental na vida e movimento das crianças, não apenas para a garantia do seu futuro, mas principalmente para a vida no seu presente, para que cada menino tenha a possibilidade de entender o mundo como ele realmente se apresenta, agregar ao seu conhecimento todas as suas cores, formas, cheiros, sons e texturas, agregando ao seu saber elementos essenciais à vida! Só assim, em contato com a natureza, a criança estará completa e poderá crescer, com qualidades e saberes, fundamentais para compor um ser humano digno, saudável e feliz!

E para defender este tempo da Infância que o projeto Memórias do Futuro nasceu, viabilizando um tempo de reflexão sobre a importância do Brincar, sobre o tempo que estamos oferecendo às nossas crianças. Como nós podemos cuidá-lo? Como admirá-lo de forma verdadeira, inteira, sem pressas e tantas cobranças. Como deixar e aproveitar o tempo do menino ser criança.

Por este portal, o projeto Memórias do Futuro possibilita que jovens, pesquisadores, educadores e meninos, atuem como colaboradores documentando e compartilhando saberes das crianças de diversas regiões do país, descortinando seus olhares sobre o Universo da Cultura da Infância no Brasil e trazendo à tona uma imensidão de saberes destes meninos.

Propomos que os conteúdos publicados sejam inspirados na linguagem da criança. Vídeos, histórias e cantigas conduzidos pelas brincadeiras e invenções, onde maravilhas acontecem e a observação é o caminho para entendermos o tempo e o ritmo de cada brinquedo. Sugerimos conviver o máximo possível com os meninos, tentando entrar no mundo mágico e lúdico da criança para compreender e descrever cada brincadeira com naturalidade e verdade, tornando-se uma ferramenta importantíssima para ações nos ambientes educativos.

Assim, o projeto proporciona o sentimento de pertencimento e transmissão destes saberes. Valorizar a Cultura da Infância no mundo é fundamental para o desenvolvimento humano integral das novas gerações, essencial para a preservação da nossa identidade cultural.

Trata-se aqui, como já afirmamos, não apenas de uma questão de tempo, mas de uma questão do espaço, da falta dos espaços nas cidades, da impossibilidade de uso desses espaços, da consequente troca desses espaços por escolas e educação cada vez mais em tempo integral, com o excesso de atividades educativas e formativas para crianças cada vez menores. E nos perguntamos sobre a relação da tecnologia nas cidades, nas escolas, no tempo das crianças de hoje, no espaço dos adultos do agora. Trata-se, portanto, da memória no tempo, no tempo do esquecimento; e no espaço, no espaço das cidades e suas tecnologias.

A memória marcada como cronologia cristaliza a história. Nela apaga-se o presente para falar do passado. Do passado de um tempo nostálgico, “sem pressa e tantas cobranças”, em um espaço idílico e ideal, onde essência e verdade estão de mãos dadas, alcançando-se, assim, “o desenvolvimento humano integral”, a totalidade do ser.

Do mesmo modo, o sentido de brincar é um sentido já lá, determinado por um conceito dado do que é brincadeira, do que é saudável, do que deve ser perpetuado através do compartilhamento e da repetição, pronto e acabado em sua formulação, e sem se questionar pela constituição desses sentidos.

Um dos coordenadores do projeto no vídeo analisado afirma:

- (04) O Eduque brincando é uma ferramenta concebida no formato de um jogo, a ideia é que os educadores possam navegar pela sua memória criando uma identidade das suas histórias de infância relacionadas com as comunidades onde eles trabalham gerando uma documentação sobre os processos e as práticas que eles executam nas suas escolas e seus espaços educativos. (MEMÓRIAS DO FUTURO, 2013, 2'45")

Destacamos a formulação “navegando pela sua memória criando uma identidade”, pois ela coloca em questão a historicidade do sujeito e do sentido, afirmando ser possível a criação de uma identidade a partir dos sentidos já lá, apenas pelo simples acesso à memória do sujeito adulto, das suas histórias de infância e de seus brinquedos, buscando reproduzir, assim, os mesmos sentidos através da educação e do controle pelo registro e pela documentação das práticas brincantes.

A constituição dos sujeitos, assim, se dá na contradição dos sentidos desses dois discursos – o do uso da tecnologia (como ferramenta de documentação, armazenamento e compartilhamento dos sentidos já determinados do brincar) e o da preservação da infância –, pelo funcionamento ideológico, filiados à memória discursiva de um certo brincar.

Desse modo, essa contradição apaga e esquece que os sentidos podem ser outros, pois já estão dados, transparentes. Sentidos do que seja tecnologia e preservação, do que seja memória e história, do que seja documentar e brincar. E nesse jogo de lembrar e esquecer, a relação com o futuro, com a cidade e com o tecnológico está no silêncio, no não dito, na produção em série dos sentidos estabilizados para a infância, a criança, a educação. E isso nega a possibilidade do novo, do movimento do brincar na relação com as cidades e com a tecnologia atual. Afirmamos com Orlandi que:

O silêncio seria o que não é preciso ser dito. Assim, o silêncio seria o “exílio” do sujeito, o seu desterro, pois já estaria habitado pelo já-dito, o pleno, o efeito do UM: o literal. Paralelamente à produção do efeito de literalidade, esse mecanismo de apagamento do silêncio tira do sujeito a possibilidade dele mover-se. O que nos faz ver a literalidade como negação do sujeito. A ilusão de que o “seu” sentido só pode ser aquele é justamente sua negação. Nega-se a historicidade ao sentido e nega-se a história ao sujeito. (1995, p. 91)

Desse modo, temos o não dito no projeto atravessado por uma memória metálica para que o passado não se perca, no brincar sem o uso da tecnologia, nos espaços ideais de brincar e suas condições de produção, desconsiderando-se a configuração atual das cidades, e da escola como espaço de perpetuação dos sentidos para a formação de uma sociedade que consente à ideologia.

Assim, os processos de subjetivação que se constituem nessas relações com o espaço *e-urbano*, com sujeitos adultos e a chamada “cultura da infância”, as formulações presentes em um tempo de um acontecimento com uma significação outra busca

compreender o trabalho da memória, da história no presente desse encontro do sujeito no tempo e no espaço do dizer.

Lembremos que na esteira da polêmica do desaparecimento da infância, suscitada por Neil Postman (1999), que descreve a construção e modificação do conceito de infância ao longo da história, e levanta a possibilidade de uma (re)definição de infância na sociedade atual, Lajonquière, à luz da psicanálise, afirma:

A gestação de um futuro almejado como diferente entranha uma retrospectiva que é o gesto de se inventariar o passado uma e outra vez, de “passar a limpo” a tradição. Essa construção de “verdades históricas”, como diria Freud, implica numa outra relação com o vivido e, portanto, possibilita experimentar um presente novo, ou seja, experimentar um outro sentido que não esteja contido no passado. O gesto retrospectivo cavouca uma diferença na série temporal dos devires passados, o que produz tanto uma história, quanto um resto temporal por vir, um tempo mais além da história, ou seja, o “histórico”.

A criança, tendo chegado ao mundo depois dos adultos, faz-se rapidamente depositária imaginária dessa diferença temporal. (2006, p. 10)

E a infância passa a ser um sonho, algo almejado pelo sujeito adulto, com “um sentimento de infância”, conforme proposto por P. Ariès (1978), mostrando que há diferenças nesse sentimento de infância dadas pelas diferenças de classes e, aqui, ao pensarmos nas diferenças, dizemos que estas não são apenas temporais, mas antes, são espaciais, como analisado neste trabalho, no que diz respeito às condições de produção de uma infância na cidade e na escola. São também diferenças de acesso às chamadas novas tecnologias, em uma cultura de infância cada vez mais digital.

O projeto busca uma transmissão de saberes para a valorização da cultura da infância, destacando-os como fundamentais para “o desenvolvimento humano integral das novas gerações” e para a perpetuação da identidade cultural criada a partir das brincadeiras de ontem, projetando no futuro, nas crianças, através da escola, o passado que procura desestabilizar o presente que se instaura e, nesse gesto, apaga diferenças. Diferenças nas condições de brincar com aparatos tecnológicos cada vez mais acessíveis às crianças. Apagando a história, que também é feita de esquecimento, do que se move e do que se fixa, para, quem sabe, experimentar o novo, mas essa questão já é para outra brincadeira.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Tradução de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. 1936. Disponível em: <<http://baixacultura.org/biblioteca/artigos-ensaios-papers/1-1-a-obra-de-arte-na-era-de-sua-reprodutibilidade-tecnica/>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

DIAS, Cristiane. *e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano*. 2011. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano2.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

MEMÓRIAS DO FUTURO. *Eduque Brincando*. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ChxIiJHg-mw>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. A psicanálise e o debate sobre o desaparecimento da infância. *Educação & Realidade*, v. 31, p. 89-106, 2006.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. *Rua*, v. 2, n. 16, p. 5-17, 2010. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?pdf=1&id=91>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*

(Analyse du discours numérique: a propos de la constitution du corpus)

Cristiane Dias¹

¹ Laboratório de Estudos Urbanos – Universidade Estadual de Campinas (Labeurb/ Unicamp)

crisdias@unicamp.br

Résumé: L'objectif de cet article c'est de proposer une réflexion, de la perspective de l'analyse du discours, a propos de la constitution du corpus de recherche de l'analyse du numérique. À la fois, on va considerer des notions déjà connus au champ théorique de l'analyse du discours, comme celle de "découpage", "archive", "circulation".

Mots-clés: archive; discours numérique; internet; corpus

Resumo: O objetivo desse artigo é propor uma reflexão, da perspectiva da análise de discurso, sobre a constituição do corpus de análise do digital. Para tanto, vamos considerar noções já conhecidas no próprio campo teórico da análise de discurso, como "recorte", "arquivo", "circulação".

Palavras-chave: arquivo; discurso digital; internet; corpus.

Introdução

A constituição do *corpus* em análise de discurso, desde o início dessa teoria, foi uma questão posta em discussão. A preocupação central dessa disciplina de entremeio sempre foi, justamente, não tomar a constituição do *corpus* separada das condições de produção, recortando amostras de representatividade, seja da língua, por meio de equivalências gramaticais, seja do discurso, por meio de comparação de enunciados. Guilhaumou e Maldidier (1994) explicitaram essa problemática no texto *Effets de l'archive*, apontando para o arquivo como a questão que permitiu a eles dar uma resposta ao problema do *corpus*.

Essa questão retorna, hoje, uma vez que muitos têm sido os trabalhos em análise de discurso que se dedicam à análise do discurso digital, constituindo, assim, seus *corpora* de trabalho a partir da própria rede internet ou de outros dispositivos a ela conectados.

Esse artigo tem como objetivo, portanto, refletir, da perspectiva da análise de discurso, sobre como se dá a constituição do *corpus* de análise do digital, levando em conta noções já conhecidas no próprio campo teórico da análise de discurso, como "recorte", "arquivo", "circulação".

Do arquivo na análise de discurso

A questão do arquivo em análise de discurso tem a ver com duas outras questões teóricas fundamentais: a leitura e a constituição do *corpus* (GUILLAUMOU; MALDIDIER, 1994). No que concerne à questão do *corpus*, podemos dizer que se trata de um conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo.

Ao falarmos de arquivo, não o consideramos como um acúmulo de documentos organizados e chancelados por uma instituição ou área de conhecimento. Não se trata do arquivo como absoluto de materiais ou campo de documentos pertinentes sobre uma questão. Falamos, sim, da “materialidade do arquivo”, que, segundo Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 92), “impõe sua própria lei à descrição”. Isso porque considerar o arquivo em sua materialidade implica encontrar na prática de análise de discurso o momento da interpretação, em relação ao da descrição, num batimento entre um e outro (PÊCHEUX, 2008, p. 54). E disso resulta a própria constituição do *corpus*. A materialidade do arquivo, portanto, é aquilo que faz com que ele signifique de um modo e não de outro, que faz com que ao se deparar com ele, o sujeito o recorte de maneira x e não y. Um mesmo arquivo nunca é o mesmo, por causa da sua materialidade.

Assim, a “materialidade descritível” do arquivo: uma palavra, um enunciado, uma imagem, um gesto, uma letra, uma cor, etc. “coloca em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura” (PÊCHEUX, 2008, p. 55), marcando, do interior da materialidade, a relação com a memória histórica. Se a descrição instala o real da língua (equivoco, falha, eclipse, etc.), a interpretação instala o real da história (contradição),¹ um alternando-se ao outro na própria complexidade do arquivo, tomado em redes de memória, pondo assim em relação língua e história.

O funcionamento do arquivo é opaco, salientam Guilhaumou e Maldidier (1994). Essa opacidade se impõe, para eles, no momento em que a análise do *corpus* se torna insuficiente para mostrar a relação língua e arquivo e discurso e arquivo – no caso, o discurso revolucionário – e eles sentem a necessidade do “retorno ao arquivo”: “a consideração da dispersão máxima do arquivo torna complexo o procedimento do analista de discurso” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 106). É essa exploração complexa do arquivo que mergulha o pesquisador na materialidade dos sentidos. Portanto, para Guilhaumou e Maldidier (1994), qualquer identificação puramente institucional do arquivo é insuficiente, pois diz pouco sobre o funcionamento dos discursos.

Desse modo, ao constituir um determinado *corpus* a respeito de uma questão, ou em torno de um acontecimento, o fizemos por meio da construção de uma “unidade discursiva” (ORLANDI, 1984) ou recorte de formulações feitas em certas condições de produção, que levam em conta a linguagem e a situação.

É nesse ponto que podemos trazer a questão da leitura como constitutiva daquela do arquivo. Em geral, como adverte Pêcheux (1981), quando se trata do arquivo, contornamos a questão da leitura, questão esta cara à Análise de Discurso. Mas não se trata tampouco da leitura literal, trata-se, ao contrário, de “adicionar sistematicamente a leitura à fragmentação espontânea das sequências para liberar completamente a matéria verbal [ou não verbal] dos restos de sentido que ainda a aderem [...]”² (PÊCHEUX, 1981, p. 16). Em outros termos, trata-se de tirar a leitura de qualquer relação com a evidência.

Nesse sentido, o memorável texto de Pêcheux (2010) “Ler o arquivo hoje”, muito nos ensina, pois vai por em relação o arquivo e a leitura, na contramão de uma tentativa

¹ No caso da análise de Guilhaumou e Maldidier (1994), trata-se da divisão do processo revolucionário contra si mesmo.

² Tradução livre de: “rajouter systématiquement sur le morcellement spontané des séquences, pour achever de libérer la matière verbale des restes de sens qui y adhèrent encore [...]”

de regulação da leitura, de gerenciamento da memória coletiva, de “gestão administrativa dos documentos”, enfim, do desenvolvimento de “*métodos de tratamento em massa*” do arquivo textual” (PÊCHEUX, 2010, p. 52), supondo “torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis”. O que Pêcheux mostra é que, ao contrário dessa uniformização da leitura de arquivo, há gestos de leitura diferenciais e contraditórios na construção do arquivo. O autor reivindica “o reconhecimento da materialidade da língua como [constitutiva do] incontornável do pensamento” (PÊCHEUX, 2010, p. 57). E o que ele propõe é a constituição de um

[...] *espaço polêmico das maneiras de ler*⁴, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma. (PÊCHEUX, 2010, p. 51)

Pondo em relação esse *espaço polêmico das maneiras de ler* e a leitura de arquivo nos tempos de internet, deixo aqui uma questão: não seríamos nós o “conjunto de todos os outros”, referido por Pêcheux ao falar da divisão entre os clérigos, na idade média, por meio da qual alguns eram “portadores de leitura e de uma obra própria” e outros, “o conjunto de todos os outros”, exerciam uma leitura que impunha ao sujeito-leitor um apagamento, uma vez que se dava por meio da repetição de gestos como “cópia, transcrição, classificação, indexação, codificação, etc.”? Afinal, não operamos nós, hoje, frequentemente, na relação com o arquivo digital, com gestos da mesma ordem: copiar, colar, compartilhar, recortar, extrair...? Contudo, em vez dos clérigos, temos, hoje, a serviço do Estado e do empresariado, a grande mídia... (mas também a escola, a ciência...).

Arquivo e materialidade digital

Com essa questão, entro numa segunda parte desse artigo, que é refletir sobre o arquivo digital, e que tem a ver, ainda recorrendo a Pêcheux (2010, p. 54), “com a relação da nossa sociedade com sua própria memória histórica”. Quais as consequências das formas de leitura de arquivo que se estabelecem com o digital, sobre a relação da sociedade com sua memória histórica?

Em face da materialidade digital, como fica a questão do arquivo e com ela a da leitura e a da constituição do *corpus*?

Ao citar Canguilhem sobre a questão sentido, Pêcheux (2010, p. 58) mostra que as máquinas podem produzir conexões entre os dados, mas os dados fornecidos pela máquina ao sujeito não estão em relação com o que este se propõe a partir deles. No caso de um buscador, como o Google, por exemplo, é preciso atentar para isso e não subestimar o “fato da língua” na leitura do arquivo. Em outros termos, não tomar como uma evidência do arquivo o resultado da busca, porque ela não é mais do que dados em relação algorítmica numa memória metálica. É preciso, no entanto, atentar para as correspondências que esses “dados” engendram em nós, o que já se dá a partir de uma filiação à memória histórica, de um trabalho do arquivo. É isso considerar o digital em sua materialidade.

³ Grifos do autor.

⁴ Grifos do autor.

No que diz respeito aos arquivos digitais, falamos, da perspectiva de Paveau (2014) ao tratar do “discurso digital” ou “discours numérique”, de materiais produzidos na e para a internet. Quanto a eles, é preciso atentar para algumas características:

– *temporalidade*: constituída por outros paradigmas que escapam a qualquer cronologia. O tempo do digital é o do acesso e da circulação. Um arquivo digital é sempre atual ou, melhor dizendo, passível de atualização pelo acesso. (Ex.: ao comentar uma postagem do Facebook, independentemente da data em que foi postada, ela se atualiza na linha do tempo).

– *instabilidade do arquivo*: diz respeito à sua mutabilidade. É comum lidarmos com *sites*, textos, *blogs*, vídeos, etc. que sofrem atualização ou ficam indisponíveis. Faz parte do modo de circulação do próprio digital.

– *dimensão e heterogeneidade do arquivo*: lidamos com uma infinidade de textos na internet. Quantidade. Paráfrase.

– *autoria*: muitas vezes nos deparamos com materiais que não têm um “nome de autor” ou uma chancela institucional e temos que descartá-los pela demanda de “legitimidade” do arquivo.

– *leitura dispersiva*: a leitura se desloca do fio temporal linear passando a predominar a ordem espacial, na qual se impõe a visualidade (DIAS, 2013, p. 55). Para compreender o arquivo na internet, precisamos compreender a dispersão constitutiva desse arquivo, que impõe um ritmo ao trabalho de leitura.

Apesar de todas essas questões que tocam o problema do método, e que nos levam a colocar questões a propósito do arquivo digital [como lidar com essa dispersão de textos, verbais, não verbais, chancelados ou não?], é preciso considerar que a relação com o arquivo já é determinada *a priori* por uma questão de pesquisa, o que já dá a ele uma configuração na direção da constituição do *corpus*.

Lembrando que o *corpus* resulta de um trabalho de leitura de arquivo, cujo nó central é a relação entre língua e exterioridade, uma remetendo ao jogo, ao equívoco, e a outra, aos efeitos linguísticos materiais na história (PÊCHEUX, 2010, p. 58).

É preciso atentar, ainda, para o fato de que na discursividade da rede, nesse modo particular produção dos discursos, em que ler o arquivo é parte do próprio momento de sua circulação, a textualização é determinada pelo processo de atualização dos sentidos no eixo horizontal. Não se trata da atualização da memória discursiva pela formulação num intradiscurso, mas da atualização de dados pela circulação.

“Isso circula”, como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada, ou ao contrário, a falsa moeda das línguas de vento: os turbilhões esfumados do “não importa o que” destinados a chamar a atenção, desviando-a dos “problemas reais”. Não seria tempo de destituir essa imagem duplamente satisfatória da circulação, assumindo o fato de que as circulações discursivas não são jamais “não importa o que”?⁵ (PÊCHEUX, 1981, p. 18)

⁵ Tradução livre de: “‘Ça circule’, comme on a pris l’habitude de dire, en faisant de cette circulation l’image positive de notre modernité discursive libérée, ou au contraire la fausse monnaie de langues de vent; les tourbillons fumeux du ‘n’importe quoi’ destinés à occuper l’attention, en la détournant des ‘problèmes réels’.”

O fato de que “algo circula”, e pelo fato mesmo de sua circulação ser parte de uma massa quantitativa de dados armazenados numa memória metálica (horizontal), constitui o modo das relações entre sujeitos e sentidos. Mas como afirma Pêcheux na citação acima: as circulações discursivas não são jamais “não importa o que” por causa, justamente, da sua materialidade.

Sendo assim, é preciso construir dispositivos de arquivo específicos atentando para as condições de produção do digital e, a partir desses dispositivos, reunir o *corpus*. Ou seja, estamos tratando de todo um trabalho complexo entre a teoria, o método, os procedimentos e o objeto da análise de discurso – o discurso –⁶ que não podem ser negligenciados em prol de um “novo” objeto de análise.

Retorno ao arquivo

Em 1998, como parte da pesquisa que desenvolvia no Mestrado em Letras, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criei uma página na internet, que foi hospedada no *site* daquela universidade. Sob orientação da professora Amanda Scherer, a pesquisa tinha como tema os modos de enunciação de si do sujeito homossexual soropositivo. Assim, a criação da página na internet tinha como objetivo criar um espaço de enunciação de si para que sujeitos homossexuais soropositivos falassem do viver com o HIV.

Naquele momento de emergência da internet, e dado todo o estigma em torno da Aids, pensei ser a web a melhor forma de fazer um sujeito, anonimamente, falar de si nessas condições de produção. Criei, então, a página. Era um discurso nativo, como refere Paveau (2014), da internet. Na época, ainda em linguagem HTML. Mas o projeto não deu certo nesse formato. A razão, certamente, deve-se ao fato de que em 1998 não havia a difusão da internet como hoje e nem as mesmas condições de produção da era social da internet. Para termos uma ideia, o Brasil, no final dos anos 1990, tinha pouco mais de um milhão de usuários. Hoje, são mais de 60 milhões.



Figura 1. Página inicial do projeto “Aids e homossexualidade: uma autobiografia virtual (1998)

⁶ Sobre essa questão e a crítica à indistinção, diluição e apagamento das filiações em análise de discurso, ver Orlandi (2012).

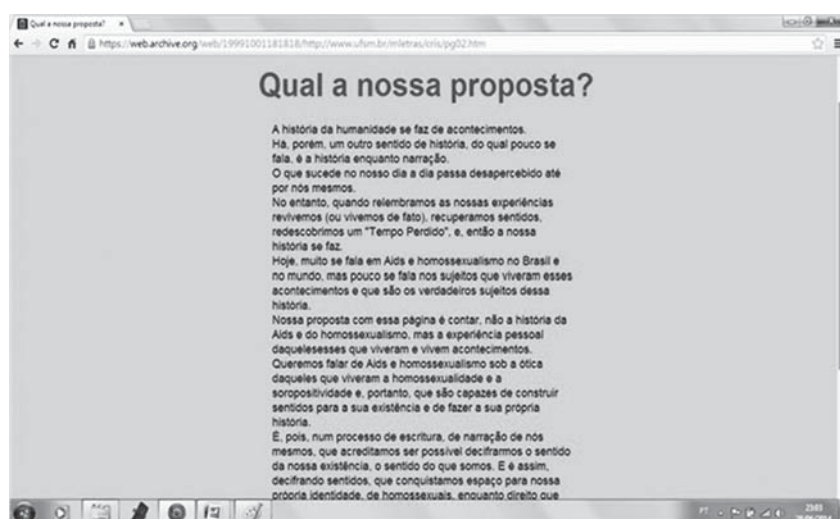


Figura 2. Página segunda do projeto “Aids e homossexualidade: uma autobiografia virtual (1998).

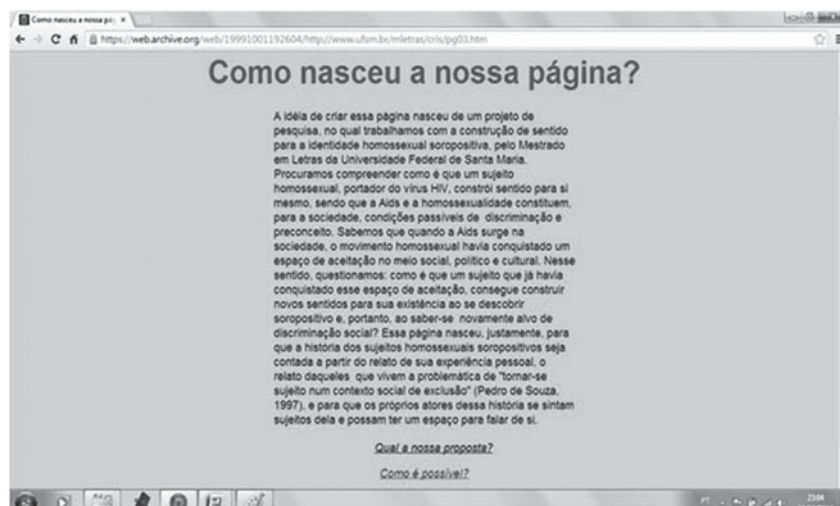


Figura 3. Página terceira do projeto “Aids e homossexualidade: uma autobiografia virtual (1998).

O fato é que hoje, 15 anos depois da criação dessa página, pude fazer um “retorno ao arquivo”, pelo *Internet Archive* –⁷ uma organização sem fins lucrativos dedicada a manter uma espécie de “arquivo da internet”.

O que o *Internet Archive* faz é o que Pêcheux (1981, p. 16) chamou de “leitura-trituração”, que consiste em “recortar, extrair, deslocar, aproximar”. Operações nas quais se constitui um dispositivo muito particular de leitura, diz o autor, produzindo uma “religião do sentido”. Um “espaço da repetição onde tudo é sempre e em toda parte, aproximadamente variável”⁸ (PÊCHEUX, 1981, p. 17).

Eis o que Pêcheux, já em 1981, chamava de um vazio político para o qual a análise de discurso precisa atentar. Não é diferente, hoje, sobretudo, com as facilidades da

⁷ Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

⁸ Tradução livre de: “un espace de la répétition où tout est toujours et partout comme ici aux variations près”.

internet, em que a “religião do sentido” parece imperar, tanto no que diz respeito a um dispositivo de leitura que se vale das operações de extração, aproximação, recorte, etc., apagando as condições de produção e as relações significantes, quanto no que diz respeito à própria construção de um *corpus* de trabalho de pesquisa sem embate com o arquivo, já que tudo parece “dado”, exposto, um já-lá arquivístico. Assim, é preciso, enquanto analistas de discurso, não descuidar do método, já que, como adverte Orlandi (2012, p. 38) “é preciso, para se fazer ciência do discurso, estabelecer uma relação de consistência entre a teoria, o método, os procedimentos, e o objeto”. E isso consiste num “real trabalho de arquivos” que nada tem a ver com “acúmulo de textos à disposição”, mas com um trabalho de leitura. Nada tem a ver com a reprodução de sentidos, mas com produção de acontecimentos (PÊCHEUX, 1981, p. 17), passíveis de “deslocar as linhas de clivagem” e “inquieta as posições estabelecidas”.

Desse modo, ao “retornar ao arquivo”, por meio da página que criei, disponibilizada pelo *Internet Archive*, o que está em questão nessa retomada?

Esse retorno ao arquivo consiste em considerar a dispersão mesma do arquivo recorrendo ao “trajeto temático”, que “corresponde a um procedimento de compreensão”, fundamentado num “vaivém de atos languageiros” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 165), numa diversidade de textos e de sujeitos. O que está em jogo aqui é a materialidade da internet, hoje, na retomada de minha pergunta de pesquisa na conjuntura atual, que se divide e se desloca na relação com uma memória metálica, cujos efeitos na constituição dos sujeitos e dos sentidos são da ordem do discurso.

Busquei então, levando em conta essa ordem do discurso contemporâneo que, para mim, tem como matéria-prima o falar de si, alguns *blogs* de sujeitos portadores do vírus HIV, dos quais trago aqui apenas dois e destaco, para a análise, o perfil do blogueiro e a descrição do *blog*:



Figura 4. *Blog Soropositivo e daí.*

- (01) Sou um cara normal, que contraiu o HIV em uma relação homossexual monogâmica (ao menos da minha parte). O resto vai ser postado aqui nesse blog...
- (02) Local para trocar e contar histórias, experiências e sensações das pessoas que vivem com o HIV ou próximas destas. Uma forma de colocar para fora, ajudar e ser ajudado(a).



Figura 5. Blog Eu e o hiv.

- (03) BRASIL, Sudeste, BAURU, Homem, English, Portuguese, Cinema e vídeo, Informática e Internet, Vídeo Games. Idade: 39 anos. Profissão: Tradutor. Hobby: Jogar vídeo game.
- (04) Sou apaixonado pela vida, e independente de ser ou não soropositivo desde 95, eu me considero uma pessoa feliz!

Não vou aqui proceder à análise propriamente do falar de si, nas condições de produção contemporânea da internet. Meu objetivo é refletir sobre a constituição do arquivo na história e sobre o gesto de leitura de arquivo na internet, que deve levar em conta a materialidade digital. No recorte que apresento, o que é interessante observar é que as condições de produção da internet em 1998, seja técnica ou socialmente, não havia construído na história o sentido das relações digitais, que se produz ao longo da constituição da internet, com os *blogs*, conversas instantâneas, *chats*, redes sociais.

Sobre isso, diria que esse movimento de retorno ao arquivo demonstra que a construção do arquivo não é linear e nem pontual, mas deve ter como fio condutor uma questão, que tampouco é fixa, mas, ao contrário, assume diferentes formas materiais. Gostaria de mostrar, ainda, que a história não é linear e que os sentidos que nela se produzem não cabem na transparência da história da internet, mas derivam, sim, de um retorno ao arquivo, que, como vemos, não é um retorno ao mesmo, mas um retorno que se dá pela polissemia – *deslocamento, ruptura de processos de significação* (ORLANDI, 1999).

É nesse ponto que o acontecimento discursivo pode ser apreendido na consistência dos enunciados dispersos na rede. Eis o que Pêcheux (1981, p. 17) advertiu sobre “livrar a análise de discurso dos sulcos da reprodução do sentido e engajá-la na produção de acontecimentos”.⁹

⁹ Tradução livre de: “dégager l’analyse des discours des ornières de la reproduction du sens, et l’engager dans la *production des événements*”.

Conclusão

Pensar o arquivo, a leitura e a constituição do *corpus* da perspectiva da análise de discurso é de suma importância, pois, com a internet, o discurso digital, pensa-se que tudo é novo, incorrendo naquilo que Orlandi (2012, p. 29) chamou de “narrativa das filiações”:

Antes mesmo de aprenderem a fazer uma análise, há muitos estudantes e jovens professores que começam por “criar” teoria ou a fazer a história da análise de discurso, sem um real trabalho de arquivos. Colocam a mochila nas costas e saem na busca de novas possibilidades (o importante é chamar de “novo”).

Ora, é fato que o funcionamento dos discursos, com a internet e o próprio trabalho com o arquivo, precisa levar em conta as condições de produção da internet e, como venho dizendo, a discursividade da rede de sentidos, que não escapa à injunção do digital e dos modos de existência dos sujeitos e de produção dos sentidos na sociedade digital. Para isso, porém, é preciso um real trabalho de leitura de arquivo, ou seja, é preciso compreender a relação língua e discursividade. O resto é, como diz Orlandi (2012), fabulação.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Cristiane. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Org.) *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 49-62.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Effets de l’archive. In: GUILHAUMOU, Jacques et al. *Discours et archive: expérimentations en analyse du discours*. Liège: Mardaga, 1994. p. 91-111.
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso-fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo. In: _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Pontes: Campinas, 2012. 239 p.
- PAVEAU, Marie-Anne. Les énoncés natifs du web: analyse du discours des réseaux sociaux numériques (Twitter, Facebook, Pinterest). Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/anexos/MAP-Conf.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard et al. (Org.) *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 15-18.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Salvando o Brasil: uma análise discursiva de campanhas evangelísticas da JMN¹

(Saving Brazil: a discursive analysis of JMN evangelistic campaigns)

Daiane Rodrigues de Oliveira Bitencourt¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

daiane.unicamp@gmail.com

Abstract: The aim of this paper is to analyze evangelistic campaigns of the National Mission Board of the Baptist church. In order to do this, we use the theoretical postulates of Discourse Analysis, mainly Maingueneau's postulations on the constituent discourse. The research corpus is a set of materials from the campaigns of National Mission Board. The result of the research shows that the Baptist discourse builds an image of its other as the one that needs to be evangelized. This image is sustained by a series of stereotypes.

Keywords: constituent discourse; Religious discourse; stereotypes.

Resumo: O alvo deste artigo é analisar campanhas evangelísticas da Junta de Missões Nacionais da igreja Batista. Para tanto, utiliza os postulados teóricos da Análise do Discurso, mais especificamente, as postulações de Maingueneau a respeito dos discursos constituintes. O corpus da pesquisa é formado por um conjunto de materiais de campanhas da Junta de Missões Nacionais. O resultado da pesquisa mostra que o discurso batista constrói uma imagem de seu outro como aquele que precisa ser evangelizado. Essa imagem é sustentada em uma série de estereótipos.

Palavras-chave: discurso constituinte; discurso religioso; estereótipos.

Introdução

A missão evangelística constitui-se como um lugar fundamental no discurso cristão, seja ele católico ou protestante. A história da colonização brasileira está profundamente ligada à história da evangelização. O movimento missionário católico acompanhou a conquista portuguesa do território brasileiro.

O envio sistemático de missionários protestantes ao Brasil começou em 1836. Em 1881, foi organizada a primeira Igreja Batista no Brasil, a qual tem se destacado pela grande ênfase dada ao trabalho missionário.

O historiador Émile Léonard (1981) afirma que os batistas procuram o indivíduo para “salvá-lo” e fazem dele um “propagandista” de sua mensagem. A vida do protestante batista se definiria, assim, em três “tempos”: a conversão, a instrução e a evangelização. Os batistas defendem que sua missão primordial é a evangelização do mundo.

Com esse fim, a igreja mantém duas organizações responsáveis pelo gerenciamento do trabalho missionário: a Junta de Missões Mundiais (JMM), que tem como objetivo atuar na expansão da igreja Batista além das fronteiras do Brasil, e a Junta de Missões Nacionais (JMN), que visa à expansão nacional da igreja Batista. Todo ano, essas juntas

¹ Este trabalho é um resultado parcial do projeto de doutorado intitulado *A salvação do mundo na igreja batista: sobre o funcionamento do discurso missionário no final do século XX e início do século XXI*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo n. 2012/09021-8.

desenvolvem campanhas evangelísticas, com o intuito de arrecadar fundos para o trabalho missionário.

O objetivo deste estudo é analisar discursivamente campanhas da Junta de Missões Nacionais. Para tanto, mobiliza as noções de estereótipo, *ethos* e discurso constituinte.

Algumas noções

Amossy e Pierrot (2001) afirmam que o estereótipo funciona como um tipo de pré-construído, na medida em que é um elemento prévio do discurso, afirmado pelo enunciador, mas cuja origem já está esquecida (“já-dito” antes e em outro lugar). A partir dos estudos da psicologia social, as autoras defendem o caráter inevitável e indispensável do estereótipo, enquanto elemento constitutivo da relação do ser humano consigo “mesmo” e com o “outro”. Nesse sentido, mesmo sendo às vezes negativos, eles são fundamentais para a coesão de um grupo e a consolidação de sua unidade.

Possenti (2004) afirma que o estereótipo, quando negativo, pode funcionar como um simulacro no sentido proposto por Maingueneau (1984). Tendo em vista que há um processo de interincompreensão entre os discursos, inscrito nas próprias condições de sua possibilidade, um discurso só pode ‘imitar’ o seu Outro, a partir de si mesmo, fazendo apenas traduções ou ‘simulacros’ dele. Neste sentido, o discurso batista sempre constrói simulacros de seu Outro a partir de estereótipos de tipo negativo, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem positiva de si.

As campanhas da JMN buscam alcançar um público específico – os membros da igreja Batista. As publicações devem fazer com que os fiéis da igreja participem financeiramente das campanhas. O “nós” nos materiais implica, assim, um enunciador – as juntas – e um coenunciador – os membros da igreja. Neste sentido, ao construírem uma imagem discursiva de si, as juntas constroem também a imagem de seu coenunciador.

A questão da construção da imagem de si é discutida por Maingueneau (2008a) na noção de *ethos*. Segundo o autor, “para além da *persuasão* por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de *adesão* dos sujeitos a um certo discurso” (p. 17), principalmente em discursos que devem ganhar um público que pode recusá-los ou ignorá-los, como a publicidade, a filosofia, a política.

Os materiais das juntas funcionam como um tipo de publicidade que deve encontrar um eco favorável diante dos membros da igreja. Esse *ethos* das juntas batistas como responsáveis pela salvação dos brasileiros deve mobilizar o destinatário (o membro da igreja) a participar em prol de uma causa que lhe é apresentada como sendo de sua responsabilidade. Essa responsabilização do batista aponta para a questão dos *discursos constituintes*.

Maingueneau (2006) propõe que o discurso religioso é um discurso constituinte, na medida em que se apresenta como Origem e não reconhece outra autoridade além da sua própria. Afirmando ser ligado a uma Fonte legitimadora, apresenta-se como tendo acesso à verdade que os demais ignoram. Nesse sentido, o discurso cristão, em suas variadas vertentes, apresenta-se como responsável por alcançar a conversão da humanidade por meio da evangelização. O outro é sempre apontado como alvo que precisa ser alcançado, salvo. No caso do discurso batista, a JMN defende que é a sua missão evangelizar o Brasil e que tal missão foi dada por Deus (Fonte legitimadora).

A Junta de Missões Nacionais

O protestantismo no Brasil se propõe como forma de mudar a sociedade brasileira. Conforme explica Mendonça (1990), o protestantismo brasileiro é uma projeção do protestantismo norte-americano, com intenções fortemente pragmáticas, pretende “ser elemento transformador da sociedade através da transformação dos indivíduos” (p. 17). É um protestantismo centrado no trabalho. Nas palavras do autor: “nos Estados Unidos, os puritanos ‘trabalharam’ para construir uma nação segundo o modelo que tinham; no Brasil, os protestantes têm ‘trabalhado’ para ‘transformar’ a sociedade” (p. 17). Com esse objetivo de salvar e transformar a sociedade, foram criadas no Brasil diferentes frentes para o “trabalho” missionário, entre elas, as juntas batistas.

A cada ano, essas juntas desenvolvem campanhas evangelísticas. O objetivo principal dessas campanhas é a arrecadação de fundos para o trabalho missionário. Para tanto, cada campanha tem, além de um alvo em dinheiro estabelecido, um tema e uma divisa. As juntas missionárias preparam materiais (revistas, cartazes, vídeos, hino), que são distribuídos para as igrejas locais. Estes materiais trazem informações sobre o trabalho missionário que tem sido realizado e as metas que deverão ser cumpridas.

Para a execução da campanha, cada igreja local deve eleger uma comissão de evangelismo, responsável pela divulgação das campanhas na igreja. O responsável pela comissão, chamado *promotor de missões*, recebe das juntas missionárias o material da campanha e uma revista do promotor, com orientações para a realização da campanha. A cada culto, o *promotor de missões* deve falar sobre a campanha, explicando o tema, recitando a divisa, cantando o hino. Deve, assim, envolver os demais membros da igreja para participarem das atividades sugeridas e, principalmente, contribuírem com o alvo estabelecido.

De um modo geral, os cartazes veiculados pelas juntas batistas seguem um padrão. Apresentam o tema da campanha, um pequeno texto e uma imagem ilustrativa. Na maioria dos casos, essas imagens são representações de *cenas validadas* no discurso cristão. Maingueneau (2006) define que as *cenas validadas* são cenas “já instaladas na memória coletiva” (p. 122). No discurso batista, tais cenas podem ser a oração, o batismo (por imersão) e a evangelização direta. Essas cenas aparecem em várias das campanhas da JMN. Outras imagens recorrentes nos cartazes são representações do Brasil. Baseadas em estereótipos, estas imagens metonimicamente buscam representar o Brasil.

Maingueneau (2000) explica que, nos discursos constituintes, os posicionamentos supõem a existência de *comunidades discursivas*, “que não existem senão pela e na enunciação dos textos que elas produzem e fazem circular” (p. 8). Cada comunidade é cimentada por discursos que são, ao mesmo tempo, produtos desta própria comunidade. No caso do discurso batista, ainda que as campanhas das juntas missionárias tenham um caráter universalista, estas circulam apenas nas igrejas batistas. Embora as campanhas tratem de diversos grupos (mais precisamente, pretendem alcançar toda humanidade), o interlocutor das campanhas são os próprios batistas. O espaço de circulação das campanhas se restringe às igrejas batistas, sendo assim, uma produção batista para batistas.

Desse modo, a função principal das campanhas é conscientizar os próprios membros da igreja da necessidade de que eles evangelizem e contribuam com os missionários em lugares distantes. As juntas missionárias trabalham, portanto, não apenas no

gerenciamento dos recursos, mas também na construção/manutenção de uma memória: a cada campanha reforça-se a tese de que o mundo precisa ser salvo.

A partir dessas considerações, apresentamos alguns exemplos de materiais de campanha da JMN.

Análises

Selecionamos para análise um conjunto de campanhas que trazem a representação do Brasil como um país carente. No ano de 1990, o tema da campanha missionária da JMN foi *Ainda Falta Muito Brasil*. Um dos cartazes desta campanha teve a seguinte configuração:



Figura 1. Anúncio JMN, 1990

Na parte superior do anúncio, aparece a formulação: “Ainda falta o Brasil criança”. Abaixo, a imagem de um quebra-cabeça com a imagem de uma menina. Faltam algumas peças do quebra-cabeça, as quais aparecem na parte inferior do cartaz. Abaixo da imagem, está o seguinte texto:

A criança representa a pureza, a beleza interior e, acima de tudo, a esperança. Expõe também o fato de que mesmo os adultos mais seguros já foram na infância seres que necessitavam de atenção, carinho, assistência em geral. No Brasil, a situação da população infanto-juvenil é de uma carência tão grande, que chega a atingir graus de miserabilidade pelas causas já conhecidas. Por isso, os batistas brasileiros investem em assistência infantil, oferecendo educação, orientação profissional, moradia, alimentação, e, acima de

tudo, amor. Em nossos colégios e orfanatos, alcançamos centenas de crianças com o amor de Deus e também a mensagem de salvação. O contingente de crianças carentes, porém, daria para formar um outro país que poderia desfalecer sem o nosso esforço e dedicação. Ainda falta o Brasil Criança. Ainda Falta Muito Brasil.

Abaixo do texto, aparece novamente o slogan da campanha: “Ainda falta Muito Brasil”.

No discurso batista, dois sentidos de salvação estão em funcionamento. Um deles é a salvação da alma, da alçada do caráter espiritual da religião cristã. Podemos afirmar que esse sentido aponta para uma demanda criada paradoxalmente pelo próprio discurso religioso cristão: de que as pessoas têm almas que necessitam ser salvas. Outro sentido de salvação que circula no discurso batista é a salvação social do indivíduo, que articula fé e problemas sociais e econômicos. A conversão à fé cristã aparece como solução também para os problemas sociais. O material em análise constrói a imagem da criança como marginalizada, “carente”, miserável, desassistida pelo poder público brasileiro. Deste modo, necessita ser salva pelo batista.

Um dos estereótipos que circula sobre a criança é que ela necessita de proteção. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) existe por essa necessidade de proteger o menor. O artigo 4º deste postula:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Tendo isto em vista, podemos afirmar que, no cartaz, a JMN constrói uma imagem de seu Outro (o poder público) como aquele que não supre a necessidade da criança. Enquanto isso, o batista aparece como aquele que propicia educação, orientação profissional, moradia, alimentação e amor às crianças, suprimindo, assim, uma falha da sociedade e do poder público. Maingueneau (2008b) afirma que cada discurso demanda Tradição e cria a sua memória “interna” e própria. No cartaz, a JMN constrói uma representação de um Brasil (metonimicamente pela representação da criança) carente que precisa ser “salvo” pelos batistas – espiritual e socialmente. Há um jogo com o pictórico: as peças deste Brasil carente precisam ser encaixadas pelo batista, isto é, neste discurso, o Brasil precisa ser evangelizado.

Outro material que selecionamos para análise faz parte da campanha da JMN no ano de 1994. O tema da campanha foi *De mãos dadas com a família missionária*. O material dessa campanha teve a seguinte configuração:



Figura 2. Anúncio da JMN, 1994

Na parte superior, aparece a formulação “De mãos dadas com a família missionária”. Abaixo, a imagem de um casal e dois meninos em uma casa muito pobre, feita de barro e tijolo, sem reboco. Os meninos estão sujos e descalços. Um deles veste apenas uma camiseta e outro está com a roupa rasgada. No canto direito da imagem, aparece a formulação em uma faixa vermelha: “Porque você também conhece as carências do Brasil”.

Podemos afirmar que, no discurso batista, essa imagem funciona metonimicamente como uma representação do Brasil como pobre, carente e precário. Consequentemente, um país que precisa do apoio da “família missionária”. A formulação “Porque você também conhece as carências do Brasil” interpela o coenunciador do discurso (o batista) a auxiliar o trabalho da JMN. O ‘também’ une a JMN e o coenunciador a “dar as mãos” pelo trabalho missionário, isto é, evangelizar. A “família missionária” – o batista e JMN – aparece como auxílio para a carência da família brasileira. Neste discurso, a carência não é só social, mas também espiritual.

Como já foi dito, o protestantismo brasileiro é uma herança do protestantismo norte-americano, pretendendo-se como transformador da sociedade brasileira. Desse modo, para o discurso batista, a salvação do Brasil tem duas alçadas: a espiritual e a social.

Em 1995, a Junta de Missões Nacionais veiculou o seguinte anúncio:

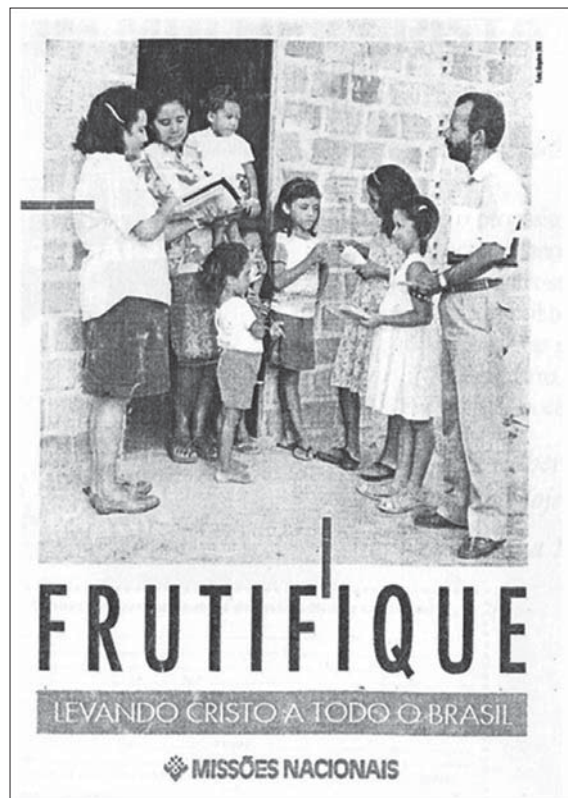


Figura 3. Anúncio JMN, 1995

Neste material, aparece, em frente a uma casa simples e ainda não rebocada, uma mulher e quatro crianças sendo abordadas por uma mulher que mostra uma Bíblia e mais duas crianças que entregam folhetos. Além delas, há também um homem com a Bíblia debaixo do braço. Abaixo da imagem, está a formulação: “Frutifique, levando Cristo a todo o Brasil”.

Segundo o discurso batista, há quatro formas de evangelização: o envio de missionários, a contribuição financeira para as juntas, a oração pelo trabalho das juntas e a “evangelização pessoal direta”, isto é, quando cada batista fala de sua fé para outras pessoas. No cartaz, um casal aparece evangelizando a família. Nesse sentido, o cartaz supõe um destinatário (um batista) capaz de reconhecer esse estilo de evangelização. Podemos afirmar que o cartaz apresenta uma cena validada neste discurso: a evangelização direta. Uma família aparece evangelizando outra em uma casa modesta. Somado a isso, podemos afirmar que o imperativo retoma uma metáfora “validada” neste discurso. Em várias passagens bíblicas, a evangelização aparece metaforizada como o plantio e a colheita. O cristão é representado como uma árvore que deve dar frutos. Assim, quanto ao texto bíblico que aparece no material, é esperado que o coenunciador o reconheça como uma ordem de Cristo e que o “dar fruto” significa evangelizar – conseguir novos membros para a igreja.

Por fim, analisamos um anúncio veiculado pela Junta de Missões Nacionais no ano de 2010. O cartaz tem a seguinte diagramação:



Figura 4. Anúncio JMN, 2010

Na parte superior, aparece a formulação: “Feliz!?”, seguida do *slogan* da campanha: “*por um Brasil verdadeiramente feliz*”. No canto direito, o texto: “É chegado o tempo. Ouço um som de lamento. Eu não vou perder nem um segundo pra alcançar o povo brasileiro. Vem Brasil, com Jesus ser verdadeiramente feliz”. Na parte inferior, o texto bíblico: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para pregar boas novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano da graça do Senhor”. Ao fundo do cartaz, aparece a imagem de um grupo de crianças de rua. Algumas sentadas, duas estão com os rostos cobertos, outra deitada e enrolada em um cobertor. Na frente, aparece a imagem de uma garota andando.

A análise desse material aponta para uma certa relação com a memória e imaginário sobre o Brasil. A imagem das crianças marginalizadas funciona metonimicamente como uma representação do Brasil, produzindo, mais uma vez, uma imagem de um país pobre e carente. Por outro lado, o uso das duas pontuações na formulação “Feliz!?” aponta tanto para um efeito de espanto/surpresa, quanto para um efeito de dúvida. Essa formulação joga com um certo estereótipo do povo brasileiro como um povo feliz, filhos de um “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”. Na formulação, o enunciador põe em questão um pré-construído do Brasil como um país feliz, do tipo “esse é o país que você chama de feliz?”. O advérbio “verdadeiramente” na segunda formulação (“Por um Brasil verdadeiramente feliz”) cria um efeito de negação desse pré-construído do tipo “o Brasil que você chama de feliz não é verdadeiramente feliz”. Nesse sentido, no material analisado, são contrastadas duas imagens de Brasil: um país “pobre” e um país “feliz”. Tais imagens relacionam-se a dois estereótipos.

A respeito da questão dos estereótipos, Amossy e Pierrot (2001, p. 45) afirmam que

El estereotipo que desvaloriza aparece como un instrumento de legitimación en diversas situaciones de dominación. No sólo cuando hay competencia y conflicto la imagen depreciativa del otro cumple funciones importantes, sino también en los casos de subordinación de un grupo étnico o nacional a otro.

No material em análise, a construção da imagem de um país pobre e carente (um estereótipo de tipo negativo) funciona no sentido de legitimar a necessidade de evangelização do país pela Junta de Missões Nacionais. A respeito dos discursos sobre a colonização do Brasil, Orlandi (2008) afirma que, do ponto de vista da Igreja, a conversão é descrita como um progresso para a civilização. Desse modo, a conversão é vista não só como um progresso para a Igreja, mas para a nação (o Brasil colônia), e não apenas isso, como um progresso universal. Nas campanhas da Junta de Missões Nacionais, há uma posição semelhante de que a conversão da nação ao cristianismo trará resultados não apenas da ordem da fé, mas também um progresso em geral. O discurso missionário defende a fé cristã como capaz de solucionar os problemas sociais do país, articulando fé e condições sociais.

Conclusão

No conjunto de campanhas analisado, há uma representação do país como aquele que precisa ser evangelizado. O Brasil é representado como carente e pobre. O discurso exalta valores que ninguém duvidaria: que a criança precisa de proteção e que o pobre deve ser assistido. Neste contexto, a figura do batista aparece realizando um trabalho do poder público: protege crianças e presta assistência social. O batista se apresenta, assim, como “suprindo” as necessidades sociais e espirituais do Brasil. Nesse discurso, o social e o espiritual aparecem, portanto, articulados.

Nas campanhas analisadas, o outro do discurso batista não é um outro posicionamento religioso, mas o poder público brasileiro. Um exemplo disso que com exceção do terceiro material analisado (que apresenta uma cena validada no discurso batista), os outros três poderiam facilmente ser utilizados em uma campanha política que tematize a criança carente ou a pobreza. Desse modo, nessas campanhas, o discurso batista aparece preenchendo uma falta do Estado brasileiro. Podemos retomar aqui uma memória sobre a separação do Estado e da Igreja, promulgada pela Constituição de 1891. Tal separação foi um dos pontos fundamentais para o avanço missionário protestante no Brasil e é um dos pontos básicos da doutrina batista. A neutralidade do Estado é um dos princípios das democracias. Entretanto, se, de um lado, com a questão da neutralidade, o Estado exclui de seu campo de ação a questão da fé, do espiritual e da salvação da alma, por outro, o cristianismo, de uma forma geral, continua a extrapolar seu campo de ação (o espiritual), englobando também elementos sociais. Nas campanhas, os batistas aparecem exercendo a função desses dois poderes: o espiritual da igreja e o social do Estado. Traço de seu funcionamento de discurso constituinte que se propõe como superior aos demais, nesse sentido, a sua ação extrapola seu campo específico (o espiritual) para todos os outros.

Por fim, a análise das campanhas da JMN mostra que o discurso missionário se propõe sempre como defensor do Brasil e responsável por melhorar o país, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem negativa deste, sustentada em estereótipos, como

aquele que precisa ser convertido, transformado e salvo. Embora as campanhas das juntas circulem apenas na comunidade restrita da própria igreja, o discurso missionário tem um caráter universalista. Seu objetivo é alcançar a conversão de “todo o Brasil”. Entretanto, paradoxalmente, sustenta-se em uma demanda criada por ele mesmo: de que as pessoas têm almas a serem salvas e atrela a isso a “salvação” social do indivíduo, com a eliminação da pobreza.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2001. 133 p.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 21 maio de 2014.
- LÉONARD, É. G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. São Paulo: Aste, 1981. 388 p.
- MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constiuintes. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2000.
- _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Criar, 2006. 181 p.
- _____. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29.
- _____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b [1984]. 189p.
- MENDONÇA, A. G. Evolução história e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 11-59.
- ORLANDI, E. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 286 p.
- POSSENTI, S. Estereótipos e identidade: o caso nas piadas. In: _____. *Os limites do discurso: ensaios sobre o discurso e o sujeito*. 2. ed. São Paulo: Criar Edições, 2004; p. 155-166. Cap. 3.

A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância¹

(Sisterhood in cyberspace: feminist ties in militancy)

Dantielli Assumpção Garcia¹, Lucília Maria Abrahão e Sousa²

Universidade de São Paulo (USP)

dantielligarcia@gmail.com, luciliamsr@ffclrp.usp.br

Abstract: This work, from the theoretical perspective of French Discourse Analysis, aims at analyzing the fanzine called *Reajá*, produced by the collective of The SlutWalk from Campinas. We attempt to understand how a saying about women and about their relationships with other women gathers significance in society and starts circulating in cyberspace. By analyzing how the notion of “sisterhood” gathers significance in the fanzine, we reflect upon how the feminist ties are designed and circulate in contemporary society and on the network, seeking to break with sayings already engraved in the memory of society about what it means and what it does not to mean to be a woman. Moreover, we intend to reflect upon how it is discursively materialized what some authors have been referring to as cyber militancy, which leads to claims, to protests, by nullifying the so-called dominant discourses and producing a different one about/by women and their sisterhood relationships.

Keywords: The SlutWalk; woman; fanzine; sisterhood; militancy.

Resumo: Este trabalho objetiva, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, analisar o zine *Reajá*, produzido pelo coletivo da Marcha das Vadias de Campinas. Almejamos perceber como um dizer sobre a mulher e sobre suas relações com outras mulheres ganha sentido na sociedade e passa a circular no ciberespaço. Analisando como a noção de “sororidade” significa no zine, refletiremos como os laços feministas são formulados e circulam na sociedade contemporânea e na rede, buscando romper com dizeres já estabilizados na memória da sociedade sobre o que é e não é ser mulher. Além disso, pretendemos refletir sobre o modo como é materializada discursivamente a cibermilitância, norteados por reivindicações, protestos, furando os discursos legitimados como dominantes e produzindo um outro discurso sobre/da mulher e suas relações de sororidade.

Palavras-chave: Marcha das Vadias; mulher; zine; sororidade; militância.

Introdução

Neste trabalho, filiados à Análise de Discurso francesa (Pêcheux, 1997), analisaremos um post publicado inicialmente na página do Facebook Lovelove6 e que passa a circular também na página do Facebook da Marcha das Vadias de Campinas. Esse post divulga um zine, produzido pela Marcha das Vadias de Campinas, o qual busca levar a mulher, militante ou não, a refletir sobre sua posição na sociedade contemporânea, sobre as formas de violência contra o feminino e sobre as relações que as mulheres estabelecem umas com as outras. Ao divulgar na rede o zine *Reajá*, relações de alianças entre diferentes grupos feministas são estabelecidas. Partindo da noção de *sororidade* como “aliança feminista entre mulheres”, “dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo”, pretendemos refletir como os laços feministas constituem-se na rede e convidam as

¹ Este texto faz parte do projeto de pós-doutorado “A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, proc. n. 2013/16006-8), que tem como objetivo central analisar a formulação, a constituição e a circulação de um discurso sobre a mulher na contemporaneidade e no ciberespaço.

mulheres a militarem, seja no ciberespaço ou no espaço urbano, pelas causas femininas/feministas.

Ao analisarmos o zine, buscaremos mostrar como se constitui um discurso da instrução, o qual busca ensinar as mulheres a se reconhecerem como mulheres, a reconhecerem um possível homem violento, a desconstruírem a desigualdade entre homens e mulheres, a se libertarem e se empoderarem na sociedade. Nessa análise, pretendemos perceber como o sujeito feminino, em suas experiências de sororidade, constrói sua imagem, que dizeres ele assume/milita no ciberespaço, que interditos busca divulgar na rede e fazer circular na sociedade.

Para tanto, nosso trabalho divide-se em três momentos. Inicialmente, traçaremos uma discussão acerca do que são os (fan)zines, como se estruturam, como funcionam e passam a circular na sociedade, esteja esta na rede ou não. No segundo momento, refletiremos sobre o feminismo, sua história e seu funcionamento na contemporaneidade, na sociedade em rede. Por fim, analisaremos, mobilizando a noção de interpelação ideológica, o zine *Reajá*, do coletivo da Marcha das Vadias de Campinas, mostrando como os sentidos de sororidade são postos em circulação em um discurso da instrução que ensina as mulheres a como (re)agirem na sociedade machista que busca silenciar o feminino. Assim, na análise, explicitaremos como, ao trazer para a discussão temas polêmicos, os movimentos feministas que circulam e militam na rede buscam romper com sentidos estabilizados sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade patriarcal. Assim, o ciberespaço permite a militância, permite a discussão de temas que afetam o funcionamento urbano. Na rede, confrontos surgem na tentativa de fundar outros discursos à sociedade, outras formas de relações entre os sujeitos que não sejam sustentadas por um discurso patriarcal, misógino.

(Fan)Zine: um espaço de contestação

Nesta parte de nosso trabalho, discutiremos o que são os (fan)zines, como estes se estruturam, como circulam na sociedade. Essa reflexão nos auxiliará na compreensão do zine *Reajá*, produzido pelo coletivo da Marcha das Vadias de Campinas.² Esse zine passa a circular na página do coletivo do Facebook a partir de uma postagem da página da Lovelove6. A Lovelove6 é uma página no Facebook de “desenhos, zines, quadri-nhos, catnip”, com “imagens explícitas e mensagens políticas” e é elaborada por Gabriela Masson, feminista e estudante de Licenciatura em Artes Plásticas da Universidade de Brasília (UnB). A artista produziu em 2013 os zines *Ética do Tesão na Pós-Modernidade* e, atualmente, organiza o zine *Artemise* e a série *Garota Siririca* (Facebook Lovelove6). Abaixo, a imagem do compartilhamento do zine e o estabelecimento das relações entre páginas de coletivos feministas:

² Coletivo é um grupo de indivíduos que divide os mesmos interesses, posicionamentos, e milita por uma causa comum. Os coletivos feministas são grupos de mulheres, principalmente, que militam por uma posição legitimada a elas na sociedade. Nesses grupos, inúmeras discussões, intervenções acerca do universo feminino são realizadas. O coletivo feminista da Marcha das Vadias surgiu a partir de um episódio ocorrido na Universidade de Toronto em janeiro de 2011 quando o policial Michael Sanguinetti, em uma palestra nessa universidade, recomendou que as “mulheres evitassem se vestir como putas para não serem vítimas de estupro”. Como reação a essa fala que culpabiliza a vítima, foi organizada em abril do mesmo ano, no Canadá, a primeira SlutWalk – a Marcha das Vadias. Esse movimento rapidamente se espalhou pelo mundo, sendo também realizado em diversas cidades brasileiras.



Figura 1. Marcha das Vadias no Facebook

De acordo com Magalhães (1993, p. 9), os fanzines surgem na década de 1930, nos Estados Unidos, com publicações ligadas à ficção científica. Contudo, o termo “fanzine” só foi criado em 1941 por Russ Chauvenet a partir da contração dos termos *fanatic* e *magazine*, isto é, o “magazine do fã”. O fanzine, define Magalhães (1993, p. 9), é:

Uma publicação alternativa e amadora, geralmente de pequena tiragem e impressa artesanalmente. É editado e produzido por indivíduos, grupos ou fãs clubes de determinada arte, personagem, personalidade, hobby ou gênero de expressão artística, para um público dirigido e abordando, quase sempre, um único tema.

Registramos que, nesses termos, o fanzine permite a emergência de dizeres que não comparecem nas mídias denominadas dominantes, tampouco nos espaços massivos de circulação do discurso jornalístico; organiza-se a partir de outros efeitos, quais sejam, aqueles inscritos pela singularidade de seus autores, também responsáveis pela produção e distribuição do material. Apontamos que tal espaço inscreve o silenciado, abre espaço para a emergência de sentidos tidos como indesejáveis e rompe com a regularidade dos dizeres sobre a mulher. O zine *Reajá*, por exemplo, foi elaborado pelo coletivo da Marcha das Vadias de Campinas, tem como temas, relativos à mulher, o feminismo, a sororidade, a violência, o prazer; e interpela o feminino, convidando as mulheres a refletirem sobre sua posição na sociedade patriarcal. Esse zine passa a circular no ciberespaço a partir da postagem, como já salientamos, da Lovelove6 e atinge um público atento às questões que tocam o universo feminino/feminista e que está presente na rede.

Como salienta Magalhães (1993, p. 10), os fanzines “são veículos amplamente livres de censura. Neles seus autores divulgam o que querem, pois não estão preocupados com grandes tiragens nem com o lucro, portanto, sem as amarras do mercado editorial e de vendagem crescentes”. A publicação do zine *Reajá* representará o discurso da Marcha

das Vadias de Campinas. Esse movimento feminista tenta mostrar à sociedade que a mulher tem voz, tem desejos, sabe o que espera da vida. Em um discurso instrucional, o coletivo interpela as mulheres a entender como a sociedade é machista e violenta o feminino a todo o momento. Magalhães (2003, s.p.) coloca que os fanzines são “frutos também de grupos marginalizados cultural e geograficamente, bem como porta-vozes de um tipo de contracultura que denominamos genericamente de underground, alternativa ou independente”.

O zine *Reajá* funciona como porta-voz do movimento feminista da Marcha das Vadias. Ao discutir sobre feminismo, mulher, machismo, violência, traz à tona dizeres que a sociedade patriarcal busca silenciar. O zine, ao circular também na rede, faz funcionar um discurso de resistência feminista, o qual tenta confrontar a sociedade sobre a forma como tem tratado a mulher. O fanzine é considerado como imprensa alternativa, pois “sua produção é independente dos circuitos comerciais, sua linguagem discursiva e estética procura ser inovadora e apresenta conteúdo quando não contestatório ao mesmo com um ângulo raramente focado pela grande imprensa” (MAGALHÃES, 1993, p. 14). Articulando tal definição com o campo do discurso, especialmente com o pensamento de Michel Pêcheux (1997), anotamos que o fanzine rompe com “o que pode e deve ser dito” na formação discursiva dominante midiática, apontando a emergência de um dizer tecido nas margens que instala efeitos imprevisíveis e inesperados para o tema mulher.

O zine *Reajá*, filiado a um discurso contestatório, produz sentidos ao sujeito feminino pouco explorado pela grande imprensa. No zine, a imagem da mulher não é a da submissa que deve sofrer calada a qualquer forma de violência, mas sim a mulher empoderada, que tem relações de sororidade com outras mulheres, que busca (re)agir contra os discursos machistas e patriarcais que a violentam. Ao produzir e fazer circular o zine, o coletivo da Marcha das Vadias, portanto, dá voz ao sujeito feminino e mostra que o movimento ainda tem muito a dizer para a sociedade contemporânea que agora vive conectada ao ciberespaço.

O movimento feminista brasileiro: uma história

Passaremos agora a discorrer sobre o movimento feminista brasileiro com o intuito de compreender as condições de produção de um discurso feminista no século XXI. Em *Uma história do feminismo brasileiro* (2003, p. 9), Pinto ressalta que escrever uma história desse movimento não é uma tarefa fácil, pois “se trata de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, nas últimas décadas, ficou imune a ter uma opinião”. No intento de construir a história do feminismo, pesquisadoras propuseram sua organização em ondas. A chamada primeira onda do feminismo aconteceu, como aponta Pinto (2010, p. 15), a partir das últimas décadas do século XIX, quando “as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto”. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto:

As *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino,

organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 15-16)

A década de 1970 foi marco inaugural da segunda onda feminista na América Latina que, desde a década anterior, desenvolvia-se nos Estados Unidos e em diversos países da Europa. Como aponta Cestari (2013, p. 1472):

Na “segunda onda feminista”, as mulheres ampliaram sua atuação na política, historicamente uma arena de participação majoritária de homens, e também questionaram a concepção de política vigente. “Politizar o privado” seria uma bandeira fundamental encampada por diferentes vertentes do movimento feminista e que não se restringia a este movimento, relacionando-se ao contexto político dos anos 1960-1970. É deste momento a consigna ainda atual que denuncia a opressão que a mulher sofre também no âmbito doméstico e questiona a divisão entre público e privado.

Sarti (2004, p. 36) ressalta que, embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o início do feminismo no Brasil dos anos 1970 “foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar em 1964”. De acordo com Pinto (2003), foi no período ditatorial brasileiro que se pôde identificar uma aproximação maior dos movimentos de mulheres com o poder governamental. Nessa época, a população feminina lutava não somente pelo fim da ditadura, mas também e, principalmente, pelo fim da condição de dominação e submissão histórica e social da mulher. Para a autora, o ano de 1975 foi muito significativo para os movimentos de mulheres no Brasil, não só pela decisão da ONU de definir essa data como Ano Internacional da Mulher, mas também pela criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Esse centro foi criado no Rio de Janeiro a partir de um evento realizado por um grupo de mulheres que tinham o propósito de comemorar a instituição do Ano Internacional da Mulher. A fundação do Centro foi o primeiro passo para tornar público e institucionalizado os movimentos de mulheres.

Na década de 1980, com a anistia, as mulheres que estavam na Europa e nos Estados Unidos, como exiladas, trouxeram para o Brasil uma nova forma de pensar a condição do sujeito feminino, em que a posição histórica de mãe de família, de dona de casa, de rainha do lar, passou a ser desconstruída. Foi nessa época também que o tema da violência contra a população feminina foi pela primeira vez discutido oficial e publicamente. Pinto (2010, p. 17) nos diz:

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com status de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional.

Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, com status de Ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente.

É a partir desse contexto histórico-ideológico que objetivamos analisar o zine *Reajá*. Buscaremos flagrar como, na contemporaneidade, o sujeito-mulher busca criar espaços de resistência e de militância por um novo dizer sobre o que é ser mulher e sobre o que é feminismo no século XXI.

O zine *Reajá*: a sororidade em circulação

Antes de analisarmos o zine *Reajá*, exporemos as noções teóricas que estamos mobilizando para a análise. Consideramos para o zine as noções de “ideologia” e “sujeito”. Pretendemos refletir sobre o modo como o sujeito-mulher é interpelado pelo discurso feminista para desidentificar-se com o discurso dominante (machista) e identificar-se com o discurso feminista e, assim, ocupar a posição sujeito-mulher-militante.

A Análise de Discurso busca ressignificar a noção de ideologia considerando a noção de linguagem. Trata-se de propor uma definição discursiva de ideologia, a qual leva também em consideração o inconsciente. Como diz Henry (1994): “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. A ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Partindo da afirmação de que ideologia e inconsciente são estruturas-funcionamentos, Pêcheux (1997) afirma que sua característica comum é dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências: a evidência do sentido e a evidência do sujeito.

A evidência do sentido, como coloca Orlandi (2002, p. 46), faz com que uma palavra designe uma coisa, apaga seu caráter material, ou seja, faz ver como transparente aquilo que constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas. Já a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Nos dizeres de Pêcheux (1997, p. 163):

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, isto é, na qual ele é constituído como sujeito de seu discurso, se efetua pela identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

O assujeitamento, para a Análise de Discurso, é a própria possibilidade de ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz). Sendo assim, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. Desse modo, o sujeito na Análise de Discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Sujeito interpelado pela ideologia, sujeito inscrito em uma posição, sujeito dividido por sentidos que o atravessam à revelia de uma escolha voluntária porque cancelado pela ideologia e pelo desejo. Pela interpelação ideológica do sujeito feminino, a posição sujeito-mulher é constituída por um discurso patriarcal, machista, que coloca a mulher em lugar de submissão, de sexo frágil, de objeto. Em um discurso da militância feminina, a mulher, em sua posição de mulher-militante, desidentifica-se com esse discurso patriarcal, possibilitando o surgimento de um discurso feminista. Indursky (2008,

p. 5), retomando as ideias de Pêcheux, ressalta que “desidentificar-se implica não mais estar identificado com uma determinada formação discursiva porque, de fato, este mesmo sujeito já identificou-se com uma outra formação discursiva”. É esse o funcionamento observado no zine *Reajá* em que há uma desidentificação com a Formação Discursiva Machista e a inscrição de dizeres identificados com a Formação Discursiva Feminista.

Orlandi (2012, p. 230), ao teorizar sobre a resistência do sujeito, ressalta que a questão da resistência do sujeito “está, de um lado, vinculada à relação entre forma-sujeito-histórica e individuação pelo Estado; do outro, pelo processo de identificação do sujeito individuado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso”. Ao se identificar, aponta Orlandi (2012, p. 230), é possível a ruptura. Nas palavras da autora (2012, p. 230-231):

Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica de resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar.

É nesse funcionamento ideológico da resistência, de não identificação a que a mulher militante buscará constituir-se em sua posição-sujeito e interpelará outras mulheres a acompanharem na resistência ao discurso patriarcal. É na práxis da militância, no espaço urbano e no ciberespaço, que a mulher produzirá dizeres sobre o feminino e fará circular sentidos que a diz como um sujeito com voz. É o caso do zine *Reajá*.

Esse zine foi produzido pelo coletivo da Marcha das Vadias de Campinas em novembro de 2013 e passa a circular no ciberespaço em fevereiro de 2014 nas páginas do Facebook da Lovelove6 e da Marcha das Vadias de Campinas. Inicialmente, o zine circula, provavelmente no espaço urbano e, após a publicação da Lovelove6 passa a ter o ciberespaço como um outro lugar de circulação. Como aponta Mittmann (2009, p. 1) – refletindo sobre a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais –, o ciberespaço se oferece aos movimentos sociais como mais um lugar de manifestação daquilo que é silenciado na grande mídia. Nos dizeres da autora (MITTMANN, 2009, p. 1):

Enquanto a grande mídia serve ao poder político-econômico como instrumento de controle da circulação de discursos e, portanto, controle da interpretação para a perpetuação desse poder, a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais – enquanto movimentos à margem do sistema – tem sido um forte instrumento de enfrentamento às dominâncias, furando esse controle e provocando novas formas de produção e circulação de discursos.

É esse o funcionamento da página do Facebook da Marcha das Vadias de Campinas. Pela publicação de postagens (vídeos, textos, imagens, zines, etc.) há um enfrentamento do discurso dominante patriarcal, na tentativa de furá-lo e mostrar para a sociedade o que pensa e diz a mulher. Há, pelo movimento feminista, a formulação de um discurso de denúncia das violências que as mulheres sofrem; de um discurso da instrução, o qual busca ensinar a mulher a como agir em situações de violência; de um discurso do prazer, que mostra à mulher que esta pode ter desejos, sejam sexuais ou não, que esta pode ter prazer. Temos um convite feito às mulheres para que estas militem por um outro dizer sobre o feminino. O convite surge no ciberespaço, mas as ações são para serem sentidas

no espaço urbano, público. A rede potencializa a circulação desses dizeres. Conforme Mittmann (2009, p. 2):

A circulação – antes limitada a redes menores, a pequenas comunidades – hoje é potencializada. E a possibilidade de entrar nessa grande rede de significantes, fazendo circular vozes outras que não as parafraseadoras do discurso da ideologia dominante, tem permitido aos movimentos sociais a divulgação em grande escala de discursos de denúncias, de convocações ao internauta, de estabelecimento de relações de aliança com outros movimentos etc.

É essa divulgação que temos na página do Facebook. Ao divulgar o zine *Reaja*, convoca-se a mulher a lutar pelas causas feministas. A capa do zine já aponta para isso:



Figura 2. Zine *Reaja*

Temos a imagem de uma mulher que se encontra em atitude de tristeza, exclusão, submissão. O coletivo a interpela pedindo que esta reaja. Há um convite para que essa mulher lute pelas causas feministas. Essa luta é para ser agora. No título do zine, além da leitura do verbo *reagir*, temos também a leitura do advérbio *já*. Isto é, a mulher tem que reagir agora, neste exato momento. A luta não será só dela, mas de todas as mulheres, uma vez que “mexeu com uma, mexeu com todas”. O braço erguido aponta para a luta feminista e a interpelação ideológica do sujeito feminino é para que se junte a essa luta. As primeiras páginas do zine interpelam a mulher questionando-a em relação às reações diante de “brincadeiras” machistas:



Figura 3. Zine Reajá

O uso de aspas mostra uma não concordância do coletivo em considerar formas de machismo como brincadeiras. Ao interpelar a mulher, o discurso, de certa forma, a coloca como culpada por esse tipo de “brincadeira” tão comum na sociedade patriarcal. A exposição a esse tipo de violência simbólica levaria as mulheres a aceitarem o machismo, a serem tolerantes. O machismo, no dizer do coletivo, vem “disfarçado” e é ele que as mulheres devem combater. Há a interpelação para que a ruptura ao discurso machista seja produzida. O coletivo ensina as mulheres a como reagirem diante de “brincadeiras” machistas que “alegram o ambiente”: 1. Dizer que não acha graça; 2. Não ter senso de humor; 3. Não corroborar com atitudes que perpetuam o machismo. Ao agir assim, pelo dizer da Marcha, as mulheres estariam encorajando outras mulheres a terem voz. A ruptura está em dar voz à mulher para que esta diga não ao machismo. Na imagem, o fato do homem estar jogando (semelhante a uma embaixadinha de futebol) com a cabeça da mulher aponta para uma violência que afeta o psicológico dela. Essa imagem mostra como a sociedade tenta jogar com o que pensam as mulheres a ponto de levarem-nas a “perder a cabeça”. Não ter cabeça seria também não ter voz, não ter nada a dizer ou pensar sobre sua posição na sociedade.

Anotamos que a forma de instalar tais efeitos é bastante singular, seja pelas letras (algumas manuscritas), seja pela diagramação, seja pela presença de imagens. Todos esses elementos fazem falar outra estética, quase um artesanato da palavra, muito diferente daquela padronizada pela formatação do discurso jornalístico tido como oficial. O coletivo traz inúmeros questionamentos sobre atitudes do homem e da sociedade em relação às mulheres:

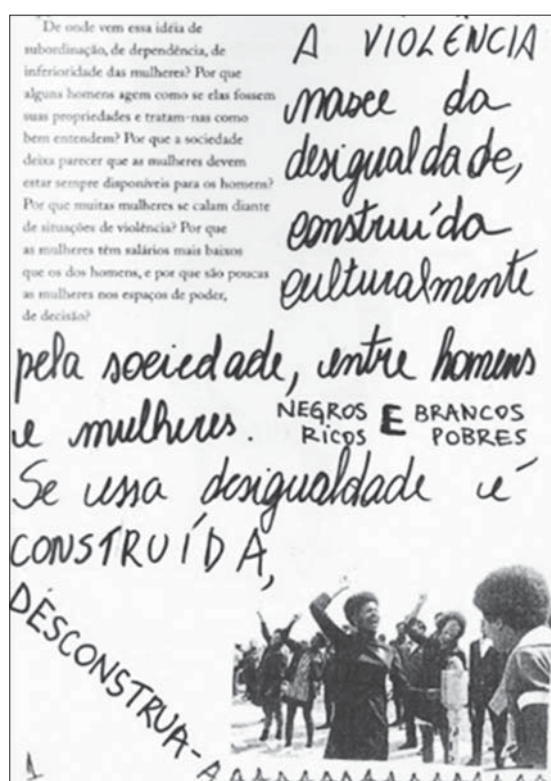


Figura 4. Zine Reajá

Essas perguntas, aparentemente sem resposta, indicam um funcionamento da sociedade em que a mulher não tem lugar. Para a sociedade, a mulher só não é uma intrusa se tiver atitudes de submissão ao discurso dominante patriarcal; se a mulher reagir, poderá ser vítima de violência a qual se baseia na desigualdade de gênero construída culturalmente. A interpelação da Marcha é para que as mulheres “destruam” (em uma atitude de resistência pela violência?) essa desigualdade, uma vez que esta foi construída e não tem motivos para que ainda seja mantida. A luta feminista estará em criar alianças para que essa ruptura seja possível. Se por um lado o discurso fanzineiro inscreve perguntas com efeito de denúncia do que está naturalizado para a mulher como lugar de violência, de silêncio e de impedimento, por outro mobiliza respostas fazendo movimentar as reações possíveis, as rupturas necessárias e as ordens de combate. Apontamos que o funcionamento das respostas é dado pelo imperativo, o que indicia um modo de responder ao que está posto com a força (e por que não dizer a fúria?) de uma ordem de comando.

Nas páginas seguintes do zine, por meio de um discurso da instrução, interpela-se a mulher, dizendo sobre a violência. No zine, expõem-se o ciclo da violência e seus diversos tipos, aos quais a mulher está submetida, tais como: 1. Ameaça; 2. Violência sexual; 3. Atentado violento ao pudor; 4. Estupro; 5. Calúnia; 6. Discriminação por opção sexual; 7. Racismo; 8. Indução ao suicídio; 9. Homicídio. Há também uma explicação sobre essa violência e o modo como a mulher deve agir. A imagem da mulher é daquela capaz de sair desse ciclo de violência. No desenho, a imagem de uma mulher com a mão levantada tanto poderia indicar o basta às diferentes formas de violências às quais ela está exposta, como também um gesto de defesa ao ato de violência do sujeito que a agride. No final de todas as explicações e instruções, há o seguinte dizer: “Precisamos juntos lutar contra a impunidade”:



Figura 5. Zine *Reajá*

Pelo dizer do coletivo, há uma impunidade em relação à violência contra a mulher e a luta é de toda a sociedade, não só das mulheres. Ao usar “juntos” e não “juntas”, aponta-se para algo que afeta a todos os sujeitos partícipes da vida em sociedade: homens, mulheres, crianças, jovens, familiares. Aqui a interpelação não é só do sujeito-mulher, mas sim de todos os indivíduos que vivem na sociedade patriarcal. Já, no dizer “Ensina os seus filhos a respeitar Mulheres!”, há uma indefinição do sujeito do verbo ensinar. Quem deveria ensinar os filhos: as mães, os pais, a sociedade? Acreditamos que com esse dizer a Marcha das Vadias reafirma uma memória acerca da mulher como propagadora do machismo, uma vez que, em geral, é ela a responsável pela educação dos filhos. Todavia, a interpelação pelo coletivo busca atualizar essa memória, ensinando a mulher a não aceitar e, assim, não propagar atitudes machistas.

Após essa instrução e convite à militância, há uma página que mostra a diferença na educação de meninos e meninas:

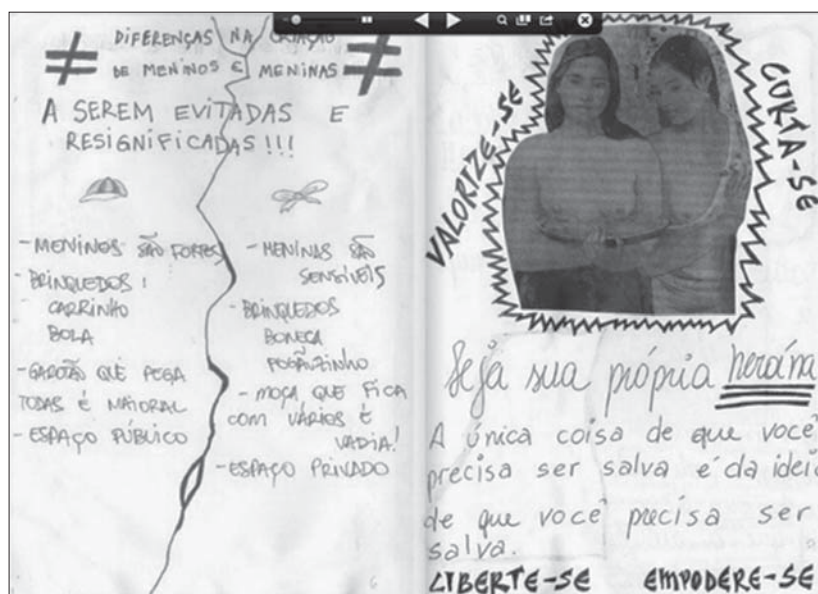


Figura 6. Zine Reajá

Essa diferenciação está sustentada em uma memória estabilizada na sociedade em relação ao homem e à mulher. A ela, o espaço privado, ou seja, o lar; a ele, o espaço público. A ele, a posição de “garotão”; a ela, a posição de “vadia”. O coletivo, ao trazer essa memória, busca rompê-la. Interpela-se a mulher para que esta “valorize-se”, “curta-se”. Vemos uma ambiguidade nesse “valorize-se”. Embora pelo dizer da Marcha o “valorizar-se” vai em direção ao aceitar-se como mulher, libertar-se e empoderar-se, podemos lê-lo também, atravessado por uma memória sobre o feminino, que a mulher deve se dar ao respeito, isto é, que ela deve saber se comportar, deve saber se vestir, deve se dar o valor. Na tentativa de ruptura, o discurso-outro, que violenta a mulher pedindo para ela valorizar-se, faz-se forte e produz sentidos no dizer da Marcha. Nas páginas seguintes, a questão da sororidade começará a ser desenvolvida:



Figura 7. Zine Reajá

Temos nessas páginas a interpelação da mulher para que esta faça parte da “revolução feminista”. Mesmo não querendo participar de coletivos, a mulher e outra amiga (relação de sororidade) podem revolucionar por meio de ações cotidianas suas vidas. A interpelação pelo movimento feminista constitui-se nas formulações de discursos com os quais as mulheres identifiquem-se e reconheçam-se enquanto sujeitos que agem na sociedade. A busca pelo coletivo é que a mulher ocupe a posição de mulher militante, que saia em luta por uma revolução feminista, que pratique o feminismo por meio da sororidade. Para tal, a colagem discursiva produzida pelo fanzine nos remete à heterogeneidade constitutiva de todo dizer, aqui marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990, 1998) de modo bastante interessante: a fotografia em preto e branco de trabalhadoras, o quadro de Di Cavalcanti com um tema recorrente em sua obra – a mulata – e o autorretrato de Frida Kalho. Tais mulheres se postam olhando o leitor do fanzine, instalam-se em pé, de frente, em posição de reivindicação tal como os dizeres instalam. Mulheres fotografadas e representadas pela pintura, mulheres com a voz atenta de dizerem de si, do seu corpo e do seu trabalho.

O zine *Reajá* traz uma definição do que é sororidade, a qual está relacionada às dimensões ética, política e prática do feminismo. A sororidade, pela definição, é uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas. É, além disso, conscientizar as mulheres sobre a misoginia. É um “esforço pessoal e coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres”. É, por fim, empoderar a mulher. Pela definição, as relações entre as mulheres são colocadas em evidência. Essas relações são conflituosas. A própria mulher, às vezes, não “valoriza” outra mulher. A luta feminista também é para que isso se efetive, ou seja, há a tentativa pelo coletivo de romper com uma forma de violência contra a mulher praticada pela própria mulher, por não ter consciência de suas relações de companheirismo com a outra. O coletivo, por meio do zine, tenta evidenciar o sentido de sororidade com o objetivo de romper com o discurso patriarcal. A sororidade passa a ser uma “prática feminista”, a qual permite “as mulheres serem coerentes e potencializa a cultura feminista”. A interpelação se dá aqui de modo a “conscientizar” a mulher da posição que ela deve ocupar na sociedade. Além de militante, deve praticar a sororidade. Não é uma luta de uma só mulher, mas sim de todas, unidas pela sororidade.

Na página seguinte do zine, temos um quadrinho em que vemos as relações de sororidade:



Figura 8. Zine *Reajá*

No primeiro quadrinho, há uma espécie de inimizade entre as irmãs e a “gata borralheira”. Relembrando o conto infantil, o tão esperado baile para a escolha da princesa. A gata borralheira formula seu discurso mostrando como a atitude do príncipe é machista e convence as irmãs a também não participarem do baile. No final, as irmãs unidas pela sororidade e o príncipe diante de uma pichação, com o símbolo da luta feminista.

A Marcha aponta para uma sustentação das desavenças entre as mulheres pela sociedade patriarcal. O coletivo ressalta que a sociedade, em uma espécie de troca, usa as mulheres para produzirem a violência. Diante disso, uma das lutas feministas é combater essa inimizade, não só fortalecendo, mas promovendo a sororidade. Ao estabelecer essas relações de sororidade, as mulheres conseguiriam lutar para eliminar as formas de opressão, violência e exploração que envolve o “segundo sexo”.³

Há uma parte do zine com desenhos que trazem o órgão sexual feminino em evidência. Como um discurso da instrução, indicam-se as partes que compõem a genitália feminina:

³ Expressão de Simone de Beauvoir ([1949] 1970) para referir-se à mulher.

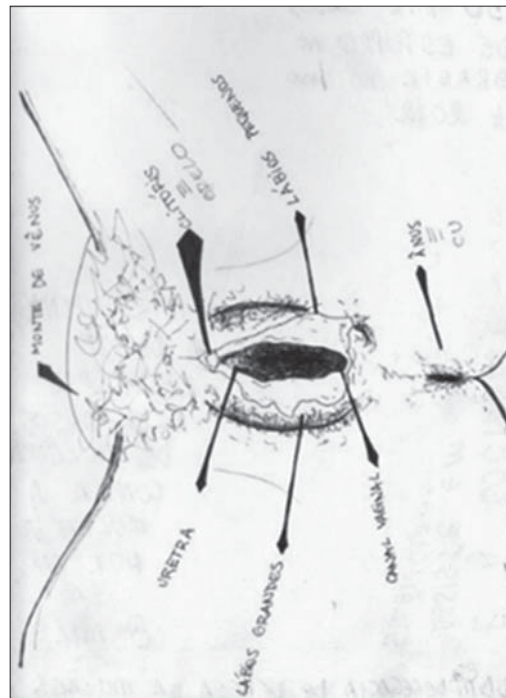


Figura 9. Zine *Reajá*

O movimento feminista busca em suas publicações valorizar o órgão sexual feminino, em uma tentativa de ruptura a discursos que buscam colocar a mulher como assexuada, sem prazer. Marcamos aqui dois pontos que julgamos importantes: i. a vagina é desenhada de cima, ângulo em que dificilmente uma mulher veria a si mesma; ii. vista por outro(a), a posição de destaque faz um “infográfico” funcional de cada parte do órgão, nomeando-o, dando uma indicação do que seria esclarecedor e organizador de/para os sentidos de vagina. Em alguns casos, o fanzine faz a “tradução” de “ânus” para “cu” como passagem de um discurso mais formal para outro dado pelo coloquial, o que indica a tentativa de ser mais preciso ou mais claro na denominação, ou para promover o rompimento do esperado, já que dificilmente “cu” apareceria em uma enciclopédia, dicionário ou jornal. Para sustentar essa ruptura, o zine traz um quadrinho da Garota Siririca, elaborado pela Lovelove6, por isso a relação entre as páginas,⁴ o qual sustenta que a mulher deve se tocar para ter prazer:

⁴ Como mostramos em outro trabalho (GARCIA; SOUSA, 2014, p. 91), nas páginas do Facebook da Marcha das Vadias, o arquivo é constituído por textos, charges, vídeos, campanhas, fotos. Esses materiais dividem-se em dois tipos: um produzido pela Marcha das Vadias e divulgado na página do movimento, por exemplo, o zine *Reajá*, e outro elaborado por outros movimentos sociais, outros sujeitos, não necessariamente militantes da Marcha das Vadias, mas que sustentam as lutas feministas, e que são divulgados nas páginas da Marcha por meio de *links*, como exemplo o quadrinho da Garota Siririca.



Figura 10. Zine Reajá

Há um pedido pelo coletivo de uma não moralização do prazer. A formulação “moralização do prazer” filia-se ao discurso religioso, o qual busca relacionar o sexo à reprodução e não ao prazer. A proposta do zine é interpelar a mulher para que esta rompa com essa moralização, com esse discurso religioso que se faz tão presente na sociedade, principalmente quando se trata da sexualidade feminina.

Ademais, o prazer não estaria na “mão do patriarcado”, do homem, e sim na “mão” da mulher, no toque feminino a seu corpo, na busca pelo gozo que a constitua como mulher, mas acima de tudo que a constitua com um sujeito com desejos e voz na sociedade patriarcal:



Figura 11. Zine Reajá

Para finalizar, o zine *Reajá* interpela a mulher, convidando-a para militar pelas causas feministas, interpelando-a a reagir contra as diferentes formas de violência no seu dia a dia. A divulgação do zine no ciberespaço potencializa as discussões feministas, ampliando a circulação além do espaço público. Os laços feministas na rede, constituindo uma cibermilitância, se instauram por meio das relações entre as páginas do Facebook dos coletivos, aqui, da Marcha das Vadias e da Lovelove6. Ao divulgarem o zine no ciberespaço, a circulação de uma produção e a reflexão que ocorreu anteriormente no espaço urbano, no espaço público. A sororidade no ciberespaço se constitui pelos compartilhamentos de dizeres feministas que sustentam diferentes lutas das mulheres. As lutas feministas farão parte do arquivo digital e circularão na rede, mostrando quais são os desejos das mulheres. Nas relações de sororidade, alianças pela luta feminista, aliança por uma posição legitimada na sociedade à mulher, não mais a submissa, mas a que luta, tanto no espaço público quanto no ciberespaço.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, 1990.
- _____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BEAUVOIR, S. de (1949). *O segundo sexo*. Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CESTARI, M. J. As mesmas e as novas mulheres do feminismo brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 1471-1484, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/42/el42_v3_set-dez_14_v2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A e. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 83-97, 2014.
- HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- INDURSKY, F. Unidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória das noções de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. (Col. Ensaios, 22).
- MAGALHÃES, H. *O que é fanzine*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. A mutação radical dos fanzines. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2 a 7 set. 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, MG: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/23855420395572684142017768791080460345.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- MITTMANN, S. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO, 3., 29 a 30 out. 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, MG, 2009. Disponível em: <<http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a-a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 24 jun. 2014.

Estereótipos, religião e humor

(Stereotypes, religion and humor)

Edvania Gomes da Silva¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

edvaniagsilva@gmail.com

Abstract: The main objective of this article is to analyze religious jokes for to verify the stereotypes that it is rounding about religions and religious peoples, like Catholic priests, Pastors, Jews, and Jehovah's Witness. The central axis of the discussions lies in the concept of stereotype, as proposed by Amossy e Pierrot (2005). The analyses show that humoristic champ in the jokes binds the religious champ. In the case, the alleged seriousness of the religion suffers a destabilization.

Keywords: discourse analysis; humoristic champ; stereotype; religious jokes.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar piadas religiosas a fim de verificar os estereótipos que circulam acerca de religiões e de pessoas religiosas, como padres, pastores, judeus, testemunhas de Jeová. O eixo central das discussões situa-se no conceito de estereótipo, conforme proposta de Amossy e Pierrot (2005). As análises mostram que, nas piadas, o campo religioso está vinculado ao campo humorístico. Nesse caso, a suposta seriedade da religião sofre uma desestabilização.

Palavras-chave: análise de discurso; campo humorístico; estereótipos; piadas religiosas.

Considerações iniciais

Neste trabalho, analiso piadas sobre religião, a fim de verificar os estereótipos que circulam acerca de certas religiões e também de pessoas religiosas, tais como padres, pastores, judeus, testemunhas de Jeová, entre outros. Trata-se, mais especificamente, de verificar quais enunciados acerca da religião são retomados/reconfigurados nas piadas analisadas. Para tanto, parto da noção de estereótipo, conforme proposta por Amossy e Pierrot (2005), e recorro também a alguns ensaios de Possenti (2010), que tratam da relação entre humor, língua e discurso. Além da questão dos estereótipos, as discussões teóricas presentes neste artigo situam-se na relação entre o campo humorístico e o campo religioso.

Considerações gerais acerca da existência de piadas no campo religioso

Assim que comecei a constituir o *corpus* deste artigo, verifiquei que são poucas as piadas que têm como tema questões relacionadas ao campo religioso.¹ A maior parte dos textos que encontrei traz o religioso apenas como pretexto para apresentar outras questões ligadas aos campos da sexualidade, da política, etc. Para explicar essa ausência de piadas sobre religião, recorro a duas possíveis explicações. A primeira é semelhante àquela apresentada por Possenti (2010), quando trata da ausência de piadas sobre o descobrimento do

¹ De acordo com Possenti (2010), “a noção de campo foi proposta por Bourdieu. O traço principal de um campo, descobriu-se, é que seus membros seguem regras específicas” (POSSENTI, 2010, p. 172). Ainda segundo o referido autor, a noção de campo é retomada/reconfigurada por Maingueneau, quando trata de *discurso cômico*.

Brasil. Segundo o referido autor, “o solo para criação de piadas é tipicamente pisoteado. Em outras palavras, é apenas quando os discursos sobre temas controversos se tornam populares, praticamente anônimos, de tão frequentes, que as piadas começam a aparecer” (POSSENTI, 2010, p. 13).

No caso do campo religioso, a questão não é a falta de controvérsias e/ou de polêmicas, pois, como mostrei em outros trabalhos (cf. SILVA, 2006), as controvérsias são comuns no referido campo. A questão é que as controvérsias do campo religioso não são “pisoteadas”, pois há sempre uma áurea de respeito em relação a tudo que diz respeito ao sagrado e, conseqüentemente, às religiões. Nesse sentido, a piada, que tem o rebaixamento, conforme explicitado em Aristóteles (s/d), como um de seus traços constantes, torna-se, no campo religioso, uma espécie de tabu, uma vez que, segundo o senso comum, não é lícito rebaixar o sagrado ou qualquer coisa que mantenha relação com o sagrado. Nesse sentido, parafraseando Possenti (2010) quando trata da ausência de piadas sobre o descobrimento, não há, ou quase não há, piadas sobre religião, simplesmente porque religião não é assunto para piadas.² Entretanto, ainda segundo Possenti (2010, p. 51):

O mero rebaixamento não produz humor. [...]. Mas, para que ele (o humor) ocorra, é necessário que tal traço (o rebaixamento) seja apresentado por meio de uma forma engenhosa, que, em geral de modo indireto, permite a apreensão de um sentido que a sociedade controla, relegando-o a situações privadas de interlocução ou, se públicas, circunscritas a espaços destinados a isso, como teatros e casas de show, horários específicos de rádio e de TV etc.

A segunda explicação é, na verdade, uma consequência (ou uma causa, pois não sei bem quem vem primeiro) da primeira: o campo religioso não é tema de piadas, porque tal campo está ligado a um discurso constituinte.

De acordo com Maingueneau (2006a, p. 33), os discursos constituintes são aqueles que têm como pretensão “não reconhecer outra autoridade que não a sua e não admitir quaisquer discursos acima deles”. Ainda segundo o autor, mesmo que haja, como de fato há, uma interação constante entre discursos constituintes e não constituintes, faz parte do funcionamento dos primeiros negar essa interação ou, no mínimo, submetê-la a seus princípios. Isso porque os discursos constituintes funcionam, na produção simbólica de uma sociedade, como uma espécie de *archeion*. Ou seja, eles funcionam como uma espécie de arquivo, de fonte, de princípio, onde se encontra a sede da sabedoria e do poder. Nas palavras de Maingueneau (2006a, p. 33, grifos do autor):

O *archeion* associa assim intimamente o trabalho de *fundação*, no e pelo discurso, a determinação de um *lugar* associado a um *corpo de enunciadores consagrados* e uma gestão de *memória*.

Ao longo do artigo, o autor mostra como se relacionam essas quatro instâncias: *fundação* (relacionada à noção de constituição), *lugar* (relacionado à inscrição e, con-

² Vale salientar, contudo, que os motivos que explicam o porquê de o campo religioso não ser assunto de piadas são diferentes dos que explicam o fato de o descobrimento do Brasil também não o ser. Isso porque, ainda segundo Possenti (2010), o descobrimento não é assunto de piada porque não é popular. E esse não é, sem dúvida, o caso de temas ligados ao campo religioso, até porque, independentemente de ser religioso ou ateu, quase todo mundo tem algo a dizer sobre religião.

sequentemente, à cenografia) *corpo de enunciadores consagrados* (que diz respeito ao *ethos*) e *memória* (que diz respeito ao interdiscurso). Em relação à fundação, Maingueneau afirma que os discursos constituintes têm um estatuto singular, pois são “discursos-limite, situados sobre um limite e lidando com o limite” (2006a, p. 34). Ou seja, ao mesmo tempo em que se instituem e se autorizam como lugar de fundação de outros discursos, os discursos constituintes remetem sua suposta autoridade a uma Fonte legitimadora externa. No caso do discurso religioso, essa Fonte legitimadora é, em última instância, Deus. É por isso também (e talvez principalmente) que haja poucas piadas cujo tema é religião, afinal, como rir de Deus?³ Essa questão funciona como uma espécie de interdito em relação à criação de piadas ligadas ao religioso.⁴ Em síntese, defendo que há uma escassez de piadas que versam sobre temas do campo religioso e que as que existem tratam, mais frequentemente, de personagens ligados às religiões (mães de religiosos, freiras, padres, pastores, judeus) e, muito raramente, daquilo que é considerado “sagrado”: Deus, Alá, Jesus Cristo, Nossa Senhora (mãe de Jesus), etc.⁵ Além disso, saliento que os personagens que representam os praticantes de certas religiões (como dito: padres, freiras, pastores, etc.) aparecem estereotipados nas piadas. Esse processo de estereotipização, na maioria das vezes, funciona como gatilho para o riso. Por isso, apresento, a seguir, uma breve discussão teórica acerca da noção de estereótipo.

Sobre a noção de estereótipo

No que diz respeito ao conceito de estereótipo, Amossy e Pierrot (2005) mostram que essa é uma noção que interessa a diferentes disciplinas e que cada uma dessas disciplinas constrói seu objeto em função de sua lógica própria e, como não poderia deixar de ser, de seus interesses. Nesse sentido, ainda segundo as autoras, o estereótipo surge como um objeto transversal da reflexão contemporânea nas ciências humanas.

O termo “estereótipo” surge relacionado ao campo da tipografia e diz respeito a algo que é “impresso com placas cujos caracteres não são móveis, e que se conservam para novas tiragens” (LAROUSSE, 1875⁶ apud AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 30). A palavra estereotipia liga-se, portanto, à ideia de rigidez, pois supõe algo que não se modifica, algo fixo, cristalizado. O estereótipo, no sentido de esquema ou de fórmula cris-

³ Isso não tem a ver com o fato de Deus ser um assunto sério, pois, como defende Possenti (2010, p. 13), “só há piadas sobre assuntos sérios desde que se tornem populares e controversos”. Nesse caso, a questão central é que Deus não é um assunto controverso: enquanto hiperenunciador, Ele é uma espécie de unanimidade, pois, ao menos, do ponto de vista discursivo, funciona como se o fosse.

⁴ Essa questão diz respeito, em alguma medida, ao funcionamento do superego, ou seja, da Lei que busca frear o inconsciente, pois, em relação ao inconsciente, esses limites do proibido não funcionam. Mas, minha abordagem aqui não está centrada no campo da psicanálise.

⁵ A esse respeito, remeto à polêmica em relação a alguns grupos religiosos e ao *site* “Porta dos Fundos”, que, no final de 2013, exibiu uma série de vídeos humorísticos, os quais trazem como tema personagens considerados sagrados, como Deus, Maria (mãe de Jesus) e o próprio Jesus. Acerca da referida polêmica, conferir: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?id=1438777>; <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/01/1395628-grupo-de-humor-porta-dos-fundos-enfrenta-ira-de-religiosos-por-especial-de-natal.shtml>; <http://www.tecmundo.com.br/youtube/44780-religiosos-criam-porta-da-frente-em-resposta-a-videos-do-porta-dos-fundos.htm>. Para ver os vídeos do *site* Porta dos Fundos, o leitor pode acessar: http://www.youtube.com/watch?v=2VEI_tn090c&feature=kp

⁶ LAROUSSE, Pierre. *Dictionnaire complet de la langue française*. Paris: A. Boyer et cie, 1875.

talizada, aparece no século XX e se converte em um centro de interesse para as ciências sociais desde os anos de 1920 do referido século.

No que diz respeito à importância da noção de estereótipo para Análise de Discurso Francesa (doravante AD), Amossy e Pierrot (2005, p. 112) afirmam que, “a análise de discurso na França, surgida em fins dos anos sessenta, se interessou pouco pela estereotipia, mas instaurou um marco favorável ao seu estudo”. Para as autoras, a primeira aproximação possível entre estereótipo e AD está relacionada à noção de pré-construído.

De acordo com Pêcheux (1997a, p. 99), *efeito de pré-construído* (ou encaixe) é o termo utilizado para “designar o que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Trata-se, ainda segundo o autor, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático. Esse é um dos principais pontos de articulação entre Teoria do Discurso e Linguística, pois mostra que existe uma relação intrínseca entre aquilo a que Pêcheux (1997a) chama de base linguística e os diferentes processos discursivos. Trata-se, ainda segundo Pêcheux (1997a), da relação de discrepância entre domínios de pensamentos diferentes: um anterior (já pensado antes, desde sempre) e um realizado na situação de enunciação.

A noção de pré-construído é, posteriormente, apresentada, pelo próprio Pêcheux, como um dos elementos ligados à memória discursiva. Dessa forma, ainda segundo o referido autor:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2007, p. 52)

Nessa citação, verificamos que Pêcheux apresenta o pré-construído como sendo uma espécie de “implícito”, o qual é restabelecido pela memória discursiva. Nesse sentido, a memória funciona como um tipo de operador de leitura, que permite que um texto possa ser lido, isto é, interpretado.

Em relação ao estereótipo e sua relação com o pré-construído, Amossy e Pierrot defendem que o estereótipo se relaciona duplamente com o pré-construído:

[...] no sentido de que designa um tipo de construção sintática que põe em jogo o pré-afirmado, e, em um sentido mais amplo, de que o pré-construído funciona como uma marca, em um enunciado individual, de discursos e juízos prévios, cuja origem foi apagada. (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 113)

Em outras palavras, a noção de estereótipo liga-se, em alguma medida, ao conceito de memória discursiva, pois supõe a existência de algo que antecede e fundamenta a emergência dos enunciados.

Neste trabalho, como dito anteriormente, a noção de estereótipo serve para explicar o funcionamento de algumas piadas que têm como tema a religião (ou certas religiões) e os personagens típicos desse campo.

Análise dos dados

Neste artigo, analiso cinco piadas. Vejamos a primeira delas:

(01) Quatro mães católicas e seus filhos

Quatro mães católicas estão tomando chá. A primeira, querendo impressionar às outras, diz:

– Meu filho é padre. Quando ele entra em qualquer lugar todos se levantam e dizem: “Boa tarde, Padre”!

A segunda não fica para trás e comenta:

– Pois o meu filho é bispo. Quando entra em uma sala, com aquela roupa, todos param o que estão fazendo e dizem: “Sua benção, Bispo!”.

A terceira, calmamente, acrescenta:

– Pois o meu é cardeal. Quando entra em uma sala todos se levantam beijam o seu anel e dizem: “Sua benção, Eminência!”.

A quarta permanece quieta. Então, a mãe do cardeal, só para provocar, pergunta:

– E o seu filho, não é religioso?

A quarta responde:

– Meu filho tem 1.90m, é bronzeado, com olhos verdes, pratica musculação e trabalha como stripper. Quando entra numa sala todo mundo olha e diz: “MEEEEUUU DEEEUS!!!!!!!!!!!!”!

A piada acima tem como cenografia uma conversa entre mães católicas. O conceito de cenografia é apresentado por Maingueneau, para quem ela pode ser definida como “um correlato da própria enunciação, pois é esta última que, ao se desenvolver, esforça-se por constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2004, p. 87). Ainda segundo o referido autor, a cenografia leva o quadro cênico (cena englobante e cena genérica) a se deslocar para um segundo plano, pois, quando um texto apresenta uma cenografia, é por meio dela que esse texto se mostra ou se dá a conhecer a seu co-enunciador. Isso corre porque “qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação que o torna pertinente” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75). O termo *cenografia* não corresponde apenas à ideia de “teatro” ou de “encenação”. À noção teatral de “cena”, Maingueneau acrescenta a de *-grafia*, de inscrição. Isso porque, segundo ele, “uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo um modo de existência no interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2005, p. 77).

Na piada sob análise, verificamos que, desde o título, marca-se, por meio de uma expressão referencial definida (quatro mães católicas), quem são as personagens principais da suposta “conversa”. A essas personagens principais, vão sendo relacionadas outras personagens ao longo da pequena narrativa: o padre, o bispo, o cardeal e, finalmente, o filho que “tem 1.90m, é bronzeado, com olhos verdes, pratica musculação e trabalha como stripper”. Nessa piada, o gatilho para o riso está na fala da última mãe, mais especificamente no momento em que ela relata o que as pessoas dizem quando seu filho entra “numa sala”. A quebra de expectativa ocorre, porque, enquanto as outras três mães explicitam a forma de tratamento usada pelas pessoas para se referirem a seus filhos, a quarta mãe faz referência à interjeição de admiração exclamada pelas pessoas que assistem ao show de *strip-tease*, quando se confrontam com a suposta beleza do quarto filho. Dessa

forma, vemos, na expressão referencial que dá nome à piada (Quatro mães católicas e seus filhos), a instauração de um pré-construído de existência. Esse pré-construído liga-se a um estereótipo (uma imagem cristalizada) e, conseqüentemente, a uma memória de mãe que circula amplamente na sociedade: o de que as mães são exageradas e de que sempre supervalorizam as supostas qualidades dos filhos.⁷ É por isso que o texto nos faz rir antes mesmo de seu desfecho, pois, quando começamos a ver a forma como a primeira mãe tenta impressionar as outras, já identificamos ali uma imagem cristalizada acerca do lugar de mãe.

Há também outra imagem cristalizada que funciona na piada e que, essa sim, está relacionada ao campo religioso, mais especificamente ao discurso do catolicismo: trata-se da imagem acerca da autoridade hierárquica católica. É isso o que explica que, na piada sob análise, as mães mostrem as supostas qualidades dos seus filhos por meio das formas de saudação e de tratamento usadas pelas pessoas para os cumprimentarem. Dessa forma, quanto maior a “patente” do filho na hierarquia católica, maior o respeito das pessoas (materializado na forma de tratamento: “Boa tarde, Padre!”; “Sua benção, Bispo!”; e “Sua benção, Eminência!”) e, conseqüentemente, maior o orgulho da mãe. Nesse caso, a religião funciona como pano de fundo para a piada, porque o riso é causado pelo exagero das três primeiras mães e pela “sacada” da quarta, a qual mostra que, no grau de hierarquia, ser Deus é muito mais do que ser padre, bispo ou cardeal. Verificamos, nesse caso, certa ironia em relação à hierarquia, já que Deus estaria, em princípio, fora do horizonte de sentido das três primeiras mães. Esperar-se-ia, por exemplo, que a quarta mãe dissesse que o filho é Papa, mas não que ele é Deus. Há aqui um jogo entre desestruturação-reestruturação, no sentido apresentado por Pêcheux (1997b),⁸ pois Deus “está fora” da gradação hierárquica, porque, segundo as próprias regularidades do campo religioso, Deus é único e ninguém pode ser Ele. Mas “está fora” também, e isso tem a ver com uma sutil crítica à hierarquia católica, porque Deus foi excluído dessa hierarquia, ou seja, o enunciador materializa, por meio da piada, um discurso crítico segundo o qual os líderes católicos pensam tanto na hierarquia que se esquecem do fundamento, que, para o discurso religioso, é o próprio Deus.

Vejamos a segunda piada:

⁷ Isso funciona ainda melhor no que diz respeito às mães judias, já que, a respeito dessas mães, circulam estereótipos de superprotetoras, dominadoras, etc. A esse respeito, a piada a seguir, que tem a mesma estrutura da piada sobre as mães católicas, é exemplar: “Estavam conversando três mães judias sobre seu assunto predileto: seus filhos. Cada uma tenta mostrar qual deles é o melhor filho: – Meu filho é um médico rico e comprou para mim um carro de luxo com chofer para eu poder ir para qualquer lugar sem me cansar.

– Meu filho é um engenheiro construtor. Construiu um hotel para gente idosa e me deu um apartamento com todos os serviços incluídos. Tem piscina, sauna, academia para ginástica, refeitório, sala de jogos, não preciso nem sair do hotel, lá tem tudo.

– Meu filho faz análise com o psicanalista mais caro de São Paulo. Tem consultas cinco vezes por semana, pagando R\$ 1.000,00 por consulta, só para falar de mim.

⁸ De acordo com o referido autor, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetórias: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele se constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...]” (PÊCHEUX, 1997b, p. 56).

(02) Pecadora

Na igreja, a mulher rezava com muita fé:

– Virgem Maria, vós que concebestes sem pecar, dai-me a graça de pecar sem conceber.

Nessa piada, o campo religioso funciona, mais uma vez, como cenografia para a construção da pequena narrativa. Mas, diferentemente da piada sobre as mães católicas, aqui o gatilho para o riso está intimamente relacionado a uma imagem cristalizada ligada ao referido campo. Trata-se da imagem de Maria (mãe de Jesus) como uma mulher que concebeu “sem pecar”. Nesse caso, “pecar” está em relação de paráfrase com “relação sexual”, pois, para os cristãos, Maria concebe Jesus Cristo sem manter relação sexual com nenhum homem. Mas o riso na piada surge não apenas pela retomada dessa memória, mas pela relação dessa imagem de Maria com certa imagem de mulher que, por diferentes motivos, não quer (ou não pode) engravidar (conceber). Nesse caso, o verbo “pecar” assume outro efeito de sentido: o de traição. Entretanto, esse segundo efeito de sentido não apaga o primeiro, pois, no caso da “mulher que reza com fervor”, a traição se dá justamente por causa da relação sexual que ela mantém com alguém que não é seu marido. Esse estereótipo da mulher adúltera surge na piada por meio do enunciado “dai-me a graça de pecar sem conceber”. Vale salientar, contudo, que em nenhum momento da pequena narrativa aparece a palavra “adúltera”, a personagem é definida apenas como “a mulher”. Nesse caso, como não há uma definição de quem seria essa mulher, pode-se supor também que a mulher da piada é uma prostituta, a qual, segundo certa memória de acordo com a qual uma prostituta não pode/não deve assumir o lugar de mãe, também não quer/não pode conceber.⁹ Para essa interpretação, o verbo “pecar” assume o efeito de “fazer sexo por dinheiro”. Contudo, independentemente de a mulher da piada ser uma adúltera, uma prostituta ou uma moça solteira que gosta de fazer sexo, mas não quer engravidar, ela é posta em oposição a Maria, mãe de Jesus. Essa oposição se marca linguisticamente pelo trocadilho entre as expressões “conceber sem pecar” e “pecar sem conceber” e pelo efeito de sentido que a palavra “pecar” assume em cada uma dessas expressões. Mas não se trata apenas de um jogo linguístico, pois, como mostramos, para que esse jogo funcione, é preciso recorrer a certas imagens cristalizadas que circulam na sociedade.

Em relação à terceira piada aqui analisada, há um funcionamento um pouco diferente da piada dois e mais próximo daquilo que ocorreu em relação à primeira piada.

(3) “Papa condena o segundo casamento...”

(porque é solteiro... se fosse casado condenaria o primeiro também!)

Na piada acima, o gatilho para o riso não tem qualquer relação com o campo religioso, mas liga-se a certos discursos que circulam acerca do casamento e que o caracterizam como algo ruim, maçante, massacrante, etc. Contudo, para que a piada funcione, entra em jogo o pré-construído segundo o qual o Papa não se casa. Afinal, só por meio desse pré-construído é possível entender a frase “porque é solteiro”, que, na piada, é apre-

⁹ A memória segundo a qual a prostituta não pode/não deve conceber liga-se a uma série de outros estereótipos, como o de que mãe é sinônimo de doação, de pureza e está, inclusive, associada à imagem de Maria, mãe de Jesus Cristo. Nesse sentido, a prostituta não pode/não deve ser mãe, porque estaria muito distante da referida imagem, uma vez que, discursivamente, é apresentada como sendo o oposto de tudo isso.

sentada como uma conclusão lógica para o fato de o Papa condenar o segundo casamento. Além disso, o enunciado “Papa condena o segundo casamento”, apresentado como uma espécie de particitação,¹⁰ também está relacionado a um pré-construído: o de ue o Papa (que aqui representa a Igreja Católica) condena o divórcio, afinal, no caso dos viúvos, o segundo casamento não é condenado.

- (4) “Espero que não tenha tomado como pessoal, Reverendo, quando meu marido saiu da missa pela metade”, disse a mulher meio envergonhada.

“Achei tremendamente desconcertante”, respondeu o padre.

“Não foi por sua causa, senhor. É que o Rafael é sonâmbulo desde criança.”

O quarto dado é, assim como no caso da piada dois, uma piada cujo gatilho para o riso está relacionado ao próprio campo religioso, o que mostra que, apesar de raros, existem casos em que o riso liga-se ao campo religioso. Nesse caso, o riso está relacionado a uma imagem cristalizada segundo a qual missas são cansativas, enfadonhas e, por isso, fazem as pessoas dormirem. Nesse caso, a esposa relaciona a saída do marido da missa ao fato de ele ser sonâmbulo e, portanto, de estar dormindo. O riso surge, portanto, da relação entre sono e sonambulismo e da ação da memória (missas são enfadonhas) sobre o acontecimento, que, nesse caso, é o relato da esposa acerca do ataque de sonambulismo sofrido pelo marido durante a missa.

Vejamos, agora, outra piada que também tem o gatilho para o riso vinculado a certa memória presente no campo religioso.

- (5) Você sabe o que os testemunhas de Jeová e os testículos têm em comum? É que os dois sempre andam juntos e ninguém os deixa entrar.

Na piada, que assume a cenografia de uma advinha,¹¹ vemos, mais uma vez, o funcionamento de certos estereótipos. No caso sob análise, o estereótipo que ativa o gatilho para o riso é o do que os “testemunhas de Jeová” são inconvenientes. Isso explica o fato de “ninguém os deixar entrar”. Mas, na piada, esse estereótipo aparece relacionado a um órgão sexual masculino: os testículos. Dessa forma, há o estabelecimento de uma comparação entre testículos e testemunhas de Jeová, pois, assim como os testículos, que são dois e estão sempre juntos, os membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecidos popularmente como “testemunhas de Jeová”, saem para evangelizar sempre em dupla. Contudo, o riso ocorre quando outra suposta característica dos “testemunhas de Jeová” e dos testículos é apresentada: em ambos os casos “ninguém os deixa entrar”. Aqui, verificamos, mais uma vez, o jogo entre desestruturação-reestruturação

¹⁰ De acordo com Maingueneau (2006), particitação é uma palavra-valise “que funde ‘participação’ e ‘citação’” (MAINGUENEAU, 2006, p. 91). Em outras palavras, a particitação é, segundo o referido autor, fruto de uma citação co-participada. É por isso que ela se difere da citação propriamente dita, pois, enquanto esta se caracteriza, *grosso modo*, pelo corte de um fragmento de um texto fonte e pela sua subsequente inserção em outro texto; a particitação apresenta características que a singularizam, como, por exemplo, o fato de o enunciado citado ser um enunciado autônomo, já que sua fonte não é informada.

¹¹ As advinhas, em relação à estrutura, são compostas pelo par pergunta-resposta, podendo ser decompostas em “elementos descritivos (parte presente) e referente (parte ausente)” (TODOROV, 1980, p. 219). São, portanto, “textos verbais breves que implicam um jogo de pergunta e resposta, sendo esta, clara, está contida naquela de modo cifrado, velado ou inesperado” (SARAIVA, 1990, p. 2)

do qual trata Pêcheux (1997b), pois tanto o pronome “ninguém” quanto o verbo “entrar” possuem, na piada, mais de um efeito de sentido. Assim como no caso de “Ganhamos”, enunciado analisado por Pêcheux (1997b), o pronome “ninguém” e o verbo “entrar”, no enunciado “ninguém os deixa entrar”, têm um efeito quando o pronome “os” diz respeito às testemunhas de Jeová, nesse caso “ninguém” pode ser interpretado como “nenhuma das pessoas que as testemunhas de Jeová tentam evangelizar”, e o verbo “entrar” tem por complemento a expressão “em casa”; e outro efeito, se o pronome “os” faz referência aos testículos. Nesse caso, “ninguém” diz respeito às mulheres e/ou aos homens no momento do ato sexual e o complemento do verbo “entrar” pode ser preenchido com os órgãos genitais do homem e da mulher, os quais “entram em cena” no ato sexual.

Considerações finais

As análises mostraram que há piadas que estão diretamente relacionadas ao campo religioso (é o caso da piada (02), que opõe Maria à mulher pecadora; da piada (04), que retoma a imagem cristalizada da missa como algo cansativo; e da piada (05), que faz referência a imagens cristalizadas acerca das testemunhas de Jeová), mas há também piadas que utilizam o referido campo apenas como pano de fundo para construção da narrativa. Nesse último caso, o gatilho para o riso está relacionado a outras imagens cristalizadas, como o da mãe exagerada (piada (01)) ou a do casamento como algo ruim (piada (03)). Salientamos que a proposta de tratar o humor como um campo é de Possenti (2010). Para o referido autor, “supor que o discurso humorístico é um campo (menos organizado que o científico, certamente) produz uma compreensão mais adequada. Permite – ou gera – outro olhar” (POSSENTI, 2010, p. 175). No texto em questão, Possenti propõe que o humor seja um campo que pode, por analogia, ser relacionado ao campo da literatura, pois ambos se assemelham em vários aspectos, tais como: a forma de estruturação da carreira de autor, bem como da de humorista; a pluralidade de assuntos que são tratados, tanto pela literatura quanto pelo humor; o fato de, em ambos os campos, praticarem-se numerosos gêneros; etc.¹²

Em relação aos dados aqui analisados, verificamos uma relação de desestruturação/reestruturação entre o campo humorístico e o campo religioso. Nesse sentido, se, como afirma Pêcheux (1997b), esse jogo ocorre em todo e qualquer enunciado, ele se torna ainda mais visível quando se trata do gênero piada, que pertence ao campo humorístico, mesmo se esse gênero toma como tema discursos que circulam em um campo aparentemente “sério”, como é o caso do campo religioso. Nossa hipótese, que, ao menos nos dados apresentados neste trabalho, confirmou-se, é a de que, no caso das piadas religiosas, o campo religioso aparece vinculado ao campo humorístico e, por isso, sua suposta seriedade é abalada, desestabilizada. Nesse caso, a desestruturação ocorre justamente pela intervenção do humor na religião, e a reestruturação se dá no/pelo gênero, o qual faz com que o co-enunciador construa, com base nas pistas da piada (principalmente, no gatilho e nos estereótipos), uma interpretação para o texto.

¹² Ainda segundo Possenti, a principal consequência que surge ao se adotar o conceito de campo para tratar de humor é que “adotando-o, não se pode mais considerar que um discurso (e outras atividades a ele relacionadas) são ações ou decisões de um indivíduo – um sujeito, um pesquisador, um ator – mas o resultado de um conjunto de regras que esses indivíduos seguem em um campo específico (POSSENTI, 2010, p. 172).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, s/d.
- AMOSSY, R. ; PIERROT, A. H. *Estereotipos y clichés*. Traducción y adaptación: Lelia Gándara. 1. ed. 4ª reimpressão. Buenos Aires: Eudeba, 2005 [Primeira edição: 1997]. Enciclopédia Semiológica.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004 [Título original: 1998].
- _____. Ethos, cenografia e incorporação. In: Amossy, R. (Org.). *Imagens de si no discurso*. Tradução de Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005 [Título original: 1999].
- _____. Discursos constituintes. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. (Org.). *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006a. p. 33-51.
- _____. A noção de hiperenunciador. In: _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006b. p. 91-110.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. [Primeira edição: 1975].
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi Campinas, SP: Pontes, 1997b. [Primeira edição: 1983].
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007 [Primeira edição: 1983].
- POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SARAIVA, A. Poética e enigmática das adivinhas populares portuguesas. In: 1º. Encontro sobre cultura popular (Homenagem ao Prof. Dr. Manuel Viegas Guerreiro). *Actas do 1º. Encontro sobre Cultura Popular*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1999, Folclore, p. 253-A.
- SILVA, E. G. da. *Os (des)encontros da fé: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica*. Tese (Doutorado) – IEL/Unicamp. Campinas-SP, 2006.
- TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

O discurso da homogeneidade da língua atravessado por discursos outros¹

(Le discours de l'homogénéité de la langue traversé par d'autres discours)

Elizete Beatriz Azambuja¹

¹Universidade Estadual de Goiás (UEG)

liazambuja@ibest.com.br

Resumé: Dans cet article, nous présentons une réflexion sur le sujet/langue et le fait que le discours sur la langue est traversé par d'autres discours. Pour cela, nous avons décidé d'avoir été produite dans l'espace des commentaires sur l'un des blogs qui ont porté un texte avec le titre suivant: "Livre utilisée par MEC apprend aux élèves à parler mal" (12/05/2011). Les déclarations illustrent l'impact qui a eu la publication nationale du manuel Portugais Pour une vie meilleure, adoptée par le Ministère de l'Éducation (MEC) pour l'Éducation de Jeunes et Adultes (EJA). Pour guider notre réflexion, nous nous basons dans la théorie Analyse du Discours, en particulier dans les réflexions développées sur ce sujet/langue, la constitution idéologique et l'hétérogénéité des discours.

Mots-clés: homogénéité; traversant des discours; langue; l'analyse du discours.

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma reflexão sobre a relação sujeito/língua e o fato de o discurso sobre a língua ser atravessado por outros discursos. Para isso, tomamos enunciados que foram produzidos no espaço dos comentários em um dos blogs que trouxe a matéria com o seguinte título: "Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado" (12/05/2011). Os enunciados ilustram a repercussão nacional que teve a publicação do livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para orientar a nossa reflexão, fundamentamo-nos na teoria Análise de Discurso, especialmente nas reflexões desenvolvidas sobre a relação sujeito/língua, a constituição ideológica e a heterogeneidade dos discursos.

Palavras-chave: homogeneidade; atravessamento de discursos; língua; análise de discurso.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão sobre a relação sujeito/língua e o fato de o discurso sobre a língua ser atravessado por outros discursos, fundamentando-nos na teoria Análise de Discurso.

Para isso, tomamos enunciados que foram produzidos no espaço dos comentários em um dos blogs que trouxe a matéria com o seguinte título: "Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado" (12/05/2011). Os enunciados que consideramos para a análise ilustram a repercussão nacional que teve a publicação do livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esse livro se fundamenta na concepção sociolinguística de linguagem e o acesso aos princípios dessa teoria resultou em mais do que um incômodo, numa revolta de uma

¹ Este artigo traz, em linhas gerais, uma discussão que constitui parte do capítulo terceiro de minha tese de doutorado que tem por título *O funcionamento ideológico na produção da "hipercorreção"*, sob a orientação da professora Eni P. Orlandi. A defesa da tese ocorreu em agosto de 2012, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

grande parcela da sociedade. Essa manifestação quase que generalizada pode ser vista no espaço dos comentários em um dos blogs que traz a matéria com o seguinte título: “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”. (Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>>. Acesso em: 11 ago. 2011).

Recortamos alguns enunciados de uma série de comentários que consta do referido blog e chamamos a atenção para a quantidade de postagens. Do dia 12/05/2011, quando a matéria foi publicada, até o dia 11/08/2011 foram escritos 1.176 comentários. *Frisamos que foi mantida a forma escrita dos comentários.*

Para orientar a nossa reflexão sobre a produção de sentidos em relação à publicação do livro, retomamos a afirmação de Orlandi (1996, p. 32): “o jogo ideológico está na dissimulação dos efeitos de sentido sob a forma de informação, de um sentido único, e na ilusão discursiva dos sujeitos de serem a origem de seus próprios discursos”.

Assim, tomamos alguns desses enunciados² com o intuito de chamarmos a atenção para o funcionamento da ideologia que, independentemente do lugar em que vive o falante, produz efeitos de sentidos com os quais ele se identifica ou não.

Discurso sobre a língua: enunciados constituídos pela crítica aos sujeitos que (re) produzem sentidos que remetem à multiplicidade linguística

Os enunciados abaixo ilustram a discursividade que se constitui por argumentos que sustentam um discurso em que os sentidos atribuídos à língua são de unicidade, homogeneidade, padronização. Em outros termos, um discurso sobre a língua com sentidos diferentes dos que fundamentam o livro pivô da polêmica.

Quadro 1. Discurso sobre a língua atravessado pelo discurso dogmático da gramática normativa

Falar errado que em <i>qualquer lugar do mundo, desde que o mundo é mundo</i> , é sinônimo de falta de educação formal ou ignorância, passa a ser incentivado pela entidade que deveria zelar pela nossa língua! Onde vamos parar?
A meu ver a língua popular não passa de gíria, a língua portuguesa, <i>só tem uma norma que todos devem seguir, escrever, falar</i> , alternativas são uma deseducação.
Estão derrubando <i>todos</i> os níveis de medidas e valores da cultura, comportamento, moral, respeito e tudo o mais, que deveriam reger a sociedade.
Mas que barbaridade, agora por que as pessoas falam errado, as escolas não tem que ensinar o correto???? que <i>inversão de valores</i> é esse???
Que país é esse???? Onde vamos parar? O que vamos deixar para as novas gerações? Pelo visto praticamente nada!!!! <i>A inversão de valores é inacreditável</i> . Como o MEC aprova uma literatura como essa?
<i>Pelo amor de Deus, o que é isso?????</i> Como bem comentado, o problema é a qualidade do ensino no Brasil. <i>Língua viva?</i> Daqui a pouco tempo estaremos numa torre de Babel, cada um falando e escrevendo como quer. Não consigo me conformar com o que li nessa matéria...

² Ressaltamos que mantivemos a forma ortográfica utilizada pelos autores dos enunciados que constam de nossa análise. Optamos por assim fazer considerando que esse mesmo material poderá servir a outros pesquisadores com objetivos distintos.

Nesse embate entre sujeitos e sentidos, entre comentaristas e pessoas envolvidas na produção e circulação do livro em pauta, práticas linguísticas diferentes são consideradas como uma “inversão de valores”, uma “transformação de valores e referências da nossa juventude”, “vai contra a lei natural das coisas”. Nesse ponto, lembramos que observar a língua produzindo sentidos possibilita-nos o acesso ao modo como a ideologia se apresenta na constituição dos sujeitos e dos sentidos. De acordo com Orlandi (2012, p. 153), a ideologia “está em que o sujeito, na ilusão de transparência e sob o domínio da memória discursiva – alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente – pensa que o sentido só pode ser ‘aquele’ quando na verdade ele pode ser outro”.

O efeito ideológico produz a evidência dos sentidos e o modo com que se configura a transparência da linguagem, nos argumentos que sustentam a contraposição a uma forma outra de língua: “em qualquer lugar do mundo, desde que o mundo é mundo”; “só tem *uma* norma que *todos* devem seguir”. O sentido de língua com o qual o sujeito se identifica “só pode ser aquele”, em todo o lugar, em todos os tempos, pois é “o” sentido e não há outro possível. Enfim, o efeito ideológico produz a naturalização dos sentidos, des-historicizando-os. Para Orlandi (2012, p. 175, grifos nossos), enunciados como esses têm

[...] a força do funcionamento da *memória* que, por não se mostrar como memória, se alarga, funcionando por um efeito de não atestação, efeito *ideológico* que dá ao dizer uma realidade irrecusável, o dizer sempre lá, que não se alinha na necessidade da prova, que não se mostra como interpretação, mas como *verdade imemorial*.

Podemos dizer que nas práticas de linguagem que predominam em nossa sociedade (re)produz-se um sentido de língua sedimentado ao longo da história das ideias linguísticas. Ou melhor, nos enunciados que tomamos para análise, observamos a trajetória de sentidos de língua imaginária construída sócio-historicamente.

Desse modo, práticas linguísticas são constituídas pela censura, pela negação a quaisquer possibilidades de outras formas de língua que não seja a nacional. Em outros termos, há uma luta ideológica entre a manutenção do ponto de vista em relação à língua cristalizada e outra possibilidade de perspectiva.

A nosso ver, a relação de oposição entre sentidos de língua e sujeitos que neles se inscrevem pode ser mais bem compreendida se mobilizarmos o funcionamento da *interincompreensão*. Noção essa que E. Orlandi (2008, p. 263), a partir de Maingueneau (1984), define como sendo “necessária para a constituição dos discursos em suas distâncias relativas às diferentes formações discursivas”.

A contraposição entre sentidos de língua e de sujeitos que (re)produzem esses sentidos pode ser observada na argumentação construída de variados modos, inclusive, na acusação de “assassinato da língua”. Trazemos alguns enunciados enquanto paráfrases desse gesto de interpretação.

Quadro 2. Discurso constituído pela imagem de língua externa ao sujeito: “assassinato” da língua

Isso é um <i>duplo assassinato</i> . Estão <i>assassinando a Língua Portuguesa e as crianças</i> . Como esses jovens chegarão ao ensino médio sem noção nenhuma da norma culta???
Tudo para legitimar a conduta do nosso digníssimo ex presidente Lula, que sempre falou ‘nóis vai’, ‘nóis vem’ e ‘nóis vorta’ e <i>sempre assassinou a gramática</i> .
Continuem votando no Lula (analfabeto) e sua turma de imbecis... é um <i>assassinato da língua portuguesa</i> . Não faltava mais nada.

Vale notar que há um discurso sobre a língua que se constitui pelo imaginário de língua externa, apartada do sujeito. As formulações que circulam em nossa sociedade e os sentidos inscritos nessa posição sujeito se constroem em uma argumentação sustentada no discurso autoritário da moral que nega espaço para outras discursividades.

Conforme Orlandi (2008, p. 159) “os discursos funcionam heterogeneamente, ou seja, um discurso traz em si a sua relação com vários outros, que contribuem igualmente para os seus efeitos de sentido”. E esse funcionamento é passível de ser notado, a partir da análise de nosso material. Há um discurso social sobre a língua que é afetado por vários outros discursos. Em outros termos, o discurso sobre a língua que constitui os enunciados trabalhados é atravessado por outros discursos, como o da violência, o religioso, o da economia capitalista, o homofóbico, o da linguística, o discurso irônico.

Discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da violência

Como dissemos, há um discurso que se constitui pelo desrespeito e por propostas de práticas de violência em relação a sujeitos que se inscrevem em outros sentidos de língua que não os predominantes. Isso também podemos notar nos enunciados que trazemos a seguir, não sem antes nos referirmos à contradição entre a advertência³ que consta junto ao local destinado à escrita dos comentários e os comentários em si:

ANTES DE ESCREVER SEU COMENTÁRIO, LEMBRE-SE: o iG não publica comentários ofensivos, obscenos, que vão contra a lei, que não tenham o remetente identificado ou que não tenham relação com o conteúdo comentado. Dê sua opinião com responsabilidade! (grifos do autor do blog).

Para nós, essa advertência é *pro forma*, na medida em que não é levada a sério e o espaço para opinar funciona como um lugar em que o desrespeito se textualiza abertamente conforme notamos em vários comentários. A nosso ver, não há censura em relação às formulações, às vezes, bastante cruéis com que se opõem à possibilidade de se (re)produzir outros discursos sobre a língua, por exemplo o que traz à tona a noção de língua fluida.

Nessa direção de sentidos, é possível afirmar que o responsável pelo blog também se inscreve na mesma discursividade da maioria dos comentaristas.

³ <<http://inforum.insite.com.br/9134/3355146.html>> – **Atenção:** A prática, indução ou incitação de discriminação ou preconceito de *raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*, por meio da Internet, constitui crime punido com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, conforme determina a Lei 7.716/89 em seu artigo 20, § 2º. Denuncie aqui *sites* e/ou mensagens de fóruns hospedados na Insite contendo qualquer violação.

O antagonismo entre sujeitos e sentidos se estende aos falantes que não se enquadram na forma de língua posta como nacional e isso se manifesta na materialidade linguística, como observamos nos enunciados abaixo.

Quadro 3. Discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da violência

Xingamentos, ofensas	Deixem o povo <i>mais burro!!!</i> É isso que todos os governantes querem. Língua popular e língua culta... <i>Ora vão plantar batatas seus cretinos.</i>
	É isso, o Brasil é o país da imbecilidade, eta povo bruto do caralho.
	Vai tudu tomá no kuw, seu cambada de fio de pulllllta. Por iço que us gringu tá tudo vindo aqui e virando ricu. Esse MEC fio de uma pulllllta num pode fazê içu com noças criança.
Desejo de punição	Essas pessoas <i>estão cometendo um crime mesmo</i> , deveriam estar presas como bandidos comuns.
	Pessoalmente acho que esse ‘ministro’ Haddad <i>deveria ir para a prisão</i> , para sentir (literalmente) a ‘norma’ popular (sexual) que prevalece por lá...
	ISSO É UM CRIME, E POR TRATAR-SE DE CRIME, A POLÍCIA É O CAMINHO, COM A PRISÃO DOS RESPONSÁVEIS, INCLUSIVE. [...] Nem nos meus piores pesadelos poderia ver os meus pais nessa situação, nas <i>mãos de verdadeiros bandidos</i> . Como não se trata de uma “pegadinha”, a nação precisa tomar conhecimento amplo sobre o fato, os responsáveis chamados a dar explicações, serem levados às barras dos tribunais e responsabilizados. A sociedade, como um todo tem o direito de saber e de se manifestar. ESSE CRIME NÃO PODE PROSPERAR E FICAR IMPUNE. SOCIEDADE, REAJA.
	<i>Isso é caso de Polícia! Masmorra para os ‘AUTORES’, irresponsáveis.</i>
Proposta de extermínio	Onde está a Academia Brasileira de Letras que não pede o descredenciamento destes impostores e pretensos professores que <i>querem enchovalhar nosso idioma</i> ; digo de minha parte que <i>deveriam ser executados em praça pública</i> juntamente com quem autorizar tamanho disparate.[...] Fizeram isso com homens sérios como Tiradentes, Castelo Branco, Juscelino Kubtscheck, e outros. Por que não fazer <i>isso com esses desequilibrados mentais que vem das trevas tentando acabar com o que resta de bom na nossa cultura que é a língua bem falada e entendida?</i>

A inscrição desses sujeitos em um discurso sobre a língua possibilita que proponham, inclusive, a eliminação de falantes como algo “natural”. Nessa perspectiva, é preciso se levar em conta que o desejo de extermínio desses falantes é de natureza ideológica, histórico-socialmente constituído. Não nasce nesses sujeitos, eles nem ao menos têm consciência de como esse desejo homicida vem constituí-los e, quando enunciam trazem à tona sentidos que foram construídos ao longo da história, na ilusão de serem fonte e origem desses sentidos.

Discurso sobre a língua constituído pelo discurso religioso

Na posição sujeito em que se nega a possibilidade de uma simetria entre as diferentes formas de dizer, constrói-se uma argumentação em que são bastante recorrentes as marcas que remetem ao discurso religioso.

Como sabemos o discurso religioso produz um efeito de inquestionabilidade que tem sustentado, ao longo da história, outras formas de discurso preconceituoso, não só o linguístico. Alguns enunciados que trazem o discurso sobre a língua, sustentados pelo discurso religioso, constituem a argumentação em que a figura de Deus é mobilizada, assim como outras formas linguísticas que, de algum modo, remetem a essa discursividade.

Quadro 4. Discurso sobre a língua constituído pelo discurso religioso

Definitivamente, isto <i>faz parte dos sinais dos tempos</i> . ‘É como dizem os políticos: <i>a voz do povo é a voz de Deus</i> ’?!?!?!?
Bem que disseram que o mundo ia acabar em 2011. Só pode ser <i>sinal do final dos tempos</i> .
[...] e <i>os capeta vão gargaiar e infernizar as almas desses autor</i> quando eles morrerem, pois ficarão sozinhos com o errado, mas defendem como se certo fosse.
Que pena que a Academia Brasileira de Letras seja omissa e inerte neste tema. <i>Que pena que todas as igrejas também o são</i> , neste assunto. <i>No início veio o verbo</i> . Já pensou <i>se Deus dissesse</i> : Criei o universo? Os planetas seriam ovais, que nem a <i>visão dos descrentes</i> .
A palavra bonita, quando bem falada é divina. Mas quando desrespeitada, é infernal.
Tem alguma coisa errada nessa matéria. Tem que ter... <i>pelo amor de Deus</i> . TENHA!
<i>MEU DEUS DO CÉU</i> . E eu que me orgulhava disso, fazer o quê.

A possibilidade de uma mudança nos sentidos de língua já cristalizados, uma “revolução” nos sentidos (im)postos historicamente, é vista como algo extremamente negativo, ameaçador, ao mesmo tempo que remete a pecado:

Neste momento já é consabido que o MEC aprovou o livro ‘Por uma Vida Melhor’, da professora Heloísa Ramos, que defende a ideia revolucionária de ser fisicamente possível falar ‘nós pega o peixe’, *sem punição divina imediata com um raio nos fundilhos*.

Discurso sobre a língua constituído pelo discurso da economia capitalista

Continuando a nossa reflexão, trazemos alguns enunciados que nos auxiliam no processo de compreensão do discurso sobre a língua numa sociedade capitalista como a nossa. O imaginário de língua “correta” como essencial para ingressar no mercado de trabalho.

Quadro 5. Discurso sobre a língua constituído pelo discurso da economia capitalista

[...] Isso é um achincalhe não só às pessoas que se esforçam para falar e escrever corretamente, como também é um tapa na cara dos pais que se matam de trabalhar para dar aos filhos uma <i>chance de estudar e ser alguém na vida</i> .
A ‘gente vamos’ continuar jogando um <i>bando de ignorantes no mercado do trabalho</i> .
Pobres dessas crianças, não terão nenhuma condição de concorrer com as outras crianças que estudam em escolas particulares; <i>no mercado de trabalho serão sempre preteridos para os cargos que exigam maior saber</i> .

Em relação a argumentos que constituem os enunciados acima e que nos remetem à forma-sujeito capitalista, é interessante pensar com Orlandi o modo de submissão do sujeito na forma mesma como o Estado o individualiza:

[...] a questão da língua nacional é uma questão que faz parte de qualquer Estado. Ter um Estado soberano é poder representar na variedade concreta da língua, uma unidade imaginária que dá identidade aos sujeitos desse Estado. E em se tratando de formas de controle da subjetividade, *a normalização da linguagem*, com toda a *violência* contra o imaginário que ela implica, tem um papel crucial. (ORLANDI, 2007, p. 13-14, grifos nossos)

É interessante notar também que, somada à crítica ao Ministério de Educação por haver publicado o referido livro didático, há também a crítica relacionada à entrega de material didático que discute o respeito à diversidade sexual.

Discurso sobre a língua constituído pelo discurso homofóbico

Os enunciados citados, a seguir, apresentam um cruzamento com o discurso homofóbico. Dito de outra forma, essas construções se constituem tanto pelo preconceito linguístico como pelo preconceito contra a homossexualidade. Esse fato aponta para o desrespeito à dignidade humana como um todo que, conforme Orlandi (2012, p. 165), constitui a estrutura e o funcionamento da sociedade burguesa. Enfatizamos que questão social é questão ética e política.

Quadro 6. Discurso sobre a língua constituído pelo discurso homofóbico

[...] Não se assustem! Se o Lula teve a pachorra de ligar para um casal de <i>homossexuais</i> para parabenizá-los, só falta agora a liberação da pedofilia no país.
É o PT tornando o povo brasileiro mais burro. <i>Depois do casamento gay</i> , mais uma grande contribuição da presidente Dilma.
Sinceramente. Estranho tamanha surpresa. E o <i>kit gay</i> , é ótimo? A falta de merenda nas escolas é normal? [...] Deus me livre!

Para nós, o modo recorrente como os comentários/críticas ao livro do MEC são formulados remete ao que afirma Orlandi (2012, p. 67): “estruturalmente, é um mesmo texto falado por muitas vozes”. A autora se refere a esse processo como inverso à polifonia, em que há diferentes vozes no mesmo texto. Notamos que há um discurso recorrente que podemos chamar de discurso social, o discurso do consenso, em que os mesmos sentidos ressoam em diferentes construções enunciativas. São vozes múltiplas que soam de forma uníssona. No caso de nossa análise, são sequências discursivas que são produzidas por diferentes sujeitos em que é possível notar a insistência em um sentido de língua enquanto hierarquização de uma forma linguística à outra.

O discurso irônico como sustentação de um discurso sobre a língua

A nosso ver, convém chamar a atenção para enunciados marcados pela ironia, por duas razões: primeiro pelas inúmeras vezes que aparecem entre os demais comentários e, segundo, porque há profunda semelhança nas marcas linguísticas que constituem a ironia.

Quadro 7. Discurso sobre a língua constituído pelo discurso irônico

E assim nós vai a <i>merda</i> . Ou seria: assim nós vamos à <i>merda</i> ?
Ostimu comentariu!!! Num sabia qui quem iscreveu esse livru foi o seu Creisson?
E si vc me permiti acrescentar, os brasileiros vaum até melhorar sua fomassão nas facultade. Acho que escrevi essa palavra errado, <i>mais não emporta</i> .
Sem probrema. Oje quem termina a quinta séria sai sem saber ler como mostrou a Grobo. Aki no nosso país a chente faz as coisa pro povo se virá.
que qui é iço? se meus presta o vestibula e na ora da redassão eles iscreve assim vai aprová eles? Pur favor me respondi a essa pergunta.
Huauauauaua Expetacular! Agora nós não precisa mais se preocupá cum essa chatura de norma culta. O próssimo paço é a abolissaum das regra ortográfica, afinal a língua tá viva e vc fala i iscreve u q kiser.[...] fico feliz de ver q o dinheiro dos meus imposto ta sustentando tanta gente competenti.

Vários comentaristas do referido blog, para criticarem o livro adotado pelo MEC, recorrem a determinadas marcas linguísticas marginalizadas, indicando por meio de seus enunciados escritos aquilo que é condenado no discurso da escrita e no discurso da oralidade, aquilo que é tratado como “erro”.

Nos enunciados acima mencionados, há traços de oralidade que não se restringem a expressões de pessoas desescolarizadas. Trazem à tona a relação entre oralidade e escrita sem levar em conta que estão se referindo a um modo de falar que, atualmente, é bastante comum entre os brasileiros, independentemente das condições de produção do enunciado. Por exemplo, palavras como “dinheru”, “iscreve”, “qui”, “competenti”, “livru”, são citadas, entre outras. Em meio a esses traços, acrescentam formas postas como “incorretas”: rotacismo (probrema), ditongação (nóis), forma de concordância verbal (nós vai), falhas de ortografia (expetacular, próssimo, iço, formassão, etc.).

A nosso ver, para produzirem sentidos relacionados à publicação do livro didático, estendendo a crítica aos autores do mesmo, os sujeitos trazem em seus enunciados uma forma de língua que os próprios sujeitos censuram, configurando um processo de significação que se constitui em um discurso irônico. Para nós, eles recorrem à ironia como uma estratégia, um recurso para resistir a outros sentidos de língua e de relação entre língua/sujeitos. Dito isso, é fundamental acrescentar que não tratamos de um sujeito intencional e, por isso, como diz Orlandi (2012, p. 40), “a ironia não depende da intenção do (sujeito) locutor ou da sagacidade do (sujeito) interlocutor. Mesmo enunciados não intencionalmente irônicos podem sê-los na prática discursiva”.

Nessa perspectiva, tomamos outro ponto da reflexão de Orlandi para compreender melhor o funcionamento da ironia e o que acontece para o sujeito falante:

[...] a ironia pode ter finalidades mais ou menos ‘nobres’. O sujeito falante pode usar a ironia para romper o estabelecido, ou *para evitar que isso aconteça*; para dar a palavra a outrem ou *para impedi-lo de falar etc.* Mas qualquer que seja sua finalidade prática, ele estará operando, no nível do funcionamento da linguagem e de seus processos de significação, com a ruptura e a dissonância. (ORLANDI, 2012, p. 37, grifos nossos)

Entre as possibilidades de produção de sentidos da ironia pensados pela autora, os comentários irônicos que tratamos neste espaço são produzidos “para evitar que se rompa o estabelecido”. Isto é, esses enunciados produzem um efeito de sentido que fortalece o

que ao longo da história vem sendo dito: há uma forma de língua que “todos” devem falar em contraposição à outra que é “errada”. Em relação a essa questão, Orlandi (2012, p. 26) argumenta que:

[...] na ironia, joga-se com a relação entre o estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado – os discursos instituídos, o senso comum – e outros estados de mundo. Essa é uma característica básica da ironia.

Não se trata, pois, de um mero jogo de oposição, ou seja, de se dizer o contrário do que se pensa. A diferença vai muito mais além e significa multiplamente.

Ao considerarmos a ironia como tipo de discurso, negamos que ela seja um desvio: ela é o próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação que chamamos irônico. Esse lugar [...] mostra, com sua forma própria e específica, a relação entre o mesmo e o diferente, o fixado e o possível.

Ainda para entender o funcionamento do discurso irônico é necessário lembrar que a ironia “se dá pelo estabelecimento de uma região significante, de um espaço de linguagem em que não só simulações, mas também *alusões* e mesmo *rupturas de significação* podem ser desenvolvidas” (ORLANDI, 2012, p. 26, grifos nossos). Assim podemos dizer que o sujeito produz a sua crítica censurando as diferentes possibilidades de formas de língua. Para isso, recorre a uma forma de escrita e de oralidade que ele mesmo critica, produzindo determinados efeitos de sentido.

O discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da linguística

Do mesmo modo que citamos uma série de comentários/enunciados que apontam para o discurso sobre a língua e o cruzamento com outros discursos: religioso, homofóbico, da economia capitalista, irônico, trazemos também, neste espaço, algumas sequências discursivas atravessadas pelo discurso da linguística. Ou seja, pensamos que há outra discursividade, sentidos outros que estão sendo atribuídos para a notícia “O livro do MEC ensina a falar errado”. Refletimos, a partir de Herbert (1995, p. 66, grifos do autor), que “o processo de constituição dos sentidos dos enunciados citados remete a uma série de ‘efeitos de conhecimento’ de tipo *científico*”.

Quadro 8. Discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da linguística

Não vejo nada grave nas orientações do autor. <i>Ele está falando do uso da língua, que é um direito de todos</i> . É claro que juntamente com essas orientações, o aluno deve ser esclarecido quanto ao uso adequado ou inadequado das mesmas. <i>Linguisticamente, está tudo correto</i> .
Calma, leitora Marim, tem coisa errada sim. <i>O que está errado é a maneira como a reportagem retratou o assunto, desvirtuando os estudos de linguagem</i> , para criar polêmica sobre um assunto muito discutido hoje em <i>Linguística</i> . A reportagem deveria deixar claro o que são os estudos de <i>variação linguística</i> .
Galera eu estudo <i>linguística</i> e entendo perfeitamente a proposta do livro. Existem vários tipos de linguagem entre elas a formal e a informal. [...] negar a existência de uma <i>variação</i> é ridículo!
Creio que toda essa polêmica criada em torno do livro de Heloísa Ramos, deixa clara a divisão social existente em nosso país, e as diferenças gritantes entre o ‘ <i>povo</i> ’ e a <i>elite</i> . No fundo, tudo gira em torno da política, do jogo de interesses, em que a linguagem ‘popular’ falada pelos cidadãos e menosprezada agora torna-se ‘língua <i>universal</i> ’ apenas em tempos de eleição.

Embora dentre o universo dos enunciados produzidos, aqueles que apresentam um sentido diferente para língua sejam bastante reduzidos, é importante mostrar que nas diferentes práticas linguísticas os sentidos não se dão em bloco, visto que são plurais os sentidos que constituem a nossa sociedade. Pois, como afirma Orlandi (2012, p. 15), “onde há interpretações, entram distintas versões”. Daí a possibilidade de haver interpretações constituídas pela diferença de sentidos em relação ao livro publicado pelo MEC.

Assim, o discurso da linguística disponibiliza argumentos em torno do “respeito à diferença”, mantendo categorias, a nosso ver, estanques, como as oposições entre “adequado/inadequado”, “formal/informal”, “povo/elite”, “popular/universal”, entre outras. Muitas vezes, pode haver um cruzamento dessas noções no discurso produzido por um sujeito numa posição em que se inscreve em sentidos outros que circulam em nossa sociedade.

A oscilação entre sentidos de língua emerge nos comentários do blog

Aqui trazemos comentários do referido blog que também se constituem pela oscilação entre sentidos. Pensamos ser produtivo trazer alguns enunciados que em sua materialidade apontam diferentes sentidos quando o sujeito se posiciona em relação à polêmica sobre o livro didático publicado pelo MEC.

Se analisássemos de outra perspectiva que não a discursiva, poderíamos considerar tal deslizamento como contraditório. No entanto, podemos compreendê-lo quando levamos em conta que há memórias distintas que sustentam os sentidos de língua que circulam em nossa sociedade.

Na superfície das sequências discursivas, há formas linguísticas que são recorrentes, entre elas alguns conectivos ou expressões articuladoras que indicam contraposição entre argumentos: *mas, porém, por outro lado, em contrapartida*. Outro recurso utilizado é a própria pontuação que demarca a alternância entre sentidos.

Para essa reflexão, tomamos duas sequências discursivas em que podemos observar como o sujeito lida com os discursos sobre a língua cruzando o discurso da gramática com o da linguística.

Quadro 9. Enunciados oscilantes entre o discurso da linguística e o da gramática

a) Engraçado como as pessoas não questionam o que lêem. Quem garante que, de fato, tal livro didático está ‘ensinando’ a falar errado? A norma culta existe e deve ser ensinada, sempre. Porém , do ponto de vista da linguística não há ‘certo’ e ‘errado’. E mais: a linguagem coloquial, que falamos no dia a dia, é nossa língua viva. A gramática é a língua morta. Deve ser ensinada? Sim! <i>Deve ser ensinada instrumentalmente, como uma ferramenta de acesso à cultura ou mesmo de ascensão social.</i> Mas , por favor, não pensem que a norma culta é mais correta que a língua que falamos despreocupados com as regras. Associar a gramática à correção é um atestado de ignorância.	
Discurso da linguística	Discurso da Gramática
Engraçado como as pessoas não questionam o que lêem. Quem garante que, de fato, tal livro didático está ‘ensinando’ a falar errado?	A norma culta existe e deve ser ensinada, sempre .
Porém , do ponto de vista da linguística não há ‘certo’ e ‘errado’. E mais: a linguagem coloquial, que falamos no dia a dia, é nossa língua viva. A gramática é a língua morta.	Deve ser ensinada? Sim! <i>Deve ser ensinada instrumentalmente, como uma ferramenta de acesso à cultura ou mesmo de ascensão social.</i>

<p>Mas, por favor, não pensem que a norma culta é mais correta que a língua que falamos despreocupados com as regras. Associar a gramática à correção é um atestado de ignorância.</p>	
<p>b) ACHO A NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA MUITO BONITA, PORQUE SOA MELHOR OUVI-LA. MAS ACHO TAMBÉM QUE, POR OUTRO LADO, MUITOS NÃO TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDÊ-LA. ENTÃO, A UTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR PODE SIM SER CONSIDERADA, CLARO ATÉ CERTO PONTO. EXISTEM PALAVRAS, OU ATÉ MESMO FRASES, QUE SÃO ABSURDAS, DURAS DE SE OUVIR, MAS, EM CONTRAPARTIDA, EXISTEM AQUELAS QUE PODEM SER ACEITAS SEM PROBLEMAS. (obs.: reproduzimos o comentário em letras maiúsculas conforme consta do <i>blog</i>).</p>	
<p>Discurso da linguística</p>	<p>Discurso da Gramática</p>
<p>MAS ACHO TAMBÉM QUE, POR OUTRO LADO, MUITOS NÃO TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDÊ-LA. ENTÃO, A UTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR PODE SIM SER CONSIDERADA</p>	<p>ACHO A NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA MUITO BONITA, PORQUE SOA MELHOR OUVI-LA.</p>
<p>MAS, EM CONTRAPARTIDA, EXISTEM AQUELAS QUE PODEM SER ACEITAS SEM PROBLEMAS</p>	<p>CLARO ATÉ CERTO PONTO. EXISTEM PALAVRAS, OU ATÉ MESMO FRASES, QUE SÃO ABSURDAS, DURAS DE SE OUVIR</p>

A oscilação está marcada na língua pela presença recorrente de operadores argumentativos como “mas”, “porém”, “em contrapartida”, “por outro lado”.

No modo como o sujeito diz sobre a língua, é possível se perceber que os sujeitos são afetados tanto pelo discurso da gramática quanto pelo da linguística e se movimentam entre diferentes sentidos. A dispersão do sujeito nos enunciados é uma dispersão de discursos, de recortes do interdiscurso. Chamamos a atenção para a primeira sequência discursiva em que aparece o verbo “dever” que aponta para o discurso autoritário, como censura ou negação de um espaço para outra possibilidade de interpretação.

Algumas considerações...

Conforme Orlandi (2008), há uma relação de um discurso com outros, que contribuem igualmente para que sejam produzidos seus efeitos de sentido e isso pode ser notado no material analisado. No decorrer do texto, também chamamos a atenção para o funcionamento da ideologia que, independentemente do lugar em que vive, o falante produz efeitos de sentidos com os quais ele se identifica ou não. O sentido de língua com o qual o sujeito se identifica “só pode ser aquele”, em todo o lugar, em todos os tempos, pois é “o” sentido e não há outro possível. Em outros termos, o efeito ideológico produz a naturalização dos sentidos, des-historicizando-os.

Os enunciados que apresentamos ilustram a discursividade que se constitui por argumentos que sustentam um discurso em que os sentidos atribuídos à língua é de unicidade, homogeneidade, padronização. Nessa perspectiva, há um discurso social sobre a língua que é atravessado por vários outros. Também apontamos para o fato de que, onde há interpretações, entram distintas versões. Assim, embora haja uma discursividade predominante, podemos observar, nos enunciados, diferenças em relação ao modo de atribuir sentidos à língua.

Para “fechar” esta seção, compreendendo melhor o processo que constitui os sentidos de língua (e de sujeitos) postos nos enunciados analisados, tomamos a reflexão de Zoppi-Fontana (2011, p. 73):

Embora a indeterminação dos processos históricos seja constitutiva, abrindo a história para um campo não fechado nem previamente definido de possibilidades de ação, a própria ação é processo, é prática, e por isso é afetada pelas relações de poder, pelo funcionamento das instituições e pelas contradições que conformam toda formação social. Ou seja, não se nega as diversas ordens de determinação que surgem como efeito dos processos históricos, mas se subsume sua necessidade à contingência de sua origem.

REFERÊNCIAS

- HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, n. 1, 1995.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du Discours*. Bruxelas: Mardaga, 1984.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. Estar em estado de palavra. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (Org.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: RG, 2011.

De gol em gol, com direito a “replay”: o corpo na Copa para uma análise discursiva

(Goal for goal, “replay” allowed: the body in the World Cup for a discursive analysis)

Elizete de Souza Bernardes¹

¹ Centro de Educação em Ciências Humanas – Departamento de Letras – Programa de Pós Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

elizete_sb@hotmail.com

Abstract: Brazilian women’s body as welcome invitation. It is under the scope of Discourse Analysis (DA) that the World Cup 2014, in one of its emerged aspects, will be under scrutiny in this text. The assumption of this paper is that the body is a sign that is materialized in different places of emergent and political struggles. The question is: what are the regimes of memory triggered when the outbreak of an utterance for determining historical moment, holding a discursive event? To try to solve that, we will work especially with one of the properties of the utterance: the associated domain (FOUCAULT, 2013). Moreover, as a development resulting from the reading undertaken by J. J. Courtine’s *Archaeology of Knowledge* (2009), the concept of discourse memory is expanded, pertaining to the field of memory, current memory, and anticipation memory. We intend, with this reflection, to think through the semiotic and discursive object: the body.

Keywords: Discourse Analysis; Historical semiology; body; Brazilian woman.

Resumo: O corpo da mulher brasileira como um convite de boas-vindas. É nos domínios da Análise de discurso de orientação francesa (AD) que a Copa do Mundo 2014, em um dos seus aspectos emergidos, será objeto de reflexão deste texto. O pressuposto de escrita é de que o corpo é um signo que se materializa em diferentes lugares de emergência e de lutas políticas. O questionamento é: quais são os regimes de memória acionados quando da irrupção de um enunciado em determinando momento histórico, sustentando um acontecimento discursivo? Para tanto, trabalharemos especialmente com uma das propriedades do enunciado: o domínio associado (FOUCAULT, 2013). Ademais, como desdobramento da leitura empreendida por J.J. Courtine (2009) da *Arqueologia*, o conceito de memória discursiva é ampliado: enquanto domínio de memória, memória de atualidade e memória de antecipação. Desejamos, com essas reflexões, pensar o objeto semiológico e discursivo: o corpo.

Palavras-chave: Análise do discurso; Semiologia Histórica; Corpo; Mulher brasileira.

Apito para o primeiro tempo

Bem-vindos ao país do futebol! Da alegria, do povo sorridente, hospitaleiro, de samba no pé e gingado docilizado. Lugar exótico, das cores vibrantes e primárias e... das mulatas. O país das garotas, com sabor de cravo e canela; lugar das moças do corpo dourado do sol de Ipanema; e um país de belezas naturais, onde se inventou a virgem dos lábios de mel: “Lugar onde suas fantasias se tornam realidade!”¹

¹ Essas são algumas materialidades que compõem o *arquivo* da pesquisa de doutoramento intitulada *De um corpo tão gentil como profano*: uma história de saber-poder sobre as prostitutas no Brasil, que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo n. 2013\16256-4).



Figura 1. *Outdoor* Hotel Club Bahamas.

O enunciado acima (Figura 1), materializado em um *outdoor* instalado em uma das principais rodovias da cidade de São Paulo, causou polêmica em maio de 2014, um mês antes do início da Copa do Mundo, sediada nesse ano, no Brasil. Isso porque o enunciado, em seus elementos verbais e não verbais, sinalizavam para a construção de (efeitos de) sentidos que não são unicamente da atualidade, são, sobretudo, advindos de um regime de memória e de sua atualidade. Em paralelo ao enunciado linguístico, à esquerda, temos o corpo de uma mulher (as pernas e coxas torneadas e bronzeadas, vestidas em um *microshort*, sem blusa, e calçada com uma sandália de salto alto) que está agachada e sentada em cima da bola oficial do Mundial – a assim chamada *Brazuca*. Ela encontra-se flagrada nessa posição, sendo que a imagem insinua a prática de um ato sexual – o sexo oral – no homem (ou jogador) que está à sua frente (vemos parte de suas pernas, com o seu calção abaixado e a chuteira). Do lado direito do suporte do enunciado semiológico, temos a figura do proprietário do Bahamas Hotel Club, Oscar Maroni.²

É nessa sincronia, cuja impossibilidade de se separar o verbal do não verbal faz emergir o objeto semiológico da Análise do Discurso, que o presente artigo se inscreve. Propomo-nos a refletir o enunciado em sua singularidade histórica capaz de, ao mesmo tempo, manter em seu cerne a história e apresentar a singularidade de nosso tempo. Quais são os domínios associados e de memórias que se deslocam para fazer emergir certos efeitos de sentidos sobre a mulher brasileira e não outros em seu lugar?

² Essa parte do enunciado, qual seja a figura do proprietário do Hotel Bahamas, não será objeto de análise em uma perspectiva da presença do indivíduo, uma vez que foge ao interesse da AD. Em outros termos, poderíamos incorrer em juízos de valores contra ou a favor de Oscar Maroni, o que, absolutamente, não é de nossa alçada. Até porque consideramos o enunciado como histórico e não individual. Em outras palavras, “o discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e, que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (cf. FOUCAULT, 2013, p. 66).

Como possíveis respostas e *gestos de leituras*, pensaremos com Foucault (2013) a questão do enunciado, mais especificamente, uma de suas propriedades: o domínio de associação com outros enunciados. Além dela, a partir da leitura feita por J.J. Courtine (2009) da *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2013), refletiremos a questão do domínio de memória da linha tênue que foi construída entre a mulher brasileira e a prostituição ao olhar do estrangeiro.

Para tanto, tomaremos alguns anúncios veiculados no Brasil antes do início do Mundial onde figuravam mulheres em situações de sexualidade latente, reverberando sentidos históricos sobre as brasileiras ao olhar do estrangeiro. Desejamos, com isso, refletir como os signos constituem o discurso, sendo este as lentes que utilizamos para *ver* o mundo.

Em campo: signos de um jogo

Quando nos propomos a pensar o objeto da Análise do discurso (AD) estamos implicados na ordem do dizer sobre a língua(gem) e sobre a História. Isso se dá por duas razões: primeiro, porque, desde a proposta de Michel Pêcheux e o seu grupo, nos idos anos de 1960, para constituir a disciplina, eram a materialidade linguística, a historicidade e o sujeito os pilares para se analisar o seu objeto, qual seja, o discurso. Em segundo turno, a densidade histórica constituiria, mais tarde, o objeto da AD em linhas mais largas: a *língua de vento* traria, para junto do verbal o fluido, as imagens – fixas e em movimento –, os gestos, a voz, etc. A História imporá o seu ritmo para novos objetos que pululavam diante de nossos olhos: a popularização da TV, o advento e também democratização da internet, a novidade que, no instante seguinte, se torna obsoleta, a vida líquida, fugaz e contemporânea. A História determinando outros objetos, demandando novos olhares sobre ela mesma e sobre *como* esse regime de olhares interfere e produz novos (efeitos de) sentidos.

Com Michel Foucault (2013, p. 35), pensar o objeto da AD como semiológico é trabalhar com “qualquer forma de registro inscrita em um campo de memória, aberta à repetição, à transformação e à reativação e, por fim, ligada a enunciados que o precedem e o seguem”. Na esteira foucaultiana, a História descontínua, singular, rara, atualiza acontecimentos discursivos do tempo presente a partir de dizibilidades anteriores. A língua e a espessura histórica dos enunciados mais uma vez acenam para um princípio de reciprocidade entre ambos: “se não houvesse enunciados, a língua não existiria, mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua” (2013, p. 103). Em outros termos, a *performance* linguística, inserida nesse viés enunciativo, é finita – ainda que a língua, em um mundo chomskyano, por exemplo, apresente um desempenho e uma competência linguística infinita. Porém nem tudo é dito em qualquer tempo e lugar. Com efeito, há coordenadas espaço-temporais que regram os regimes de dizibilidades, há uma lei que rege a emergência de alguns enunciados, em detrimento de outros – apesar de toda possibilidade que a língua nos oferece.

Os enunciados são assim constituídos por quatro propriedades (FOUCAULT, 2013): (i) o referencial, que diz respeito “ao lugar, à condição, ao campo de emergência, à instância de diferenciação dos indivíduos e dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (p. 110-111); (ii) a posição-sujeito,

que atende à “posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito” (p. 116); (iii) uma existência material cuja irrepetibilidade da enunciação tem uma “singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (p. 123); (iv) por fim, chegamos ao domínio associado:

Constituído pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas, não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados. (FOUCAULT, 2013, p. 119)

Esta última propriedade faz ecoar a noção de memória discursiva da qual falava Jean-Jacques Courtine (2009). Aquela diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos. A memória discursiva abre espaço para os efeitos de memória que se dão na relação do tempo longo de uma memória com as formulações do tempo curto da atualidade de uma enunciação. Em outras palavras, o intradiscurso (o aqui, o agora) produz determinados efeitos de sentidos porque a espessura histórica do interdiscurso (o (já-)lá, o antes) o sustenta.

O fio do discurso sobre como o Brasil se apresenta ao olhar do estrangeiro coloca em anúncio e circulação um imaginário sobre as práticas discursivas às quais as mulheres brasileiras estariam (efeito de “evidência”) submetidas. O comportamento, os gestos, o corpo da mulher brasileira se avizinha com outro domínio de memória: a prostituta.³ Não se trata de se estabelecer uma relação imediata (mulher brasileira = prostituta), cujos pontos do real seriam a descrição pura, efeito matemático do produto de uma ordem dos fatores. Sobretudo, trata-se de uma relação construída, fabricada, inventada. O discurso constrói, em (des)contínua história, um possível efeito de “real”. Analisar discursos é “desfazer os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas” (FOUCAULT, 2013, p. 59-70).

O enunciado, no caso do *outdoor* (Figura 1), com todos os seus signos (o corpo feminino; a brazuca, a chuteira, o calção masculino abaixado como signos que apontam para uma condição de emergência desse enunciado: a Copa do Mundo; a gestualidade entre a mulher e o jogador de futebol, sugerindo uma prática sexual; assim como o verbal, etc.) consistem, segundo Foucault (2013), em práticas que formam os objetos de que falam. O Brasil é feito e discursivizado como o lugar dos prazeres, das fantasias, das mulheres prontas a te servir e, por isso, deve-se brindar com uma taça de Martini cujo conteúdo a se beber é uma mulher (Figura 1). O enunciado, esse objeto sincrônico, composto de imagem e de verbo, é a materialidade dos “discursos feitos de signos; e o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar as coisas” (FOUCAULT, 2013, p. 60).

³ Flagramos um enunciado que associa a gestualidade da brasileira como prostituta, por exemplo, em uma das denúncias feitas para o protesto contra a xenofobia sofrida por estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra, Portugal. Nessa ocasião, março de 2014, entre várias contestações (de cunho sexual, racial e social), havia um cartaz que dizia: “As alunas brasileiras precisam cuidar o comportamento, caso contrário, reforçarão o estereótipo de prostitutas, putas ou fáceis. [‘conselho’ dado por uma professora]”. Disponível em: <<http://www.folhasocial.com/2014/02/brasileiros-vem-sendo-desrespeitados-no.html>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

Bola na rede

Os discursos feitos de signos são pontos de uma rede. Conforme se aperta, se afrouxa, se desloca, se (re)aproxima esses pontos, os demais sofrerão algum movimento – por isso, em rede. Pontos da rede, ademais, são uma metáfora para pensar sobre a complexidade e a multiplicidade (DELEUZE, 2005) que compõem um dispositivo. Este sendo, segundo Foucault (1979), de natureza essencialmente estratégica e inscrito em um jogo de saber-poder, compreende “um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não-ditos” (COURTINE, 2013, p. 27). A bola e a rede se constroem mutuamente. Não podemos conceber um jogo de futebol sem a bola e todas as estratégias do jogo (defesa, ataque, escanteio, faltas, entre os demais lances) são em função da bola. A bola, nesse trocadilho, é o discurso; o jogo é a rede, o dispositivo. “O discurso ele mesmo é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele [...]; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza da época, a nova tendência local do dispositivo” (VEYNE, 2011, p. 54).

O dispositivo, ao atuar em rede, faz emergir outras séries de dizeres que interdariam esse tipo de anúncio (instituições como o Ministério do Turismo, ONGs como a Plan⁴), coagindo o proprietário para a retirada do *outdoor*. Essa política da luta contra o turismo sexual faz parte do dispositivo. De modo semelhante, ocorre quando a presidente Dilma Rousseff manda um recado numa rede social:



Figura 2. Declaração da presidente quanto ao turismo sexual.

A deriva da fala pública operada pela *língua de vento* (COURTINE, 2006) confere essa aproximação entre o homem público e o homem privado. Na ocasião do lançamento feito por uma marca estrangeira de camisetas, inspiradas na Copa do Mundo 2014, a arte de governar (FOUCAULT, 1979) coage a Representante do Executivo para se pronunciar. Longe do palanque, Dilma Rousseff utiliza um aplicativo popular, informal, rápido, conciso, coerente com uma vida líquida e cotidiana para entrar na ordem do discurso: o

⁴ Trata-se de uma instituição internacional atuante principalmente em países da América, África e Ásia, que tem como um dos pilares a política da promoção dos direitos da criança, dentre o quais a luta contra a exploração sexual infantil. O sítio virtual na internet é: <http://plan-international.org/about-plan>. Acesso em: 15 jul. 2014.

twitter. A interatividade⁵ proporcionada em cada *twittada* configura-se também como um exercício de poder.

Uma das estampas da camiseta trazia na parte frontal: “I Love Brazil”, na qual o verbo “Amar” vem em formato de um bumbum feminino. Em outra camiseta, há a figura de uma mulher de biquíni com o seguinte enunciado: “Lookin’ to score in Brazil” (Buscando marcar gols no Brasil), que pode ter duplo sentido (fazer gols em uma partida de futebol e também “pegar” mulheres no Brasil). Reverberando uma memória discursiva, o dispositivo, nesses casos, atua desde um gesto micro, como o *twitter* (embora com ares de macro, em virtude da ordem de *quem pode/deve dizer*) até o alcance de instituições internacionais, como a ONG Plan.

O regime de saberes sobre a sexualidade e o corpo, bem como as interdições e incitações ao dizer configuram-se como exercícios de poderes. Ainda que haja uma interdição do que se diz – não se pode dizer tudo em qualquer lugar e circunstância (FOUCAULT, 2011) –, há um espaço para a incitação ao dizer.



Figura 3. Outdoor em Salvador, BA.

“Se o poder é forte, é porque ele produz em igual medida aquilo que ele proíbe” (COURTINE, 2013, p. 16-17). Tudo bem que não se pode mostrar e discursivizar o corpo *deste modo* e nesta circunstância: em uma avenida que dá acesso à Arena Ponte Nova, em Salvador, um dos estádios escolhidos para sediar o Mundial, com a presença de uma mulher com os seios quase nus, e com o linguístico enunciando outra prática sexual. Porém, o exercício do poder, dificilmente, experimentará a figura de uma mulher fora dos padrões esteticamente construídos como o ideal de beleza. Não é uma pessoa idosa, nem gorda, nem com mutilações no seio ou deficiente, nem com barriga avantajada, nem “branquela” ou “preta” “demais”, nem com o cabelo indisciplinado ou ressecado, nem banguela ou

⁵ Falamos em interatividade uma vez que o aplicativo de mensagens permite, primeiramente, *follow* (seguir ou não seguir o usuário), se sim, abre espaço para *retweets* (possibilidade de compartilhamento da publicação), assim como para comentários no que tange ao que foi publicado pelo usuário. Mais um indício dessa aproximação que se deu entre o homem político e o homem comum.

com traços masculinos, etc. Os exercícios de poderes são tão diluídos, micros e concessivos (você pode *desde que...*) que se apresentam quase como transparentes. A urbanidade, a afabilidade do corpo para receber os turistas se conjugam com uma boa saúde, um físico saudável. “Para bem comerciar, é necessária uma boa figura” (COURTINE, 1988, p. 135). A opacidade da linguagem e de *como* se olha e, portanto, *como* se diz sobre o corpo produz o efeito de evidência.

Esse segundo *outdoor* (Figura 3) traz ainda o verbal, complementando o não verbal no enunciado. “Torça para a seleção brasileira porque aqui a espanhola é favorita” faz um trocadilho com duas das equipes classificadas para o Mundial, contudo, deslocando o sentido da segunda, enquanto um time de futebol, para uma prática sexual, denominada espanhola. A inserção de valores (“3h* por 50,00 reais”) no cartaz produz um duplo sentido: eventual pagamento de um quarto de motel ou o valor de uma prestação de serviços sexuais. Nessa tensão da segunda hipótese, cujo corpo esbelto feminino figura como elemento do enunciado nos faz remontar a uma prática surgida no século XVII. Segundo Courtine e Haroche (1988), a “preocupação do aspecto exterior e preocupação com a fisionomia” é fator que desponta para a realização de um bom negócio. “O homem de boa aparência é um trunfo em comércio, um atrativo necessário à permuta dos bens: o comércio ainda é agora indissociável da civilidade” (COURTINE; HAROCHE, 1988, p. 135). De modo que essa foi uma condição destacada pelos autores para entendermos “formas políticas de governo, laços e dependências na vida civil, através de saberes e práticas do corpo e da expressão”. (COURTINE; HAROCHE, 1988, p. 131).

Cobrar escanteio, falta ou cartão vermelho

O domínio associado que se estabelece entre os enunciados é constituído também “pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência natural, ou sua réplica” (FOUCAULT, 2013, p. 121-122). Um ponto da rede quando apertado fez outro ponto se mexer: as prostitutas se levantaram contra essa política que tenta apagar a associação do Brasil com a prostituição. Em uma revista *online*, *Beijo da rua*, os enunciados presentes replicavam a posição discursiva dita pela presidente Dilma Rousseff. Aqui, não é mais “combate à exploração sexual”, mas sim uma “ameaça ao trabalho”:



Figura 4. Réplica ao twitter da Presidente D. Rousseff.

A página virtual de *Beijo da rua* é bastante significativa em seu todo: as cores, os títulos das sessões da revista, a lexicalização que promove um deslocamento e atualização de sentidos, segundo a posição discursiva ocupada pelo sujeito do enunciado (“Davida”, “No ponto” e o próprio nome da revista “Beijo da rua”). Os enunciados destacados na parte superior e lateral também funcionam como um “domínio de atualidade” (COURTINE, 2009). “Sem vergonha de ser prostituta. Você tem profissão” põe em latência um discurso que diz que ser uma prostituta é desonroso, desonesto, feio, ilegal e, por isso, não há que se ter orgulho. Apropriando-se dessa memória, o sujeito a transforma e a inscreve na instância do acontecimento: “confere a suas relações o efeito de uma lembrança ou de uma refutação imediatas de formulações presentes em sequências discursivas que se respondem” (COURTINE, 2009, p. 112). De modo semelhante, “As mulheres boas vão para o céu, as más vão para qualquer lugar” não deixa esquecer que “a produção de efeitos de atualidade é ao mesmo tempo uma resultante dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento reatualiza” (COURTINE, 2009, p. 112-113). O novo no interior do acontecimento aprisiona as mulheres boas, honestas, “para casar” em uma única opção: o céu – sem lhes dar chance de escolher para onde irão. Já as mulheres más, as prostitutas – como historicamente se diz sobre elas –, possuem um valor eufórico: a liberdade. Elas decidem para onde e se vão (“a qualquer, inclusive o inferno, ou nenhum lugar”), com quem vão, afinal, o corpo lhes pertence! E ninguém dita o seu destino.

O corpo, inscrito na História e lugar de lutas políticas, de desejos e de prazeres, transmuta-se como o próprio discurso tensivo entre a formação discursiva contra o turismo sexual e a formação das prostitutas. No excerto abaixo, retirado do texto escrito para a revista *Beijo da rua*, notamos como o domínio da memória “constitui o lugar onde se

pode determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos do saber próprio a uma FD”:

Assim sendo, por que não o turismo sexual, sendo que nessa indústria todas/os ganham, menos as prostitutas? Assumir isso colocaria em risco o processo de desconstrução da imagem erotizada do Brasil no exterior, que, ao que parece, opera a partir da higienização dos corpos cuja meta é afastar o sexo do discurso, como se isso garantisse uma positivação de nossa identidade colonizada. (CHATEAUBRIAND, 2014)

O Outro pode até dizer que as prostitutas “vendem o seu corpo”. Elas, em posição de ataque\defesa, dirão que “prestam serviços sexuais”, uma vez que o corpo continua lhes pertencendo e não há uma transferência de sua propriedade e posse, à semelhança de um contrato de compra e venda. O corpo, como lugar de luta política, de descrição do “real”, de saberes-poderes que se põem em jogo. Em outros termos, o “corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônia, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1977, p. 28).

O campo associado do enunciado está em consonância direta com a memória discursiva, como já assinalada anteriormente. Mas, além de manter coexistências com os enunciados anteriores, há uma espécie de licença para o porvir. De acordo com Courtine (2009, p. 113), há “formulações determinadas no domínio da antecipação, relações interpretáveis como efeitos de antecipação”, que se organizam no intradiscorso. Nessa toada, é interessante notar como as condições históricas de emergência, em especial a realização da Copa do Mundo de Futebol 2014 e Olimpíadas, em 2016, no Brasil, dos enunciados aqui apresentados se entrecruzam, se sucedem, se antecipam. A antecipação, por meio da memória, se deu, por exemplo, quando da redação do Projeto de Lei (PL) n. 4.211, em 2012, que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. O deputado Jean Wyllys antepõe-se:

A regulamentação da profissão do sexo e as alterações do Código Penal aqui apresentadas refletem também a preocupação eminente com o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o turismo sexual. **O Brasil ocupa posição de crescimento econômico e vai sediar dois grandes eventos esportivos que atraem milhões de turistas.** A regulamentação da profissão do sexo permitirá alto grau de fiscalização pelas autoridades competentes, além de possibilitar e até mesmo incentivar o Poder Executivo a direcionar políticas públicas para esse segmento da sociedade (como a distribuição de preservativos, mutirões de exames médicos, etc). (BRASIL, 2012). (grifos nossos)

Reiteramos o “caráter aberto da relação que um enunciado, produzido em determinadas condições de produção, mantém com o seu exterior. Se existe um *sempre-já* do discurso, pode-se acrescentar que se terá aí um *sempre-ainda*” (COURTINE, 2009, p. 113). Há, com efeito, um enunciado, no caso do PL\2012, que é possível de irromper nesse momento histórico que o Brasil atravessa: das reivindicações do corpo e questões postas pelos estudos do gênero (Marcha das Vadias, como ilustração), do “respeito” ou “tolerância” – a depender da posição discursiva – à diversidade, etc. Na mesma esteira, esses enunciados emergem em razão de um *sempre-já* que inventou o Brasil como o “lugar onde suas fantasias se tornam realidade” (Figura 1). Um *sempre-já* que continuamente discursiviza a mulher brasileira com o sexo, avizinhandose com o campo da prostituição.

Nestes 45' do segundo tempo

A Copa do Mundo é um acontecimento discursivo, a respeito da qual tentamos mostrar como há “o novo no interior da repetição” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 166). Os exemplos aqui analisados são apenas pequenos nós da rede, e de um ponto a outro há relações singulares. O dispositivo atua como um diagrama, “um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas. E, de um diagrama a outro, novos mapas são traçados” (DELEUZE, 2005, p. 53). Nessa cartografia encontramos *unidade* na temática Copa do Mundo. Reportagens de revistas estrangeiras indicando como abordar as mulheres no Brasil; o curso de inglês para prostitutas, oferecido em Belo Horizonte, foi notícia em jornal colombiano e sueco; as camisetas com conotação sexual; a chamada para que cariocas se inscrevessem em um quadro de um programa global cujo objetivo era encontrar-lhe um “gringo” para namorar; os *outdoors*; as passistas e os seus bumbuns bronzeados, sem celulite e cheios de gingados, convidando todos a virem para o Brasil. Na dispersão,

O enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tempo de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2013, p. 128)

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. *Projeto de Lei que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Acesso em: 17 jul. 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Claraluz, 2009.
- _____. *Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. *História do rosto: exprimir e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX)*. Lisboa: Torema, 1988.
- CHATEAUBRIAND, Roberto. Governo volta a atacar o turismo sexual, ameaçando o direito ao trabalho das prostitutas. Disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=921&num=1>. Acesso em 15 jul. 2014.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. (Language, 81, 1986).

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Revista *Estilo* – a “transmídiação” discursiva da ideia de estilo, da agência bancária para a plataforma *on-line*

(*Estilo* Magazine – the discursive “transmediation” of the idea of style, from the bank branch to the on-line platform)

Érika de Moraes¹

¹ Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

erika.moraes@faac.unesp.br

Abstract: This paper studies “Style Magazine”, launched digitally in September 2013 by Bank of Brazil, as part of a project whose focus seems to be the construction of an *ethos* of a unique and sophisticated client. The online circulation itself is a mark of distinction, since, despite the increasing access to the internet, it has not reached the entire Brazilian population yet, especially in qualitative terms. This study fits into the theoretical and methodological framework of French Discourse Analysis, which considers the opacity of language in its means to produce meanings, mediated by subjects traversed by historical, social and ideological positions. Therefore, the investigation of the *ethos* of *Estilo* magazine is believed to be likely to shed light on this diffuse idea of style that works as a discursive construction compatible with a given contemporary complex of ideas.

Keywords: discourse; ethos, contemporaneity.

Resumo: O presente trabalho volta o olhar para a revista *Estilo*, lançada por meio digital em setembro de 2013 pelo Banco do Brasil, como parte de um projeto cujo foco parece ser a fabricação de um *ethos* de cliente exclusivo e sofisticado. A disponibilização *on-line* por si representa uma marca de diferenciação, visto que, embora o acesso à internet seja cada vez maior, ainda não atinge toda a população brasileira, especialmente em termos qualitativos. Este estudo se insere no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, que considera a opacidade da língua em seus meios de produção de sentidos, intermediados por sujeitos atravessados por posicionamentos históricos, sociais e ideológicos. Dessa forma, entende-se que a investigação do *ethos* da revista *Estilo* possa clarear essa difusa ideia de estilo que funciona como construção discursiva compatível com certo ideário contemporâneo.

Palavras-chave: discurso; ethos; contemporaneidade.

Introdução

A *transmídiação* (do papel para o virtual, do mundo “real” para as plataformas digitais) é uma característica da *contemporaneidade*, noção que, apesar de difusa, necessita ser enfrentada. Tendo isso em vista, o presente trabalho volta o olhar para a revista *Estilo*, lançada por meio digital em setembro de 2013 pelo Banco do Brasil, como parte de um projeto cujo foco parece ser a fabricação de um *ethos* de cliente exclusivo e sofisticado, selecionado para a agência intitulada *Estilo*. Esse argumento se sustenta pelo fato de que, em seu *site*, o Banco do Brasil *Estilo* se apresenta como “um conceito em relacionamento, desenvolvido para pessoas físicas de alta renda e que oferece um atendimento personalizado, [...] produtos e serviços diferenciados”.

O conceito *Estilo*, do qual trataremos com base na referida revista, busca criar a imagem de diferenciação em relação ao Banco do Brasil em geral, cujo *slogan* é “bom para todos”, revelando compatibilização com uma característica atual de nossa sociedade:

ao mesmo tempo em que se busca a ampliação de direitos *para todos*, buscaram-se outros meios de construir o sentimento de ser especial, diferente, superior, exclusivo.

A disponibilização *on-line* por si representa uma marca de diferenciação, visto que, embora o acesso à internet seja cada vez maior, sabe-se que ele ainda não atinge toda a população brasileira, especialmente em termos qualitativos. Do ponto de vista físico, os tipos de equipamentos também interferem na qualidade de leitura; por exemplo, é mais confortável ler uma revista num *tablet* do que em um computador de mesa. Conforme defende Maingueneau (2000, entre outros), entende-se que o suporte dos discursos deva ser compatível com seus conteúdos, criando assim cenografias que justifiquem o dizer ao mesmo tempo em que se constituem como tais por serem solicitadas pelo próprio dizer.

Assim, este trabalho se insere no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa (AD), que considera a opacidade da língua em seus meios de produção de sentidos, intermediados por sujeitos atravessados por posicionamentos históricos, sociais e ideológicos. Dessa forma, entende-se que a investigação do *ethos* da revista *Estilo* possa contribuir para clarear essa difusa ideia de Estilo que funciona, sobretudo, como construção discursiva compatível com certo ideário contemporâneo. Apesar de certas semelhanças da revista *Estilo* com outra revista qualquer de variedades, sua própria constituição se compatibiliza com a configuração de um *ethos* de estilo exclusivo, do qual o próprio nome é parte fundamental.

A revista *Estilo* está disponível digitalmente a qualquer pessoa que queira acessá-la, independentemente de possuir conta no Branco do Brasil ou especificamente na agência Estilo, no entanto, funciona como parte integrante de um ideal de fornecimento de um serviço exclusivo. Propomos investigar, a partir dela, formas de construção (ou maquiamento) desse discurso de exclusividade, refletindo sobre, em que medida, tais estratégias podem ser características da sociedade atual.

Revista *Estilo* em tempos de transmidiação e comunicação digital

A noção convencional de *transmidiação* implica a transposição de um “conteúdo” de uma mídia para outra, por exemplo, de uma revista impressa para a plataforma digital. Especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, o mundo vivenciou o crescimento acelerado das chamadas mídias digitais. Pode-se dizer que é ainda mais recente a popularização de *gadgets* como o *tablet* e o *smartphone*, embora isso não signifique que esses equipamentos estejam disponíveis para todos ou, principalmente, que sua existência tenha significado a plena ampliação do conhecimento e da democratização.

Desde o aparecimento da Internet, postula-se o desaparecimento dos veículos impressos tradicionais. É possível que o “jornal de papel” até venha a desaparecer, mas não parece ser esse o caso do jornalismo, que, ao contrário, encontra novas formas de expressão nessas plataformas digitais. Numa espécie de era de transição, as principais revistas do país têm disponibilizado também a sua versão *on-line* – que pode ser gratuita ou paga – com recursos específicos para as novas plataformas. A revista *TPM* (editora Trip), por exemplo, em sua versão para *tablet*, disponibiliza, além do conteúdo da revista impressa, alguns vídeos dos bastidores das reportagens.

Outros produtos, já nascidos no auge da era digital, podem caracterizar-se exclusivamente pelas regras do formato *on-line*, que chamaremos aqui, metaforicamente, de

formato “transmidiático” (daí a razão das aspas). É o caso da revista *Estilo*, cuja proposta é levar um conteúdo especial ao cliente da agência Estilo do Banco do Brasil, podendo ser acessada exclusivamente a partir das plataformas digitais.

Bertolli Filho e Ferreira (2014, p. 68) lembram que, quando Noam Chomsky foi questionado, pelo programa Roda Viva da TV Cultura, em 1996, sobre como avaliava a Internet, respondeu: “a tecnologia é neutra. A internet será o que as pessoas fizerem dela”. A partir desse raciocínio, os autores mostram como as redes sociais se tornaram, nos dias de hoje, o “efeito” dos potenciais tecnológicos.

Outro efeito possível pode ser o caráter elitizador de certos “conteúdos” veiculados por esses meios, não tanto (ou não apenas) pelo conteúdo em si (até porque essa divisão estanque entre forma e conteúdo, conforme sabemos, é apenas uma ilusão didática), mas exatamente pelo entrelaçamento entre forma-conteúdo, que, como propõe Maingueneau (2000, entre outros), caracteriza o *ethos* de uma publicação. Antes de apresentarmos uma análise da revista *Estilo*, procuraremos tratar da *contemporaneidade* da qual ela faz parte, enfrentando esse conceito difuso, especialmente a partir de algumas considerações sobre o papel do sujeito contemporâneo, considerando uma discussão bastante atual proposta por Joel Birman.

“O sujeito na contemporaneidade”, segundo Joel Birman

Sabe-se que a conceituação de sujeito é de extrema importância para a Análise do Discurso, que o entende como difuso, atravessado por posicionamentos ideológicos e inconscientes. Pensar o sujeito na contemporaneidade requer acrescentar novas nuances que afetam sua concepção. Nesse aspecto, o trabalho de Birman (2012) instiga novas questões que, se enfrentadas pelos analistas de discurso, podem render novas perspectivas. O autor percebe que “nos registros da economia, da política, das ciências, das artes e da cotidianidade, o sujeito se choca com o imprevisível, que o desorienta” e, assim, “tanto no registro coletivo como no individual, nas escalas local e global, a subjetividade foi virada de ponta-cabeça” (2012, p. 7).

Num tempo em que o sujeito “não consegue se regular nem se antecipar aos acontecimentos, que como turbilhões jorram de maneira disseminada ao seu redor” (BIRMAN, 2012, p. 7), ele é acometido pelas formas de “mal-estar”. Tal “mal-estar”, longe de ser uma metáfora, corresponde a um estado bem real e atual, cuja principal característica é o crescimento (e a naturalização) do uso de medicamentos do tipo antidepressivos. Um primeiro enfrentamento, portanto, é o entrelaçamento desse sujeito que pode corresponder a um estado (depressivo) de indivíduo no mundo à forma-sujeito de que fala a Análise do Discurso, podendo-se pensar que um é afetado pelo (e produz efeitos sobre o) outro.

Paradoxalmente, na era da potencialização das ferramentas de comunicação, parece não haver espaço para a aceitação de diferentes “posições de sujeito”; ao contrário, há uma cobrança cada vez mais intensa de adaptação, de cujo processo faz parte a imposição (ou a autoimposição) do uso de drogas psicofarmacológicas. Assim, impõe-se a sensação de continuidade num mundo de descontinuidades, sufocando, entre outros aspectos, até mesmo o enfrentamento do tempo: o passado, o futuro: “Tudo se passa como se a subjetividade acreditasse que estivesse vivendo num eterno presente, no qual a *repetição do*

mesmo fosse tão poderosa que não anunciasse mais qualquer possibilidade de ruptura e de descontinuidade” (BIRMAN, 2012, p. 9).

Do ponto de vista psíquico, um efeito descrito por Birman no sujeito contemporâneo é a diminuição da experiência do sonho durante o sono (ou da lembrança dos sonhos), o que, segundo Freud na leitura de Birman, teria relação com a “resistência do sujeito em estabelecer contato com o desejo inconsciente”, implicando dificuldade em lidar com a própria “realidade psíquica” (BIRMAN, 2012, p. 12). De um ponto de vista em que a continuidade ou a não ruptura seria o estado perfeito de coisas, o sonho deve ser abafado por configurar uma experiência de transgressão, através da qual “uma outra dimensão do mundo se abre assim para o sujeito, indicando a existência de outros mundos possíveis” (BIRMAN, 2012, p. 13).

O sonhar possibilitaria, ainda, o entendimento de si pelo sujeito a partir de um olhar exterior, já que “na suposta experiência originária do sonhar, o sujeito se encontra numa posição de exterioridade em face das imagens”. Ou seja, a posição de exterioridade do sonhador o situa numa posição de “espectador de seu próprio sonho”. A narrativa do sonho pelo sonhador, por sua vez, enfatiza a “incidência efetiva do *discurso*”, que exige a articulação de uma temporalidade (BIRMAN, 2012, p. 17).

Na sociedade atual, não há tempo para a busca do entendimento psíquico por meio da terapia da fala (a psicanálise), precisa-se de uma solução rápida a qual é supostamente encontrada na medicalização (mas discutem-se as consequências?). Na cultura Ocidental, essa transformação radical em relação à valorização do sonhar implicaria a “perda do potencial de simbolização da subjetividade contemporânea” (BIRMAN, 2012, p. 23). Segundo Birman, essa perda implica consequências:

Com efeito, com a tese de que o sonho é uma realização do desejo, Freud nos disse ser ele, o desejo, o que nos move e nos dá alento para existir, impelindo-nos para a transformação do mundo, para a invenção de outros mundos possíveis e para a criação de novas modalidades da linguagem. Vale dizer, o que o discurso freudiano enunciou foi a possibilidade efetiva de produção de *descontinuidade*, provocando inflexões cruciais no registro da *continuidade*. (2012, p. 47, grifos do autor)

Birman aponta que, enquanto o discurso da psicanálise se perde nas múltiplas tentativas de pontuar as transformações, por sua vez, “a psiquiatria, em contrapartida, se vangloria de tudo isso, acreditando orientar-se agora por discursos científicos que poderiam explicitar melhor as novas modalidades de mal-estar” (BIRMAN, 2012, p. 64). A psiquiatria teria encontrado, então, seu lugar de destaque na contemporaneidade, já que “fundada nas neurociências, a psiquiatria seria então biológica, inscrevendo-se no campo da racionalidade e da institucionalidade médicas” (BIRMAN, 2012, p. 64). Conforme o autor, não se trata apenas de uma problemática que diz respeito ao registro da clínica, mas a todo um “processo de mudança de subjetividade” (BIRMAN, 2012, p. 65).

A questão fundamental que Birman apresenta implica uma problematização inevitável para a Análise do Discurso: se uma das instâncias que atravessam o sujeito é o inconsciente, no sentido freudiano, o que esses novos problemas (entre os quais a substituição da psicanálise pela medicalização como “alternativa prática” ocidental) impõem para a concepção de sujeito do analista do discurso? A resposta não é óbvia, tampouco está pronta, mas precisa ser encarada.

Birman (2012) acredita que “o mal-estar se transformou numa indagação ética para a leitura das subjetividades contemporâneas” (p. 66), conquanto “o pensamento e a linguagem tendem a desaparecer como eixos ordenadores do mal-estar na atualidade, enquanto assumiam anteriormente uma posição nobre na descrição do mal-estar” (p. 67). Nesse ínterim, “tudo se passa como se ele [o sujeito] tivesse perdido a crença na possibilidade de resolver e superar os obstáculos que se colocam para si pelo discurso e pela retórica, isto é, pela negociação com os outros” (BIRMAN, 2012, p. 83). Ora, não seria correlato disso uma era de protestos, greves, reivindicações, quando a única forma de “negociação” possível parece ser através da força? Tais considerações podem fornecer elementos para “ler” esses novos discursos de “luta”.

Entre inúmeras consequências de um tempo de “desposseção de si”, Birman aponta a dissolução da autoestima: “o sentimento de segurança psíquica, isto é, de que o eu pode dar conta das relações entre o corpo e o mundo, se esvazia de maneira flagrante” (2012, p. 117). Resta a dor, “uma experiência em que a subjetividade se fecha sobre si mesma” (BIRMAN, 2012, p. 140). “Imersa na dor do ressentimento, portanto, a subjetividade contemporânea se evidencia como essencialmente narcísica, não se abrindo para o outro, de quem em princípio desconfia e [com quem] rivaliza” (BIRMAN, 2012, p. 141).

Feitas essas considerações, propomos uma hipótese atualizada de leitura para o sujeito contemporâneo: afetado pelo paradoxo entre a luta por “direitos coletivos” e o desejo íntimo de “ser especial”, o sujeito se constitui na heterogeneidade de seu mundo interior e exterior (que não são apenas dois mundos, mas espaços repletos de nuances e entremeios). Quando se contrapõe o *slogan* geral do Banco do Brasil (“Bom para todos”) à revista *Estilo* (para clientes especiais da agência Estilo), nos parece, é posto em foco esse paradoxo.

Ethos e Discurso

Para a Análise do Discurso (AD) da qual tratamos, o sentido deve ser entendido como um construto a partir dos discursos correntes, relacionado a posicionamentos ideológicos e às condições históricas de produção. Como ressalta Maingueneau (1997 [1987]), com base nos estudos de Pêcheux, não se trata de buscar “o” sentido por excelência, mas de trazer à tona interpretações que não se neutralizam e que ressaltem estratégias de sujeitos (históricos) nos níveis opacos da linguagem.

Do ponto de vista da AD, considerando-se especialmente formulações recentes de Maingueneau, não é possível tratar do conteúdo de um texto (verbal ou não verbal, já que a prática discursiva é compreendida como *intersemiótica*) sem se considerar os *modos de dizer* ou vice-versa, visto que o *ethos* do texto (seu *tom*) se constitui na interseção desses aspectos. Para o autor, “o *que* é dito e o *tom* com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis” (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 46, grifos do autor), não havendo hierarquia entre o conteúdo e o modo de dizer, uma vez que a eficácia de um discurso (mensurada por sua capacidade de suscitar a crença) está diretamente ligada ao *ethos* que ele constrói e, ao mesmo tempo, sustenta. Para Maingueneau:

[...] o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e

não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito. (2000, p. 98)

Ainda segundo o autor, “a eficácia do *ethos* decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação, sem ser explicitado no enunciado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 70). Essa não necessidade de explicitação (no enunciado) decorre do fato de que as situações de enunciação se constituem no quadro de uma “cena de enunciação”, que não se confunde com um simples quadro empírico, mas “se constrói como *cenografia* por meio da enunciação” (grifos do autor). Segundo essa concepção, “o discurso implica um enunciador, um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência”, sendo que a “cenografia é ao mesmo tempo dada e construída” (MAINGUENEAU, 2006, p. 47). As escolhas e as caracterizações de cenografias, portanto, moldam um certo *ethos*.

Conforme ressaltamos, com base em Maingueneau, a cenografia não deve ser interpretada como uma simples cena ou um quadro estável. “Na verdade é preciso concebê-la ao mesmo tempo como quadro e como processo”, ou seja, “o discurso implica uma certa situação de enunciação, um *ethos* e um ‘código linguageiro’ através dos quais se configura um mundo que, em retorno, os valida por seu próprio desenvolvimento” (MAINGUENEAU, 2006, p. 47).

O leitor reconstrói a cenografia de um discurso com o auxílio de indícios diversificados, cuja descoberta se apoia no conhecimento do gênero de discurso, na consideração dos níveis da língua, do ritmo, etc. ou mesmo em conteúdos explícitos. Em uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, a figura do enunciador, o fiador, e a figura correlativa do co-enunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e a uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge. (MAINGUENEAU 2005, p. 77)

Entende-se, então, que o conceito de *ethos* está diretamente ligado à cena de enunciação, que põe em foco certa(s) cenografia(s), vinculadas, por sua vez, a estereótipos. Assim, nossas análises descreverão elementos de cenografias em torno do conceito de Estilo que emerge da revista de mesmo nome, as quais comportam a construção de um *ethos* específico, entre outras coisas, amparado em situações constituídas via estereótipos sociais existentes, memória discursiva e interdiscurso: “a cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la” (MAINGUENEAU, 2005, p. 77).

A noção de *ethos* – crucial para a (re)constituição da cenografia da qual participa e deriva – está, portanto, diretamente ligada à enunciação, “não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 70). E “longe de situar-se na nascente do texto [...], o tom específico que torna possível a vocalidade constitui para nós uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 73). O *ethos* é, portanto, mais do que um meio de persuasão, sendo “parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75).

A revista *Estilo*: ethos de sujeito estiloso

Segundo informação do *site* da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE, 2013), a revista *Estilo* é:

[...] voltada para um público que busca experiências diferenciadas e exclusivas. Com foco em assuntos do segmento lifestyle, a linha editorial foi criada a partir de pesquisas da equipe de Marketing e Comunicação do BB com diversos especialistas do mercado de alta renda.

Esse *ethos* de leitor está afinado com o *ethos* de cliente da agência Estilo do Banco do Brasil, de acordo com o *site* do banco:

O Banco do Brasil Estilo é um conceito em relacionamento, desenvolvido para pessoas físicas de alta renda e que oferece um atendimento personalizado, completa assessoria financeira, produtos e serviços diferenciados.

A proposta da revista, de acordo com o que se lê no *site* da Aberje (2013), reforça o vínculo entre esses dois *ethos*:

O objetivo é que a revista eletrônica se torne uma referência atual e moderna no mercado. A plataforma engloba tudo que o cliente Estilo busca: prestígio, agilidade, disponibilidade, personalização, exclusividade, credibilidade, comodidade, praticidade e conforto. “O espaço também está aberto para empresas que se encaixem no perfil do segmento e que buscam fechar parcerias, aproveitando a revista como um canal direto de contato com esse público seletivo”, diz Lourivaldo Paula de Lima Júnior (Jota Erre), gerente executivo da Diretoria de Clientes Pessoas Físicas do Banco do Brasil.

A revista *Estilo* traz o mesmo logo da agência Estilo do Banco do Brasil, que utiliza um símbolo gráfico e a palavra “Estilo” (grafada em letra não serifada) na cor branca com fundo azul. A cor azul tem conotação mais sofisticada que a amarela, de conotação mais popular, utilizada no fundo do logo tradicional do Banco do Brasil. Ou seja, enquanto o Banco do Brasil, tradicionalmente, utiliza as cores azul+amarelo (símbolo gráfico + fundo), a agência Estilo utiliza a combinação branco+azul (símbolo gráfico + fundo), eliminando o amarelo (popular) e acrescentando o branco (neutro), o que faz sobressair o azul (mais sofisticado).

Como ressaltam Farina, Peres e Bastos (2006, p. 5), “nas artes visuais, a cor não é apenas um elemento decorativo ou estético. É o fundamento da expressão sêmica. Está ligada à expressão de valores sensuais, culturais e espirituais”. De acordo com os autores, embora a cor seja algo físico, “o que percebemos é o resultado de uma experiência psicológica individual” (FARINA; PERES; BASTOS, 2006, p. 7); embora experiência individual, o uso social das cores faz com que elas adquiram significados coletivos que funcionam como valores simbólicos. Se “as imagens são forças psíquicas e simbólicas que podem ser mais fortes que as experiências que chamamos reais” (FARINA; PERES; BASTOS, 2006, p. 10), é fato que “na força comunicativa da imagem, o que predomina é o impacto exercido pela cor. Nem a captação instantânea da forma do objeto pode produzir o impacto emocional que nos é proporcionado pela cor” (FARINA; PERES; BASTOS, 2006, p. 11), daí a relevância em considerar a cor, também, como parte de um discurso, produzindo efeitos de sentido fundamentais para a constituição de um *ethos*.

A fim de reforçar a associação entre a cor amarela e o popular, consideremos o argumento de Cardoso (s/d). Ao estudar o uso das cores no *design*, a autora discorre sobre a associação entre a cor amarela com as peças gráficas populares:

A cor amarela, por exemplo, é uma das mais utilizadas nessas peças [letreros pintados a mão]. Usado como fundo, puro ou combinado a outras cores, o amarelo surge em diversas aplicações. Trata-se de uma cor de grande visibilidade e talvez por isso seja frequentemente aplicada nas peças populares, seguindo a estética funcional dessas representações. (CARDOSO, s/d, p. 5)

Assim, podemos compreender a retirada da cor amarela do logo associado à agência e à revista *Estilo* como afastamento do popular e busca de sofisticação. Ainda segundo Farina *et al.* (2006), o azul recebe melhor acolhimento por parte de um público mais velho, portanto, que costuma possuir maior renda. Segundo um estudo apresentado pelos autores, “o azul vai, na escala de preferência, subindo proporcionalmente à idade do indivíduo” (FARINA; PERES; BASTOS, 2006, p. 90).

Ainda do ponto de vista do *design*, a diagramação da revista *Estilo* pode ser considerada “limpa”, já que explora o recurso visual de áreas brancas. Na edição de janeiro de 2014 (tomada aqui como referência representativa das demais),¹ a *homepage* traz as seguintes editorias: Cultura; Viagem; Gastronomia; Moda; Motor. Procuraremos exemplificar, a partir dos efeitos de sentido que se observam na análise de algumas matérias, o modo como a revista *Estilo* contribui para caracterizar um certo *ethos* do consumidor Estilo.

Uma das matérias da editoria Gastronomia, intitulada “Doce dos Deuses”, apresenta uma marca de “linhas finas e exclusivas do doce”, relacionando-se com o *ethos* de sofisticação e exclusividade proposto pela revista, bem como pela agência Estilo. Quem consome o produto Estilo – o serviço bancário e a revista – consome também o doce considerado fino e sofisticado. Fazendo uma analogia, enquanto o doce de prateleira de supermercado corresponderia à agência comum/popular, os clientes da agência Estilo combinariam com um doce mais artesanal, de aspecto mais fino. Assim, constrói-se o *ethos* do consumidor Estilo como o de um consumidor *de estilo*, possuidor de um gosto mais refinado, o que se respalda na cenografia em torno do doce artesanal.

Ainda na editoria Gastronomia, a matéria “Comida Orgânica” trata da cozinha orgânica e funcional, uma tendência entre a população que busca qualidade de vida. Sabe-se que a qualidade nutricional deveria ser *para todos*, no entanto, a realidade ainda mostra que a alimentação orgânica, supostamente de maior qualidade nutricional, é mais cara, portanto acessível a pessoas com renda maior, conforme seriam os clientes da agência Estilo.

Já a matéria “Era de Descontrole”, da editoria de Cultura, apresenta uma crítica do filme *O Lobo de Wall Street*, dirigido por Martin Scorsese e estrelado por Leonardo DiCaprio. Por seu tom, a matéria se dirige a quem não apenas consome a cultura de massa, mas interessa-se por análises críticas e conceituais a respeito do cinema. A edição não aborda conteúdo da mídia televisiva, diferenciando seu leitor pelo tipo de lazer que

¹ Observamos que a *homepage* da revista *Estilo* não traz *link* para edições anteriores, dificultando a navegação. De acordo com nossa navegação, tem sido possível encontrar as matérias citadas através de busca direta no Google, utilizando os títulos como palavras-chave (acesso em junho de 2014).

prática: sai de casa, paga o ingresso de cinema, interessa-se por compreender o tipo de cultura que consome. A cenografia do cinema é privilegiada em relação à da sala de TV, bem como o ideário de um consumo de cultura com reflexão.

A matéria “Miami para brasileiros”, por sua vez, delimita ainda mais o seu público pelo poder aquisitivo (ou pelo tipo de sonho de consumo que possui) ao divulgar que “ilha privada na Flórida oferece imóveis de altíssimo padrão com foco no público brasileiro”. Esse público, portanto, é caracterizado não somente como aquele que tem o potencial de viajar, mas também de adquirir um imóvel no exterior, ou ao menos sonha com tal possibilidade (podendo-se subentender que já ultrapassou a preocupação com necessidades mais básicas que ainda preocupariam outros brasileiros, como a de adquirir a primeira casa própria). A cenografia da viagem adquire, portanto, a nuance da posse de um bem material (imóvel) no exterior.

O *ethos* da revista *Estilo*, correlato ao da agência Estilo, busca caracterizar alguém “especial”, cujo estilo pessoal é mais sofisticado, refinado. Identificando o cliente em potencial com um *ethos* positivo, desejado, constrói-se ao mesmo tempo a imagem desse cliente. Assim, alimenta-se o desejo íntimo desse sujeito de ser alguém que se destaca na era dos direitos coletivos, ainda que esse destaque seja uma mera ilusão, tal qual a ilusão necessária de centramento do sujeito através da linguagem (AUTHIER-REVUZ, 1990 [1982]). Esse caráter de “estilo especial” é ilusório porque, entre outras razões, o cliente Estilo não é único, mas representa o conjunto daqueles que se encaixam no suposto padrão. Apesar disso, o efeito discursivo de singularidade desse sujeito reflete em seu *ethos* desejante.

Observamos que a caracterização do *ethos* se mantém em outras edições da revista, como se pode ver na matéria “Paladar Apurado” (de 28/05/2014), que anuncia: “Buffet traz os sabores da alta gastronomia para os casamentos mais badalados em menus exclusivos”. Mais uma vez, a ideia de sofisticação é trabalhada a partir dos conceitos de “alta gastronomia”; eventos “badalados”; “menus exclusivos”. O texto da matéria deixa clara a relação do assunto com o poder aquisitivo, conforme pode-se observar no seguinte trecho:

Não é segredo para ninguém: realizar o casamento dos sonhos exige o *desembolso* de uma *quantia considerável de dinheiro*. Mas há quem não se importe com o *alto investimento* e não meça esforços para que a data seja inesquecível.

Convites forrados com renda chantilly, filmagem em 3D, coral com tenor e *joias* como lembrança. São tantos os assuntos que envolvem o “grande dia”, que parece *não haver limites* para os desejos dos noivos em transformar o sonho em realidade.

E, realmente, não há. Junte a todos os itens acima um buffet de *alta gastronomia* e prepare-se para deixar a data marcada para sempre na memória dos convidados. E é nesse *métier* que atua o jovem chef Vinícius Rojo.

Comandando o buffet da Rojo Criatividade Gourmet, o chef traz os sabores da gastronomia *internacional* de forma *sofisticada*, original e criativa para os casamentos mais badalados. (Revista *Estilo*, 28/05/2014, grifos nossos)

À cenografia do casamento, é acrescentada a nuance do alto investimento, o brilho das joias, a gastronomia internacional e sofisticada, criando a imagem de um evento que, por esses aspectos, diferencia-se de outros.

O estudo do *ethos* da revista *Estilo* demonstra que ela busca associar-se a uma imagem elitizada, procurando apresentar-se como fina e sofisticada. Tal imagem, como

não poderia deixar de ser, é uma construção discursiva, baseada no *que* a revista diz e em *como* diz. Embora a revista se apresente como direcionada a um público seletivo, está disponível a quem quiser acessá-la pela rede mundial de computadores.

Considerações finais

Vimos que o *ethos* da revista *Estilo* é compatível com um *ethos* de *Estilo*, com o qual a referida agência do Banco do Brasil pretende se identificar. Dessa forma, a revista é um dos elementos que servem de base para caracterizar uma certa faixa de público que, de acordo com classificações propostas pelo próprio banco, é uma faixa intermediária. O Banco do Brasil, em geral, o do logo amarelo, é popular e *bom para todos*. Os clientes *Estilo* diferenciam-se por um certo estilo próprio, conforme buscamos caracterizar. Se considerarmos as classificações propostas pela instituição, há ainda os clientes mais sofisticados, destinados à agência Private.

A construção discursiva de um produto voltado a um público “especial” pode preencher uma demanda do sujeito contemporâneo situado no “mal-estar” da atualidade (BIRMAN, 2012). Embora esse sujeito, no plano do politicamente correto (o consciente?), almeje um mundo “bom para todos”, num plano interior (inconsciente?) é atingido pela “falta” de pertencer a um grupo especial. Captando essa demanda, surgem as diferenciações: as lojas Musa e Roth (ambas localizadas no interior de São Paulo) inauguram a Musa Mais e a Roth Store, com a proposta de uma imagem mais sofisticada, buscando atingir um novo público. Marcas famosas criam os eventos VIP, destinados apenas a clientes fidelizados. Entre a classe econômica e a executiva do avião, surge a *Economic comfort*, com um pequeno espaço a mais entre as poltronas. Na medida em que o mundo busca ajustar-se a uma menor desigualdade, constroem-se as diferenciações nos entremeios. Paradoxo? Necessidade elitista de diferenciar-se? Ou necessidade humana de ser mais do que “mais um”, de ser alguém?

Retomando a reflexão de Birman (2012) sobre o sujeito contemporâneo, podemos entender que, na revista *Estilo*, o desejo de ser especial é simbolizado na superfície, sem que se reflitam sobre suas bases no nível do desejo inconsciente. Camufla-se, assim, a “realidade psíquica” em nome de um estilo forjado a respeito do *ethos* de ser especial. Sem enfrentamento do desejo, não há “alento”, tampouco “transformação do mundo”. Assim, ser especial (ter estilo) em um mundo (supostamente) *bom para todos* é apenas um maquiamento – o que, em última instância, bloqueia a “produção da descontinuidade”. Paradoxo: o sujeito se acredita exclusivo no tempo da “desposseição de si”.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. *Banco do Brasil lança Revista Estilo*. Aberje, 11 set. 2013. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/acervo_not_ver.asp?ID_NOTICIA=9399>. Acesso em: jun. 2014.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldí. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BANCO DO BRASIL ESTILO. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,114,5683,6,1,1,1.bb?codigoNoticia=881&codigoMenu=1552>>. Acesso em: jun.2014.

BERTOLLI FILHO, Claudio; FERREIRA, Sílvia Regina. Linguagens, cultura e identidade nas redes sociais: o Facebook em foco. In: REBECHI Jr., Arlindo; GONZALES, Lucilene; MACIEL, Suely. (Org.). *A linguagem nas mídias na era da convergência*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 68-84.

BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARDOSO, Fernanda de Abreu. Padrões cromáticos do design gráfico vernacular. *Revista Z Cultural*, ano IX, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/padroes-cromaticos-do-design-grafico-vernacular/>>. Acesso em: jun. 2014.

FARINA, Modesto; PERES, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em Comunicação*. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997 [1987].

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do Ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

_____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

O sujeito capitalista e o corpo transformado

(The capitalist subject and the transformed body)

Guilherme Carrozza¹, Fábio Henrique de Oliveira Lambert²

^{1,2} Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

guilhermecarrozza@uol.com.br; oliveira.lambert@yahoo.com.br

Abstract: We present an analysis of “Extreme Makeover” Program’s episode, which proposes the transformation of a girl with a facial disability. We intend to analyze the ways in which individuals deal with the ideology and imagery in its relation with their own body, especially in what we call “quest for perfection”, as part of a capitalist ideological formation that produces in its interior, a pragmatic subject as a result (ORLANDI, 2001). It is possible, by Discourse Analysis proposed by Michel Pêcheux, in France, and Eni Orlandi in Brazil, establish some relations that demonstrate how a capitalist form of subject is materialized through the texts those circulate in mass media. From this perspective, it’s possible that we analyze how the media produce meanings that allow individuals to practice their forms of identification, by an operation that determinates the way that subjects are constituted in contemporary.

Keywords: body; subject; discourse analysis; media.

Resumo. Apresentamos a análise de um episódio do Programa “*Extreme Makeover*”, que propõe a transformação de uma garota com deficiência facial. Buscamos analisar os modos como os sujeitos lidam com a ideologia e o imaginário na sua relação com o corpo, principalmente naquilo que podemos chamar de “busca pela perfeição”, como parte de uma formação ideológica capitalista, que produz, no seu interior, um sujeito pragmático como resultado (ORLANDI, 2001). É possível, pela Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux na França e por Eni Orlandi no Brasil, estabelecer algumas relações que demonstrem como uma forma capitalista de sujeito se materializa por meio daquilo que circula na mídia. Nessa perspectiva, analisa-se como a mídia produz sentidos que possibilitam aos sujeitos praticarem seus modos de identificação, dentro de um funcionamento determinado pela forma-sujeito-histórica contemporânea.

Palavras-chave: corpo; sujeito; análise de discurso; mídia.

Introdução

Em nosso estudo, partimos da compreensão de que os processos de identificação pelos quais os sujeitos praticam a forma-sujeito-histórica contemporânea têm a ver com a própria relação do sujeito com seu corpo. Nesse sentido, compreender os modos como o corpo é apresentado na mídia passou a ser nosso foco de interesse.

Pensamos a mídia como espaço de circulação de sentidos produzidos por e para sujeitos, no qual circulam “representações sociais” que, de certa forma, materializam imaginários sobre o corpo do sujeito contemporâneo. Partimos da compreensão proposta por Orlandi (2012, p. 85), que pensa o corpo não como corpo empírico, “mas como corpo em sua materialidade significativa enquanto corpo de um sujeito”. Nessa linha de pensamento, a autora propõe refletir sobre a relação entre corpo e ideologia, partindo do princípio de que “o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, ao corpo social” (ORLANDI, 2012, p. 86), ou seja, há que se levar em conta que não se trata de qualquer forma de corpo, mas do corpo que materializa uma determinada formação social, numa determinada conjuntura histórica.

O estudo sobre o corpo, da forma como buscamos compreendê-lo, propõe uma reflexão acerca dos modos como o corpo significa, bem como sobre o seu funcionamento discursivo, a sua produção de sentidos. Nessa perspectiva, faz-se necessária uma abordagem discursiva do corpo, considerando a relação deste com a história, o político, a ideologia, convergindo em uma materialidade específica. Não podemos, sobretudo, tomar o corpo como um envoltório, reduzido simplesmente a uma embalagem do sujeito, posto que, como corpo de linguagem, este corpo se configura como matéria significante.

O corpo do sujeito contemporâneo

Para pensarmos a relação do sujeito contemporâneo com seu corpo – pensado como a materialidade desse sujeito –, é necessário fazermos uma incursão sobre os modos como, na atualidade, ocorrem os processos de subjetivação, compreendidos sob a perspectiva discursiva.

Tomamos como ponto de partida duas construções teóricas fundamentais sobre a constituição do sujeito. A primeira construção teórica, apresentada pelos estudos de Pêcheux (1997) e Haroche (1992), propõe a forma sujeito contemporânea como uma forma capitalista caracterizada como um sujeito jurídico “livre e responsável”, de direitos e deveres. Segundo os autores, por volta do século XVI, houve uma transformação histórica de poder da Religião para o Estado, o que caracterizou a mudança, mediante transformações nas relações sociais, de uma “forma-sujeito religioso” para uma “forma-sujeito jurídico”, fazendo surgir um sujeito de direito, livre e responsável, com seus direitos e deveres, mas submisso ao Estado e às leis (PÊCHEUX, 1997; HAROCHE, 1992). Haroche (1992) ainda salienta que o que caracteriza o sujeito capitalista em sua prática social é o individualismo. O Estado, de toda forma, funciona como articulador simbólico e político, atribuindo sentido às relações sociais.

É a partir desse estatuto do Estado como articulador simbólico e político que Orlandi (2001) apresenta dois movimentos do processo que, embora sejam distintos, são inseparáveis. Segundo a autora, há num primeiro movimento, a interpelação do indivíduo (bio-psico) em sujeito, pela ideologia, no simbólico, o que o constitui em sua forma-sujeito histórica; já, num segundo movimento, na constituição dessa forma histórica, dá-se o que ela considera como o processo de individuação do sujeito (ORLANDI, 2001).

Como já mencionado, nessa forma sujeito contemporânea capitalista, os modos de individuação que se dão pelo Estado, suas instituições e os discursos circulantes resultam em um indivíduo responsável e dono de sua vontade.

Para Orlandi (2001), o indivíduo que resulta desse processo não é origem de si – como propõe uma visão idealista do sujeito – mas um constructo referido pelo Estado que individualiza e estabelece formas de identificação desses indivíduos. Assim, dado o processo, é o “indivíduo 2” que está numa relação contínua com a sociedade, constituindo-a ao mesmo tempo em que é constituído por ela. Individualizado, o sujeito se relaciona socialmente sob a égide do Estado, submetido a uma ordem que determina todo e qualquer dizer.

Ainda dentro dessa perspectiva, Orlandi (2001) salienta que: o assujeitamento à língua – e conseqüentemente, à ideologia – é uma questão de natureza e não quantificável; que a forma-sujeito histórica jurídica pratica uma forma sujeito-pragmático como resultado do seu funcionamento; que esse indivíduo resultante é um sujeito social que tem

como característica ser intercambiável; e que há um processo social pelo qual os sujeitos estabelecem laços sociais.

Nessa linha de pensamento, pensamos principalmente na linguagem como uma das formas que o indivíduo tem de se relacionar com o mundo e pela qual ele se constitui enquanto tal. E, conforme o nosso ponto de vista, toda e qualquer forma de linguagem já está investida de ideologia, de formações ideológicas que direcionam os gestos de leitura para lugares distintos de interpretação.

É possível, dessa forma, promover uma aproximação entre corpo e linguagem, considerando que o que estamos propondo – na medida em que tomamos o corpo como materialidade dessa forma sujeito contemporânea – é pensá-lo enquanto linguagem, não o reduzindo, entretanto, a uma mera forma de expressão, mas pensado como matéria significante que produz (e é, ao mesmo tempo, resultado de) relações entre o político, o histórico e o simbólico. Estamos propondo, com isso, pensar que sujeito e sentido são produzidos simultaneamente, na medida em que é no acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história que o sentido se mostra. O que significa, então, quando esse significante acontece nele mesmo, na medida em que, pelo modo como funciona hoje a ideologia capitalista, o corpo deve coincidir com o sujeito?

O que estamos pensando, fundamentados em Orlandi (2012) ao colocar essa questão, é que no processo de constituição do sujeito, também o corpo é interpelado. Considerando que é “um corpo produzido pela ideologia capitalista” (ORLANDI, 2012, p. 95), é essencial que pensemos nele como um *corpo pragmático*, útil, usável, que sirva aos propósitos da ideologia capitalista. Afinal,

[...] o corpo não escapa à determinação histórica, nem à interpelação ideológica do sujeito. O corpo não é infenso à ideologia. Por isso, pode ser tão afetado quanto o é, em nossa sociedade de consumo, de mercado, de tecnologias. Ele funciona estruturado pelos modos de produção da vida material que condicionam o conjunto dos processos da vida social e política. (ORLANDI, 2012, p. 95)

Pensar no corpo atado aos modos de produção da vida material significa pensar em um corpo em movimento, na medida em que, conforme defende Orlandi (2004), sujeito e sentido são “movimento” na história. Além disso, essa autora tem trabalhado a noção de incompletude inerente à linguagem, como “o lugar do possível, do irrealizado, do vir a ser, do sentido outro” (ORLANDI, 2012, p. 88). E essa incompletude caracteriza o que a autora tem chamado de “abertura do simbólico”. Nessa noção, estão investidos elementos que nos possibilitam pensar não só em diferentes formas significantes (como o corpo, por exemplo) mas também no fato de que o processo de significação não se apresenta fechado. O corpo pensado como linguagem é passível de movimento, de ruptura, de mudança.

É nesse ponto que propomos pensar a textualização do corpo pela mídia, pensando o sentido de textualização na relação com a linguagem, no batimento entre sua ordem e sua organização. Essa noção, tomada na relação com o corpo, possibilita-nos supor que, quando se depara com o corpo alterado, o modo como se muda o corpo (o sujeito) é um modo de textualização. Logo, podemos pensar em uma “ordem do corpo” que, devido aos discursos circulantes, se organiza de determinada forma e se materializa no imaginário que circula socialmente. Assim, há uma opacidade que denuncia a forma como os sujeitos se significam na história.

Corpus e análise

Para tratarmos da opacidade do corpo transformado e seus modos de circulação e significação na mídia, utilizamos um episódio do programa norte-americano “*Extreme Makeover*”, série da rede de televisão ABC, que foi ao ar entre os anos de 2002 e 2007. Seguindo o gênero *reality show*, o programa mostrava indivíduos que se submetiam a uma transformação corporal extrema. Homens e mulheres se ofereciam para passar por mudanças no corpo, as quais envolviam regimes alimentares, exercícios físicos, tratamentos dermatológicos e cirurgias plásticas. Cada episódio iniciava apresentando a vida cotidiana do participante para, a partir de seu aval, passar pelo processo de transformação que o submetia a – além de todo o trabalho de mudanças no corpo – um confinamento que durava até o término das transformações (em torno de três meses).

O episódio analisado¹ foi ao ar, pela primeira vez, em abril de 2005 e teve como participante Katie Cox, uma garota de 18 anos. Na sua forma de construção narrativa, há uma locução em *off* que apresenta a participante em cenas cotidianas, na escola, em sua casa etc. Katie Cox é uma garota que apresenta deformidades na mandíbula, que é proeminente, o que também dificulta sua fala.



Figura 1. Sequência de imagens representativas do programa analisado
Fonte: Programa *Extreme Makeover*, episódio “Katie Cox”

De início, é importante atentar para o gênero televisivo que estamos analisando: o estilo *reality show* de programas televisivos. Esse estilo ganhou força a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, tendo como premissa a construção de situações

¹ Para fins de ilustração, na Figura 1, apresentamos algumas imagens recortadas do material. O vídeo analisado pode ser acessado na íntegra em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6QrtBodQvDY>>.

vividas por pessoas “comuns”, sem que se tenha um enredo ficcional. Nesse sentido, o “show da realidade” parece fazer circular a “vida real”, apagando todo o processo de produção de entretenimento (com seu caráter comercial e espetacular). Tudo se passa como se aquilo que está sendo vivenciado e mostrado na telinha fosse exatamente a situação da vida particular do participante do show. Soma-se a isso o fato de que, como programa de entretenimento, tem, sobretudo, o objetivo de constituir audiência. Isso, por si só, já determina o modo como a própria narrativa é construída, dentro do que podemos chamar de uma “espetacularização do cotidiano”, possível de ser apreendida logo num dos primeiros enunciados que abrem o programa²:

(01) “Mais que um sonho, um milagre está prestes a acontecer”.³ (tradução nossa)

O que trabalha nessa “espetacularização”, em nosso entendimento, é um mecanismo de antecipação que tenta encontrar o espectador naquilo que, imaginariamente, para ele seria interessante e capaz de lhe prender a atenção: “Mais que um **sonho**, um **milagre** está prestes a acontecer” (grifos nossos).

No enunciado, o locutor do programa “*Extreme Makeover*” estabelece uma relação entre sonho e milagre, colocando o segundo como algo superior ao primeiro – “mais que um sonho, um milagre”. Nesse sentido, já coloca a transformação da participante como um desejo próprio, que aparentemente é impossível, posto que apenas um milagre tornaria esse desejo realidade.

Certamente, quando se opõe o sonho ao milagre, vai-se do desejo ao impossível realizado; porém, essa realização não pode ocorrer de qualquer forma, visto que a participante, ainda uma garota, deverá passar por uma mudança radical que irá mexer com todo seu corpo. O que se percebe no referido *reality show* é um “enredamento” dos sentidos em relação ao milagre. Afinal, para que seria necessária a operação de um milagre? Compreendemos, portanto, que o programa vai construindo uma base de sustentação para que todo o processo de transformação pelo qual a garota irá passar se justifique.

Segundo o programa, a adolescente sofreu na infância com o crescimento anormal de seu maxilar inferior. Próxima de completar dezoito anos, o crescimento se estabilizou e, por decisão médica, optou-se pela cirurgia buco-maxilo-facial⁴ que, até então, não havia sido feita. Assim, direciona-se o interlocutor/espectador à causa:

(02) “Katie Cox é a primeira adolescente a receber uma transformação extrema [...] **não tanto por causa de sua aparência**, mas por suas deformidades fatais”.⁵ (tradução nossa)

A língua não deixa escapar a presença de um referencial de beleza quando tenta “negar o feio” no trecho: “**não tanto** por causa de sua aparência”. O corpo anormal atrai para si a necessidade emergencial da normatização. Faz significar um referencial de beleza que não se concebe, mas que constrói sua forma no contato com o atípico.

² Os enunciados analisados neste artigo foram retirados do episódio apresentado acima.

³ No original: *More than a dream a miracle is about come true*

⁴ É uma especialidade odontológica que trata cirurgicamente traumas e deformidades da face, dos maxilares e do pescoço. No caso de Katie Cox, havia deformidades no maxilar inferior.

⁵ No original: *Katie Cox is the first teenager to receive an extreme makeover. Not so much because of her appearance, but rather her fatal deformities.*

Na continuação da análise, encontramos marcas que nos indicam o esforço do programa em continuar as suas “justificativas”. Aparecem nos enunciados do locutor alguns apontamentos que fazem emergir a “necessidade” da transformação na vida de Katie Cox.

(03) “As deformidades de Katie a fazem se sentir como uma excluída”.⁶ (tradução nossa)

Pode-se perceber, nesse enunciado, que há um deslizamento dos sentidos que se relacionam ao corpo da garota. Não se trata apenas de um rearranjo daquilo que a incomoda fisicamente, mas também – e mais fortemente – de anular aquilo que vem como consequência disso: seu sentimento de exclusão. Trabalhando as “deformidades”, parte-se para um discurso sobre o “excluído”. A exclusão se constrói na medida em que se reconhece as deformidades do corpo. Não se trata, então, apenas de uma questão de beleza, mas de uma condição para que possa viver “plenamente”.

Por conta da exclusão, encontram-se as vias para a “dramatização” do discurso sobre um corpo anormal que urge ser alterado. Em um enunciado, Katie Cox diz:

(04) “Eu nunca beijei um garoto, eu nunca tive um namorado”.⁷ (tradução nossa)

O programa, então, tenta mostrar que não há uma transformação no corpo sem “motivos” que possam levar a tal ato. E esses motivos não podem ser alocados na aparência: é preciso algo mais ao sujeito para que possa ocorrer a transformação. Mais à frente, ao falar de si, a garota diz:

(05) “Eu não gosto de não me sentir proporcional”.⁸ (tradução nossa)

Tal enunciado faz emergir o efeito da ideologia sobre o corpo do sujeito que atravessa, inclusive, a percepção de si mesmo. O que produz essa transparência de que há uma proporção para o corpo é justamente a ideologia, pensada como “interpretação” do sentido em determinada direção (ORLANDI, 2002). Cria-se, dessa forma, não só o foco no processo – afinal, é isso que o programa pretende demonstrar – mas principalmente, uma expectativa do resultado.

Por essa construção narrativa, o “milagre” consegue apagar a transformação brutal pela qual o corpo passará, visto que poderia ser tomada como um gesto de violência com seu próprio corpo. Essa mudança se justifica devido ao fato de Katie Cox corrigir sua anomalia e, com isso, crer que sua vida poderá transcorrer “normalmente”. Essa ideia evidentemente faz vir à tona toda uma relação entre normalidade e anormalidade do corpo, tema, aliás, já explorado por Courtine (2008), numa reflexão que teve como foco as exposições teratológicas do final do século XIX e início do século XX.

Courtine (2008) apresentou seu estudo analisando corpos com anomalias bem mais marcadas fisicamente, tanto que os sujeitos de análise eram, naquela época, tomados como monstruosidades. Já neste artigo, a partir do que nos aponta Courtine (2008), o que nos interessa é esclarecer como a norma encontra sua sustentação na exceção, na

⁶ No original: *Katie's deformities make her feel like an outcast*

⁷ *I never kissed a boy, I never had a boyfriend.*

⁸ *I don't like not feeling proportional*

oposição a uma organização imaginária. Nesse sentido, a exceção à regra é aquilo que direciona a interpretação ao lugar distante do “sujeito ideal”.

Em outro trabalho (CARROZZA, 2013), quando falávamos dos modos de apresentação do corpo por meio das imagens de si, chegamos a introduzir a noção de “gramática do corpo”, partindo da relação entre ordem e organização (ORLANDI, 2002), visto que, para nós, esse conceito expõe determinados critérios imaginários de correção e organização na relação com o corpo.

Avançando um pouco mais na construção dessa noção de gramática do corpo, gostaríamos de acrescentar que a exposição do anômalo traz seus efeitos sobre o “corpo normal”, reclamando e fazendo intervir certa “sintaxe corporal”. Nesse sentido, frente à deformidade, projeta-se um corpo ideal, não pela presença do normal(izado), mas pela sua ausência. Acreditamos que é assim que vai se constituindo uma textualização do corpo – como já mencionamos – no sentido em que, imaginariamente, constrói-se um lugar para esse “corpo-a-ser”.

Indursky (2010), nesse sentido, apresenta a noção de efeito de textualidade que

[...] vai muito além da organização linguística interna do texto, embora passe por ela também. O *efeito de textualidade* é uma *qualidade discursiva* que deriva da inserção e textualização de recortes discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, enfim, do interdiscurso. É um trabalho do discurso sobre o discurso, do sentido sobre os sentidos. (apud ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 73, grifo da autora)

Aqui nos interessa pensar como o corpo produz sentidos em sua relação com a discursividade e como se organizam, no corpo, os elementos provenientes da exterioridade para que produzam um efeito de texto (corpo) homogêneo. Parece haver, de forma latente, uma referencialidade (ilocalizável) que determina os modos como “deve ser” um corpo normal que desliza, pelo discurso, para um ideal de beleza.

É isso que torna possível, no programa *Extreme Makeover*, não apenas uma transformação do corpo para minimizar suas deformidades mas, mais fortemente, para tornar a garota um exemplo de beleza. É aí que o impossível se realiza, que o “milagre” acontece. E como já dissemos, mais do que justificar os meios, o fim os apaga, funcionando apenas uma relação entre razão (causa) e resultado.

Um caminho de compreensão

É ainda produtivo para nossa reflexão, trazer algumas imagens de pessoas que passaram por esse programa, no esquema de “antes e depois” para que possamos comparar com algumas imagens tratadas por filtros do *software Photoshop* também no esquema de “antes e depois”. Vamos, primeiramente, apresentar as imagens dos participantes de outros episódios do programa *Extreme Makeover*.



Figura 2. Sequência de imagens “antes e depois” de participantes do *Extreme Makeover*

Fonte: Compilação de imagens de participantes do Programa *Extreme Makeover*, através de sites de busca.

Em seguida, consideramos importante apresentarmos imagens, também no esquema “antes e depois”, produzidas por manipulação em *Photoshop*.

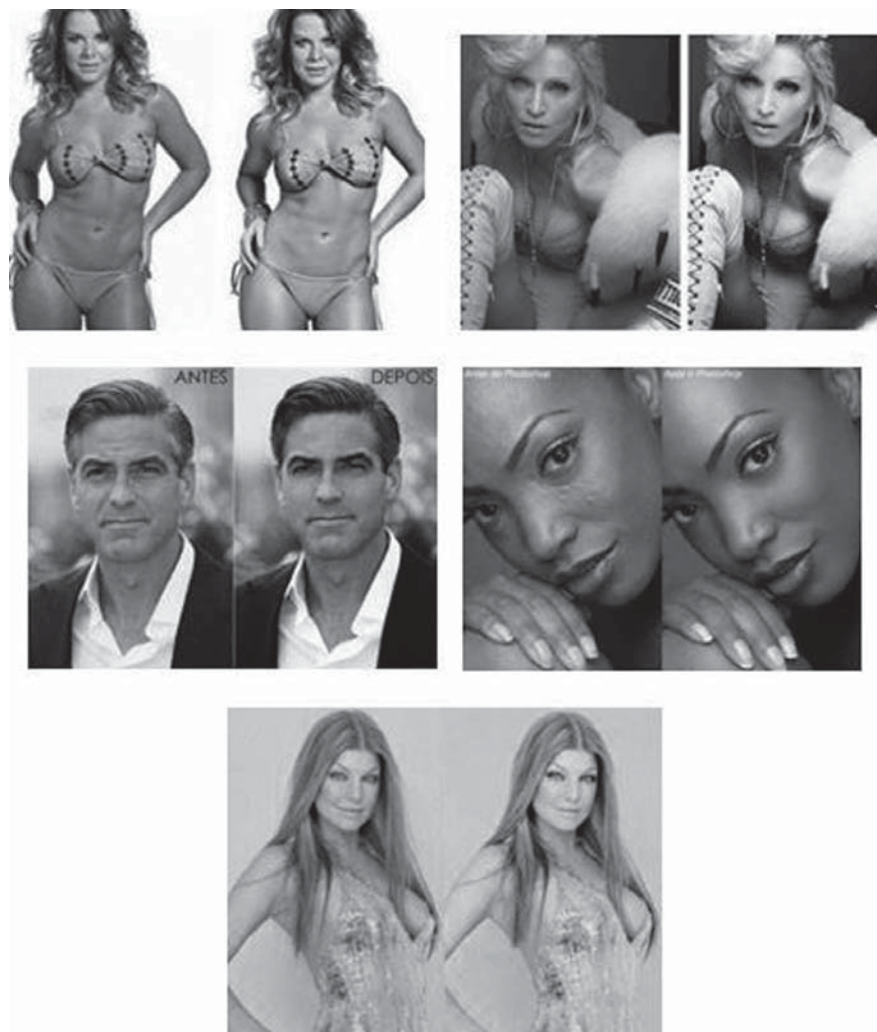


Figura 3. Sequência de imagens “antes e depois” manipuladas em *Photoshop*

Fonte: Compilação de imagens retocadas em *Photoshop*, coletadas através de sites de busca

É notório, no nosso ponto de vista, que as transformações ocorridas naqueles participantes do reality show são muito mais evidentes e marcantes do que aquelas que se mostram nas imagens tratadas pelo Photoshop, talvez porque, entre os profissionais da comunicação que se encarregam do tratamento das imagens que irão circular em anúncios ou reportagens, haja um discurso que se sustenta apenas na “correção” de pequenas imperfeições, tomando-se o cuidado de não descaracterizar o modelo/ator.

A pergunta que fazemos é: até que ponto essas “correções” de imperfeições não constroem, por si só, ideais de sujeitos perfeitos – sem marcas e sem rugas, com corpos rígidos etc. – que colocam os “sujeitos comuns” em movimento em direção a esse ideal? E como fica a relação do sujeito com seu corpo quando, ao passar da instrumentalização tecnológica para o real do corpo, algo ocorre que faz com que, ao fim e ao cabo, um outro corpo (uma outra forma) se apresente?

Vale ainda chamarmos a atenção para o modo como, dentro do funcionamento de uma ideologia capitalista, que coloca a utilidade quase que como condição *sine qua non* para uma existência social. E o corpo do sujeito entra nesse jogo, na medida em que

ele está aí para ser abarcado e consumido nesse processo social. Dado exposto, podemos supor que a relação entre normalidade e anormalidade passa, também, por aí.

Sem esgotar a questão, mas, principalmente, apontando para um caminho de compreensão, consideramos que categorizar um corpo como normal ou anormal relaciona-se, entre outras coisas, com ser ou não útil aos propósitos da sociedade capitalista, seja em que medida for. É isso, segundo o nosso ponto de vista, que abre caminho para que o sujeito, no seu processo de identificação, se coloque ou não em direção à busca de transformações no corpo.

O que nos pareceu certo, ao analisarmos o programa em pauta – e, posteriormente colocá-lo em relação com imagens editadas em *Photoshop* –, é que as tecnologias que hoje possibilitam a produção e a circulação de imagens dos sujeitos em aparatos eletrônicos parecem criar um imaginário de que é possível ao sujeito extrapolar este espaço, produzindo, no próprio corpo, as transformações que os aplicativos de edição de imagens podem sugerir. Nessa direção, esse “sujeito-possível-de-ser-outro” se joga com seu corpo, em direção a um ideal de sujeito/corpo – ilocalizável, mas sempre presente.

Para nós, analisar esse sujeito capitalista, pragmático, intercambiável e capaz de produzir laços sociais implica compreender que esse sujeito é capaz de se mover na história, produzindo, ele mesmo, os modos pelos quais ele se relaciona com o mundo. Nesse movimento, o sujeito se coloca com seu corpo que está, desde sempre, investido de sentidos.

REFERÊNCIAS

CARROZZA, Guilherme. A movência do sujeito no espaço digital. In: DIAS, Cristiane. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital* [online]. 2013. Série e-urbano, v. 2. p. 1-73. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/index.php>>. Acesso em: 6 abr. 2014

_____. *Consumo, publicidade e língua*. Campinas: RG Editores, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal – história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 3. p. 235-340.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

KATIE Cox Extreme Makeover April 2005. 2005. 1 post (24 min 58 s). Postado em: 28 maio 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6QrtBodQvDY>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours*. In: *Mots*, octobre 1984, N°9. Michel Pêcheux. *Analyse de discours. Mots dans l'histoire: individu, substances, patronat, honnêtes-gens*. pp. 7-17. Disponível em: </web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1984_num_9_1_1160>. Acesso em 1 mar. 2014

Uma abordagem para o estudo da relação entre as noções de gêneros e tipos do discurso

(An approach for the study of the relation *between* the concepts of genres of discourse and types of discourse)

Gustavo Ximenes Cunha¹

¹ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)

gustavo.cunha@unifal-mg.edu.br

Résumé: Ce travail se base sur l'hypothèse suivant laquelle les notions de genre et de type de discours sont si liées que chaque genre possède des types spécifiques. Selon cette hypothèse, les types ne sont ni universels ni atemporels, comme le suggèrent certaines études contemporaines de textes et de discours, mais, au contraire, socialement et historiquement déterminés, ainsi que les genres dont ils participent à la composition. Fondée sur cette hypothèse, cette recherche a pour objectif global d'étudier la façon dont se caractérise ce type narratif spécifique du genre du reportage et comment celui-ci s'actualise dans la construction des séquences narratives extraites dans d'exemplaires de ce genre.

Mots-clés: genre de discours; type de discours; type narratif.

Resumo: Subjaz a este trabalho a hipótese de que as noções de gênero do discurso e de tipo de discurso são de tal forma imbricadas que cada gênero possui tipos específicos. De acordo com essa hipótese, os tipos não são universais e atemporais, como defendem abordagens contemporâneas do texto e do discurso, mas são tão sócio-historicamente determinados quanto os gêneros, de cuja composição participam. Com base nessa hipótese, esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar como se caracteriza o tipo narrativo específico do gênero reportagem e como esse tipo se atualiza na construção de sequências narrativas extraídas de exemplares desse gênero.

Palavras-chave: gênero do discurso; tipo de discurso; tipo narrativo.

Introdução

Nos estudos da linguagem, é relativamente consensual a hipótese de que os gêneros (textuais/discursivos) dizem respeito a formas relativamente estáveis de enunciados sócio-historicamente constituídos, ao passo que os tipos (textuais/discursivos) são sequências textuais com características bem definidas, que entram na composição de exemplares de todos os gêneros.¹ Como decorrência dessa hipótese geral, defende-se que os gêneros são variados e quase infinitos (notícia, poema, romance, canção, bula de remédio, ata de condomínio, entrevista, reportagem, debate, etc.), enquanto os tipos se limitam a meia dúzia de categorias (narração, descrição, argumentação, explicação, diálogo, injunção).

A hipótese da dicotomia entre gênero e tipo ou da transversalidade dos tipos em relação aos gêneros (SCHNEUWLY, 2004) é problemática para os estudos da linguagem,

¹ Nesta parte inicial do trabalho, não fazemos distinção entre as perspectivas textuais e discursivas dos gêneros e tipos, porque, apesar das diferenças entre as abordagens que seguem uma ou outra perspectiva (ROJO, 2005), ambas as perspectivas compartilham a hipótese mencionada. Mas, como será mostrado adiante, este trabalho se filia, de modo geral, à perspectiva discursiva das noções de gênero e de tipo, por considerar essas noções de um ponto de vista mais situacional e menos linguístico.

porque deixa sem respostas satisfatórias pelo menos duas questões importantes para a compreensão do modo como elaboramos e interpretamos produções discursivas:

- Qual é o modo típico de narrar, descrever, argumentar em dado gênero?
- Como um dado gênero contribui para a constituição do modo típico de narrar, descrever, argumentar nesse gênero?

De modo geral, essas questões não fazem parte do rol de questões a serem respondidas pela maior parte das abordagens atuais do texto e do discurso. Afinal, se o tipo é uma entidade descontextualizada e transversal em relação a todos os gêneros, não haveria um modo de narrar, descrever, argumentar característico ou típico de um dado gênero, mas apenas um modo geral e universal de narrar, descrever, argumentar, o qual seria comum a todos os gêneros, exatamente por ser independente de determinações genéricas (sociais, históricas, culturais).

Posicionando-se contra a hipótese da universalidade e atemporalidade dos tipos ou da transversalidade dos tipos em relação aos gêneros, este trabalho levanta outra hipótese, segundo a qual as noções de gênero e de tipo são de tal forma imbricadas que cada gênero possui tipos específicos. Em outros termos, cada gênero se caracteriza por um modo típico de narrar, descrever, argumentar, etc., o que leva a compreender a noção de tipo como subordinada à de gênero. Nessa perspectiva, o modo típico de narrar do gênero reportagem seria diferente do modo típico de narrar do gênero conto. Da mesma forma, o modo típico de argumentar do gênero artigo científico seria diferente do modo típico de argumentar do gênero bate-papo.

Neste trabalho, propomos uma abordagem que se guie pela hipótese aqui defendida de que as noções de gênero e de tipo são de tal forma imbricadas que cada gênero possui tipos particulares. A exposição dessa abordagem recupera parte da pesquisa desenvolvida em Cunha (2013).

Uma proposta para o estudo da imbricação das noções de gêneros e de tipos

Neste item, apresentamos uma caracterização dos instrumentos de análise dessa abordagem e de como eles podem ser empregados no estudo de um tipo de discurso de um gênero específico: o tipo narrativo da reportagem. Do ponto de vista metodológico, a abordagem propõe que a análise se faça em três etapas. Na primeira, estuda-se o gênero do discurso cujos tipos de discurso serão caracterizados. Na etapa seguinte, investiga-se o impacto desse gênero sobre a constituição dos tipos, a fim de descobrir a maneira como nesse gênero tipicamente se narra, descreve ou argumenta. Na terceira etapa, os tipos elaborados na etapa anterior são empregados na identificação de sequências discursivas extraídas de exemplares do mesmo gênero.

Os gêneros do discurso

Os gêneros podem ser definidos como o componente sócio-histórico das produções discursivas. Reportando-se a Bakhtin (2003), observa Filliettaz (2006, p. 75): “os discursos não emergem do nada e não fazem o objeto de uma (re)invenção perpétua, mas repousam sobre *gêneros* e modelos intertextuais sócio-historicamente constituídos”. Nesse sentido, os gêneros dizem respeito a conhecimentos compartilhados pelos mem-

bros de uma coletividade, conhecimentos que atuam como os princípios organizacionais que regem uma atividade social intersubjetiva reconhecida (FILLIETTAZ, 2000).

Aproximando as noções de gênero do discurso, de Bakhtin, e de enquadre da experiência, de Goffman (2012[1986]), Filliettaz (2006, p. 75) define o termo *atividade*, trazendo esclarecimentos suplementares acerca da noção de gênero que adota: “o termo atividade designa para nós, no plano sócio-histórico, práticas atestadas, que se distinguem por seu caráter recorrente, pelo fato de que são coletivamente validadas e são próprias a um sub-domínio da vida social”. Ainda segundo o autor (FILLIETTAZ, 2006, p. 76), as atividades são práticas “cujo funcionamento obedece a regras relativamente estáveis, a propósito das quais os indivíduos elaboram representações de caráter tipificante lhes permitindo ‘enquadrar’ sua experiência. É nesse nível que mecanismos de tipo genérico atuam”.

Nessa perspectiva cognitivo-interacionista, cada gênero diz respeito a um conjunto de representações esquemáticas e sócio-historicamente adquiridas que os membros de uma coletividade ativam para participar das atividades sociais. Em outros termos, diferentemente de abordagens que concebem os gêneros como feixes de propriedades linguísticas e textuais, os gêneros são por nós entendidos como representações esquemáticas socialmente partilhadas sobre as condições de produção dos discursos ou sobre o mundo em que o discurso se insere.

No que se refere ao gênero reportagem impressa, a representação que o define deve se compor de propriedades típicas do mundo em que as reportagens se inserem (CUNHA, 2013, 2014). Dessa forma, toda reportagem impressa tem um autor e um leitor. Essas instâncias agentivas assumem, respectivamente, os *status* sociais institucionalmente definidos de jornalista e de cidadão.²

A participação desses agentes em uma dada atividade (produzir/ler uma reportagem) se justifica por meio de finalidades ou visadas específicas (CHARAUDEAU, 2004). Enquanto o jornalista busca informar e captar o leitor, bem como satisfazer suas exigências de credibilidade e de atualidade, o leitor busca informar-se, consumir um produto comercial e validar suas exigências de credibilidade e de atualidade (CHARAUDEAU, 2006; CUNHA, 2009).

Na atividade que define a reportagem, opera-se ainda uma seleção dos conteúdos comumente mobilizados pelos agentes. Esses conteúdos são mais ou menos estáveis e costumam ser indicados pelas diferentes rubricas ou cadernos de um jornal ou revista: política, cotidiano, esporte, cultura, etc. (CHARAUDEAU, 2006). Além disso, a veiculação de qualquer reportagem impressa está associada a um suporte, ou seja, a um local físico de fixação e circulação da produção discursiva (jornal, revista) (MARCUSCHI, 2003), que tem uma materialidade interacional característica e uma data de publicação.

Tal como definida, essa representação genérica da reportagem deve ser entendida como o produto sócio-histórico de condutas sociais efetivas e, por isso, forma um feixe de conhecimentos com o qual é possível definir o gênero reportagem. Como veremos a

² O *status* social do autor é o de jornalista, porque, segundo Charaudeau (2006, p. 73), no discurso midiático o jornalista “não é o único ator, mas constitui a figura mais importante”. Quanto ao leitor, o seu *status* é o de cidadão, porque, como as questões e os acontecimentos abordados nas reportagens interessam à coletividade, é a uma instância cidadã que o jornalista se dirige (HERNANDEZ, 2006).

seguir, a representação genérica tem impacto sobre a constituição do mundo representado nos tipos de discurso. Especificamente, a representação de um gênero influencia a constituição dos tipos, porque cria expectativas quanto às propriedades referenciais que esperamos encontrar nas sequências em que os tipos se atualizam.

O impacto do gênero do discurso sobre os tipos de discurso

Como vimos, o gênero se refere a uma representação referencial ou a um conjunto de conhecimentos esquemáticos relativos ao mundo em que o discurso se insere. Diferentes estudos apontam para o impacto do gênero sobre o mundo representado no discurso e sobre os recursos textual-discursivos empregados em sua representação.

Sendo assim, é necessário investigar o impacto da representação genérica sobre as representações referenciais que definem os tipos de discurso. Em outros termos, a definição de um tipo de discurso deve resultar da percepção do impacto do mundo em que o discurso se insere (gênero do discurso) sobre o mundo que o discurso representa (tipo de discurso).

A seguir, apresentamos o tipo narrativo da reportagem, expondo a definição de cada um dos episódios que o constituem. A caracterização de cada episódio, detalhadamente exposta em Cunha (2013, cap. 5), se pautou na percepção de elementos recorrentes em um *corpus* de sequências narrativas. Esse *corpus* se constitui de 129 sequências narrativas extraídas de dezesseis reportagens publicadas em janeiro de 2010 nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Essa análise revelou que o tipo narrativo da reportagem diz respeito a uma representação referencial composta por seis episódios: *sumário*, *estágio inicial*, *complicação*, *avaliação*, *resolução* e *estágio final*.

Na parte inicial de 64 sequências narrativas do *corpus*, foi constatada a presença de um segmento discursivo em que o jornalista oferece indicações sobre o conteúdo de que trata a sequência narrativa. A recorrência de segmentos com essa característica levou à proposição do episódio *sumário*. A leitura desse episódio motiva perguntas como estas: Como?, Por quê?, Como assim?, perguntas que são respondidas no restante da narrativa.

Em 98 sequências narrativas, há um segmento em que o jornalista oferece as coordenadas temporais e/ou espaciais dos acontecimentos tratados na sequência ou fornece informações que contextualizam esses acontecimentos. A presença desses segmentos em sequências narrativas de reportagens impressas parece se dever à busca do jornalista por atender à exigência de credibilidade do leitor, que, para crer na veracidade do que lhe é informado, precisa de informações acerca do momento e do local dos acontecimentos, bem como das circunstâncias que motivaram sua emergência (CHARAUDEAU, 2006). Esses segmentos foram reunidos sob o episódio *estágio inicial*.

Em todas as sequências narrativas, há um segmento cuja temática desenvolve as informações expressas no subtítulo da reportagem e/ou no sumário da sequência narrativa, quando esta apresenta esse episódio. Nesse segmento, o jornalista tematiza acontecimentos centrais que motivaram a própria escrita da reportagem e em relação aos quais os demais episódios indicam um antes e um depois, apresentam esclarecimentos e justificativas ou expressam uma postura avaliativa por parte de alguma instância enunciativa. A recorrência de segmentos com essas características me levou a propor um episódio, que denomino *complicação*.

Vale esclarecer que a complicação do tipo narrativo da reportagem se difere da do tipo narrativo do relato de experiência pessoal estudado por Labov (1972), já que, como nesses relatos o locutor narrava uma situação em que correu risco de vida, era indispensável que a complicação expressasse acontecimento singular e inédito, digno de ser narrado. Portanto, ao contrário do que ocorre na complicação do gênero reportagem, a complicação do gênero relato de experiência pessoal não precisa ser recente e afetar a coletividade, bastando ser imprevisível.

Em 85 sequências narrativas, foram identificados segmentos em que o jornalista ou um personagem do mundo representado avalia acontecimentos expressos em outros episódios. Nesses segmentos, reunidos sob o episódio *avaliação*, é possível responsabilizar uma instância enunciativa por um ponto de vista acerca da informação expressa em quaisquer outros episódios do tipo narrativo, com exceção do sumário, que, talvez por apresentar uma natureza avaliativa, não foi objeto de avaliação em nenhuma sequência do *corpus*.

Na análise, foi possível separar em dois tipos maiores as avaliações identificadas. De um lado, estão aquelas cuja responsabilidade enunciativa recai sobre o jornalista. Ou seja, nesse caso, é o próprio jornalista quem faz a avaliação. De outro lado, agrupam-se as avaliações cujos responsáveis são personagens do mundo representado. Nessas, o jornalista encena personagens realizando avaliações.

Em 91 sequências do *corpus*, o jornalista trata do resultado do acontecimento expresso na complicação, indicando que esse acontecimento deu origem a outros e satisfazendo a necessidade do leitor/cidadão de ser informado de toda a cadeia de acontecimentos, cujo cerne é a complicação. A recorrência dos segmentos que expressam esses outros acontecimentos levou à proposição do episódio *resolução*.

Em 38 sequências narrativas do *corpus*, o jornalista traz um segmento que apresenta o momento final dos acontecimentos expressos na sequência. Diferentemente da situação final de narratólogos que estudaram gêneros literários, nas sequências narrativas de reportagens, os segmentos que apresentam o momento final não têm como finalidade expressar uma nova situação de equilíbrio, em que os personagens, após as peripécias do enlace e do desenlace, se encontram em um estado diferente daquele em que estavam na situação inicial.

Na reportagem, esses segmentos indicam as ações ou as situações que estão mais próximas do momento da enunciação (a publicação da reportagem). Nesse sentido, eles têm como função indicar que os acontecimentos expressos ao longo da sequência narrativa resultaram em um estado ou em uma ação final que, ainda *agora*, no momento em que a reportagem é publicada, tem relevância para o leitor/cidadão e pode, de alguma forma, interferir em suas atitudes. Com base nesses segmentos, propomos a incorporação ao tipo narrativo da reportagem do episódio *estágio final*.

Esses episódios podem ser agrupados na seguinte representação referencial do tipo narrativo da reportagem.

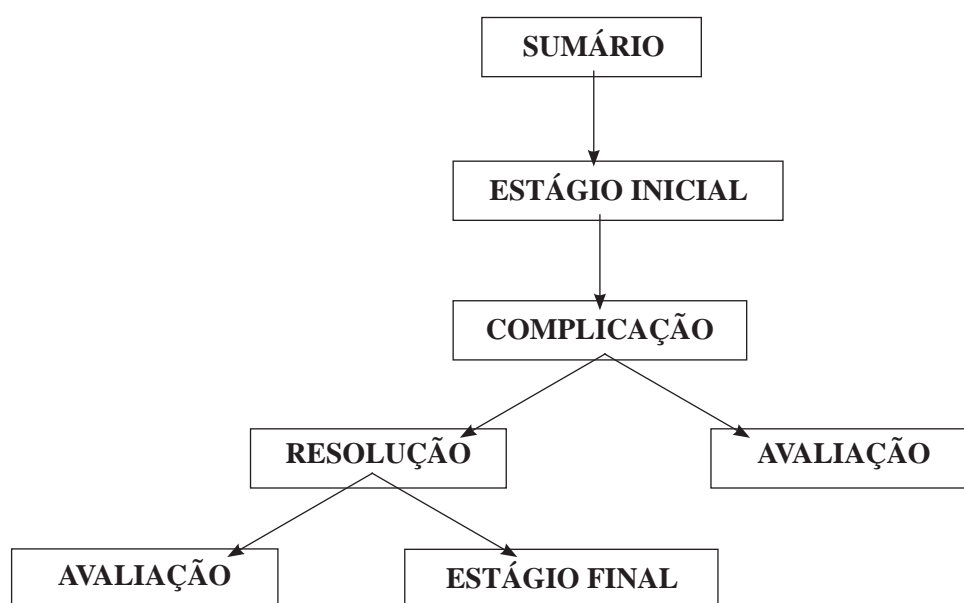


Figura 1. O tipo narrativo da reportagem

Diferentemente dos protótipos sequenciais de Adam (1992, 1999), essa representação não tem um caráter prototípico universal, uma vez que não subjaz às sequências narrativas produzidas no quadro de quaisquer gêneros do discurso. Dito de outra forma, essa representação não é transversal em relação aos gêneros, pois busca dar conta da produção e da interpretação das sequências narrativas pertencentes apenas a reportagens e, portanto, está profundamente atrelada às visadas e às instâncias enunciativas desse gênero. Além disso, como ela é elaborada a partir de um *corpus* de sequências narrativas extraídas de reportagens publicadas em janeiro de 2010, essa representação, assim como o gênero a que se subordina, é um construto profundamente sócio-histórico, não sendo válida para estudar, por exemplo, as sequências narrativas de reportagens publicadas há um século.

Nesse sentido, ela deve ser compreendida como um recurso referencial de que lançamos mão sempre que precisamos produzir ou interpretar os segmentos narrativos de uma reportagem e não se aplica, portanto, à análise de sequências narrativas encontradas em exemplares de outros gêneros ou em reportagens produzidas em outros momentos históricos.

No próximo item, expomos a terceira etapa da abordagem proposta neste trabalho. Definidos os tipos de um gênero com base na recorrência de elementos encontrados em um *corpus* de sequências discursivas, é possível, na terceira e última etapa, utilizar os tipos assim elaborados para identificar novas sequências discursivas, presentes em outras produções discursivas pertencentes ao mesmo gênero. No item a seguir, veremos como o tipo narrativo da reportagem, elaborado neste item, pode ser empregado na percepção de que um segmento de uma reportagem pertence a esse tipo.

A identificação das sequências discursivas

Assim como propõem Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), esta abordagem considera que os tipos de discurso devem funcionar como instrumentos de análise que permitem extrair as sequências discursivas. Dessa forma, estabelecemos, aproximando-nos dos autores mencionados, uma distinção entre tipo de discurso e sequência discursiva. Enquanto o primeiro termo diz respeito a uma representação referencial típica que define como se narra, argumenta ou descreve em dado gênero, as sequências constituem segmentos discursivos empíricos em que os tipos se realizam ou se manifestam.

Neste trabalho, vimos defendendo que os tipos são profundamente atrelados aos gêneros. Como consequência dessa imbricação das noções de gênero e tipo, é possível levar em consideração, no estudo das sequências de uma produção discursiva, elementos extralinguísticos ligados aos gêneros que, de modo geral, costumam ser negligenciados ou subestimados pelas abordagens que se guiam pela hipótese da universalidade e atemporalidade dos tipos.

Para mostrar o alcance desta proposta, que retira sua singularidade da profunda integração entre os gêneros e os tipos, propomos uma análise deste segmento extraído de uma reportagem³.

(01) **Mar de lama**

Em 1998, mineiros e capixabas se animaram com o início da construção da BR-342, que ligaria o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, foram celebrados três contratos com duas empreiteiras. Nos três o TCU encontrou sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras alegam ter executado não foi fiscalizada pelo governo. Por fim, o valor dos contratos aumentou sem nenhuma justificativa técnica. Uma estranheza atrás da outra. Como a obra se tornou um sorvedouro de dinheiro público, o TCU pediu sua paralisação. Hoje, há apenas 33 quilômetros asfaltados. Outros 27 quilômetros são transitáveis, mas ainda não receberam uma gota de asfalto. Nos 46 quilômetros restantes, a obra nem sequer foi iniciada.

No plano referencial, o jornalista representa um mundo discursivo que é disjuncto daquele em que ele e o leitor interagem.⁴

Inicialmente, o jornalista traz o *sumário* da sequência (“Mar de lama”), com o qual busca antecipar um aspecto do fato que será abordado. Como esse *sumário* traz poucas informações e remete tanto à lama das obras públicas quanto à “lama” da corrupção ligada a desvios de dinheiro público, ele parece ter como fim mais despertar a curiosidade do leitor do que facilitar a compreensão da sequência.

Depois, o jornalista informa, no *estágio inicial*, o local (BR-342, Espírito Santo, Minas Gerais) e o momento (1998) em que se produziram os acontecimentos, bem como parte das figuras reais do espaço público neles envolvidos (mineiros, capixabas, empreiteiras). Esses elementos temporais, espaciais e actoriais sinalizam, de modo explícito,

³ Esse segmento faz parte da reportagem “Desvios subterrâneos”, a qual foi publicada na revista *Veja* de 06/01/2010 e integra o *corpus* da pesquisa apresentada em Cunha (2013).

⁴ Segundo Bronckart (2007) e Filliettaz (1999), a disjunção entre o mundo que o discurso representa e o mundo em que o discurso se insere é própria da narratividade.

que o jornalista trata de um mundo outro ou disjunto em relação ao mundo em que ele e o leitor interagem por meio da reportagem.

Após o *estágio inicial*, o jornalista informa, na *complicação*, os fatos que motivaram a escrita da sequência narrativa e que foram sumarizados no título (irregularidades na pavimentação da rodovia). Esses fatos têm o potencial de chamar a atenção do leitor/cidadão, porque dizem respeito ao uso irregular do dinheiro público e, por isso, afetam uma grande parcela da população, os contribuintes.

Apresentados os acontecimentos, o jornalista, na *avaliação*, comenta a *complicação*, evidenciando que para ele as irregularidades encontradas no TCU são “uma estranheza atrás da outra”. O jornalista emite uma avaliação negativa sobre as irregularidades, avaliação que pode ser compartilhada pelo leitor, já que este, ao interagir com o jornalista, assume o status social de cidadão.

Feita a *avaliação*, o jornalista informa ao leitor, na *resolução*, o resultado da *complicação*. Uma vez descobertas as irregularidades, a paralisação das obras foi um resultado previsto. Ao informar esse resultado, o jornalista atende à expectativa do leitor de que este, por assumir o status de cidadão, será informado da consequência da descoberta de irregularidades em obras públicas.

Por fim, o jornalista apresenta, no *estágio final*, o estado resultante da *resolução*, informando ao cidadão como a rodovia está hoje (data da publicação da reportagem), depois da paralisação das obras.

Como evidencia a análise, o mundo representado no segmento constitui uma atualização do tipo narrativo da reportagem, o que revela que esse segmento é uma sequência narrativa. Esse mundo representado pode ser esquematizado por meio da seguinte estrutura referencial.

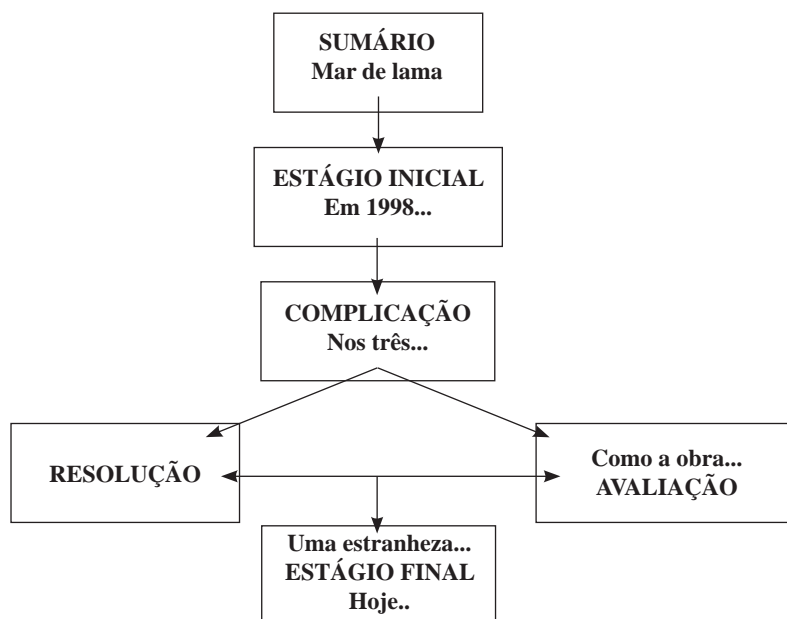


Figura 2. Estrutura referencial

Ao contrário de uma análise estritamente sequencial, a análise empreendida considera os interactantes (autor e leitor), as ações que realizam, os status sociais que assumem na interação (jornalista e cidadão), bem como as visadas típicas do gênero reportagem. A consideração desses elementos só é possível porque, para a abordagem proposta, os gêneros têm impacto sobre a constituição de seus tipos.

Considerações finais

Este trabalho propôs uma abordagem para o estudo da relação entre gêneros do discurso e tipos do discurso. Contrapondo-se à hipótese de que os tipos seriam universais, atemporais e transversais em relação aos gêneros, a abordagem parte da hipótese de que essas noções são de tal modo imbricadas que cada gênero possui tipos específicos.

Na abordagem apresentada, o tipo de discurso é concebido como uma representação referencial típica sobre o mundo do discurso, a qual é fortemente impactada pelo gênero do discurso ou pela representação referencial sobre o mundo em que o discurso se insere. Esse modo de conceber os tipos busca dar conta do fato de que eles são tão sócio-historicamente constituídos quanto os gêneros, cuja estrutura composicional integram.

Assim, o tipo narrativo da reportagem é diferente do tipo narrativo da fábula, por exemplo, já que jornalista e fabulista não mobilizam os mesmos recursos referenciais. Em outros termos, cada gênero define os episódios característicos do seu tipo narrativo, uma vez que em cada gênero há uma maneira característica de narrar. Dessa forma, ao longo do processo de constituição histórica do gênero fábula, a moral foi selecionada como um episódio do seu tipo narrativo. O mesmo não ocorreu com o gênero reportagem, cujas propriedades definidoras não selecionaram a moral, mas selecionaram, como vimos, o sumário como categoria típica de sua narrativa.

Com a abordagem delineada, a finalidade é, então, contribuir para uma melhor compreensão da relação entre os gêneros e os tipos, chamando a atenção para a inadequação de hipóteses teóricas, como a da universalidade dos tipos de discurso, que tem como consequência a desconsideração do papel dos gêneros sobre a constituição dos tipos. Ao desconsiderarem o papel dos gêneros sobre o modo como tipicamente narramos, descrevemos ou argumentamos, as abordagens que se guiam pela hipótese dessa universalidade estão impossibilitadas de oferecer uma compreensão mais adequada do fenômeno complexo que constitui a construção da estrutura composicional de um gênero.

Porque parte da hipótese de que cada gênero possui tipos específicos e, consequentemente, de que os tipos não são um conjunto limitado de entidades universais e transversais em relação a todos os gêneros, a abordagem apresentada constitui um ponto de partida interessante para se pensar em respostas para algumas questões:

- Qual é o modo típico de descrever e argumentar no gênero reportagem?
- Qual é o modo típico de narrar, descrever e argumentar em outros gêneros?
- Como o modo típico de narrar, descrever e argumentar de um dado gênero se constituiu ao longo da história da formação desse gênero?
- Quais as semelhanças e as diferenças entre os modos típicos de narrar, descrever e argumentar em diferentes gêneros?

- É possível utilizar o modo típico de narrar, descrever e argumentar de um gênero para narrar, descrever e argumentar em outro? Que efeitos de sentido esse tipo de empréstimo pode causar?
- Quais implicações a hipótese de que cada gênero possui tipos específicos pode trazer para o processo de ensino e de aprendizagem dos gêneros e dos tipos?
- A hipótese de que cada gênero possui tipos específicos rejeita a ideia de que o aluno capaz de narrar segundo os moldes das narrativas literárias é capaz de narrar em qualquer gênero. Desse modo, como essa hipótese pode afetar as aulas e os materiais didáticos sobre os tipos de discurso?

Essas questões são relevantes porque, ao serem respondidas, permitem elucidar aspectos ainda desconhecidos do funcionamento dos gêneros e dos tipos, bem como do modo como deles nos valemos para alcançar determinados fins em interações específicas. Além disso, permitem repensar, em novas bases, práticas pedagógicas cristalizadas e talvez ineficazes para a aprendizagem dos gêneros e do modo como neles se narra ou se argumenta.

Por permitirem a colocação dessa série de questões para os estudos do texto e do discurso, consideramos que a presente abordagem e a hipótese subjacente a todas as etapas de seu desenvolvimento abrem uma perspectiva bastante promissora para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- _____. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 2007.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/Faculdade de Letras/UFMG, 2004. p. 13-41.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CUNHA, G. X. O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político. In: NETO, F. K.; RUFINO, J. A.; BAPTISTA, M. R. (Org.) *Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos*. Barbacena: EdUEMG, 2009. p. 81-95.
- _____. *A construção da narrativa em reportagens*. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- _____. *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris, 2014.
- FILLIETTAZ, L. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: le cas des récits oraux. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 261-327, 1999.
- _____. *Actions, activités et discours*. 403f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.
- _____. La place du contexte dans une approche praxéologique Du discours. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. *Pratiques*, n. 129-130, p. 71-88, 2006.

- GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012[1986].
- HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the black english vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, linguística e literatura*. v. 1. n. 1, p. 9-40, 2003.
- ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.
- ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.
- SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 19-34.

Considerações sobre o funcionamento da fórmula discursiva “cultura de paz” no mercado editorial brasileiro

(Considérations sur le fonctionnement de la formule discursive
“cultura de paz” dans le marché éditorial brésilien)

Helena Boschi¹

¹Mestra pelo programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

helenaboschi@gmail.com

Résumé: Dans cet article, nous analysons discursivement le marché éditorial brésilien en ce qui concerne les publications ayant comme sujet principal la “cultura de paz”, syntagme que nous considérons fonctionner comme formule discursive selon les paramètres établis par Krieg-Planque (2010). Mises en circulation sous la forme d’objets techniques spécifiques – manuels, livres théoriques, collections etc. –, ces ouvrages collaborent à l’instauration et à la diffusion de cette formule dans les discours institutionnels comme agent d’effacement de la conflictualité, notamment grâce à son fonctionnement comme référent social dans l’espace public et, en conséquence, argument légitimateur de pratiques institutionnelles diverses.

Mots-clés: Cultura De Paz; Formule Discursive; Marché Éditorial Brésilien.

Resumo: Neste artigo, nos propomos a analisar discursivamente o mercado editorial brasileiro no que diz respeito a publicações que têm “cultura de paz” como objeto principal, sintagma que consideramos funcionar como fórmula discursiva segundo os parâmetros estabelecidos por Krieg-Planque (2010). Postas em circulação como objetos técnicos específicos – cartilhas, livros teóricos, coletâneas, etc. –, essas obras colaboram para a instauração e a difusão dessa fórmula nos discursos institucionais como agente de apagamento da conflitualidade, notadamente por meio de seu funcionamento como referente social no espaço público e, como consequência, argumento legitimador de práticas institucionais variadas.

Palavras-chave: Cultura De Paz; Fórmula Discursiva; Mercado Editorial Brasileiro.

Introdução

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de mestrado¹, que teve como objetivo investigar a circulação e a produção dos sentidos de “cultura de paz” no espaço público tendo como base teórico-metodológica a noção de *fórmula discursiva* conforme Krieg-Planque (2010).

Segundo a pesquisadora (KRIEG-PLANQUE, 2010), para funcionar como fórmula, um sintagma deve manifestar, em maior ou menor grau, quatro propriedades, que resumidamente são: ter uma superfície linguística cristalizada, que permita sua circulação e seu rastreamento no espaço público; se inscrever em uma dimensão discursiva, sendo ponto de convergência de questões sociais em um dado momento histórico; funcionar como um referente social, de maneira que seu uso se torne imperativo num determinado meio e objeto de avaliação (positiva ou negativa) dos atores sociais; e ter uma dimensão

¹ “A constituição da fórmula discursiva ‘cultura de paz’: circulação e produção dos sentidos” (SILVA, 2014), realizada com financiamento da Fapesp (Processo regular 2011/16827-6; Processo referente à Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior 2013/10465-0).

polêmica, de forma que o sintagma seja também um lugar de tensão, manifestada nos usos que se fazem dele.

A necessidade de abranger diferentes lugares discursivos adquire assim especial importância na medida em que permite verificar o modo como se dá o espraiamento de sua construção e, ao mesmo tempo, de sua intervenção na sociedade, uma vez que, como elemento de linguagem de funcionamento discursivo, a fórmula permeia os mais diferentes “terrenos e objetos”, estando “no coração da vida política e social”² (KRIEG-PLANQUE, 2012, p. 14). No âmbito deste trabalho, essa questão nos levou a considerar o mercado editorial como lugar importante de um estudo que vise o espaço público, considerado como arena fundamentalmente midiática, ambiente de projeção dos diversos aspectos da sociedade

[...] por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões.³ (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 114)

Ao abordar o mercado editorial, nossa hipótese era de que, enquanto nos jornais e nas ocorrências na *web* a fórmula se publicizaria massivamente, outros objetos editoriais teriam o papel de documentar e possivelmente de estabilizar os sentidos dessa fórmula discursiva que tem servido, inclusive, dentre outros usos, de referência para a destinação de verba pública a projetos culturais e educacionais. Isso porque, retomando Chartier (1998, p. 8), “o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”. No entanto, pudemos averiguar que as publicações acerca da “cultura de paz”, assim como ocorrências da fórmula em outros espaços (projetos de lei, sites institucionais, cartazes de eventos, redes sociais, etc.), são associadas a discursos institucionais diversos, passando pelo campo discursivo dos “direitos humanos”, de forma mais ampla, e chegando à escola, ao esporte, à política, à filosofia, ao autoconhecimento e à religião. Alguns índices de reconhecimento extralinguísticos dessa circulação estão presentes já no exterior das obras: editoras associadas a uma dada comunidade discursiva (como, por exemplo, a Salesiana e a Loyola, de vertente católica) e símbolos (dentre os quais, o mais representativo parece ser a “pomba branca” da paz, ligada também ao Espírito Santo da religião católica).

São obras com um perfil diferente daquelas destinadas a uma leitura de fruição; essas se referem a institucionalidades, à inauguração de práticas em espaços diversos,

² Conforme introdução da autora acerca dos “jogos e métodos” do discurso, “Qualquer pessoa que queira apreender o discurso para estudá-lo encontra ao seu redor uma multidão de terrenos e objetos que se prestam a essa investigação: o discurso está no coração da vida política e social”. No original, “Quiconque souhaite s’emparer du discours pour en mener l’étude trouve autour de lui une multitude de terrains et d’objets qui se prêtent à une telle investigation : le discours est au coeur de la vie politique et sociale.” (KRIEG-PLANQUE, 2012, p. 14, tradução nossa).

³ Essa proposta vai ao encontro da reflexão de Chartier (1998, p. 9) acerca da *ordem dos livros*, segundo a qual “toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições sociais”, e “compreender os princípios que governam ‘a ordem do discurso’ pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito)” (CHARTIER, 1998, p. 8).

uma vez que produzidas para serem citadas, retomadas, registradas em documentos como bibliografia de referência, circulando assim em várias esferas da organização social.

O *corpus*, composto de dezesseis publicações que têm a fórmula “cultura de paz” em seu título, foi coletado em livrarias tradicionais, no caso de obras recentes, e em sebos cadastrados na plataforma “Estante Virtual”, a fim de abranger publicações que circularam durante os anos 2001 a 2010, período declarado pela ONU como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”. Devido a sua extensão e o espaço relativamente curto para abordá-lo de maneira mais detida, a análise que fazemos aqui tem o objetivo de caracterizar de forma geral o funcionamento desse recorte do mercado editorial brasileiro.

Decidimos separar as obras analisadas em dois grupos, os quais se inscrevem em dois posicionamentos distintos. De um lado e majoritariamente, obras que relatam experiências e/ou propõem ações locais, muitas vezes baseadas nas assertivas “Seja você mesmo a mudança que quer ver no mundo”, de Gandhi, e “paz é a gente que faz”, que circula sem autoria definida no interdiscurso, recorrentemente retomadas nos manuais de “cultura de paz”, e que de maneira geral reforçam a leitura de cada sujeito é individualmente responsável por mudar a realidade ao seu redor. De outro, obras que concebem a “cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos, contrapondo-a à “cultura de violência” consequente de heranças históricas e políticas públicas neoliberais características do sistema capitalista.

Esses posicionamentos discursivos são manifestados linguisticamente por meio da estabilização de enunciados e do apagamento da conflitualidade no primeiro grupo, características típicas dos discursos institucionais, e, no sentido inverso, por uma tentativa de desopacificação da linguagem nos discursos do segundo grupo, numa clara disputa pelo preenchimento semântico das fórmulas que circulam na arena do espaço público. Em ambos os casos, essas obras colaboram na construção do *ethos* das instituições e dos atores que ali aparecem por meio da divulgação de suas ações em prol da “cultura de paz”.

Falando “de paz”: um código linguageiro

As obras do primeiro grupo têm como principais representantes dois manuais de “cultura de paz” a que tivemos acesso: *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009) e *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo* (VON, 2003).

A primeira delas foi o primeiro material sobre “cultura de paz” com que tivemos contato, e mostrou-se de importância fundamental para a nossa pesquisa devido ao fato de materializar um pico de circulação da fórmula, motivo pelo qual decidimos analisá-la mais detidamente em outro trabalho (SALGADO; SILVA, 2014). Como um resumo de nossas conclusões, notamos que essa publicação, denominada como cartilha pelos próprios autores, provoca uma subversão essencial da estrutura tradicional do gênero. Ao invés de propor “normas e orientações” bem delimitadas, vemos que seu objetivo é justamente o oposto: “inspirar iniciativas” (DISKIN, 2009, p. 3), apresentando uma diversidade de ações realizadas em nome do que é referido por “cultura de paz”, e que, como mostramos, em nenhum momento é objeto de definições ou especificações objetivas. Esse fato é interessante porque materializa a condição de fórmula do sintagma “cultura de paz”

na própria forma de constituição da cartilha, discursividade reveladora do trabalho de produção de um consenso em meio às mais variadas ações institucionais, e que demanda, então, inescapavelmente, esforços coletivos permanentes para administração do dissenso – talvez algo previsto na referência a *redes de convivência*.

Tanto essa cartilha quanto o manual de Cristina Von (2003) se caracterizam pela proposta de ações as mais diversas e pelo uso exaustivo de expressões cristalizadas (que muitas vezes funcionam, também, como fórmulas discursivas no espaço público) provenientes dos documentos institucionais que utilizam como principal referência a declaração e o programa de ação para uma cultura de paz da Onu, o Manifesto 2000 e as propostas de “não violência” de Gandhi.

A repetição e a coocorrência de fórmulas como “respeito pela vida”, “desenvolvimento sustentável”, “liberdade de expressão”, “tolerância”, “solidariedade”, “diversidade cultural”, “direitos humanos”, etc. torna as obras desse primeiro grupo um tanto previsíveis, reprodutoras de um “código linguageiro” que podemos associar a “cultura de paz”. Esse fato linguístico ilustra bem a proposta de Krieg-Planque e Oger (2010, p. 94, tradução nossa) quando afirmam que

[...] o “falar neutro” ocupa um espaço expressivo no “estilo formulaico”: encontramos aqui as cristalizações que tornam as produções institucionais também amplamente previsíveis. As duas dinâmicas de formação dos discursos autorizados, estabilização dos enunciados e apagamentos da conflitualidade, aparecem como complementares. Pelo efeito de evidência e de reconhecimento do pré-construído, a fórmula convida à aceitação, incita à adesão e desencoraja a contradição. Desse modo, ela inibe os contradiscursos possíveis e tende a escamotear as ocasiões de enfrentamento. Simetricamente, a minoração dos desacordos e dos conflitos, a valorização do consenso, se realizam com mais facilidade por intermédio de formulações estereotipadas, de contornos convenientes.⁴

No caso de “cultura de paz”, esse falar neutro é associado ao uso expressivo de verbos de fazer (*restabelecer, adotar, divulgar, promover*) que têm “cultura de paz” como objeto, como já havíamos observado, combinados com atos de linguagem exercitativos (*devemos, não devemos*), e, por vezes, promissivos⁵ (*comprometer-se*), que *criam a imagem de um outro mundo necessário e possível*, como podemos ver destacados nos excertos a seguir:

⁴ No original : “[...] le ‘parler neutre’ fait une large place au ‘style formulaire’ : nous retrouvons ici les figements qui rendent les productions institutionnelles aussi largement prévisibles. Les deux dynamiques de formation des discours autorisés, stabilisation des énoncés et effacement de la conflitualité, apparaissent comme complémentaires. Par l’effet d’évidence et de reconnaissance du préconstruit, la formule appelle l’assentiment, engage à l’adhésion, décourage la contradiction. Par là, elle inibit les contre-discours possibles et tend à escamoter les occasions d’affrontement. Symétriquement, la minoration des désaccords et des conflits, la valorisation du consensus, s’accomplissent plus aisément par le truchement de formulations stéréotypées, de tournures convenues.”

⁵ A teoria dos atos de linguagem foi proposta inicialmente por J. L. Austin na obra *How to do things with words*, publicada em 1962 (na tradução francesa, *Quand dire, c’est faire*, 1970). Segundo ele, todos os enunciados têm uma “força ilocutória”, ou seja, um valor de ação, que pode ser classificada em cinco grandes classes: veridictivos ou judiciais (“condenar”, “decretar”), exercitativos (“ordenar”, “exortar”, “perdoar”), promissivos (“prometer”, “garantir”), comportamentivos (“se desculpar”, “agradecer”, “criticar”) e expositivos (“afirmar”, “negar”, “explicar”) (AUSTIN, 1990 [1962]).

- (1) Porém, no meio desta sociedade há muitos que estão tentando **restabelecer a cultura da paz**. (CARUSO JR., 2005, p. XIV, destaque nosso)
- (2) Não vislumbro outra saída para as graves questões de intolerância que não seja **a adoção de uma cultura de paz e convivência no sentido amplo**, que vai desde a rejeição a todas as formas de violência, como também o respeito à vida e à diversidade inerente. (CAMPOS, 2011, p. 75, destaque nosso)
- (3) **Adotar e divulgar os valores da cultura de paz** passa a ser o ponto de partida para as mudanças fundamentais do mundo, buscando-se construir um novo paradigma de desenvolvimento. (CAMPOS, p. 75, destaque nosso)
- (4) A Escola Paróquia da Paz **promove, através das aulas de artes, a cultura de paz**, utilizando, como indicação do VIVE, um valor a cada mês. A partir da escolha dos valores são realizadas atividades lúdicas com os alunos do ensino fundamental. No ensino médio, esses valores são trabalhados também nas disciplinas de sociologia e filosofia. (MATOS; NONATO JR., 2010, p. 23, destaque nosso)
- (5) Mais de que em qualquer outro momento da História, as pessoas compreendem que **devemos avançar de uma cultura de guerra e violência para uma cultura de paz e não violência**. De fato, durante o Ano Internacional para a Cultura de Paz, do qual fui o diretor, na UNESCO, mais de um por cento da população mundial assinou o Manifesto 2000, **comprometendo-se a cultivar uma cultura de paz** ‘em minha vida diária, em minha família, meu trabalho, minha comunidade, meu país e minha região’. No Brasil, o Manifesto 2000 já foi assinado por mais de 15 milhões de pessoas. (ADAMS, 2003, p. 13, destaques nossos)
- (6) **Para haver cultura de paz, não devemos** separar cor de pele, por deficiência, por local onde nasceu, por escolaridade. Se separamos ou excluímos, formam-se grupos, e uns se colocam contra os outros. A cultura de paz se baseia na capacidade de ver o outro, de ouvir o outro, de compreender o outro e buscar meios de se transformar. (Monja Coen apud CARUSO JR., 2005, p. 24, destaque nosso)

Os julgamentos sobre a necessidade de “promover a cultura de paz” se concretizam, nessas obras, principalmente por ações como a educação de crianças e jovens (dinâmicas em grupo e atividades de convivência, reconhecimento da violência e prática da tolerância) (CONIC, 2005; VON, 2003; MATOS; NASCIMENTO; NONATO JR., 2008; NOLETO, 2004), abertura das escolas para atividades culturais nos finais de semana (NOLETO, 2004), participação dos jovens em atividades esportivas regulares (TUBINO; SILVA, 2006), prática da mediação⁶ como base para a resolução dos conflitos “de um modo menos traumatizante e aceitável pelas partes” (EGGER, 2008, p. 38), prática da “justiça restaurativa” nas escolas⁷ (MACHADO, 2008).

Os livros tornam-se o meio de divulgação das ações de instituições variadas, como universidades (dentre as quais se destacam a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC)), prefeituras (MACHADO, 2008;

⁶ O autor expõe as diversas vertentes da prática da mediação, que passa desde o campo jurídico – a prática do acordo nos processos judiciais, por exemplo – até o psicanalítico – “capacidade de treinamento das pessoas para poder superar suas situações conflitivas ou traumáticas” (EGGER, 2008, p. 51) –, o empresarial – prática de *coaching* (treinamento) –, o trabalhista e outros.

⁷ Segundo a autora, a justiça restaurativa muda o foco dos “culpados” para os “prejudicados”, buscando uma reconciliação entre as partes envolvidas por meio do diálogo: “A Justiça Restaurativa propõe uma mudança de foco: a questão central, ao invés de versar sobre culpados, é sobre quem foi prejudicado pelo fato. [...] Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos pra a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade” (BRANCHER; MACHADO, 2008, p. 63).

DISKIN, 2009), o Ministério de Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (Programa Nacional Paz nas Escolas (MILANI; JESUS, 2003) e mesmo a própria Unesco (NOLETO, 2004). Desse modo, as publicações institucionais, assim como os documentos institucionais produzidos e destinados a circular, funcionam como meio de legitimar a entidade e torná-la visível no espaço público:

- (7) Trata-se de um programa que visa ao **aproveitamento das habilidades e experiência acumulada pela instituição nas suas grandes áreas de atuação**. Ao mesmo tempo em que focaliza a educação, combate-se a exclusão social, incentiva-se a participação cultural, conscientiza-se sobre a prevenção de DST-AIDS, o cuidado com o meio ambiente, para citar apenas algumas áreas, contribuindo tanto para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, como para a **promoção da cultura de paz e do desenvolvimento social, dois grandes objetivos da UNESCO**. (NOLETO, 2004, p. 47, destaques nossos)

O prestígio da publicação de um livro e o reconhecimento de se trabalhar em prol desse “movimento” também fica claro, por exemplo, em passagens como as que destacamos a seguir:

- (8) O convite para apresentar esta obra é, além de oportuno, motivo de alegria e orgulho para mim, na qualidade de cidadão pernambucano e atual Reitor da UFPE, ao expressar para a Comunidade Acadêmica e para a sociedade em geral a **nossa esperança de ver a UFPE como referência em protagonizar a Cultura de Paz**. (LINS⁸, 2009, p. 11, destaque nosso)
- (9) Vitor Caruso Jr., com este terceiro livro, nos demonstra que **também é um dos Mestres da Cultura da Paz**. (Paulo M. Piá de Andrade in CARUSO JR., 2005, orelha do livro, destaque nosso)

Os exemplos acima e a heterogeneidade de práticas sob a unicidade da etiqueta “cultura de paz” ilustram a propriedade da fórmula de se tornar um referente social, tendo um funcionamento expressivo como índice positivo de reconhecimento no espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 74). Tal como propomos na análise da cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), trata-se de mostrar “a necessidade de que certas práticas, aludidas por exemplos bastante variados, se multipliquem e avolumem um dado discurso, correspondente a um mundo desejável, porque supostamente melhor” (SALGADO; SILVA, 2014, p. 136).

Os atores sociais envolvidos nesse movimento são representantes de uma nova forma de estar no mundo, e se põem por vezes na condição de conselheiros ou guias para se atingir “a cultura de paz”:

- (10) **Aqui estão as sugestões para um caminho feliz, uma vida tranquila, plena e útil para a humanidade**. O mérito de maneira alguma é meu, mas destes Mestres da Cultura de Paz com quem tive a sorte de cruzar. O que fazer agora? Qual a melhor ação a tomar? Penso que tudo o que está escrito aqui deve ser passado para a frente, para que possa beneficiar muitas pessoas, **para que possa orientar a vida de outros**, como ocorreu comigo. (CARUSO JR., 2005, p. 99, destaques nossos)
- (11) O tema da intolerância e a necessidade de se estabelecer um diálogo profícuo entre as culturas têm despertado o **meu interesse enquanto cidadão do mundo, escritor, advogado e acadêmico**. É inevitável que ele nos provoque uma reflexão sobre o **papel que temos a cumprir** nessa realidade. (CAMPOS, 2011, p. 11-12, destaques nossos)

⁸ Amaro Pessoa Lins, reitor da UFPE no momento da publicação do livro.

Em um dos casos, a oportunidade de publicação de um livro é utilizada também para a promoção da categoria dos atores sociais envolvidos e a defesa de seus interesses:

- (12) [...] ao longo do ano nos deparamos com inúmeras e diversas iniciativas de difusão da prática do Esporte, fazendo alusão ao Ano Internacional instituído pela ONU e mesmo em propostas de órgãos governamentais citava-se Ano da Educação Física e do Esporte. Entendemos que tal fato é gerador pela defesa da sociedade que o Sistema vem encetando e demonstração da assertiva brasileira quanto **a instituir a obrigatoriedade da prática de atividade física por Profissional de Educação Física**. (TUBINO; SILVA, p. 16, destaque nosso)

O segundo grupo de obras, por sua vez, representado por apenas três publicações dentre as dezesseis encontradas, se diferencia principalmente por se opor diretamente ao discurso da ONU e da Unesco (ALMEIDA, 2010) ou por ignorá-lo enquanto “origem” da fórmula “cultura de paz” (CUNHA, 2007; ZALUAR et al., 2005).

Na apresentação da obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (ALMEIDA, 2010), a polêmica discursiva entre os dois posicionamentos que destacamos inicialmente se manifesta em uma acusação direta à Unesco e “à mídia em geral”:

- (13) Pensar em desenvolver uma cultura de Paz, na atualidade, não significa apenas superar emergências locais, mas se posicionar dentro da realidade do mundo hodierno, visando romper com o atual paradigma em vigor e imposto pelos países desenvolvidos da Europa, da América e da Ásia. O sistema neoliberal excludente, consumista e individualista, já se revelou ecologicamente insustentável e profundamente antiético, pois, para se perpetuar, saqueia os recursos limitados do nosso planeta e, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, condena a maioria a uma vida subumana. [...] Os autores partem do pressuposto de que a educação é fundamentalmente um ato político e ideológico, por isso, é capaz de ser tanto revolucionário quanto domesticador, dependendo do que se pretende com o ato de educador. Nessa perspectiva, todos os capítulos compreendem a paz de maneira crítica, **diferentemente do que prega a UNESCO e a mídia de maneira geral**. (VASINO⁹, 2010, p. 12, destaque nosso)

Como pode se notar já no título da obra, há a inclusão de um adjetivo na fórmula “cultura de paz”, que se torna “cultura *ética* de paz”, de forma a especificá-la e diferenciá-la de uma pressuposta “cultura *não ética* de paz”. Nos artigos que se seguem no livro, a especificação de uma determinada “cultura de paz” em detrimento de outra é recorrente:

- (14) é importante refletir sobre **a cultura de paz que os meios de comunicação se encarregam de estabelecer como concepção oficial da paz** porque, na verdade, o que eles promovem é uma ideologia da paz. [...] **A paz do sistema capitalista não serve** porque, verdadeiramente, não é paz; é propaganda subliminar da classe dominante em manter o *status quo* vigente. [...] Os mesmos grupos que patrocinam a paz “da pombinha da paz” são os que legitimam explicitamente a morte-matada, a não-visibilidade, o não-lugar de milhões de brasileiros excluídos de tudo o que o país produz. (ALMEIDA, 2010, p. 24, destaques nossos)

No entanto, cabe notar que não se trata de um posicionamento homogêneo ao longo de todo o conjunto de textos. No artigo “Os pressupostos da comunicação da educação para uma cultura de paz” (ANDRADE, 2010), por exemplo, a definição da fórmula é recuperada do programa da ONU, e a obra de Noletto (2004) é referenciada sobre as

⁹ Dom Adriano Ciocca Vasino, Bispo da Diocese de Floresta (PE).

atividades de lazer e formação nas escolas do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz.

Os livros *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz* (ZALUAR et al., 2005) e *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz* (CUNHA, 2007), diferentemente, não citam em nenhum momento documentos da ONU ou da Unesco relativos a “cultura de paz”, não parecendo reconhecê-las, portanto, como fontes dotadas de autoridade.

O primeiro deles trata de uma coletânea de artigos que defendem a necessidade do monopólio legítimo do uso de armas pelo Estado ou o desarmamento total à época do Referendo pelo Desarmamento. Os autores se dividem entre uma maioria de professores universitários de áreas diversas (Filosofia, Ciências Sociais e Teologia) e porta-vozes de instituições como Polícia Militar, Iansa (International Action Network on Small Arms), Fundação para a Reconciliação (Bogotá, Colômbia) e Economistas Aliados pela Redução das Armas (filial da África do Sul).

O segundo traz uma série de reflexões a respeito do projeto de mesmo nome que o livro, “Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz”, proposto pelo Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (Sejap). A proposta do livro já mostra um posicionamento diferente das obras do primeiro grupo ao propor “articular a discussão da construção de uma cultura de paz à luta pelas políticas públicas para as juventudes” (SEJAP, 2007, p. 12). A conjuntura histórica apresentada mostra a violência enquanto resultado de injunções sociopolíticas, e as ações propostas pelo livro – que significativamente insere a palavra “ação” em “gerAção” por meio do uso da vogal maiúscula – vão na direção de mobilizar os jovens de uma rede ecumênica de igrejas a se articular e pressionar os poderes executivo, legislativo e judiciário por mudanças. No artigo inicial “Juventudes: cultura da violência e cultura de paz” (DELAINI, 2007, p. 30, destaque nosso), enfatiza-se que:

- (15) A **cultura da desigualdade e da indiferença** encontra como uma das causas e consequência principais a situação econômica do país, que é um dos campeões mundiais em má e injusta distribuição da renda e da riqueza, e que o atual modelo neoliberal com suas ‘leis de mercado’, continua acentuando e fortalecendo, aumentando assim a violência estrutural.

O conceito de paz é também questionado, na mesma busca pela *desopacificação* mencionada anteriormente: “Todo mundo fala de paz, defende, busca a paz: mas qual conceito de paz, ligado a qual visão de mundo e, mais ainda, qual prática de construção da paz é vivenciada?” (DELAINI, 2007, p. 36).

A estratégia discursiva adotada nesses livros de forma geral é, portanto, o inverso daquela do primeiro grupo: pretende-se uma *desopacificação* da linguagem por meio da resignificação das expressões utilizadas, numa clara disputa pelo preenchimento semântico das fórmulas que circulam na arena do espaço público.

Os questionamentos sobre a validade do sintagma “cultura de paz” parecem se restringir, portanto, a espaços acadêmicos, como na obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (ALMEIDA, 2010) proposta pela Pós-Graduação em Educação e Ética para uma Cultura de Paz, ou a espaços com um grau menor de institucionalização, como essa vertente mais radical da Igreja Católica representada na obra *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz* (CUNHA, 2007).

De maneira resumida, podemos delinear as características dos discursos “de paz” no meio editorial – o qual, claramente, institui sentidos atribuíveis à fórmula e, ao mesmo tempo, é construído pelos usos que materializam possibilidades de interpretação produzidas no interdiscurso –, como pertencentes aos posicionamentos de *conciliação* ou de *rompimento*, da seguinte forma:

Quadro 1. Características do código linguageiro “de paz”

apaziguamento / conciliação	questionamento / rompimento
coocorrência com outras fórmulas	desopacificação da linguagem: ausência de fórmulas
citação de documentos de autoridade: Onu, Unesco	oposição à / apagamento da Onu e da Unesco (desautorização)
aforizações: Gandhi, Diskin, Monja Coen uso de paráfrases: “Paz é a gente que faz”, “A paz está em nossas mãos”	“cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos
imagens que redizem o sintagma (mãos unidas, pomba branca), cores alegres, fortes	uso menor de imagens e de cores
legitimação da entidade (e de suas práticas) no espaço público	
<i>sobreposição da apresentação sobre a significação</i>	<i>sobreposição da significação sobre a apresentação</i>

Considerações finais

Estudar o mercado editorial considerando-o como instituição discursiva, isto é, que produz discursividades que, ao mesmo tempo, o sustentam (SALGADO, 2011a) permitiu verificar as implicações da circulação da fórmula num ambiente de trocas que legitima e empodera a palavra escrita e os atores que por ela respondem. Ao inserir a problemática dos livros na “ordem do discurso”, Chartier já havia trazido à tona essa questão, que subjaz ao senso comum da edição e publicação de obras como meio “neutro” de disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber. Entra aí, por exemplo, a figura do editor, que tem o poder de definir, em certa medida, a circulação de certos textos em detrimento de outros na sociedade (MUNIZ JR., 2010).

Se pensarmos na lógica de funcionamento em que se inserem os mercados na atualidade, a contraditoriedade existente nessa função dicotômica de disseminação/preservação e restrição/exclusão da produção editorial (MUNIZ JR., 2010) se explica pelo condicionamento da cultura à economia, obedecendo, portanto, à “dupla tirania” do dinheiro e da informação, que, para Milton Santos (2012 [2000], p. 27),

[...] fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas.

É nessa conjuntura que as instituições atuam com um papel importante no apaziguamento social. A análise dos enunciados primeiros de “cultura de paz” nos documentos da ONU e da Unesco (SILVA, 2014) mostram como o *efeito de consenso* produzido por esse tipo de discurso é, conseqüentemente, projetado na fórmula, instaurando uma ideia

utópica de paz mundial porque apagadora dos conflitos políticos, sociais e econômicos existentes nas relações entre os países.

Pensando no mundo globalizado como fábula cuja “máquina ideológica [...] é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2012 [2000], p. 18), faz sentido que a maior parte dos discursos de “cultura de paz” tenha nas relações de *conciliação* o principal mecanismo discursivo, de forma que, ao preconizar um “encantamento do mundo”, permaneça na superfície de problemas que na verdade se constituem nas bases do sistema socioeconômico vigente na maior parte do mundo.

Mas se o apagamento da conflitualidade constitutivo do “falar neutro” institucional permite, por um lado, seu estabelecimento como referente social no espaço público, cabe notar que essa prática discursiva não se estabelece sem reflexos na organização da sociedade, uma vez que

[...] o consenso apaziguado tem um custo social e político inerente: esforços coletivos permanentes para administração do dissenso, o que implica reconhecer a heterogeneidade de posicionamentos que configura toda atividade humana. (SALGADO, 2011b, p. 155)

De fato, o largo espaço de deriva semântica que constatamos nos usos da fórmula mostra a heterogeneidade irreduzível de movimentos que se pretendem amplos e democráticos. Os livros sobre “cultura de paz”, nessa conjuntura, tornam-se objetos de desejo por serem produtos simbólicos belos e de valor moral, produzindo posicionamentos políticos e participando da construção do *ethos* das instituições que ali aparecem e das que potencialmente “vestirão a camisa” do movimento. Eles atuam significativamente, por seu poder altamente institucionalizador, no estabelecimento de crenças e práticas nos espaços em que circulam, ainda que essas práticas sejam tão variadas como as que vimos acima, e irrigam e materializam o território semântico pelo qual a fórmula trafega.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, David. Apresentação. In: MILANI, Feizi Masrouf; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.
- ALMEIDA, Jorge Miranda de (Org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.
- ANDRADE, Ana Claudia Pacheco. Os pressupostos da comunicação da educação para uma cultura de paz. In: ALMEIDA, Jorge Miranda de (Org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].
- BRANCHER, Leoberto; MACHADO, Cláudia. Justiça Restaurativa e Educação em Porto Alegre : uma parceria possível. In: MACHADO, Cláudia (Org.). *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, 2008.
- CAMPOS, Antônio. *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz*. Tradução de Linda Mandel. Recife: Carpe Diem – Edições e Produções, 2011.
- CARUSO JR., Vitor. *Mestres da cultura da paz*. São Carlos: RiMa, 2005.

- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, DF: Editora UnB, 1998.
- CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL – CONIC. *Cultura de Paz: guia para a transformação social*. 2. ed. São Paulo: Salesiana, 2005.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (Org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.
- DELAINI, Lorenzo. Juventudes: cultura da violência e cultura de paz. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (Org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.
- DISKIN, Lia. *Cultura de paz: redes de convivência*. São Paulo: SENAC, 2009. Versão digital disponível em: <<http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- EGGER, Ildemar. *Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua[gem], 39).
- _____. *Analyser les discours institutionnels*. Paris: Armand Colin, 2012.
- KRIEG-PLANQUE, Alice; OGER, Claire. Discours institutionnels: perspectives pour les sciences de la communication. *Mots. Les langages du politique*, Lyon, n. 94, p. 91-96, 2010.
- LINS, Amaro Pessoa. Apresentação. In: PELIZZOLI, Marcelo (Org.). *Cultura de Paz: a alteridade em jogo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- MACHADO, Cláudia. *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, 2008.
- MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro; NONATO JUNIOR, Raimundo (Org.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NONATO JUNIOR, Raimundo (Org.). *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- MILANI, Feizi Masrouf; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.
- MUNIZ JR., José de Souza. *O grito dos pequenos: independência editorial e bibliodiversidade no Brasil e na Argentina*. Originalmente apresentado no III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.balaoeditorial.com.br/downloadable/download/sample/sample_id/6/>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- NOLETO, Marlova Jovchelovitch. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: Unesco, 2004.
- PELIZZOLI, Marcelo (Org.). *Cultura de Paz: a alteridade em jogo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização*. Prefácio de Sírio Possenti. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011a.
- _____. A leitura como um bem: slogans e consenso. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (Org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011b.
- SALGADO, Luciana Salazar; SILVA, Helena Maria Boschi. Gênese discursiva da fórmula ‘cultura de paz’. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 131-137, Apr./June 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2000].

SEJAP - SETOR JUVENTUDE DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. Apresentação. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (Org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.

SILVA, Helena Maria Boschi da. *A constituição da fórmula discursiva “cultura de paz”:* circulação e produção dos sentidos. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

TUBINO, Manoel José Gomes; SILVA, Kenia Maynard. *Esporte e Cultura de Paz*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

VASINO, Adriano Ciocca. Apresentação. In: ALMEIDA, Jorge Miranda de (Org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.

VON, Cristina. *Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

ZALUAR, Alba; MISSE, Michel; BOURGOIS, Josephine; TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza; BROWNE, Terry Crowford; PETERS, Rebecca; NARVAEZ, Leonel; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, out. 2005. (Cadernos Adenauer IV, n. 3).

Considerações sobre a constituição de corpus em Análise do Discurso

(Considerations about building data in French Discourse Analysis)

Jauranice Rodrigues Cavalcanti¹

¹ FEsTA (Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

jrodriguescavalcanti@terra.com.br

Abstract: The aim of this article is to discuss the concept of *corpus* in French Discourse Analysis, possible forms of organization and processing. In this regard, we recall Courtine and Maingueneau's studies, which indicate interesting procedures. We also mobilize the notion of discursive formula, as proposed by Krieg-Planque (2010), in order to trace the course of the expression "*faxina da Dilma*", the possibility of using it as an entry in a corpus comprising journalistic texts whose theme was Dilma Rousseff's first mandate. The results point to the importance of the notion of path (and also discursive formula) when it comes to building up and examining a *corpus* in AD.

Keywords: Discourse Analysis, data, path, discursive formula, *faxina da Dilma*.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a noção de *corpus* em Análise do Discurso de linha francesa (AD), formas possíveis de sua organização e tratamento. Para isso retomamos os trabalhos de Courtine (2009) e Maingueneau (2006) que refletem sobre a questão apontando caminhos interessantes para os analistas. Mobilizamos também a noção de fórmula discursiva, proposta por Krieg-Planque (2010), a fim de analisar o percurso da expressão *faxina da Dilma*, a possibilidade de tomá-la como "entrada" em um *corpus* constituído de textos jornalísticos que tratavam da atuação da presidente Dilma Rousseff nos primeiros anos de seu mandato. Resultados apontam a produtividade da noção de percurso (e de fórmula discursiva) na montagem e tratamento de *corpus* em AD.

Palavras-chave: análise do discurso, *corpus*, percurso, fórmula discursiva, *faxina da Dilma*.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre a noção e a constituição de *corpus* em Análise do Discurso de linha francesa (AD). De uma predominância do discurso político e de procedimentos de análise que acabam por elidir o caráter heterogêneo e contraditório das seqüências discursivas reunidas, esse campo de saber se volta para outros tipos de discurso e de procedimentos que visam a desvelar a presença de elementos de um discurso em outro.

A reflexão centra-se nos trabalhos de Courtine (2009) e Maingueneau (2006). Desse último, retomamos o conceito de percurso, uma unidade não tópica de análise segundo o analista, a fim de abordar a noção de fórmula discursiva, tal como aparece em Krieg-Planque (2010). Por fim, apresentamos uma breve análise da expressão *faxina da Dilma*, de sua emergência e circulação.

Sobre a constituição de *corpus*

Em Courtine (2009)

Para tratar de *corpus* em AD, sem dúvida é necessário recorrer ao trabalho de Courtine, que investiga o discurso comunista dirigido aos cristãos. Ao propor uma redefinição da noção de *corpus* discursivo, o autor problematiza as formas mais comuns de organizar os *corpora* em AD, apontando o que considera a impossibilidade de identificar, no material pesquisado, o efeito das contradições ideológicas de classe.

Courtine (2009) define *corpus* como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo que, no caso de seu trabalho e de analistas contemporâneos a ele, restringe-se aos discursos produzidos por órgãos de imprensa ou porta-vozes de partidos políticos da esquerda francesa. Como afirma, “há discursos que jamais serão objeto de análise alguma, outros, ao contrário, pelos quais os analistas do discurso são ávidos” (COURTINE, 2009, p. 55).

Em relação aos critérios de constituição de *corpora*, Courtine retoma as exigências de exaustividade, de representatividade e de homogeneidade presentes nos trabalhos de Gardin e Marcelesi (1974¹ apud COURTINE, 2009). A primeira prescreve que não se deve deixar na sombra nenhum fato discursivo que “incomode o pesquisador”; a segunda, que não se deve formular uma lei geral a partir de um fato constatado uma única vez. As duas exigências, lembra Courtine (2009), assim como a terceira, provêm daquelas encontradas na linguística descritiva, o que leva o autor a considerar a necessidade de uma apreciação especificamente discursiva desses critérios.

Sobre o critério de homogeneidade, Courtine considera que este se realiza na constituição de *corpus* discursivo em AD (mesmo em tratamentos contrastivos) sob o postulado de homogeneidade ou de coerência discursiva, mas que constitui um obstáculo à perspectiva que defende, qual seja, a que concebe o discurso como uma unidade heterogênea, dividida em relação a ela mesma. Como sabemos, o trabalho de Courtine rompe com a ideia de que as formações discursivas seriam blocos compactos, sem quaisquer relações com outros discursos.

Obedecendo a esses critérios, as sequências discursivas são reunidas e organizadas de acordo com um plano que lhes confere uma dada forma, uma forma de *corpus*. Courtine (2009) apresenta diferentes possibilidades de organização (uma sequência discursiva/várias sequências, sequências produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas/heterogêneas, sequências produzidas em sincronia/diacronia), destacando as dominantes em AD, a saber, as que privilegiam uma perspectiva contrastiva e um agrupamento sincrônico. O autor critica principalmente essa última dominância, pois desta, segundo ele, decorre o esquecimento do interdiscurso e o apagamento das condições históricas de produção dos discursos, o que não ocorre na análise que empreende.

Retomando as propriedades de enunciado dadas por Foucault em *Arqueologia do Saber* (2002), em especial a de que o enunciado tem um domínio associado (o que permite dizer que ele entra em uma rede interdiscursiva de formulação), Courtine propõe

¹ GARDIN, B.; MARCELESI, J. B. *Introduction à la sociolinguistique*. Paris: Larousse, 1974. (Coll. Langue et langage).

chamar de enunciados (E) os elementos de saber próprios a uma formação discursiva (FD), concebendo o enunciado como “uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de *uma rede de formulações*” (2009, p. 100, grifo do autor). Essa rede constitui, assim, o conjunto de formulações possíveis de um E, remetendo à sua dimensão interdiscursiva (vertical como denomina Courtine).

Nos termos de Courtine, uma sequência linguística é uma reformulação possível de um E, lugar de materialização (horizontalização) dos elementos de saber de uma FD, configurando a dimensão do intradiscurso. O analista deve selecionar as sequências a serem tomadas como ponto de referência (sdr), a partir do qual os elementos do *corpus* e seu conjunto serão organizados. No caso de sua pesquisa, o *corpus* é constituído por um conjunto de discursos dirigido aos cristãos, no período de 1936 a 1976, pelo Partido Comunista Francês, reunindo sequências discursivas dominadas pela FD comunista, tomada como FD de referência.

No entanto, como mostra Courtine (2009), as sequências que pertencem à FD católica não desaparecem quando da organização do *corpus*, uma vez que se encontram presentes, mesmo que de forma dissimétrica, nas sequências que provêm da FD comunista. Dessa forma, ao contrário do que se praticava na época em AD, Courtine reúne um *corpus* que representa um único processo discursivo, constituído de posições ideológicas contraditórias.

No que diz respeito à definição das entradas no *corpus*, Courtine (2009) também se afasta de análises que privilegiavam uma lista de termos-pivô, ou mesmo daquelas do tipo “harrissiano ampliado”, sobre as quais o estudioso aponta inúmeros problemas. Escolhe, então, formulações em que é possível identificar a ocorrência de estruturas sintáticas que correspondem às estruturas de frase *É...que* (tais como “*É a classe operária que garante a produção de bens materiais*”), como também a certas formas sintáticas a elas relacionadas.

Sem dúvida, o trabalho de Courtine é um marco na AD, tanto do ponto de vista teórico como metodológico. Em relação a esse último, ressaltamos a reunião do *corpus* levando em conta a dimensão diacrônica dos discursos, o processo discursivo tomado como heterogêneo e também a opção por adotar estruturas sintáticas como “entrada” no material reunido.

Em Maingueneau (2006)

Mesmo não tendo por objetivo discutir formas de reunir *corpus* em AD, Maingueneau (2006) aborda de forma indireta a questão ao tratar do conceito *formação discursiva*, de seu interesse e de sua possível aplicabilidade. Assim, aponta as unidades com as quais um analista do discurso pode operar, a saber, as unidades tópicas e as unidades não tópicas. Nas primeiras, Maingueneau (2006) inclui as unidades territoriais, que correspondem a espaços pré-delineados pelas práticas verbais, como tipos de discurso (político, religioso etc.) e gêneros de discurso (panfleto, sermão etc.). O analista ressalta que a noção de tipo é heterogênea uma vez que se trata de um princípio de agrupamento que pode corresponder a duas lógicas distintas: a de copertencimento a um mesmo aparelho institucional e a de dependência a um mesmo posicionamento.

No primeiro caso, trata-se da interação de gêneros de discurso diversos em um mesmo aparelho, o hospital, por exemplo, “lugar”, onde se produzem e circulam os gêneros consultas, receitas, reuniões de trabalho etc. Já a dependência a um mesmo posicionamento, como o próprio nome diz, consiste no agrupamento de gêneros em dois níveis: o do posicionamento e o do campo abrangido por um posicionamento. Se se tratar do discurso do partido político X, agrupam-se diversos gêneros “produzidos por um posicionamento determinado no interior do campo político (jornal, panfletos, programas eleitorais etc.)” (MAINGUENEAU, 2006, p. 15). É importante lembrar que a noção de posicionamento é utilizada por Maingueneau (2006) para se referir a uma identidade discursiva forte, diferindo, pois, da noção de posição tal qual aparece nos trabalhos de Pêcheux, que se inscreve no espaço da luta de classes.

Nas unidades territoriais se inserem também as unidades transversas, que atravessam textos de múltiplos gêneros de discurso. Maingueneau (2006) as considera como *registros*, definidos a partir de critérios linguísticos, funcionais e comunicacionais. Os primeiros, lembra o analista, são frequentemente definidos sobre bases enunciativas, sendo a mais recorrente aquela proveniente da distinção entre história e discurso estabelecida por Benveniste. Quanto aos critérios funcionais, Maingueneau (2006) destaca o esquema das seis funções de linguagem de Jakobson, mas ressalta que não se trata do único existente. Já os critérios comunicacionais combinam traços linguísticos, funcionais e sociais permitindo apreender unidades como o discurso didático, o discurso cômico etc., que podem atravessar diferentes gêneros de discurso.

Ao contrário das unidades tópicas, as não tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas. Além disso, Maingueneau ressalta que “elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história” (2006, p. 16), o que as distingue das unidades transversas. O analista divide as unidades tópicas em formações discursivas e percursos. Em relação às primeiras, menciona como unidades o discurso racista, o discurso colonial e o discurso patronal, a que correspondem *corpora* que podem ser constituídos por “um conjunto aberto de tipos e de gêneros de discurso, de campos, de aparelhos e de registros” (MAINGUENEAU, 2006, p. 16).

Maingueneau considera que a noção de formação discursiva convém a esse tipo de unidade uma vez que, mesmo implicando a construção de *corpora* heterogêneos, permite agrupar textos de múltiplos gêneros que podem ser reunidos em um nível superior por um único foco. Em se tratando do discurso racista, uma das unidades referidas por Maingueneau, isso significa que se pode apreender, nos diversos textos reunidos, “a onipresença de um racismo inconsciente que governa a fala dos locutores” (2006, p. 17), caso que ilustra uma formação discursiva unifocal.

Para exemplificar a formação discursiva de tipo plurifocal, Maingueneau (2006) lança mão de uma de suas pesquisas que, tendo por objetivo investigar a relação entre europeus e “indígenas” de regiões “exóticas” (ao final do século XX), reuniu textos que foram por ele distribuídos em dois conjuntos: romances e manuais escolares. Maingueneau afirma que ambos tinham uma visão educativa, mas não eram relativos ao mesmo tipo de discurso, não veiculavam a mesma ideologia, isto é, não “constituíam a manifestação de um mesmo princípio escondido” (2006, p. 17), suas diferenças não eram anuladas por um único foco.

Dessa forma, Maingueneau (2006) defende que a noção de formação discursiva, que sofreu um declínio acentuado na AD praticada por analistas franceses nas últimas décadas, pode ser produtiva se utilizada pelos pesquisadores como uma forma possível de constituição de *corpora*. Ressalta que para isso é preciso levar em conta o caráter agentivo do termo *formação*: não se trata de um conjunto já dado, mas sim de uma configuração original a que o pesquisador, em função de sua pesquisa, dá forma.

É importante ressaltar que operar com uma formação discursiva unifocal não implica homogeneizar o *corpus*, como faziam os trabalhos que receberam duras críticas de Courtine. Pensar nesses termos seria considerar que a proposta de Maingueneau mobiliza uma noção de formação discursiva que apaga as contradições, a heterogeneidade que a constitui. Consideramos mais acertado pensar na “dominância” (e não na exclusividade) de um posicionamento (o discurso racista, por exemplo) nos textos a serem reunidos e trabalhados pelo pesquisador.

Por último, Maingueneau apresenta os percursos (também unidades não tópicas), que são redes de unidades diversas (lexicais, proposicionais, fragmentos textuais) extraídas do interdiscurso. Há os de tipo formal (um tipo de metáfora, de discurso relatado, de derivação sufixal etc.) e os fundados sobre materiais lexicais ou textuais. Nesse último tipo, Maingueneau (2006) inclui as pesquisas de Krieg-Planque (2010) sobre fórmulas discursivas; trabalho que nos interessa aqui discutir.

A noção de fórmula discursiva

Sem dúvida, o trabalho de Krieg-Planque (2010) é leitura obrigatória para analistas que se propõem a investigar palavras/expressões, os diferentes sentidos a elas atribuídos quando se observa seu percurso, sua circulação por diferentes campos e formações discursivas. Antes de apresentar sua pesquisa, a autora retoma os trabalhos de Faye e de Fiala e Ebel,² esse último a respeito de duas unidades lexicais – *dominação estrangeira e xenofobia*.

Krieg-Planque (2010) lembra que Fiala e Ebel utilizam a noção de fórmula recorrendo à pesquisa de Jean-Pierre Faye, noção que será por eles precisada e definida. É o próprio Fiala, como lembra Krieg-Planque (2010), que fica encarregado da redação do verbete “fórmula” para o *Dicionário de Análise do Discurso*, coordenado por Maingueneau e Charaudeau (2002). A fórmula é definida como semelhante a um referente social, isto é, um signo que quer dizer alguma coisa para todos do espaço público em um dado momento. Assim, as unidades lexicais pesquisadas por Fiala e Ebel são tomadas por referentes sociais porque nos anos 1960-1980 na Suíça, período investigado pelos analistas, qualquer locutor sabia de que tratavam.

Vimos que, ao refletir sobre as formas típicas de *corpus* em AD, Courtine (2009) aponta a sua relação com a categoria de contradição, criticando trabalhos que não conseguiriam identificar no material pesquisado o efeito das contradições ideológicas de classe. Dentre as pesquisas citadas, está a de Fiala e Ebel. Courtine destaca que, ao

²F FAYE, Jean-Pierre. *Théorie du récit*. Introduction aux “langages totalitaires”. Paris: Hermann, 1972. FIALA, Pierre; EBEL, Marianne. *Langages xenophobes et consensus national en Suisse/1960-1980: discours institutionnels et langage quotidien; la médiatisation des conflits*. Neuchâtel: Faculté des Lettres, 1983.

contrário de outros por ele mencionados, o trabalho dos pesquisadores postula que não apenas as condições de produção dos discursos determinam efeitos de sentidos diferentes, mas também sua circulação, seus encontros. Embora Courtine não faça comentários a respeito, consideramos que Fiala e Ebel dão um passo importante em relação ao que se praticava na época quando elegem a análise das condições de *circulação* dos discursos (e não apenas de sua produção), sua dispersão.

Courtine (2009) reproduz vários trechos do trabalho de Fiala e Ebel, nos quais se apresenta a definição de fórmula e a de referente social. Para o autor, as “formulações” apresentam a vantagem de lembrar que os discursos não são “entidades separadas”, mas permanecem em contato, o que pode ser atestado por sua circulação. No entanto, Courtine aponta o risco de a noção de referente social desembocar em uma concepção hegemônica de circulação, em que “as fórmulas, como peças de moeda passando de mão em mão, receberiam o mesmo valor” (2009, p. 68), o que levaria à constituição de discursos produzidos a partir de posições ideológicas hegemônicas, perspectiva que, segundo ele, dissolveria as contradições ideológicas de classe.

Parece-nos que os trechos que Courtine (2009) retira das reflexões de Fiala e Ebel já respondem à sua objeção na medida em que afirmam que a noção de referente social não exprime homogeneidade, e lembram que as fórmulas são objeto de lutas. A crítica de Courtine explica a insistência dos autores em ressaltar o caráter polêmico, constitutivo da fórmula, o que é lembrado por Krieg-Planque (2010) em seu trabalho.

Prosseguindo em suas considerações sobre a pesquisa de Fiala e Ebel, a autora afirma que os pesquisadores apontaram manifestações do caráter de referente social da fórmula *dominação estrangeira/xenofobia* na paráfrase e em sua circulação. A primeira pode ser atestada em enunciados como “Os estrangeiros são uma carga pesada para nossas instituições sociais”, que comprovam a existência de um tema que cristaliza a fórmula; a segunda, em sua “produtividade lexicológica”, reveladora de que se tornou uma “passagem obrigatória de discursos” (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Avançando em relação ao estudo de Ebel e Fiala, Krieg-Planque propõe “circunscrever o objeto fórmula por meio de suas principais propriedades” (2010, p. 61), quais sejam, o caráter cristalizado, o caráter discursivo, o caráter de referente social e o caráter polêmico. Note-se que dois dos traços apontados já haviam aparecido na pesquisa de Fiala e Ebel (referente social, caráter polêmico), mas a autora volta a eles com novas categorias de análise que permitem abordá-los de forma mais refinada. Vamos discorrer sobre a proposta de Krieg-Planque (2010) apresentando uma pesquisa que desenvolvemos.³

A faxina da Dilma: uma fórmula discursiva?

Ao decidirmos investigar o tratamento dispensado pela mídia (jornais de referência de São Paulo) ao governo Dilma Roussef nos primeiros anos de seu mandato, os discursos sobre o governo Dilma no período, pareceu-nos pertinente montar um *corpus* e analisá-lo levando em conta a noção de percurso, uma unidade não tópica de análise, como propõe Maingueneau (2006). Isso porque constatamos a recorrência da expressão *faxina da Dilma* nos “debates públicos” contemporâneos à realização de nossa

² “Produção e circulação de sentidos nas mídias contemporâneas”. CNPq, processo n. 401485/2011.

pesquisa, levando-nos a eleger a expressão como uma candidata a fórmula discursiva. O referido período, sobretudo o primeiro ano, é marcado por medidas tomadas pela presidente, como a substituição de ministros e altos funcionários do governo, que repercutiram nas mídias como um todo. Tomando por base as reflexões de Krieg-Planque (2010), passamos a observar a expressão, objetivando verificar se se tratava de uma fórmula discursiva.

Em primeiro lugar, procuramos verificar nos textos reunidos (de diferentes gêneros de discurso) se a expressão apresentava um caráter de cristalização. Essa propriedade implica que a fórmula seja sustentada por uma forma significativa relativamente estável que permita identificá-la com uma materialidade linguística particular. Krieg-Planque (2010) ressalta que da necessidade de identificação não deve decorrer uma atitude de análise orientada por um “formalismo absoluto”. Isso porque, como mostrou o trabalho de Fiala e Ebel, a fórmula também existe através de múltiplas paráfrases que ela cristaliza. Além disso, pode ter variantes, que podem corresponder a simples modificações morfológicas ou morfossintáticas, no caso de uma mesma série lexical, ou a operações de comutação (das quais se originam novos sintagmas), no caso de sequências superiores a uma unidade lexical simples.

Em relação à expressão *faxina da Dilma*, percebemos que ela condensava o tema “combate à corrupção”, podendo ser encontrada em paráfrases como “apoio para que ela [presidente Dilma] continue a limpeza e o combate à corrupção”. Além disso, percebemos algumas variantes da expressão (*faxina ética*, *limpeza ética*, *faxina contra corrupção*) que não chegavam a comprometer o caráter estável da fórmula.

Ainda no que diz respeito à cristalização, Krieg-Planque observa que essa propriedade implica concisão, que permite não apenas a circulação da fórmula, sua propagação para “outros quadros”, como também “seu funcionamento como lugar-comum do debate, como significante partilhado” (2010, p. 74). Como mostraremos mais à frente, a expressão *faxina da Dilma* se propagou para outros campos discursivos e configurou-se, no período por nós investigado, como um “índice de reconhecimento” que possibilitava reconhecer a posição ideológica de quem a empregava.

Krieg-Planque ressalta que levar em conta a forma da expressão é fazer uma escolha no que concerne à análise lexical, “é levar a sério cada lexema, considerando-o como um corpo singular irreduzível, considerando que esse corpo se parece com outros corpos que fazem pensar nele” (2010, p. 80). No caso de *a faxina da Dilma*, constatamos que se trata de uma expressão que evoca uma memória no interior do campo político, uma vez que há nela um “parentesco nocional” com o símbolo da *vassoura* que marcou a campanha presidencial de Jânio Quadros.

A segunda propriedade da fórmula proposta por Krieg-Planque é seu caráter discursivo. De acordo com a autora, a fórmula não é uma noção linguística, mas discursiva, isto é, ela “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (2010, p. 81). Seguindo os traços de *a faxina da Dilma*, observamos sua presença na fala de diferentes atores políticos, que se pronunciavam sobre o governo Dilma e sua reforma. O caráter problemático da expressão pôde ser constatado desde sua emergência: havia aqueles que defendiam a faxina; outros que chegavam a questionar sua existência. Assim, pudemos constatar que em 2011, primeiro ano de mandato da presidente, a expressão *faxina da Dilma* circulou no espaço público como objeto de questionamentos.

Da mesma forma, observamos o retorno da expressão no decorrer de 2013, quando ocorre a “volta dos faxinados”, período marcado pela readmissão de políticos que haviam sido afastados do governo e pelo encerramento de investigações sobre casos de corrupção. As seguintes manchetes, ambas do periódico *Folha de S. Paulo*, ilustram a reparação da fórmula: “Após 18 meses, faxina de Dilma deu em nada” (18/3/2013), “Ministro afastado em ‘faxina’ de Dilma comemora fim de investiga es” (06/08/2013).

De acordo com Krieg-Planque (2010), o caráter de referente social e o caráter discursivo são duas propriedades interdependentes da fórmula. A no o de referente social, retomada do trabalho de Fiala e Ebel, traduz o aspecto dominante da expressão em determinado período/espaco sociopolítico. Nas palavras da autora: “como referente social, a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92).

A “notoriedade do signo” pode ser indiciada, por exemplo, pelo aumento da frequência de uso da expressão. Quanto à nossa pesquisa, em seu início, encontramos, no sistema de buscas do Google, 395.000 resultados quando inserida a expressão *faxina da Dilma* na ferramenta de busca. Sem dúvida, a existência de tais ferramentas facilita o trabalho do pesquisador, mas é importante lembrar o papel da interpreta o na constru o do *corpus*. Sobre isso, Krieg-Planque (2011) faz observa es interessantes, chamando a aten o para o fato de não se poder considerar qualquer apari o da expressão como ocorrência da fórmula. A pesquisadora emprega a no o de “interpretante razoável” para fazer referência ao pesquisador, a como deve ser sua “aproxima o” em rela o ao *corpus*: “nem inteiramente invadido pelo já-dito de toda palavra [...] nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 30).

Afirmar que a fórmula é um signo conhecido de todos, implica, também, segundo Krieg-Planque (2011), que ela pode ser atestada em variados tipos de discurso, que sejam múltiplos os lugares de sua emergência. Foi o que constatamos com a expressão *faxina da Dilma*, que, em seu percurso, migrou para outros campos, o campo do humor, por exemplo. As charges abordando a “faxina da Dilma” proliferaram, assim como textos de humor que tratavam do tema da corrup o no governo Dilma e sua “limpeza”. Abaixo aparece um exemplo.



Figura 1. Fonte: *Jornal da Besta Fubana*⁴

Como referente social, a fórmula constitui-se como “uma passagem obrigatória de discursos”, passagem que pode ser observada em manifestações discursivas que revelam uma “imposição da problemática” nos termos de Krieg-Planque (2010?). Quando analisamos o percurso da fórmula *faxina da Dilma* verificamos que os atores do cenário político eram instados a se pronunciar sobre medidas contra a corrupção, alinhando-se ou não em relação à “faxina ética”. No principal partido de oposição, os políticos o faziam de forma reiterada, como mostram as seguintes manchetes: “Alckmin defende que „faxina” seja permanente” (*O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011), “Faxina de Dilma „é fachada”, acusa líder tucano” (*O Estado de S. Paulo*, 14/09/2011).

Por último, Krieg-Planque (2010) discorre sobre a quarta propriedade constitutiva da fórmula, seu caráter polêmico. De acordo com a pesquisadora, “é porque constitui um problema, [...] porque é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais, que a fórmula é objeto de polêmicas” (2010, p. 100). De fato, constatamos que a *faxina da Dilma* configurava-se como uma expressão que nomeava e descrevia o que seria o combate à corrupção no governo Dilma.

Krieg-Planque (2010) destaca como uma das realizações do caráter polêmico da fórmula a recusa de seu proferimento. A análise do percurso da fórmula por nós investigada constatou que os políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a própria presidente Dilma recusavam-se a usar a expressão, contestando a ideia de que haveria uma limpeza no governo, por conta de tal admissão implicar a assunção de que o governo anterior (do presidente Lula) havia sido complacente com a corrupção, havia deixado “sujeira” para o seguinte limpar. Esse “perigo” é explicitado em “Petistas temem que „faxina” de Dilma carimbe gestão de Lula como „corrupta””, manchete de uma das matérias do *Estadão* (18/08/2011).

Assim, a recusa ao proferimento da fórmula *faxina da Dilma* revela o embate em torno da existência do próprio referente: para os políticos da oposição havia uma faxina ética; para os do governo, não havia. Isso nos permitiu constatar que o discurso socio-político é “um discurso que elabora dicionários, nos quais as fórmulas são construídas como novas entradas ou como novos sentidos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 104). O

⁴ Disponível em: <<http://www.luizberto.com/deu-no-jornal/faxina-de-araque>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

dicionário da oposição apresenta uma entrada para *faxina da Dilma*, o dicionário do PT, não.

Dentre os resultados a que chegamos no final da pesquisa, destaca-se a produtividade da noção de percurso no que concerne à montagem e ao tratamento de *corpus* em AD. O mesmo se aplica à noção de fórmula discursiva, que permite não apenas uma entrada no *corpus* selecionado, mas também sua análise, na medida em que a noção se sustenta em um consistente quadro teórico. Em relação à pergunta que abre esta seção, entendemos que a expressão *faxina da Dilma* apresentava as quatro propriedades elencadas por Krieg-Planque (2010); no entanto, o mais interessante não é verificar se uma dada expressão é ou não uma fórmula discursiva, mas apreender os caminhos que percorre no interdiscurso. Em outras palavras, traçar a história de sua emergência e o “mapa” de sua circulação.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos considerações de Courtine (2009) e Maingueneau (2006) acerca da constituição de *corpus* em AD. A partir delas, expusemos o quadro teórico-metodológico no qual se fundamenta o trabalho de Krieg-Planque (2010) sobre fórmulas discursivas. Aproveitamos para apresentar e exemplificar as quatro propriedades constitutivas de uma fórmula, elencadas por Krieg-Planque (2010), com dados de uma pesquisa que procurou analisar os discursos sobre o governo Dilma Rousseff. Nessa pesquisa, selecionamos a expressão *faxina da Dilma* para montar o *corpus* e também para analisá-lo. A escolha mostrou-se produtiva uma vez que verificamos que essa expressão, explicitada ou silenciada, faz parte da história do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Vanice Sargentini (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso*. Quadro teórico e metodológico. Tradução de Luciana Salazar e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 143p.
- _____. Fórmulas e lugares discursivos: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-40.
- MAINGUENEAU, Dominique; CHAREADAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução de Fabiana Komesu (Org.). São Paulo: Contexto, 2002. 555p.
- _____. *Cenas da Enunciação*. Tradução de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Org.). Curitiba: Criar edições, 2006. 181p.

A suave voz do sexo: uma análise dos discursos sobre a sexualidade no jornal feminista *Mulherio* e na grande mídia

(La douce voix du sexe: une analyse du discours sur la sexualité dans le journal féministe *Mulherio* et dans le grand média)

Juliane de Araujo Gonzaga¹, Vanice Sargentini²

¹ Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

² Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

gonzagajuliane@gmail.com, sargentini@uol.com.br

Résumé: Dans cet article, on propose d’analyser discursivement un texte publié dans le journal féministe *Mulherio* (CORRÊA, 1981), qui interroge sur la façon dont le magazine *Capricho* légitime des modèles de normalité et d’anormalité appliqués aux formes de l’organe sexuel féminin. Nous avons pour objectifs de décrire les règles de formation du discours, d’analyser les effets de sens issus des positions-sujets dans ces médias et d’interpréter les procédés de subjectivation du langage d’un point de vue historique. L’outil théorique qui conduira ce travail est celui de l’Analyse du Discours française, en particulier certaines présuppositions, quelques propositions de M. Foucault et J.-J. Courtine, dont la méthodologie d’analyse se sert des conditions historiques d’émergence des énoncés pour décrire les règles de formation des discours et les possibles positions du sujet.

Mots-clés: discours; sexualité; féminisme.

Resumo: Neste artigo, propomos analisar discursivamente matéria publicada pelo jornal feminista *Mulherio* (CORRÊA, 1981), que questiona como a revista *Capricho* legitima padrões de normalidade e anormalidade para as formas do órgão sexual feminino. Nossos objetivos são descrever as regras de formação dos discursos, analisar os efeitos de sentido resultantes das posições-sujeito nesses veículos, e interpretar os processos de constituição do sujeito na linguagem por viés histórico. O aparato-teórico que conduzirá este trabalho é o da Análise do Discurso francesa, mais especificamente, alguns pressupostos de M. Foucault e J.-J. Courtine, cuja metodologia de análise parte das condições históricas de emergência dos enunciados para descrever as regras de formação dos discursos e as possíveis posições do sujeito.

Palavras-chave: discurso; sexualidade; feminismo.

Considerações iniciais

Neste artigo, propomos analisar uma matéria produzida pelo jornal feminista *Mulherio*, que trata exclusivamente do papel da mídia na proliferação de saberes sobre a sexualidade feminina no Brasil na década de 1980. Em um período marcado pelas movimentações da abertura política, as feministas tiveram mais possibilidades de manifestar-se, bem como de aliar suas “lutas específicas” às “lutas gerais” pela anistia e pela redemocratização (PINTO, 2003). À medida que a conjuntura política se modificava, também os costumes, a cultura e a sociedade encaminhavam para formas mais flexíveis de pensar e expressar aspectos da vida privada. Dentre as questões subjetivas, emergiam com mais força as problemáticas privadas das mulheres, que adquiriam o tom “o pessoal é político” (COSTA, 2005, p. 2).

No início da década, surgiu o jornal *Mulherio*, uma nova imprensa feminista¹ que abordou a questão da mulher para as mulheres em geral, expondo suas lutas específicas e atentando para problemáticas da vida privada (contracepção, aborto, casamento, sexo, prazer, etc.). O *Mulherio* foi produzido por jornalistas e pesquisadoras da área de ciências humanas da Fundação Carlos Chagas, de 1981 a 1988, totalizando 38 volumes. Ainda que produzido a partir da academia, expôs temas relacionados ao comportamento, ao corpo e à sexualidade, temas que, segundo Corrêa (2001), passaram a ter mais importância no debate feminista devido às possibilidades e às transformações no cenário político e social da época.

De acordo com Pinto (2003), questões ligadas ao comportamento, aos movimentos de liberalização do corpo e ao exercício da sexualidade desvinculada da reprodução fizeram com que problemáticas específicas do sexo se tornassem temas de discussão no feminismo que se organizou nos anos 1980. Por outro lado, a questão da sexualidade também entrou em pauta na grande mídia da época,² que criou formatos diversos para falar de educação sexual e prazer de forma aberta para as mulheres. E é a partir dessas duas formas de colocar em discurso a sexualidade feminina que encontramos a principal motivação deste trabalho: demonstrar que a sexualidade na grande mídia e no *Mulherio* é enunciada de maneiras diferentes.

Assim, nosso objetivo principal é evidenciar a existência de regras distintas na organização, circulação e produção desse objeto – a sexualidade feminina – em dados veículos de comunicação naquele período específico. Para analisar esses discursos mobilizaremos o método arqueológico de Michel Foucault (2012 [1969]), que se volta para as condições históricas de emergência e formação dos discursos, e a noção de memória discursiva de Jean-Jacques Courtine (2009), que permite entrever os movimentos de retorno, atualização ou transformação dos sentidos. Desta feita, destacamos os seguintes objetivos específicos: (i) demonstrar o funcionamento polêmico e antagônico dos discursos produzidos pelo *Mulherio* em relação aos da revista *Capricho*; (ii) identificar efeitos de sentido ligados ao poder e às posições enunciativas ocupadas pelos sujeitos; (iii) descrever as regras de formação dos discursos a partir das condições históricas de produção; (iv) evidenciar o papel da interdiscursividade nos modos de organização e circulação desses discursos na década de 1980.

Este artigo é uma ramificação de minha pesquisa de mestrado,³ orientada por Vanice Sargentini, que contribuiu fortemente para a metodologia de análise aqui adotada.

¹ Conforme assinala Leite (2003), os primeiros jornais feministas criados no país foram o *Brasil Mulher* (1975-1980) e o *Nós Mulheres* (1976-1978). Esses jornais surgiram no momento em que o movimento feminista brasileiro retomava suas atividades, motivado pelo lançamento da Década Internacional da Mulher pela ONU em 1975. Em virtude do regime militar, esses jornais caracterizavam-se por temas também associados às lutas gerais, tais como a anistia dos exilados políticos e o processo de redemocratização.

² A Rede Globo incluiu no programa TV Mulher (1980-1986) o quadro “Comportamento sexual”, comandado por Martha Suplicy, que tratava de educação sexual para as mulheres. Além disso, havia algumas revistas impressas que, na época, principiavam a falar abertamente sobre sexualidade da mulher, como as revistas *Capricho* e *Carícia* por exemplo (MORAES, 1985 apud GARCIA, 2004, p. 136).

³ E aqui faço referência à dissertação *A suave voz do sexo: as mutações no discurso da sexualidade no jornal Mulherio (1981-1988)*, defendida em 2014 pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, com apoio da Capes.

Incluída na seção “A sexualidade no *Mulherio* e na grande mídia”⁴ da dissertação, a análise que desenvolveremos neste artigo se volta para matéria produzida pelo jornal em 1981, em que há demarcação da posição feminista em relação à revista *Capricho* quanto ao tamanho e à anatomia do órgão sexual feminino. Naquela época, o tema era considerado tabu e até mesmo objeto de normatizações, o que nos leva à hipótese de que os discursos produzidos no jornal *Mulherio* funcionaram como pontos de resistência às práticas de objetivação e às técnicas de biopoder. Visto que o domínio da sexualidade é habitado por relações de poder, cujas técnicas e estratégias centram-se tanto na constituição dos sujeitos quanto na disciplina e normalização dos corpos, este trabalho pode contribuir para a compreensão das práticas discursivas de “politização do sexo” que irromperam no Brasil nos anos 1980.

Entre a língua e a história: o discurso e o sujeito

A Análise do Discurso (doravante AD) trabalha a espessura semântica da linguagem considerando as relações entre língua e história. Para tanto, a AD leva em conta a materialidade da linguagem e sua não transparência, além da impossibilidade de acesso a um sentido escondido “por trás do texto”.

Analisar sentidos está no cerne dos mecanismos e dos processos de significação, isto é, na materialidade linguística, no funcionamento e na historicidade dos discursos. A AD é a disciplina que se ocupa do trabalho de descrição e interpretação dos sentidos, “trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique” (ORLANDI, 2008, p. 21).

Analisar discursos tendo em vista a materialização da história na linguagem relaciona-se à proposta de discurso enquanto estrutura e acontecimento. Assim, os trabalhos de AD evidenciam a articulação daquilo que é da ordem da língua e da ordem da história. O discurso se dá no encontro da estrutura (linguagem) e do acontecimento (história) (PÊCHEUX, 2006).

Os acontecimentos históricos servem de exterioridade constitutiva para a língua, que serve de suporte material para esses processos. Com isso, o discurso é determinado pelos movimentos da história e os sentidos não são fixos como se fossem a “essência das palavras” (GREGOLIN, 2007, p. 20). Analisar discursos é muito mais que interpretar enunciados, é inserir-se na história para compreender as regras de formação e as condições que possibilitaram a irrupção dos discursos numa determinada época e num dado lugar.

Nessa tarefa, é preciso identificar os vestígios deixados pela rede dos discursos que envolvem os sentidos, de modo a percorrer uma trilha de discursos anteriores. E é no sentido dessa trilha que a análise dos discursos verifica a existência de uma *rede interdiscursiva de formulação*, ou seja, a existência de um conjunto de formulações já produzidas e que possibilitam os movimentos dos dizeres (COURTINE, 2009, p. 90). Esse conjunto de formulações já ditas é o que se denomina *interdiscurso*, ou seja, o que condiciona a produção dos discursos, uma vez que são as relações entre eles que permitem retornos, atualizações ou transformações de sentidos (COURTINE, 2009).

⁴ Essa seção encontra-se no terceiro capítulo da dissertação já referida (GONZAGA, 2014, p. 146-173).

Nesse sentido, pensamos a interdiscursividade como uma rede de relações de sentidos históricos, que está imersa num domínio coletivo e social: a memória discursiva. O conceito de memória discursiva é proposto por Courtine para compreender como os retornos, as transformações e os silenciamentos se relacionam com a história. Assim, o autor define: “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas” (COURTINE, 2009, p. 106).

A irrupção de formulações, já existentes em um determinado domínio de memória, forma um conjunto de sequências discursivas que coexistem numa conjuntura histórica específica, o que corresponde ao *domínio de atualidade* de formulações anteriores. O domínio de atualidade inscreve as formulações na *instância do acontecimento* dos enunciados, o que “confere a suas relações o efeito de uma lembrança ou de uma refutação imediatas de formulações presentes em sequências discursivas que se respondem” (COURTINE, 2009, p. 112).

E é ao pensar na existência histórica dos enunciados – e, por conseguinte, pensar o enunciado como materialização dos discursos – que nos voltamos para a postura arqueológica de análise dos discursos, conforme propõe M. Foucault, em *A arqueologia do saber* (2012 [1969]). Essa metodologia de análise implica compreender a formação dos discursos e descrever as condições e as características do “solo histórico” no qual emergem os enunciados. Nos dizeres de Foucault, o enunciado mantém uma relação contínua com outros enunciados, o que configura uma rede de memória e um campo de atualização:

[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal –, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido. (2012 [1969], p. 118)

A possibilidade de descrever um enunciado se relaciona com sua localização em uma posição determinada em um jogo enunciativo. Analisar o enunciado permite identificar suas relações com o passado e suas possíveis relações com o futuro. Os sentidos do enunciado não são evidentes nem transparentes, de modo que para descrevê-los é preciso investigar a rede verbal, o jogo discursivo. O enunciado só pode ser apanhado na trama complexa de produção dos sentidos, o que demonstra a relação do funcionamento enunciativo e a memória em uma sociedade.

Para dar coerência ao enunciado, o sujeito enunciador mobiliza, a partir do interdiscurso, objetos que serão dispostos horizontalmente no nível sintático ou, melhor dizendo, no *intradiscurso*. Desse modo, uma sequência discursiva é produzida a partir da relação entre o interdiscurso (nível vertical/formulações possíveis) e o intradiscurso (nível horizontal/organização sintática do enunciado), por um sujeito enunciador (COURTINE, 2009).

Já a inscrição do sujeito no enunciado se dá pela posição que ele pode ocupar nesse lugar de enunciação, considerando as condições históricas de emergência da sequência discursiva. A posição-sujeito é, então, determinada pela relação entre os acontecimentos históricos e a materialidade; constitui-se pelas possibilidades de ocupar um determinado lugar, numa conjuntura dada, e pelas regras de enunciabilidade que regulam a formação dos enunciados.

Segundo Foucault (2012 [1969]), não importa investigar o que o sujeito quis dizer, mas sim as posições que ele ocupa considerando as condições históricas de produção dos enunciados. O sujeito ocupa possíveis posições de subjetividade que evidenciam e determinam o que ele diz. O sujeito é efeito, portanto, das possibilidades e das condições históricas, pois determinam qual o lugar a ser ocupado por ele.

A análise dos “solos históricos” em que emergem os enunciados pode nos conduzir aos efeitos do discurso nas relações entre os sujeitos. O sujeito está imerso nas relações de poder, porque não faz o que bem lhe apetece fazer, e sim aquilo que *pode*, aquilo que lhe *é permitido* fazer, considerando sua posição ocupada numa determinada sociedade (FOUCAULT, 1996). Nessa espécie de malha do poder, entrevemos microlutas constantes entre os sujeitos. São lutas estratégicas que movem e modificam suas posições, manobras de resistência que lhe permitem romper determinadas relações, instaurando outras em seu lugar. Por isso falar de lutas cotidianas e movência dos sujeitos: as relações de poder estão em constante transformação, seja pelos movimentos de resistência, seja pela mobilidade dos saberes que as sustentam (FOUCAULT, 1995).

E é justamente nesse sentido que, para a Análise do Discurso, interessa estudar as relações de poder; para compreender as posições ocupadas pelos sujeitos nessas relações e o modo como tais posições participam da rede de poderes. A posição-sujeito, num enunciado, pode ser compreendida como possibilidade, entre outras, de constituir-se como sujeito e de imprimir marcas de subjetividade (FERNANDES, 2011, p. 4). Conforme já assinalado, a posição do sujeito não é fixa, e sim mutável, portanto efeito de mobilidades históricas que condicionam e determinam as posições possíveis a serem ocupadas. Se os acontecimentos históricos são determinantes para a organização de lugares, para as possibilidades de posição para o sujeito, podemos dizer, baseando-se nessa microfísica, que o sujeito é histórico.

E é a partir desse pressuposto, de que o sujeito é histórico, que Foucault (1995) propõe investigar os modos como o ser humano torna-se sujeito na sociedade. Para o autor são os modos de “objetivação” que transformam os seres humanos em sujeitos, uma vez que é na condição de objeto a ser detalhado e explicado que o sujeito assume uma forma. Como exemplo desses modos de objetivação, Foucault cita: a objetivação do sujeito do discurso na gramática e na linguística; a objetivação do sujeito produtivo, sujeito que trabalha, no interior das análises econômicas; a objetivação do sujeito enquanto ser vivo na história natural ou na biologia (1995, p. 231).

Outro modo de objetivar o sujeito é atribuir-lhe uma classificação, considerando sua forma em relação às dos demais. É o que Foucault denomina “práticas divisoras”, isto é, práticas nas quais o “sujeito é dividido em relação aos outros”, como, por exemplo, “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (1995, p. 231).

Ademais, o ser humano torna-se sujeito pela possibilidade de constituir-se como sujeito de sua sexualidade, melhor dizendo, a partir do reconhecimento de sua sexualidade. Logo, ao confessar, detalhar, explicar sua sexualidade, tendo em vista as condições históricas e as possibilidades, o indivíduo atribui a si mesmo uma forma, constituindo-se como sujeito de sua própria sexualidade (FOUCAULT, 1995). A constituição do sujeito, nessas condições, tem a ver com o exercício do poder sobre o indivíduo, poder que “liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os

outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Assim, a palavra sujeito pode ser compreendida de duas formas: “sujeito a alguém pelo controle e dependência” ou, ainda, “preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Tanto as práticas de objetivação quanto as de subjetivação implicam formas de poder, pois subjagam e tornam os indivíduos sujeitos *a alguém* ou *a si mesmos*.

Os pressupostos teóricos aqui traçados demonstram uma relação intrínseca entre a língua, a história, o discurso e o sujeito. E é nesse sentido, evidenciado o papel da história na formação dos discursos, bem como nas formas de constituição do sujeito, que se orientará nossa análise. Na próxima seção, veremos como as condições históricas da década de 1980 determinaram as formas atribuídas ao sexo feminino no jornal feminista *Mulherio* e na revista *Capricho*.

A sexualidade feminina no jornal *Mulherio* e na revista *Capricho*

Nesta seção, analisaremos alguns enunciados produzidos na matéria intitulada “Em contraponto, ‘Capricho’ e ‘Mulherio’”, assinada pela pesquisadora Mariza Corrêa (1981, p. 14), em que o jornal pretende expressar seu posicionamento em relação ao tema da sexualidade e às grandes mídias na divulgação desses saberes.

Em contraponto, “Capricho” e “Mulherio”

A pseudoneutralidade pode ser tão perniciosa quanto o preconceito. Um exemplo é a resposta a uma carta publicada na revista *Capricho*, em fevereiro deste ano. Abaixo, a carta, a resposta de *Capricho* e a resposta que daríamos à mesma carta.

“Sou noiva, 25 anos, e adiei o data do casamento. Tudo porque tenho o clitóris muito desenvolvido. Ele é bastante saliente, e os lábios da vagina não o cobrem. Por isso, gostaria de saber se existe alguma operação que acabe com esse problema.”
C.R. (R)

Capricho responde: “Sim. A operação para diminuir o tamanho do clitóris existe (clitoridectomia ou amputação do clitóris). É uma cirurgia relativamente simples, com resultados satisfatórios e praticamente sem complicações. Este crescimento exagerado do clitóris pode ocorrer por uso indiscriminado de medicamentos que contenham hormônios masculinos. Mas também pode ocorrer por um distúrbio hormonal do organismo.

O primeiro passo é fazer uma consulta com um médico ginecologista para um exame completo. Ele poderá dizer se o seu caso é mesmo de operação e lhe fornecerá todas as informações necessárias. Fique

Os meios de comunicação social desempenham, Inegavelmente, um papel de formação da opinião pública, inibindo ou reforçando comportamentos e atitudes. Mas como é que eles têm tratado a questão da mulher?

tranquila, casos como o seu são muito frequentes.”

Mulherio responde: “Sim, esta operação existe: ela foi inventada pelos médicos, no século passado, para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina que fossem consideradas desviantes dos rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres daquela época. A masturbação era então apontada como a causa de várias doenças e o orgasmo muitas vezes definido como uma doença em si mesmo. Ao descobrirem que o clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo da mulher, os médicos criaram no Ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino. Masters e Johnson, em suas pesquisas a respeito da sexualidade, mostraram que a remoção da extremidade do clitóris, que possui nervos ligados ao sistema nervoso geral do corpo, leva à perda da sensibilidade erótica na mulher e pode conduzir à frigidez nas relações sexuais. Quando as mulheres começaram a discutir sobre seu corpo a partir de suas próprias experiências, e não mais guiadas pelos manuais médico-ginecológicos, a redescoberta do clitóris como fonte de prazer foi uma conquista importante. Outra foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher — como varia o volume das seios ou a largura dos quadris. Assim, o que se costuma chamar de “crescimento exagerado” do clitóris pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todos as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal. Pode ser também a expressão da confusão que a presença deste órgão feminino, tão parecido com o pênis mas tão diferente dele, causa na cabeça dos homens.”

Mariza Corrêa

Notas

08 DE MARÇO NA IMPRENSA PAULISTA

— Já vão longe os tempos em que as feministas eram pintadas pelos meios de comunicação como exóticas “queimadoras de suídas”. Ainda persistem comentários ridicularizantes isolados, mas eles não constituem mais a nota dominante. Um exemplo disso foi a cobertura da comemoração do 8 de março pela imprensa paulista e pelas publicações de circulação nacional.

Entre os diários, a Folha de S. Paulo destacou-se com a melhor cobertura, confirmando, assim, ser leitura obrigatória de todas as pessoas que se interessam pela questão da mulher. Além de editoriais, artigos, e reportagens, dedicou um número do Faltim inteiramente ao assunto. O Estado de S. Paulo, por sua vez, destacou-se com a pior cobertura. Numa demonstração de desleixo ou ignorância, chegou ao ponto de trocar informações ou dar informações erradas, o que surpreende num órgão tão cioso da confiabilidade de suas matérias. Por exemplo, atribuiu a organização do Congresso da Mulher Paulista num dia o uma inexistente Sociedade Brasileira da Mulher, em outro dia, ao PT. Assim, quem consultar seus valiosos arquivos no futuro terá uma visão completamente equivocada dos fatos.

As revistas de grande circulação, Veja e Isto É, dedicaram duas matérias cada uma ao Congresso, destacando especialmente os problemas causados pela realização de um encontro paralelo no Picoembu. Na imprensa alternativa, Movimento esteve à frente pela qualidade e pela quantidade de material publicado (números 293 e 298). Em Tempo, Voz da Unidade e O Trabalho também dedicaram extensas matérias ao evento, com predomínio para a análise política do Congresso. Na imprensa ligada a instituições, O São Paulo, do Cúria Metropolitana, deu uma boa cobertura; enquanto na imprensa de bairro destacou-se a Gazeta de Pinheiros. Na televisão, o melhor trabalho sem dúvida

Figura 1. *Mulherio*, v. 1, 1981, p. 14.

Atentando inicialmente para a diagramação dos enunciados, vemos que a matéria é publicada em um espaço demarcado no canto superior esquerdo com o termo “imprensa”.⁵

Além disso, destacamos que a matéria principal está disposta abaixo de um enunciado em destaque que introduz o tema [Os meios de comunicação social desempenham, inegavelmente, um papel de formação da opinião pública, inibindo ou reforçando comportamentos e atitudes] e ao lado de uma nota que comenta os modos de divulgação do “8 de março” na imprensa paulista.

As duas matérias abordam, então, o papel de outras mídias na divulgação de saberes específicos, e produzem discursos que questionam essas práticas. Em função do tema proposto, nossa análise se centrará na matéria principal que compara os pontos de vista da revista *Capricho* e do jornal *Mulherio* sobre a “questão da mulher”.⁶

Observemos, inicialmente, alguns enunciados que antecedem o “contraponto” entre os dois veículos.

- (01) Em contraponto, *Capricho* e *Mulherio*: a pseudoneutralidade pode ser tão perniciosa quanto o preconceito. Um exemplo é a resposta a uma carta publicada na revista *Capricho*, em fevereiro deste ano.

No enunciado (01), a posição ocupada pelo sujeito – o sujeito fala a partir de um jornal feminista – permite a assertiva de que os meios de comunicação social participam da formação da opinião pública e, mais, que, em função do lugar que ocupam socialmente, têm a possibilidade de “inibir” ou de “reforçar” atitudes e comportamentos. Considerando o emprego do advérbio “inegavelmente”, podemos interpretar o conteúdo do enunciado como um saber que já nos é dado, portanto prática já compartilhada, que determina efeitos de sentido. Tratando-se de um jornal *feminista*, podemos interpretar a posição ocupada pelo sujeito como um lugar histórico que materializa uma série de lutas e acontecimentos anteriores, produtores de discursos combativos a práticas conservadoras em relação às mulheres. Junta-se a isso o papel da mídia de modo geral na formação das práticas discursivas, cuja posição se insere de forma dispersa nas relações entre os sujeitos e nas formas de interpretar os acontecimentos do cotidiano. Essas constatações nos levam ao funcionamento do discurso, pois evidencia os efeitos de sentido resultantes das posições do sujeito e o caráter polêmico do discurso. Assentamos, assim, nossa compreensão da ordem discursiva: todo discurso é organizado, selecionado e redistribuído conforme os procedimentos de controle e a posição ocupada por seu sujeito (FOUCAULT, 1996).

Sobre o funcionamento dos discursos da mídia podemos dizer que são marcados por relações de saber-poder, que se articulam e definem quem pode falar a partir desse lugar, o que é determinante para a produção dos sentidos. O enunciado (01) evidencia,

⁵ É importante ressaltar que essa não é uma seção permanente do jornal. A demarcação “imprensa”, apesar disso, é significativa, pois imprime na materialidade linguística as relações de alteridade entre o *Mulherio* e as demais mídias na época, o que colabora para a constituição do sujeito que enuncia a partir de um lugar específico, a imprensa feminista.

⁶ A chamada da matéria expressa linguisticamente “a questão da mulher”, dando um tom mais generalizante à discussão que Corrêa promove. Entretanto, a matéria elucidará, posteriormente, que tratará das distintas formas do órgão sexual feminino – o clitóris – e suas regras de aceitação na sociedade.

nesse sentido, o caráter polêmico do discurso na oposição marcada entre *Capricho* e *Mulherio*. O “contraponto” entre os dois veículos dá a ver posições antagonistas, assim como estratégias e determinações discursivas distintas. E é a partir dessa oposição que podemos verificar no enunciado uma relação de alteridade, que contribui para a constituição dos sujeitos implicados na enunciação.

Dessa forma, podemos identificar uma alteridade representada “pela qual o dizer, reflexivamente, pelas formas observáveis, dá lugar nele mesmo a emergências desses dois outros” (AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 7). Assim, a representação marcada do *Outro* permite relacioná-lo a dizeres anteriores e, por conseguinte, faz emergir suas posições no interdiscurso, na exterioridade discursiva dos já-ditos possíveis de atualização no interior do enunciado.

Visto que o sujeito não é a fonte nem a origem de seu dizer, e sim “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”, (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 115), observarmos que o sujeito do enunciado assume uma determinada posição no jornal *Mulherio*, situando-se em lugar distinto daquele ocupado na enunciação pela revista *Capricho*. A partir dessa oposição, o sujeito atribui ao *Outro* um discurso marcado por uma “pseudoneutralidade”, cujos efeitos são “perniciosos” e “preconceituosos”.

Assim, podemos identificar uma relação do tipo [Se *Capricho* é *x*, *Mulherio* é *y*], que pode ser compreendida da seguinte maneira: se a *Capricho* é pseudoneutra, e por isso pernicioso e preconceituoso, o *Mulherio* não imprime neutralidade em seus discursos, não sendo pernicioso nem preconceituoso. Ainda os efeitos de sentido: a “neutralidade” produz objetos negativos, disfóricos. Ao assumir a não neutralidade do discurso, *Mulherio* se posiciona antagonicamente a esses “perigos”, constituindo-se, portanto, como lugar que exprime certeza e características positivas.

Vejamus sequências discursivas que manifestam a posição dos dois veículos em relação a um tema específico. Uma delas emerge na revista *Capricho*, sob a forma de resposta à carta de uma leitora, que pergunta sobre a existência de alguma cirurgia que diminua o tamanho do órgão sexual feminino, o clitóris; isso porque a leitora mostra inquietação por ter um clitóris “muito desenvolvido” e “bastante saliente”. Em seguida, observemos a resposta produzida pelo jornal *Mulherio* para a mesma questão. Sequências discursivas (02) e (03):

- (02) *Capricho* responde: “Sim. A operação para diminuir o tamanho do clitóris existe (clitoridectomia ou amputação do clitóris). É uma cirurgia relativamente simples, com resultados satisfatórios e praticamente sem complicações. Este crescimento exagerado do clitóris pode ocorrer por uso indiscriminado de medicamentos que contenham hormônios masculinos. Mas também pode ocorrer por um distúrbio hormonal do organismo.
- (03) *Mulherio* responde: “Sim, esta operação existe: ela foi inventada pelos médicos, no século passado, para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina que fossem consideradas desviantes dos rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres daquela época. A masturbação era então apontada como a causa de várias doenças e o orgasmo muitas vezes definido como uma doença em si mesmo. Ao descobrirem que o clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo da mulher, os médicos criaram no Ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino”.

A resposta da revista *Capricho* é favorável à questão da leitora, afirmando a existência desse tipo de cirurgia chamada “clitoridectomia” ou “amputação do clitóris”. A cirurgia tem “resultados satisfatórios”; logo, se tal procedimento é considerado “satisfatório”, pressupõe-se a existência de padrões para o que é aceitável ou não, e a necessidade de estar em conformidade com eles. É possível notar aí, no discurso da revista *Capricho*, a emergência de um discurso que considera desviante o clitóris que tenha “crescimento exagerado”.

As materialidades linguísticas da revista permitem identificar sentidos ligados a práticas que se inserem no domínio da *anomalía*. O modo como se organiza o discurso possibilita compreender o crescimento “exagerado” do clitóris como evidência de forma sexual desviante dos padrões aceitáveis em sociedade. Esse acontecimento permite compreender, ainda, ecos de uma memória discursiva ligada ao sujeito “hermafrodita” cuja anatomia é desviante dos padrões corporais e que, por isso, é considerado “monstro” (FOUCAULT, 2002, p. 89).

Já nas sequências discursivas em (03), o *Mulherio* aponta para as práticas de disciplinarização e normalização do corpo – “ela [operação] foi *inventada* pelos médicos, no século passado, para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina [...]” –, situando-se em posição antagônica à *Capricho*. Efeitos de sentido de oposição podem ser compreendidos também pela mobilização de dizeres anteriores, ou seja, pela atualização de uma memória discursiva relacionada aos saberes médicos sobre a “manifestação da sexualidade feminina desviante” no século passado, que contribuíram para a disseminação de “rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres”.

Além disso, o discurso produzido pelo jornal constitui a prática cirúrgica para curar uma anomalia sexual como “invenção”. Os sentidos dessa materialidade – invenção, criação, produto – estão diretamente relacionados às práticas de objetivação do sujeito, que visam a moldar-lhe, dar-lhe uma dada forma entre outras, atribuir-lhe uma aparência.

Esses padrões circulam descontinuamente através da história, pois podemos verificar a produção desses dizeres dispersos em distintas épocas. No contexto da década de 1980, os saberes que são atualizados na resposta do *Mulherio* são aqueles que constituíram, anteriormente, a masturbação como causa de doenças e o orgasmo como a própria doença. A atualização desses sentidos nas sequências discursivas (03) faz, ainda, menção a um acontecimento discursivo: a descoberta de que o “clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo da mulher”. Consideramos acontecimento discursivo, pois modificou uma série de práticas anteriores ditas conservadoras e instaurou um novo regime de enunciabilidade, segundo o qual também é permitido à mulher o acesso ao prazer. Logo, esse enunciado marca linguisticamente uma posição enunciativa oposta àquela que legitima a normatividade médica sobre o órgão sexual. Em contraponto à noção de clitóris como fonte de moléstias e anormalidades, o *Mulherio* o constitui como fonte de prazer para as mulheres.

Se nos discursos produzidos pela revista *Capricho* as “sexualidades desviantes” eram interditas e corrigidas, nos do jornal *Mulherio*, vemos a modificação nos modos de organização e circulação desses saberes. Nas regras dessa ordem discursiva, o discurso da sexualidade só podia circular, antes, a partir de lugares institucionalizados e autorizados a corrigir seus desvios como a medicina, por exemplo. Sendo assim, a emergência de dizeres que se opõem às normas e ao desvio corporal, em um jornal feminista, permite

compreender os discursos do *Mulherio* como pontos de resistência ao exercício de práticas disciplinares e normalizadoras.

Podemos interpretar ainda os efeitos de sentido resultantes das mudanças históricas no que concerne à sexualidade da mulher. Ao analisar as sequências discursivas (04), podemos verificar um movimento de transformação no domínio dessa memória discursiva:

- (04) Quando as mulheres começaram a discutir sobre seu corpo a partir de suas próprias experiências, e não mais guiadas pelos manuais médico-ginecológicos, a redescoberta do clitóris como fonte de prazer foi uma conquista importante. Outra foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher – como varia o volume dos seios ou a largura dos quadris. Assim, o que se costuma chamar de “crescimento exagerado” do clitóris pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal.

Comparadas às sequências em (02), em que as “sexualidades desviantes” eram constituídas via interdição e correção, nestas sequências discursivas vemos um princípio de transformação nos modos de organização e circulação desses saberes. As posições enunciativas divergentes e as mudanças históricas materializam novas regras de formação dos discursos naquele período. Segundo tais regras tornou-se possível para as mulheres “discutir sobre seu corpo a partir de suas próprias experiências”, desvinculando-se da medicina, dos “manuais médico-ginecológicos” e promovendo resistências por meio da “redescoberta do clitóris como fonte de prazer”.

A mudança de regras nesse sistema de enunciabilidade, contudo, não implica uma transformação total, capaz de apagar ou silenciar os saberes relacionados à interdição e à normalização. O que ocorre é uma relação de coexistência entre discursos mais tradicionais e aqueles que são ligados à possibilidade de prazer para as mulheres, ou seja, ambos os discursos habitam essa interdiscursividade. Apesar disso, compreendemos que a emergência de discursos de “liberação sexual” junto àqueles “tradicionais” contribuem para um efeito de embate e refutação e, por conseguinte, para a constituição de resistências locais nesses jogos de poder.

Outro saber que é materializado nessas sequências vincula-se à possibilidade de anatomias distintas entre as mulheres. Ainda que a norma padronize uma determinada anatomia para o clitóris, emerge nesse período o discurso que defende a diversidade de formas e volumes do órgão. Como exemplo temos o enunciado “o que se costuma chamar de ‘*crescimento exagerado*’ do clitóris pode ser simplesmente uma *tentativa de reduzir* todas as mulheres a um mesmo *padrão de conformação corporal*”, que materializa claramente o sistema de disciplina-normalização tão difundido na sociedade. Esse conjunto de enunciados produzidos neste lugar (na imprensa feminista), na década de 1980, reforça a produção de efeitos de sentido que instauram pontos de resistência locais, proliferando saberes que “disciplinam” e “normatizam” o corpo (FOUCAULT, 2002, p. 299).

A partir dessas análises, concluímos que os discursos produzidos a partir do lugar ocupado pela revista *Capricho* – uma revista de grande circulação e de tom mais “conservador” – têm como regra de formação uma série de práticas anteriores que reforçam a necessidade de correção e disciplina do corpo “anormal”. Em contrapartida, no lugar a partir do qual enuncia o jornal *Mulherio* – imprensa de pequena circulação e de tom feminista – os discursos têm possibilidade de emergir na forma de resistências locais que, por menor que sejam, evidenciam a “vontade de saber” a sexualidade como condição e efeito do poder e do controle sobre o próprio corpo.

Considerações finais

Neste trabalho, descrever como o *Mulherio* se posicionou enunciativamente em relação à revista *Capricho* foi relevante para compreendermos modos de discursivização da sexualidade feminina nos anos 1980. Foi relevante, sobretudo, para identificarmos o tom da voz assumida por esse jornal naquela época: uma voz não tão suave⁷ quanto à da grande mídia, por exemplo, pois imprimiu oposição forte e ativa nas materialidades linguísticas aqui analisadas. Ao opor-se às normalizações materializadas no discurso da revista *Capricho*, o jornal deu a ver regras históricas que regulam a forma e os usos do órgão sexual feminino, ou seja, que o objetivam e o categorizam como “normal” ou “anormal”.

Pensando no papel da memória discursiva e do interdiscurso na formulação dos enunciados, podemos dizer que, de lá para cá, a distribuição dessas formas de objetivar o órgão sexual feminino modificou-se de certa maneira. Isso implica pensar que, na contemporaneidade, um veículo midiático como a revista *Capricho* não tem mais condições de produzir discursos que normalizam o tamanho do sexo das mulheres. As regras discursivas atuais, no que tange à sexualidade, ligam-se muito mais às dicas de bom desempenho sexual e ao esclarecimento de especificidades do sexo para as jovens mulheres. Isto é, a revista *Capricho*, na atualidade, produz enunciados que explicam e detalham determinadas maneiras de assumir-se como sujeito de sua própria sexualidade: produzem subjetividades distintas daquelas no início de 1980.

Como vimos aqui, naquela época, a subjetivação de uma sexualidade livre e a resistência a discursos conservadores teve possibilidade de emergência num jornal feminista e não numa revista feminina de grande circulação. Dentre inúmeras vozes dispersas na história, podemos dizer que a do *Mulherio* teve papel importante nessa ordem discursiva, pois foi possível falar de direito das mulheres ao prazer justamente em função da condição feminista. Em suma, para poder refutar o padrão normal era necessário falar a partir desse lugar específico, ou seja, do lugar do *feminismo* e da *minoría*, visto que na grande mídia as possibilidades de discurso seguiam uma regulação rígida do corpo e uma espécie de cartilha de educação sexual.

É interessante notar, também, que o discurso do “seja como você é” emerge no *Mulherio* pelo menos vinte anos antes de tornar-se prática de subjetivação comumente adotada por algumas revistas especializadas no público feminino.⁸ Assim, concluímos que o *Mulherio* materializa sentidos históricos da sexualidade feminina, demonstrando que o corpo da mulher acompanha os movimentos da história, da cultura e da política no país.

⁷ A relação entre “suave” e “não tão suave”, marcada no título e, agora, na conclusão, pode ser compreendida se observarmos os processos históricos de constituição do sujeito. Esses distintos “tons” de voz se justificam pela mudança de postura desse grupo de mulheres feministas. Antes inscritas em um conjunto de regras rígidas, essas mulheres, na função sujeito, organizaram seus dizeres em pontos dispersos de resistência, que culminaram em transformações nos modos de assumir-se como sujeito de sua sexualidade e de seu próprio corpo.

⁸ Como exemplo podemos citar as revistas *TPM* e *Gloss*, cujos conteúdos privilegiam a diversidade e a quebra de tabus como estratégia de identificação entre um público de mulheres que se subjetivam como livres e independentes.

Por fim, confirmamos a hipótese inicialmente lançada, uma vez que verificamos que a posição enunciativa assumida pelo jornal (pequena mídia impressa feminista) permite identificar um sistema de enunciabilidade bastante distinto daquele da grande mídia. A posição-sujeito do *Mulherio* faz aparecer relações de poder dispersas, materializadas em jogos de imagens e enunciados, que *atualizam, repetem e refutam* sentidos ligados ao corpo e à sexualidade femininos no interior de uma dada memória discursiva. Os enunciados são habitados por uma série de formulações outras, por traços de uma memória coletiva – a normalização e disciplinarização do corpo da mulher – que possibilitam e condicionam dizeres de resistência, refutação e transformação em relação a enunciados anteriores.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – coração do dizer. Tradução de Leci Borges Babisan. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 6-20, jan./mar. 2011.
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.
- _____. Em contraponto, “Capricho” e “Mulherio”. *Mulherio*, São Paulo, v. 1, p. 14, 1981.
- COSTA, A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Labrys Estudos Feministas*, Brasília, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>>. Acesso em: 31 out. 2013.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, EDUFSCar, 2009. 250 p.
- FERNANDES, C. Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault. *Laboratório de estudos discursivos*, Uberlândia, ano 2, n. 1, p. 1-19, 2011.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969]. 254 p.
- _____. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 479 p.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura F. A. Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 74 p.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.) *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.
- GARCIA, M. R. V. As revistas para adolescentes. In: _____. *Virgindade e iniciação sexual entre as adolescentes brasileiras*. São Paulo: Arte & Ciências, 2004. Cap. 6, p. 133-138.
- GONZAGA, J. A. *A suave voz do sexo: as mutações no discurso da sexualidade no jornal Mulherio (1981-1988)*. 2014. 206 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística. Área de concentração: Linguagem e Discurso) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo da ESPM*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.
- LEITE, R. S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da Imprensa Feminista Brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

O dedo do Lula e a derrisão

(Lula's finger and derision)

Lígia Mara Boin Menossi de Araujo¹

¹Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

ligiamenossi@gmail.com

Abstract: We aim to reflect on how the image may promote derisive humor discourse, in order to find its verbal-visual homology. The reason is that, when we observe our analytical corpus, we understand that the abnormal body can be the major source of derision and this is the hypothesis we want to check. To that end, we will base our theoretical and methodological work on ideas euhemerized by Courtine (2008b), Mercier (2001), and other language scholars. Furthermore, we provide a brief description of the analytical material consisting of a slide extracted from the video montage titled *Lula Chama Eleitorado de Viado e Rejeita Comida em Aerolula* (stored on YouTube's servers), whose derisive speech targets former president Luis Inacio Lula da Silva.

Keywords: Abnormal Body; Derisive mood; *YouTube*.

Resumo: Temos como objetivo refletir de que modo a imagem pode promover o discurso humorístico derrisório a fim de encontrar sua homologia verbovisual. Isso porque, ao observarmos nosso *corpus* analítico, compreendemos que o corpo anormal pode ser o grande produtor da derrisão e é essa a hipótese que pretendemos verificar. Para tanto, fundamentaremos nosso trabalho teórica e metodologicamente nas proposições evemerizadas por Courtine (2008b), Mercier (2001) e demais estudiosos da linguagem. Em seguida, faremos uma breve descrição do material de análise que é composto por um *slide* extraído da videomontagem intitulada *Lula Chama Eleitorado de Viado e Rejeita Comida em Aerolula*, abrigada no *site YouTube*, que tem como alvo do discurso derrisório o ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: Corpo anormal; Humor derrisório; Lula; *YouTube*.

Introdução

É na quebra de expectativa que o humor alicerça suas bases para contestar determinadas ideias ou posicionamentos, para isso ele recorre a alguns mecanismos discursivos para construir o sentido e transmitir a opinião desejada. Uma de suas mais marcantes características é chamar a atenção do leitor para determinado tema polêmico. Julgamos que seja pelo fato de ele permitir que se diga ou aponte algo que não seria “dizível” seriamente. Assim, além de fazer rir, seu atrativo também pode ser a surpresa, a imprevisibilidade dos fatos, a possibilidade de vermos o mundo sob outra perspectiva e, desse modo, ele abre caminhos para se pensar diferentemente.

Todo esse movimento promovido pelo discurso humorístico é arquitetado por discursos verbais e não verbais como os que encontramos em nosso *corpus* de análise, uma videomontagem do *YouTube*. Essa materialidade imagética possibilita a construção do discurso humorístico em textos multimodais, todavia nosso primeiro questionamento assinala para um ponto mais específico, isto é, por tratarmos de videomontagens humorísticas caracterizadas por um humor derrisório e nelas encontrarmos imagens daquele que é alvo da derrisão, o ex-presidente Lula, nos perguntamos como essas imagens podem contribuir para a construção da videomontagem e da derrisão.

Ao contemplarmos o material de análise, nosso objetivo é refletir como a imagem pode promover a derrisão a fim de encontrar sua homologia verbovisual; ao longo da observação, notamos que o corpo anormal pode ser o grande produtor da derrisão e é essa a hipótese que pretendemos verificar neste trabalho. Logo, especificamente, temos como objetivo verificar em que medida o corpo é motivador do discurso derrisório.

Para trilharmos o caminho a que nos propomos, traremos, no primeiro momento, alguns aparatos teóricos evemerizados por Courtine (2008b), Mercier (2001) e demais estudiosos da linguagem que tragam alguma contribuição para esta reflexão. Em seguida, faremos uma breve descrição do material de análise que é composto por um *slide* extraído da videomontagem intitulada *Lula Chama Eleitorado de Viado e Rejeita Comida em Aerolula*¹ abrigada no *YouTube* tida como humorística e que tem como alvo do discurso derrisório o ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

Mas o que é derrisão?

Segundo a perspectiva argumentativa de Simone Bonnafous, a derrisão é “a associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria” (2003, p. 35). Je Marie Le Pen, político francês da extrema-direita, faz uso dessa ferramenta argumentativa com jogos de palavras de “efeito injurioso”, ele denigre e ridiculariza a todos aqueles que considera adversários, muitos deles jornalistas, e manipula o auditório ou os leitores pelo riso ou por uma admiração conseguida pela capacidade inventiva de utilizar a linguagem, evitando e atenuando alguns possíveis embates ao se abrigar na brincadeira. Seu maior alvo são os pensamentos, a política e os programas de seus adversários e, para denegri-los, o líder de extrema-direita tem como arma favorita a derrisão para poder convencer os eleitores do seu carisma e, principalmente, da sua honestidade e transparência.

O ridículo e a derrisão, segundo Nelly Feuerhahn (2001), têm como ponto em comum o desprezo, o fato de subtrair do objeto a sua valorização, excluindo os objetos sociais desprezíveis, por isso o riso da derrisão é um riso sobre objeto que se desvaloriza. Rir dele é se colocar à distância e assim acontece um duplo movimento: de um lado reforçam-se bem os valores negativos a um objeto e, de outro, coloca-se a distância do mesmo. Sua dimensão atinge uma configuração de contestação de princípios que são largamente aceitos, mas que “devem” ser contestados. Assim, o que mais interessa na derrisão é esse movimento discursivo de contestação de valores que circulam em determinado momento sócio-histórico como honestidade e transparência.

Na França, em 2001, a derrisão foi tema da revista *Hermès* intitulada *Dérision – Contestation* – sob a coordenação de Arnaud Mercier –, consolidando a vontade dos estudiosos em torná-la uma subdisciplina. Isso porque a derrisão é praticada na fala de uma maneira mais regular do que se possa admitir; além disso, comporta uma competência socioemocional muito maior do que parece à primeira vista. Para explanarmos mais alguns aspectos derrisórios, faremos, a seguir, uma sucinta exposição do que pensa o estudioso acerca desse tipo de discurso.

Segundo Mercier (2001), a derrisão possui virtudes revolucionárias inegáveis porque é capaz de associar perspectivas de resistências sociais e individuais revelando uma

¹ Lula Chama Eleitorado de Viado e Rejeita Comida em Aerolula. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T7xQratTckA>>. Acesso em: 6 abr. 2014.

dialética entre contestação e regulação. Na contestação, ao ritualizar seu discurso, ela se utiliza de uma violência simbólica eminentemente verbal que freia, parcialmente, as possibilidades de questionamentos mais violentos que possam surgir dos poderes objetados; de maneira elegante, serve como recurso criativo para incidir contra as convenções tidas como extremamente rígidas. Como regulação, ela pode, ao ser tolerada e controlada pelo poder, contribuir para a perenização dos sistemas de dominação, de seus valores e códigos culturais.

O autor discute que o indivíduo em sociedade tornou-se obrigado a respeitar muitos códigos de comportamento, o poder e suas instituições monopolizaram a violência sendo que essas instituições têm por missão ordenar e dirigir a agressividade natural, isto é, a vida em sociedade impôs uma reformulação da violência por meio de um “acordo”: o abandono da agressividade individual em troca da garantia de segurança proporcionada coletivamente pelo poder. Contudo, esse potencial de violência veementemente alimentado pela ansiedade pode ser reprimida ou diminuída se as reações hostis forem investidas em outro lugar, mas, de alguma forma, considerado tolerável. Liberar a agressividade de maneira socialmente aceitável é o que permite os recursos da derrisão ao permitir que se diga sem sofrer a censura apelando à criação de um princípio de prazer transgressor tolerável (MERCIER, 2001). Portanto, tornar algo em derrisão, em riso, é um meio de liberar aquela agressividade contida, supostamente inexprimível.

Diríamos que a derrisão se apresenta ora como um jogo, ora como algo que não se pode aprisionar, pois não é possível percebê-la na sua totalidade. Isso porque ela é mutante; e, por isso, torna-se uma forma socialmente aceitável de exprimir a agressividade. “De fato, o humor permite dizer ou sugerir ideias desagradáveis, sem medo de represálias ou reações violentas”² (ZIV; DIEM, 1987, p. 17 apud MERCIER, 2001, p. 11, tradução nossa).

Expressar-se por meio da derrisão é um ato e então uma prova de existência do indivíduo em sociedade. Em virtude desse fator, ela está relacionada fundamentalmente à afirmação de si. O ser humano quer marcar sua superioridade visto que teme ser dominado, se sentir inferior, dar provas de sua não submissão; para isso, ele escolhe uma vítima, elenca qualidades desvalorizantes de acordo com a identidade de cada uma e o sentimento de superioridade. Para tanto, os indivíduos se agrupam para compartilhar dessa ferramenta contra a ansiedade e, assim, ao escolherem um *bode expiatório*, atuam derrisoriamente por uma temática que fortalece e reafirma a identidade do grupo devido aos valores que se tem em comum para então incidir sobre o alvo salientando que ele não é parte integrante da coletividade que pretende afirmar-se (MERCIER, 2001). O que irá variar no alvo escolhido são as piadas que podem ser de caráter profissional, sexual, regional, nacional, étnico, religioso, moral.

Além da reafirmação de pertencimento a determinados grupos já existentes, a derrisão propõe ao seu auditório a comunidade do riso que permite uma identificação positiva daqueles que têm senso de humor. Ela se assemelha a uma comunicação libertadora que inaugura uma comunidade do riso composta por indivíduos que entendem os mesmos fatos, que têm um mesmo sistema de valores e um mesmo repertório de humor. A carac-

² No original: “En effet, ‘l’humour permet de dire ou de suggérer des idées désagréables, sans avoir à redouter ni réactions violentes ni représailles” (ZIV, Avner; DIEM, Jean-Marie. *Le sens de l’humour*. Paris: Dunod, 1987).

terística de liberdade da derrisão possibilita o nascedouro de uma forma de expressar-se com criatividade. Expressar-se pela derrisão é, na verdade, uma maneira de se afirmar contra, a fim de debochar sobre outra coisa, sobre uma visão renovada, sobre uma criação diferente (MERCIER, 2001).

Outra característica que envolve a derrisão é a noção de catarse que também está ligada à liberação da agressividade. Essa questão pode ser tomada como primordial e preponderante para uma determinada ordem social já que, ao liberar-se pela agressividade, o indivíduo pode canalizar frustrações que seriam expressas por meio da violência e pode, também, com o intuito de afirmar-se socialmente, utilizar os mecanismos derrisórios acalmando atitudes que poderiam ser reprovadas. A catarse – que também funciona de modo agressivo – é levantada por Mercier (2001) como fundadora da derrisão; contudo, ela diferencia-se da noção pura de agressividade citada acima porque ela seria a resposta vingativa a uma colocação feita anteriormente. O produtor do discurso derrisório teria uma reação para denegrir o alvo que o incitou em algum momento. É o caso já citado de Je Marie Le Pen, político francês da extrema-direita que tem como vítimas das suas estratégias de derrisão os jornalistas, pois ele visa a subtrair-lhes a credibilidade e ao mesmo tempo escapar de questões embaraçosas elaboradas e colocadas por eles (BONNAFOUS, 2003).

Vista sob o viés psicanalítico (MERCIER, 2001), a catarse pode ser entendida como o mecanismo de trazer à consciência estados afetivos e frustrações instaladas no inconsciente e, por conseguinte, é capaz de liberar sintomas associados a esse bloqueio. De alguma maneira, permite um prazer ligado à transgressão, um não respeito ao tabu; em suma, o ser humano é levado a reprimir seus impulsos. Todavia, a derrisão autoriza o indivíduo a exprimir de forma indireta e socialmente aceita seus impulsos. A *energia psíquica* utilizada para bloquear esses impulsos é exteriorizada ao se produzir o riso.

Para poder entender a catarse, diríamos que devemos associá-la à noção de liberação da agressividade como forma de purificar o indivíduo, produzir uma sensação de alívio. É o que se pode chamar de cômico grave – que gera um grande prazer –, sendo que quem sente esse prazer é somente aquele que praticou a transgressão. Seu objetivo, portanto, seria levar o indivíduo ao equilíbrio, ao bem-estar de um sistema social; é uma forma de evoluir aquilo que supostamente não se poderia tirar do lugar. Chega-se, então, à questão da regulação social, e uma das formas para que ela aconteça é a partir da reflexão por meio da contestação, é um modo de não se usar a violência física convidando os indivíduos a compreenderem a agitação em torno do alvo (MERCIER, 2001, p. 14).

Portanto, é possível considerar que a derrisão seja, sem dúvida, um bom equilíbrio de um sistema social, dilacerado pelas demandas do assujeitamento social e sempre ameaçado por uma deriva destrutiva. Isso porque o riso associado à fixação em derrisão não procura somente desestabilizar as normas e os valores sociais; pelo contrário, o riso tem uma função de corretor social, ele também apoia as convenções (BERGSON, 2004). Diríamos então que o riso aprova aquilo que está muito distante das normas sociais, como não respeitar as convenções, mas também, como regulador social, ele traz a norma de volta, isto é, impõe um enrijecimento contra a fluidez da vida social (MERCIER, 2001) sendo esta a fonte do cômico que se “propõe” construir.

Muitos valores humanos são alvo constante dos discursos derrisórios e por isso o riso da derrisão exerce uma dinâmica socioemocional em que a violência desempenha

efeitos variáveis sobre as trocas que ocorrem; isso abre um vasto campo de análise. As linhas que permitem analisar a lógica derrisória *são particularmente ambíguas e a* ambiguidade dos fatos se apresenta quando algo pode significar dependendo do Outro. É por isso que a derrisão possui um poder de revolução inegável, é subversiva. Torna-se conveniente não subestimar sua capacidade de suscitar resistências sociopolíticas, pois a derrisão é arma contra algumas convenções julgadas muito rígidas em uma sociedade; ao contrário, também pode contribuir para a solidificação dos valores culturais dominantes (FEUERHAHN, 2001).

Por meio desse paradoxo, podemos observar a ambiguidade que se instala na derrisão já que ela pode abrandar determinadas normas sociais e exaltá-las quando imperioso para a consolidação relativamente momentânea de determinados fins. Há uma ambivalência de certas formas de derrisão política, isso porque a derrisão construída na política pode também ser encarada como um modo de reformar seus próprios posicionamentos. Ela é ferramenta útil para a construção de um discurso contestador que regula outros discursos e, ao mesmo tempo, impõe sua própria dinâmica; assim a redução das tensões se opera por uma recodificação dos conflitos em termos que permanecem discursivos (MERCIER, 2001).

O olhar, o corpo e o *médium*

Para tentar responder a questão que nos propusemos, torna-se primordial tomarmos alguns pensamentos de Courtine (2008b) que poderão aclarar sobre a concepção de corpo ao longo de um determinado período da história. O autor promove uma reflexão sobre o corpo anormal que enriquece nossa pesquisa quando objetivamos analisar uma determinada deformidade de uma figura política expressiva em nosso país, deformidade essa que serve de engodo para a construção do discurso humorístico derrisório.

Courtine trata da história das deformidades do corpo humano em “Le corps anormal. Historie et anthropologie culturelles de la defformite” (2008b), tomando o começo do século XIX até o final do século XX e transcorre sobre o modo como o corpo anormal era visto e concebido nesse período. Abaixo estarão as proposições de Courtine que mais contribuem para o trabalho; portanto, iniciamos dizendo que, segundo o estudioso, é a partir do século XX que o corpo foi visto como a expressão do inconsciente, um lugar de reflexão porque passou a ser tomado como agente e instrumento de práticas sociais, o “envoltório material das formas conscientes e das pulsões inconscientes” (2008a, p. 10).

No final do século XIX, havia os “entra-e-sai” – pequenos teatros móveis nos quais se apresentavam os monstros humanos e o público entrava para poder observá-los e saía logo em seguida – assim, havia divertimento com os monstros, isto é, os fenômenos vivos de deformações humanas do mais diferentes tipos, tais como: crianças siamesas, mulheres barbadas, homens elefantes, espécies teratológicas compunham um zoológico humano que atraía olhares curiosos embargados de uma tolerância cruel e arcaica (COURTINE, 2008b).

Para conceber a visão sobre os monstros, Courtine (2008b) teceu algumas leituras de Foucault e o considerou como quem verdadeiramente inscreveu o corpo na história; contudo, como nos explicam Piovezani e Sargentini (2009), Foucault tem como enfoque a raridade com que aparecem os monstros e os modos de suprimi-los assim como a piedade

que despertavam nas pessoas enquanto Courtine preocupa-se com as formas de sua exibição e as mudanças de percepção sobre eles. Courtine, de modo singular, apresenta não somente um relato sobre a exposição de corpos monstruosos, mas também nos conduz a uma reflexão acerca das emoções sentidas diante dessas deformidades humanas o que implica as mudanças do olhar em torno das transformações da percepção do corpo anormal e a necessidade de identificação desses indivíduos “perigosos”.

O século XIX marcou o apogeu das exposições dos corpos anormais e a consolidação das indústrias da diversão de massa, mas o que seria o monstro, esse protagonista dos espetáculos? O monstro seria o modelo dos pequenos desvios, o que possuiria anomalias, desvios irregularidades diante dos demais (FOUCAULT, 1999³ apud COURTINE, 2008b). Esses seres, então, são alvo da curiosidade de todos e também modo de mensurar o quanto um indivíduo podia ser ou não perigoso, a atração pelo bizarro e pelas catástrofes anatômicas tem origem antiga que irá se perpetuar até a Grande Guerra. Assim, a exibição dos monstros invadiu Paris e se tornou grande comércio para alimentar a curiosidade das pessoas; contudo, foi em Manhattan que surgiu o seu grande empresário, Barnum, que retirou da exposição do corpo monstruoso um negócio lucrativo com um espaço próprio satisfazendo mais olhares indiscretos. Para isso foi estabelecido um teatro da monstruosidade que seguia dispositivos cênicos rigorosos e montagens visuais complexas – estava pronta a indústria da diversão em massa.

O cenário onde se colocavam os monstros tinha como função primordial preparar o olhar do público para o choque perceptivo provocado pela proximidade com as figuras do anormal. O efeito psicológico produzido pelo fascínio e o vislumbre desses fenômenos vivos pode ser compreendido quando voltamos nossa atenção para a condução do olhar do espectador sobre o exposto, isto é, a perturbação provocada pelo roteiro de leitura do acontecimento é que direciona as percepções e conduz a determinados efeitos.

O teatro dos monstros, então, expunha a transgressão das regras da biologia, das leis da natureza com as irregularidades das formas humanas, a precariedade da estrutura física e os espectadores do entra-e-sai satisfaziam-se com a desordem violenta do corpo humano. Por conseguinte, a existência desses monstros é tomada como um ser vivo de valor negativo e seria a monstruosidade a expressão contra a vida e não a morte (FOUCAULT, 1999 apud COURTINE, 2008b), o que para nós pode ser entendido como um dos grandes motivadores da curiosidade sobre o monstro. A diversão era construída juntamente com o espanto, a repugnância gerava entretenimento e o estado de medo era algo prazeroso e o que determinava a construção do espetáculo eram os elementos que o compunham como tal, a distância do corpo do monstro, a encenação que o indivíduo com deformidades fazia para atenuar a perturbação que possuía – o essencial seria balizar o monstro do monstruoso e mostrar o que lhe era singular.

Há ainda, como impulso psicológico para a curiosidade, o fato de o espectador colocar-se no lugar daquele que, por exemplo, não tinha algum membro. Esse sentir a falta do que está presente é atrativa (como podemos pensar no caso do nosso material de análise), pois provoca um choque perceptivo de sensações desconhecidas ou menos tocadas. Há uma fantasia sobre a composição do próprio corpo que ameaça a sua integridade vital. Na apresentação, o homem que perdeu parte de seu corpo faz demonstrações

³ FOUCAULT, M. *Les anormaux*: Cours au Collège de France, 1974-1975. Paris: Gallimard/Du Seuil, 1999, p. 52. (Col. “Hautes Études”)

de como lida com a falta de modo compensatório produzindo efeito compensatório e, por vezes, causando risos por meio do cômico grotesco. Courtine acrescenta que esse *voyerismo* doentio em torno do grotesco atraía os parisienses movidos pela curiosidade despreocupada, todavia, nos dias atuais, essa forma de exibição e o prazer produzido por ela nos assustam e também não perduraram no decurso dos séculos XIX e XX.

As formas de percepção desses fatos foram transformando-se e o primeiro passo foi a intervenção dos estudiosos da medicina, que reivindicaram a presença desses seres somente nos ambientes acadêmicos da medicina. Há o seu “alojamento no espaço medicalizado da investigação científica” (COURTINE, 2008b, p. 287). A exposição dos monstros deixa de ser trivial para tornar-se chocante e a concepção de vê-los como manifestação diabólica ou divina, aberração, fruto incestuoso da relação entre homem e animal, dá lugar à concepção de que eles também são seres vivos que obedecem a uma ordem própria que pode explicar a sua origem. A anomalia, então, poderia ser vista como provocada em laboratório ou como deformidade hereditária.

Essa mudança do olhar que racionaliza as curiosidades humanas fez com que o universo das diversões populares sofresse um esvaziamento, os monstros estavam restritos aos ambientes científicos. Tudo isso motivado pelo interesse em vigiar e organizar os prazeres das classes operárias para controlar o tempo livre e apagar, aos poucos, as distrações barulhentas e anárquicas fornecidas ao povo. Os parques se industrializam e o monstro não dá mais lucro. Primeiro, havia o culto à admiração às exibições para, depois, com a racionalização dos olhares, emergir outra perspectiva. A curiosidade daria lugar à compaixão, pois o corpo monstruoso era visto agora como um corpo humano, as pessoas começaram a se afastar das bizarrices anatômicas porque esses seres seriam reconhecidos como semelhantes em sofrimento (COURTINE, 2008b).

Em 1896, ficaram proibidas as exibições e espetáculos de fenômenos vivos, de caráter grotesco ou repugnante, enfim, todos os espetáculos conhecidos como entra-e-sai. Tratados agora como portadores de enfermidades físicas e recebendo a atenção dos olhares da medicina, esses indivíduos receberam técnicas ortopédicas, inserção no trabalho e assistência advinda de um igualitarismo democrático, ações predominantes após a Primeira Guerra quando muitos voltavam mutilados dos campos de batalha. Assim muitos amputados irão se unir aos acidentados no trabalho que receberão do Estado alguma reparação e o sentimento de solidariedade coletiva seguindo a lei de 9 de abril de 1898. Há o reconhecimento, nessa época, que se deve compensar a perda do membro amputado, como no caso do protagonista de nosso material de análise, o ex-presidente Lula, que, em uma siderúrgica na qual produzia parafusos, esmagou seu dedo mínimo da mão esquerda e, devido ao acidente, ganhou uma indenização de 350 mil cruzeiros utilizados para comprar móveis para sua mãe e um terreno.⁴

Atualmente, há uma coerção sobre o dizer que tenta apagar do discurso qualquer traço de discriminação verbal. Não existem mais os monstros, os fenômenos humanos, os disformes ou meio homens meio animais, eles são agora denominados portadores de deficiências físicas. Além disso, a norma exige que não se prenda demais o olhar na anomalia física apresentada pelo indivíduo, pois “onde quer que se pouse o olhar, a deformidade deve passar despercebida” (COURTINE, 2008b, p. 335).

⁴ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva>. Acesso em: 24 maio 2014.

Ao mesmo tempo em que se busca uma igualdade entre os corpos, o discurso do culto às chamadas perfeições corporais cresce e submete algumas deformidades reais de um corpo “normal” a serem vistas como um defeito. O que fez com que a cirurgia plástica, atualmente, deixasse de trabalhar para um aspecto de corrigir imperfeições corporais para atingir uma perfeição irreal e fabricada. Conseqüentemente observamos o surgimento de patologias que causam sofrimento naqueles que passam a acreditar que possuem um corpo disforme (COURTINE, 2008b).

Partindo das teorizações expostas acima é que teceremos nossa análise. Contudo, antes de iniciarmos, é pertinente nos voltarmos para o lugar em que foi postada a videomontagem. O *médium* pode contribuir para o roteiro de leitura que faremos do material, pois, além de ter um caráter composto e multimodal, a forma de circulação do dizer pode cercar os sentidos que se produzem nos enunciados que nos deixam pistas sobre a imanência de discursos Outros. Tomando algumas proposições de Belting (2004) sobre os *médiums* de transmissão de imagens, supomos que elas tenham um domínio sobre o olhar porque é sobre uma dupla referência corpórea que materializa a percepção dos internautas e desmaterializa a imagem virtual e globalizada; em outras palavras, diríamos que, quando uma imagem não tem corpo, ela precisa de um *médium* para se incorporar.

É o *médium* que pode modular o domínio da imagem em determinado discurso e o efeito que o internauta sente advindo dela, como uma sedução dos sentidos que se quer produzir em um processo de pasteurização das instâncias do discurso (BELTING, 2004). Desse modo, sem o *médium*, as imagens ficam restritas a estarem presentes em certos espaços sociais, o que nos permite entender que a internet e *sites* que abrigam videomontagens sejam lugares privilegiados de produção do discurso porque pode suscitar outros discursos, tornando-se um espaço sobre o qual é possível produzir discursividades.

Da mão anormal ao político monstro

O título da videomontagem é *Lula Chama Eleitorado de Viado e Rejeita Comida em Aerolula*, na página do *YouTube*, *médium*, onde está postada. Podemos visualizar do lado esquerdo um pequeno *Box* que traz a data em que foi postada: dia 23 de outubro de 2006. O autor assina com o pseudônimo de *Itnzway*. Nesse mesmo espaço, logo abaixo da data e em cima da legenda com letras pequenas, há um *link* – mais informações – que aumenta o tamanho do *Box* e permite que o internauta visualize outras informações, como a categoria em que o vídeo foi classificado: *Pessoas e Blogs*. Há também a inserção de um grupo de palavras-chave que norteiam o campo de busca do vídeo: “Lula PT viado Veado pelotas jatinho luxuoso aerolula pobre esbanjamento pau de arara fome campanha geraldo alckmin porra”.

Com o tempo de dois minutos e 45 segundos, ela é composta por cinco filmagens do atual presidente em momentos distintos. É feito um recorte de determinadas falas e aparições do presidente que foram registradas por uma máquina filmadora. A cada recorte inserido é intercalado um *slide* que se constitui como a fala do produtor da videomontagem. O que pode caracterizar o humor derrisório dessa videomontagem é a inserção de antíteses, isto é, pensamentos antagônicos em relação ao presidente. De maneira sucinta, diríamos que o produtor afirma que suas atitudes não condizem com a sua fala: como pode um presidente que se diz do povo queixar-se da comida em um jatinho de luxo?

O último *slide* (02:43 – 02:45 figura abaixo) é o que trouxemos para este trabalho. Nele visualizamos o enunciado *Fora corrupto* escrito com letras pretas em caixa alta em um *slide* branco, com as letras *P* e *T* um pouco maiores que as outras e redigidas com letras vermelhas. Em cima desse enunciado, há o símbolo de proibido em vermelho, como em *Proibido Fumar!*; entretanto, no lugar do cigarro temos uma mão em vermelho faltando o dedo mínimo.



Figura 1

A mão é tomada como sinônimo do próprio Lula, na época candidato à reeleição presidencial, já que o ex-presidente perdeu o dedo mínimo trabalhando em uma metalúrgica quando era torneiro mecânico. A partir daí, ao entrar na carreira política e como homem público, Lula é retratado, na maior parte das vezes, com enfoque e registro da sua mão esquerda. Aqui, portanto, observamos que essa “anormalidade” de Lula é motivadora de piadas e, nesse caso, de um humor derrisório que o degrada. O que caracteriza o presidente abre caminhos para que se construa o humor que o descaracteriza, o desconstrói de maneira agressiva e degradante para enfatizar uma parte de seu corpo que tem uma deficiência, uma mutilação.

De alguma maneira, a construção da derrisão nesse *slide* pode nos remeter à diversão em torno dos fenômenos humanos nos séculos XIX e XX relatados por Courtine (2008b), quando os espectadores eram movidos por uma curiosidade associada a um olhar arcaico e cruel.

Os dois grupos historicamente classificados em anormais e normais coloca os anormais em espaços determinados na sociedade dos chamados grupos normais. Eles sempre estiveram presentes como fenômenos de entretenimento ou como portadores de deformidades, enfim, sempre foram objeto de interesse do olhar. De um olhar público sendo expostos para gerar lucro e do olhar especializado do médico que trouxe esses seres disformes para os hospitais e os apresentou à compaixão da sociedade (COURTINE, 2008b).

O distanciamento do corpo anormal de Lula faz parte da chamada “teatralização do anormal” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2009) suscitada pelo *médium*. A falta do dedo pode perturbar o internauta, mas o produtor da videomontagem relativiza a cena ao construir a leveza que pede o humor quando insere uma imagem que somente apresenta

os contornos da mão mutilada. Há um suavizamento do estranhamento, do grotesco, e com a inclusão do símbolo de proibido emerge o cômico. Entretanto, a escolha da deformidade de Lula para representá-lo não abstém a derrisão de ser agressiva. Há, portanto, um eixo de leitura que orienta como e para onde se deve olhar.

O símbolo de proibido compõe esse roteiro de leitura (COURTINE, 2008b) que condiciona o olhar do internauta, como já citamos, e produz o efeito do riso. Assim, Lula carrega um *valor negativo*, assim como falta-lhe um dedo, lhe sobram atos contraditórios e corruptos. O riso provocado pela imagem subtrai os valores do alvo e se coloca a distância (FEUERHAHN, 2001) em um duplo movimento de reforçar valores negativos e inserir o distancimento. Na espetacularização dos monstros, essa distância também é valorizada para que eles sejam atrativos, e não repugnantes; podemos também atrelar essa distância à construção discursiva derrisória porque há uma contestação e observação dos valores em determinado momento histórico como a transparência e a honestidade.

Esse humor hostil perturba porque é agressivo ao afirmar na materialidade linguística *Fora corrupto* o valor negativo de Lula em consonância com a sua deformidade. É como se o enunciado corroborasse com o indivíduo monstro que não tem um dedo. Como em um espetáculo dos membros ausentes (COURTINE, 2008b), o internauta pode ser atraído por essa ameaça de uma unidade corpórea e vital.

O símbolo de proibido valoriza o aspecto de inferioridade de Lula possibilitando a construção de um movimento de interpretação que irá afirmar e trazer à superfície o pensamento de que Lula seja um monstro. Juízo esse que é culminante e coaduna em uma videomontagem que vem carregada de discursos que o desconstroem tomando como foco o suposto fato de Lula não cumprir o que promete, ele é mentiroso ou não é o que parece ser nos palanques; ele seria falso e dissimulado.

A derrisão construída no *slide* é agressiva, pois, de forma direta, aponta a deformidade (que também a constitui) atrelando-a ao desvio de caráter. Cabe retomarmos que esse humor derrisório agressivo surge para tentar suprir reações violentas e hostis suprimidas pelos códigos de comportamento impostos pela sociedade e suas instituições. Em suma, não se pode agredir fisicamente Lula, portanto o humor é utilizado como uma descarga emocional em que há um desbloqueio da energia psíquica antes represada.

Considerações finais

Notamos que a construção do humor se dá por meio de proposições que indagam como um sujeito sem dedos e maltratado pode dedilhar as cordas do país com harmonia. Faltaria, então, para esse senso comum, um dedo de honestidade para o candidato. O país do *falta um dedo* também seria o país onde há falta de ética na política e falta de vergonha na cara dos políticos; porém, tentamos mostrar que o sujeito-produtor da videomontagem possibilita a emergência de determinados sentidos ao elencar elementos ao longo do vídeo que desconstroem o candidato para culminar na exposição de uma deformidade corporal que remete aos monstros anormais de séculos anteriores.

Desse modo, a desconstrução elaborada promove a emergência de um discurso que corrobora com a imagem de que Lula seja um monstro. Sendo o monstro o modelo, a expressão da natureza de todas as irregularidades possíveis, a forma de todas as discrepâncias (COURTINE, 2008b).

REFERÊNCIAS

- BELTING, Hans. Médium, imagem, corps. Une introduction au sujet. In: BELTING, Hans. *Pour une anthropologie des images*. Paris: Gallimard, 2004. p. 17-76.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. Tradução de Maria do Rosário Gregolin e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN, M. R. (Org.) *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- FEUERHAHN, Nelly. La dérision, une violence politiquement correcte. *HERMÉS: Revue. Dérision – contestation*, CNRS, n. 29, 2001.
- COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: _____. *História do corpo*. As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008a. v. 3. p. 7-12.
- _____. O corpo anormal. História e antropologia culturais da deformidade. In: _____. *História do corpo*. As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008b. v. 3. p. 253-340.
- LULA CHAMA ELEITORADO DE VIADO E REJEITA COMIDA EM AEROLULA. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=T7xQratTckA>>. Acesso em: 6 abr. 2014.
- MERCIER, Arnaud. Pouvoirs de la dérision, dérision des pouvoirs. (Introduction) *HERMÉS, Revue. Dérision, contestation*, CNRS, n. 29, p. 9-18, 2001.
- PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Políticas do sentido, práticas de expressão e história do corpo. Uma apresentação da obra de Jean-Jacques Courtine ao leitor brasileiro. Apresentação de COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 7-20.

Banco do Brasil, ou melhor, do mundo: a metáfora da modernidade no discurso da propaganda dos anos 1970

(Banco do Brasil, rather, bank of the world: the metaphor of the modernity in the 1970's advertisement discourse)

Luciana Fracasse¹

¹ Departamento de Letras – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
lfracasse@yahoo.com.br

Abstract: This article presents an analysis of an advertisement from the Banco do Brasil published in the Brazilian *Exame* magazine in 1978. The theoretical referential that supports the work's achievement is the theory of the French School of Discourse Analysis, founded by Michel Pecheux in the 1960s and disseminated in Brazil by Eni Orlandi and others affiliated researchers with this theoretical perspective. The main objective was to understand how to build up the process of identifying the subject / Brazilian citizen with Brazil from the bank advertisement's discourse. To that end, I analyzed the process of production and analysis of the senses that give structure to the material, from the act of interpretation that I have performed, it was possible to understand that, for a metaphorical effect, the senses mobilized around Banco do Brasil's image places it at the same level of importance given to the country.

Keywords: Discourse Analysis; bank advertisement; 1970's; modernity metaphor.

Resumo: Este artigo apresenta a análise de uma propaganda do Banco do Brasil publicada na revista *Exame* no ano de 1978. O referencial teórico que sustenta a realização do trabalho é a Análise de Discurso de orientação francesa, fundada por Michel Pêcheux nos anos 1960 e disseminada, no Brasil, por Eni Orlandi e demais pesquisadores filiados a essa perspectiva teórica. O objetivo principal foi compreender como se constrói o processo de identificação do sujeito/cidadão brasileiro com o Brasil a partir do discurso da propaganda bancária. Para tanto, foram analisados os processos de produção de sentidos que estruturam o material de análise e, a partir do gesto de interpretação realizado, foi possível compreender que, por um efeito metafórico, os sentidos mobilizados em torno da imagem do Banco do Brasil o colocam num mesmo nível de importância atribuído ao país.

Palavras-chave: Análise de Discurso; propaganda bancária; anos 1970; metáfora da modernidade.

Introdução

O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida em minha tese de doutorado e destina-se à análise de uma propaganda do Banco do Brasil que circulou no ano de 1978, na revista *Exame*, na qual procurei compreender o processo de identificação do sujeito/cidadão brasileiro com o Brasil. O instrumental teórico utilizado é proveniente da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, a qual permite analisar os processos de produção de sentidos que estruturam a propaganda, ou seja, a constituição, a formulação e circulação e, a partir deles, refletir sobre o interdiscurso (memória discursiva) que sustenta a elaboração do material de análise.

Tais processos também permitem que se identifiquem as regularidades presentes ao longo das formulações (intradiscurso) verbais e não verbais, bem como se trabalhe com os conceitos de formações imaginárias, formações ideológicas, formações discursivas, efeito metafórico e silenciamentos. Delimitei o espaço temporal dos anos 1970, por

considerar que foi uma época marcada, segundo historiadores, economistas e publicitários, pela intensificação de propagandas, inclusive na mídia impressa, devido ao esforço oficial para acelerar, com urgência, o desenvolvimento econômico, nos moldes de um “milagre”, segundo o sistema capitalista subordinado ao regime de governo militar, ou seja, a imposições típicas de um regime ditatorial.

Essa conjuntura, na qual o discurso da propaganda circula, é bastante movediça e de constante tensão entre formações discursivas liberais (um sujeito com autonomia para comprar, consumir, escolher, etc.) e formações discursivas autoritárias (o poder de decisão está nas mãos do Estado). Assim sendo, entendo que o discurso da exaltação do país (ufanismo) seja uma das regularidades da época ditatorial, o qual pode ser identificado no discurso das propagandas daquela época, divulgando variados produtos e serviços e também a imagem do país, com projeções futurísticas, como é o caso da propaganda aqui selecionada.

Na análise, é possível compreender que, por um efeito metafórico, os sentidos mobilizados em torno da imagem do Banco do Brasil o colocam num mesmo nível de importância atribuído ao país. Ou seja, a instituição financeira fundada pelo governo pode ser considerada, no discurso da propaganda, um agente fundamental para a sustentação, desenvolvimento e modernização do país. Dessa forma, arrisco considerar que se instauraram sentidos favoráveis à identidade da agência em detrimento da identidade da nação.

Lendo a propaganda à luz da Análise de Discurso (AD)

Dentre as várias possibilidades para se trabalhar a leitura em um texto/discurso, recorro aos pressupostos teóricos mobilizados pela Análise de Discurso numa perspectiva materialista, que permite lançar um olhar mais atento para a exterioridade que sustenta a formulação dos diferentes discursos, inclusive o da propaganda.

Relembrando as palavras de Saussure (2008, p. 15) de que “é o ponto de vista que cria o objeto”, entendo que o ponto de vista trazido pela AD faz pensar a publicidade em sua materialidade simbólica e histórica, diretamente articulada à formação ideológica capitalista, uma vez que, segundo Orlandi (2001, p. 16), a AD trabalha com a língua no mundo, por isso, considera os processos e as condições de produção da linguagem, tendo em vista o relacionamento entre a língua e os seus falantes e as circunstâncias em que o dizer é produzido. Assim sendo, a AD de linha francesa é uma teoria de leitura segundo a qual a análise precede, em sua constituição, a própria teoria, pois é pelo fato de o analista ter um objeto a ser analisado que a teoria vai se colocando.

A análise do funcionamento da mídia e da propaganda tem sido a tarefa de muitos analistas do discurso de linha francesa. Entre eles, esboço aqui as contribuições de Pêcheux (2002), Orlandi (2008/2011), Payer (2005), Pereira (2006), Carozza (2010) e Coracini (2007).

Inicialmente, cito o trabalho de Pêcheux (2002) sobre o enunciado coletivo, *On a gagné*, o qual “atravessou a França” em 10 de maio de 1981, devido à vitória de François Mitterrand para presidente da República Francesa. O autor procurou pensar a questão da interpretação dos discursos alertando para o fato de que toda descrição, seja de objetos ou de acontecimentos ou de arranjos discursivo-textuais “está intrinsecamente exposta ao

equivoco de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Segundo Orlandi (1995, p. 41), ao analisar *On a gagné*, Pêcheux “nos convida a aprofundar a reflexão sobre as relações entre o funcionamento da mídia e o da classe política, sobretudo depois dos anos 70”, pois o autor mostra que, por meio de um jogo metafórico entre os campos político e esportivo, há um efeito de proposição estabilizada (X ganhou) no cenário político, mesmo sabendo que, diferentemente do futebol, no político se interroga o que é ganhar e quem ganhou realmente, por exemplo. Portanto, embora o acontecimento *On a gagné* tenha circulado na TV com determinações do discurso esportivo, Pêcheux (2002) ressalta que no político não há esta estabilidade.

Em outro texto de recente circulação no Brasil, Pêcheux (2011, p. 73) traz algumas reflexões sobre a propaganda governamental, afirmando que ela é, “pelo menos desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior”. Como material de análise, o autor faz referência ao itinerário vivido por Serguei Tchakhotin, um especialista engajado à luta anti-fascista e anti-capitalista, liderando, num primeiro momento, o Comitê de ajuda de técnica militar responsável pelas organizações técnicas e científicas da Rússia, em época de guerra, na década de 1910.

Na sequência, por volta dos anos 1930, já na Alemanha, Tchakhotin alerta sobre a exploração do terreno psicológico por parte do capitalismo alemão. Em suma, Tchakhotin é considerado por Pêcheux (2011, p. 77) um “exemplar em obstinação ao mesmo tempo política e científica” e se destaca por ter formulado a bio-psicologia da propaganda, segundo a qual o homem é um animal influenciável dotado de grande plasticidade e essa ideia se impõe como evidência do século XX.

As bases e consequências da bio-psicologia da propaganda formuladas por Tchakhotin são sintetizadas em três teses, que auxiliam na reflexão sobre o material de análise. De acordo com Pêcheux (2011, p. 78), a primeira tese consiste no fato de compreender que a natureza humana é constituída de pulsões – pulsão alimentar, econômica, lógica que leva a uma propaganda do raciocínio argumentado – e pulsão afetiva, agressiva, combativa, resultando em uma propaganda militar de reflexos e de emoções. A segunda tese atesta que o processo objetivo das pulsões pode ser controlado, instrumentalizado e usado para qualquer política, pois as técnicas de propaganda são como armas, sendo reforçadas por rede de metáforas jornalísticas, nas quais cada um pode vir a usar sem ao menos perceber.

A terceira tese, segundo Pêcheux (2011, p. 79) consiste no engajamento do destino de milhões de homens e mulheres por meio da guerra metafórica, conforme a estratégia de “campanha de propaganda” que fará balançar um lado ou outro, seguir este ou aquele caminho, ir por esta ou aquela direção. Em referência a essa tese, o autor afirma ainda:

Daí a responsabilidade daqueles que, detendo as armas da propaganda, fixam objetivos e regulam o tiro: a responsabilidade daqueles que chamamos justamente as “direções” ou os “estados-maiores” que face à “massa” de todos aqueles que são o objeto deste combate da propaganda. “A massa da população”: o substantivo singular vem espontaneamente à boca dos chefes de polícia e dos especialistas da propaganda... (PÊCHEUX, 2011, p. 79)

Segundo ele, as três teses não são independentes, formando um corpo teórico-político fortemente instalado nas evidências de nosso tempo. Além disso, ele procura pensar como um sintoma o debate psicológico entre o *cognitivo* (a educação, as Luzes, a verdade) e o *afetivo* (as emoções, o teatro e a mística), colocando como raiz desse debate as *formas históricas de assujeitamento do indivíduo*, desenvolvidas com o próprio capitalismo, cuja função é conduzir, de uma nova forma, os corpos e as práticas (PÊCHEUX, 2011, p. 80).

As reflexões do autor funcionam como direcionamento para a leitura aqui realizada, pois, ao lançar o olhar sobre as propagandas do Banco do Brasil, penso a relação entre a pulsão lógica e a pulsão afetiva na formulação dos discursos, as formas com essas pulsões podem ser afetadas a partir das materialidades discursivas, e também o modo pelo qual o sujeito publicitário, assujeitado a uma determinada formação discursiva e orientado por formações imaginárias, pode inculcar sentidos favoráveis a uma tomada de decisão dos sujeitos leitores quanto à aquisição dos produtos e serviços ofertados pelo banco.

No leque de contribuições que embasam esta leitura, encontram-se os trabalhos recentes de Orlandi (2012) sobre os slogans: “Brasil, um país de todos”¹ e “País rico é país sem pobreza”². A partir do texto de Pêcheux (2011), “Foi ‘propaganda’ mesmo que você disse?”, a autora faz algumas afirmações sobre o funcionamento das propagandas governamentais no cenário da Segunda Guerra Mundial:

Desde esta época os métodos se aperfeiçoam na mesma direção: guerra permanente preventiva instalada no interior da paz social, dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos. (ORLANDI, 2012, p. 108)

Os slogans analisados pertencem à época dos governos Lula e Dilma, respectivamente. Em “Brasil, um país de todos”, é mostrado como se produz um lugar de indefinição para o “todos”, um todo indeterminado, pertencente ao discurso da globalização. Para a autora, o enunciado é constituído por uma ambiguidade: “Somos todos nós brasileiros, que estamos aí evocados, ou todos em aberto?” (ORLANDI, 2012, p. 127). Numa perspectiva discursiva, o slogan pertence à Língua de Vento³, língua de “Estado” afetada por uma ideologia da mundialização, na qual ‘todos’ pode se referir “a cada um” e, ao mesmo tempo, “a ninguém” (PÊCHEUX, 2011, p. 89).

Na análise de “País rico é país sem pobreza”, compreende-se que toda propaganda sustenta-se em pré-construídos e, no discurso em questão, o pré-construído é *Todo país deve ser rico*. No entanto, a autora (2012, p. 136), levando em conta a memória e o sujei-

¹ Trabalho apresentado e publicado nos anais do II Enelin (Encontro de Estudos da Linguagem), promovido pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre-MG, em 2008 (ORLANDI, 2012, p. 107).

² Análise apresentada durante a Conferência de Encerramento do I Seminário Interinstitucional de Análise de Discurso, no dia 01 de julho de 2011, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, posteriormente, publicado em Orlandi (2012).

³ Ao fazer referência ao movimento operário francês em maio de 1968, Pêcheux (2011, p. 89) fala da política do performativo, mostrando que *dizer* corresponde a *fazer* à medida que a política torna-se uma atividade imaginária parecida com um sonho acordado. O autor traz a expressão *língua de vento* (formulada pelo filósofo francês Régis Debray) para nomear esse delírio verbal vivido no/pelo embate entre a esquerda e a burguesia francesa.

to, faz um exercício de paráfrases, explicando que esse pré-construído não barra o enunciado “Não há país rico sem pobres”, uma vez que, no sistema capitalista, não há país rico sem pobres; há, portanto, países ricos com pobres. Nesse gesto de interpretação, o que intervém é a ideologia e o inconsciente, atribuindo, a uma posição sujeito do enunciado, o próprio governo.

Por meio da fala do governo, a educação é só um déficit a ser corrigido com estratégias como o plano antimiséria do governo atual e a oferta de cursos de capacitação. Assim, o *slogan* tem que atingir a população e aí há um embuste, pois não se tira ninguém do lugar. Ao dar cesta básica e ensinar a fazer unha, por exemplo, todos são deixados no mesmo lugar. O que funciona é a política do performativo (Pêcheux, 2011), “não é informação, é propaganda e o gesto se substitui à prática, a língua se passa pelo real e o dizível, ou o significado pela imagem, e o existente coincidem sem falha...” (ORLANDI, 2012, p. 134).

Nesse sentido, “País rico é país sem pobreza” confirma-se pelo retorno de uma memória já estabilizada em relação à postura dos governantes. Assim, o real aí é o imaginário, uma vez que o pobre, tomado em sua dimensão concreta, é inexistente. “Tudo parece ser igual e o pobre é pobre porque quer... ou por acaso” (ORLANDI, 2011, p. 138).

Outra relevante contribuição é trazida por Payer (2005, p. 9), em seus estudos sobre a linguagem e sociedade contemporânea, mostrando a mídia como texto essencial do mercado, “um grande e disperso texto pelo qual o sujeito é constituído” em nossos dias, na mesma proporção que o texto bíblico foi a base para o sujeito na Idade Média e o texto jurídico foi o alicerce para constituir o sujeito na Modernidade, quando o poder é transferido da Igreja para o Estado. Nas palavras da autora, em cada tempo histórico há o funcionamento de enunciados tidos como máximas capazes de sintetizar o conteúdo responsável pela interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos. No caso da mídia, o lugar máximo de interpelação resume-se na palavra ‘sucesso’. E são numerosos os títulos que se ocupam da tarefa de ensinar o sujeito-leitor a ter sucesso (PAYER, 2005, p. 18).

Ao trabalhar sentidos possíveis na/pela imagem, a autora faz alusão à relevância da memória discursiva perante as linguagens diversas que circulam na mídia. Ao criar possibilidade para o deslocamento de sentidos em discursos já cristalizados, o trabalho com a memória permite considerar o lugar do outro, conduzindo-nos a uma compreensão de que nem toda a novidade é garantia de qualidade e nem tudo que é antigo possui valor. Os sentidos estão aí para serem identificados e valorizados conforme o sujeito é afetado por uma determinada memória discursiva.

Pensando a publicidade como língua do consumo, Carozza (2010) procura refletir sobre os efeitos dela no processo de subjetivação da forma-sujeito histórica contemporânea. Nesse sentido, o autor busca compreender o modo pelo qual a publicidade estrutura-se, ou seja, o seu funcionamento, que afeta a maneira de os sujeitos se constituírem e se identificarem em sociedade.

Em torno das análises realizadas, o autor afirma que

[...] foi possível compreender o consumo como gesto simbólico, na sua relação estruturante com o capitalismo que representa a formação ideológica dominante da forma-sujeito contemporânea. Foi possível também compreender que o consumo produz um

efeito de pertencimento em sociedade, capaz de produzir laços sociais. (CARROZZA, 2010, p. 144)

Nesse funcionamento das relações de pertencimento/não-pertencimento, no movimento constante entre o que se é e o que se pode ser, a publicidade faz uso da eficácia do imaginário, estabelecendo jogos de sentido responsáveis pela constituição de diferentes formas de consumidores, instaurando, muitas vezes, sentidos de padronização e homogeneização aos sujeitos afetados por ela (a publicidade).

Em perspectiva semelhante, temos também o trabalho de Pereira (2006, p. 22), o qual buscou mostrar a constituição de identidades brasileiras nos “discursos de colonização, na propaganda de boca, nos panfletos políticos, nos reclames, nos dizeres formulados (por jornalistas e publicitários) e nos anúncios (propaganda)”. Além disso, a autora procurou mostrar como o Brasil é identificado pelos brasileiros e pelo olhar do estrangeiro, partindo da hipótese de que nossa identificação é dada pelo olhar do outro, desde a época da descoberta até o presente momento.

A necessidade de se compreenderem os processos de identificação e alteridade por meio da propaganda brasileira conduziu a autora a estipular três tipos de discursos ligados tanto à identidade do Brasil quanto à alteridade: os discursos sobre o Brasil enquanto propaganda da terra; o discurso sobre o desenvolvimento da publicidade brasileira até a chegada da imprensa; e outros discursos sobre a relação entre a publicidade e o jornalismo em seus primeiros passos.

Nas considerações finais, Pereira (2006, p. 328) afirma que, a partir do material analisado, depreende-se “a imagem e semelhança de uma unidade aparente de sentidos mais ou menos comuns”. Essa significação imaginária afeta a nós e ao outro estrangeiro, e é fundamental para o funcionamento da lucratividade no espaço dos relacionamentos econômicos, empresariais e políticos do sistema capitalista no qual estamos inseridos.

Ainda pensando sobre os conceitos de identidade e imaginário, afirmo que eles ganham especial relevância neste trabalho, uma vez que estou investigando o papel da mídia impressa e os seus impactos sobre os sujeitos leitores diante de possíveis imagens como, por exemplo, a tradição do Banco do Brasil ou a fidelidade e reconhecimento da grandeza do banco por parte dos sujeitos clientes bancários.

Para Coracini (2007, p. 9), “cada um de nós tem a ilusão de que faz um, de que é um, de que tem uma identidade, inventada pelo outro e assumida como sua; ficção que se faz verdade para si e para os outros”. Nessa perspectiva, a identidade de cada um é constituída por representações imaginárias impressas no e pelo espelho do olhar do outro. Temos, então, o professor, o aluno, o tradutor, o falante de diferentes línguas, o publicitário, que têm suas identidades constituindo-se por escrita/texto/narrativa/ficção de si, do outro e do outro de si.

Em suas reflexões sobre o discurso publicitário, Coracini (2007, p. 225) declara:

Sabemos que o imaginário é o responsável pelo que se pode denominar sentimento de identidade, ao qual se atribui a ilusão de identidade, de completude do sujeito. Por outro lado, sabemos que a publicidade desempenha papel fundamental nesse processo, uma vez que somos bombardeados por ela diariamente, seja via televisão, seja via revistas, jornais, outdoors e/ou folhetos de toda ordem. Como consequência, ela age, reforçando os valores

da sociedade e, ao mesmo tempo, procurando deslocá-los, na tentativa de produzir outros, mais adequados às necessidades do mercado: daí sua grande importância social.

Assim sendo, por meio da propaganda institucional sobre o Banco do Brasil, produz-se a ilusão de completude, uma vez que a mídia atua no imaginário e na “construção do que se pode chamar sentimento de identidade: isso parece inegável” (CORACINI, 2007, p. 229). Portanto, é na tensão entre o mesmo e o diferente, o novo e o velho, o conhecido e o desconhecido que a mídia – em específico, a propaganda – apoia-se para tornar natural o que é apenas construção, transformar em necessidade genuína algo supérfluo. Com base nessas reflexões, a construção de necessidades é responsável pela materialização de verdades produzidas para orientar nossos atos e constituir nosso imaginário. Esse ideal mercadológico é bem representado pela linguagem da propaganda.

A metáfora da modernidade: projeções de um futuro presentificado

No gesto analítico aqui realizado, entendo que as propagandas bancárias, que circularam nos anos 1970, reforçam a disseminação da formação social capitalista. Ou seja, procuro demonstrar que há uma formação discursiva inerente ao capitalismo que se intensifica conforme são disseminados novos meios de comunicação para circulação dos anúncios. Nesse contexto, a propaganda analisada aponta para um funcionamento marcado pelo efeito da temporalidade, segundo o qual o presente se afirma pelo passado e pelo futuro, segundo o contexto específico da Ditadura Militar brasileira.

De início, destaco que a propaganda aqui analisada traz o pré-construído da *modernidade/tecnologia*, sustentado por formações imaginárias de um futuro que busca, a partir da ficção científica (via memória discursiva), por exemplo, projetar um nível de desenvolvimento tecnológico avançado para o Brasil no ano de 2008, no qual a relação entre homem e máquina expande-se, ganhando novos contornos quanto à rapidez e agilidade de que o homem moderno passa a dispor em diferentes áreas da sua vida, inclusive nos domínios da economia. Chamam atenção, também, as marcas do fascínio que o homem ia adquirindo pelo mundo da ficção científica, que o fazia sonhar com as mais fantásticas revoluções na área tecnológica.

Em seu estudo sobre as Novas Tecnologias (o ciberespaço), Dias (2004, p. 17) traz as seguintes considerações:

O mundo passa por um processo de construção de novos paradigmas para se pensar o Homem nas suas relações humanas e sociais. Nessa perspectiva, o paradigma informático tem ocupado um lugar central nos mais diversos estudos que vêm se desenvolvendo em todas as áreas do conhecimento. No campo político-administrativo, com a implementação de governos eletrônicos (e-gov) e cidades digitais, as quais estão ancoradas, na sua grande maioria, ao geoprocessamento, que podemos classificar no campo da Geografia, como uma outra territorialidade que se organiza; no campo econômico, com a virtualização do capital e a criação de grandes redes econômicas; no campo da Educação, com programas de ensino a distância ou de digitalização das escolas; no campo das Artes, com as artes digitais; enfim, a base político-econômico-social da nossa sociedade reestrutura seu modo de atuação, produzindo e produzido por uma cultura digital (cibercultura) que adentra o cotidiano dos sujeitos.

Diante desses novos paradigmas construídos na sociedade contemporânea, busco compreender como a propaganda significa num espaço de comemoração dos 200 anos do Banco, considerando-se as mudanças inerentes à estrutura social e destacando-se os avanços tecnológicos e seus efeitos, num cenário idealizado do que seria o futuro do banco e da nação no ano de 2008, sabendo-se, contudo, que a propaganda apresentada a seguir circulou em 1978.



Figura 1. BANCO DO BRASIL (1978, p. 60-61)

Título: 2008 – BANCO DO BRASIL. OU MELHOR: DO MUNDO.

Subtítulo: “HÁ 30 ANOS, EM 1978, O BANCO DO BRASIL INAUGURAVA EM VIENA SUA 50ª DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR”

Texto:

1. Uma luz verde acende entre a Arábia Saudita e a Península de Qatar, no grande mapa-múndi da Diretoria Internacional do Banco do Brasil, em Brasília Bahrein estava na linha. O canal exclusivo do satélite brasileiro utilizado pelo Banco permite comunicações rápidas e, segundos depois, a boa notícia está estampada na tele-tela, **5**.negócio fechado.

Acaba de ser aprovada a construção de um terminal açucareiro no Espírito Santo, por um consórcio brasileiro-árabe, o que tem sabor de um presente a mais nos 200 anos do Banco do Brasil neste ano de 2008.

Há trinta anos, em 1978, a Diretoria Internacional do Banco operava **50** dependências fora do país. Algumas agências, como a de Nova York, já funcionavam em regime de full branch. Ou seja, de forma completa, oferecendo todos os serviços para o depositante local. Em outros países as relações eram interbank, com o Banco efetivando acordos para projetos específicos, ou oferecendo uma contrapartida de serviços em caso de interesse do estabelecimento associado em assuntos ligados à **15**.economia brasileira.

O mais importante, é que naquela época, o Banco do Brasil começava a inverter uma tendência. Historicamente, o objetivo de abrir filiais no exterior sempre foi o de carrear financiamentos para empresas públicas e privadas. Em 1978, a visão do problema era diferente. O enfoque principal era o comércio exterior, como forma de **20**.trazer divisas e estimular as exportações. O Banco começou a formar executivos para tarefas no exterior, num decisivo apoio aos exportadores. Estes funcionários internacionais do Banco desempenhavam o papel de assessores superqualificados, orientando sobre a participação em feiras e simpósios, analisando mercados e aproximando compradores.

25. Assim, os múltiplos interesses brasileiros levaram o Banco do Brasil a ampliar significativamente sua atuação no estrangeiro da mesma forma como a necessidade de integrar economicamente nosso território e reduzir as desigualdades regionais tinham levado o Banco a instalar agências em todos os pontos do país. Em 2008, no ano em que completa 200 anos, dois séculos depois do gesto histórico de Dom João VI que abriu os **30**.portos às nações amigas e logo depois o criou, o Banco do Brasil está entre os maiores do mundo. Mas não perdeu nem um pouco do impulso inicial que o conduz a ser não um simples estabelecimento de crédito, mas um verdadeiro agente do desenvolvimento do país.

Assinatura: BANCO DO BRASIL

Slogan: Um grande país precisa de um banco assim.

Ao se considerarem as condições de produção da propaganda, enquanto um ritual de linguagem constituído pela conjunção das materialidades verbal e visual, é pertinente considerar que o tempo presente, 1978, se formula/se sustenta a partir de projeções de um cenário futurístico. Nesse aspecto, as seguintes considerações de Trindade (2005) acrescentam sentidos quanto ao título: *2008 – BANCO DO BRASIL. OU MELHOR: DO MUNDO.*

Segundo o autor,

Atualmente, coexistem com valores, hábitos e costumes locais, nacionais, os elementos que constituem a modernidade-mundo (a presença de empresas e de mercadorias acessíveis em todos os cantos do mundo, onde o capitalismo global chegou e atua), fundamentados no ideário de progresso, da evolução e do poder de consumo como indicador da qualidade de vida e caracterizador da inserção social de indivíduos no universo da cultura mundializada, influenciando o modo de ser das pessoas a partir de padrões de comportamento tidos como universais, via consumo de bens materiais e simbólicos, o que garante o predomínio de uma cultura mundializada em detrimento do nacional e do local. (TRINDADE, 2005, p. 83-84)

Em seu trabalho com a publicidade na pós-modernidade ou modernidade-mundo, Trindade (2005, p. 86) afirma tratar-se de uma época constituída pela euforia em relação à evolução tecnológica, possibilitando a valorização do efêmero, do novo, do moderno, em contraposição aos fatos que constroem memória e buscam preservar as tradições. Nesse contexto, “o discurso do estímulo ao consumo é, por excelência, o discurso que traz em si valores da modernidade mundo” (TRINDADE, 2005, p. 86). Essas reflexões tornam-se pertinentes ao anúncio sobre Banco do Brasil que, a partir da expressão “ou melhor” no sentido de correção quanto ao espaço físico afetado pelo banco em 2008, expande-se para o Banco do Mundo, oferecendo seus produtos e serviços a diferentes nações em um espaço temporal de avanços tecnológicos.

Na conjunção entre o enunciado verbal do título e do texto como um todo, tem-se o não verbal enquanto materialidade que significa pelo silêncio, fundando e constituindo sentidos futuristas ao mobilizar o cenário da sala da Diretoria Internacional do Banco do Brasil, que é mostrada como semelhante à sala de comandos do filme *Star Wars* (*Guerra nas Estrelas*), um filme de ficção científica lançado em 1977. A mesa monitor lembra o display tático do centro de comando rebelde usado na Batalha de Yavin, que foi um ataque à Estrela da Morte, ocorrido no episódio 4, denominado *A New Hope* (*Uma Nova Esperança*). Esse subtítulo foi acrescentado ao título *Star Wars* em 1981. Nesse contexto, o globo, que traz em seu centro o mapa-múndi, bem como as roupas usadas pelos supostos funcionários do banco, lembram as roupas de cientistas e viajantes espaciais, reiterando a projeção de um futuro calcado no tecnológico, no virtual, no sem fronteiras. No entanto, a predominância de tons escuros na imagem também pode instaurar o efeito do incertitude, de obscuridade, daquilo que ainda está por vir e ainda não é “claramente” visualizado no momento.

Segundo Lagazzi (2009, p. 68), as materialidades verbais e visuais relacionam-se pela contradição, e os sentidos de cientificidade e, ao mesmo tempo, de incerteza, mobilizados pelos elementos visuais do texto, são retomados no verbal, projetando-se, no entanto, um efeito de completude, de saturação, de esclarecimento quanto às conquistas realizadas pela empresa bancária, com o que se instaura o sentido de patriotismo, como podemos perceber ao longo do texto.

No subtítulo: “*HÁ 30 ANOS, EM 1978, O BANCO DO BRASIL INAUGURA EM VIENA SUA 50ª DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR*”, a marca temporal é uma regularidade, não só desta propaganda, como das demais que compõem a série futurista, produzida pela constante repetição de que o final da década de 1970 já seria algo do passado (“*HÁ 30 ANOS, EM 1978*”). No entanto, é necessário observar que os subtítulos dessa série narram acontecimentos relacionados à empresa bancária, sempre no final dos anos 1970, como é o caso da inauguração de mais uma agência em Viena. Assim, os acontecimentos relegados ao passado (1978) são (re)significados na sobreposição entre a memória arquivo e a memória discursiva, constituindo, na base do discurso da propaganda bancária, fatos que mobilizavam a memória dos primeiros passos do banco em direção a esse futuro de modernidade, alta tecnologia, agilidade e sucesso para o Brasil.

Outro aspecto a ser observado nesse título é o fato de vir grafado entre aspas, sem constituir, no entanto, discurso direto de um sujeito específico, mas sim um discurso já registrado na memória arquivo (a instalação da 50.^a dependência do Banco do Brasil no exterior em 1978). Lembrando a função de “manter à distância” exercida pelas aspas, entendo que elas marcam para a alteridade no discurso, para a presença do outro. Assim, o enunciador distancia-se do enunciado que está colocado entre aspas e assume um efeito de autonomia em relação à propaganda, por tratar-se de um fato comprovável a partir dos registros do banco, pertencendo, portanto, à formação discursiva da história da empresa.

Segundo Orlandi (2005, p. 116), as aspas são consideradas mecanismos de colocação do discurso em texto, organizando a memória, produzindo legibilidade, instaurando uma relação regrada com os sentidos, assim como os parênteses e as notas de rodapé. Dessa forma, busca-se orientar os sentidos a partir do que é enunciado entre aspas, justamente por ser um acontecimento histórico ocorrido num outro espaço anterior (ou con-

mitante?) à formulação da propaganda e que retorna como um lembrete da memória tanto para o sujeito publicitário, quanto para o sujeito-leitor.

A partir do título e do subtítulo, o enunciador formula uma narrativa na qual presente e passado são retomados constantemente, num movimento de ir e vir para se falar dos avanços ocorridos em 2008, tendo por parâmetro comparativo o ano de 1978. Portanto, as projeções de futuro concretizam-se num espaço temporal de trinta anos, ou seja, instaurando, em 2008, novamente a metáfora da modernidade, conforme se pode entender pelos enunciados:

Uma luz verde acende entre a Arábia Saudita e a Península de Qatar, no grande mapa-múndi da Diretoria Internacional do Banco do Brasil, em Brasília Bahrein estava na linha. O canal exclusivo do satélite brasileiro utilizado pelo Banco permite comunicações rápidas e, segundos depois, a boa notícia está estampada na tele-tela, negócio fechado. (linhas 1 a 5)

Acaba de ser aprovada a construção de um terminal açucareiro no Espírito Santo, por um consórcio brasileiro-árabe, o que tem sabor de um presente a mais nos 200 anos do Banco do Brasil neste ano de 2008. (linhas 6 a 8)

Nessa metáfora de modernidade protagonizada pela instituição financeira, funde-se ao discurso da tecnologia um efeito de patriotismo⁴, uma vez que a nomeação *Brasília Bahrein* traz a ideia de que o Brasil teria conquistado (colonizado?), naquela época, em 2008, o Bahrein, pequeno estado insular do Golfo Pérsico, que tem fronteiras marítimas com o Irã a nordeste, com o Qatar a leste e com a Arábia Saudita a sudoeste, sendo, inclusive, esses dois outros países citados na propaganda. Os sentidos de poder e expansão afetam o imaginário de um país que, outrora, na condição de colônia, sonhava apenas com sua independência e que, com o passar dos séculos, teria passado a sonhar com a posição de colonizador/conquistador de novas terras.

A relativa explicativa⁵ “o que tem sabor de um presente a mais nos 200 anos do Banco do Brasil neste ano de 2008” aponta o funcionamento do interdiscurso como discurso transversal, num sentido de acréscimo, de saturação, de completude do dizer sobre as conquistas brasileiras oportunizadas por intermédio do banco, que soam como um prêmio a mais para a festa dos 200 anos do banco. Assim sendo, embora se trate de um consórcio brasileiro-árabe, quem comemora a aprovação é o banco, representação metafórica do Brasil como um todo, por se apresentar, justamente, como o agente responsável pelo desenvolvimento do país.

Uma outra marca linguística que se destaca na materialidade, marcando também a relação dentro-fora em relação ao país e o banco, é o uso de estrangeirismos (*full branch*,

⁴ Aqui reflito sobre a questão do que é ser patriota, ou melhor, quem é patriota no Brasil: os brasileiros como um todo? Os moradores de cada estado (os gaúchos, os paulistas, etc.). No entanto, na propaganda, esse patriotismo não é sedimentado (em estados, por exemplo), sendo atribuído a “todos” brasileiros.

⁵ Segundo as considerações de Pachi-Filho (2008, p. 69), as explicativas também podem ser consideradas como restrição do sentido. Para ele, isso ocorre como “um corte que privilegia um sentido em detrimento do outro, operando no fio do discurso um apagamento de outras possibilidades explicativas”, as quais demonstram, de certa forma, uma inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas e ideológicas. Assim sendo, na explicitação do texto propagandístico das práticas realizadas pela instituição, temos o funcionamento de um discurso transversal linearizado no eixo do intradiscurso, remetendo, segundo Pêcheux (2009, p. 153), à metonímia, “enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc.”.

interbank), designativo de algumas das operações realizadas pelo BB. Segundo Authier-Revuz (1990, p. 30), o uso de uma outra língua funciona como heterogeneidade mostrada, por ser entendido como “exterior” em relação ao discurso e, por isso, interferindo na cadeia do discurso em enunciação. Na propaganda, os termos em língua inglesa atestam a presença do estrangeiro na constituição das atividades desenvolvidas pelo banco, em conformidade com a língua predominante no campo da informática, que também é o inglês, considerado língua internacional, particularmente nos domínios da economia.

É pertinente enfatizar a justificativa construída e realçada no/pelo discurso da propaganda quanto à ligação do BB (e do Brasil) com o exterior, uma vez que o banco se considera o responsável por inverter uma tendência histórica, ou seja, em seu “objetivo de carrear financiamentos para empresas públicas e privadas”, passa a enfatizar o comércio exterior como “forma de trazer divisas e estimular as exportações”. Esse realce é destacado no início do parágrafo: “O mais importante, é que naquela época, o Banco do Brasil começava a inverter uma tendência”. A dependência financeira do Brasil em relação ao capital estrangeiro é silenciada, ou, então, desliza para o sentido de “trazer divisas e estimular as exportações”, apagando, portanto, o preço a ser pago (taxas de juros, encargos financeiros decorrentes dos financiamentos efetuados junto ao banco, etc.) por essas movimentações financeiras. Por um efeito de evidências, a relação econômica entre o Brasil e o exterior naturaliza-se, silenciando o histórico de dependência deste país em relação aos países estrangeiros.

Pelo efeito da narratividade que constitui a formulação da propaganda, compreendendo que as marcas de temporalidade, o uso de estrangeirismos, a delimitação de espaços brasileiros e estrangeiros, o uso de verbos no gerúndio, adjetivos e encaixes sintáticos se tornam decisivos para o efeito de linearidade e completude do dizer, produzindo a imagem de competência, dinamismo, criatividade para o banco, visto como capaz de “reduzir as desigualdades regionais e integrar economicamente nosso território”, instalando “agências em todos os pontos do país” e também no exterior.

A imagem de “Salvador da Pátria” é realçada no final do texto por uma sequência de relativas restritivas que trazem novamente o pré-construído da História do Brasil, como suporte para que o banco seja considerado como re-fundador dessa história, pois ele não é “um simples estabelecimento de crédito, mas um verdadeiro agente do desenvolvimento do país”:

Em 2008, no ano em que completa 200 anos, dois séculos depois do gesto histórico de Dom João VI que abriu os portos às nações amigas e logo depois o criou, o Banco do Brasil está entre os maiores do mundo. Mas não perdeu nem um pouco do impulso inicial que o conduz a ser não um simples estabelecimento de crédito, mas um verdadeiro agente do desenvolvimento do país. (l. 28 a 33)

A repetição constante da nominalização “verdadeiro agente do desenvolvimento do país” ressoa mobilizando o sentido de dependência do Brasil em relação ao banco, ou seja, o objeto criado equipara-se ao seu criador, tornando-se indispensável ao desenvolvimento do país em todas as áreas e, pela metáfora da modernidade, busca adquirir o status de *mundial* e não mais *nacional*.

Considerações finais

À luz das reflexões produzidas no percurso de análise da propaganda, relembro que o texto, na perspectiva da AD, apresenta-se como uma delimitação imaginária. Assim, faz-se necessário compreender que a significação é uma questão aberta, que os sentidos não se fecham, numa relação entre a repetição e a possibilidade de o sentido ser outro. Dessa forma, considero que a tensão entre unidade e dispersão também se mostra como uma regularidade no corpus analisado, com a dispersão dos sujeitos e de seus lugares enunciativos (sujeito publicitário; sujeito ilustrador, sujeito fotógrafo, sujeito gerente do banco) e também a dispersão de sentidos que deslizam, mesmo quando se busca, por um efeito ideológico, a linearidade, a completude, a não contradição e a saturação dos enunciados.

Lagazzi (2009, p. 2) lembra que “somos sujeitos à ideologia materializada no discurso, sujeitos à incompletude da língua e à contradição da história. Ser sujeito significa constituir-se no jogo dos sentidos, pego na evidência das interpretações”. Portanto, a incompletude constitutiva do discurso mostra ser impossível dizer tudo, mesmo que esse ‘tudo’ seja uma ilusão necessária, construída ao longo da história.

Em razão disso, a autora ressalta que

Enquanto sujeitos inscritos no simbólico, estamos no movimento do discurso e do desejo, e precisamos acreditar na possibilidade da completude do sentido para que a ilusão da estabilidade nos acolha e produza o efeito de controle de que tanto necessitamos. (LAGAZZI, 2009, p. 2)

Entre a ilusão de estabilidade e a incompletude dos sentidos, questionando o funcionamento do interdiscurso/memória discursiva materializado no eixo da formulação e considerando o emprego das orações relativas restritivas e explicativas, procurei explicitar os pré-construídos que sustentaram grande parte dos enunciados analisados neste trabalho. Além disso, essas construções são entendidas como encaixes sintáticos, acréscimos, que, no caso da propaganda, procuram consolidar e legitimar a identidade do banco, a partir de processo de narratividade, no qual se tenta “contar uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e consequências, com personagens e cenários explicativos” (MARIANI, 1998, p. 231).

Outro recurso linguístico responsável pelo efeito de acréscimo no texto é a disposição das marcas de pontuação. Os sinais de pontuação, como se sabe, servem para marcar divisões, separar sentidos e formações discursivas e distribuir diferentes posições dos sujeitos na materialidade verbal. Assim sendo, indicam modos de subjetivação dos sujeitos. Junto à pontuação constitutiva da propaganda, destaco também o uso das aspas, o qual funciona como heterogeneidade mostrada, ao manter à distância as palavras do outro, na forma de discurso direto.

Outra forma de heterogeneidade mostrada recorrente foi o emprego de estrangeirismos, os quais apontam para a presença do outro (o estrangeiro) como participante da metáfora da modernidade, o que é trazido, de acordo com o anúncio, pela instituição financeira.

No leque de regularidades identificadas, destacam-se também as marcas de temporalidade (presentes em datas, verbos no pretérito perfeito, imperfeito, gerúndio, advérbios, locuções adverbiais), o uso dos adjetivos, as marcas de espacialidade (em nomes de

idades, países, agências bancárias), o uso de porcentagens e de números ordinais. Todos esses recursos linguísticos funcionam para mobilizar os sentidos de permanência, constância, confiabilidade, entre outros, associados aos componentes de tradição e solidez que o publicitário pretende “colar” à imagem da empresa bancária. Portanto, tornam-se decisivos para o efeito de linearidade e completude do dizer (procedimentos de fazer-ver, fazer-creer) e contam na composição de uma imagem de competência, dinamismo e criatividade a ser atribuída ao banco.

Assim sendo, a busca de legitimação da imagem do banco como um *Salvador da Pátria* é marcada por uma insistente projeção de futuro, enfatizando as diferentes áreas nas quais o país teria maiores carências e precisaria ser fortalecido (agricultura, indústria, evolução tecnológica, etc.). Pela metáfora da modernidade, busca-se representar o próprio futuro da instituição. Portanto, o presente é firmado no passado ou no futuro, pois se constitui em um período de censura, de ausência de questionamentos político-sociais, de controle explícito dos dizeres, ou seja, a Ditadura Militar significa justamente pelo silêncio que o discurso da propaganda ajuda a manter quando menciona a década de 1970, num movimento constante entre o passado e o futuro.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- BANCO DO BRASIL. Banco do Brasil ou melhor: do Mundo. *Exame*, São Paulo, n. 164, p. 60-61, 22 nov. 1978.
- CARROZZA, Newton Guilherme Vale. *Publicidade: o consumo e sua língua*. 2010. 154 p. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, SP.
- DIAS, Cristiane. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV*. 2004. 176 p. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, SP.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte significante da memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. 258 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012. 239 p.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto – velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- _____. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *As formas do silêncio: movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, Campinas, SP, n. 1, p. 35-47, 1995.
- PACHI-FILHO, Fernando Felício. *Privatizar para tornar “público”*: uma análise do discurso sobre a privatização das telecomunicações em jornais. 2008. 239p. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, SP.

- PAYER, Maria Onice. Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado. *RUA*, Campinas, SP, n. 11, p. 9-25, mar. 2005.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PEREIRA, Rosane da Conceição. *Discurso e publicidade: dos processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira*. 2006. 352 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- TRINDADE, Eneus. A publicidade e a modernidade-mundo: as representações de pessoa, espaço e tempo. In: BARBOSA, Ivan Santo (Org.). *Os sentidos da publicidade: estudos interdisciplinares*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 71-95.

A fronteira e as línguas atravessadas nos relatos de viagens

(Borders and languages intertwined with travel logs)

Marilene Aparecida Lemos

Docente de Língua Espanhola – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

marilene.lemos@uffs.edu.br

Abstract: This paper intends to demonstrate my PhD research progress, which began in 2014, at IEL/Unicamp, under the working title: *Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC (Brazil); Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina): borders, languages and history*. I seek to foster the discussion of my research project goals, which aims to analyze memory traces of immigrant languages and of other languages that were comprised within this border space upon the demarcation of boundaries, in languages in daily use in such “border area” (STURZA, 2006). This research seeks originality by proposing to fill a gap in the field of studies regarding borders, in order to provide visibility to the process of historical production of certain evidence, and to their products as historical, not merely natural products.

Keywords: speech; borders; language; history.

Resumo: Este trabalho propõe mostrar o andamento de minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2014, no IEL/Unicamp, cujo título provisório é: *Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC (Brasil); Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina): fronteiras, línguas e história*. Assim, pretendo trazer à discussão um dos objetivos do projeto de pesquisa, o qual visa a analisar traços de memória das línguas dos imigrantes e de outras línguas que constituíam esse espaço de fronteira quando da demarcação dos limites, na(s) línguas(s) enunciada(s) cotidianamente nesse “espaço fronteiro” (STURZA, 2006). Tal pesquisa busca sua originalidade ao propor preencher uma lacuna no campo dos estudos sobre as fronteiras, no sentido de dar visibilidade ao processo de produção histórica de certas evidências, e aos seus produtos como produtos históricos, e não meramente naturais.

Palavras-chave: discurso; fronteiras; língua; história.

Introdução

Este trabalho propõe mostrar uma parte de minha pesquisa de doutorado, em andamento, no IEL/Unicamp, cujo título provisório é: “Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC (Brasil); Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina): fronteiras, línguas e história”. Assim, pretendo trazer à discussão um dos objetivos do projeto de pesquisa, o qual visa analisar traços de memória das línguas dos imigrantes e de outras línguas que constituíam esse espaço de fronteira quando da demarcação dos limites, na(s) língua(s) enunciada(s) cotidianamente nesse “espaço fronteiro” (STURZA, 2006). Tais aspectos funcionarão como propulsores para a questão fundamental da pesquisa: compreender discursivamente, por meio da história, as evidências a que nos encontramos submersos, sobretudo em relação às línguas enunciadas nessa faixa de fronteira, ou seja, investigar de que maneira a língua espanhola e outras línguas enunciadas na fronteira estão postas nesse espaço, como essas línguas significam, deslocando-as de sua aparência empírica (como “línguas em contato”, “línguas de fronteira”, “línguas na fronteira”, etc.) para desvendar seu funcionamento como discurso.

Desse modo, para este trabalho, considero relevante retomar uma obra que pontua aspectos importantes sobre a região fronteira em estudo: “A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras”, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Essa obra contém a reimpressão de escritos do início do século XX, que relatam a viagem do então governador (na época era denominado Presidente de Estado) Adolfo Konder ao Oeste do estado de Santa Catarina. Busco sinalizar, a partir dessa obra, que passa a ser descrita, algumas marcas de quais eram as línguas enunciadas naquelas condições de produção.

“A viagem de 1929”

Trata-se de uma obra que relata a viagem do então governador Adolfo Konder, que sai de Florianópolis e, por um período de 30 dias, percorre o estado de Santa Catarina até a cidade de Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina. Nessa obra são publicados, em 2005, textos fac-similares de “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Arthur Ferreira da Costa e de “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931), de José Arthur Boiteux. Também fazem parte da obra um álbum fotográfico que registra a passagem do Presidente de Estado pelo Oeste e duas interpretações sobre a viagem de 1929.

Em contato com esses textos, aprendemos com Costa (1929) que o nome Dionísio Cerqueira deve-se à memória do general Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira, visto que foi o chefe da comissão brasileira de demarcação de limites com a Argentina. Dionísio Cerqueira, por ocasião da visita de Adolfo Konder – registrada nesse livro – reclamava a atenção do governo do estado e do governo brasileiro. Nas palavras de Costa (1929, p. 37):

Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o último elemento. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política.

Costa (1929) complementa que os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de *Barracon* (como era conhecido esse povoado, na época, pelos argentinos), onde aprendiam a cantar o hino da nação amiga, como sendo o de sua pátria. Mais que isso, não havia oficial de registro civil; as crianças que nasciam em Dionísio Cerqueira eram registradas como argentinas em *Barracon* e, tempos depois, eram inscritas nos respectivos assentamentos militares. Os casamentos, igualmente, eram feitos na Argentina, bem como os registros de óbitos. Sobre a divisão de limites, menciona-se que solucionado o pleito internacional, ficou a jurisdição argentina definitivamente assentada na orla direita do *Rio Pepery-Guassú*.

Prosseguindo sua narrativa, Costa (1929) nos diz que aquela região fronteira mostrava uma inconfundível impressão de descaso do governo federal. Segundo o autor, do lado esquerdo do *Pepery* a disputa de jurisdição prolongou-se por mais tempo. Só com o Acordo 1917 foi traçada a linha divisória dos territórios catarinense e paranaense, sob um critério pouco recomendável de linhas secas. Descreve que, na margem direita – Argentina), as casas eram melhores e o comércio, mais próspero. Na margem esquerda, a porção melhor era a catarinense (Dionísio Cerqueira), embora seu comércio fosse muito

pobre. A riqueza daquela região era o mate. Quem explorava aquele local dispoñdo de dinheiro, organização e “gente inteligente”, era o argentino. Já no lado paranaense, que conservou o nome de Barracão, praticamente não havia comércio. Costa observa que em *Barracón* as bandeiras argentinas tremulavam em vários mastros e eram algo envelhecidas, dando a prova de seu uso frequente. Em Dionísio Cerqueira, as bandeiras brasileiras eram numerosas e inteiramente novas quando ali esteve o presidente Konder.

Boiteux (1931) relata que o presidente Konder encontrou aquela zona rica, de grandes possibilidades – referindo-se a Dionísio Cerqueira –, abandonada por completo, sem justiça, sem lei, sem escola. E, desde logo, providenciou a normalização administrativa. Criou-se a escola, que, tomou o nome de José Boiteux. E, assim, o autor reproduz as palavras do presidente: “não mais deixarão os nossos conterrâneos de aprender a língua nacional, pois que, para não serem analfabetos, iam à escola argentina, atravessando o Pepiry-guassú!” (BOITEUX, 1931, p. 24). E, prosseguindo sua narrativa, Boiteux elogia as obras do presidente:

Nomearam-se autoridades policiais e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia à vida e à propriedade do cidadão; criou-se o juizado de paz, deixando assim de inscrever-se nos registros, como nascidos na vizinha República, os brasileiros que viam a luz no território catarinense. Já agora ali fluctúa o auri-verde pendão da nossa Pátria, que os brasileiros não viam, apenas conhecendo o argentino, hasteando nas fachadas das repartições na outra margem do Pepiry-guassú. Em suma, numa frase incisiva o presidente de Santa Catarina diz: “a situação em que [...] jazia essa porção da terra barriga-verde fronteiraça com a República Argentina: ‘Aquella região dá a impressão de que é de quem ali primeiro chega’”.

Vale destacar que nesse período havia uma preocupação do governo federal brasileiro no sentido de criar uma imagem de “pátria” para o país. Em suma, o autor relata o “abandono” que o governador do estado de Santa Catarina encontrou na região, mas, depois de sua visita, tudo, “felizmente”, mudou.

Desse modo, essas primeiras constatações nos conduzem a buscar um aprofundamento teórico que permita a compreensão das condições de produção daquela região fronteiraça.

Condições de produção

Nossa pesquisa fundamenta-se na teoria da Análise do Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux, na França, nos anos 60 do século XX, e (des/re)territorializada por meio da reflexão levada adiante no Brasil por pesquisadores e grupos de pesquisa que se filiam a esse quadro epistemológico. A Análise do Discurso de linha francesa é considerada por Orlandi (2005a) uma disciplina de entremeio, que não se caracteriza como uma disciplina positivista, mas que articula saberes do campo da Linguística saussuriana, pela releitura de Michael Pêcheux, saberes do campo do Materialismo Histórico formulado por Karl Marx e relido por Luiz Althusser e da Psicanálise freudiana, por uma leitura lacaniana.

A análise de discurso filiada teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua, marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia

com a língua, trazendo para a reflexão o materialismo. Diz Orlandi (2012) que essa teoria “pós-estruturalista” se beneficia do não conteudismo – seja do sentido, seja do sujeito como origem. E acrescenta que essa teoria não é formalista, nem funcionalista, mas, sim, materialista. A posição epistemológica da análise de discurso conduz, então, a pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um órgão mental), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades (PÊCHEUX, 2011).

E, como afirma Orlandi, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico:

[...] há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica. (ORLANDI, 2005a, p. 19)

Assim sendo, ao fundamentarmos nosso estudo na perspectiva materialista a partir do entendimento de que ela considera que os sentidos não são estáticos e o discurso é a língua na história, significante na história (LAGAZZI, 2010), queremos dizer que por este viés poderemos investigar discursivamente, por meio da história, de que maneira a língua espanhola e outras línguas enunciadas na fronteira estão postas nesse espaço, como essas línguas significam.

Nesse sentido, para os fins deste trabalho, mobilizaremos a noção de condições de produção (CP), assim como trataremos aspectos que consideramos fundamentais para a proposta de análise que apresentamos. Para tal, partimos da explicação de Pêcheux (1969, p. 77) de que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. E, sobre as condições de produção, Pêcheux destaca a seguinte definição:

Enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, 1969, p. 78, grifos do autor)

Para Courtine (1981), a noção de condições de produção não foi exaustivamente discutida nos trabalhos de análise de discurso. Os problemas que essa noção apresenta foram abordados em diferentes análises; contudo, para ele, parecem insuficientes. O autor destaca que as origens da noção parecem ser de três ordens: inicialmente da *análise de conteúdo*, especialmente em psicologia social; da *sociolinguística* (cujo papel é o de uma *origem indireta*) e da definição de *situação* conforme propõe Z. Harris (1952), no texto *Discourse Analysis*. Courtine (1981) considera que as condições de produção remetem aos planos histórico, psicossociológico e linguístico, porém esses planos “são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas”; além disso, destaca “o caráter heterogêneo e instável da noção de CP” (p. 51). Diante desses argumentos, o autor ressalta a necessidade de uma redefinição da noção

que a reordene à análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva.

Levando em conta o sujeito que enuncia na região de fronteira, na sua história, estamos considerando os processos e as condições de produção da linguagem nesse espaço fronteiro, “pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2005a, p. 16). Desse modo, devemos relacionar a linguagem à sua exterioridade, nas condições em que os discursos são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito.

Segundo Orlandi (2005a, p. 40):

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica [...]. É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

Ainda em relação às condições de produção, a autora ensina que, se as considerarmos em sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E, se as considerarmos em sentido amplo, temos as condições de produção, que por sua vez, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2005a, p. 30).

Tendo em vista as condições de produção em sentido amplo, os estudos de Guimarães (2005) também serão considerados para os fins deste trabalho; ele nos indica um espaço de línguas e falantes a que chama “espaço de enunciação”. Esse autor considera o falante não uma figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. Guimarães (2005, p. 18) define o “espaço de enunciação” como:

[..] espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Sturza (2006) quando interpreta o sentido político das práticas linguísticas fronteiriças, considera necessário definir um “espaço de enunciação fronteiro”. De acordo com a autora, “sendo as línguas enunciadas em lugar específico, elas apresentam outros sentidos que não se repetem em outros espaços de enunciação, quando as línguas funcionam nos seus domínios enunciativos, como línguas nacionais”. Para pensarmos um espaço de enunciação específico como é o caso da tríplice fronteira – Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Argentina –, os estudos de Sturza (2006) acerca de um “espaço de enunciação fronteiro” também serão considerados.

Fronteiras, línguas e história

Ao tratarmos do objetivo exposto na introdução deste trabalho, tomaremos o trecho a seguir, da obra *A viagem de 1929*, e realizaremos uma breve análise tentando compreender aquelas condições de produção, bem como o funcionamento das línguas enunciadas na fronteira e sua relação com a história:

Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o último elemento.

Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política. (CEOM, 2005, p. 48)

Começamos por dizer que o período compreendido entre o final do século XIX e início do XX foi marcante para os países latino-americanos no sentido de afirmação de sua nacionalidade. Essa época coincide, na Argentina, com a chegada dos imigrantes e o tema da identidade nacional estava entre as principais discussões da época, principalmente entre a elite intelectual, a despeito da heterogeneidade de um país tomado pela imigração europeia.

Na perspectiva de Greja (2009), na Argentina, a preocupação com a questão nacional surgiu a partir da independência. No entanto, para a autora, referindo-se a Bertoni (2001), o processo de construção da nacionalidade argentina passa, a partir de 1880, a ser motivado pela imigração massiva e o início de uma nova etapa de construção das nações e das nacionalidades na Europa, sob um clima de expansão colonial e imperialista. Diante disso, a elite considerava que a Argentina deveria construir uma nacionalidade própria que englobasse não apenas os argentinos natos, mas também os imigrantes europeus que chegavam ao país. Contudo, esse projeto nacionalizador se constituía em um grande desafio para a elite intelectual, pois tentavam-se forjar valores nacionalistas, homogêneos, a uma sociedade que se tornava cada vez mais heterogênea.

Dentre os intelectuais da época, Domingo Faustino Sarmiento, como mostra Greja (2009), acreditava que os imigrantes poderiam ser os autores da mudança, por meio do desempenho de trabalho agrícola. Com isso, eliminariam o deserto, que para ele era o verdadeiro inimigo da civilização e do progresso. Para Sarmiento, a nacionalização era considerada o único meio de assimilação total da massa imigratória, pois acreditava que uma nova cidadania acabaria por dissolver as fronteiras entre *criollos* e estrangeiros (GREJA, 2009, p. 82). Os intelectuais da geração de 1880 consideravam o *criollo* como o primitivo, o simples, cuja tradição estava associada à espanhola. As cidades iam transformando-se em centros de europeização da Argentina, ao mesmo tempo em que se defendia o rompimento de um passado colonial para que se concretizasse o projeto de construção da nação argentina. Assim, o *criollo* era suprimido e substituído pelo imigrante europeu, representante da “civilização” e visto como a solução para o “problema cultural” que essa geração acreditava atingir a população argentina (GREJA, 2009, p. 30-35; destaques nossos).

No Brasil, em 1930, Getúlio Vargas iniciava a implantação de uma política de nacionalização. Vemos que Orlandi (2005b) explica que o período denominado Estado Novo foi um período autoritário de tendência centralizadora. Esse governo, acrescenta a autora, exercia forte controle dos meios de comunicação, censura sobre a cultura e, conseqüentemente, esses aspectos influenciavam na área da educação (CHAGAS, 1979, p. 117). Nesse sentido, Payer (2006) observa que havia uma política linguística que atingia fortemente os imigrantes. Na escola, segundo Orlandi (2005b, p. 29), “todo o desenvolvimento era para cercear o desenvolvimento de uma dominante estrangeira e a favor da dominância nacional: os professores, a língua, os livros [...] deviam ser do país”.

Devemos considerar que o período de 1930 a 1945 foi significativo no que diz respeito à política para as regiões de fronteira, sobretudo no que se refere à nacionalização das fronteiras, sendo que a educação funcionava como um dos meios para se concretizar o

objetivo de nacionalização. De acordo com Brito (2001, p. 112), a partir do Estado Novo, em 1937, surgiram, de forma mais evidente e claramente formuladas, como políticas de Estado, as preocupações em torno da nacionalização das regiões fronteiriças do Brasil.

No governo de Vargas, segundo as reflexões de Modesti (2012), havia um interesse forte em consolidar um Estado/Nação. Para tanto, além de outras políticas, fazia-se necessário desenvolver e integrar o interior à nação. Assim, as zonas de fronteira passaram a ser uma preocupação para esse governo, pois poderiam ameaçar a segurança nacional, tendo em vista que nessas regiões circulavam um grande número de imigrantes – Vargas os via como representantes de ideais subversivos. O projeto nacionalista, então, criava políticas específicas para as zonas de fronteira, em torno de um elemento fundamental: a educação. No intuito de “nacionalizar” grupos estrangeiros e padronizar o ensino, tomaram-se medidas para fechar escolas consideradas estrangeiras e ampliar o número de estabelecimentos de ensino oficiais. Nessas condições de produção, “os discursos em Santa Catarina demonstravam que [...] ‘desbravar o sertão’ significava construir uma Nação”, de acordo com o autor.

Essas foram algumas das bases políticas que motivaram, em 1929, Adolfo Konder a realizar uma viagem ao oeste de Santa Catarina com o intuito de incitar a construção da brasilidade, ou melhor, “conquistar” “[...] populações brasílicas que estavam se ‘desnacionalizando’, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias à comunhão nacional” (COSTA, 2005, p. 7).

A partir das condições de produção apresentadas, fazia sentido o discurso da comitiva de Adolfo Konder: constatar o perigo de “desnacionalização” na região de Dionísio Cerqueira. Conforme exposto anteriormente, no relato da viagem de 1929, essa região fronteiriça apresentava escassez de serviços assistenciais básicos, assim como acesso restrito à educação. Desse modo, como demonstra o relato em estudo, os brasileiros que viviam na fronteira estavam cada vez mais inseridos na cultura do país vizinho e se constituíam também na/pela língua espanhola e nessa relação com aquele momento histórico, como sujeitos cívicos, políticos e jurídicos e sujeitos às determinações da nação argentina.

Assim, a viagem do governador a essa região fronteiriça, considerada esquecida e desintegrada da nação brasileira, expressa um interesse de integração das fronteiras com os referenciais nacionais. Havia “um simbolismo na passagem de Adolfo Konder pelo oeste catarinense como se a região ‘passasse a fazer parte’ de Santa Catarina e do Brasil a partir dessa viagem, durante a qual o governante pôde constatar os problemas característicos das regiões de fronteira” (MODESTI, 2012, p. 42).

Dado o exposto, tanto a Argentina como o Brasil, na época da viagem do governador Adolfo Konder a Dionísio Cerqueira (1929), vivenciavam um período de efetivação de políticas de nacionalização. Contudo, tais políticas apresentavam suas particularidades. Convém destacar que a Argentina concebia o imigrante (principalmente o europeu) como o representante da “civilização” e como a solução do “problema cultural”. No Brasil, o projeto de nacionalização do governo Vargas tinha o imigrante como ameaça à segurança nacional, principalmente nas zonas de fronteira.

Em ambos os países, a educação funcionava como um dos meios para concretizar o objetivo de nacionalização. E o discurso da educação se impunha juntamente com uma política linguística a favor da dominância da língua de respectiva nação. No caso do Brasil, o fragmento que analisamos mostra que “[a]quella zona estava se desnacionalizando”, e

tal discurso produz efeitos de sentido de uma não-hegemonia da língua portuguesa na região. Agregado a isso está o fato de “a língua que se fala [ser] uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento”, que tampouco era positivo para a Argentina, tendo em vista que “nacionalizar” para aquele país reforçava a ideia de uma fronteira definitivamente castelhana.

Considerações finais

Encaminhando-nos para as considerações finais deste trabalho, vale mencionar Modesti (2012), fundamentando-se em Hobsbawm (2000, p. 272): um estado nacional se caracterizaria por uma porção territorial na qual vive um grupo homogêneo de pessoas que se identifica por língua e costumes. E, nesse sentido, Vargas defendia seu projeto nacionalista, que visava a unificar o país, independente da pluralidade de grupos e de culturas. Nas regiões de fronteira, no caso em estudo a tríplice fronteira – Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Argentina –, o fato de determinar aos sujeitos que ali enunciavam a identificação como nação, implicava, obrigatoriamente, identificação pela língua da nação, ou seja, a língua portuguesa. E a ideia de “conquistar” esses sujeitos para o projeto de “brasilidade”, incluindo estrangeiros, visando a compor um país homogêneo, sugere desprezar as condições de produção, pois “a língua que se fala é uma mistura de português e castelhano” e aqueles sujeitos se constituíam em um espaço heterogêneo entre portugueses, indígenas, caboclos e descendentes de italianos e alemães, principalmente.

Para a análise de discurso, o imaginário de homogeneidade da língua e dos discursos é desconstruído, “todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro” (GREGOLIN, 2005). Embora tanto a Argentina como o Brasil apresentassem uma visão redutora e excludente da mistura de povos, da heterogeneidade, aquém de uma política linguística que contemplasse a interculturalidade e se colocasse a favor de uma imagem idealizada de homogeneidade, de acordo com os interesses das classes dominantes dos respectivos países, os sentidos escapam às determinações, dado que as línguas se dividem, se misturam, entram uma no espaço de enunciação da outra.

REFERÊNCIAS

- BERTONI, L. A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BOITEUX, J. A. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- BRITO, S. H. A. de. *Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- CHAGAS, V. *Didática especial de línguas modernas*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

- COSTA, A. F. da. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].
- GREGOLIN, M. R.. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- GREJA, C. B. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político: pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HOBBSAWM, E. J. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- LAGAZZI, S. The social in scene in significant materiality. *Acta Scientiarum – language and culture*, v. 32, n. 2, p. 153-161, 2010.
- MODESTI, T. A educação como um projeto de estado/nação na fronteira oeste catarinense (Chapecó 1930-1945). *Cadernos do CEOM*, Fronteiras, n. 37, ano 25, p. 39-60, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.
- _____. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). *Língua e instrumentos linguísticos*, n. 15, p. 27-33, 2005b.
- _____. Análise de Discurso e contemporaneidade científica. In: ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 37-54.
- PAYER, M. O. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.
- STURZA, E. R. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Memória e tecnologia: efeitos de sentido no ensino de língua na escola

(Memory and technology: effects of meaning in language teaching in school)

Maristela Cury Sarian¹

¹Curso de Letras– Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

maristelasarian@unemat.br

Abstract: The purpose of this study, under the scope of Discourse Analysis, is to give visibility to the discourse production of “Programa Um Computador por Aluno” (PROUCA) as a digital inclusion public policy in elementary education in order to shed some light on the work of the metal memory compared with the institutional memory as for the use of the so-called TICs in Portuguese language teaching in school in the globalization era, mostly on the effects of meaning produced by institutionalization processes of technology in school with emphasis on how the internet implies subjects and meanings in this Program.

Keywords: discourse analysis; digital inclusion; teaching; Portuguese language.

Resumo: Este trabalho se inscreve na perspectiva da Análise de Discurso e tem por objetivo dar visibilidade à discursividade do Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) enquanto uma política pública de inclusão digital na educação básica, a fim de colocar em evidência o funcionamento da memória metálica na relação com a memória institucional no que diz respeito ao uso das chamadas TICs no ensino de língua portuguesa na escola em tempos de globalização, sobretudo aos efeitos de sentido produzidos pelos processos de institucionalização da tecnologia na escola, com ênfase no modo de como a internet significa sujeitos e sentidos nesse Programa.

Palavras-chave: análise de discurso; inclusão digital; ensino; língua portuguesa.

Considerações iniciais

O PROUCA (Programa Um Computador por Aluno), enquanto uma política pública de inclusão digital, foi institucionalizado pela Lei de sua criação, a 12.249/2010, de 10 de junho de 2010 (BRASIL, 2010a), e pelo Decreto 7.243, de 26 de julho 2010 (BRASIL, 2010b). É parte de uma política de inclusão digital mais ampla voltada à educação básica, cujas bases se sustentam no PROINFO (Programa Informática na Educação).

Esse programa tem por objetivo equipar as salas de aula de escolas da rede pública de ensino básico com um *laptop* educacional com internet, visando à melhoria do ensino aprendizagem, à inclusão digital e à inserção (do sujeito e das empresas) na cadeia produtiva brasileira, como vemos no recorte a seguir, extraído de um dos documentos que mobilizamos para nossa pesquisa:

O governo federal propõe, com o Projeto UCA, uma nova forma de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas, balizada pela necessidade de:
melhoria da qualidade da educação;
inclusão digital;
inserção da cadeia produtiva brasileira *no processo de fabricação e manutenção dos equipamentos*. (BRASIL, 2007, p. 9, grifos nossos)

O Programa foi organizado, inicialmente, em duas grandes fases, Fase I e Fase II. A Fase I, denominada pré-piloto, teve por objetivo distribuir gratuitamente *laptops* doados por fabricantes em cinco escolas – uma em cada Estado – de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Porto Alegre e o Distrito Federal:

Durante o ano de 2007 foram iniciados experimentos do UCA em cinco escolas brasileiras, visando avaliar o uso de equipamentos portáteis pelos alunos em sala de aula. A Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) fez várias sondagens a estados e municípios buscando adesão dos mesmos. Inicialmente foram pré-selecionadas dez escolas e, destas, cinco foram escolhidas. (<http://www.uca.gov.br/institucional/experimentosFase1.jsp>)

No que concerne à Fase II, denominada piloto, esta visou à distribuição de computadores por 300 escolas espalhadas pelo país:

Em 2010, o UCA entra em sua fase 2, denominada Piloto. Esta etapa abrangerá cerca de 300 escolas públicas pertencentes às redes de ensino estaduais e municipais, distribuídas em todas as unidades da federação e selecionadas mediante critérios acordados com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) e a Presidência da República. (<http://www.uca.gov.br/institucional/projetoPiloto.jsp>)¹

O Programa tem suas bases assentadas no acesso, por meio da escola, ao espaço digital e sustenta-se no efeito de pré-construído de que apenas uma pequena parcela da população brasileira tem acesso residencial à internet. Funciona no efeito de evidência que produz uma relação direta entre a qualificação do sujeito aluno, propiciada pela escola, e a movimentação da economia, por meio da colocação profissional desse sujeito. Sentidos mercadológicos que nos levam a compreender que a entrada dos laptops na escola é uma questão político-econômico-pedagógica, parte de uma política econômica neoliberal ampla, na qual o Brasil se insere.

Observamos, aqui, o funcionamento de uma memória discursiva da educação brasileira voltada para o trabalho, atualizada na sociedade capitalista e mundializada de nossos dias, na circulação do sentido de ensino voltado para uma qualificação a ser posta num mercado de trabalho, para atender as novas questões exigidas pelo próprio sistema econômico do século XXI.

Aprendemos, com linguistas, historiadores, historiadores da educação e filósofos, que o processo de escolarização no Brasil produziu e manteve, ao longo do tempo, sistemas de ensino duais, desiguais, excludentes e contraditórios, marcados, ao longo do tempo, e até os nossos dias, por uma “educação de classe” (ORLANDI, 2008, p. 36), conformando os sujeitos escolarizados de modo a formar trabalhadores ajustados, a cada tempo (SILVA, 2007), a uma lógica de mercado, ainda que, imaginariamente, a escola seja significada, na discursividade educacional em circulação em nosso país, atualmente, como uma escola para todos. Divisões ora mais, ora menos visíveis, que ressoam e

¹ Na página, encontramos informações detalhadas sobre esta Fase, como, por exemplo, o cronograma de implantação nas escolas, dividido por lotes, acompanhado da distribuição dos computadores (<http://www.uca.gov.br/institucional/escolasBeneficiadas2.jsp>). Acesso em: 6 fev. 2012).

produzem efeitos em nosso sistema de ensino de hoje, o que nos leva a compreender o que Orlandi (2004, p. 150) diz a respeito da escola, que, “como uma instituição, significa dentro do processo de verticalização”.

Nas palavras de Cury (2008, p. 210, grifos do autor), historicamente, a educação praticada no Brasil é significada por um movimento contraditório, em que uma “*inclusão excludente e seletiva*” foi se produzindo ao longo do tempo:

Eis que a educação escolar, similar a outras dimensões da vida sociocultural, então coexiste nessa contradição de ser inclusiva e seletiva nos modos e meios dessa inclusão e estar, ao mesmo tempo, sob o signo universal do direito.

Essa contradição se mostra no modo pelo qual a escolarização brasileira se desenvolveu ao longo de nossa história. Dizer, hoje, que a educação é direito de todos, “um princípio e uma norma do ordenamento jurídico brasileiro” (CURY, 2008, p. 210), é também dizer da contradição que marca o nosso processo de escolarização, na medida em que “ela não teve e ainda não tem sua distribuição efetivamente posta à disposição do conjunto dos cidadãos sob a égide da igualdade de oportunidades e de condições” (CURY, 2008, p. 210). Esse direito à educação formal e esse universalismo no que toca ao acesso se materializam, para o autor, no “direito ao saber como um direito igualitário dentro da escola formal” (CURY, 2008, p. 208) e na “natureza universalista da assunção dos conhecimentos organizados e sistemáticos” (p. 209).

A escola brasileira filia-se a um *sempre já-lá* da formação social capitalista, tendo seu início na colonização (SILVA, 2007). Para a autora, a escola, como uma instituição laica, gratuita e obrigatória, é uma construção do capitalismo, marcada, *ab ovo*, pela exclusão, que se dá de diferentes maneiras, de acordo com os diferentes momentos de nossa história: “o discurso da escolarização no Brasil é determinado pela formação discursiva religiosa-cristã-católica, dominada pela formação ideológica da colonização” (SILVA, 2006, p. 136). Dessa forma, a memória da escolarização se dá, por meio da colonização, no Brasil, em condições históricas de produção nas quais tínhamos

[...] uma economia presa ao capitalismo – um sistema de domínio externo da natureza e do homem da terra –, sustentada pelo trabalho escravo – um regime arcaico de trabalho –, forjando relações sociais completamente assimétricas, pela violência física e simbólica, pelos mecanismos de exploração e controle adotados. (SILVA, 2006, p. 135)

Os efeitos de sentido de um ensino desigual ainda ressoam na escolarização obrigatória brasileira; as fronteiras são invisíveis: embora na escola pública uma parcela maior da sociedade tenha acesso a ela, a ampliação da clientela no que tange ao ingresso é efeito de uma necessidade, imposta pelo capitalismo, de se elevar o nível intelectual dos trabalhadores, para que possam acompanhar as mudanças tecnológicas em curso. Vemos funcionar, nesse processo, como efeito de uma política educacional capitalista, um ajustamento do sujeito aos mecanismos de poder que atingem os campos da divisão social do trabalho, o que produz novos processos de individualização desse sujeito; injunções que, naturalizadas, produzem o sentido para o sujeito de que a escolarização é a condição para se chegar a uma vida melhor, estabelecendo-se uma relação direta entre o grau de escolaridade e a ascensão social; sentidos contraditórios que silenciam a produção e a manutenção das diferenças entre os sujeitos necessárias ao capitalismo e que marcam os

sentidos de escolarização nas relações de produção capitalistas em nosso país, conjuntura na qual o Prouca emerge e na qual significa.

Em tempos de um capitalismo mundializado, para a educação na formação do trabalhador, circula o sentido de que este “maximize a produtividade” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 62). Para tanto, “polivalência, qualidade total, habilidades, competências e empregabilidade do cidadão produtivo” são sentidos para o sujeito que passam a circular como evidentes em nossa formação social. Esse sujeito é, agora, significado como um “cidadão produtivo”,

[...] no qual o termo produtivo se refere ao trabalhador mais capaz de gerar mais-valia – o que significa submeter-se às exigências do capital que vão no sentido da subordinação e não da participação para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 63)

As colocações dos autores vão na direção das afirmações de Handfas (2006, p. 221), que nos diz:

Na esteira das transformações ocorridas nos processos de produção, predominou um discurso sobre a urgência na formação de um “novo” tipo de trabalhador, autônomo e coletivo. Esse discurso apresentava como um de seus pressupostos a idéia de que a introdução de novas tecnologias nos processos de produção, assim como suas novas formas de organização, trariam a necessidade de incorporar novos requisitos à formação do trabalhador, promovendo maior qualificação da força de trabalho.

Atualizam-se, aqui, sentidos contraditórios, que marcam a escolarização nas relações de produção capitalistas. Para Souza (1996, p. 10², apud HANDFAS, 2005, p. 224), “a mesma política neoliberal que acarretou um desemprego massivo proclama a urgência de ações pedagógicas com o objetivo de favorecer o reingresso no mercado da mão-de-obra expulsa dos processos produtivos”. Essa contradição também se mostra no que tange à ocupação dos postos de trabalho, cada vez mais reduzidos; há pesquisas que mostram que “o crescimento do desemprego se deu justamente entre os trabalhadores mais escolarizados” (HANDFAS, 2005, p. 228), o que é atribuído, pelos estudiosos da educação, à “progressiva substituição do padrão taylorista-fordista de produção pelo padrão de produção flexível” (PAIVA, 1998³, apud TREIN; CIAVATTA, 2006, p. 101). Para Trein e Ciavatta (2006, p. 101), há outros fatores que interferem na disputa por uma vaga no mercado de trabalho: “além da sólida formação geral e contato com outras culturas, também a posição na escala social serve de parâmetro para disputar uma vaga no mercado”. Essas pistas vêm dizer da impossibilidade de se estabelecer uma relação direta entre a escolarização e a colocação profissional na configuração atual do capitalismo.

Na conjuntura capitalista, a qualificação estabelece, portanto, uma relação com o processo de reprodução da força de trabalho. Um pré-requisito para conferir ao sujeito o estatuto de empregabilidade, uma posição possível ao sujeito que “se habilita” (DIAS, 2010, p. 62) às exigências para a ocupação dos postos de trabalho. No PROUCA, é atri-

² SOUZA, D. B. de. Globalização: a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões da desigualdade social. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 3-10, maio/ago. 1996.

³ PAIVA, Vanilda. Educação e mundo do trabalho: notas sobre formas alternativas de inserção de setores qualificados. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 8-21, dez. 1998.

buída à escola a formação de sujeitos cada vez mais competitivos, na qual o sujeito deve adquirir competências e habilidades para serem utilizadas no mercado de trabalho que, por sua vez, não garante o emprego para todos. A qualificação adquirida na escola responderia, então, ao estatuto de empregabilidade desse sujeito, numa sociedade que funciona pela lógica de mercado e que significa a força de trabalho como mercadoria, o que é somente possível numa sociedade democrática burguesa, conformada ao funcionamento ideológico capitalista (NAVES, 1997).

Nessas condições de produção, esse sujeito urbano contemporâneo, presente nas cidades, é submetido à injeção da qualificação da sua força de trabalho por meio do domínio da tecnologia digital. Se, em outros momentos da nossa história, o sujeito era significado como cidadão na medida em que saía da condição de analfabeto – a alfabetização escolar objetivava “colocar uma prótese no indivíduo, torná-lo um outro” (SILVA, 1996, p. 156), hoje se coloca a questão de alfabetizar o sujeito do ponto de vista digital também visando a esse processo de transformação em nome do novo, da inovação. A mudança, a passagem da condição de analfabeto digital para o alfabetizado digital hoje se dá por meio do domínio de competências e habilidades específicas, adquiridas por meio de uma espécie de “alfabetização para as novas tecnologias”, uma “competência, que é básica na SocInfo” (DIAS, 2010, p. 63) e que, no caso do PROUCA, seriam propiciadas pela escola:

Ter conhecimento de informática passa, portanto, a fazer parte fundamental do princípio identificador valorizante da sociedade da informação. O aprendizado da informática é a motivação para sair de um lugar de não-reconhecimento, de isolamento, de pobreza, de desemprego. Sem esse conhecimento o sujeito é relegado à ‘inutilidade’, ele está fora do jogo [...] não é interessante para o Estado que o sujeito esteja fora, pois para que a máquina funcione, é preciso que o sujeito jogue o jogo. (DIAS, 2010, p. 66)

É nessa rede de sentidos que emerge a discursividade do PROUCA, em que o significante *inclusão* é significado numa relação de oposição ao significante *exclusão*, o que produz o efeito de evidência da necessidade de se desmoronarem as barreiras supostamente visíveis entre dois mundos: o mundo do incluído digital, aquele que mobiliza a internet para suas ações cotidianas e que, portanto, pertence à lógica da informatização da sociedade capitalista, e o mundo do excluído digital, aquele que, para o sujeito nele pertencer, deve fazer parte da esfera do digital, que se apresenta externa a ele, disjunções nas quais se projeta um sentido para esse sujeito – o excluído se constitui pela falta. Significar assim a inclusão e a exclusão digital faz funcionar um imaginário da possibilidade de emergência de um “‘terceiro mundo’ invisível”, um “trás-mundo onde a separação se anula” (PÊCHEUX, 1990, p. 10), um mundo construído na escola a partir da entrada desses *laptops* na sala de aula. Nesse movimento, busca-se apagar a oposição inclusão *versus* exclusão por meio da escolarização, ao mesmo tempo em que são negadas as condições nas quais se constituiu não só o processo de escolarização no Brasil, mas também o modo de constituição do sujeito na contemporaneidade, afetado inescapavelmente pelo digital, tendo acesso ou não à internet, dentro ou fora de casa. Como nos ensina Dias (2011, p. 30), o digital afeta a cidade, significando-a na lógica do “e-urbano”, filiando a cidade à sua forma material, o que afeta o modo de constituição dos sujeitos nesse espaço.

Tratar a inclusão e a exclusão em termos de oposição, e não como contradição, compreendida por Marx como “o novo [que] nasce dentro do velho”, reformulada por

Lenin como “o um que se divide em dois”, o que Pêcheux vai nomear como “*a contradição de dois mundos em um só*” (PÊCHEUX, 2011 [1977], p. 190, grifos do autor), instala o equívoco que atualiza o funcionamento da memória do “discurso fundador que define nossa educação pela falta” (CASTELLANOS PFEIFFER, 2002, p. 81), à medida que compreendemos o funcionamento das políticas públicas enquanto um mecanismo para o preenchimento dessa falta *sempre já-lá*, “uma ação humanitária que visa a ajudar os menos favorecidos” (CASTELLANOS PFEIFFER, 2010, p. 86) produzindo efeitos no modo de significar o PROUCA.

Ao tomarmos a relação inclusão-exclusão na ordem da dialética materialista, e não da oposição, isto é, numa perspectiva em que a dialética não se dá num movimento de síntese, quando se fala em inclusão, também se fala em exclusão, uma vez que o que funciona, nessa relação, é o mesmo pré-construído: o do apagamento das diferenças, o da negação do político.

Ter acesso ao *laptop* com internet na sala de aula produz, na discursividade institucional do PROUCA, o efeito de integração social àqueles que são tomados como estando socialmente dispersos no espaço urbano. Ao produzir esse efeito, produz-se, também, o sentido evidente de que a desigualdade social, embora estruturante de nossa formação social capitalista, é dissipada. Uma maneira de se buscar apagar o sentido que circula sobre a divisão no social produzida em nossa formação capitalista, para reverberar o sentido de que, por meio da escolarização, tomada como um espaço de convivência, a desigualdade social é decomposta, o que compreendemos como uma tentativa de se apagar o político, conter a tensão e silenciar a contradição, uma vez que esses sujeitos permanecem em seus devidos lugares na organização desse social, de acordo com a condição que lhes cabe. Como bem nos lembra Pêcheux (2009, p. 25), “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros”.

A entrada das tecnologias digitais na escola

A entrada das chamadas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC) na escola não é nova. Na Lei n.º 5.692/71, a LDB de 1971, lemos, no artigo 25, § 2.º, a explicitação do modo pelo qual a língua deve ser ensinada com a utilização de instrumentos como o rádio, a televisão e outros meios de comunicação. Instrumentos de outros campos que funcionam em outro espaço institucional, o escolar (SILVA, 2001) e que precisam ser significados em nosso campo (ORLANDI, 2011), o do ensino e o da linguagem.

Destacamos, da LDB 71, os artigos nos quais há a explicitação do modo pelo qual a língua deve ser ensinada, ou seja, com a utilização de instrumentos, “rádio”, “televisão”, “correspondência” e “outros meios de comunicação”:

Art. 25, § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. (BRASIL, 1971, p. 6)

Art. 51. Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências, no sentido de que instalem e mantenham, conforme dispuser o respectivo sistema e dentro das peculiaridades locais, receptores de rádio e televisão educativos para o seu pessoal. (BRASIL, 1971, p. 10)

Parágrafo único. As entidades particulares que recebam subvenções ou auxílios do Poder Público deverão colaborar, mediante solicitação deste, no ensino supletivo de adolescentes e adultos, ou na promoção de cursos e outras atividades com finalidade educativo-cultural, instalando postos de rádio ou televisão educativos. (BRASIL, 1971, p. 10)

Verificamos, na textualização da lei, que a legislação institui a circulação de conteúdos inscritos no trabalho com as chamadas “outras linguagens” na escola, ao mesmo tempo em que entra em cena a interdisciplinaridade, num movimento que dilui o trabalho com a língua. Fala-se, então, em comunicação, e o professor, naquele momento, é visto como um comunicador, que desenvolve seu trabalho sob o manto do regime militar, uma contradição que nos leva a perguntar: o que pode ser dito?

As mídias vão sendo, assim, institucionalizadas, por meio de um “processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos [...] de forma a torná-los ‘evidentes’, legítimos e necessários” (MARIANI, 1999, p. 51).

Na escola, segundo Castelanos Pfeiffer (2001, p. 46-47), a mídia vindo sendo tomada como “espaço do consenso” e de “autorização”, efeito da memória metálica que, ao funcionar apagando a historicidade do processo de constituição da mídia, produz sentidos naturalizados que a tomam como um “instrumento que pode ser trabalhado em diferentes linhas de atuação: meio de informação, de denúncia, de aprofundamento da cultura, do conhecimento científico e de idéias críticas sobre o mundo que nos rodeia” (CASTELLANOS PFEIFFER, 2001, p. 43). É o que Orlandi (2004, p. 46) chama de “evidências sem história”, já que as mídias “aparecem como se não tivessem uma memória, destituídas do saber discursivo que as institui”. Significar assim as mídias e, para que o nos concerne, o computador com internet, reforça a ideia da obsolescência programada (DIAS, 2011), reduz os instrumentos ao nível da técnica utilitária e do consumo de uma mercadoria: sentidos que dão vazão a compreensões de tecnologia digital como uma prática técnica destituída de uma prática política, como nos ensina Thomas Herbert, em 1966, sob o heterônimo de Michel Pêcheux.

Contrariamente à discursividade que reverbera no Programa, há estudos que colocam em xeque a correlação entre o uso das novas tecnologias e um melhor desempenho na sala de aula. Dwyer *et al.* (2007, p. 1303) valem-se dos resultados apresentados pelas pesquisas do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica), nos níveis fundamental e médio, para argumentar que

[...] os resultados demonstram que para os alunos de todas as séries e para todas as classes sociais o uso *intenso* do computador diminui o desempenho escolar. Para alunos da 4ª série, das classes sociais mais pobres, mesmo o uso *moderado* do computador piora o desempenho nos exames de português e matemática.

Em outro ponto do trabalho, afirmam que “alunos que usam computador raramente têm notas significativamente melhores que os outros alunos; que alunos que usam o computador sempre têm notas semelhantes aos que usam quase sempre, e alunos que usam o computador sempre têm notas menores que todos os outros” (DWYER *et al.* (2007, p. 1318). Esses sentidos colocam em evidência que o aprendizado não se dá por interação, e sim por filiação, como já nos disse Pêcheux (2009).

No entanto, por meio do efeito de uma memória institucional, que congela e estabiliza sentidos em determinada direção, o que circula e o que acaba por se cristalizar no âmbito educacional e também em nosso material é o imaginário de internet como o “elemento-chave” desse momento em que se encontra a educação, na qual se desenha um perfil de trabalhador determinado, que, dentre outras especificações, precisa dominar as tecnologias digitais, conforme já dito.

Compreendemos que não basta mudar a tecnologia, se as perguntas feitas, por meio delas, continuarem as mesmas do livro didático, compreendido como um instrumento de ensino que, em geral, administra e estabiliza sentidos em determinada direção; ou seja, a inserção das tecnologias digitais na escola não pode ser dissociada do modo pelo qual ela é apropriada pelos sujeitos da escolarização. Para Orlandi (2008, p. 36-37), “não é o acesso ao instrumento em si que muda as relações sociais, mas o modo de sua apropriação, no qual estão atestadas as marcas de quem se apropria dele”. Desconsiderar o modo de apropriação dos sujeitos da escolarização – professores e alunos – no que concerne às tecnologias digitais faz significá-las em seu uso instrumental e utilitário, e não numa prática de ensino politicamente significada.

Considerações finais

Trazer o político à tona para o âmbito educacional significa produzir uma prática política outra, na qual irrompa uma prática científica assentada em bases que não apaguem os processos que constituem a escolarização no Brasil, um processo estruturado e sustentado pelo capitalismo, significado por divisões, exclusões e contradições, no qual se silenciam os efeitos produzidos por um sistema escolar que institucionalizou, historicamente, não apenas o acesso dos sujeitos à escola, como também a natureza do ensino que cabe a esses sujeitos, ajustada, a cada tempo, e de modo desigual, aos moldes da qualificação demandada pelo mercado de trabalho.

Aprendemos, com Orlandi (2004, p. 156), que “a educação implica em percurso”. Nesse trajeto, é necessário que se abram e se mantenham espaços de autorização para o sujeito da escolarização – professor e aluno – inscrever o seu dizer na língua e na história, o que significa a “construção de um lugar para se dizer na relação com um dizer legitimado, normatizado” (CASTELLANOS PFEIFFER, 2002, p. 14). É também desse modo que entendemos, com Castellanos Pfeiffer, o processo de identificação no qual se produz a transformação, a resistência.

Para finalizar, fico com as palavras de Paul Henry (2010, p. 38): “Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *LDB*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 maio 2012.

_____. *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar*. MEC/SEED Um computador por aluno, 2007.

_____. *Decreto nº 7.243, de 26 de julho 2010*. Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – RECOMPE. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7243.htm>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. *Lei 12.249/2010*. Dispõe sobre o Programa Um Computador por Aluno e dá outras providências. 2010b. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/noticiasLei12249.jsp>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CASTELLANOS PFEIFFER, C. Políticas públicas de ensino. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas*. Campinas, SP: RG, 2010. p. 85-99.

_____. Sentido para sujeito e línguas nacionais. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 7, p. 71-93, 2002.

_____. Escola e divulgação científica. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia, sociedade*. Campinas, SP: Pontes, 2001b. p. 41-58. v. 1.

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, 2008.

DIAS, C. O discurso da “inovação” no processo de significação de “mudança” na sociedade da informação. In: ZATTAR, N.; DALLA PRIA, A.; MORALIS, E. G. (Org.). *Linguagem, acontecimento, discurso*. Campinas, SP: RG, 2011. p. 45-60.

_____. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas*. Campinas, SP: RG, 2010. p. 43-73.

DWYER, T. et al. Desvendando mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1303-1328, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0328101.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

HANDFAS, A. Década de 1990: a reestruturação produtiva e a educação do trabalhador. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília, DF: Inep, 2006. p. 221-236.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2010. p. 11-38.

HERBERT, T. (1966). Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. Tradução Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 21-53.

MARIANI, B. S. C. Discurso e instituição: a imprensa. *Rua*, Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999.

NAVES, M. B. Democracia e dominação de classe burguesa. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 4, p. 61-68, 1997.

ORLANDI, E. P. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências: sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011c. p. 37-54.

_____. *Discurso e leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2.ed. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2011 [1977]. p. 177-192.

- _____. *Semântica e discurso*. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990.
- SILVA, M. V. da. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 141-161.
- _____. Sujeito, escrita e história: a letra e as letras. In: MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 133-140.
- _____. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das ideias linguísticas: constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Pontes/ Editora da Unemat: Campinas, SP/Cáceres, MT, 2001. p. 139-153.
- _____. O dicionário e o processo de identificação do sujeito. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). *Língua cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 151-162.
- TREIN, E.; CIAVATTA, M. A produção capitalista, trabalho e educação: um balanço da discussão nos anos 1980 e 1990. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília, DF: Inep, 2006. p. 97-116.

Peculiaridades do exercício da *função autor*: uma análise discursiva de “mensagens compartilhadas” no *Facebook*

(Peculiarities of the exercising the author function in social networks: a discursive analysis of *shared messages* on Facebook)

Pâmela da Silva Rosin¹, Luzmara Curcino²

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos

² Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos

pamelasilvarosin@gmail.com; luzcf@ufscar.br

Abstract: The popularity of social networks has allowed for, among other practices, the increase in the circulation and sharing of *quotes*, in the form of messages (about friendship, love, etc.), attributed to several celebrities, among whom renowned literary authors. The actual authorship of any given quote then became the cause of discussions in social networks. In this article, we conduct a discursive analysis of those *phrases* in order to describe their behavior based on the analysis of writing strategies applied in their production and the comments by readers about authorship in those messages. To that end, we will utilize theoretical and methodological assumptions from Discourse Analysis, especially from Michel Foucault’s thoughts on the *author function* and principles of Cultural History concerning authorship, based on texts by Roger Chartier.

Keywords: Authorship; Detached Utterances; Social Networks; Discourse Analysis; Cultural History of Reading

Resumo: A popularidade das redes sociais proporcionou, entre outras práticas, o aumento da circulação e compartilhamento de “frases”, sob a forma de mensagens (de amizade, amor, etc.), atribuídas a diversos autores, entre eles autores literários consagrados, cuja propriedade na indicação da autoria tornou-se motivo de discussões na própria rede. Neste artigo, visamos a empreender uma análise discursiva dessas “frases” de modo a descrevermos seu funcionamento a partir da análise de estratégias de escrita empregadas em sua produção e da análise de comentários dos leitores acerca da autoria dessas mensagens. Para tal, mobilizaremos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, especialmente a partir de considerações de Michel Foucault acerca da “função autor” e princípios da História Cultural concernentes à autoria, com base em textos de Roger Chartier.

Palavras-chave: Autoria; Enunciados Destacados; Redes Sociais; Análise do Discurso; História Cultural da Leitura.

Considerações iniciais

A criação da internet, ou mais precisamente da *Web 2.0*¹ e suas ferramentas, tais como *blogs*, *sites* e redes sociais, proporcionou ao crescente número de usuários a produção de conteúdos, a interação com conteúdos produzidos, a postagem de comentários, a venda e compra de produtos, entre outras atividades viabilizadas pelos computadores, *tablets*, *smartphones* e outros aparelhos com acesso à internet. As práticas possibilitadas pela inserção dessas novas ferramentas promoveram também alterações nas formas de

¹ A *Web 2.0* caracteriza-se pelo modo de interação dos usuários que consiste na troca de informações e criação de conteúdo de modo colaborativo, o que a diferencia da *Web 1.0*, em que a criação de conteúdo construía-se de modo *offline* sem a colaboração em tempo real de seus usuários como hoje é possibilitada pelos recursos existentes, tais como *sites*, *blogs*, *microblogs*, *wikis*, redes sociais, etc.

escrita e de leitura a que estávamos habituados. Dentre as possibilidades de comunicação no meio virtual, voltamo-nos para aquelas realizadas graças ao crescimento notável de *sites* de redes sociais que, de certo modo, visam a assemelhar-se às interações realizadas social e presencialmente, em nossa vida diária. Nesse espaço são permitidos aos seus usuários o acesso a textos de diversas origens e extensões, oriundos, por vezes, de meios de comunicação e informação tradicionais, assim como a realização de postagens e o compartilhamento de conteúdos de âmbito político, esportivo, artístico, e vários outros.

Nesse cenário, em que é viabilizado a seus usuários não apenas o contato, mas também a produção de diferentes textos, testemunha-se a anunciada revolução eletrônica que, em certa medida, altera nossas relações com a escrita e com a leitura, nessa passagem da cultura do(s) impresso(s) para a cultura da(s) tela(s). Com o objetivo de contribuir para a compreensão do impacto dessa revolução sobre as referidas práticas, voltamos nossa atenção para a crescente produção e circulação de um tipo de texto peculiar, presente em páginas e perfis de *sites* de redes sociais, composto de enunciados relativamente breves, referenciados com um nome de autor, em sua maioria ilustrados por imagens, com a finalidade de manifestar posicionamentos, sentimentos, estados de espírito daqueles que os postam e compartilham, de modo a, por extensão, contribuir para se construir, corroborar e ostentar um dado *ethos*. Parte dessas frases, como dissemos, é destacada de obras literárias, entrevistas, poemas, crônicas, entre outros, de autores consagrados da literatura brasileira ou internacional, outra parte é atribuída a esses autores, sem que eles de fato o sejam.

Destacados de seu contexto de produção e circulação, esses enunciados sofrem outras mudanças, tais como eventuais adaptações em sua forma linguística e extensão, ou em sua forma de apresentação, com a inserção de imagens, por exemplo. Tendo em vista essas mutações, nomeamos esses textos por *mensagens compartilhadas* de modo a descrevermos suas especificidades, em particular quanto ao funcionamento discursivo da autoria. Para tanto, apresentamos inicialmente um sucinto panorama histórico do que alguns estudiosos designaram como revoluções da leitura. Em seguida, levantamos junto ao nosso *corpus* de *mensagens compartilhadas* alguns exemplos em que se apresentam certos indícios diretos ou indiretos do exercício da *função autor*, analisando-os de maneira a traçarmos dadas injunções e coerções, de ordem discursiva, que atuam sobre a atribuição de autoria desses textos e que podem nos sinalizar certas representações da prática de leitura e do perfil dos sujeitos que leem, produzem e compartilham essas mensagens.

Para tal, apoiamo-nos na articulação teórica entre a Análise do Discurso, com ênfase nas discussões de Michel Foucault sobre a autoria, e a História Cultural,² em especial, nos estudos que se dedicam às práticas de escrita e de leitura, e por extensão à autoria, tais como empreendidos por Roger Chartier. Essa articulação baseia-se nas afinidades relativas desses dois campos, tais como no que concerne à abordagem dos textos que, seja na sua produção, seja na sua interpretação, não resultam de gestos individuais e exclusivamente subjetivos, antes, são fruto de práticas e de representações coletivas suscetíveis a injunções sociais, históricas e culturais, que regem toda e qualquer produção discursiva autorizando, impondo ou fomentando tanto o que dizer, as formas legítimas de dizer, as

² A mobilização, em conjunto, dessas duas teorias tem demonstrado suas potencialidades na análise em especial das práticas de escrita e de leitura da atualidade, tal como se pode conferir, entre outros, nos trabalhos de Barzotto (1998, 2001) e Curcino (2006, 2012).

posições sujeitos a serem adotadas por aqueles que tomam a palavra, quanto os modos legítimos de interpretar e avaliar o que é dito, e cujas especificidades cabem-nos levantar, descrever e discutir.

Do rolo à tela

Roger Chartier, nas obras *A ordem dos livros* (1998) e *Do leitor ao navegador*, apresenta-nos um panorama histórico das mutações nos modos de ler, no qual distingue entre as mudanças que impactaram a produção e a circulação dos textos e efetivamente seu modo de apropriação pelos leitores (a passagem do rolo ao códice, entre o século II e III), daquelas que, embora tenham impactado a produção e tenham contribuído para a ampla circulação dos textos num dado período, não necessariamente implicaram mudanças nas formas de lê-los, de acessá-los por parte do leitor (a invenção dos tipos móveis de Gutenberg, em meados do século XV). Se a primeira, segundo o autor, alterou a forma do livro e com ela as maneiras de ler, uma vez que, ao liberar as mãos do leitor, permitiu que se fizessem anotações no decorrer da leitura do texto, assim como se criasse uma série de formas de recuperação da informação no interior dos textos (tais como a indicação de páginas, de parágrafos), garantindo uma leitura/decodificação mais ágil dos textos e uma maior facilidade na retomada de trechos e na sua citação; a segunda mutação, referente à invenção do impresso, apesar de essencial para o processo de difusão da escrita e das ideias que sob a forma escrita puderam circular massivamente, o livro, tal como o conhecíamos antes do impresso, não sofre alterações em sua forma, nem implica uma mudança nas práticas de leitura.

Assim, se a mutação do rolo em códice altera a forma do livro, que então passa a ser organizado em cadernos, eventualmente encadernado, e passa a dispor de formas de recuperação da informação, tais como a paginação, a criação de sumários, a invenção dos tipos móveis e da prensa possibilita a multiplicação e a circulação dos textos em larga escala, sem que as estruturas essenciais do livro tivessem sido alteradas na passagem dos livros manuscritos aos livros impressos:

Por um lado, o livro impresso mantém-se fortemente dependente do manuscrito até por volta de 1530, imitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado à mão: pela mão do iluminador que pinta iniciais com ornamentos ou histórias e miniaturas; a mão do corretor ou *ementador*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor que inscreve sobre a página, notas e indicações marginais. Por outro lado – e mais fundamentalmente –, tanto antes quanto depois de Gutenberg, o livro é um objeto composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos colados uns aos outros. (CHARTIER, 1999, p. 96)

Se a invenção da prensa e dos tipos móveis não correspondeu, segundo o historiador, a uma mutação efetiva do livro, de sua forma material, não podendo assim ser considerada responsável por uma revolução do livro e da leitura, o mesmo não se pode dizer do processo em curso, ou seja, o da produção, difusão e recepção eletrônica dos textos. Considerada revolucionária, essa última mutação dos livros não altera somente a técnica de reprodução dos textos. Ela modifica suas estruturas, proporcionando assim uma transformação “mais radical, pois são os modos de organização, de estruturação de consulta ao suporte do escrito que se modificaram” (CHARTIER, 1999, p. 98). Assim, não se trata

apenas de uma mudança na forma dos textos, mas também uma mudança nas práticas de leitura, uma vez que, segundo o historiador,

[...] a revolução do texto eletrônico será, ela também, uma revolução da leitura. Ler num monitor não é o mesmo que ler num códice. Se é verdade que abre possibilidades novas e imensas, a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a condição destes: à materialidade do livro, ela substitui a imaterialidade de textos sem lugar próprio; às relações de contigüidade estabelecidas no objeto impresso, ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à apreensão imediata da totalidade da obra, viabilizada pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de muito longo curso, por arquipélagos textuais sem beira nem limites. Essas mutações comandam, inevitável e imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com o escrito, novas técnicas intelectuais. (CHARTIER, 1999, p. 100-101)

Semelhante à invenção dos tipos móveis e da prensa, a revolução eletrônica tem ampliado sobremaneira a produção de textos, de diversas origens, extensões e linguagens, e a circulação entre um público difuso, extenso, cujos usos, habilidades e interesses na leitura dos textos são variadas e de difícil precisão. Semelhante à invenção do códice, a revolução eletrônica dos textos autoriza, por parte do leitor, operações de intervenção no texto (notas, cópias, desmembramento e recomposição dos textos).

Como o leitor do manuscrito que podia reunir em um único livro obras de natureza muito diversa, unidas numa mesma coleção, num mesmo libro-zibaldone, o leitor da idade eletrônica pode construir à vontade conjuntos textuais originais, cuja existência e organização só dependem dele. (CHARTIER, 1999, p. 103-104)

Assim, a história das mutações dos objetos e das práticas de escrita e de leitura do passado, em sua relativa circularidade, ajuda-nos a compreender a ‘diferença’ ou a ‘repetição’ que se inscrevem na revolução da escrita e da leitura que atualmente presenciamos e que nos cabe descrever.

Maneiras de escrever e ler na rede: as *mensagens compartilhadas*

Com a digitalização de textos antes impressos e com a produção eletrônica de textos são várias as mudanças promovidas na sua recepção. Com a expansão da circulação dos textos sob a forma digital estabelece-se uma relativa quebra da barreira ao acesso aos materiais antes desconhecidos ou exclusivos de determinadas classes. Com a produção e circulação de diferentes gêneros e linguagens, de textos distintos em extensão, em conteúdo e em origem institucional, a apresentação desses textos via ‘tela’ produz uma sua inevitável “homogeneização”. Essa homogeneização, segundo Chartier (1999, p. 106), desfaz, ainda que temporariamente, a forma material que permitia a distinção e a categorização dos textos, graças, entre outras razões, à construção composicional e relativamente estável de sua aparência conforme um gênero, e ao seu suporte tradicional de origem, alterando assim “as formas que contribuíram para construir as suas significações históricas” e as hierarquias que já se encontravam relativamente estabilizadas na cultura impressa. Entretanto, apesar das mutações por que passam os textos, em sua forma de produção e circulação, ainda são as regras do impresso que regem as formas de apropriação:

[...] com a estrutura absolutamente inaudita da disposição do texto na tela existe sempre o esforço para impor nossos critérios e estruturas, pertencentes ao livro impresso, sobre o texto eletrônico [...]. Desta maneira, há em todo momento uma espécie de vontade, consciente ou inconsciente, de domesticar uma nova profissão, uma nova forma de livro, uma nova forma de suporte do texto, a partir do que era tradicionalmente conhecido e manejado com familiaridade. Estas defasagens são um tema importante. Em relação à tela como suporte do texto ou de multimídia, vemos esta domesticação por meio das categorias e critérios que ainda são os do livro impresso. (CHARTIER, 2001, p. 149)

Essa mutação na produção e na circulação dos textos sob a forma eletrônica contraposta às formas de ‘resistência’ na recepção, que tendem a aplicar as mesmas categorias analíticas e formas de controle institucionalizadas no universo do impresso aos textos do universo virtual, atestam a complexidade do processo de migração de uma forma a outra e de acomodação/adequação das formas dos textos e das práticas de apropriação (por empréstimo, recusa ou miscigenação). Um dos exemplos interessantes desse processo encontra-se nos usos das frases que compõem o que designamos *mensagens compartilhadas*.

Se considerarmos que, graças ao novo suporte eletrônico, é cada vez mais comum o compartilhamento dessas mensagens, ou ‘frases’ em páginas, perfis e murais de usuários nas redes sociais, com o objetivo de sinalizar o estado de espírito daquele que as compartilha, cabe-nos analisá-las em sua existência enunciativa, em seu funcionamento discursivo e em sua condição de acontecimento histórico.

Essas frases são oriundas, em sua maioria, de um processo de aforização, que conferiria “um estatuto pragmático específico a um enunciado desprovido do contexto” (MAINGUENEAU, 2011, p. 16). Certas frases, uma vez destacadas de seus textos de origem, e autonomizadas em enunciados com funções genéricas distintas, diferem-se quanto à função e ao significado que gozavam em seu contexto original. Dado o seu destaque e sua nova forma de circulação, sua apropriação, quase sempre, altera-se. A condição de destacabilidade de que certos enunciados gozam se comparados a outros em um mesmo texto pode ser explicada por aspectos próprios de sua estrutura linguística que lhe configurariam sua completude e por isso uma sua independência formal (propriedades prosódicas, rimas internas, dada extensão, certa aparência de completude) e semântica (atuação metafórica, sintética, genérica) aos olhos daqueles que os recortam de seu contexto e que os autorizaria proceder quanto aos destacamentos de certos enunciados em relação aos demais que compõem um texto.

A aforização de que nos ocuparemos aqui diz respeito às “frases” destacadas de obras literárias que circulam em páginas da rede social *Facebook* dedicadas exclusivamente à produção e compartilhamento de enunciados de determinados autores consagrados ou de obras que possuem um relativo sucesso editorial. As modificações por que passam os enunciados destacados para uso na condição de mensagens que são postadas em redes sociais vão além de sua seleção e destacamento de um contexto original. Esses enunciados frequentemente sofrem alterações formais em sua estrutura e em sua apresentação, de modo a alterarem seu estatuto anterior e adquirirem um novo, cuja finalidade passa a ser a de traduzirem as emoções, desejos e pensamentos daqueles que os compartilham, contribuindo para a constituição de um dado *ethos*.

De modo a analisarmos esses procedimentos de construção desse gênero, dedicando, neste artigo, especial atenção ao funcionamento da autoria, temos estudado três

páginas junto à rede social *Facebook* a partir das quais selecionamos as mensagens que compõem o *corpus* da presente análise, delimitado em função do recente sucesso de dois autores contemporâneos, Clarice Lispector e Caio Fernando Abreu, entre os jovens que administram e que são seguidores dessas páginas, a saber, *O Mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector*³; *Caio, Tati e Clarice o que me diz?* e *Trechos de livros, todas disponíveis on-line pelo Facebook*. A primeira postagem da página *O Mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector*⁴ foi realizada em 20 de dezembro de 2011 com a proposta de se dedicar à postagem de mensagens compostas de frases atribuídas aos dois autores que a nomeiam. Em 21 de dezembro de 2012, a página encerrou suas postagens temáticas exclusivas, contando com um arquivo de 1.278 *mensagens compartilhadas* publicadas.⁵ A página intitulada *Caio, Tati e Clarice o que me diz?*⁶ acresce às mensagens dos dois autores aquelas baseadas em frases de Tati Bernardi,⁷ cuja justificativa da escolha desses três autores, apresentada pela administradora da página, é: “A Clarice Lispector é o meu lado fofo. A Tati Bernardi é a minha revolta. E o Caio Fernando Abreu? Ah, o Caio simplesmente me conhece e sai contando de mim”. Sua criação ocorreu em 24 de outubro de 2011, contando, até o momento, com 5.711 mensagens publicadas.⁸ A terceira página de nosso *corpus* não se dedica somente à publicação de *mensagens* atribuídas aos dois ou três autores mencionados, expandindo suas publicações a enunciados destacados de livros que possuem um relativo sucesso editorial, de nomes consagrados da literatura, entre outros. A página *Trecho de livros*,⁹ diferentemente das outras duas, além de sua criação no Facebook em 2012, já figurava anteriormente em outra rede social, *Twitter* (final de 2011). A página conta com um arquivo de publicações de 7.984 mensagens. Dentre as páginas selecionadas para nossa análise, esta é a que conta com o maior número (1.057.381) de curtidas de usuários do *Facebook*.

³ A atualização da página *O Mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector* atualmente não se restringe a enunciados voltados exclusivamente aos autores que a nomeiam. Assim, nossa análise recaiu sobre o *corpus* de mensagens temáticas do período de 20 de dezembro de 2011 a 21 de dezembro de 2012. Desde então ela publica uma miscelânea de textos, o que não significa dizer em que predominam publicidades de roupas e produtos de beleza, textos religiosos (salmos, sobretudo), fotos masculinas com comentários femininos, e vez ou outra algum texto com mensagem de origem literária. A página conta até o momento com 91.624 curtidas, o que representa, em certa medida, a simpatia pelo conteúdo postado.

⁴ Disponível em: < www.facebook.com/mundodecaioclarice >. Acesso em: 26 out. 2014.

⁵ A quantidade de usuários que seguem uma página e também demonstram a partir deste a sua simpatia pelo conteúdo postado é sinalizado pelo número de curtidas no *Facebook*.

⁶ Disponível em: <www.facebook.com/pages/CAIO-TATI-E-CLARICE-O-QUE-ME-DIZ/236767866381944>. Acesso em: 26 maio 2014.

⁷ Tati Bernardi é escritora, blogueira e roteirista. Em sua conta no microblog Twitter (@tati_bernardi) escreve para 124 mil seguidores e também mantém seu blog (<http://www.tatibernardi.com.br/blog/>) há sete anos, o que possibilitou um amplo espaço de circulação para os seus textos. No cinema e na TV, respectivamente, se destacam o filme *Meu passado me condena* e a série *Aline* exibida pela Rede Globo.

⁸ A página conta com 3.930 curtidas, o que não é um número muito alto em comparação às outras páginas que compõem nosso material de análise, no entanto, dentre as páginas que se dedicam à postagem de mensagens atribuídas a esses autores, é uma das poucas que ainda mantêm atualização constante. Quanto ao número de publicações, apresentamos o dado bruto, sendo necessária uma triagem para que obtenhamos o número efetivo de mensagens, depois de descartadas todas as publicações de mensagens repetidas, o que será realizado com todas as páginas presentes no *corpus*.

⁹ Disponível em: <www.facebook.com/TrechosDeLivrosPaginaOficial/timeline>. Acesso em: 26 out. 2014.

Além de analisarmos algumas estratégias de escrita e construção dessas *mensagens compartilhadas*, nos dedicamos aqui mais especificamente ao levantamento e análise de comentários de seus leitores que nos apresentam indícios de suas maneiras de ler e das apropriações desses fragmentos de textos, por meio de enunciados em que manifestam reconhecimento ou recusa da atribuição de autoria às *mensagens*, sinalizando sua maior ou menor autoridade como leitor/leitora de uma dada obra, de um dado autor, de um certo gênero, conhecedor de regras e modelos de apropriação validados por instituições escolares/literárias/acadêmicas.

Nas *mensagens compartilhadas*, a atribuição da autoria desempenha papel semelhante ao do funcionamento dessa categoria em textos que tradicionalmente, na nossa sociedade, exigem essa inscrição. Esse funcionamento confronta-se e regula-se, ainda, com usos heterodoxos por parte dos sujeitos que escrevem, compartilham e leem essas mensagens, o que não significa dizer, tal como se apresenta em alguns enunciados de leitores que denunciam as relativamente comuns atribuições equivocadas de autoria, que se trate de um uso desregrado, selvagem, indiferente às normas institucionais que regulam e legitimam as apropriações. Como um fato de discurso, o funcionamento da autoria nessas mensagens se dá de forma regrada, regida por ordens que definem o que se pode e se deve dizer e as maneiras de se enunciar, pois,

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Formas de exercício da autoria em *mensagens compartilhadas*

Entre as reflexões sobre as condições de funcionamento do discurso empreendidas pelo filósofo Michel Foucault (1992, p. 34), encontram-se suas análises da *função autor*, como um dos elementos que constituem um texto, não apenas por ter efetivamente em sua origem um indivíduo que o tenha escrito, e que possa nele ser representado por formas linguísticas como o pronome “eu”, mas, e sobretudo, por se tratar de “uma figura que lhe é exterior e anterior”, histórica e cultural, cuja autoridade, legitimidade, obrigatoriedade não lhes são propriedades intrínsecas ou antropológicas que, por essas razões, não se alterariam.

Por se tratar de um fenômeno, de uma categoria discursiva, o nome de autor não desempenha o mesmo papel que um nome próprio. Ele “assegura uma função classificativa; [...] permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (FOUCAULT, 1992, p. 45), enfim, relacioná-los a outros e compartilhar com estes de estatuto social e cultural semelhante. Por essa razão, nem todos os textos que circulam em nossa sociedade letrada são providos dessa *função autor*. No entanto, é preciso ressaltar que não se trata, para o filósofo, da negação da existência do indivíduo que escreve, mas antes da compreensão dos mecanismos a partir dos quais certos textos são autorizados a receber um nome próprio que desempenhe a *função autor*, “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992, p. 46).

Ao buscar nas formas variáveis de constituição e exercício dessa função aquilo que permite a um indivíduo num dado tempo e espaço ser investido dessa posição, Foucault (1992) apresenta quatro características essenciais dessa função: a primeira diz respeito à concepção de propriedade sobre um texto, seja sob o ponto de vista jurídico e/ou institucional, constituído, do ponto de vista histórico, bastante recentemente, a partir do momento em que o autor, e o seu dizer, foram considerados transgressores, e por isso passíveis de punição; a segunda característica refere-se à instabilidade de uso dessa função que “não se exerce de forma universal e constante” sobre todo e qualquer texto, uma vez que textos que hoje compulsoriamente recebem o nome de autor, nem sempre foram marcados ou exigiram essa forma de classificação, de indicação, como é o caso dos textos literários; a terceira característica da função autor é a de que ela não se forma espontaneamente, ao contrário, ela é fruto de uma “operação complexa de constituição” que regula em cada campo de saber as qualidades e saberes necessários para a concessão do nome de autor a um dado sujeito; e a última e quarta característica refere-se a marcas, a signos dispostos nos textos que remetem a um indivíduo singular, ou mais especificamente a uma pluralidade de egos, a uma dispersão de ‘eus’, por não haver correspondência direta entre aquele que enuncia na apresentação de um livro e aquele que assume, por exemplo, a posição de narrador em 1ª pessoa, ao longo do enredo.

Considerando essas características da *função autor* e o fato de que corresponde a uma função vazia, ou seja, a uma posição sujeito que diferentes indivíduos podem exercer, desde que sujeitos às regras históricas e culturais de funcionamento dos discursos, descrevemos algumas especificidades do modo de funcionamento da autoria nas *mensagens compartilhadas* das páginas que constituem nosso *corpus*. Em relação à mensagem a seguir, postada em *O Mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector*,¹⁰ um dos leitores internautas, no segundo comentário, questiona um possível equívoco na atribuição de sua autoria:



Figura 1. Mensagem Compartilhada – Caio Fernando Abreu

¹⁰ Disponível em: <<http://migre.me/mLti4>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

- (01) Enxergue as pessoas como elas realmente são. Tire o Enxergue as pessoas como elas realmente são. Tire o photoshop, a trilha sonora, o close de melhor ângulo, a maquiagem e as roupas de marca e o cheiro do melhor perfume. Adicione o mau humor, as olheiras, os problemas, as manias, os defeitos. Agora sim, decida-se.
- (02) Desculpe a minha ignorância, mas esta frase é mesmo do Caio Fernando Abreu? Ele realmente falou de photoshop? Já havia isso antes dele morrer?

Em relação à mensagem, ela se compõe de um enunciado verbal breve, composto de quatro frases, que é ilustrada com uma imagem fotográfica, em destaque por sua amplitude, localizada na lateral esquerda da página. Apresenta a repetição do trecho “Enxergue as pessoas como elas realmente são”, o que de início produz um truncamento, equívoco que se pode interpretar como falha ou relativo descuido na utilização do recurso *copiar e colar* que permite que trechos de textos sejam recortados de livros ou documentos disponibilizados *on-line*, em formato word ou pdf, e possam figurar em outros lugares e serem editados. A utilização das ferramentas de copia e cola na rede é muito comum e tributária ou fomentadora de uma outra prática: a da composição e utilização de repositórios de mensagens *on-line*, tais como o *Pensador Uol*¹¹ e outros *sites* de armazenamento.

Além desse indício material que caracteriza a prática de escrita de usuários dessa rede social, outro traço que pode ser identificado, e coincide com aquele que é empregado por um leitor para questionar a legitimidade da autoria da mensagem, diz respeito ao emprego da palavra “photoshop”, que corresponde a um termo de uso relativamente recente, tendo em vista que esse programa usado para edição de imagens foi lançado pela *Adobe* em 1990 e popularizou-se mais recentemente, a partir de 1994, quando o programa também foi desenvolvido para o sistema *Windows*.

Se considerarmos que o autor referido morreu em 1996, a probabilidade de ele já ter citado esse termo técnico em seus textos é baixa, o que se explicaria, seja por não se tratar de um enunciado do autor, seja em função das formas de apropriação de textos que são postados na rede, e que autorizariam a edição, a adaptação, a incrementação dos textos, dadas as facilidades de edição, a lógica colaborativa comum no universo virtual, a relação menos hierárquica, porque menos institucionalizada, quanto à preservação da identidade de um texto que originalmente circula com o nome de um autor, dentre outras razões. Quanto ao comentário, ele manifesta as regras que partilhamos socioculturalmente acerca da autoridade investida no nome de certos escritores e da inviolabilidade de um texto reconhecido como literário.

Embora se alterem as regras de produção e apropriação de textos com a difusão de tecnologias que facilitam a reprodução, reconstrução e difusão, instituindo usos antes desconhecidos ou pouco difundidos, de pouco impacto, observa-se, de modo geral, um funcionamento discursivo dessa produção/recepção de textos herdeiro das regras, dos modelos, das formas autorizadas de uso dos textos segundo o universo impresso, como se observa em relação ao funcionamento da autoria, nesse caso. Por um lado, em seu comentário o leitor afirma sua não especialidade no assunto, cuja modalização pode ser explicada seja por certa ironia, seja pelo peso compartilhado culturalmente da representação

¹¹ *Pensador Uol* (www.pensador.uol.com.br) é um *site* de repositório de frases, citações e textos de autores famosos. Em nossa busca na rede pela origem dos enunciados destacados de obras de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector (ou atribuídos a essas obras), muitas das mensagens nos remetiam diretamente a esse *site*.

do grau de autoridade tradicionalmente exigido para se ocupar o lugar de crítico de uma produção que pertenceria à “alta cultura”; por outro, demonstra menos a preocupação em restituir a autoria a quem de direito, e mais a preocupação de afastar aquilo que não tendo sido dito, total ou parcialmente pelo autor, não deve lhe ser atribuído.

A emergência de um comentário avaliativo como o que se apresenta no exemplo advém das eventuais alterações em algo enunciado por um sujeito, cujo nome, numa dada cultura, funciona como nome de autor, ou da equivocada atribuição de autoria de um texto. Nesse comentário ecoam formas de apropriação limites, ou seja, que se encontram no limite de duas (ou mais) culturas, no exato ponto de partilha, cujas fronteiras são mais complexas e cujas regras e modelos de apropriação que as distinguem se interpenetram e, por isso, conferem maior interesse à pesquisa de fenômenos culturais como esse da circulação de enunciados destacados de textos (conhecidos ou não) cuja disputa da propriedade dessas atribuições revelam formas de funcionamento discursivo de um dado campo, num dado tempo.

Outro comentário, que visa a responder ao comentário anterior, é bastante relevante no que diz respeito a nosso interesse em levantar e descrever formas de exercício da autoria na rede. Nele observamos a sinalização de uma prática corrente nesse ambiente virtual de troca de textos, a saber, o reconhecimento de que muitos textos no universo eletrônico são produzidos coletivamente, ou podem ser apropriados de forma participativa, melhorados, incrementados, ilustrados e reencaminhados sem perda de sua qualidade, ou sem a necessidade de alterar sua referência original.

(03) Talvez quem tenha falado do photoshop, tenha sido a segunda pessoa né??

Nesse comentário, verificamos uma possível justificativa do uso da palavra *photoshop* no trecho citado. Segundo esse leitor a utilização da palavra só pode ser possível pelo acréscimo feito por uma segunda pessoa. Entendemos que a segunda pessoa a quem o leitor se refere é aquele que realiza o processo de seleção, destacamento e adaptação do texto, nesse caso, os produtores da página ou os produtores dos repositórios de mensagens que podem ser utilizados como fontes para a postagem de *mensagens*, o que lhe permitiria tecnicamente exercer uma espécie de coautoria das *mensagens*, ainda que não reivindicada.

As razões dessa não reivindicação de coautoria, ou das formas de indicação dessa coautoria são várias. Em alguma medida, é consensualmente compartilhado o fato de que o destacamento de uma frase de um texto, a sua circulação em outro meio que não o impresso em que circulou originalmente, a inserção de imagens ou de músicas em sua atualização virtual, não corresponderia a procedimentos que afetariam a autoria do enunciado, apenas lhe dariam uma maior evidência, uma difusão, um uso laudatório de sua beleza e de seu valor. Esses procedimentos de intervenção no texto não são, portanto, reconhecidos como tais, enquanto a inclusão de uma palavra ou de uma frase o seria. Por isso, essa forma de intervenção em uma produção autoral torna-se mais saliente ao olhar, passível de repreensão e de questionamento, uma vez que remonta à história das regras de identificação do autor de um texto (com vistas à punição) e de distinção das produções e criação do *copyright* (por razões do mercado livreiro)¹² que se encontram na origem do imaginário valorativo e das regras de atribuição de autoria que hoje compartilhamos.

¹² Cf. Foucault (1992) e Chartier (2012).

Sobre essas regras e valores que nos chegam ainda que sob a forma de um eco, de um fundo sociocultural relativamente consensual do qual, embora não compartilhem todas as suas especificidades e extensão, sejamos seus reiteradores, é preciso apreendê-las e descrevê-las nessas ocorrências singulares, eivadas de embate, de disputa e de polêmica, como podemos constatar também no exemplo¹³ a seguir:



- (04) Queria voltar a ser criança, porque os joelhos ralados curam bem mais rápido que os corações partidos.
- (05) Desculpem, mas há no facebook uma confusão de frases entre autores e escritores. Já vi letra de Oswaldo montenegro assinada como o nome de Miley Cyrus. Não consigo creditar nenhum livro, crônica ou entrevista de Clarice que contenha esta frase, gostaria da fonte por favor... visto que nada desta frase se aparenta com o genero literario da autora, minha favorita.

No comentário (5) acima, o leitor parte de um pressuposto amplamente divulgado, conforme já explicitamos aqui, de que na internet há uma certa fluidez na atribuição de autoria o que estaria na origem da troca e da confusão frequentes da autoria de certos textos. Para o leitor que comenta a mensagem, o que lhe impede de reconhecer como verdadeira a atribuição dessa frase a Clarice Lispector encontra-se em seu domínio de traços recorrentes, próprios da obra da autora, o que se atesta por meio de pelos menos três argumentos. O primeiro argumento pauta-se na afirmação relativamente consensual de que é corrente hoje em dia “a confusão de frases entre autores e escritores” no *Facebook*, afirmação que pressupõe ser de conhecimento geral a prática mencionada. O segundo argumento corresponde ao apelo a um exemplo do fenômeno que se discute, não de qualquer forma, uma vez que no comentário o sujeito se apresenta como testemunha do exemplo relatado, o que configura um elemento importante da argumentação. Por fim, um terceiro argumento presente nesse comentário pauta-se numa espécie de “carteirada”, como se se dissesse “você sabem com quem está falando”. Nele se afirmam as qualificações daquele que enuncia e que validam suas afirmações pela ‘autoridade’ que é invocada para si, atribuindo-se a especialidade em um dado assunto. Outorga-se assim um lugar de enunciação que estabelece uma hierarquia e descredibiliza o outro, fortalecendo-se na disputa argumentativa.

¹³ Disponível em: <<http://migre.me/mLsSL>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Ao argumentar se tratar de “sua escritora favorita”, de não reconhecer o estilo de escrita próprio de sua obra e de não ter encontrado a referida frase em nenhuma produção que constitui a obra da autora citada, o sujeito que questiona a sua autoria vale-se de uma noção, que tal como a de “autor” precisaria ser colocada em suspenso para compreendermos seu funcionamento específico e sua condição de emergência e mudanças históricas, a saber, a noção de obra, tal como afirma Foucault (1992). O filósofo questiona em que medida todo material produzido por um autor pode ser considerado como parte integrante de sua obra e em que medida essa construção (a obra) remete e constrói a condição de autor? Por isso ele pergunta “O que é uma obra? Em que consiste essa curiosa unidade que designamos obra? Que elementos a compõem? Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa por autor?” (FOUCAULT, 1992, p. 37).

A obviedade dessas duas noções é assumida pelo sujeito do comentário, como duas unidades de sentido óbvio, transparente, compartilhado, segundo a qual só se é autor se se possui uma obra e só possui uma obra se se é autor, e um dos traços que articularia essa relação direta entre obra e autor corresponderia ao ‘estilo’, também concebível como algo apreensível, identificável, de conhecimento tangível, responsável pela identidade e pela identificação de um enunciado como pertencente (ou não) a uma obra, a um autor.

Considerações finais

Tanto essas mensagens, quanto os comentários de seus leitores, compartilham representações da ‘autoria’ próprias de nosso tempo. Ainda que pareçam divergir, uma vez que se estabelece um confronto entre práticas de apropriação de textos distintas e relativamente indiferentes às regras de um campo, de um lado, e sua condenação de negligência na sua atribuição indevida a certos textos, ou na sua relativa liberdade de intervir em textos que, em função de sua condição autoral e pertencentes a uma obra, não deveriam ter sua integridade desrespeitada, de outro, observamos a relativa perenidade e força da necessidade de atribuição de autoria a essas mensagens.

Mais do que sua decadência, a presença do nome de autor nos textos dessas mensagens, ainda que de forma heterodoxa, comprova a vitalidade de seu emprego e as peculiaridades do exercício dessa função autor. A atribuição de autoria garante a um texto, ainda que não se trate de uma referência precisa e adequada, uma forma de circulação específica, uma recepção distintiva, que o diferencia de um texto cotidiano qualquer, garantindo-lhe um dado estatuto, uma forma de recepção mais ritualizada, solene. Ainda que alguns usos nas redes sociais sinalizem para uma certa indiferença às regras culturais, acadêmicas de atribuição de autoria, que distinguem textos canônicos, de origem literária, de outros textos dispostos mais abaixo na hierarquia da economia cultural de textos de nosso tempo, sua manutenção e emprego em textos como o das *mensagens compartilhadas* aqui exemplificados são provas incontestes da relevância compartilhada entre os produtores dessas mensagens e seus leitores, sejam elas de autoria confirmável ou não.

Assim, se a revolução eletrônica impôs mudanças expressivas nas maneiras de produzir textos, nas formas de sua circulação, na proliferação de maneiras de apropriação, convergentes ou não àquelas concebidas pelos autores e editores que a trouxeram à luz, tendo em vista um perfil de leitor e uma forma de consumo específicos, e que se encontravam relativamente estáveis na cultura impressa, ela também apresenta-nos os lugares

de confluência, similitude, continuidade das práticas, cujo alcance e especificidades cabe-nos, continuamente, analisar.

REFERÊNCIAS

BARZOTTO, V. H. *Leitura de Revistas Periódicas: forma, texto e discurso – um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. Tese (Doutorado) – IEL/Unicamp, Campinas, 1998.

_____. Limites na leitura: o texto e seu suporte. In: GREGOLIN, M. R.; CRUVINEL, M. F.; KHALIL, M. G. (Org.). *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica, 2001. p. 243-248.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Editora Unesp, 1998.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

CURCINO, L. *Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista VEJA*. 337f. Tese (Doutorado) – FCLAR, Unesp, Araraquara, SP, 2006.

_____. Velhos novos leitores e suas maneiras de ler em tempos de textos eletrônicos. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, p. 1013-1027, 2012.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *O que é um autor?* Tradução de António Fernando Cascais. 3. ed. Lisboa: Vega, 1992.

MAINGUENEAU, D. Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista. In: MOMESSO, M. R.; SCHWARTZMANN, M. N.; ABRIATA, V. L. R.; FERREIRA, F. A. (Org.). *Discurso e linguagens: objetos de análise e perspectivas teóricas*. v. 6. Franca, SP: Universidade de Franca, 2011.

MUCHAIL, S. T. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. *Margem*, São Paulo, v. 16, p. 129-135, 2003. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/margem/pdf/m16sm.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

O sintoma em suas dimensões singular e social

(Le symptôme dans ses dimensions singulière et sociale)

Paula Chiaretti¹

¹Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – Universidade do Vale do Sapucaí

chiaretti.paula@gmail.com

Résumé: Le symptôme, comme dispositif signifiant, s’inscrit à la fois dans le domaine du sujet et dans celui de l’Autre, de sorte que la répétition du symptôme (jamais identique) soit un des indices de leur lien. Depuis Freud, on sait que tout symptôme a une relation étroite avec les conditions médiates et immédiates de sa production et de son apparition. C’est pourquoi, si l’on considère le symptôme comme une production discursive, les concepts de l’appareil analytique de l’analyse du discours proposés par Pêcheux nous permettent de «regarder par la fenêtre», en tenant compte de l’historicité des productions discursives actuelles. Prendre le symptôme par sa polysémie et sa possibilité de récréation radicalement singulière c’est offrir au sujet, quel qu’il soit, un lieu de résistance à sa singularité.

Mots-clés: Symptôme; Malaise; *événement*; *polysémie*.

Resumo: O sintoma, como arranjo significante, estaria inscrito tanto no campo do sujeito quanto no campo do Outro, sendo sua repetição (sempre não idêntica) um dos índices desse enodamento. É sabido, a partir de Freud, que qualquer sintoma tem uma relação estreita com as condições mediatas e imediatas de sua produção e aparecimento. Por conta disso, ao considerar o sintoma como produção discursiva, os conceitos provenientes do dispositivo analítico da Análise do Discurso proposta por Pêcheux nos permitem “olhar pela janela”, levando em consideração a historicidade nas produções discursivas atuais. Tomar o sintoma pela via da polissemia e possibilidade de recriação radicalmente singular é oferecer ao sujeito, qual seja, um lugar de resistência à sua singularidade.

Palavras-chave: Sintoma; Mal-estar; Acontecimento; Polissemia.

Introdução

Para tentar responder à questão “qual a relação possível entre sintoma singular e sociedade?” que orienta este trabalho, optamos por iniciar retomando os conceitos de sintoma, em Freud e em Lacan. Isso porque é possível observar um deslocamento do sintoma como sinal de uma doença cuja essência é anterior ao próprio sintoma para a concepção de sintoma a partir de um enodamento necessário entre sujeito e Outro. O sintoma, como a expressão de um conflito entre dois polos cujas forças são incapazes de se anularem, surge então do encontro com o indivíduo (*sempre-já-sujeito*), interpelado em sujeito pela ideologia, e a sua formação social, na qual determinados discursos circulam promovendo a possibilidade de que sujeito e sentido se constituam. Nesse processo, é aquilo que faz furo ao total encobrimento do real pelo simbólico que é capaz de engendrar novos sentidos ao sujeito e à sociedade. Isso porque a interpelação ideológica, como ritual, apresenta falhas (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 277). Nesse ponto, Pêcheux (2009 [1975]) chama a atenção dos lapsos e chistes, formações do inconsciente que apontam para a ruptura e para a divisão do sujeito. O presente trabalho pretende se aproximar do sintoma, que também sinaliza uma forma de conflito, como um dos índices da falha que se apresentam nos rituais de interpelação ideológica e de constituição de sentido e sujeito.

O sintoma: do recalçado ao *eu humano*

A partir de Freud, o sintoma é deslocado da acepção médica de “sinal” de uma patologia localizável em um órgão e ganha a função de expressão do recalçado. Esse recalque, diferentemente do esquecimento, se caracteriza por fazer funcionar uma relação de associação entre o conteúdo recalçado, a sua representação e a formação de um sintoma que pode ou não saltar aos olhos de seu portador. O sintoma, nesse momento, seria, portanto, o resultado da passagem de uma impressão ou experiência da consciência para o inconsciente, compreendido com algo ao qual o sujeito consciente não acessa exceto por meio de algumas de suas formações. Esse sintoma cederia, recuando na sua formação, a partir de sua compreensão por parte do sujeito, ou seja, por meio da condução de seu conteúdo à consciência.

Sobre esse ponto da elaboração de Freud sobre o sintoma, Lacan (2008 [1938], p. 75) destaca o reencontro dos “caminhos abertos pela ideia socrática de que o homem se dá a conhecer através das intuições da razão”. No entanto, essa noção é retificada diversas vezes na obra do psicanalista, já que sempre parecia esbarrar em uma *resistência* à elucidação desse sintoma, restando um núcleo duro: “o sintoma neurótico representa no sujeito um momento de sua experiência em que ele não sabe se reconhecer, uma forma de divisão da personalidade” (LACAN, 2008 [1938], p. 75).

De acordo com Maia, Medeiros e Fontes (2012), ao longo da obra de Freud, o sintoma ainda aparece como 1. expressão de um conflito psíquico; 2. mensagem do inconsciente; e, 3. satisfação pulsional (ligada à satisfação de um desejo). É importante tomar as maneiras pelas quais o sintoma é entendido em seu conjunto, pois, a partir daí, é possível perceber pistas que indiciam um modo de funcionamento que não parece ser tão inequívoco quanto se acreditaria em princípio.

Tomemos, em um primeiro momento, a compreensão de que o sintoma, para Freud, deveria ser entendido como uma mensagem cifrada (ponto 1), já que tem seu conteúdo distorcido e que deve ser interpretada pelo analista. Há aqui a presença de uma possibilidade de apreensão inequívoca entre o conteúdo recalçado e a manifestação do sintoma, uma espécie de tradução termo-a-termo que possibilitaria ao analista realizar a ‘cura’ do sintoma (e conseqüentemente, do sujeito).

Para tal empreita, Freud toma como objetos de sua atenção as formações do inconsciente (sonhos, lapsos, esquecimentos, chistes) cujo funcionamento será aproximado mais tarde, por Lacan, às leis de funcionamento da linguagem. O tratamento nesse momento se baseia em tentar encontrar um sentido no *nonsense* que é o próprio sintoma. Ao mesmo tempo em que esse sintoma se configura como resultado do recalque, ele gera uma satisfação pulsional (ponto 3).

Essa satisfação paradoxal engendrada pelo sintoma leva Freud a uma nova elaboração da sua teoria. A partir de 1920, com a publicação de *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1996c [1920]) e a introdução do conceito de compulsão à repetição, o sintoma não aparece mais de forma tão harmônica. A decifração dos significados passa a ser insuficiente. Afinal, o que seria a decifração do sintoma se não uma nova construção significativa? Ou uma nova solução de compromisso entre as exigências da pulsão e do meio em que está inserido o sujeito?

É nesse ponto que podemos então retomar a noção de sintoma como expressão de um conflito (ponto 1). A qual conflito estaríamos nos referindo? Podemos considerar que os polos em conflito seriam representados por um lado pelas exigências pulsionais de satisfação, regidas em um primeiro momento pelo princípio do prazer, e por outro lado pelas exigências do meio social, que impedem o indivíduo de obter plena satisfação, obrigando-o a ceder ao princípio de realidade, na medida em que este exige do sujeito um sacrifício da sua satisfação imediata em troca de segurança.

Se, por um lado, essa passagem do princípio do prazer para o de realidade obriga o sujeito a abrir mão de uma satisfação imediata da pulsão, obrigando-o a realizar um *detour*, por outro lado, esse novo princípio do funcionamento do psiquismo salvaguarda a satisfação (ainda que parcial). É nesse ponto da constituição do sujeito que encontramos a formação do ego, de um eu (eu-de-realidade), que substitui o eu-prazer cujas dimensões de dentro e fora não seguem o juízo de existência, mas sim o juízo de atribuição (de prazer e desprazer). Ou seja, se em um momento anterior, o “eu” se caracteriza por incorporar o que dá prazer e expulsar o que provoca desprazer – sendo o eu coincidente com prazer e o fora coincidente com o desprazer –, diante da falência desse projeto (uma vez que a realidade é insistente), o sujeito se arranja por meio de um novo princípio que julga os objetos como existentes ou não na realidade que o circunda, a despeito da sensação de prazer ou desprazer que causam. Segundo Freud (1996b [1911]), isso traz enormes consequências ao aparelho psíquico, sendo que é partir daí que se torna possível falar em uma *consciência*.

É por conta disso que Lacan enuncia, naquela que viria a ser a primeira aula de seu seminário, que “o eu [ego] está estruturado exatamente como um sintoma. No interior do sujeito, não é senão um sintoma privilegiado. É o sintoma humano por excelência, é a doença mental do homem” (LACAN, 1986 [1953-1954], p. 25). Já aqui podemos notar que haveria a partir de Lacan uma estreita ligação entre sintoma e sociedade, uma vez que o sintoma que podemos nomear ego é um sintoma *privilegiado e humano*.

Mais à frente, Lacan (1986 [1953-1954], p. 27) precisa que esse “eu humano” seria um sistema ou “esta série de defesas, de negações, de barragens, de inibições, de fantasias fundamentais, que orientam e dirigem o sujeito”. Falar em barragem, defesa, negação nos leva a afirmar que se trataria, portanto, de uma *constituição* cuja relação com aquilo que comumente denomina-se sociedade ou social é indissociável. Diante da ‘oposição’ (apreendida *a posteriori*) entre pulsões do indivíduo e exigências do meio, haveria a constituição de um ego, de um eu. Aqui, se reinscreve na mitologia psicanalítica a passagem da natureza para a cultura, sendo o *eu humano* seu principal expoente, seu principal *sintoma*.

A estrutura significativa do sintoma e o mal-estar na contemporaneidade

Lacan, em seu retorno a Freud, apresenta o sintoma ora como mensagem, ora gozo, ora invenção (MAIA; MEDEIROS; FONTES, 2012). Tomemos aqui o sintoma como mensagem-metáfora.

A princípio, para Lacan, o sintoma é essencialmente significativo, tem a estrutura significativa e se apresenta como uma metáfora. O fato de o significativo representar um sujeito para outro significativo introduz já aí divisão desse sujeito (LACAN, 1998 [1964]),

dividido entre dois significantes que, de modo algum, representam o sujeito totalmente. Essa divisão, no entanto, é mascarada, suturada, apagada pelas construções imaginárias com as quais o sujeito se enreda, fazendo com que sua história seja construída, dando uma continuidade no tempo e no espaço que corrobora sua identidade (*idem* – idêntico). No entanto, o sintoma segue sendo marcado por essa divisão entre satisfação e falta. No sintoma, assim como nas demais formações do inconsciente, há uma satisfação, mas essa satisfação tem um caráter problemático e paradoxal já que produz a queixa que usualmente leva o sujeito a procurar uma ajuda que indicia, ao lado da satisfação, um incômodo.

Como metáfora, como construção significativa, esse sintoma aponta para outro sentido. Desde Freud, qualquer sintoma tem uma relação estreita com as condições mediatas e imediatas de sua produção e seu aparecimento. Isso nos permite afirmar que essa produção sintomática deve ser remetida a uma condição, entendida não somente como a *experiência particular* do sujeito que se apresenta ao trabalho analítico, mas também do *momento histórico* em que essa queixa se inscreve. A fim de considerar o sintoma social como uma produção discursiva que coloca em funcionamento formações discursivas e imaginárias (relativas a uma dada formação social) de um momento histórico, convém que recorramos a conceitos provenientes do dispositivo analítico da Análise do Discurso proposta por Pêcheux. Essa atenção aos aspectos históricos da construção de sentidos nos permite “olhar pela janela” (como afirma Jacques Alain Miller) quando recebemos um paciente em sofrimento na clínica.

Nesse sentido, dizer que a Psicanálise desconsidera a história é apagar toda a sua construção conceitual que se pauta no campo da experiência. Não seria a mesma coisa, se, no momento em que Freud inaugura essa disciplina (até então idealizada como científica), não nos encontrássemos em uma sociedade marcada pela repressão sexual (da mulher em maior grau) que como tal garantisse que os sintomas formados se referissem a um quadro que se convencionou chamar de *histeria*. Essas mulheres (e homens, como Freud o provou) apresentavam sintomas como paralisias, cegueira, surdez, etc. que viriam a substituir uma satisfação pulsional não consolidada (FREUD, 1996a [1901-1905]).

O que se observa, no entanto na atualidade, é o decréscimo dos casos de histeria e o aumento do índice de outros quadros que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*) não se cansa de enumerar e classificar em vão já que, a cada punhado de anos, é preciso que todas as categorias sejam revistas apontando não a uma modificação na constituição orgânica dos sujeitos, mas na maneira como estes são apreendidos pelo discurso que o enreda. Essa atualização dos discursos sobre as doenças mentais aponta justamente para o cruzamento necessário entre a subjetividade e a sociedade, o momento histórico em que uma dada subjetividade é enredada configurando-se como um sintoma humano (ego) da sua época. Observamos assim de que maneira as dimensões da particularidade e do social convergem para um ponto comum quando levamos em consideração o sintoma.

O catálogo que um artefato simbólico como o DSM nos oferece aponta para essa convergência entre particular e social. Há, no entanto, no discurso científico a partir da qual ele se formula um funcionamento que aponta para aquilo que pode ser ‘conhecido’ (leia-se também construído) sobre as condições descritas. Contudo, considerando ainda que há algo no sintoma que o sujeito se recusa a conhecer, poderíamos nos perguntar, a

partir da produção sintomática na atualidade: o que o sujeito contemporâneo se recusa conhecer?

O *contemporâneo* aqui pretende marcar uma incidência histórica tomada como ponto paradigmático na compreensão o enlaçamento das dimensões sociais e singulares na produção do sintoma: a categoria diagnóstica da *depressão* que afeta hoje cerca de 350 milhões de pessoas em todo o mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012). Se tomarmos a *depressão* como um sintoma social, dada sua alta incidência diagnóstica (e considerado o fato de que é sob esse significante que muitos pacientes procuram um tratamento), de que saber se trata esse que o sujeito depressivo se recusa a acessar?

A partir da leitura de Freud (2011 [1930]), em *O mal-estar na civilização*, sabemos que o convívio com um mal-estar é contemporâneo ao nascimento da sociedade e da vida compartilhada com o outro. Se à época da escrita do texto, Freud aponta para uma necessidade de supressão das pulsões agressivas e para o papel da sociedade nesse processo, hoje, o que se observa é a vigência de um discurso que tenta contornar o abandono necessário da satisfação completa das pulsões e que, de fato, promove a suspensão da repressão aos impulsos e à satisfação. Esse discurso de fomento à satisfação poderia ser reconhecido em *slogans* atuais tais como “satisfação garantida ou o seu dinheiro de volta”, para dar apenas um exemplo.

O que poderia explicar o fato de que diante desse mal-estar intrínseco à vida social encontramos uma intolerância que reconheceria seu ápice nos tempos atuais, em que se recorre à medicalização e às técnicas de bem-estar e bem viver do tipo autoajuda? Aqui podemos recorrer à Análise de Discurso para tentar traçar ou delimitar algumas das condições de produção que permitem o surgimento de um discurso intolerante às frustrações e ao que é avesso a uma ideia de felicidade.

O bem-estar e a felicidade, que poderíamos qualificar como *prêt-à-porter*, são disponibilizados na forma-mercadoria a ser adquirida diante da adesão (leia-se *consumo*) ao tratamento terapêutico médico-farmacológico ou às técnicas de disciplinarização de pensamentos e atitudes. Esse produto se diferencia daquela felicidade episódica que aparece em Freud como uma das possíveis. No primeiro contexto, o médico-farmacológico, o que aparece como infelicidade é fruto de um mau funcionamento neuronal, logo, ajustável por meio da administração de um medicamento, enquanto que no segundo, relacionado às técnicas terapêuticas, os parâmetros de partida e chegada não necessitam ser ajustados de sujeito em sujeito, mas segue a lógica científica da generalização e da universalização dos saberes para todo e qualquer sujeito.

A partir daí, não poderíamos pensar nesse tipo de medicamento ou de técnica terapêutica como uma espécie de produto disponível no mercado de consumo que, ao mesmo tempo em que completaria o sujeito, desvelaria, justamente aí, sua incompletude? Novamente nos vemos diante de uma paradoxal aliança entre satisfação e falta.

O que essa construção que visa a corrigir um funcionamento indica é a passagem do contingente e do impossível às categorias de necessário e possível: se antes a possibilidade de completude não existe, sendo que ao sujeito resta encontrar uma maneira singular de lidar com a falta, a partir do discurso da técnica (aliada à lógica do consumo), a felicidade não somente é possível como deve se realizar em *todo e qualquer sujeito*, destacando-se desse discurso a exigência de um universal.

Criar condições de se negar a infelicidade e de promover a felicidade para todos está relacionado àquilo que Lacan articulou a partir do discurso capitalista para o qual não existem pontos de impossível. Na contemporaneidade a aliança entre esse discurso e a ciência tem como consequência a crença de que o objeto faltante pode ser fabricado, mascarando a castração.

Segundo Vanier (2002, p. 208),

Todos renunciamos ao gozo, condição da entrada no laço social; mas somos todos apanhados na promessa, reafirmada com insistência, de uma possibilidade de recuperação desse gozo perdido oferecida pelo consumo que será democraticamente repartido entre todos.

Essa promessa nos separa atualmente daquilo que Freud descreve em seu trabalho dedicado ao mal-estar em 1930. Naquele momento, o sujeito poderia apenas se lamentar do fato de estar sempre submetido a uma lei que não é a de seu próprio desejo e gozo. Ainda que houvesse o pleito da felicidade irrestrita, o que caracteriza uma sociedade, tal como a de Viena em 1930, é a impossibilidade de que essa felicidade irrestrita se cumpra. Ao contrário, hoje, o que se observa é que ela não somente pode como deve se realizar, para todo e qualquer sujeito. Justamente por conta disso é que podemos afirmar que essa necessidade (categoria lógica) é promovida pelo discurso capitalista (MELMAN, 2008).

Apesar de a forma como os discursos se organizam promover a possibilidade irrestrita de gozo, isso não significa que estaríamos diante de uma sociedade na qual a estrutura dos seus membros seria a da perversão, ou seja, viveríamos em uma sociedade composta por perversos. É preciso aqui diferenciar as estruturas (no sentido lacaniano: neurose, psicose e perversão) do modo como os discursos produzem sentidos – de que a realização plena da satisfação *seria* possível (ainda que, estruturalmente, *não seja*). Trata-se da forma como as condições se anunciam e não precisamente do modo como os sujeitos experienciam essa condição.

De acordo com Lebrun (2008), a via pela qual deve ser repensada a maneira como o laço social se dá atualmente é a partir da ruptura com a sociedade hierárquica tradicional e a mutação para um novo arranjo da sociedade que “evoca referências diversas em função dos sujeitos envolvidos” (LEBRUN, 2008, p. 111). Esses sujeitos já não ocupariam mais os mesmos postos de submissão. Ao contrário, estariam convocados a se implicar construindo coletivamente a legitimidade consensual. Não há mais nenhuma função exterior que garantiria essa legitimidade, *o céu está vazio*, e pela primeira vez pode ser colonizado pelo próprio homem (DUFOR, 2005).

A política de *felicidade para todos* é tratada por Lacan a partir da repetição de uma demanda que encontra por parte de seus pacientes na sua clínica: “com isso não digo nada de novo – uma demanda de felicidade, de *happiness*, como escreveram os autores ingleses na linguagem deles, é justamente disso que se trata” (LACAN, 1997 [1959-1960], p. 350).

É por conta dessa ocorrência e de certa repetição no campo clínico (de escuta), que podemos reconhecer no sintoma do sujeito a incidência de uma ocorrência social, de um certo arranjo significativo que se repete e que, pela repetição, se encontra no campo do Outro, de um ideal comum, como aquilo que também promove laço entre os sujeitos.

Consideramos que o ideal de que se trata aqui seria aquele relacionado ao discurso capitalista e sua suspensão dos impossíveis. Tudo é possível para o sujeito promovido pelo discurso da contemporaneidade, da ciência à publicidade, desde que saiba aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas. Tratar-se-ia do decalque da lógica do mercado de consumo para o da economia libidinal demonstrando uma “articulação profunda entre dinâmica pulsional e modos de reprodução econômica” (SAFATLE, 2008, p. 19) que fabrica o sentido de que todas as limitações à sua satisfação se encontrariam suspensas.

No entanto, ao lado dessas promessas, o que se observa é o crescente aumento do número de depressivos que se caracterizam pela recusa e pela retirada: “ao colocar-se ante a exigência de ‘tudo ou nada’, acabam por instalar-se do lado do nada” (KEHL, 2009, p. 15). Em certa medida o que o depressivo se recusa, pela via do sintoma, é a fazer parte daquilo que é propagandeado, apontando a um irrealizável que desloca a metonímia eterna decalcada do mercado de consumo para um ponto de impossível inco-tornável.

A saída pela polissemia do sintoma

No entanto, se considerarmos que o sintoma tem relação com linguagem e com o arranjo significante, falar sobre o sintoma implica a possibilidade de sua recriação. Dado o caráter polissêmico da linguagem, os sentidos do sintoma podem ser deslocados pela fala. É aqui que podemos pensar naquilo que Pêcheux apresenta em sua crítica à evidência e transparência de sentido. A Análise de Discurso não visa a demonstrar o sentido correto, e nem mesmo o outro sentido, mas justamente na medida em que aponta a sentidos outros possíveis, por meio de processos parafrásticos (e polissêmicos), destaca o caráter errante dos sentidos que se ancoram em condições de produção discursivas que por sua vez não podem ser atemporais e a-históricas.

Há diferentes sentidos que constituem um discurso. A opacificação do discurso permite a construção de uma nova interpretação, uma interpretação singular (que nem por isso é desvinculada da história).

Lacan chama a atenção ao significado de “tomar um caso na sua singularidade”. Essa singularidade se caracterizaria para o autor por “uma dimensão que ultrapassa em muito os limites individuais”: essa dimensão Lacan chama de “situação da história”, e precisa que “a história não é o passado. A história é o passado na medida em que é histórico no presente” (LACAN, 1986 [1953-1954], p. 21).

No entanto, mesmo que o sujeito se sirva dos significantes disponíveis que são enredados pela primazia ou pela prevalência de um discurso que produz um conhecimento ‘legítimo’ como o científico, por exemplo, é possível que o sujeito desloque esse sentido, fazendo girar a cadeia discursiva e produzindo um saber singular a respeito desse sintoma.

Podemos a partir daí pensar no sintoma como uma tentativa de tamponamento da falta fundamental, do fora do sentido, que o significado não consegue recobrir, e, ao mesmo tempo, como aquilo que promove o novo na medida em que não há um sentido último e nem mesmo possibilidade de coincidência entre os registros, real, simbólico e imaginário. Conde (2008, p. 67) escreve que o “sintoma pode ser compreendido como resultado de uma estrutura marcada por uma falta, representando a verdade que aponta

para essa falta inerente. Aí residiria o aspecto ‘incurável’ do sintoma”. Já que a falta não pode ser preenchida nunca, pois é estrutural, estaríamos diante de um impossível de cura. A falta estrutural do Outro da linguagem precisa ser tratada pelo sujeito que, para isso, faz uso do sintoma.

Pensando na dimensão social do sintoma, por outro lado, podemos pensar na ruptura que o sintoma promove na medida em que se configura como uma quebra da regularidade e homogeneidade aparentes do mundo. Ou seja, trata-se aqui daquilo que move Pêcheux em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1997 [1983]): a falta estrutural que não permite que nenhum sentido, qual seja ele, se cristaliza de maneira perene. O acontecimento irrompe da própria estrutura, de sua falha.

De uma maneira simples o sintoma “‘é o que faz desordem’, isto é, o que rompe uma articulação, uma regularidade e uma homogeneidade, o que constitui uma irrupção de não-sentido na ordem da significação, resumindo, o que é imixão da verdade na cadeia do saber” (ASKOFARÉ, 1997, p. 167). A nova construção teórica acerca da origem do sintoma histérico, que tem um o seu papel decisivo na fundação do campo psicanalítico, aponta àquilo que não faz Um com os sentidos que já haviam sido estabilizados no campo médico. Isso porque o sintoma histérico retira toda a sua originalidade do fato de não poder ter sua origem localizada no orgânico – o que contraria a hipótese original de que a histeria estaria relacionada exclusivamente ao sexo feminino (daí o nome histeria de *hystéra*, na sua origem grega, ‘útero’). Assim, isso, que não podia simplesmente ser lido pelos sentidos estáveis da clínica médica, que produz ruptura na regularidade desse discurso médico, é o que deve ser expulso do campo médico inaugurando a Psicanálise. O acontecimento em torno desse fenômeno, desse sintoma que apontava a uma irregularidade, mas é apreendido em seu poder de engendrar novos sentidos, é o que o sintoma em sua particularidade de desordem aponta: à polissemia.

Ao contrário do que a lógica da nosologia poderia supor, não há respostas prontas ao sintoma no campo do Outro. Da mesma maneira, não podemos considerar que haja correspondência direta entre linguagem e mundo. Não se trata, portanto, da apreensão da *contingência* do sintoma própria à recriação como *necessidade*, mas sim como essa abertura de sentido que aponta a uma gama diversa de possibilidades, ao acontecimento.

Análise de Discurso e Psicanálise são disciplinas indiciárias e, por conta disso, se preocupam em dar lugar a incidências significantes, às pistas que a sua ocorrência nos fornece sobre o modo como os sujeitos se arranjam com o Outro. Os conteúdos e sentidos somente interessam na medida em que apontam por um lado para a paráfrase e por outro para a polissemia que o processo de interpretação supõe.

Tomar o discurso levando em consideração o processo de sua constituição e formulação é dar lugar a uma nova produção de sentido, uma significação fruto do deslocamento significativo, e não atribuir um sentido prévio a ser descoberto aos significantes que se apresentam. Isto é, ainda que seja possível traçar um terreno no qual sintomas sociais encontram condições férteis para se manifestarem, no campo clínico, é preciso ouvir sua manifestação uma a uma, na singularidade de seu portador, a despeito das características e descrições etiológicas de manuais psiquiátricos, uma vez que o próprio do processo analítico é levar o sujeito a um lugar de indeterminação, no qual as significações das quais

se arma justamente pela insuficiência do sentido já não aparecem mais. Esse lugar vazio, por sua vez, possibilita ressignificar a noção de “cura” tão propagandeada pelo discurso medicalizante contemporâneo cujas ofertas de felicidade contaminam muitas vezes as clínicas terapêuticas e fazem com que os sujeitos se apresentem ao trabalho por conta de uma demanda de gozo do Outro. Afinal, escutar essa demanda como radicalmente singular é oferecer ao sujeito, qual seja, um lugar de resistência à sua singularidade.

REFERÊNCIAS

- ASKOFARÉ, S. O sintoma social. In: GOLDENBERG, R. (Org.). *Goza!:* capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Ágalma, 1997. p. 164-189.
- CONDE, H. *O sintoma em Lacan*. São Paulo: Escuta, 2008.
- DUFOUR, D.-R. *A arte de reduzir cabeças:* sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FREUD, S. Um Caso de Histeria. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996a [1901-1905].
- _____. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996b [1911].
- _____. Além do princípio do prazer. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996c [1920].
- _____. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011 [1930].
- KEHL, M. R. *O tempo e o cão:* a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LACAN, J. *O seminário, livro 1:* os escritos técnicos de Freud. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1986 [1953-1954].
- _____. *O seminário, livro 7:* a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [1959-1960].
- _____. *O seminário, livro 11:* os quatro fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1964].
- _____. *Os complexos familiares na formação do indivíduo:* ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1938].
- LEBRUN, J.-P. *A perversão comum:* viver juntos sem o outro. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.
- MAIA, Aline Borba; MEDEIROS, Cynthia Pereira; FONTES, Flávio. O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. *Estilos clin.* [online], v. 17, n. 1, p. 44-61, 2012. ISSN 1415-7128.
- MELMAN, C. *O homem sem gravidade:* gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- PÊCHEUX, M. *O discurso:* estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997 [1983].
- _____. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009 [1975].
- SAFATLE, V. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

VANIER, Alain. O sintoma social. *Ágora*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 32, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 de julho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982002000200001>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, Depression: Fact sheet n° 369, October 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/en/>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

Invasão ou passeio? A representação da “nova classe média” brasileira no discurso noticioso do jornal *Folha de S. Paulo*

(Invasion ou promenade ? Représentation de la “nouvelle classe moyenne” brésilienne dans le discours informatif du journal *Folha de S. Paulo*)

Paula de Souza Gonçalves Morasco¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas– Universidade de São Paulo (USP)

psouzag@yahoo.com.br

Résumé: Cet article a pour objet la comparaison entre deux articles du journal *Folha de S. Paulo*: l’un publié en 2000, l’autre en 2014. Ils portent sur un fait appelé “rolê”. Le but de la comparaison est d’observer si, quatorze ans plus tard, la représentation des acteurs sociaux de celui-ci dans le discours d’information de ce journal a changé, considérant que les participants du “rolê” appartiennent une nouvelle classe moyenne apparue récemment au Brésil. Pour atteindre nos objectifs, nous utiliserons les hypothèses de l’Analyse Critique du Discours (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2004; VAN DIJK, 2001; VAN LEEUWEN, 2008), ainsi que la linguistique de l’énonciation orientée vers le sujet énonciateur qui soutient les énoncés produits (CHARAUDEAU, 2007; KERBRAT-ORECCHIONI, 1980; PAVEAU, 2007).

Mots-Clés: Nouvelle Classe Moyenne; Nouvelles; *Folha de S. Paulo*; Rolezinhos.

Resumo: Este artigo traz uma comparação entre duas notícias do jornal *Folha de S. Paulo*, uma publicada no ano 2000 e outra publicada no ano 2014 (retomando a do ano 2000), ambas sobre um evento conhecido como “rolê”. Nosso intuito é observar se a representação dos atores sociais desse evento mudou após esses catorze anos no discurso noticioso desse jornal, considerando-se que os participantes do “rolê” são parte de uma nova classe média que se consolidou no Brasil nos últimos anos. Para a realização de nosso estudo, embasamo-nos nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2004; VAN DIJK, 2001; VAN LEEUWEN, 2008) e na linguística da enunciação com foco no sujeito enunciador que sustenta os enunciados produzidos (CHARAUDEAU, 2007; KERBRAT-ORECCHIONI, 1980; PAVEAU, 2007).

Palavras-chave: Nova classe média; Notícias; *Folha de S. Paulo*; Rolezinhos.

Introdução

Este artigo é o recorte de um trabalho que tem como objetivo analisar o discurso noticioso do jornal *Folha de S. Paulo* levando em consideração a ascensão da nova classe média brasileira e a representação de seus atores sociais. Para isso, fazemos uso do arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2004; VAN DIJK, 2001; VAN LEEUWEN, 2008), que considera o texto como uma unidade de análise, além de alguns aportes da linguística da enunciação (CHARAUDEAU, 2007; KERBRAT-ORECCHIONI, 1980; PAVEAU, 2007).

Nossa proposta é analisar dois retratos sincrônicos do discurso noticioso do jornal supracitado no que diz respeito ao polêmico assunto dos “rolês”. Esses encontros tomaram uma proporção polêmica nos meses finais de 2013 e nos meses iniciais de 2014, por serem marcados pela internet e aglomerarem muitos jovens nos locais em que ocorreram, o que, em geral, foi representado na mídia por correria e confusão. A polêmica em torno desses encontros ocorreu por causa da confusão nos shoppings e também pelo fato de

seus participantes serem, em geral, jovens das periferias, gerando situações de desconforto e preconceito por parte de alguns.

Ao abordarmos notícias¹ sobre tais encontros, temos foco na observação da visibilidade e do lugar dos atores sociais da nova classe média brasileira² (da qual fazem parte os participantes desses eventos) no discurso noticioso de um dos maiores jornais impressos do Brasil, tendo em vista seu grande potencial de formação de opinião e o seu público leitor, formado basicamente de pessoas das classes A e B. Como escolhemos a temática social em torno da classe C, que vem se consolidando desde o início dos anos 2000³ e que hoje ocupa um maior espaço na pirâmide social brasileira, traçaremos um paralelo de como a *Folha* representou esses atores sociais em uma notícia selecionada daquele ano e como eles são representados hoje, dada a consolidação dessa classe em termos de poder de consumo e de seu peso na composição da pirâmide social brasileira. Antes, porém, faremos uma exposição sintetizada sobre a Análise Crítica do Discurso (ACD), bem como de algumas questões a respeito da enunciação que darão o suporte e os meios à nossa análise.

A Análise Crítica do Discurso e a Linguística da Enunciação como suportes teórico-metodológicos

Escolhemos a ACD para embasar nosso trabalho por nos permitir ter um olhar investigativo a respeito das manifestações de poder na linguagem, o que pode ocorrer por meio de relações estruturais claras ou subentendidas nos textos. Dessa forma, podemos avaliar como vem sendo feita a representação dos atores sociais da nova classe média em um jornal cujo público leitor é predominantemente formado pela classe alta. Diante do cenário social atual no Brasil, é importante entender como os atores sociais que ascenderam à classe média são representados hoje em comparação a alguns anos. Esse trabalho se torna possível porque a ACD permite buscar na estrutura social fatores que levam à produção textual ao mesmo tempo em que nos permite ver como o texto retrata a realidade social (FAIRCLOUGH; KRESS, 1993).

Dessa forma, os estudos em ACD dedicam-se e dão grande importância a como ocorre a manifestação do poder no discurso, principalmente em relação às minorias. Sobre essa questão do poder, Van Dijk (2001, p. 355) aponta algumas maneiras pelas quais ele pode ser constituído:

¹ Neste trabalho, compararemos duas notícias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*: uma veiculada no ano 2000 sobre o “rolê” acontecido naquele ano e outra veiculada em 2014, retomando o “rolê” de 2000 em alusão aos “rolezinhos” atuais. A saber:

1.^a notícia: Favelados e punks ‘invadem’ shopping, *Folha de S. Paulo*, 05 ago. 2000. Cotidiano, p. C8.

2.^a notícia: Em 2000, ‘rolê’ de sem-teto ocupou shopping do Rio, *Folha de S. Paulo*, 15 jan. 2014, p. C1.

² Existem diversas discussões a respeito dessa nova classe média brasileira. Alguns estudiosos, como Pochmann (2012), afirmam que esse público nada mais é do que a classe C com nova nomenclatura. Neste trabalho, não problematizaremos essa questão, mas nos apoiaremos em pesquisas que mostram essa nova classe média compondo mais da metade da pirâmide social brasileira e ocupando quase metade do poder de compra dos brasileiros atualmente (NERI, 2008).

³ Neste ponto, faz-se mister justificar nossa escolha por uma notícia do ano 2000, no sentido de contrastar as estratégias utilizadas até então na representação desta classe com o que é produzido depois de sua consolidação, por volta do ano de 2005.

The coercive power of the military and of violent men will rather be based on force, the rich will have power because of their money, whereas the more or less persuasive power of parents, professors or journalists may be based on knowledge, information, or authority. Moreover, dominated groups may more or less resist, accept, condone, comply with, or legitimate such power and even find it ‘natural’.⁴

Como pudemos observar na citação acima, os grupos sociais mais poderosos controlam um ou mais tipos de discurso, como é o caso dos jornalistas no discurso midiático (por meio do contexto e da estrutura do texto). A questão, coloca Van Dijk (2001, p. 355), seria então entender como ocorre esse controle do discurso público, como há o controle da mente e da ação dos grupos menos poderosos e como isso influenciaria na desigualdade social. Neste ponto, entra a tarefa do analista crítico do discurso, ao observar como tudo isto se manifesta (se de maneira implícita, explícita, topicalizada, entre outras possibilidades).

Em relação a essa manifestação do poder, buscamos observar como ocorre a inclusão dos atores sociais da nova classe média em duas notícias da *Folha de S. Paulo*. Por isso, faremos nossa investigação baseando-nos no grupo de fatores discursivos organizado por Van Leeuwen (2008), por ele ter proposto um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados. Além da observação do conteúdo linguístico, esse autor revela uma preocupação sociológica e crítica em relação a como ocorrem as escolhas do enunciador na produção textual. Van Leeuwen propõe uma metodologia⁵ em que observa tanto como pode ser realizada a inclusão dos atores sociais como também a sua exclusão, que pode ocorrer por meio de várias escolhas léxico-gramaticais que os apaguem do texto. Para este trabalho, daremos relevância à inclusão dos atores sociais, a qual pode ocorrer por personificação (*Personalização*), que quando representa o ator de forma determinada, pode ser de representada genericamente (*Genericização*) ou de forma específica (*Especificação*), esta última forma de representação culminando em sua representação por meio do nome (*Nomeação*), da função (*Funcionalização*), da identificação com alguma causa (*Identificação*), dentre outras subcategorizações (VAN LEEUWEN, 2008).⁶

Na análise da representação desses atores sociais, consideramos a ascensão da *nova classe C* – e, portanto, uma classe, em tese, não representada pelos porta-vozes do discurso noticioso selecionado – como um fator de forte influência, o que vai ao encontro das palavras de Hartley (2009, p. 159) sobre a importância dada atualmente ao público leitor (consumidor) como origem do significado do discurso:

This is part of a larger argument about long-term shifts along the ‘value chain’ of meanings [...], where what was accepted socially as the source of meaning – and hence le-

⁴ O poder coercivo dos militares ou dos homens violentos será baseado na força, os ricos terão poder por causa do dinheiro, enquanto o poder mais ou menos persuasivo dos pais, professores ou jornalistas pode ser baseado no conhecimento, informação ou autoridade. Além disso, os grupos dominados podem mais ou menos resistir, aceitar, condenar, conformar-se ou legitimar tal poder e mesmo achá-lo ‘natural’. (tradução nossa)

⁵ Essa metodologia de Van Leeuwen (2008) tem influência da gramática sistêmico-funcional de Halliday; Matthiessen (2004).

⁶ Para consultar a versão completa do inventário sociossemântico proposto por Van Leeuwen, ver Van Leeuwen (2008, p. 52).

gitimacy – has drifted from author (medieval), via text (modern), to consumer (now). In medieval times the source of meaning was God, the ultimate author(ity). In the modern era meaning was sourced to the empirical object or document, the observable evidence. But now, meaning is sourced to popular readerships or audiences, and is determined by the plebiscite.⁷

A partir da citação acima, podemos notar que os jornais podem mediar aquilo que consideram digno de ser noticiado para a sua audiência a partir de seu estereótipo, e é nesse espírito que estamos investigando pistas nos discursos atuais que revelem algum interesse nesse novo consumidor ou o contrário. Essas pistas partem da instância enunciativa e, por meio delas, podemos identificar posicionamentos enunciativos que nos conduzam ao público-alvo por meio de como é feita a representação dos atores sociais. É nesse sentido que se torna importante investigar como o posicionamento do enunciador pode emergir a partir das estruturas discursivas.

Segundo Charaudeau⁸ (2006), na produção do discurso jornalístico há o contrato de comunicação midiática (em que há uma instância midiática e uma instância de recepção, o público) e um contrato de enunciação jornalística (em que o enunciador coloca em cena o discurso da informação e o endereça a um destinatário imaginado e construído por ele). Há, portanto, um jogo entre as instruções discursivas e o posicionamento enunciativo do sujeito jornalista que retoma, de certa forma, as palavras de Hartley (2007) acima citadas sobre a importância desta instância alvo e o fato de ela ser uma construção imaginada a partir de sondagens de suas capacidades de compreensão, seus interesses e desejos. Charaudeau realça a necessidade por parte do jornal de trabalhar com a captação (vender mais, captar mais público) e a necessidade de credibilidade. É essa necessidade de credibilidade que afasta o enunciador do discurso o tempo todo, por isso nem sempre sua presença é tão evidente, e daí a necessidade de o analista do discurso observar além das marcas linguísticas para chegar à posição ideológica ali manifestada. Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980), essa tentativa de *apagamento enunciativo* é praticamente impossível, pois “Le locuteur ne peut pas ne pas manifester d’une manière ou d’une autre sa présence: c’est la subjectivité qui est la règle [...], La production de discours objectivants est profondément instable, fragile”.⁹

É nessa mesma linha investigativa que consideramos importante o conceito de *pré-discurso*, na produção e interpretação do sentido no discurso. Segundo Paveau (2007, p. 318), “Os pré-discursos podem ser vistos como operadores de negociação do compartilhamento, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais”, não são

⁷ Isso é parte de um argumento maior sobre longos períodos diante de ‘cadeias de valores’ de significados [...], em que o que era aceito como origem do significado – legitimidade – derivou do autor (medieval), para texto (moderno), e então para o consumidor (atual). Nos tempos medievais, a origem dos significados era Deus, autor(idade) máxima. Na era moderna, o significado era a origem para o objeto ou documento empíricos, a evidência observável. Mas agora o significado é criado para os leitores populares ou audiências, e é determinado por meio do plebiscito. (tradução nossa)

⁸ Ao considerarmos o contrato de comunicação de Charaudeau, entendemos, dentre muitas outras coisas, que, segundo o princípio da regulação, é importante que os parceiros se reconheçam como parceiros legitimados, o que resulta numa coconstrução do discurso. Essa observação, aliada ao nosso olhar de analistas críticos do discurso, permite-nos buscar estratégias enunciativas que revelem um posicionamento ideológico do jornal com base em seu público leitor.

⁹ O locutor não pode não manifestar de uma maneira ou de outra sua presença: é a subjetividade que é a regra [...], a produção de discursos objetivos é profundamente instável, frágil. (tradução nossa)

identificáveis nos segmentos discursivos, mas são quadros preavaliáveis cujas principais características são: coletividade, imaterialidade, transmissibilidade, intersubjetividade, discursividade. Como o preconstituído, os pré-discursos não dependem da materialidade do texto e não podem, portanto, ser identificados como um conjunto de discursos proferidos, mas podem ser analisados linguisticamente.

Tendo em vista o papel do analista crítico do discurso e a manifestação do sujeito enunciador no discurso noticioso, faremos nossas observações em relação a duas notícias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, com a tarefa de chegar ao posicionamento enunciativo nesse discurso a respeito da representação dos atores sociais da nova classe média brasileira. Antes, porém, precisamos esclarecer por que escolhemos a temática dos “rolês” para avaliar a representação da nova classe média brasileira.

A nova classe média brasileira

Nos últimos anos, houve a expansão de uma classe média emergente no Brasil que é muito distinta, em imaginário, da classe média tradicional. Alguns estudos (NERI, 2008, por exemplo) mostram que essa classe vem emergindo das classes D e E desde o início dos anos 2000 até os dias atuais, com a sua consolidação.

A classificação daquilo que seria a “nova classe média brasileira” em relação ao quanto ganham estaria na seguinte proporção:

A renda da aqui chamada nova classe média, configurada pelo grupo de Classe C vai da mediana de renda de todo período até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população. Em termos per capita isto corresponde à faixa de 214 reais a 923 reais por pessoa mês. Em termos de renda domiciliar total de todas as fontes a Classe C está compreendida no intervalo entre 1064 reais a 4591 reais por mês. Este é o intervalo da Classe média [...]. (NERI, 2008, p. 27)

Ainda segundo Neri (2008), a classe C é quem auferem em média a renda média da sociedade brasileira e por isso é hoje a classe média no sentido estatístico.

Contrário ao critério apresentado acima para a classe média, Pochmann (2012) não vê a existência de uma nova classe média no Brasil, pois considera esse novo estrato da população como uma nova classe trabalhadora.

Este autor se baseia em estudos que mostram que, com a expansão das vagas de salário de base, enormes parcelas de trabalhadores foram incorporadas à base da pirâmide social, o que significa que saíram da faixa da pobreza extrema, o que não altera o segmento intermediário da atual estratificação social. Segundo ele, o que há no Brasil é uma polarização entre os extremos: trabalhadores na base da pirâmide social e detentores de renda derivada da propriedade. Assim, a evolução nos empregos desde 2000 teria revelado uma reconfiguração da classe trabalhadora, pois a geração de empregos coincidiu com ocupações que recebem salário de base. Além disso, o autor mostra um aumento de pessoas não brancas nessas funções bem como a maior participação de mulheres nesses setores. Outro dado importante é que, apesar de vários empregos surgirem e várias pessoas terem se empregado, pouco se avançou em leis que protejam estes trabalhadores.

Segundo Piva (2013), em texto sobre a ascensão ideológica da nova classe média, a classe média tradicional tem que conviver hoje com a ascensão política, econômica e ideológica da nova classe média em um novo capitalismo de massas. O autor afirma que antigamente a classe média tradicional moldava imaginários, formava opiniões e ditava padrões e costumes, mas atualmente está tendo seu poder ameaçado por uma nova classe composta em sua maioria por negros e nordestinos. Ainda segundo Piva (2013), classificar essa “nova classe trabalhadora” em “nova classe média” é mais uma estratégia político-ideológica do que um fato real. Ele acredita que os interesses dessas duas classes sejam muito diferentes: enquanto uma lutaria pelo SUS (Sistema Único de Saúde), pela escola pública, por transporte público de qualidade e a preço justo, a outra iria brigar por reduções no Imposto de Renda.

Os estudos e as opiniões sobre essa nova fatia da sociedade brasileira são divergentes em alguns pontos, mas têm algo em comum: todos concordam que há uma reconfiguração na estrutura da sociedade brasileira, com a formação de um novo e grande grupo que tem no consumo sua principal característica. Podemos perceber que a questão é polêmica e é, portanto, importante investigar se isso emerge nos modos de representação dessa classe social na grande mídia.

O “rolê” e a nova classe média

Segundo uma pesquisa do Serasa Experian e do Instituto Data Popular (2014), se a nova classe C brasileira fosse um país, seria a 18.^a nação em consumo no mundo, dando mais valor a marca, preço e qualidade do que consome hoje em relação a um ano. Em notícia sobre esse estudo, que revela as “FACES da Classe Média”, o jornal *Folha de S. Paulo*, ao citar a segmentação desses consumidores feita pelo estudo (batalhadores, experientes, promissores e empreendedores), coloca os adolescentes dos “rolezinhos” acontecidos em 2013 e 2014 entre os promissores, aqueles que consideram mais a marca do que o preço e que já passaram por descontrole financeiro.

Dessa forma, percebemos que, para a *Folha de S. Paulo*, os adolescentes que marcaram os “rolezinhos” atuais para encontrar amigos e fãs do mundo virtual são atores sociais da nova classe média. Como vivem na periferia, reclamam de falta de lazer e segurança em suas regiões e optam por marcar seus encontros em shoppings, lugares seguros para um passeio.

A sua inclusão entre os *promissores* da nova classe média se dá pelo fato de os adolescentes que participaram dos “rolezinhos” andarem sempre com roupas, bonés e tênis de marcas reconhecidas e caras sem, no entanto, fazerem parte da classe média tradicional. Como vimos acima, nas reflexões de Piva (2013), apesar de serem consumidores das marcas, os adolescentes dos “rolezinhos” não são considerados como classe média pelos shoppings e a própria classe média tradicional teria dificuldades em reconhecê-los como iguais.

A reação de medo e repulsa dos shoppings retratada nas notícias talvez se explique pelo fato de os adolescentes terem usado seus “rolezinhos” apenas para “curtir” e não para consumir, além de a grande quantidade de jovens ter causado tumulto nesses encontros. Os “rolês” não são um evento novo no Brasil, tendo ocorrido algo parecido no ano 2000, em que os participantes não tinham apenas o intuito de passear e encontrar amigos,

mas de protestar contra o sistema capitalista. A similaridade entre os eventos está no fato de os participantes terem se proposto a “dar um rolê” no shopping sem o intuito de consumir e, é claro, ambos os “rolês”, tanto os atuais como o do ano 2000 foram compostos por participantes que não constituem o público prototípico ou esperado pelos shoppings (pessoas que tenham no consumo seu principal interesse).

Análise da representação dos atores sociais

Como já colocado acima, para este trabalho, escolhemos duas notícias da *Folha de S. Paulo*, uma veiculada no dia 5 de agosto do ano de 2000 sobre um passeio realizado por um grupo no shopping Rio Sul em caráter de protesto contra o sistema capitalista e outra publicada no dia 15 de janeiro de 2014, retratando essa notícia veiculada em 2000, fazendo referência ao fenômeno do “rolezinho” que começou a reunir jovens “da periferia” para os centros comerciais a partir do mês de dezembro de 2013 e se arrastou até fevereiro de 2014.

A retomada do evento ocorrido no ano 2000 se deu exatamente pela proximidade e semelhança com os eventos mais recentes e pode revelar um pouco de como até então se dava a produção discursiva na representação dos atores sociais que hoje fazem parte da nova classe média e como hoje o mesmo discurso nos é apresentado. A seguir, veiculamos o texto da notícia sobre o “rolê dos sem-teto”, publicada no ano 2000:

Texto 1

FSP, Cotidiano C8 Sábado, 5 de agosto de 2000

PROTESTO Cerca de 130 pessoas fizeram manifestação pacífica em centro de compras na zona sul do Rio, contra o ‘sistema capitalista’

Favelados e punks ‘invadem’ shopping

PEDRO DANTAS

DA SUCURSAL DO RIO

Um grupo de 130 sem-teto, favelados, estudantes e punks inaugurou uma forma inédita de protesto ontem no Rio, ao promover uma invasão pacífica do shopping Rio Sul, em Botafogo, na zona sul.

O objetivo, segundo os organizadores, era protestar “contra o sistema capitalista, mostrando o contraste entre o consumo supérfluo e a fome”.

A manifestação dividiu a opinião de compradores, comerciantes e turistas, surpreendidos pela presença dos manifestantes de aparência simples entre as vitrines e os corredores de mármore.

“Estão nos coagindo utilizando como arma o fator surpresa, fatal para nós que vivemos na tensão da cidade grande”, disse Eliomar Marques Lins, 25, que fazia compras com a mulher.

“Não fiquei com medo. O movimento é bom porque a desigualdade aqui é imensa”, disse o turista inglês Peter Cook.

Mesmo diante do olhar desconfiado dos lojistas, os sem-teto não se intimidaram: experimentaram roupões de seda e puseram os filhos para brincar com brinquedos importados.

Os manifestantes se disseram integrantes da Frente de Luta Popular, um “fórum de entidades” surgido há dois meses para “criar novas alternativas de luta”.

A idéia de invadir um shopping foi anunciada há duas semanas, mas a escolha do estabelecimento foi mantida em sigilo até alguns minutos antes da invasão, às 11 h.

Apesar do segredo, a Polícia Militar descobriu os planos, avisou a administração do shopping e mobilizou 45 homens para fazer o isolamento do local.

A reportagem da Folha apurou que a Polícia Federal vinha monitorando os acampamentos do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), uma das entidades participantes da Frente de Luta Popular. Mas não pôde impedir o deslocamento do grupo porque os militantes não estavam em ônibus clandestinos, mas em coletivos alugados.

A entrada no shopping foi negociada entre o chefe do Comando de Policiamento da Capital, coronel Fernando Belo, e o líder do MTST, que se identificou como Eric Vermelho.

“Não estamos invadindo. Queremos dar um passeio como qualquer família. Se nós construímos os shoppings, por que não podemos entrar?”, disse Eric.

A administração do shopping reuniu seus seguranças para acompanhar o “passeio” dos manifestantes, que encenaram performances com leitura de poesias, rodas de capoeira e representações teatrais.

Alguns comerciantes fecharam as portas, como foi o caso da loja de moda masculina Richard’s e da butique Rudge. Na joalheria Marina, os vendedores também pararam o trabalho. Os manifestantes sentaram no chão em frente à loja, declamando poesias de Ferreira Gullar e Pablo Neruda.

Na loja de moda de praia Redley, o gerente, Eduardo Pinho, adotou a diplomacia, “Procurei deixá-los bem à vontade. Sabia que eles não iam comprar nada, mas não concordo com a discriminação”, disse Pinho.

Na hora do almoço, os manifestantes ocuparam a praça de alimentação. Comeram pão com mortadela e tomaram refrigerantes. Militantes sentaram à mesa do industrial Márcio Castro, 32, que interrompeu a refeição para ouvi-los. “É constrangedor, mas não é assustador. Acho que o caminho deles é esse. Não existe outra opção”, disse Castro.

Às 16 h, os manifestantes deixaram o shopping e seguiram em passeata, sob a chuva, até o palácio Guanabara, sede do governo estadual, onde dois deles foram recebidos pelo secretário de Governo, Fernando William.

Antes de deixar o shopping Rio Sul, obtiveram uma última concessão da administração do estabelecimento, que alugou três ônibus para levá-los de volta à zona oeste da cidade.

Conforme exposto na seção teórica deste artigo, a ACD nos permite olhar para o discurso noticioso com o intuito de enxergar cada detalhe como uma escolha em potencial que traz impactos na representação dos atores sociais. Nesse sentido, ressaltamos as *escolhas lexicais* do enunciador para intitular a notícia, desde as escolhas em relação à referência que se faz aos integrantes do protesto como também a escolha do verbo indicativo de sua ação em relação ao shopping.

(1) *Favelados e punks ‘invadem’ shopping*

Neste caso, **favelados** e **punks** caracterizam, segundo o discurso noticioso acima, o grupo que praticou a ação no shopping. Notemos que a opção estereotípica por **favelados**, revela uma escolha para nomear aqueles que, vindo das regiões periféricas, participavam do encontro. O mesmo ocorre com a escolha lexical **punks**, construindo a referência a um grupo específico marcado pela subversão cultural, dentre outras características que fazem deles um segmento social específico.

Em seguida, podemos notar a escolha pelo verbo **invadir**, que, apesar de vir entre aspas no título da notícia indicando uma ressalva à escolha lexical, revela o *pré-discurso* que levaria à ideia de que o shopping seria um lugar a ser frequentado por pessoas civilizadas, bem vestidas, com o intuito de consumir os produtos nele existentes (sistema capitalista atual), não sendo ideal, portanto, para visitas de pessoas simples, sem o intuito de e sem dinheiro para consumir.

No início da notícia, há a retomada dos integrantes do protesto (já apresentados no título) como podemos ver a seguir:

- (2) *Um grupo de 130 sem-teto, favelados, estudantes e punks inaugurou uma forma inédita de protesto ontem no Rio, ao promover uma invasão pacífica do shopping Rio Sul, em Botafogo, na zona sul.*

Podemos notar que, desta vez, há a introdução dos sem-teto e dos estudantes na composição do grupo, que não apareceram no título da notícia, mas que se lá fossem introduzidos, talvez trouxessem mais foco para o protesto, uma vez que os **sem-teto** representam uma causa em seu movimento e os **estudantes** revelam um caráter mais intelectualizado do protesto. Nesses dois casos, dentro dos critérios de Van Leeuwen (2008), temos a inclusão dos atores sociais por *identificação* com uma determinada postura, temos, portanto, uma heterogeneidade no grupo.

É interessante notar como vai sendo construída a referência ao evento com a introdução do objeto discursivo¹⁰ **manifestação pacífica** no *lead*, o que é reconstruído por **invasão pacífica** no corpo do texto da notícia. Abandonam-se as aspas presentes no título, que indicavam uma espécie de recado ao leitor da notícia “trata-se de uma invasão, mas não nos comprometemos com esse rótulo” e se incrementa a escolha lexical com o adjetivo **pacífica**. Ora, de acordo com Ferreira (2009), dicionário *Aurélio da Língua Portuguesa*, uma das acepções de **invasão** é “ato ou efeito de invadir” e, por sua vez, de quatro acepções descritas no dicionário, duas têm a ver com “entrar à força ou hostilmente em”, ou ainda “apoderar-se violentamente de algo”. A opção por caracterizar o protesto como **invasão pacífica** revela um certo contraste na combinação dessas escolhas, o que poderia ser resolvido se o enunciador escolhesse, por exemplo, os vocábulos **passeio**, **ocupação**, uma vez que era essa a proposta dos participantes. Se pensarmos nas outras acepções que compõem o verbete do verbo **invadir**, “difundir-se, alastrar-se e tomar, dominar” (FERREIRA, 2009, p. 1126), talvez a opção por este verbo e pelo substantivo **invasão** ainda fossem fortes demais para um público participante do protesto de 130 pessoas. Portanto, as escolhas lexicais (adjetivo, verbos, substantivos) revelam uma avaliação do evento por parte do sujeito enunciador, categorizando-o como um evento “transgressor”. Ao longo dessa notícia, podemos acompanhar uma série de oposições que vão construindo referencialmente o contraste entre os manifestantes e o local que escolheram para protestarem:

No segundo parágrafo, podemos notar a oposição **supérfluo x fome** trazida à tona pelo próprio grupo:

- (3) *O objetivo, segundo os organizadores, era protestar “contra o sistema capitalista, mostrando o contraste entre o consumo supérfluo e a fome”.*

Em seguida, notamos, no terceiro parágrafo, outra oposição **manifestantes de aparência simples x vitrines e corredores de mármore** colocada em questão pelo próprio enunciador:

¹⁰ Como nosso estudo trabalha com o processo de construção referencial no discurso, fazemos uso de alguns conceitos de Koch (2014).

- (4) *A manifestação dividiu a opinião de compradores, comerciantes e turistas, surpreendidos pela presença dos manifestantes de aparência simples entre as vitrines e os corredores de mármore.*

Como podemos perceber nessa oposição, os manifestantes são identificados pela aparência simples em contraste com as vitrines de marcas caras e os corredores de mármore, indicando o luxo do shopping comparado à simplicidade dos manifestantes. Essa oposição revela a construção referencial em torno desses atores sociais, alegando uma distância entre aqueles que seriam os legítimos frequentadores do shopping em contraste com aqueles que não pertencem àquele espaço, dada a sua simplicidade perante o luxo e ao custo daquele ambiente. Nesse trecho, os favelados e punks do título da notícia são recategorizados referencialmente como **manifestantes de aparência simples**.

Nos parágrafos quarto e quinto, há a introdução das falas de duas pessoas que passeavam no shopping naquele dia:

- (5) *“Estão nos coagindo utilizando como arma o fator surpresa, fatal para nós que vivemos na tensão da cidade grande”, disse Eliomar Marques Lins, 25, que fazia compras com a mulher.*
- (6) *“Não fiquei com medo. O movimento é bom porque a desigualdade aqui é imensa”, disse o turista inglês Peter Cook.*

A introdução das falas dessas duas pessoas, revela um *apagamento enunciativo* em que o enunciador dá a impressão de sair de cena enunciativa. Nesse sentido, o enunciador introduz duas falas com pontos de vista diferentes para que o seu coenunciador, no caso, o seu leitor, tire suas próprias conclusões a respeito do acontecido.

É interessante observar a escolha de falas que revelam opções linguísticas, tais como em (5) **coagindo, arma, fator surpresa, fatal**, que acabam envolvendo, mesmo que indiretamente, o campo semântico das opções do enunciador por **invasão, confusão**. Ao mesmo tempo, o enunciador introduz a fala (6) que nega o **medo** – mas, ressaltamos, retoma-o – e qualifica “o movimento” justificando tal evento como consequência do sistema capitalista que produz uma **desigualdade imensa** no país. Ao utilizar duas falas com pontos de vista opostos, o enunciador busca se afastar de um possível julgamento a respeito de um posicionamento a favor ou contra o evento. Essa tentativa de afastamento é prototípica do discurso da notícia, no qual se busca a neutralidade a qualquer custo.

Tendo em vista a teoria da representação dos atores sociais de Van Leeuwen, podemos notar que a inserção das falas dos consumidores ocorre em detrimento da fala dos integrantes do movimento (os *protagonistas* do acontecido), o que prejudica a sua visibilidade.

No sexto parágrafo, há uma nova oposição **sem-teto x roupões de seda e brinquedos importados**, que parece trazer uma cena de estranhamento e talvez até de algo risível:

- (7) *Mesmo diante do olhar desconfiado dos lojistas, os sem-teto não se intimidaram: experimentaram roupões de seda e puseram os filhos para brincar com brinquedos importados.*

Podemos notar que o enunciador introduz uma apreciação ao olhar dos lojistas, caracterizado por ser **desconfiado** em relação à ação dos sem-teto – novamente incluídos por *identificação* – e de seus filhos, o que assevera a oposição entre um público e outro.

No oitavo parágrafo, reitera-se o caráter de invasão dado pelo enunciador ao evento:

- (8) *A idéia de invadir um shopping foi anunciada há duas semanas, mas a escolha do estabelecimento foi mantida em sigilo até alguns minutos antes da invasão, às 11 h.*

No parágrafo seguinte, introduz-se a presença do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) no protesto, já ressaltado na introdução da notícia. O caráter político do protesto já havia sido ressaltado na linha fina da notícia, quando se revela ser a manifestação contra o sistema capitalista, representado, nesse caso, pelo estabelecimento de lojas.

Finalmente, no décimo segundo parágrafo, dá-se voz ao movimento na representação da fala do líder¹¹ do MTST – único manifestante introduzido por *nomeação*, segundo os critérios da teoria da representação dos atores sociais –, que constrói a ida ao shopping em termos de “passeio” e não de invasão:

- (9) *“Não estamos invadindo. Queremos dar um passeio como qualquer família. Se nós construímos os shoppings, por que não podemos entrar?”*, disse Eric.

O enunciador retoma a ideia do passeio no parágrafo seguinte, mas entre aspas, revelando não pactuar desta ideia com relação ao protesto, mas se eximindo de julgá-lo (*apagamento enunciativo*).

- (10) *A administração do shopping reuniu seus seguranças para acompanhar o “passeio” dos manifestantes, que encenaram performances com leitura de poesias, rodas de capoeira e representações teatrais.*

Nos parágrafos seguintes, duas falas revelam, por parte de um lojista e de um frequentador do shopping, uma espécie de consentimento em relação ao protesto, mas também de discernimento em relação à condição do grupo:

- (11) *Na loja de moda de praia Redley, o gerente, Eduardo Pinho, adotou a diplomacia, “Procurei deixá-los bem à vontade. Sabia que eles não iam comprar nada, mas não concordo com a discriminação”, disse Pinho.*
- (12) *Na hora do almoço, os manifestantes ocuparam a praça de alimentação. Comeram pão com mortadela e tomaram refrigerantes. Militantes sentaram à mesa do industrial Márcio Castro, 32, que interrompeu a refeição para ouvi-los. “É constrangedor, mas não é assustador. Acho que o caminho deles é esse. Não existe outra opção”, disse Castro.*

No trecho (11), podemos notar a inserção, no texto, de referência ao nome da loja **Redley** que é uma sequência do parágrafo anterior da notícia que introduz outras lojas de marcas: **loja de moda masculina Richard’s**, **butique Rudge** e **joalheria Marina**. Essa referência às marcas em contraposição à postura dos manifestantes estabelece o contraste com o sistema capitalista, direcionando, assim, a construção mental e referencial a ser feita pelo leitor a respeito do evento.

¹¹ Neste ponto, também ressaltamos a inclusão da fala do líder do MTST como um fator importante de representação desse ator social e da classe que ele representa.

Ao observarmos a visibilidade e a representação dos atores sociais desse passeio com base nos parâmetros de Van Leeuwen (2008), constatamos que, das escolhas lexicais para representá-los, a maioria delas ou se baseia nos estereótipos dos participantes – **punks, favelados, estudantes e sem-teto** (*identificação*) – ou em escolhas que os generalizam – manifestantes, organizadores, militantes, pessoas (*genericização*). Há apenas um caso de *nomeação*, que é do líder do MTST, cujo nome é colocado no texto **Eric Vermelho**, ressaltado pelo enunciador – em sua estratégia de afastamento – que é como o líder do MTST “se identificou”.

Ao observarmos sua visibilidade por meio de falas diretas, temos apenas uma fala desse líder do MTST em detrimento de 4 citações de frequentadores ou lojistas dos shoppings, todos devidamente identificados pelos nomes (*nomeação*) e funções (*funcionalização*).

Eliomar Marques Lins, 25, consumidor.

Peter Cook, turista

Eduardo Pinho, gerente de loja

Márcio Castro, 32, industrial e consumidor no shopping.

A seguir, reproduzimos a notícia acima reescrita e veiculada no ano de 2014 pela *Folha de S. Paulo* no contexto dos “rolezinhos”:

Texto 2

FSP, Ribeirão, C1, Quarta-feira, 15 de janeiro de 2014

Em 2000, ‘rolê’ de sem-teto ocupou shopping do Rio

LUCAS VETTORAZZO

DO RIO

Uma espécie de ‘rolezinho’ ocorreu em 4 de agosto de 2000 no Rio. Em vez de jovens da periferia, 130 sem-teto, estudantes e punks foram ao shopping Rio Sul, em Botafogo, zona sul, “para passear”.

Entraram em lojas, experimentaram roupas de grife e terminaram o passeio na praça de alimentação, onde comeram sanduíches de mortadela e o que mais havia em suas marmitas, trazidas de casa. Duas lojas chegaram a baixar as portas.

Ao fim do passeio, a associação de shoppings informou que pediria à justiça que os sem-teto fossem impedidos de entrar no local em um próximo evento do tipo, que não chegou a acontecer.

A Folha noticiou o fato em tempo real no site, com três notas curtas, e em meia página do jornal no dia seguinte. O título era: “Favelados e punks ‘invadem’ shopping”.

Não houve saques ou furtos. A polícia negociou a saída dos sem-teto sem registros de uso de violência ou revistas.

O ato havia sido organizado por estudantes de direito da UFRJ, que queriam ver a reação dos clientes do shopping, além de protestar “contra o sistema capitalista, mostrando o contraste entre o consumo supérfluo e a fome”.

O protesto teve a adesão maciça de uma comunidade do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) em Campo Grande, zona oeste do Rio, que chegaram ao shopping em dois ônibus fretados.

Ao analisarmos este texto, veiculado no ano de 2014, que faz uma relação do “rolezinho” com o passeio dos sem-tetos em 2000, podemos observar algumas mudanças em relação à representação dos atores sociais. Como se trata de um relato da notícia veiculada no ano 2000, há um rearranjo do texto e alguns itens são substituídos. No próprio título da notícia, temos a escolha pelo verbo **ocupar** em detrimento do verbo **invadir**, o que traz uma abordagem diferente em relação à ação dos sem-teto dentro do shopping, não se caracterizando como algo imposto ao estabelecimento.

(13) *Em 2000, ‘rolê’ de sem-teto ocupou shopping do Rio*

Ao continuarmos a leitura do texto, podemos perceber que o enunciador omite o vocábulo **favelados**, no primeiro parágrafo, ao se referir aos participantes do passeio no shopping em 2000. Essa omissão¹² pode ter-se dado pelo contraste com o uso de **jovens da periferia**, termo usado para se referir aos participantes dos “rolezinhos” atuais, o que causa uma disparidade com o termo **favelados**, carregado de um certo preconceito em relação à condição dessas pessoas, pois morar na favela é uma condição e não uma característica que faz deles indivíduos diferentes dos outros. Além disso, é importante lembrar que aqueles que eram considerados “favelados” e desprovidos de poder consumo em 2000, hoje são consumidores de grandes marcas, como acontece com os **jovens da periferia** que participaram dos “rolês” atuais. Vejamos como o “rolê” de 2000 é reconstruído referencialmente pelo jornal:

(14) *Um espécie de ‘rolezinho’ ocorreu em 4 de agosto de 2000 no Rio. Em vez de jovens da periferia, 130 sem-teto, estudantes e punks foram ao shopping Rio Sul, em Botafogo, zona sul, “para passear”*

Como podemos notar, a opção pelas aspas em **“para passear”** permanece assim como ocorreu na notícia de 2000 em referência ao protesto, embora ressalvado na notícia anterior pelo líder do MTST o objetivo de passear no shopping. Novamente, podemos perceber o efeito de distanciamento enunciativo provocado pelo recurso às aspas, mostrando que o enunciador ainda é resistente em aceitar a ideia de que aquilo teria sido um passeio e não uma ocupação.

(15) *Em vez de jovens da periferia, 130 sem-teto, estudantes e punks foram ao shopping Rio Sul, em Botafogo, zona sul, “para passear”.*

No terceiro parágrafo, o enunciador abandona as aspas parecendo assumir o evento como um passeio e apresenta uma informação nova em relação à notícia anterior:

(16) *Ao fim do passeio, a associação de shoppings informou que pediria à justiça que os sem-teto fossem impedidos de entrar no local em um próximo evento do tipo, que não chegou a acontecer.*

Essa informação aproxima este evento dos encontros atuais dos jovens, que começaram a sofrer algumas sanções em relação aos seus passeios em shoppings, o que

¹² É importante considerar também que, atualmente, há uma maior preocupação com aquilo que se escreve em qualquer meio de comunicação, uma vez que as pessoas estão mais críticas e existem leis mais rigorosas que as protegem contra atitudes discriminatórias.

foi amplamente repercutido na mídia entre 2013 e 2014 por revelar preconceito com os jovens que eram em grande parte negros e vindos das periferias.

No sexto parágrafo, também se acrescenta uma informação relativamente nova em relação aos estudantes que participaram do ato:

- (17) *O ato havia sido organizado por estudantes de direito da UFRJ, que queriam ver a reação dos clientes do shopping, além de protestar “contra o sistema capitalista, mostrando o contraste entre o consumo supérfluo e a fome”.*

Apesar de a notícia anterior ter revelado que estudantes participaram do passeio, essa informação não foi muito enfática e limitou-se a incluir o termo geral **estudantes** entre os **sem-teto**, **punks** e **favelados**. Ao nosso ver, ao introduzir-se a informação de que estudantes eram **alunos de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro** e que organizaram o evento com um caráter politizado, ou seja, contra o sistema capitalista e suas oposições (**supérfluo x fome**), o enunciador parece estabelecer uma contraposição com os “rolezinhos” atuais em que não houve esse caráter politizado, justificando portanto, o tratamento hostil recebido pelos jovens em seus encontros tanto em 2013 como em 2014, cujo principal objetivo seria mesmo o de diversão e confusão.

Palavras finais

A partir da observação e comparação das notícias acima, separadas por um intervalo de pelo menos 13 anos, pudemos perceber que atualmente há um cuidado maior com a produção do discurso noticioso na representação dos atores sociais da nova classe média em relação ao ano 2000, em que essa classe ainda não havia se consolidado, embora esse discurso já fosse muito bem trabalhado com todo cuidado em relação ao *apagamento do sujeito enunciator*. No entanto, como já discutimos, esse apagamento é uma façanha praticamente inalcançável, uma vez que a presença do enunciador é revelada por suas escolhas léxico-gramaticais e *pré-discursos* que acabam vindo à tona pela maneira como se produz o texto. Como pudemos ver em nossa análise, quem enuncia a notícia está sempre presente, seja por suas *escolhas lexicais* (**invasão**, **manifestação** bem como termos gerais para representar os participantes do “rolê” em contraposição ao fato de os frequentadores dos shoppings ou os lojistas sempre aparecerem representados por *nomeação e funcionalização*), seja pela construção da imagem de um leitor específico e ideal a quem o jornal opta por valorizar. Além disso, pudemos notar a grande frequência de estratégias de *apagamento* da voz do jornal por meio do uso das aspas e de construções discursivas que levavam o leitor ao contraste entre o público frequentador do shopping, as lojas de marcas e os participantes do “rolê” (*pré-discursos*). Outro fator observado foi o espaço aberto na notícia para a fala de outras pessoas, o que introduziu no texto tanto termos que reforçaram o ambiente de **medo**, como também a compreensão do por que o passeio estava ocorrendo, dada a “enorme desigualdade” existente no Brasil.

A aproximação entre o “rolê” de 2000 e os “rolezinhos” atuais enfatizou em ambas as notícias o contraste entre os manifestantes e o lugar escolhido para os encontros, mas também revelou os “rolezinhos” atuais como eventos em que a diversão se sobrepôs ao engajamento político, o que justificaria, em parte, o tratamento inicialmente hostil dado tanto pela mídia quanto pela sociedade aos encontros.

Dado esse grande poder de consumo da nova classe média e de sua importância para a economia atual, imaginamos que isso poderia influenciar na maneira como essa classe vem sendo representada na mídia. No entanto, esse movimento tem sido bem tímido, conforme mostramos em artigo anterior (MORASCO, 2014) e como pudemos ver em nossas análises aqui apresentadas.

Notamos que, apesar de sua relevância para a economia brasileira, a nova classe média não tem representação satisfatória nas notícias analisadas, o que converge com aquilo que Charaudeau (2006) coloca em relação ao jornal ter a preocupação com o seu público leitor e se engajar como um parceiro que o legitima, ou seja, o jornal que escolhemos para ser analisado tem um público predominantemente de classes A e B e parece se engajar na sua legitimação, apesar da grande relevância da classe C atualmente.

Isso posto, ressaltamos que jovens dos “rolezinhos” gostam de e usam roupas e acessórios de marca, sendo, portanto, consumidores legítimos, o que se contrapõe à sua exclusão dos ambientes em que essas marcas são vendidas. São como uma força a empurrar a classe média tradicional e mostrar que hoje são também uma classe média e querem espaço e visibilidade na vida social e na mídia, já que economicamente respondem numericamente por boa parte da sociedade. Como pudemos perceber em nossa análise, essa representação e visibilidade na mídia impressa ainda precisa ultrapassar as barreiras de um pré-conceito em relação a esses brasileiros que, independentemente da classe da qual fazem parte, precisam ser reconhecidos como cidadãos e ter acesso à cidadania acima de tudo.

REFERÊNCIAS

- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Discours journalistique et positionnements énonciatifs. *Frontières et dérives, Semen*, 22, 2006. Disponível em: <<http://semen.revues.org/2793>>. Acesso em: 4 nov. 2014.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coord. da tradução, revisão técnica e prefácio de I. Magalhães. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 2001.
- FAIRCLOUGH, N.; KRESS, G. *Critical discourse analysis*. Mimeo, 1993.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 2004.
- HARTLEY, J. *The uses of digital literacy*. St. Lucia: University of Queensland Press, 2009.
- _____. *Understanding news*. Londres: Methuen, 1982.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, n. 3, v. 3, p. 162-167, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1981_num_3_1_1044_t1_0162_0000_2> Acesso em: 21 out. 2014.
- KOCH, I. G. V. *As tramas do texto*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MORASCO, P. S. G. *Atores sociais da nova classe média e sua representação no discurso noticioso do jornal Folha de S. Paulo*. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS EM

ESTUDOS DISCURSIVOS DA USP, 6., “A multidisciplinaridade nos estudos discursivos, 2014, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), Anais. 2015.

NERI, M. C. (Coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

PAVEAU, M. Palavras anteriores: os pré-discursos entre memória e cognição. *Filologia e Linguística Portuguesa*, Paris, n. 9, p. 311-331, 2007.

PIVA, P. J. L. A. A ascensão ideológica da nova classe média, os preconceitos contra o “Esquentá” de Regina Casé. Disponível em: <<http://opensadordaaldeia.blogspot.com.br/2013/03/a-ascensao-ideologica-da-nova-classe.html>>. Acesso em: 17 set. 2013.

POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SERASA EXPERIAN; DATA POPULAR. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/dados-ineditos-da-serasa-experian-e-data-popular-revelam-faces-da-classe-media-que-movimenta-58-do-credito-e-injeta-r-1-trilhao-na-economia>>. Acesso em 09 ago. 2014.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. *The Handbook of Discourse Analysis*, n. 4, p. 352-371, 2001.

VAN LEEUWEN, T. A. *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Oxford: University Press, 2008.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, p. 223-243, 2004. Número especial.

O discurso literário e a construção da lenda J. K. Rowling

(The literary discourse and the construction of the legend J. K. Rowling)

Pollyanna Zati Ferreira¹

¹ Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

pollyanna.zt@gmail.com

Abstract: Based on the proposes of Maingueneau (2009), presented in his book *Discurso Literário*, the present text aims at analyzing the construction of the legend surrounding the writer J. K. Rowling, author of seven volumes of the Harry Potter best seller, as the construction of scenographies that present paratopic character. The *corpus* of analysis is basically constituted of the documentary *J.K Rowling – A Year in the Life*, filmed by filmmaker James Runcie.

Keywords: literary discourse; authorship functioning; construction of the legend; paratopia.

Resumo: Com base nas propostas de Maingueneau (2009), apresentadas em seu livro *Discurso Literário*, o presente texto tem por objetivo fundamental analisar a construção da lenda em torno da escritora J. K. Rowling, autora dos sete volumes do *best seller* Harry Potter, bem como a construção de cenografias que apresentam um caráter paratópico. O *corpus* de análise se constitui, basicamente, do documentário *J. K. Rowling – A Year in the Life*, filmado pelo cineasta James Runcie.

Palavras-Chave: discurso literário; funcionamento da autoria; construção da lenda; paratopia.

Considerações iniciais

Dominique Maingueneau, em seu livro *Discurso Literário* (2009), discute, entre outras coisas, a problemática da construção da lenda de um autor. Para o autor, o discurso literário, por ser um discurso constituinte, precisa manter uma relação efetiva com a memória. Seguindo essa perspectiva, o criador de uma obra, para construir uma identidade no campo literário, precisa percorrer o que Maingueneau designará de arquivo literário, o qual não é apenas uma biblioteca de obras, mas também um tesouro de lendas, e definir uma trajetória própria, construindo sua própria versão de lenda.

Com base nessas considerações, este artigo tem por objetivo fundamental analisar, por meio do documentário *J. K. Rowling – A Year in the Life* (2007), filmado pelo cineasta James Runcie, a construção da lenda em torno da escritora J. K. Rowling, autora dos sete volumes do *best seller* *Harry Potter*, bem como a construção de cenografias que apresentam um caráter paratópico.

É importante esclarecer que o objeto de análise deste trabalho não se constitui daquilo que se classifica como literatura de vanguarda. Diferentemente, trata-se de uma literatura de cunho “mercadológico”, o que, minimamente, acaba por colocar questões ao pesquisador, dentre elas, a de refletir sobre as condições de funcionamento do campo literário na contemporaneidade.

Fundamentação teórica

Dominique Maingueneau (2009) considera o fato literário como discurso, e a análise do discurso literário que propõe como um ramo da análise do discurso. Isso modifica significativamente a maneira de se apreender a literatura, pois, dessa perspectiva, conforme esclarece o autor, noções como *visão de mundo, autor, documento, influência, contexto* etc. têm que ser recusadas, passando a ser de responsabilidade da obra – por meio do mundo que configura em seu texto – refletir, legitimando-as, as condições de sua própria atividade enunciativa. É nesse sentido que o autor concebe o texto literário como sendo a própria gestão do contexto.

No livro acima referido, Maingueneau (2009) discute, entre outras coisas, sobre a natureza do discurso literário, incluindo-o no rol dos *discursos constituintes*, categoria que, de acordo com o autor, designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma.

Discursos religiosos, científicos e filosóficos também pertencem ao campo dos discursos constituintes, pois, assim como o discurso literário, eles acreditam, conforme Maingueneau (2009), serem ligados a uma fonte legitimadora, sendo autorizados por si mesmos, não havendo acima deles nenhum outro discurso.

Para que possam legitimar e gerir a produção e o consumo de obras, os discursos constituintes precisam se valer de instituições, mas para haver a verdadeira constituição dos discursos eles não podem se filiar integralmente a essas instituições, o que obriga os processos criadores, de acordo com o autor, a alimentar-se de lugares, grupos e comportamentos tomados num pertencimento impossível. Essa é outra característica dos discursos constituintes, que Maingueneau (2009, p. 68) nomeará de paratopia, cuja definição “não é ausência de lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria impossibilidade de estabilizar-se”. Para que essa paratopia ocorra, o autor observa que a obra literária precisa surgir quando há tensões no campo literário, quando ela “só pode dizer alguma coisa sobre o mundo pondo em jogo em sua enunciação os problemas advindos da impossível inscrição social (na sociedade e no espaço literário) dessa mesma enunciação”.

Ainda apontando as características dos discursos constituintes, Maingueneau afirma só ser o texto um enunciado quando este é tomado num quadro hermenêutico que vem garantir que um dado texto deve ser interpretado. Para isso, o texto tem que ser digno de interesse, singular, extraordinário; tem que se considerar que, por meio dele, uma fonte transcendente envia uma mensagem; que essa mensagem trata de questões relativas aos fundamentos, que é necessariamente oculta, e, por tudo isso, a leitura não é possível, mas tem-se a necessidade de decifrá-la. Ao interpretá-la, o intérprete legitima-se e relegitima seu lugar, ao mesmo tempo que “relegitima a condição do texto comentado de membro do quadro hermenêutico, e, para além disso, relegitima o próprio quadro hermenêutico” (MAINGUENEAU, 2009, p. 74). Nesse sentido, o intérprete, por ter uma relação privilegiada com a fonte do texto, se diferencia do leitor.

Por ser inscrito num quadro hermenêutico, o discurso literário, assim como todos os discursos constituintes, é hiperprotegido, podendo, de acordo com Maingueneau (2009), romper com as máximas conversacionais do discurso, ou seja, desobedecer algumas normas do discurso, sem perigo de arranhar seu prestígio. Há, por exemplo, dentre as

máximas conversacionais, uma que conchama que não se deve fugir do tema, sendo este um princípio frequentemente transgredido na literatura. O quadro hermenêutico garante que essa falta seja apenas aparente, que os sentidos da obra não se percam, sendo de responsabilidade do intérprete decifrar e refletir sobre estes, conciliando-os com o respeito presumido às normas. Assim, afirma Maingueneau (2009), não se pode falar de textos defeituosos, mas sim de intérpretes deficientes.

É importante salientarmos que, para Maingueneau (2009), a obra literária, como todo enunciado, implica uma cena de enunciação, sendo, por isso, o texto caracterizado como rastro de um discurso em que a fala é encenada. O autor concebe a cena de enunciação como constituída de três cenas, a saber: cena englobante, cena genérica e cenografia. Essas três cenas interagem entre si, operando como planos complementares, que regulam a discursividade.

A *cena englobante* pode ser entendida por “tipo de discurso”, como os discursos religioso, político, publicitário etc. O analista, quando visa interpretar, precisa verificar qual é a cena englobante de certo discurso, para que se situe diante dele. Por exemplo, um discurso com cena englobante política implica um “cidadão” dirigindo-se a outros “cidadãos”.

Todo enunciado literário está vinculado a uma cena englobante literária. Entretanto, essa cena não é suficiente para especificar as atividades verbais, uma vez que a obra é, na verdade, enunciada através de um gênero do discurso determinado, entendido também como *cena genérica*, que participa, num nível inferior, da cena englobante literária. Por exemplo, um panfleto de campanha eleitoral implica um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”.

Na literatura, é muito comum que o interlocutor não lide diretamente com as cenas englobante e genérica, mas com o que Maingueneau (2009) chama de *cenografia*. Esta cena, entretanto, não é imposta pelo tipo ou gênero de discurso, mas construída pelo próprio texto. Assim, aquilo que o texto diz cria uma cenografia que ele precisa validar por meio de sua própria enunciação, sendo a cenografia, por isso, ao mesmo tempo origem do discurso e o que concebe esse mesmo discurso, legitimando um enunciado, que, em troca, deve legitimá-la.

Seguindo essa perspectiva, Maingueneau (2009) afirma que se há uma constituição nos discursos, é a cena de enunciação constituída no/pelo texto que legitima esse direito à fala recebido pela fonte legitimadora.

Um outro aspecto que precisa ser considerado quando se concebe o discurso literário como constituinte é que o discurso literário mantém uma relação efetiva com a memória. Assim, para construir uma identidade no campo literário, de acordo com Maingueneau (2009), o criador de uma obra, após percorrer o que aquele designará de arquivo literário, precisa definir trajetórias próprias no intertexto, isto é, indicar qual é para ele o exercício legítimo da literatura.

Seguindo essa perspectiva, torna-se possível romper o enfrentamento direto entre a consciência criadora e a obra e passa-se a considerar “o conjunto da literatura, um gigantesco *corpus* em que cada obra revela ser composta por uma multiplicidade de outras” (MAINGUENEAU, 2009, p. 164). No entanto, o autor destaca que obras literárias se alimentam não só de outras obras, mas também de relações com enunciados que não

vêm da literatura, mas participam da *instituição literária* (biografias de escritores, por exemplo) e que, por isso, o *arquivo literário* não deve ser mais considerado apenas uma “mera biblioteca ou coletânea de textos, mas também um tesouro de *lendas*, de histórias edificantes e exemplares que acompanham gestos criadores já consagrados”. Dessa perspectiva, o criador de uma obra, para se consagrar como tal, precisará não só percorrer o *arquivo literário*, mas também “definir uma trajetória própria na sombra projetada de lendas criadoras anteriores” (MAINGUENEAU, 2009, p. 175), selecionando os sinais que devem legitimar sua obra e construindo, a partir disso, sua própria versão de lenda.

É o que acontece, por exemplo, com textos (diários íntimos, biografias, lembranças) que acompanham a obra dos autores; são somados a eles, de acordo com Maingueneau (2009), múltiplas narrativas de vidas e comentários de escritores elaborados por outros escritores que os julgam ilustres. Com isso, obra, lenda e escritor só começam a existir no *arquivo literário* mediante os comentários feitos a seu respeito e de sua obra, de modo que quanto mais o “autor” publica, mais ele se enriquece de uma obra que aumenta.

A problemática da construção da lenda está, nesse sentido, ancorada na noção de autor, tal como concebida por Maingueneau (2009, p. 136), que distingue três instâncias de funcionamento da autoria, denominadas de *a pessoa*, *o escritor* e *o inscridor*. A primeira refere-se “ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada”; a segunda designa “o ator que define uma trajetória na instituição literária”; a terceira subsume “ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto e a cena imposta pelo gênero do discurso”. Isto é, o *inscridor* se caracteriza por ser tanto o enunciador de um texto específico, como também o ministro da instituição literária, que confere sentido aos contratos implicados pelas cenas genéricas e que delas se faz o fiador. Essas três instâncias, de acordo com o autor, não se dispõem em sequência, mas se sustentam mutuamente e, num processo de recobrimento recíproco, acabam por dispersar e concentrar, ao mesmo tempo, a *identidade criadora*.

Essa concepção de autoria permite, de acordo com Maingueneau, a reavaliação de obras que, por não privilegiarem o *inscridor*, e exporem em primeiro plano a *pessoa* e o *escritor*, não eram consideradas literárias (como os textos autobiográficos, por exemplo). Para ele, tais textos também devem ser considerados como literários, pois, pelo próprio fato de um autor alimentar uma criação, que por sua vez o alimenta, todo gesto, de escrita ou de comportamento, deverá ser considerado como dotado de sentido.

Com base nesse pressuposto, Maingueneau considera que a produção de um autor deve associar dois espaços indissociáveis, mas que não estão no mesmo plano: um espaço *canônico* e um espaço *associado*. O primeiro, de acordo com o autor, pretende apagar, nos textos, as instâncias da *pessoa* e do *escritor*; já o segundo implica uma superposição das fronteiras que estruturam a instância enunciativa.

Maingueneau ainda afirma que, especialmente nos textos do espaço associado, há duas dimensões que devem ser consideradas: a de *figuração* e a de *regulação*. Os textos de autor relativamente autônomos, como o diário íntimo, o relato de viagem, as lembranças de infância são os responsáveis pela construção de uma identidade criadora no mundo, privilegiando, por isso, a primeira dimensão (figuração). Já os textos paratextuais, metatextuais, inseparáveis dos textos que eles acompanham, como a dedicatória e o prefácio, têm como função principal pôr as obras em conformidade com normas, ou seja, inseri-las na instituição literária, privilegiando, assim, a segunda dimensão (regulação).

Dessa perspectiva, textos de autores que acompanham suas obras, como dedicatórias, prefácios, comentários, manifestos, debates, cartas, escritos sobre outras artes, entrevistas, etc., que não eram considerados literários, passam a ser essenciais quando se analisa uma obra literária.

A seguir, passaremos a análise da construção da lenda em torno da escritora J. K. Rowling.

JK Rowling... A year in the life: o documentário.

James Runcie acompanhou J. K Rowling durante o ano no qual a autora terminou de escrever o último livro da série – *Harry Potter e as Relíquias da Morte* –, para criar o documentário *J. K. Rowling... A year in the life*, que foi ao ar na TV britânica. Segundo Runcie, as câmeras seguiram *Relíquias da Morte* desde o manuscrito, a jornada no computador, a ida para o agente e finalmente para a editora.

O documentário, de 50 minutos de duração, é dividido em três partes. A primeira mostra J.K Rowling ainda criança, sua irmã e as casas onde ambas moraram no decorrer dos anos. Logo após, na segunda parte, Rowling fala sobre a morte de sua mãe, do seu casamento, o nascimento de sua primeira filha (Jessica), a criação do primeiro livro e as dificuldades pelas quais teve que passar. Todas essas imagens no documentário são intercaladas com cenas da autora escrevendo o último livro, *Harry Potter e as Relíquias da Morte*, e então se volta completamente para o processo de sua publicação, desde Rowling saindo de Edimburgo com o manuscrito, até chegar a Londres e começar os preparativos. Pela maneira como são feitos os relatos desses episódios, entendemos que o documentário cumpre a função social de uma crítica literária, e, portanto, considerá-lo-emos uma prática discursiva do campo literário.

De acordo com Maingueneau (2009), a literatura, como todo discurso constituinte, inscrito num quadro hermenêutico, mantém uma dupla relação com o interdiscurso: de um lado, as obras se alimentam de outros textos mediante diferentes procedimentos, como citações e imitações, e, do outro, elas se expõem à interpretação e ao reemprego, por exemplo. Por ser o documentário um texto segundo (um texto que fala sobre outro texto), que questiona os mistérios presentes na obra *Harry Potter*, ele constitui parte de um quadro hermenêutico. Entretanto, por ser constituído também de depoimentos da autora J. K. Rowling, é possível verificar nele espaços de funcionamento da autoria de Rowling, mais especificamente, o funcionamento das dimensões de regulação e figuração nos depoimentos, os quais fazem parte do espaço associado de produção dessa autora.

Nessa perspectiva, esse documentário acaba por se constituir uma instância de enunciação híbrida, em que, por meio das cenografias construídas, é possível verificar certo funcionamento de produção do espaço associado de Rowling e, considerando a cena genérica, o funcionamento de uma produção do quadro hermenêutico.

Produção do quadro hermenêutico e funcionamento da autoria: construção da lenda J.K. Rowling

Logo no início do documentário, percebem-se marcas de que se trata de uma produção do quadro hermenêutico, pois o cineasta já inicia o relato sugerindo que a obra

Harry Potter possui um sentido oculto que poderá ser desvendado através do documentário:

- (01) A série Harry Potter demorou dezessete anos para ser escrita. É uma saga épica com conflitos da infância, perigo e aventura. Mas é mais do que apenas uma história infantil. Além da magia e bruxaria tem uma intensa fábula moral sobre o bem e o mal, amor e ódio, vida e morte.

No trecho acima, James Runcie declara que há mais do que uma história de aventura na obra *Harry Potter*, afirmando que há também, escondida nas entrelinhas, uma fábula moral.

O cineasta decide iniciar o documentário fazendo algumas perguntas diretas a J. K. Rowling. Quando ele pergunta sobre o sonho de felicidade da autora, ela responde: “uma família feliz”. A essa resposta, James Runcie analisa:

- (02) O desejo de uma família feliz veio, em parte, de uma infância difícil. Como o herói órfão de Harry Potter, Joanne Rowling cresceu em uma rua do subúrbio britânico, primeiro, em Yate, nos arredores de Bristol. E então, algumas milhas rua abaixo, em Winterbourne. A casa até tinha um armário de baixo da escada, mas ao contrário de Harry Potter, Jo não tinha que dormir lá. Ela compartilha com Harry Potter o dia do aniversário, dia 31 de julho. E junto com sua irmã, Di, passou pelas mesmas privações que Harry na infância.

Nota-se aqui que o cineasta faz ligações entre Harry Potter, personagem principal da obra, e sua autora, a escritora J. K. Rowling. Valendo-se do recurso enunciativo de comparação e de dados biográficos da autora, o cineasta sugere que ela, assim como o menino da história, não teve uma infância feliz, cresceu em uma rua do subúrbio britânico, nasceu no dia 31 de julho e passou por muitas privações.

Ainda descrevendo a infância de Rowling, James Runcie narra:

- (03) Quando Jo tinha nove anos, sua família se mudou para uma vila fora de Chepstow, nos limites da Floresta de Dean. Este local apresentava infinitas possibilidades para imaginar criaturas mágicas, mistério e intriga.

Na obra *Harry Potter*, existe uma “floresta proibida”, e ela é cenário de muitas aventuras do menino bruxo. Quando James Runcie cita a mudança da autora para perto da Floresta de Dean, percebemos, no dizer de Runcie, uma insinuação de que a obra reflete a vida da autora. O mesmo acontece no trecho abaixo:

- (04) Jo escreve histórias desde os primeiros anos. Havia muitas fontes ao seu redor, ela até vivia nos arredores de um cemitério.

O cemitério também é um cenário bastante presente na obra *Harry Potter*. Nele, muitos desafios são enfrentados pelo personagem principal.

A autora, em um de seus depoimentos, em tom de confirmação das suspeitas do cineasta, reconhece uma grande atração pela floresta, dizendo ser ela um dos cenários preferidos do livro:

- (05) Sou muito atraída pela floresta e é minha parte preferida dos terrenos de Hogwarts. A vantagem da floresta é que ela pode ser muitas coisas. Pode ser um lugar para encantamentos. Você nunca imagina uma plateia na floresta, é um lugar de solidão. É porque esse lugar representava abrigo e segurança para nós, suponho. Acho que, por isso, sou muito atraída por ele, ainda que possa ser um lugar sinistro.

Consideramos o trecho acima, em que a autora relaciona sua vida com sua obra, um texto que privilegia primordialmente a dimensão de regulação, pois quando Rowling fala do abrigo e segurança que a floresta representava em sua vida, percebemos um tom de justificativa de o porquê tal cenário estar no livro. Esse é um indício de que J. K. Rowling assume a concepção de obra literária como reflexo da vida do autor.

Após relatar sobre a infância de J. K. Rowling, James Runcie conta sobre a morte da mãe da autora, apresentando esse fato como algo que a afetou brusca e intimamente:

- (06) A doença teria um impacto devastador sobre as duas garotas. Ainda mais quando descobriram a personalidade difícil do pai. Um dos motivos pelo qual Harry Potter é cheio de figuras paternas, como Hagrid, Dumbledore e Sirius Black, é o relacionamento de Jo com seu próprio pai, que era muito distante do ideal.
- (07) A ausência de um profundo relacionamento entre Jo e seu pai e o sentimento de ausência pela perda da mãe são as duas influências de grande importância na escrita de Jo.
- (08) A morte da mãe de Joanne Rowling teve um efeito profundo em sua escrita. De muitas formas, a função de Harry Potter é uma tentativa gigantesca de resgatar a infância.

Harry Potter, personagem principal do livro, é um menino que não tem pai nem mãe. Hagrid (empregado da escola de bruxos em que o menino estuda – Hogwarts), Dumbledore (diretor de Hogwarts) e Sirius Black (padrinho e amigo dos pais de Harry), personagens citados acima, são pessoas que amam Harry e tentam defendê-lo de todos os perigos.

Nos trechos acima, James Runcie não mais só sugere, mas afirma que a obra *Harry Potter* é reflexo da infância de sua autora. Com base nisso, é que se pode afirmar que a concepção de obra literária do cineasta é a de obra como reflexo da biografia do autor.

Sobre a morte da mãe, J. K. Rowling conta:

- (09) Estava escrevendo há seis meses quando ela morreu. O principal é que o cerne do enredo não mudou depois que minha mãe morreu, mas tudo ficou mais profundo e obscuro. Harry sempre ia perder seus pais e sempre haveria uma jornada, na verdade, para vingá-los e para vingar a todos contra essa criatura, esse ser que acredita poder se fazer imortal através da morte de outras pessoas. Isso é algo que eu criei antes de ela morrer, mas, sim, a morte dela está em todas partes dos livros. Eu acho, alcança. Agora que terminei vejo o quão explícito está.

No depoimento acima, observamos novamente uma tentativa da autora de justificar o enredo de seu livro, privilegiando novamente a dimensão de regulação.

Em determinada parte do documentário, J. K. conta que não pôde ver sua mãe quando ela morreu, pois seu pai não permitiu. Diz que esse é um dos grandes arrependimentos de sua vida:

- (10) Porque acredito que a verdade, esse é outro tema nos livros, e segue um padrão meu, a verdade é mais fácil, do que uma mentira ou um engodo, mais fácil de lidar e mais fácil de viver.

Aqui, o depoimento da autora privilegia primordialmente a dimensão de figuração. A autora fala sobre o que ela acredita, criando para si uma identidade: J. K. Rowling é uma pessoa que defende a verdade.

Após falar sobre a morte da mãe e do relacionamento complicado com o pai, a autora conta sobre seu primeiro casamento, o nascimento de sua primeira filha e o período em que entrou em depressão:

- (11) Vivi um curto e bem catastrófico casamento, fui embora com esse bebê e pensei que precisava levá-lo de volta à Inglaterra, precisava reconstruir uma vida. Isso, de modo geral, me fez ir em frente. Então, fui atingida pela enorme bagunça que a minha vida tinha se transformado... isso me atingiu com muita força. Nós éramos tão pobres quanto se poderia sem ser sem-teto, em outras palavras, vivíamos somente de pensão e, naquela altura, eu, com certeza, estava clinicamente em depressão. Isso me caracterizou por uma indiferença e uma inabilidade sem nome para acreditar que poderia ser feliz de novo, ou que poderia sentir afeição de novo. Todas as cores fugiram da vida, na verdade. E eu amo Jessica muitíssimo e estava morta de medo que algo acontecesse com ela, porque acho que entrei naquele padrão bem depressivo onde tudo dá errado e essa coisa boa que existia na vida daria errado também. Então, vinha como uma surpresa que ela estivesse viva, todas as manhãs, que ela não tivesse morrido. Foi uma época muito, muito ruim.

No trecho acima, como em muitos outros presentes no documentário, J. K. Rowling constrói para si uma identidade: ela foi muito pobre, perdeu a mãe e, indiretamente, o pai, abandonou o marido, criou a filha sozinha, lutou com a depressão e deu a volta por cima, fazendo o que mais gosta, que é escrever, e, conseqüentemente, criando um dos livros mais lidos no mundo inteiro, o *best seller* Harry Potter.

A partir dessa identidade criada pela autora, o cineasta James Runcie, pondo a funcionar um quadro hermenêutico, constrói mais leituras sobre a obra Harry Potter:

- (12) A depressão de Jo inspirou a criação dos dementadores na série Harry Potter: “os dementadores estão entre as criaturas mais malignas que vagam pela Terra. Infestam os lugares mais escuros e imundos, se comprazem com a decomposição e o desespero, esgotam a paz, a esperança e a felicidade do ar à sua volta. Chegue muito perto de um dementador e todo bom sentimento, toda lembrança feliz serão sugados de você.”
- (13) Os livros de Harry Potter podem se passar em um mundo alternativo fantástico, mas são repletos de dor e dilemas da vida real. Eles expõem questões morais sérias sobre a natureza da confiança, lealdade, integridade e a necessidade de se impor diante do mal. Durante a série, Harry Potter tem de aprender o necessário para ser uma força do bem contra as Artes das Trevas de Lord Voldemort.

Para construir uma identidade no campo literário, de acordo com Maingueneau (2009), o criador de uma obra precisa percorrer o arquivo literário – textos e lendas que acompanham seus autores – e definir trajetórias próprias no intertexto, isto é, indicar qual é para ele o exercício legítimo da literatura, construindo, a partir disso, sua própria versão de lenda. J. K. Rowling, autora conhecida pelo *best seller* Harry Potter, percorreu esse arquivo, e, no documentário (uma das produções do espaço associado de Rowling), os depoimentos da autora, bem como as análises feitas pelo cineasta da obra Harry Potter, constroem em torno dela uma lenda: J. K. Rowling era uma mulher pobre que conseguiu

melhorar de vida depois de escrever livros sobre um menino bruxo, que, metaforicamente, representa sua vida e suas crenças.

Essa lenda se torna legítima a partir do momento em que o lançamento do documentário é autorizado pela escritora, o que faz com que a obra *Harry Potter* também seja legitimada.

O documentário e a construção de cenografias paratópicas

O discurso de J. K. Rowling e de James Runcie constroem cenografias desde o início do documentário. Conforme já dissemos, essas cenografias apresentam, em sua maioria, um caráter paratópico, ou seja, colocam em cena lugares e comportamentos que são tomados num pertencimento impossível.

Maingueneau (2009, p. 110), no livro *Discurso Literário*, faz um apontamento de diferentes tipos de paratopia, a saber:

- a paratopia espacial, que caracteriza-se por ser a de todos os exilados, “meu lugar não é meu lugar ou onde estou nunca é meu lugar”;
- a paratopia temporal, que se fundamenta no anacronismo, “meu tempo não é meu tempo”;
- a paratopia de identidade, que apresenta todas as figuras de dissidência e de marginalidade, “meu grupo não é meu grupo”, seja este familiar, sexual ou social;
- a paratopia linguística, fundamental para a criação literária, que se resume a afirmar “a língua que falo não é minha”.

Para ele, quaisquer obras literárias e seus autores estão ajustados em pelo menos um tipo de paratopia, pois, para criar, o autor precisa sentir a necessidade de denunciar o lugar em que está e não está (pertencimento impossível), tornando-se, por isso, a paratopia, de acordo com Maingueneau (2009, p. 113), “a condição e o produto da criação”.

No documentário, encontramos dois tipos de paratopia, a saber: a paratopia espacial e a paratopia de identidade.

Nota-se a *paratopia espacial* presente no documentário quando Rowling conta que a floresta era o lugar em que encontrava segurança e abrigo, mesmo a floresta sendo na nossa sociedade urbana e ocidental um lugar em que a maioria evita estar. Quando Rowling demonstra por meio de suas falas que prefere a floresta à cidade, ela se exila da sociedade, e a cidade passa a ser considerada um lugar paratópico.

A *paratopia de identidade familiar*, de acordo com Maingueneau (2009), é um dos potenciais paratópicos mais ricos e constantes, sendo comum observar em obras literárias crianças abandonadas, órfãos e bastardos como personagens principais, que acabam sendo reconhecidos como *príncipes legítimos*.

Para verificação dessa paratopia no documentário, faz-se necessário um pequeno resumo da obra *Harry Potter*:

A história começa com o mundo dos bruxos, que tenta manter-se secreto dos humanos “trouxas” (aqueles que não são bruxos). Por muitos anos, esse mundo foi aterrorizado por Lord Voldemort, o vilão da história, que, quando tenta lançar um feitiço fatal no

bebê Harry Potter, depois de já ter conseguido realizá-lo com os pais da criança, o feitiço volta-se contra ele. Com o corpo destruído, Voldemort torna-se um espírito sem poder, procurando refúgio em lugares escondidos do mundo. Harry fica com uma cicatriz em forma de raio em sua testa, o único sinal físico da maldição do vilão. Por ter sobrevivido à maldição da morte e por ter derrotado Lord Voldemort, o menino torna-se conhecido, no mundo dos bruxos, como “O menino que sobreviveu”.

Enquanto isso, Harry, sem família no mundo dos bruxos, é enviado, ainda bebê, para o mundo dos “trouxas”, sendo criado por seus tios “trouxas”, descritos pela autora como cruéis e insensíveis. Eles não contam para o menino que ele pertence a outro mundo, porém, no seu décimo primeiro aniversário, Harry é informado por Hagrid, o guarda-caças de Hogwarts, que ele é um bruxo e, assim sendo, tem uma vaga na Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts.

Harry, que até então não tinha tido oportunidade de ir para uma escola, começa a estudar em Hogwarts, localizada perto de uma floresta considerada perigosa pelos bruxos e que possibilitará grandes aventuras ao personagem principal e seus amigos.

A saga Harry Potter contém sete livros, sendo que cada livro registra um ano da vida de Harry em Hogwarts, onde esse personagem aprende não só a usar magia e fazer poções, mas também a ultrapassar diversos obstáculos mágicos, sociais e emocionais que enfrenta em sua adolescência.

No documentário, J. K. conta que perdeu a mãe e, indiretamente, o pai, dando a ideia de ter sido uma criança órfã, como o personagem principal de seu livro, Harry Potter. A autora conta também que passou por muitas necessidades, como falta de alimentação, até o momento em que sua obra fez sucesso, tornando-a uma mulher rica e poderosa. Na obra, Harry Potter, enquanto vivia com os tios, era maltratado, dormia embaixo da escada, vestia roupas velhas do primo e comia o que sobrava. No mundo dos bruxos, ele descobre que sua família era rica e que lhe deixara muito dinheiro.

Percebe-se, então, que há no documentário, e também na obra *Harry Potter*, a *paratopia de identidade familiar*, pois, de crianças órfãs e abandonadas, Rowling se torna uma das mulheres mais ricas do mundo, e o personagem principal de seu livro acaba sendo reconhecido como herói dos bruxos.

Para Maingueneau (2009), a paratopia só é motor da criação literária quando implica a figura singular do insustentável, que é o que torna essa criação necessária. Para ele, é o criador da obra literária quem organiza seu modo de viver, tornando-se ele o responsável pela paratopia e, por consequência, pelo surgimento de sua obra.

Com base nisso, ideias como a de que a obra é uma representação das experiências de vida do seu escritor, ou de que a obra é um universo autônomo, independentemente de seu criador, precisam ser refutadas, pois

[...] a paratopia do escritor, na qualidade de condição da enunciação, também é seu produto; é por meio da paratopia que a obra pode vir à existência, mas é também essa paratopia que a obra deve construir em seu próprio desenvolvimento. Na qualidade de enunciação profundamente ameaçada, a literatura não pode dissociar seus conteúdos da legitimação do gesto que os propõe; a obra só pode configurar um mundo se este for dilacerado pela

remissão ao espaço que torna possível sua própria enunciação. (MAINGUENEAU, 2009, p. 119)

Com base nisso, de acordo com o autor, somente sendo tomada como condição e produto do processo criador é que a paratopia será interessante para a Análise do Discurso. Como resultado, serão encontradas marcas no enunciado que não se contentarão em distinguir um sentido literal e um sentido literário (diversos sentidos), mas perguntarão por aquilo que torna possível essas rotinas interpretativas que, de acordo com Maingueneau (2009, p. 120), “se fundam na verdade num dado constitutivo da enunciação literária, na necessidade de a obra refletir, no universo que ela mesma constrói, as condições de sua própria enunciação”.

Assumindo essa perspectiva, o autor propõe o conceito de embreagem paratópica, definida por ele como a constituição de categorias linguísticas (embreantes) que vinculam o enunciado à enunciação, o texto ao contexto. Tal embreagem, de acordo com o autor, pode assumir diversas formas, mas são destacadas por ele as chamadas posições máxima e mínima (como também a conversão de uma em outra) do autor e de seus personagens, posições essas potencialmente paratópicas, que possibilitam ao escritor uma inscrição privilegiada nas posições limítrofes da coletividade.

Essa situação paratópica pode ser relacionada a Rowling e ao personagem principal de seu livro, Harry Potter, os quais, na condição de órfãos pobres, encontram-se na posição mínima. Entretanto, passam à posição máxima quando a primeira faz sucesso com seu livro, e o segundo descobre ser um bruxo rico e famoso. Essa condição máxima / mínima – condição paratópica – fará com que Harry não aja como um bruxo rico, egoísta e poderoso (o normal no mundo dos bruxos ricos), decidindo por lutar pelo bem e pela verdade – o que gera outra situação paratópica. Esse percurso também aconteceu com a autora J. K., pois somente o êxito de seu livro pôde justificar o desvio que o torna possível e vice-versa. Harry não pode ser considerado retrato de sua autora, mas é notório que é através daquele que esta “pode colocar em jogo a paratopia que seu empreendimento criador implica” (MAINGUENEAU, 2009, p. 125). Conclui-se, por isso, que a embreagem supõe ao mesmo tempo identificação e distanciamento entre autores e seus personagens.

Considerações finais

Feita as análises, é possível afirmar que o documentário é uma produção do quadro hermenêutico que coloca em cena, por meio de cenografias paratópicas, depoimentos de J. K. Rowling, os quais se constituem como produções do espaço associado dessa autora. Mais que isso, a articulação dessas duas instâncias permite a construção de uma lenda em torno da autora J. K. Rowling.

Entendemos que esta pesquisa traz contribuições relevantes para o tratamento de textos literários, quando vistos do ponto de vista discursivo, tal como concebido por Dominique Maingueneau (2009), uma vez que, feita a análise do documentário sobre um *best seller* da literatura de mercado e sua autora, notamos que o discurso considerado funciona como uma prática discursiva da literatura, e pode ser analisado a partir das mesmas categorias analíticas propostas por Maingueneau.

REFERÊNCIAS

JAMES RUNCIE. *J. K. Rowling: a year in the life*. Disponível em: <<http://conteudo.potterish.com/jk-rowling-a-year-in-the-life/>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2009. 329 p.

A Política da Ressocialização no discurso sobre o adolescente em conflito com a lei

(La politique de réhabilitation dans le discours sur les adolescents en conflit avec la loi)

Raquel Ribeiro Moreira¹

¹Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Realeza

raquel.moreira@uffs.edu.br

Résumé: Le présent travail vise à étudier quels sont les sens introduits par le mot réhabilitation chez le jeune commettant des infractions. Pour cela, nous analyserons des séquences discursives à partir d’entretiens avec les employés et les adolescents d’un centre de socioéducatif de l’état du Paraná. Autre point qui interpelle, lorsque l’on parle du mot réhabilitation, c’est le fonctionnement du préfixe -re dans ce mot. Selon l’Analyse du Discours français, sous l’angle, en particulier de la notion de mémoire, on s’aperçoit qu’il n’est pas possible de classer le préfixe -re comme simple répétition, d’autant plus qu’en observant le terme «réhabilitation» on constate qu’il constitue, politiquement, un euphémisme dans la détermination du rôle et de la responsabilité des institutions d’aide aux mineurs.

Mots-clés: Sens, Réhabilitation, Préfixe -re.

Resumo: O presente trabalho pretende investigar quais sentidos a palavra ressociação movimenta no campo do jovem que infraciona. Para isso, analisaremos sequências discursivas extraídas de entrevistas com funcionários e adolescentes de um centro de socioeducação do Paraná. Outro ponto que nos chama atenção, ao tratar do termo ressociação, é o funcionamento do prefixo -re nesta palavra. Inserindo-se no campo teórico da Análise de Discurso francesa, e mobilizando especialmente o conceito de memória, percebemos não ser possível classificar o prefixo -re como uma simples repetição, ainda mais por observarmos que o termo “ressociação” constitui-se, politicamente, como um eufemismo na determinação da atuação e da responsabilização das instituições de atendimento ao menor de idade.

Palavras-chave: sentido, ressociação, prefixo -re.

Introdução

A partir das novas formas de tratamento do jovem e do adolescente em conflito com a lei, instauradas depois de 1990, ano da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (EJA), o objetivo das instituições de recuperação desse adolescente tem sido o de propiciar que ele cumpra seu papel social de sujeito que possui deveres e direitos, tendo uma nova oportunidade para poder tornar-se “ator social” sem recorrer à infração da lei; o trabalho a partir desse objetivo é chamado de processo de ressociação. Mas o que é essa ressociação? Em que espaços ela atua? Para entender um pouco dessas questões, inicio este trabalho trazendo uma notícia que circulou em *sites* e jornais pelo país afora, em meados de maio de 2014:

“A juíza Flávia Cristina Zuza, mandou soltar nove menores infratores – oito meninas e um garoto – de um centro de internação em Luziânia, cidade goiana do Entorno do Distrito Federal. A justificativa da magistrada é que o local está superlotado e não possui vagas para atender toda a demanda. O adolescente liberado é suspeito de ter cometido pelo menos oito estupros e até a mãe dele disse não quer vê-lo solto, pois se sente ameaçada.

“Nós precisamos escolher entre garantir a integridade das pessoas que se encontram dentro do sistema prisional e do sistema socioeducativo ou colocar ela em liberdade em uma situação que não seja o caso”, afirmou Douglas Melo Martins, representante do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) (g1.globo.com – 31/05/2014 21h04)

Apesar de esse caso não fazer parte especificamente dos jovens por nós investigados, o trazemos para apontar que é nesse espaço que a palavra “ressocialização” tenta construir suas significações. Há uma correlação entre “espaço prisional” e “sistema socioeducativo”, diferenciada apenas por termos legais: o que é próprio do adulto que infraciona e o que é próprio do adolescente, mas que não tem em sua prática, em si, uma ressignificação que permita afirmar que em um espaço ou em outro se possa “garantir” uma nova oportunidade, com a qual os sujeitos possam se transformar em atores sociais, como apregoado nas leis. Prova disso, além dos conhecimentos amplamente divulgados sobre as condições prisionais no Brasil, é a fala do representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acima, assim como ação da própria juíza, na soltura dos adolescentes, descrita na matéria jornalística apresentada, falas que justificam a necessidade de “liberar” sujeitos acusados de vários crimes, e graves, pois não lhes é possível assegurar a integridade física.

Desse modo, então, é desse lugar, e para ele, que pensamos a significação do termo ressocialização, atentando para seus deslizamentos em relação ao oficialmente apregoado. Mas o que é ressocialização? Segundo os documentos que tratam da questão da criança e do jovem que infraciona, este (a ressocialização) é o objetivo das políticas de intervenção. Quer dizer, a ressocialização apresenta-se, nos documentos legais que regem os centros de socioeducação, regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como o resultado esperado do processo de internação, uma espécie de meta a ser cumprida, em que se propicie ao adolescente o entendimento de qual seja seu papel social – um sujeito de direitos e deveres, e que assim possa, sem recorrer à infração da lei, tornar-se o que os textos legais chamam de “ator social”.

Mas como é possível entendermos essa condição de ator social no recorte da reportagem visto? O centro de internação de Luziânia apresenta-se como uma exceção nas suas condições logístico-estruturais no debate dessa questão? A existência da violência – física ou simbólica – presente nessas instituições é compatível com a noção de ator social?

Já antecipamos, então, que nos parece mais plausível entendermos o termo “ressocialização” como um eufemismo na determinação da atuação e ‘responsabilidade’ das instituições de atendimento ao menor de idade. Eufemismo fruto da cartilha do politicamente correto, que trabalha com o mascaramento do preconceito e da discriminação a partir da construção de um léxico que se pretende neutro e sem inscrições histórico-ideológicas, o que não passa de ficção.

Ao atrelar-se às noções de civilidade e coparticipação social, vertentes que se inserem no conservadorismo e fluidez da, de acordo com Bauman (2001), “modernidade líquida” em que nos encontramos, a ressocialização pretende mobilizar sentidos de uma ‘qualificação’ desses sujeitos, uma vez que ressocializar pode ser entendido como fazer algo novamente. Sob essa perspectiva, entende-se que os adolescentes estavam socializados *a priori*, mas com o crime foram excluídos dessa sociedade. Contudo, essa exclusão

é apagada com a pena, já que o adolescente, após desinternado, pode socializar-se novamente. Mas será que isso acontece mesmo?

Tal visão nos remete a um texto de Mariani (1993), no qual a autora, ao tratar da história da imprensa brasileira, problematiza o papel da memória histórica, quando esta se coloca com a função “de fixar um sentido sobre os demais”, tentando organizar uma espécie de representação temporal linear dominante, que só poderia se dar a partir da homogeneização de sentidos. Tal homogeneização se daria a partir dos esquecimentos/apagamentos operados, no qual o silenciamento de determinados sentidos suplantaria as relações de existência *a priori*, não servindo mais como pré-construído das “novas” condições de produção dos “novos” sentidos. Nesse sentido, a ressocialização viria como uma nova socialização, como um apagamento das condições de exclusão que a marginalidade (social e legal) incutiu nos adolescentes, permitindo-lhes novas formas de existência (atores sociais).

No entanto, observamos que a negação de uma condição anterior – marginal – não se apaga nem mesmo na denominação, ressocialização, pois ela retorna sempre a partir do prefixo –re. O esvaziamento da prática institucional, trabalhando com a memória histórica que tenta homogeneizar os sentidos, inviabiliza o discurso oficial, pois o prefixo –re, nos parece, funciona não no preenchimento do novo, mas como marca da falta, daquilo que precisa de uma intervenção para acontecer, fazendo recair sobre esses sujeitos duas condições que lhes serão inerentes: a marginalização e a institucionalização.

E é a própria memória que nos possibilita tal compreensão. Não uma memória linear, na qual o “novo” suplanta o “velho”, mas a memória entendida como estruturação da materialidade discursiva, que se faz e refaz a partir de repetições e de regularizações, possibilitando o estabelecimento de pré-construídos que garantirão a condição do legível e apontarão para as rupturas. De acordo com Moreira (2011), a memória tece redes de sentidos que trazem em seu bojo diversos discursos já-ditos que servem de malha para outros processos que, por sua vez, apresentam ou escondem “revestimentos” discursivos dos implícitos que, por não serem estáveis e sedimentados, já que se inscreveram como ordem histórica e simbólica antes e em outros lugares, e podem simplesmente serem encontrados ou explicitados. Michel Pêcheux (1999), em seu texto “O papel da memória”, permite-nos maiores esclarecimentos a respeito dessa questão.

[...] a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Esse jogo de regularização/desregularizações é que sustenta as séries de remissões, retomadas, efeitos de paráfrase e as próprias contradições que se formam, como efeito, a partir das repetições por exemplo. É sob o efeito da repetição, acreditamos, que funciona a palavra ressocialização: uma socialização que retorna sobre um prefixo de repetição. Mas como funcionaria esse prefixo -re? Andrade (2006) propõe a seguinte classificação dos valores do prefixo re-:

1 - realizar o ato X de modo diferente ou com resultado diferente – ex: repensar, reconsiderar; (nem sempre o uso do prefixo re- corresponde à simples repetição do ato X. Ao se retomar ação designada pela base verbal, constatamos em novas formações que a intenção é focar uma mudança de perspectiva a partir de método ou maneira alternativa, acarretando resultado diferente).

2 - realizar ato X que corresponde a volta a um estado anterior – ex: redemocratizar, reestatizar; (corresponde a um movimento de reversão, tendo como alvo um estado prévio. Restabelecimento de um processo verbal).

3 - repetir ato X – ex: reiniciar, reinaugurar; (significado tomado pela gramática tradicional, corresponde a mera repetição do ato expresso na base verbal – o fazer de novo).

4 - realizar ato X com reforço ou intensificação – reafirmar, ressecar; (a ideia veiculada pelo prefixo se sobrepõe à do verbo, tendo como efeito uma ênfase no significado do verbo).

5 - realizar ato X causando movimento contínuo ou iterativo – ex: revirar, remexer; (repetição contínua ou iteratividade de um ato).

6 - realizar ato X causando movimento reversivo ou contrário – ex: rebater. (reação no sentido oposto).

Acreditamos que o prefixo re-, no caso dos adolescentes internados, apesar de se pretender operar no sentido 3, especialmente se levamos em consideração as falas dos funcionários entrevistados, na qual seria uma repetição de socialização, mas uma nova, idealizada, pautada nas ideias politicamente corretas de exercício de direitos e deveres e protagonismo social, contudo, opera de fato a partir do sentido 2, reiterando a ideia de retorno ao modo de socialização anterior à internação, aquela da exclusão, da marginalidade e da criminalização. O –re, nos parece, reforça a ideia de ruptura, de exclusão e da necessidade de intervenção.

Sob uma tal visão, acreditamos que o que se apaga na utilização desse termo “aglutinador”, desse modo, são as exclusões e os descumprimentos políticos com esses sujeitos e, em seu lugar, acentua-se a necessidade individual de adaptar-se, para que assim ele possa ser ator, não de qualquer modo, mas de uma forma diferente, sem contestações, transgressões, ciente de quais são seus direitos e deveres nessa sociedade que lhe é inóspita e/ou negligente.

Desconhecer, e desconsiderar, as condições reais de existência da maioria dos adolescentes em conflito com a lei no país são as premissas para se acreditar que até três anos de reclusão em instituições que nada se parecem com a vida cotidiana desses jovens é o necessário para (re)socializar sujeitos já/sempré excluídos. Nessas condições, a re-inserção do jovem no convívio social só poderia ser mesmo uma repetição das práticas exercidas *a priori* da internação; o que pode ser confirmado pelo alto índice de reincidência desses jovens nas instituições de cumprimento de medida socioeducativa.

Como representação dessa polarização entre discurso oficial e funcionamento discursivo em torno da palavra ressocialização, analisaremos algumas sequências discursivas de funcionários de um centro de socioeducação do Paraná, assim como de adolescentes ali internados.

A ressocialização para os funcionários e adolescentes internados

Courtine (1981) nos fala da correspondência entre uma sequência discursiva de referência (Sdr) e um domínio de memória, isto é, entre aquela e um conjunto de sequências discursivas que preexistem à enunciação dessa Sdr no seio de um processo. Os centros de socioeducação são instituições que carregam uma série de pré-construídos que levam para o abuso, para a violência, para a violação de direitos e para a acentuação da marginalidade. As leis precedentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente eram carregadas de atributos reacionários que constituíam os atendidos pelos “códigos de menores” como um mal social – gerados espontaneamente na sociedade – e que deveriam ser isolados do convívio social, uma vez que não possuíam as condições necessárias para constituírem-se cidadãos de bem: eram pobres, sem família ou com famílias problemáticas, eram desordeiros, não acatavam sua condição sub-humana, nem respeitavam sua territorialidade marginal/periférica. Ao insistirem em serem vistos, eles eram aprisionados, espancados, corrigidos, muitas vezes por algo nem ao menos tipificado no Código Penal Brasileiro.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, tenta vir ‘corrigir’ essa situação. Coloca esse sujeito não mais como um menor, mas como um adolescente, ou seja, como qualquer sujeito menor de dezoito anos, portador de direitos, em condições de peculiaridade devido ao seu desenvolvimento. Aponta as questões sociais que ‘gestam’ os marginais mirins, elenca uma série de medidas protetivas e preventivas que deveriam ser adotadas e finaliza com a responsabilização desse adolescente e não com sua punição (e o texto procura esclarecer isso de forma enfática), sempre através de uma medida socioeducativa, e não com uma pena (novamente a ênfase em um discurso no qual a retórica é mais importante que os sentidos que dela derivam). A medida socioeducativa de responsabilização, entretanto, é **a privação de liberdade**, isto é, a mesma ‘solução’ encontrada pelos documentos reacionários que prendiam meninos pelo simples fato de serem abandonados ou usuários de drogas. A diferença é que, em vez de Febens¹ superlotadas, sujeitas a constantes rebeliões e completamente descaracterizadas jurídica e socialmente (levando-se em consideração as teorias desenvolvidas sobre direitos humanos, a adolescência e a educação), criaram-se os centros de socioeducação, com diferentes nomes nos estados brasileiros. No Paraná, a partir de 2007, foram criadas instituições modelares em toda a América Latina, e o centro por nós estudado é pioneiro nesse processo: uma espécie de prisão de segurança máxima, o centro de socioeducação estabelece que os adolescentes convivam em grupos extremamente limitados (dois para as refeições – quando essas são no convívio, uma vez por semana, senão elas são feitas sempre nos alojamentos – e cinco para as atividades escolares e esportivas), em alojamentos individualizados, nos quais a vigilância é maximizada, garantindo a segurança e o controle dos adolescentes 24 horas por dia. Qualquer semelhança com os presídios militares dos EUA é mera coincidência! É claro que houve avanços também: a escolarização é permanente nesse centro (com exceção de quando o menino está em cumprimento de medida disciplinar, momento que perde seus direitos/deveres), há atendimentos especializados, como saúde, assistência social, psicologia, há um espaço organizado para atividades esportivas e de lazer. Entretanto, o isolamento – da sociedade e do convívio na própria instituição – não é somente mantido como é acentuado, deixando a sensação de um esvaziamento profundo nesse adolescente

¹ Em 1976, a Secretaria de Promoção Social mudou o nome da Fundação Pró-Menor para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem/SP), para se adaptar à política federal para a área do menor (chamada de FUNABEM).

que, por características biológicas, vê no(s) grupo(s) uma extensão/construção de sua personalidade.

O que percebemos é que esse esvaziamento é proposital e requerido para o funcionamento do referido centro de socioeducação; é preciso que o menino deixe de sentir-se ser humano completo (com todas as complicações e aferições do sujeito marginal: marginalizado socialmente e infrator) para ser preenchido pelas ideias e preceitos defendidos pelo espaço. Esses argumentos aparecem explicitamente, inclusive, no Regimento Interno da Instituição, na seção intitulada “Da conduta dos funcionários”, onde se preconiza que o funcionário deve manifestar ou incentivar ideias, frente aos educandos, que coadunem com as diretrizes da instituição. Sob essa perspectiva, quando perguntados sobre o papel da instituição, os funcionários deram respostas como as abaixo:

Sd1:

[aqui] dá conta do processo como um todo, tem atendimento psicológico, assistente social, tem escola, o máximo de diálogo que ele não tem lá fora, então tem muito essa parte do diálogo, que falta para eles, por exemplo, os pais não são presentes no dia a dia deles, e aqui eles encontram essa atenção, porque aqui a gente passa pra eles, vamos supor, carinho que eles precisam, ter atenção, a gente podendo fazer, porque muitos deles às vezes querem atenção.

Sd2:

O Centro vem com o objetivo de ressocialização, ele dá uma nova oportunidade para o adolescente na sociedade, para que ele seja ator, mas de uma forma diferente, para que ele possa exercer seus direitos e também seus deveres, para que ele aprenda a conviver de uma forma diferente, não estando mais em conflito com a lei.

Sd3:

É uma instituição destinada a medidas socioeducativa em privação de liberdade com intuito de trabalhar as questões que levaram o adolescente ao ato infracional, buscando meios de ressocializar, para que eles se afastem dessas atitudes, compreendam isso, reflitam e consigam levar uma vida sem se envolver com os atos infracionais novamente.

Os efeitos do novo, do melhor e do correto perfazem a significação de ressocialização, e portanto da institucionalização, para os funcionários, que tentam desincompatibilizar a condição socioeconômica-educativa-afetiva pré-existente da transformação das condições de existência dos adolescentes internados.

Essa imagem que os funcionários do centro constroem de si, como sujeitos que suprem necessidades, e do outro, como carente de afeto, economicamente... (mas não como sujeitos despossuídos das necessidades básicas de existências, segregados à invisibilidade, excluídos do processo de participação político-cultural, em uma espécie de mendicância social), é essencial para a “estruturação” das formações discursivas nas quais tanto a instituição quanto os próprios funcionários se inscrevem, formações essas que, devido às especializações dos profissionais envolvidos no processo de socioeducação, apresentam-se múltiplas, mas que convergem todas em torno da condição de inferioridade (social, cultural e às vezes moral) do adolescente em conflito com a lei, ao mesmo tempo em que se colocam sob o paradigma do assistencialismo ou da desresponsabilização sociopolítica quanto ao tema. Ou seja, se esse (a instituição) não é mais o lugar punitivo, de exclusão e de higienização social, como se originariamente pensou e estruturou as antigas instituições para “menores”; ou ainda se esse lugar não pode mais, de acordo com a lei, violar

os direitos mínimos do sujeito, como o direito à educação, à alimentação, à higiene, entre outros; e se não se pode mais usar do argumento da violência física como demonstração de culpabilidade e de animalização do adolescente, pensando não mais esse sujeito como monstro social, mas como vítima de uma sociedade que não o agregou, então, *se* não se faz tudo isso, é porque o que se faz, de acordo com os funcionários, só pode ser bom, certo, ideal. Aliás, essa perspectiva é reforçada sob a visão paternal construída pelo funcionário, na qual somente na internação, ou seja, no cumprimento de uma medida de privação de liberdade, esses adolescentes podem encontrar o carinho, o diálogo e a atenção que necessitam, mas que não possuem em suas famílias, comunidades. Há a distorção da constituição de uma instituição punitiva (e não há como se negar isso), para a de um lugar salutar e por isso requerido ou mesmo necessário a esse adolescente que “às vezes só quer atenção”.

Desse modo, recai sobre o adolescente – que precisa refletir, afastar-se do crime, ser ator – e no máximo à família – que precisa oferecer diálogo, atenção e carinho – a responsabilização pela transformação de si naquilo que no centro se apregoa.

Nesse sentido, então, nos parece que a noção de “ressocialização” não passa, repetimos, de um eufemismo a respeito da condição marginal que persegue/perseguirá o adolescente institucionalizado, pois não se mexe – nem ao menos se discute – com as diversas variáveis que compõem a sua rede de convivência: subempregos, moradias precarizadas, baixa escolaridade, violência e etc. Muito pouco de fato mudará na vida deste adolescente após a desinternação, pois se ele não consegue estabelecer vínculos, tem um histórico de abusos e violências, problemas na sua ‘socialização’, então como entender que uma instituição que o prive (por um tempo determinado) do contato com todos aqueles que lhe ‘moldaram’ a personalidade, mas que ao mesmo tempo lhe ofereça condições que talvez nunca fizeram parte da vida destes meninos antes de entrar no centro, e que possivelmente não mais farão, então, como esta instituição conseguirá fazer com que as reflexões, planos e determinações desses adolescentes resistam às suas realidades de ‘fora’ e os farão ‘seguir uma vida sem se envolver com os atos infracionais novamente’? Talvez porque todo esse discurso de ressocialização não passe mesmo da própria política da instituição que, como reflexo de uma sociedade capitalista, trata seres humanos como objetos, números, estatísticas e etc.

Castoriadis (1982, p. 159) define instituição como uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam, em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário. O componente imaginário no centro socioeducativo em questão é o de um lugar positivamente estruturado, baseado no diálogo, na atenção, no carinho, na educação e na emancipação. Já o componente funcional é a privação de liberdade, é o dentro destituído do fora² e, nessa concepção, a punição dos atos cometidos. É, existencialmente, sua caracterização como instituição total. De acordo com Goffman (1975), uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e for-

² Isso se torna bem evidente na fala dos funcionários, quando eles reclamam das “consequências” da visita familiar. Os meninos ficam bastante agitados com as notícias que as famílias trazem “de fora”, como problemas familiares, efetivos ou do trabalho, recados ou ameaças de pessoas envolvidas no crime, cobranças sobre a conduta do menino, etc. Os funcionários reúnem-se com os familiares e pedem para que não se tragam notícias da “rua”, pois isso interfere no processo de ‘recuperação’ dos adolescentes.

malmente administrada. Essa tendência ao fechamento se dá devido seu caráter total simbolizado por barreiras às relações sociais com o mundo externo, por meio de proibições à saída, por exemplo, que estão incluídas no esquema físico de portões de ferro, muros altos, arame farpado, câmeras e portas eletrônicas – estrutura do centro estudado – que separam o internado da sociedade em um grau máximo de restrição. Uma instituição como essa, total, não permite muito contato entre o internado e o mundo exterior, até porque o objetivo é excluí-lo completamente de seu “mundo originário”, a fim de que o internado absorva totalmente as regras internas, por ele inobservadas quando estava livre, evitando-se, assim, comparações consideradas prejudiciais ao seu processo de “aprendizagem” e de “ressocialização”. De fato, esse tipo de instituição é organizado para proteger a “comunidade” contra perigos e ameaças que esses adolescentes, por exemplo, representam, por isso o bem-estar destes últimos não se apresenta, muitas vezes, uma preocupação central, apesar de fazer parte do discurso oficial.

E o adolescente institucionalizado compreende essas relações de sentido, pois se o funcionário deve manifestar ou incentivar ideias que representem o ideário da instituição, imagine-se qual deve ser a ‘resposta’ desse “educando” a tudo isso. Não é à toa que a reprodução da FD (Formação Discursiva) Institucional, com as mesmas palavras, é largamente encontrada nas respostas dos adolescentes. Quando perguntados sobre, na opinião deles, para que serve o centro no qual estão internados, muitos meninos repetiram o mesmo discurso já dito por psicólogos, assistentes sociais e educadores, em um evidente trabalho no sentido de disseminar e manifestar as ‘vontades’ da instituição.

Sdr1³:

Ah... é uma unidade socioeducativa, né, pra reabilitar nós... que não fomos muito bem lá fora (Ad. 10⁴)

Sdr2:

É uma espécie de socioeducação, se veio pra cá é que não estava certo lá fora... eles fazem o possível pra sair daqui com outra mente, não com a cabeça que entrou aqui. Se não fez o que está certo, tem que pagar pelo que fez... (Ad. 14)

Sdr3

[...] eu acredito que o Centro serve pra tipo... ressocializar [gagueja] na sociedade, pra mostrar pra ela que ela pode vencer, porque vários adolescentes que entram aqui já não acreditam mais neles mesmos, né, que é o caso que aconteceu comigo, mas só que aqui dentro a pessoa mostra a você que você é alguma coisa, que você ainda... ainda tem um valor. Eu acredito que o Centro pode mostrar isso não só pra mim, mas mostra pra vários adolescentes. (Ad. 11)

Observando tais SDRs, verificamos que não somente os ‘sentidos’ coadunam-se com aqueles proferidos pelos adolescentes, como até os próprios itens lexicais repetem-se, em uma descarada reprodução/modelagem de saberes convergentes aos saberes dominantes da FD Institucional. A ideia de ressocialização – uma socialização renovada ou retomada (sic) – é reiterada sem a menor percepção da inviabilidade, ou inutilidade, que tal noção provoca. Na tentativa de descolagem do sentido de suas reais condições de produção – do menino que possivelmente jamais ‘socializou-se’, se a condição de socializar-

³ As entrevistas com os adolescentes internados constituem as sequências discursivas de referência de nosso trabalho, seguindo a denominação feita por Courtine (1981), pois elas são a base de nossa análise.

⁴ A sigla AD refere-se à adolescente e o número refere-se à ordenação numérica das entrevistas dos internados.

-se é fazer parte, de fato, da conjuntura das políticas públicas e privadas – constrói-se uma palavra “valise” que se pretende heterogênea sem, contudo, levar em consideração os sentidos que dela se produzem em uma conjuntura simbólico-ideológica. Sem a memória de quem é esse menino, quer dizer, no apagamento de suas reais condições de existência, como fazer uma ressocialização nas condições apresentadas?

Todavia, ao marcarem essa noção de ressocialização em seus discursos, tanto os funcionários quanto os adolescentes aportam em um lugar específico: o da crença, quase religiosa, de que a instituição mudará as ideias e comportamentos dos adolescentes. O centro de socioeducação mudará a forma destes meninos pensarem, enxergarem o mundo, agirem ‘lá fora’; se observamos a SDR 2, o adolescente nos afirma o seguinte: “eles fazem o possível para tentar sair daqui com outra mente”, mas quem são eles? Os funcionários ou os próprios adolescentes? Essa mescla entre os desejos de uns e de outros se intensifica especialmente na ênfase na modificação das condutas e posturas desse adolescente que, por estar internado, só podem ser erradas e mal vistas. E não importa se esse discurso é ensaiado ou fruto de uma reflexão genuína, porque é assim que funciona a instituição – para o adolescente mostrar que repensou e quer mudar suas atitudes; entretanto, se isso é verdadeiro, ou se depois ele de fato o conseguirá, já é outra história. Desse modo, é a estrutura da unidade, os seus funcionários e a sua filosofia que instruem o adolescente 11, por exemplo, na SDR 3, a mostrar que ele aprendeu que tem um valor, que passou a acreditar em si mesmo e que consegue perceber o feito até então como errado, pois como parte daqueles que não “foram muito bem lá fora”, agora precisa pagar por isso.

A um primeiro olhar, diríamos que estamos diante, quando nos referimos aos adolescentes, de bons sujeitos, como diria Pêcheux, pois eles identificam-se plenamente à forma-sujeito (portanto dominante) da FD Institucional. Contudo, as suas falas demonstram (ou tentam demonstrar, pelo menos) a condição de “maus sujeitos”, não porque cometeram crimes, mas porque eles desidentificam-se com a forma-sujeito dominante de sua FD: ninguém (ou quase ninguém) que comete atos infracionais quer ser preso, ou acha que deve pagar pelo que fez e acredita ter mais possibilidades na instituição do que na rua ou em casa. Especialmente tais meninos que são na maioria reincidentes, cumprindo uma segunda, terceira... até quinta internação. Sabemos que as posições-sujeito são heterogêneas, assim como as FDs, que se estruturam sobre margens de confluência cambiantes, sem fronteiras definidas. Mas não nos parece possível afirmar que essa relação bi-multi-posicional dos adolescentes não reflita uma contradição duplamente latente: aquela própria e interna a uma FD e aquela na qual se encontra o discurso desses meninos. Ou a instituição ‘resgatou-os’, ‘converteu-os’, ou há algo a mais aí. Não acreditamos em resgates ou conversões, e se existem, dificilmente se darão nesse modelo institucional.

Dessa forma, questionamo-nos de que modo o adolescente internado pode significar a palavra ressocialização, e conseqüentemente a concepção de socioeducação a que é submetido, uma vez que é ele que sofre os efeitos de sua ação. Talvez ele entenda como uma forma diferenciada de ser visto/ tratado pela sociedade que o cerca, oportunizando-lhe uma forma também diferenciada de conduta e de comportamento? Ou quem sabe a percepção, perspicaz, do modo de comportar-se e agir mais adequado dentro da instituição, possibilitando-lhe maior tranquilidade e brevidade no cumprimento de sua pena?

Não podemos fazer afirmações definitivas, mas talvez, devido ao alto índice de reincidência deste centro de socioeducação estudado (em torno de 78%), a ressocializa-

ção, mesmo quando o adolescente nela acredita, não seja tão simples como descrevem documentos e funcionários. Da forma como se trabalha o problema da marginalização e violência do adolescente em conflito com a lei, acreditamos que a “ressocialização” funciona muito mais intra-muros do que fora deles.

Conclusão

Acreditamos que a palavra “ressocialização”, desarticulada de um trabalho mais profundo dos problemas sociais, encerra a continuidade do processo no qual o adolescente encontrava-se antes. Dessa forma, o uso do prefixo re- acaba por demonstrar que a instituição não possibilitará que os adolescentes sejam de fato incluídos socialmente, restando a ela o papel exclusivo de puni-los, uma vez que, quase invariavelmente, eles voltarão ao estado anterior à internação, essa sim sendo de fato sua re-socialização.

Por fim, observamos que o discurso do politicamente correto serviu como estratégia de unificação dos discursos, remetendo à aparente – mas não real – ideia de coesão e harmonia entre os diferentes setores do centro de socioeducação estudado, costurando, assim, as imagens bastante heteróclitas que os funcionários – dependendo de sua formação e atuação na instituição – amalgamavam quando se tratava do entendimento dos adolescentes em conflito com a lei internados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fernando Gil Coutinho de. *Polissemia e produtividade nas construções lexicais: um estudo do prefixo re- no português contemporâneo*. 2006. Dissertação – (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, Rio de Janeiro, RJ.
- BASÍLIO, M. et ali. Prefixos: a controvérsia derivação/composição. *Cadernos de Linguística e Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 3-13, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 31-43.
- MOREIRA, Raquel Ribeiro. “Meninos do Cense” – as relações de estigmatização, violência e disciplinarização de adolescentes em conflito com a lei internados. 2011. 323 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- OLIVEIRA, S. M. Prefixação: um caso de derivação ou de composição? *Eletras*, Universidade Tuiuti do Paraná, v. 8, p. 15-33, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

O tema de redação do Enem: como des-ligar os sentidos?

(Writing in the Enem: how to separate senses?)

Stella Maris Rodrigues Simões¹

¹Doutoranda na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) e professora na
Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI)

stellamsimoes@yahoo.com.br

Abstract: The objective of this work is to think about to writing in the Exame Nacional do Ensino Médio [National High School Exam] (Enem), through the field of the Discourse Analysis. We will reflect upon the topic about subject-student writes and we will analyze about coordination and punctuation.

Keywords: Discourse; Enem; Punctuation; Coordination.

Resumo: Refletiremos, no interior do quadro teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, sobre os gestos de leitura e de escrita aos quais o sujeito-aluno é chamado em uma prova de redação. Escolhemos como espaço de reflexão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e recortamos para análise a formulação do tema apresentado ao aluno na prova de redação; tema em que será observado o funcionamento da pontuação e da coordenação das partes.

Palavras-chave: Discurso; Enem; Pontuação; Coordenação.

O tema de redação

Por um gesto metonímico, este trabalho foi nomeado por estrutura semelhante a que se observa em um tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No imaginário de responder o chamado à escrita (livre) e ter de oferecer uma proposta de intervenção a um problema brasileiro, o sujeito-aluno (de direito e de dever), assujeitado paradoxalmente, faz circular sentidos filiados ao tema já determinado. Analisando a formulação (o tema) que figura como um enunciado completo, porém sustentado na (e pela) coletânea – o bloco-de-memória disponível – pensamos na delimitação sobre a qual o sujeito deve escrever, sobre os sentidos que a atravessam e sobre as marcas estruturais que a sustentam.

A formulação, como analisa Orlandi (2012, p. 9), é “a dimensão horizontal, a linearização do dizer” e a constituição é “a dimensão vertical, estratificada”. Assim a formulação está para o intradiscorso, como a constituição, para o interdiscorso. O intradiscorso, conforme define Orlandi (2007, p. 88) é “a formulação da enunciação (o diferente), no aqui e agora do sujeito”, e o interdiscorso, como diz a autora, citando Pêcheux (2009 [1975]), é o “conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido”. O tema de redação, formulado em uma frase, cuja autoria é remetida ao porta-voz silenciador Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), significa a apropriação de um sujeito (ou do aparelho de estado) de sentidos circulantes em uma formação discursiva, da memória e dos dizeres que já significam nessa formação. A dimensão intradiscursiva “dá forma”, atualizando o dizer já dito no interdiscorso e também no bloco de memória já limitado pela coletânea textual.

O tema de uma redação é, portanto, uma formulação, um enunciado que atualiza e faz circular sentidos de uma formação discursiva, e silencia outras possíveis formulações desse dizer, já que o sujeito-aluno é chamado a pensar acerca dessa formulação. Assim, a formulação de um tema torna, ainda que imaginariamente, o político como matéria textualizada, escrita e inscrita no simbólico limitado. Pensamos como Orlandi (2012, p. 32) que “o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado”.

Se fosse oferecido ao sujeito-aluno apenas um assunto (um macro recorte, filiado ao eixo da constituição), talvez em seu gesto de escrever já circulariam sentidos dominantes, os “escolhidos” pelo sujeito para “agradar” ao porta-voz e ser julgado como competente. Contudo, confrontado com o tema formulado, precedido pelo bloco-de-memória, o aluno, já individuado pelo Estado e atravessado por relações do simbólico e do político, é novamente limitado pela formulação que “dá forma” ao seu dizer. É a linearidade do simbólico determinando (o determinado em) o político, dupla determinação em forma de tema formulado.

O dizer limitado da (na) pontuação

Fugindo ao domínio morfossintático e considerando a pontuação, conforme afirma Orlandi (2012, p. 110), como a “manifestação do interdiscurso na textualização do discurso”, tomamos a pontuação característica do tema de redação do Enem como marca discursiva, em que funciona o dizer e o silenciar dos sentidos já circulantes na coletânea textual. A autora (ORLANDI, 2012, p. 111) ainda reflete que a pontuação “faz parte da marcação do ritmo entre o dizer e o não-dizer”, e é na marcação, no limite pontuado, que os sentidos se cristalizam como significados ou se excluem como impossíveis, inauditos, in-significantes.

Percebemos, nos temas do exame, a presença de duas marcas que encerram a formulação: o ponto final (.) e o sinal de interrogação (?), e os dois pontos (:), sinal que aparece no interior do tema, ligando suas partes. Há, assim, duas estruturas nas quais os sentidos ganham forma: a frase declarativa e a frase interrogativa, ocorrendo também uma expressão apositiva, marcada por (:), no interior de várias delas. A estrutura declarativa será analisada inicialmente.

Refletindo sobre o imaginário produzido na (e pela) pontuação, Orlandi (2012, p. 118) diz que “o ponto final funciona imaginariamente como um signo de acabamento (impossível)”, assim a frase declarativa parece oferecer um limite aos sentidos, uma contenção de sua dispersão, um domínio do sujeito sobre o dizer. Sabemos ser a fronteira garantida pelo ponto final um efeito imaginário necessário à organização do simbólico e à significação do sujeito, já assujeitado em limites jurídicos, sociais, etários. Porém a completude pode também silenciar os sentidos outros que escapam para o depois do sinal colocado.

O ponto final é, imaginariamente, o limite entre o dito e o não-dito, dupla significação que inclui e exclui sentidos, regionalizando o dizer, eliminando a possibilidade do incerto, da dúvida. Assim circula o sentido do completo, seja no término de uma discussão ou no fim de um relacionamento, “colocar um ponto final” significa o fechamento, a negação do contínuo. Memória discursiva que também atravessa a formulação do tema de

redação do Enem. Para análise, pensaremos no tema do ano de 2005, “O trabalho infantil na realidade brasileira.” (1), e no de 2007, “O desafio de se conviver com a diferença.” (2).

Os temas do Exame, cujas formulações são finalizadas por ponto final, são curtos se comparados aos que encerram em ponto de interrogação. Talvez na dimensão reduzida, o núcleo nominal seja identificado mais facilmente e os sentidos pareçam circular interligados, em um bloco (pequeno) sedimentado pelo ponto que garante a ligação. Em (1), o substantivo “trabalho”, nuclear, é caracterizado por “infantil” e limitado pela locução adverbial “na realidade brasileira”, que acrescenta o local onde o trabalho se dá. Após a localização, o sentido é fechado, concluído. Todas as informações necessárias à redação estão dispostas e articuladas para que o sujeito-aluno escreva. A ausência de verbo faz da frase nominal um enunciado fortemente imperativo. Sem modalização, agente ou complemento, o enunciado circula como uma formulação cristalizada, verdadeira e inquestionável. Não há abertura para “o trabalho infantil *existe* na realidade brasileira?” ou “crianças *trabalham* no Brasil?”, pois a afirmação de natureza nominal fechada pelo ponto final cria o imaginário do inquestionável, do verdadeiro, do positivo, se temos “o trabalho infantil na realidade brasileira” é porque ele existe, crianças trabalham.

Estrutura semelhante se dá em (2). O termo nuclear “desafio” é um substantivo abstrato que necessita de um complemento para acrescentar a natureza do desafio. É introduzida uma oração subordinada de natureza substantiva funcionando como o complemento do substantivo, fechando-o. Pelo complemento nominal seguido de (.), ligada à inquestionável veracidade que atravessa o verbo flexionado no tempo presente do modo indicativo, conclui-se que “conviver com a diferença é um desafio”. Por um gesto parafrástico, pensamos ainda em “há desafios na convivência com o diferente” ou “o diferente enfrenta desafios de convivência”. Sentidos que, fechados pelo sinal, estão atados a essa formulação dada como cristalizada, e atravessados pela memória discursiva que filia “desafio” à dificuldade, algo árduo que deve ser vencido; e “diferença” à oposição, contrariedade, fuga ao padrão, ao normal... A diferença estaria posta como barreira a ser vencida? Seria a junção “desafio” e “diferença” uma combinação funcionando de modo fechado que foi apenas materializada como completez pelo ponto final?

Aqui não é necessário apresentar o limite “Brasil” como em (1), já que o sentido de “diferença” é associado aos de “diversidade”, “mistura”, “variação... Ideias circulantes na memória discursiva brasileira que remetem à imagem cristalizada que identifica o país em questão. O que parece incompletude se significa como ratificação de sentidos já ditos e atados, pela (e na) memória. Orlandi (2012, p. 112) ao refletir sobre o ponto final distingue a “incompletude, o a-menos”, e “em outra forma de apagar limites, o acréscimo, o a-mais”. Reflete também que “há dois movimentos inscritos no dizer, ao se considerar o funcionamento do acréscimo: a expansão (do interior para o exterior) e a inserção ou intrusão (do exterior para o interior)” (ORLANDI, 2012, p. 109). Ao acrescentar um espaço ao “trabalho infantil” ou um complemento ao “desafio”, ocorre um movimento de intrusão que apaga os possíveis limites entre os sentidos circulantes, que passam a circular como unidade, limites também silenciados na inserção do sinal de pontuação.

Pensamos assim no ponto final não apenas como marca gramatical que fecha a frase, mas no discurso e nos sentidos regionalizados nessa frase e por esse sinal. Pensamos no silenciamento significado no ponto ao encerrar a formulação, que incorporou sentidos ditos e questionamentos não permitidos. “*No silêncio está o real do sentido*” (ORLANDI,

2000, p. 29). Talvez no além do ponto final, no depois da fronteira dada aos sentidos esteja o silêncio. O silêncio à infância que trabalha ou à diferença significada como desafio; o silêncio irrompido pelo sujeito que escreve limitado no imaginário de verdade afirmada no tema.

Outra formulação recorrente na prova de redação é a frase interrogativa, marcada pelo sinal de interrogação. Já circula na nomeação da marca o sentido cristalizado de interrogar, questionar, duvidar, perguntar. Significando, portanto, como sinal que abre, que procura por resposta, sinal vazio a ser preenchido. À pergunta cabe uma resposta. Recordamos aqui a noção de *acrécimo*, de Orlandi (2012, p. 109), o *a-mais*. A colocação de um ponto de interrogação funciona, imaginariamente, como a busca pela completude, a ligação a um outro enunciado e o acréscimo de seus sentidos.

A expansão “que vai do interior para o exterior” é, conforme a autora, um dos movimentos de funcionamento do acréscimo (ORLANDI, 2000, p. 53). O sinal faz o sentido se direcionar para fora, levando-o à expansão. O tema de redação do ano de 2004 “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?” (3) e o de 2001 “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?” (4) parecem se movimentar ao acréscimo. Haveria nesses temas um silenciamento como o significado pelo ponto final? Ou o limite entre o dizer e o não-dizer estaria aqui apagado?

Como em (1) e (2), o tema (3) tem como centro o enunciado nominal em que sentidos figuram atados como verdade. “Garantir a liberdade de informação” e “Evitar abusos nos meios de comunicação” são blocos nominais circulando como sentidos inquestionáveis. “A liberdade de informação deve ser garantida”, ou “se devemos garanti-la é por que sua existência não pode ser considerada plena”; “os abusos nos meios de comunicação existem e devem ser evitados”: formulações fechadas, unidas por um conectivo e precedidas pelo advérbio interrogativo “como”, em que o sujeito é chamado a participar, a solucionar uma questão, a unir ideias que circulam como opostas. Temos, então, duas ideias fechadas (como por um ponto final imaginário) que, apesar de figurar com contrariedade, estão somadas, porém a união não está solidificada, já que ao sujeito-aluno é dado o dever de realizá-la.

A colocação do advérbio interrogativo no início da frase já supõe sua natureza interrogativa e também a natureza da dissertação elaborada: a de ser uma resposta que forneça “um modo de”, que se ligue ao “como” já oferecido. A interrogação ocorre antes da apresentação do sinal que ratifica o questionamento indicado. Em (4), os sentidos em adversidade são inseridos logo no início, também ligados pela conjunção aditiva. Se apenas essa dicotomia fosse apresentada como o tema de redação, já estaria o sujeito-aluno silenciado em relação a temas e combinações outras. Contudo poderia ele negar a possibilidade dessa junção e dissertar que “desenvolver e preservar” são gestos inconciliáveis, de “interesses em conflito”. Filiando a escrita à conciliação dos sentidos opostos é inserida uma oração interrogativa, também iniciada pelo advérbio, acréscimo que silencia a possibilidade de negar a soma e direciona a resposta, espaço em que se deve circular a maneira de efetivar essa soma, a junção.

Grantham (2009, p. 141) reflete que “a interrogação remete a um trabalho do sujeito-autor e a resposta, a um trabalho do sujeito-leitor”. Considerando o duplo dever do aluno, primeiramente chamado à leitura e depois, à autoria, concluímos que o gesto de

ler um tema formulado como frase interrogativa é atravessado por uma imagem de maior liberdade e incompletude, se comparada ao imaginário de completude que atravessa a formulação declarativa. Um questionamento, para a autora funciona como “um espaço de interpretação, de ação para o sujeito-leitor”, chamado que amplia a liberdade (imaginária?) do autor que deve oferecer uma resposta (sua?) à interrogação, à dúvida, do sujeito-autor Inep (GRANTHAM, 2009).

“Trata-se portanto de uma incompletude [...] essa incompletude convida os leitores a preencherem aquela lacuna porque reclama por uma injunção àquele discurso sinalizado como incompleto” (GRANTHAM 2009, p. 141). O sinal de interrogação materializado no tema significa o discurso incompleto, inacabado; o discurso do porta-voz oficial do governo que convida o aluno leitor a preencher a lacuna – de sentidos – como autor de uma dissertação. Muitos alunos, ao redigir sobre temas interrogativos, formulam “dicas” dirigidas a um leitor virtual – materializado pela 2ª pessoa verbal – fugindo ao padrão da modalidade dissertativa e se aproximando da injuntiva, gesto que, se lido como discursivo, explica-se pelo convite ao preenchimento do discurso, à vontade de eliminar a falta, a falha, instaurada pelo Estado, o qual os convida ao “agir” da autoria.

O sujeito-aluno leitor, no confronto com a interrogação, deve se significar como autor que responde a questão e “fecha” um espaço que “não é vazio, mas representa uma lacuna significante em que podem ser produzidos vários sentidos, porém (assim como as reticências) não qualquer sentido” (GRANTHAM 2009, p. 141). O silenciamento instaurado na inserção do (.), ao atar sentidos em bloco que funciona como já-dito, também funciona na colocação de (?), já que o sujeito pode atribuir muitas respostas sobre como “garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação” ou sobre “como conciliar desenvolvimento e preservação ambiental”, mas não lhe é permitido negar uma resposta ou revelar a adversidade que separa os sentidos. O aluno deve preencher a lacuna tendo como memória uma adição já formulada pelo porta-voz, a oposição silenciada como soma.

Para Grantham (2009, p. 143) “A interrogação, portanto, instaura no discurso uma forma de silêncio que significa não a falta do que dizer, mas uma opção por não dizer”. O Estado, representado na função do porta-voz silenciador Inep, não tem a dúvida de como solucionar os questionamentos feitos ao sujeito-aluno ou de como unir os sentidos que circulam como opostos, mas a resposta é silenciada, assim como a adversidade é apagada, a fim de atravessar o aluno – antes cidadão brasileiro – como o responsável pela transformação da nação, como aquele que por sua competência pode solucionar problemas brasileiros e preencher a lacuna, a falta do Estado. O imaginário preenchimento de um discurso aberto confirma a função de autoria e a filiação da formulação a uma formação discursiva neoliberal (ideias já discutidas), em que o sujeito-aluno deve cumprir com responsabilidade seus deveres para que seja significado como sujeito-de-direito.

“A pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação”, conforme Orlandi (2012, p. 116). Entendemos os sinais não apenas como recursos para reconstituir o ritmo e a melodia da oralidade, mas como marcas do sujeito se posicionando como autor, recortando sentidos e materializando-os em unidade, ainda que haja, na superfície textual, lacunas que revelam a separação. O último sinal a ser analisado funciona paradoxalmente como divisor

de enunciados e indicador de equidade. Os dois pontos ocorrem em algumas formulações do exame marcando um enunciado apositivo, como observado no tema (4). Tomaremos para análise o tema (5) “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”, do ano 2000, e o tema (6) “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado.”, de 2011.

Já discutimos que haveria uma limitação de sentidos se apenas o primeiro enunciado nominal fosse oferecido ao aluno, porém na busca pela delimitação e saturação dos sentidos, é acrescentado um novo enunciado (declarativo ou interrogativo) que repete o primeiro. Vale ressaltar que a repetição se distingue da reprodução, já que esta está para um gesto mnemônico, enquanto aquela, para um gesto sinonímico atado à historicidade, permitindo deslize, movimento. O sinal (:) funciona assim como marca de igualdade, em que, se trocado pelo sinal matemático (=), tem-se uma relação de conformidade entre os lados. Contudo, há também uma divisão entre as partes, em que os primeiros sentidos são preenchidos pela colocação dos posteriores, daí decorre o paradoxo que lhe é estruturante.

Ao ser chamado à leitura do tema, o sujeito-aluno é atravessado pela marca que indica uma entoação descendente (contrária à entoação ascendente do sinal de interrogação) e uma suspensão da voz na melodia da frase não concluída, aberta, a fim de anunciar a chegada de outro enunciado que garanta a completude (ainda que imaginariamente) ao período. O sujeito é atravessado pela separação hierárquica dos sentidos – em que o complemento é anunciado pelo sinal (:) – e pela junção dos enunciados que são oferecidos como discurso acabado, completo.

Para análise, tomaremos os recortes iniciais “Direitos da criança e do adolescente” (5) e “Viver em rede no século XXI” (6) como sentidos já delimitados, que, ao serem oferecidos ao aluno, atravessam-no como enunciado completo, sintagma nominal acabado como frase declarativa (1) e (2). Na posição de autoria, a dissertação estaria aberta para circular sentidos diversos sobre os direitos da criança e do adolescente, como discorrer sobre as conquistas já obtidas. O mesmo ocorreria com “viver em rede no século XXI”, em que o autor poderia se filiar, por exemplo, apenas aos benefícios advindos da internet. Entretanto, ao recorte inicial é acrescentado um novo enunciado em que diferentes sentidos passam a circular na frase e a atravessar o gesto de autoria. O sinal (:) marca simultaneamente anáfora e deslize de sentidos, conforme indicado abaixo.

Tabela 1. Elementos anafóricos

X		Y
<i>Direitos da criança e do adolescente</i>	:	como enfrentar <i>esse desafio</i> nacional?
(núcleo do recorte)		(expressão anafórica)
Viver em <i>rede</i> no século XXI	:	os limites entre o <i>público e o privado</i>
(núcleo do recorte)		(expressão anafórica)

Fonte: Elaboração da autora

Os “direitos da criança e do adolescente” são retomados na expressão “esse desafio”. A presença do dêitico anterior ao substantivo faz circular o conhecimento partilhado de que se fala do nome anterior “direito”, que só pode ser substituído pelo pronome porque “é um desafio”. A repetição histórica atualiza o núcleo que é re-significado como o desafio a ser enfrentado. No segundo recorte, pensamos no sentido nuclear “rede”, a relação porosa entre “o público e o privado”, e não no núcleo gramatical, o verbo substantivado “viver”, já que a relação anafórica se dá em relação à internet, à comunicação, e não em relação à vida. O sinal (:) anuncia a oposição que acaba por referenciar o termo nuclear; referência circulante no discurso atual, em que “internet”, “privacidade” e “público” estão filiados como em uma rede. O imaginário gramatical de que dois pontos anunciam uma igualdade, algo que já foi dito, mas será repetido, detalhado, enumerado ou resumido, faz com que o deslizamento seja silenciado e o sentido pareça saturado.

Tabela 2. Deslizes de sentidos

X	:	Y
Direitos	→	conquistas, luta, garantia leis, autorização, <i>desafios</i> ...
Rede	→	conexão, liberdade, público, (sem) fronteira, comunicação, (sem) <i>limite</i> ...

Fonte: Elaboração da autora.

Percebemos que “direitos” e de “rede” poderiam deslizar para sentidos outros que, quando associados ao recorte primeiro, atravessariam o gesto de autoria como um “tema outro” a ser significado. Pensamos ainda que a saturação, imaginada pela presença de um enunciado que completa e materializada na inserção de um sinal que funciona como de igualdade (:), é uma das muitas derivas do sentido nuclear. O enunciado, que seria o complemento a fechar a frase, é mais abrangente, se comparado ao recorte inicial, podendo circular nele um sentido até oposto, já que, “se as crianças e adolescentes têm *direitos*, esses já foram conquistados, logo não são um *desafio*”, ou “como *limite* estar associado à *rede*, em que há uma conexão livre, sem fronteiras, ilimitada”?

No imaginário de sinonímia que torna os dois pontos um sinal de igualdade, o sujeito se significa e o sentido desliza, o que se pode verificar na sentença abaixo, em que se lê: “sentido de X (recorte inicial) é menor ou igual ao sentido de y (complemento após o sinal) ou sentido de x é diferente (ou oposto) ao sentido de y, se e somente se houver uma interseção entre os sentidos de x e y”.

$$x \leq y \vee x \neq y \leftrightarrow x \cap y$$

Figura 1. Função paradoxal do sinal (:)

Fonte: Elaboração da autora

Não podemos considerar as relações discursivas como limitadas em um modelo matemático, mas o esquema é um facilitador para sintetizarmos a função paradoxal do sinal de pontuação (:) no tema de redação formulado no Enem. Supondo materializar sentidos equivalentes, o sinal divide um recorte de sentido restrito ou até contrário àquele que seria o do seu complemento. O deslizamento silenciado na cristalizada imagem de equivalência só é possível graças a um *efeito de sustentação*, como já descrito por Pêcheux (2009, p. 89), que, ao analisar o funcionamento da oração subordinada adjetiva explicativa, conclui que ela tem um “caráter incidente”, constituindo uma “espécie de retorno ao saber no pensamento”, podendo ser retirada sem que houvesse prejuízo à frase, mas que pode também derivar, deslizando para outros sentidos.

Comparamos a inserção da subordinada adjetiva à do sinal (:), que pode funcionar como a oração gerando o efeito descrito pelo autor. Por um gesto parafrástico podemos, por exemplo, pensar no tema (5) “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”, formulado como a declarativa: “Os direitos da criança e do adolescente, *que são um desafio nacional*, devem ser enfrentados”. A explicativa em destaque funciona aqui como a “evocação lateral daquilo que se sabe de outro lugar”, conforme Pêcheux. Sabemos que os direitos devem ser enfrentados, porque ainda constituem um *desafio do país Brasil*. A “natureza ambígua da evocação” é assim marcada: se retirada, temos um esvaziamento de sentido, que parece já dito na junção de “direitos” e “enfrentar”.

O efeito de sustentação da oração funciona assim como no sinal, que, também pela ambiguidade, (in)determina e (in)satura os sentidos como frágil muralha entre dois enunciados e múltiplos dizeres. Como silêncio de enunciado que precisa ser completado. Como formulação de porta-voz que silencia e tenta saturar, na oposição que fecha, que acrescenta. Orlandi (2012, p. 118) reflete que “o texto dimensiona, por assim dizer, o discurso, e a pontuação é um de seus “instrumentos”. Seja na inserção de um ponto final (.), de um ponto de interrogação (?) ou de dois pontos (:), o tema apresentado ao sujeito-aluno é um texto a ser lido, um discurso dimensionado, recortado em forma de tema, em que sentidos circulam e são silenciados na colocação de um ponto. Mas também deslizam para o além do ponto e talvez, na deriva revestida de frase fechada, as faltas e falhas ressoem como ambiguidade a ser resolvida não pelo Estado, mas pelo brasileiro chamado à autoria.

O silenciamento do e

Além de se pensar no recorte dado ao discurso no funcionamento da pontuação, analisamos outro mecanismo recorrente na estrutura do tema de redação do Enem: a coordenação de enunciados nominais. Para exemplificação, tomaremos a proposta do ano de 1999, “Cidadania e participação social” (tema 7), e novamente o tema 3, cuja pontuação foi analisada anteriormente: “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação? ”, de 2004.

Faz-se cristalizada a oposição entre *coordenação* e *subordinação* no domínio gramatical, em que esta é definida como a relação entre partes de valores distintos, entre o principal e o complemento, que se relacionam com dependência; e aquela, como a articulação entre partes de mesmo valor, que circulam com independência e sentido completo. Contudo, por vias discursivas, fugimos ao sedimentado gramaticalmente em direção à

incompletude e insaturação da oração, que, mesmo circulando como conjunto de sentido fechado e independente, está aberta à deriva, podendo ser parafraseada e deslizada a formulações outras, o que nos leva a analisar a distinção dita como taxonômica, somente como um efeito simbólico e ideológico.

Buscamos, assim, não a análise dos termos que se coordenam, mas pensamos em “como a ligação entre eles se faz possível”. Pêcheux (1981, p. 14) reflete que “Parece que é difícil determinar porque certos enunciados se coordenam e outros não. As regras e as coerções parecem deixar escapar sempre parcialmente seu objeto”. Um enunciado, dado como independente pela gramática, não pode se coordenar a qualquer outro de mesma classificação, havendo ligações possíveis e outras não permitidas. Impossibilidade que escapa às regras dicotômicas e ao limite que separa a (in) completude, já que o silêncio à possibilidade de coordenação revela um furo em que as filiações a discursos outros são ditas. A subordinação parece estruturar toda e qualquer relação entre enunciados, que, mesmo classificados como independentes, mostram-se insaturados, se os consideramos como recortes de um dizer já regionalizado, em que a ligação se dá nessa região apenas, e, que um deslocamento circula como combinação não permitida, “a frase sem sentido”.

Podemos pensar ainda na equivocidade da coordenação, por exemplo pelo funcionamento da conjunção coordenativa “e”, que possibilita a associação sentidos em adição – talvez regionalizados em um mesmo dizer discursivo – mas também em disjunção – separados por uma relação de alteridade que é apagada pelo funcionamento do “e”. Equivocidade ainda direcionada pelo permitido (ou não) do coordenar. Seria a relação de coordenação a ligação de sentidos da memória discursiva “acessível” em oposição a outras ligações possíveis, porém não solidificadas como possíveis? Estaria a subordinação – relação desigual em que predomina a dependência – como origem de toda ligação de enunciados? Pêcheux (1981) conclui que “O des-ligamento se dá justamente nos casos de coordenação em que a frágil ligação entre os elementos só é possível porque eles aí se ligam por complexos processos de memória discursiva” e que “funciona abundantemente a relação com outros discursos e não só dos elementos (empiricamente e/ou sintaticamente) próximos e presentes”. A combinação não permitida, a ausência de sentido é, assim, um caso de des-ligamento, em que o empírico e a sintaxe parecem não sustentar a articulação.

Tomando como exemplo o tema (7), o sentido de “cidadania” é somado ao de “participação social” e a adição é materializada pela inserção do conectivo “e”, uma conjunção coordenativa. Os dois sentidos parecem circular juntos, já que o sujeito cidadão é aquele que participa da sociedade, ou participar socialmente é um dever de cada cidadão. A adição funciona como relação lógica e evidente entre as partes coordenadas, o que ratifica a imagem cristalizada do conectivo, que, embora possa materializar outras relações de coordenação, como adversidade e alternância, se significa quase sempre como conjunção aditiva. A memória discursiva de enunciados ligados pelo “e”, como “Romeu e Julieta” ou “queijo e goiabada”, faz com que um par de elementos combinados pelo conectivo pareça atado por um sentido, e a independência que garantia a possibilidade de coordenar faz-se apagada. O sentido de “Romeu” está dependente ao de “Julieta”, subordinado a ele. A subordinação atravessa a completude inicial de cada termo no momento em que são atados como par e somados pelo “e”. O processo ocorre também na formulação do tema em análise, em que apenas o par “cidadania e participação social” foi entregue ao sujeito-aluno, como ideias antes fechadas, e agora dependentes do elemento a elas adicionado.

A conjunção silencia a independência de “cidadania”, que passa a ser significada junto à “participação da sociedade”, e o sujeito, como cidadão, deve participar socialmente, e o gesto de escrever pode ser pensado assim. “O valor semântico da coordenação é o de uma globalização – totalização”, definem Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 170); os sentidos, que figuravam com totalidade, ao serem justapostos, adquirem uma nova identidade a de metade que se soma, já que, conforme os autores, “a estrutura de coordenação constrói, literalmente, a unidade de um novo referente pela conjunção dos termos”.

Entretanto, na ligação dos enunciados “garantir a liberdade de informação” e “evitar abusos nos meios de comunicação” não há um ajuste tão evidente, já que parecem não estar associados em um mesmo “lado”, filiados em uma mesma região discursiva. Uma lacuna separa os sentidos em adversidade: a liberdade parece funcionar em um sentido oposto ao de evitar abusos. Contudo, ao serem coordenados e inseridos anterior e posteriormente ao “e”, passam a significar como junção, havendo um apagamento da oposição que os separava. Ao pensarmos, por exemplo, em “preto e branco”, somos atravessados pelo sentido de duplicidade, de completude das metades somadas, como em “Romeu e Julieta”, memória discursiva em que a força da adição, do equilíbrio, predomina em relação à contrariedade de que “o preto não é o branco” e “o branco não é o preto”. Os dois lados funcionam como o imaginário de mesmo peso e valor – condição imprescindível à relação de coordenação – porém o sentido de um está atado ao do outro, sentidos subordinados, adversidade re-significada como adição.

Para Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 169), “a estrutura gramatical da coordenação manifesta uma série de clivagens, que podemos interpretar em termos de estratégias discursivas”. O sentido da conjunção aditiva “e”, ao materializar a coordenação da estrutura dicotômica, atravessa o sujeito-aluno como o centro da relação. É irrelevante a natureza das partes, se comparada ao efeito de completude e silenciamento que funciona na inserção do conectivo, que soma as metades independente dos sentidos circulantes. Em (3), pede-se ao sujeito que apresente um modo de garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação, coordenação de sentidos contrários, cujas clivagens podem derivar ao discurso democrático atual – a liberdade garantida – e ao discurso ditatorial precedente – os ‘abusos’ evitados. Parece ocorrer aqui um des-ligamento, uma soma não permitida de sentidos já-ditos na memória como incompatíveis, como solução impossível de ser apresentada. Entretanto, o sujeito-aluno deve responder ao convite à escrita, feito pelo porta-voz Inep, com uma possibilidade de conciliação, efeito provocado pelo mecanismo discursivo (e não gramatical) da conjunção “e”, cuja memória aditiva é sobreposta à adversidade que atravessa a relação. Forma-se, assim, uma nova estrutura em que as metades passam a funcionar com completude, como evidência já existente, silenciando a adversidade que as distanciava.

A cada novo par co-ordenado um novo referente é construído e a relação de subordinação instaurada, já que o enunciado, antes funcionando imaginariamente como completo, é re-significado em metade a ser completada. O par ratifica sentidos já estabilizados como harmônicos – a cidadania e a participação social- ou atualiza a memória discursiva como novo enunciado inserido – a liberdade garantida e o abuso evitado – ratificação ou atualização que atravessam o gesto de leitura e autoria como somatória acabada. O aluno, no gesto de leitura, é atravessado pela completude do novo enunciado, mas também pelo convite à saturação dos sentidos, que ainda não funcionam como com-

binação cristalizada. Pelo gesto de autoria, o “cidadão” (e não o aluno) é chamado não somente a solucionar conflitos da nação brasileira, mas a tornar “Romeu e Julieta” ou “preto e branco” as formulações que, embora dadas como adicionadas, não estão empiricamente ou historicamente ligadas. No cidadão que se nega a dissertar, a soma das partes se faz frágil, e a participação social é des-ligada da completude inaugural. No bloco-de-memória oferecido como coletânea, a liberdade não foi garantida, mas sustentada por uma filiação a sentidos, a fim de evitar “abusos”. A coordenação funciona, no tema do Enem, como apagamento da lacuna presente entre sentidos incompletos, que, somados, figuram no imaginário brasileiro como verdade já existente e passível a solução. Silenciamento formulado como adição. Um (novo) modo de silenciar.

A formulação um tema de redação a ser apresentado ao aluno é um gesto de apropriação de sentidos já circulantes, é um recorte político e simbólico textualizado em estrutura que se mantém. Seja pelos limites da pontuação ou pelo silenciamento da coordenação, o mecanismo de elaboração de um tema não é a simples busca por um ajuste sintático e semântico, mas o enunciado recebido pelo sujeito-aluno atravessa-o com sentidos da formação discursiva dominante (estatal) e assujeita-o em cidadão responsável pela transformação da nação. “Não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona” (ORLANDI, 1999, p. 13). Independente do assunto formulado no tema, a obrigatoriedade de ter que solucionar um problema é o que marca sua posição sujeito submisso ao Estado, de servir ao Estado, com o dever de ajudá-lo como aluno competente que propõe uma intervenção. A repetição histórica de pontos (.), (?), (:), e da conjunção coordenativa (e) afeta o gesto de leitura e escrita como ideologia em funcionamento, estratégia discursiva em que dizer e silêncio des-ligam sentidos já significados na memória e re-significados a cada formulação.

REFERÊNCIAS

GRANTHAM, M.R. *Da releitura à escritura: um estudo pelo viés da pontuação*. Campinas, SP: Editora RG, 2009. 280 p.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. et al. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Bethania S.C. Mariani et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-179.

ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*, Campinas, n. 4, p. 11-16, maio 1999.

_____. *Discurso e leitura*. 6. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000. 118 p.

_____. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. 218 p.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 224 p.

PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e des-ligação. Tradução de Eni P. Orlandi. In: B. CONEIN, JJ COURTINE, F. GADET, J. M.; MARANDIN; PÊCHEUX, M.; PUL, Lille. *Matérialités discursives*. 1981. (Tradução pela Pontes Editores, no prelo).

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975]. 287 p.

Que língua é essa, a do sujeito imigrante italiano?

(What language is it that the Italian immigrant subject speaks?)

Viviane Teresinha Biacchi Brust¹

¹Doutoranda em Estudos Linguísticos – Laboratório Corpus – PPGL/UFSM

vivibrust@hotmail.com

Abstract: The forthcoming reflections have as reference some linguistic issues that affect the Italian immigrant subject (and their descendants) in the *Quarta Colônia de Imigração Italiana* in a discursive perspective. We focused on what it is and how this immigrant/immigration language is constituted, after decades of the settlement process of the foreigners that spoke the Italian language in Brazil, a Portuguese speaking country, which imposed to these subjects the need to learn it, due to its linguistic policy. We propose, in this text, to think of where to place what we denominate sand language, a language that is no longer Italian or Portuguese, nor its intersection, but one that is, by policy, made present in/by the memory of the language of today in the referred region of the state of Rio Grande do Sul.

Keywords: Discourse; Subject; History; Immigrant; Sand language

Resumo: Estas reflexões têm como referencial algumas questões linguísticas que afetam o sujeito imigrante italiano (e seus descendentes) da Quarta Colônia de Imigração Italiana¹ dentro de uma perspectiva discursiva. Objetivamos enfocar o que é e como se constitui essa língua do imigrante/da imigração, passadas décadas do processo de assentamento dos estrangeiros que falavam a língua italiana no Brasil, país falante de língua portuguesa, o qual impôs a esses sujeitos a necessidade de apreendê-la, em função de sua política linguística. Propomos, neste texto, portanto, pensar em que lugar poderíamos colocar o que nomeamos como língua de areia, uma língua que não é mais italiana ou portuguesa, tampouco sua intersecção, mas que, pelo político, se faz presente na/pela memória da/na língua de hoje, na referida região do estado do RS.

Palavras-chave: Discurso; Sujeito; História; Imigrante; Língua de areia

De um lugar na história

Para refletir sobre a língua e o sujeito, a história e a memória da Imigração Italiana na Quarta Colônia, filiamo-nos à Análise de Discurso de fundação francesa, com Michel Pêcheux, e de continuidade brasileira, a partir de Eni Orlandi. Pensamo-la a partir da noção de discurso, considerado como “efeito de sentido entre os pontos A e B”, conforme Pêcheux (2010 [1969], p. 81), e a partir de discursos constituídos de outra materialidade discursiva, a saber, monumentos construídos por e em homenagem a esse imigrante italiano em condições de produção específicas. No confronto entre o simbólico, o ideológico

¹ As três primeiras colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul (Conde d’Eu, D. Isabel e Campo dos Bugres), projetadas em 1875, situam-se na serra do Rio Grande do Sul (RS); aliás, a data oficial da imigração italiana no Estado é 20 de maio de 1875 (DE BONI; COSTA, 1979). Em 1877, um grupo chegou ao espaço nomeado de “Quarta Colônia”, a qual se situa no centro do Estado e hoje abrange os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine e partes dos atuais municípios de Santa Maria (Arroio Grande e Itaara) e de Restinga Seca (Três Vendas, São Rafael, Santuário e Várzea do Meio), somando uma área de 2,5 mil quilômetros quadrados, com uma população total próxima de 65 mil habitantes, dos quais 74,4% residem no meio rural (Fonte: <<http://www.riogrande.com.br/turismo/quarta.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2011).

e o político, distintas foram suas tomadas de posição-sujeito no seu processo de assentamento em terras brasileiras.

Quando sujeitos tornam-se sujeitos-falantes, há uma tomada de posição, a qual não deve ser concebida, de acordo com Pêcheux (2009 [1975], p. 160), como um *ato originário* do sujeito falante; ao contrário, deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso, da exterioridade sobre si mesmo. Ao tratar do lugar que esses saberes ocupam, caminhamos no sentido de entender o processo social que envolve a posição-sujeito imigrante italiano diante da língua, do simbólico, porque ela se constitui em uma de suas barreiras sociais.

Consideramos estudos anteriores (BRUST, 2013), em que são observadas três tomadas de posição-sujeito, a saber, sujeito-utopia, sujeito-clivagem e sujeito-político, as quais compreendem o percurso desse imigrante, as condições de produção de seus discursos: o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2012, p. 30). Entretanto, para este estudo, reportamo-nos ao que se denomina posição-sujeito-clivagem, assim justificado/nomeado porque é neste outro momento que ele – e sua língua – vai/vão se dividir/se fragmentar, mas a partir de linhas que já havia na constituição do seu grupo, sob pressão externa. Para clivar uma pedra, de acordo com Brust (2013), é preciso ferramenta, e as ferramentas, normalmente, são de ferro. Ou de madeira. O vento, ele serve para levar para a esquerda – ou para a direita – cada um dos pedaços.

Pensamos, em conformidade com Brust (2013), a posição-sujeito do imigrante italiano situada nas primeiras décadas, quando ele era movido pela utopia, pelo sonho de encontrar – no lugar que denomina, em sua mítica canção em dialeto vêneto, de ‘Merica’ – Canaã, a Terra Prometida, o seu Eldorado, o seu paraíso e denominamos, então, uma posição-sujeito-utopia. Num segundo movimento, quando esse sujeito marcado pela utopia cede lugar para o sujeito que a perde, apaga, e, portanto, que dela se distancia em função do medo e do funcionamento do poder opressor do Estado – e aqui nos referimos à Ditadura Vargas –, que o havia recebido muito bem, mas que depois impôs políticas linguísticas que executaram políticas de línguas e interditaram a língua que constituiu o imigrante e, conseqüentemente, interditaram também o seu direito à subjetivação, o seu “direito à metáfora”, denominamos sujeito-clivagem: quando esse sujeito é chamado a se posicionar diante de um estado nacional, e o faz, quer pelo silêncio, quer pela resistência, quer pela adaptação, na e pela língua. No terceiro movimento, a posição-sujeito do imigrante italiano é por nós denominada de sujeito-político, pois é o sujeito que negocia para poder continuar e que continua, estabelecendo, com o Estado – que passa a (re)conhecê-lo como cidadão –, um acordo envolto na noção de pertencer. Essa questão, paradoxalmente, mostra ao sujeito a sua incompletude diante da língua e do simbólico: quando dentro, diferente do seu igual; quando fora, identificado como tal.

Decorridos poucos anos do cinquentenário da imigração, comemorado na década de 1930, Getúlio Vargas chega ao poder a partir da Revolução que pôs fim à Primeira República. Segundo Payer (2006), esses anos se constituíram em mais um momento significativo em que a “questão nacional” se colocou de modo vigoroso em relação à língua, na história da sociedade brasileira. Com o conceito de que “um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional”, discursivizado em 1.º de maio de 1938, Getúlio Vargas, em 1937, ao instituir o Estado Novo, vai implantar “um projeto político de construção de um processo identitário nacional, passando a

determinar, assim, o início de uma história, cujas heranças se refletem, de forma inegável, em todos os contextos subsequentes da história brasileira [...]” (ZANDWAIS, 2007, p. 251).

Salientamos, desse período, que, em decorrência da presença de imigrantes no país, aliada ao contexto internacional – vivia-se a Segunda Grande Guerra (1939-1945) –, o Estado considerou necessárias ações no que viria a se constituir o processo de nacionalização desses estrangeiros. Para torná-los pertencentes à nação brasileira, era preciso unificar, além do território, a língua. Na relação do sujeito com o Estado, a questão da língua foi afetada, o que se manifesta, segundo Orlandi (2009, p. 35-36), na formulação específica das políticas linguísticas – “as invasões, as exclusões, as hierarquias”. Para a autora, tal prática vai se dar no momento em que se define que língua falamos, com que estatuto ou quando se determina o modo de acesso a essa língua, a saber, pelo ensino, pela produção dos instrumentos linguísticos.

Não seria mais possível aceitar que esses estrangeiros continuassem a falar a sua língua de origem e, para isso, houve a intervenção do Estado. Destaca Payer (2001) que, no processo de nacionalização dos imigrantes europeus no Brasil, o Estado Novo, na década de 30, agiu pontualmente interditando as línguas de imigração, o que se deu através de legislação específica e de uma ampla campanha de nacionalização do ensino primário, a partir da implantação do português como língua nacional. O decreto assinado por Vargas em 1939, de n.º 1545/39, passou, portanto, a dispor sobre a obrigatoriedade de adaptação, ao contexto brasileiro, de todos os cidadãos nascidos neste país, descendentes de estrangeiros.

De um lugar na língua

O decreto-lei n. 1545/39 caracteriza, na abordagem discursiva, um acontecimento histórico-discursivo que impõe, sob a condição de cidadania, que imigrantes deixem de lado, silenciem, apaguem, esqueçam-se de suas línguas e, por elas/nelas, sua cultura, sua identidade, definindo, com isso, um imaginário de (nova/outra) identidade/consciência nacional e, concomitantemente, de pertencimento à nação (brasileira, então). Para isso, “cria conjuntos de dispositivos, via decreto jurídico, os quais passam a reorganizar os diferentes setores do Estado brasileiro” (ZANDWAIS, 2007, p. 252), quando, então, várias são as instâncias chamadas a participar. A partir desses documentos, a autora analisa como os discursos institucionais – jurídicos, ministeriais e educacionais –, em sintonia com os interesses da ordem superestrutural, vão promover exclusões sociais através de leis e princípios que visavam exatamente à construção de uma consciência nacional.

Diante disso, a língua, “conforme o discurso das leis orgânicas, é elevada à condição de ‘primeiro elemento de organização e conservação da cultura’ da nação brasileira, configurando sua identidade e autonomia” (ZANDWAIS, 2007, p. 257, grifos da autora). Dito de outro modo, a questão das línguas estrangeiras, interdidadas, passou a ser resolvida em instância jurídica. Afirma ainda a referida teórica que os estrangeiros e seus descendentes passaram a obter a condição de cidadania ou por naturalização, ou em virtude de nascimento em solo brasileiro, e somente se qualificaram como cidadãos iguais a outros cidadãos, durante o governo Vargas,

[...] ao abdicarem, pelo menos oficialmente, de sua cultura e de sua língua, enfim, ao abdicarem de sua memória histórica. É dessa forma que se constrói, através da “letra da lei”, uma política de silenciamento, o antídoto contra da “desnacionalização”, ou em outras palavras, a materialização da violência simbólica [...] despossui o sujeito imigrante de seus bens simbólicos, obrigando-o a assumir uma nova relação de pertencimento tanto cartorial (nacionalidade) como histórico-simbólica (identidade). (ZANDWAIS, 2007, p. 253-254, grifos da autora)

Fica na ordem da evidência o caráter discriminatório entre aqueles que falam e aqueles não falam a língua nacional – afinal, segundo Orlandi (2007a, p. 8), “uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica” – e, se a soberania nacional se alicerça pelo culto pela “unificação do território e da língua”, segundo Zandwais (2007, p. 258), o dever imaginário da escola é dar acesso aos que não possuem essa língua. Através da escola, foi possível a apropriação da língua nacional e, com ela, a inclusão no que se define como lugar de cidadania ou, ainda, a noção de pertencimento. Em relação à implementação dessas políticas na Quarta Colônia, quando a língua oficial nas escolas passou a ser o português, foi criada “uma série de dificuldades, pois muitos descendentes de imigrantes não falavam a língua portuguesa e algumas escolas eram mantidas pelas comunidades”, conforme Zanini (2006, p. 156), ou seja, o Estado não ofereceu infraestrutura àquilo que exigia. Quanto aos alunos, eles eram duplamente vitimados, pois “eram punidos na escola, caso não se adaptassem ao ensino em português e, posteriormente, em casa, pois os pais consideravam os castigos aplicados aos filhos na escola uma necessidade, mas também uma desonra” (ZANINI, 2006, p. 156).

Nesse sentido, a violência, sem nenhuma adjetivação, e a violência simbólica em relação a esses que não pertenciam/não poderiam pertencer/não queriam/não sabiam como pertencer à nação brasileira concretizaram-se, pois houve um apagamento de memória no/pelo discurso do Estado. De acordo com Payer (2001), tal discurso vigorou sobre outros que seriam possíveis a partir de outras posições discursivas e, além desse apagamento, próprio à natureza de todo discurso, produz-se outro, das outras memórias discursivas, através da interdição da língua. Na avaliação da autora, ainda, “esse outro apagamento já é da ordem do que Orlandi (1992) considera como ‘política do silêncio’” (PAYER, 2001, p 237).

Orlandi (2007b) explica haver um nível mais geral dessa política, quando funciona um silêncio constitutivo a todo dizer, assim como o silêncio local, travestido na interdição do dizer, do qual a censura faz parte. Considera Payer (2001) que, com a política de silenciamento da língua, regulamentaram-se as condições de permanência do imigrante estrangeiro no interior da nação brasileira, sendo que este deveria/precisaria se inscrever em posições discursivas que estivessem em consonância com a memória discursiva da nacionalidade. Concordamos com a autora quando ela nos coloca que o fato de esses imigrantes já estarem sendo considerados presenças significativas na conjuntura política nacional leva a essa forma de controle, o que vai estar associado, também, à vigência da guerra. É preciso observar “uma dimensão importante da medida de interdição dessas línguas, ou seja, ela não incide simplesmente sobre ‘uma língua estrangeira’, mas sobre sujeitos, sentidos e memórias presentes de modo central no seio da sociedade” (PAYER, 2001, p. 242): interditou-se a língua, em suas canções, em suas homenagens, em suas narrativas, em suas orações. É uma interdição que violenta o que há de mais íntimo ao

sujeito – sua história, sua crença, sua esperança –, provocando assim a divisão, partição, a clivagem... o estar e o não estar no Brasil, o ser italiano e o não ser.

De um lugar no social

Zanini (2006) relata que, passados 50 anos do início da imigração, italianos da região já haviam conquistado visibilidade social e muitos dos que se encontravam na cidade de Santa Maria desfrutavam de uma situação econômica de destaque. Porém, segundo a autora (2006, p. 154-155), “a fase de convívio pacífico terminará com o advento do Estado Novo e suas novas regras de convivência. [...] A política do Estado Novo [...] utilizar-se-á da propaganda e da doutrinação, além do terror para atingir seus fins”. Se, por um lado, o terror se deu em forma de repressão e fez com que muitas famílias destruíssem objetos e documentos que reportavam aos antepassados italianos, conforme Zanini (2006, p. 153), a propaganda e a doutrinação também cumpriram seu objetivo. Dentro disso, a principal delas, neste momento, é o discurso sobre a identidade nacional, quando Vargas diz que “possuímos um vasto território, temos a mesma origem social, falamos a mesma língua, temos a mesma história”, ou, ainda, quando afirma que “um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional”. Isso, no nosso entendimento, é constantemente reiterado, uma vez que:

O controle dos meios de comunicação aliado a um esquema de disseminação da ideologia estado-novista, realizada através da propaganda institucional e do sistema de educação, implantado nas escolas públicas do país, se constituíram em elementos fundamentais para a manutenção do regime, por oito anos. Para fabricar e consolidar a imagem de Getúlio Vargas, o governo utilizou-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Ministério da Educação. (JAMBEIRO et al., 2004, p. 108)

Diante disso, retomemos o que Zanini (2006) refere depois da propaganda e da doutrinação: o terror. No quadro do silenciamento e do apagamento, a autora mostra como a forma como se deu a repressão em algumas localidades da Quarta Colônia, além de Santa Maria, deixou marcas profundas na autoimagem dos descendentes, destacando-se os vários espaços de repressão cotidiana, principalmente os domínios domésticos, a casa, pois “ela representava uma continuidade. Vigiando-se a casa, vigiavam-se os seus. Símbolos e seres em tensão” (ZANINI, 2006, p. 160-161).

Além da vigilância às casas, lugares privados, tal prática também acontecia com relação aos espaços públicos. Neles, desencadeava-se uma espécie de litígio, embora, conforme já referimos, quando está em jogo um espaço *institucionalizado*, nomeado pelo poder do Estado, o poder só pode ser desse Estado. Isso significa, no caso de nossa pesquisa, que a presença de um monumento passa/deve passar pela aceitação estatal. Assim, para ilustrar, só sabemos hoje do monumento/Monumento em homenagem ao cinquentenário da imigração italiana,² construído ao lado da Capela de Santos Anjos, município de Faxinal do Soturno, Quarta Colônia, RS, pela fotografia que ficou, pela imagem que

² O referido monumento é parte do *corpus* de minha dissertação de mestrado, intitulada “O efeito Chapéu de Clementis: imagens do sujeito imigrante italiano na Quarta Colônia”, PPGL-UFSM, 2013, conforme consta nas referências.

sobreviveu, pela história/memória oral que se repete, e também diante de sua não existência, o querer saber do porquê de sua destruição. A violência simbólica cliva-lhe a imagem da rocha, da força, da união dos imigrantes, construída com grãos de areia.

Courtine (1999) afirma que é na ordem do discurso das línguas de Estado que se divide em pedaços a lembrança dos eventos históricos: o que se dá tanto pelos discursos que dizem do que se pretende, quanto pelas práticas que consolidam permanências ou que produzem apagamentos. Nesse embate, há o jogo de forças entre as línguas: enquanto a língua de ferro e a de vento exercem imponentes seus trajetos e cumprem sua função, a língua de areia esconde-se pelos cantos, escorre pelas frestas, se re-edita, muda de forma e de lugar, protege-se de tamanhas ofensivas. Clivam-lhe a solidez da forma, formam-se outras, menores, ásperas, mas, pela memória, não se esquece, essa língua, do material de que é feita, constituída. Este, continua. História e memória: apagamento e retorno.

De um lugar no político e no simbólico

Buscamos em Gadet e Pêcheux (2004 [1981]) – assim como também está em Courtine (1999) – e Orlandi (2012), a metaforização que remete ao Estado ou à presença do Estado na relação/utilização/fabricação/manipulação de sua(s) língua(s) e a de seu povo/nação. Nesse domínio, temos os estudos discursivos, pautados pela língua, que é, antes de tudo, via discurso, o lugar onde se observa a ideologia dos sujeitos falantes. Pensamos numa língua da política, apesar de a política e o político estarem presentes em todas elas.

Embora tais metáforas tenham sido pensadas por Debrey (1978³ apud GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981]), é por Gadet e Pêcheux (2004 [1981]) que temos acesso às reflexões do filósofo quanto à política de Estado, do estado moderno, representada na/ pela língua. Por esses autores, somos apresentados à *língua de madeira*, *língua de vento*, *língua de ferro*, entre outras. Segundo os autores, “a língua do direito é uma língua de madeira”, pois representa, na língua, a maneira política de denegar a política, “o espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’ meia palavra basta” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 24). A essa língua, os autores associam não só a língua do direito, mas também a língua presente no interior do socialismo, que visaria a fazer fracassar as contradições e se proteger ao falar das massas, do interior de uma estátua de mármore. Ao capitalismo contemporâneo, interessado em *quebrar as estátuas*, em referência ao socialismo (ainda em tempos de guerra fria), atribui-se a *língua de vento*, definida como uma língua cuja dominação organiza-se de maneira mais sutil, valendo-se de estratégias publicitárias da linguagem comercial e da política; essa língua “permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente” e ser a “língua de ferro” do imperialismo, transformada/tornada “tão ligeira quanto o vento” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 24). Nesse processo, “a língua de madeira do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura de nossa modernidade a que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 23).

³ DEBRAY, Régis. *Modeste Contribution*, Maspero, 1978. Referido na nota 6 de “A língua de Marte”, in: GADET F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

Orlandi (2012) também dialoga sobre a língua de vento, associando-a à política do performativo, quando dizer equivale a fazer e a política tende a se tornar uma atividade imaginária, que se parece ao sonho acordado; a língua de vento seria aquela que sustenta a prática do performativo – que, no exemplo de maio de 1968 na França, no que se refere à questão de saber quem estaria no direito de produzir tais enunciados, recebia uma nova resposta, pois poderia ser *a cada um e a ninguém*. Quando gestos e declarações substituem práticas, está aí o funcionamento da propaganda substituindo a prática política. Passando a *língua de vento* do século XX para uma *língua de vento* do século XXI, avalia a autora que “demos mais uma volta na roda da propaganda e nos aprofundamos no funcionamento das novas formas de assujeitamento” (ORLANDI, 2012, p. 123)⁴. Afinal, temos a língua de vento imbricada na língua de Estado, sendo que há, segundo Orlandi (2012, p. 131), “um sinistro jogo de palavras sobre o termo *liberdade*”, em referência a reflexões de Pêcheux (2011), a que ela acrescenta que estaria acontecendo o mesmo com palavras como *democracia, cidadania* etc.

Compreendemos, por essas línguas, as configurações do Estado moderno, quer democrático, quer autoritário. É por ele que se dão as políticas linguísticas, alicerçadas na instituição (ato de instituir) e na institucionalização (ato de institucionalizar), a língua que se torna a língua nacional e a língua de Estado ou a língua oficial.

Tais observações nos trazem as delimitações que as designações de línguas compreendem – além das políticas linguísticas que implicam. Diante disso, ao que nos acompanha neste espaço de reflexão, que é a questão da língua da imigração/de imigrantes hoje, notamos que as nomeações e designações tangenciam o que elas se constituem em nossa leitura, dentro de uma leitura/do imaginário que dela temos — não que queiramos cercá-la e etiquetá-la. Queremos, isto sim, pensar em sua constituição e dar lugar a esse sujeito que é tomado pela história e memória de outra(s) língua(s), que se vê fora de toda e qualquer língua (re)conhecida. Ou, então, como este sujeito se movimenta e se inscreve neste/naquele lugar; e, em tal movimento, como constrói seu discurso (quais são as marcas de/em seu discurso).

De um lugar

Entendemos, no entanto, que, se há uma língua que fala, autorizada que é por seu estatuto, na contramão da história e do poder, há uma outra que *cala*, que faz um seu lugar, e não se cala, não silencia, afinal, como nos embasa Pêcheux (2009 [1975]), não há dominação sem resistência, assim como também não há ritual sem falhas. Sua irrupção (como algo que irrompe no já estabelecido) pode se dar múltiplas formas, e a memória que carrega atesta sua presença em seus traços linguísticos observáveis. Entretanto, essa língua escapa. Essa língua se constrói nas margens das políticas linguísticas e não cabe nas denominações e nas designações existentes. Ela não é prevista nas políticas de Estado, mas está na sala de aula, na saída das igrejas, nos encontros das pequenas comunidades; está na sociedade. Essa língua não é mais a materna, essa língua não é mais estrangeira, essa língua não é a língua nacional, não é a portuguesa, tampouco a(s) italiana(s). Não é um mosaico de falares. Não constitui um dialeto. Não é uma língua imaginária, a construída, nem a gramaticalizada. Na Babel, mais que dividida, questionamo-nos: que língua é essa?

⁴ Não entraremos nesses detalhes, tendo em vista o objetivo deste texto.

Entendemos, de Brust (2013), que esta é, em contraposição à língua de ferro, em referência às ditaduras, aos Estados autoritários – e aqui nos referimos especificamente à de Vargas –, à língua de madeira e à língua de vento, das democracias e das propagandas de Estado, uma língua de resistência e de asseguramento de identidades locais, a língua de areia, assim definida:

[...] aquela que diz, mas cujo dito se esvai, não permanece porque não se registra, desconfigura-se porque não possui uma estrutura interna que a mantém. Além disso, o que dela tem certa continuidade é apenas uma memória perdida no tempo - tempo esse marcado pela dispersão/divisão da areia de uma ampulheta - que não é mais reencontrada senão em grãos, grãos de areia dispersos, ou que não é retomada em discursos e, se e quando, porventura, se organiza novamente, jamais consegue se reconstruir, se erguer e voltar à forma anterior. (BRUST, 2013, p. 56)

Além disso,

É mister salientar que uma língua de areia é constituída de grânulos, pequeníssimos fragmentos de rochas, ora lisos, esféricos, ora ásperos, mas sempre pequenos e que, por isso mesmo, entram nas cavidades mais insuspeitas e atrapalham, podem incomodar. Se as línguas de Estado se apresentam como línguas de ferro, línguas de madeira ou, inclusive, travestidas em línguas de vento, a contrapartida, em nossa análise, é apresentar a língua de imigrantes como essa língua de areia, a que paradoxalmente se deixa levar, mas não se desmancha. (BRUST, 2013, p. 57)

É uma língua oral e é uma língua escrita. Oralmente, aparece nas orações, nas blasfêmias, na musicalidade acompanhada de gestualidade das mãos; na escrita, reproduz uma sintaxe outra, aparece um léxico que toma uma terceira via, nem português, nem italiano em seus *dialetos*. É preciso reconhecê-la, nomeá-la, designá-la, trazer à luz dos estudos linguísticos, sob outros olhares. É a língua pela qual resiste a memória do sujeito migrante italiano, em discursos construídos de diferentes materialidades. É preciso pensá-la, à luz dos estudos discursivos, na maneira, na forma, nos constructos em que se faz presente: discursos linearizados em palavras, em imagens de concreto, em pedras, em tintas, discursos esvaziados/dispersados na memória do tempo, discursos que se escondem/se ausentam da visibilidade da urbanidade multifacetada das ruas contemporâneas.

Referimos Orlandi (2007a, p. 8), quando, a respeito de política linguísticas/política de línguas, afirma que “não há possibilidade de se ter uma língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político”, porque “uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte da relação entre sujeitos na sua vida social e histórica”. Diante disso, é incontestável essa ideia de controle, de limite, de zona fronteira que nomeações e designações já existentes concretizam, pois sustentam a disciplinarização, conforme explicita Scherer (2012). Isso nos fala dos limites e da incompletude das línguas. Algo se perdeu – ou nunca se encontrou – nessa Babel. Essas línguas, já nomeadas e designadas, não dizem tudo — como nós também não o faremos. Há outras, outros sujeitos. Entendemos que identificar/designar uma outra língua é trazê-la – e trazê-los – à visibilidade, é dizer de sua existência, é falar de um outro lugar, que existe, mesmo que não se possa vê-lo pela luz da evidência, concentradamente, concretamente numa única imagem, pelo simbólico corpo que delinea. Guimarães (2002, p. 9) pontua que nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. É preciso significá-la por um nome.

Como nos coloca Orlandi (1998 p. 34), “se a língua imaginária é a que as análises fixam em sistematização, a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço de sistemas e fórmulas”. É, ainda, a que pode ser observada e reconhecida em seus processos discursivos – e para nós existem discursos formulados em outras materialidades discursivas – através da constituição de formas e sentidos no contexto de sua produção. A língua de areia é uma língua fluida e nela/por ela, o discurso, a história e a memória da imigração, a qual embasa a constituição desse sujeito.

Considerações finais

Estamos pensando que um ponto nodal a todo complexo que constitui o sujeito imigrante italiano – em nosso recorte, na/da Quarta Colônia – está ancorado exatamente em uma língua que pudesse abarcar as instâncias todas de sua constituição, em que ele pudesse (se) dizer: uma língua do possível – do (quase) impossível na língua.

Portanto, a língua que estamos pensando, embora consideremos suas particularidades, seu léxico, sua fonologia, sua sintaxe, seu movimento diacrônico e mesmo sincrônico, vai além da superfície linguística: não é a língua de falantes italianos e/ou brasileiros, passível de ser compreendida em seus sons, palavras e frases. Para essa língua que pensamos, não há indivíduos nem elementos; há sujeitos. Não há espaço institucional; não há política linguística; não se constroem instrumentos linguísticos. É uma língua que escapa a gramáticas e a dicionários e a instrumentos vários; não é a que fora permitida como alternativa para o inglês e espanhol, recentemente, previstas pela nova Lei de Diretrizes e Bases, a LDB 9.394/96⁵ (atualizada em 2013), ao lado do alemão; não é a que se ensina via associações de cultura italiana, tampouco é a que os alunos desses cursos buscam. Portanto, onde situá-la? Em outros espaços dialetais? Não é essa a abordagem a que visamos com este estudo. Não é igualmente uma língua que corporificaria uma ameaça contra o Estado, em referência ao que nos coloca Guimarães (2002). Mas é uma língua da política, da ideologia, do simbólico.

REFERÊNCIAS

- BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. *O efeito “chapéu de Clementis”*: imagens do sujeito imigrante italiano na Quarta Colônia. 171 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.
- DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias / Correio Riograndense, 1979.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].

⁵ Lei n. 9.394 de 20 de dez. de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: dez. 2013.

- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- JAMBEIRO, Othon et al. *Tempo de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador, BA: EDUFBA, 2004.
- ORLANDI, Eni P. *Discursos em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- _____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Org.). *Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007a.
- _____. *As Formas do Silêncio*. No Movimento dos Sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007b.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009 [1999].
- _____. O próprio da Análise de Discurso. *Escritos*, n. 3: Discurso e Política. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri, Unicamp, 1998.
- PAYER, Maria. O. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.
- _____. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes/Unemat, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). [1969]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- SCHERER, Amanda E. A procura da língua universal: entre a memória e a história. In: ZANDWAIS, Ana. *História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.
- VARGAS, Getúlio. Decreto-lei n. 1545/39. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: dez. 2013.
- VARGAS, Getúlio. *Discurso em 1º de maio de 1938*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/07.pdf/view>>. Acesso em: dez. 2013.
- ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Org.). *Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2006. <<http://www.riogrande.com.br/turismo/quarta.htm/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

A analogia em Vitruvius, Sêneca e Quintiliano

(Analogy in Vitruvius, Seneca and Quintilian)

Antonio Carlos Silva de Carvalho

Universidade Cruzeiro do Sul

carloscarval@yahoo.com

Abstract: This paper aims to briefly introduce how three authors, who lived during the second phase of the Roman Period, used the term analogy in their respective areas. Marcus Vitruvius Pollio (1st century B.C.), Roman architect and engineer, very likely dedicated his work to the first Augustus (b. 63 B.C.–d. 14 A.D.), used a Latin translation of the Greek term analogy, namely, proportion; Lucius Annaeus Seneca, called Seneca, the philosopher (b. 4 B.C.–d. 65 A.D.), did not address analogy under a grammatical point of view; however, he made interesting comments using it in philosophy; Marcus Fabius Quintilian (b. 35 A.D.–d. 95 A.D.), Roman rhetorician, though not a grammarian, wrote about the grammarian's craft, and as for his position with respect to the analogist and anomalist controversy, he tended to side with the former, but not so rigorously (Support: Capes – PNPd scholarship holder).

Keywords: analogy; synonymy; lexicon; meaning; Quintilian.

Resumo: Este artigo visa a apresentar brevemente o uso que três autores que viveram durante a segunda fase do Período Romano fizeram do termo analogia em suas respectivas áreas: Marco Vitruvius Polião (séc. I a.C.), engenheiro e arquiteto romano que deve ter dedicado seu trabalho ao primeiro Augusto (63 a.C.–14 d.C.), usou uma tradução latina para o termo grego analogia, qual seja, proporção; Lúcio Aneu Sêneca, chamado de Sêneca, o Filósofo (4 a.C.–65 d.C.), não tendo abordado a analogia sob o ponto de vista gramatical, fez, contudo, comentários interessantes, utilizando-a na filosofia; Marco Fábio Quintiliano (35-95 d.C.), retórico latino que, conquanto não fosse gramático, escreveu sobre o ofício do gramático, e, na controvérsia entre analogistas e anomalistas, apesar de tender para os primeiros, não se posicionou de forma rigorosa (Apoio: Capes – Bolsista PNPd).

Palavras-chave: analogia; sinonímia; léxico; sentido; Quintiliano.

Introdução

Para os gregos, preocupados que estavam em explicar a origem da linguagem, era justificável a contenda entre analogistas, como o alexandrino Aristarco da Samotrácia (217-145 a.C.), e anomalistas, como o estoico Crates de Malos (séc. II a.C.), mas para os latinos, em especial para Varrão (séc. II a.C.), ante a necessidade histórica de sistematizar a língua latina, essa disputa era, por assim dizer, irrelevante.

De fato, nos dois artigos anteriores em que discorremos sobre a analogia, seja na obra de Varrão,¹ autor da primeira gramática da língua latina, seja em Cícero (106-43 a.C.), Suetônio (75-160 d.C.) e Aulo Gélio (nascido em 130 d.C.) –,² os quais, embora não tenham trabalhado diretamente com gramática, utilizaram-se da analogia e ajudaram em sua propagação nos estudos da linguagem –, verificamos que a contenda grega era mencionada, mas não tratada como tal pelos autores estudados; assim, buscamos

¹ Cf. Carvalho (2013).

² Cf. Carvalho (2014).

agora discutir o termo focando outros autores latinos de áreas diversas, dando continuidade à divulgação de um trabalho maior que fizemos sobre a analogia.

Percebemos que esses autores, ante a necessidade de traduzir o termo para o latim, valeram-se de algumas expressões, como “semelhança”, “razão”, “proporção”, “comparação”, e a sempre presente, embora não citada textualmente, ideia de “*regularidade* das formas gramaticais”, que caracteriza os excertos de Varrão. Tal dificuldade se verifica também nos excertos que veremos a seguir, o que nos levou a explorar o problema dando ênfase à questão da sinonímia.

Esse percurso é importante, porque a motivação que levou à realização da pesquisa foi, sobretudo, a diversidade de definições que encontramos para o termo *analogia*.

Marco Vitrúvio Polião

Vitrúvio (séc. I a.C.), engenheiro e arquiteto romano que deve ter dedicado seu trabalho ao primeiro Augusto (63 a.C. – 14 d.C.), usou uma tradução latina para o termo grego; observe-se esta passagem de seu tratado, concebido após 27 a.C., *Sobre a Arquitetura* (III, 1, 1):

1. 1 A composição dos templos se firma a partir da simetria, cujo cálculo os arquitetos devem observar com muita diligência. Por outro lado, esse nasce da proporção, que, em língua grega, se diz ἀναλογία. A proporção é a conveniência do cálculo das partes dos compartimentos em toda obra e na totalidade, de onde se obtém o cálculo das simetrias. O fato é que nenhum templo pode ter método organizacional sem simetria e proporção, sem que tenha a exata razão como dos membros de um homem bem configurado.³

Nessa passagem, Vitrúvio, profissional de uma área que lida constantemente com cálculos, apresenta um texto cujo teor é voltado à ciência dos números, haja vista suas palavras nucleares, *symmetria* “simetria”, *rationem* “cálculo”, *proportione* “proporção”; por sinal, “simetria”, palavra de origem grega formada por σύν + μέτρον + ία, literalmente, “com medida”, é outra que aparece como sinônima de “analogia”, porém, devido a seu núcleo significativo, μέτρον “medida”, está mais próxima de “proporção” do que dela.⁴

Essa questão da sinonímia enseja uma interpolação para comentar brevemente um trecho da obra *Simetria*, de Geraldo M. Rohde, o qual reclama, por exemplo, da indistinção que existe hoje em dia entre “simetria” e “proporção”, com predomínio dessa última; em alguns aspectos, seu questionamento lembra nossas observações a respeito da *analogia*. Vejamos o seguinte extrato:

³ No original: 1. 1 Aedium compositio constat ex symmetria, cuius rationem diligentissime architecti tenere debent. Ea autem paritur a proportione, quae graece ἀναλογία dicitur. Proportio est ratae partis membrorum in omni opere totoque commodulatio, ex qua ratio efficitur symmetriarum. Namque non potest aedis ulla sine symmetria atque proportione rationem habere compositionis, nisi uti [ad] hominis bene figurati membrorum habuerit exactam rationem (GROS, 1990, p. 5-6).

⁴ Observe-se o verbete PROPORÇÃO – s. f. 1. conformidade: afinidade, analogia, aproximação, equivalência, identidade, parença, (cor)relação, semelhança, similaridade [...]. 5. simetria: concordância, concorde, harmonia [...] (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2003, p. 542).

A palavra simetria deriva do grego *συμμετρία* [*sin* (com) e *métron* (medida)]. Essa palavra muitas vezes foi traduzida como “comensurável” ou como “proporção”, embora não haja uma correspondência de significado entre elas. Uma diagonal de um quadrado, por exemplo, é simétrica e não é comensurável. Um prédio ou uma pintura podem ter proporções ideais e não ser, igualmente, simétricos. [...]

A simetria pode manter a forma, pode manter as distâncias, ou ambas. Uma forma com simetria possui, em decorrência, uma relação das partes do todo entre si e com o próprio todo, tem harmonia de posição, possui pontos similares e equivalentes, há regularidade no espaço [...] (ROHDE, 1982, p. 13).

O propósito de Rohde está claramente colocado, e é nessa linha que se desenvolve a obra. Quanto à relação com *analogia*, dá-se um tanto indiretamente; de fato, essa citação contém, além das palavras destacadas, outras (ou congêneres) que, amiúde, traduzem-na: “harmonia”, “similares”, “equivalentes” e “regularidade”. Em suma, os significados são próximos, mas todas expressam algo que, em determinada circunstância, escapa à significação de uma ou de outra, o que impede as permutas definitivas.⁵

Em outro momento, ao discorrer sobre a história da “simetria” (ROHDE, 1982, p. 43-50), novamente o autor faz considerações que permitem aproximar os termos. Segundo atesta, o livro chinês *I Ching* – espécie de oráculo particular que visava a dar conhecimento futuro e passado às pessoas através de seus 64 hexagramas –, escrito na dinastia Chu (1122-256 a.C.) pelo rei Wen, foi talvez o primeiro estudo de “simetria” realizado e registrado historicamente.

No tocante ao universo grego, Rohde (1982) cita, por exemplo, o escultor Fídias (500-431 a.C.) e o historiador Heródoto (480-425 a.C.), ambos com noções próprias acerca do termo; de qualquer maneira, está claro que, como no caso da “analogia”, também os estudos de “simetria” são anteriores aos de “proporção”.

Passando por Vitruvius, Rohde cita autores, do apogeu romano a meados do século XX, que discutiram a “simetria” independentemente das traduções que recebeu, provando que não é uma simples tradução equivocada que tem a força de diminuir a verdadeira significação de um termo – e isso vale, igualmente, para a analogia.

O motivo de insistirmos nessa aproximação é que nossa pesquisa teve como motivação central esta passagem, extraída do verbete *analogia* de Greimas e Courtés: “Como o termo analogia se generalizou e perdeu seu sentido preciso, foi necessário substituí-lo por homologia, já que homologia serve para designar a atividade analógica [...] (1979, p. 20)”. Se pensarmos nas palavras de Rohde acerca do problema em torno das traduções propostas para simetria e no que afirmam Greimas e Courtés sobre a analogia, veremos que em ambos os casos está em jogo certa dificuldade de se precisar o sentido de termos técnicos muito antigos que, hoje, por motivos diversos – e até parecidos –, se afigurariam obscuros.

Naturalmente, a maior parte das reflexões feitas por Rohde não caberia aqui, mas acreditamos que a associação foi suficiente para o nosso caso; assim, direcionando a questão para o que afirmam Greimas e Courtés, entendemos que a substituição proposta

⁵ “[...] Mas o que é sinonímia? Essa pergunta vem intrigando os estudiosos há séculos; há uma resposta apenas aparentemente simples, segundo a qual a sinonímia é identidade de significação. Essa resposta precisou conviver sempre com um grande número de ressalvas [...]” (ILARI; GERALDI, 1995, p. 43).

é bastante discutível, senão improdutiva, na maior parte dos casos. Salvo se os autores se restringem a considerá-la apenas no âmbito da semiótica – o que pretendemos ponderar em outra ocasião.

Voltando ao excerto, comentar Vitrúvio deveu-se ao intuito de mostrarmos uma ocorrência da analogia em uma importante área do conhecimento que ainda não tinha sido abordada, além de chamarmos a atenção para o fato de que proporção tem um sentido mais voltado para os números do que, propriamente, para a linguagem; de fato, sua definição e história confirmam isso.

Passemos agora ao próximo autor que destacamos, Sêneca.

Lúcio Aneu Sêneca

Chamado de Sêneca, o Filósofo (4 a.C. – 65 d.C.), era filho de Aneu (55-39 d.C.), conhecido como Sêneca, o Pai. Discorreu acerca de uma moral pautada na doutrina estoica. Não tendo abordado a analogia sob o ponto de vista gramatical, fez, contudo, comentários interessantes, utilizando-a na Filosofia; a passagem a seguir é de *Cartas a Lucílio* (V, XIX-XX, 120, 4-5):

4. Aqui, a natureza não pôde nos ensinar: ela nos deu as sementes da ciência, não deu a ciência. Alguns nos dizem ter acontecido uma noção “primeira”, o que é incrível; ter ocorrido a alguém, por acaso, a ideia da virtude: parece-nos ter concluído da observação e, muitas vezes, da comparação das coisas e dos fatos entre si. Por uma analogia de nosso intelecto avaliam não só o honesto como também o bom. Já que os gramáticos latinos presentearam essa palavra com o direito de cidadania, não julgo que eu deva condená-la nem que ela deva ser obrigada a voltar para seu próprio clã. Usá-la-ei, pois, não só como um termo já incorporado, mas também em uso. 5. Direi qual seja essa analogia. Havíamos conhecido a saúde do corpo; desta, pensamos também ser do espírito. Tínhamos conhecimento das forças do corpo; destas, concluímos haver também a força do espírito [...].⁶

Trata-se de um texto de caráter especulativo cujo início, ligado a uma passagem suprimida por não ser indispensável ao entendimento da analogia, se mostra um tanto quanto obscuro, porém, a parte substancial ao trabalho está relativamente clara, sobretudo porque a pesquisa se destina a discutir fatos linguísticos; ficando a questão filosófica em segundo plano.

Esse início, fortemente marcado por palavras voltadas para o campo semântico do pensamento, como *notitiam* “noção”, *speciem* “ideia”, *collegisse* “ter concluído”, *conlatio* “comparação” – de *collegisse et rerum saepe factarum inter se conlatio* “e, muitas vezes, ter concluído da ‘comparação das coisas e dos fatos entre si’”, o trecho em destaque não deixa de ser uma definição de analogia –, segue no intuito de apresentar a analogia como

⁶ No original: 4. Hoc nos natura docere non potuit: semina nobis scientiae dedit, scientiam non dedit. Quidam aiunt nos in notitiam incidisse “primam”, quod est incredibile, uirtutis alicui speciem casu occurrisset: nobis uidetur obseruatio collegisse et rerum saepe factarum inter se conlatio. Per analogiam nostri intellectum et honestum et bonum iudicant. Hoc uerbum cum Latini grammatici ciuitate donauerint, ego damnandum non puto, in ciuitatem suam redigendum. Vtar ergo illo non tantum tamquam recepto, sed tamquam usitato. 5. Quae sit haec analogia, dicam. Noueramus corporis sanitatem: ex hac cogitauimus esse aliquam et animi. Noueramus uires corporis: ex his collegimus esse et animi robur (NOBLOT; PRÉCHAC, 1971, p. 66).

um instrumento utilizado para agrupar elementos segundo suas características próximas; de fato, é essa a ideia que Sêneca sugere ter do termo quando diz que, conhecendo-se a saúde e as forças do corpo, conclui-se a saúde e as forças do espírito.

Isso tudo pouco acrescenta ao que comentamos até agora, no entanto, uma das colocações feitas no excerto pelo autor ratifica a postura adotada neste trabalho de não traduzir a palavra analogia – é evidente que, tal como Sêneca, que a utilizou na forma latinizada, o uso feito aqui foi na forma aportuguesada. Com efeito, se todas as tentativas de demonstrar as inconveniências das possíveis traduções não foram convincentes, o argumento *Hoc uerbum cum Latini grammatici ciuitate donauerint, ego damnandum non puto, in ciuitatem suam redigendum. Vtar ergo illo non tantum tamquam recepto, sed tamquam usitato* “Já que os gramáticos latinos presentaram essa palavra com o direito de cidadania, não julgo que eu deva condená-la nem que ela deva ser obrigada a voltar para seu próprio clã. Usá-la-ei, pois, não só como um termo já incorporado, mas também em uso” deve ser suficiente para justificar esse posicionamento, visto que, da mesma maneira que era corrente em latim, a palavra analogia é corrente em língua portuguesa, tanto em gramática quanto em outras áreas do conhecimento.

Para concluir o assunto suscitado pelo texto de optar ou não pela tradução do vocábulo analogia, convém esta digressão, baseada em Ernout e Meillet (1951, p. 1081 e 1105-1106), relativa a “semelhante”:

- (01) *sem-* “sem-”: raiz que marca a unidade, que não é mais atestada como primeiro elemento do composto, por exemplo, em *simplex* “simples”, *simplus* “unidade”, ou com as partículas (*semper* “sempre”) ou os sufixos de derivação (*semel* “uma vez, uma só vez”, *similis* “semelhante, parecido”, *sincērus*, “puro”, *singulī*, “um, um só” etc.) [...].⁷
- (02) *similis, -e*. “semelhante”[...] A raiz de **sem-* “un” tem servido desde o indo-europeu para exprimir a identidade: [...], gr. ὁμός “semelhante”, [...]. Os derivados indicam a “semelhança”: gr. ὁμοίος, ὅμοιος, “semelhante”, “da mesma natureza”; com *avec* *-lo- * “o”, ὁμαλός, significa “igual, unido”. [...].⁸

Pelo quadro apresentado, nota-se que ὁμός, *similis* e “semelhante” têm origem na raiz indo-europeia **sem-* e significam a mesma coisa em grego, em latim e em português; em outras palavras, as distâncias formais entre elas são devidas aos metaplasmos.

De volta a Sêneca, quanto à afirmação de que vai usá-la *illo non tantum tamquam recepto, sed tamquam usitato* “não só como um termo já incorporado, mas também em uso”, embora não haja elementos no texto que confirmem plenamente essa ideia, diz respeito ao sentido, diferente do de “regularidade”, que ele tem da analogia.

Conforme comentamos, o autor dá ao termo tratamento diverso daquele dado pelos gramáticos – mais preocupados em dedicarem-se ao trabalho epistemológico de sistematizar a língua latina; nessa linha textual, enquadra-se o próximo autor com o qual trabalhamos neste artigo.

⁷ No original: *sem-*: racine marquant l’unité, qui n’est plus attestée que comme premier élément de composé, par ex. dans *simplex*, *simplus*, ou avec des particules (*semper*) ou des suffixes de dérivation (*semel*, *similis*, *sincērus* *singulī* etc.) [...]. (ERNOUT; MEILLET, 1951, p. 1081).

⁸ No original: *similis, -e*: semblable [...]. La racine de **sem-* “un” a servi dès l’indo-européen à exprimer l’identité: [...], gr. ὁμός, [...]. Des dérivés indiquent la “ressemblance”: gr. ὁμοίος, ὅμοιος; avec *-lo-, ὁμαλός signifie “égal, uni” [...]. (ERNOUT; MEILLET, 1951, p. 1105-1106).

Marco Fábio Quintiliano

Quintiliano (35-95 d.C.), retórico latino que, apesar de não ser gramático, escreveu sobre *officio grammatici* “o ofício do gramático”. Na controvérsia entre analogistas e anomalistas, conquanto tendesse para os primeiros, não se posicionou de forma rigorosa; vejamos alguns trechos de sua obra:

Quintiliano, *Instituição Oratória* (I, 5, 13):

13. Mas na prosa também já existe uma certa mudança retomada; por exemplo, Cícero diz: *Canopitarum exercitum* “o exército dos canôpitas”; os próprios chamam *Canobon* “cano-bo”, e muitos autores reivindicam *Trasumennum* “de Trasumeno” em vez de *Tarsumenno* “de Tarsumeno”, ainda que haja nisso uma transposição. Outra coisa, paralelamente: em verdade, se é *adsentior* “dou assentimento, aprovo”, disse Sisena *adsentio* “dou assentimento, aprovo” e muitos seguiram não apenas a este como também à analogia; se aquilo é verdadeiro, esta parte, igualmente, é defendida em consenso.⁹

São três os exemplos elencados por Quintiliano, nos três, verifica-se alguma modificação envolvendo um fonema. No primeiro deles, em que cita Cícero, ocorreu que este fez a flexão do “caso” genitivo em questão tendo como parâmetro o nominativo *Cănōpītē* “canôpitas,¹⁰ habitantes de Canopo”, e não o nominativo *Cănōbūs* “Canobo”, forma original vinda do grego Κάνωβος; evidentemente, a alegação recai sobre o uso de *Cănōpītē*, com a oclusiva bilabial surda /p/, em detrimento de *Cănōbūs*, com a homorgânica (de /p/) oclusiva bilabial sonora /b/. Podemos falar em analogia por parte de Cícero, pois, partindo daquele nominativo, não poderia chegar num genitivo *Canobitarum*.

No segundo exemplo, não está claro o aspecto utilizado para a analogia. É possível que tenha sido *Etrūrīā* “Etrúria”, visto que *Tārsīmēnnūs* ou *Tārsūmēnnūs* é o nome de um lago etrusco. Assim, o adjetivo *Trāsūmēnnūm* estaria mais próximo do substantivo *Etrūrīā*, pelo travamento provocado pela junção dos fonemas /t/ e /r/; note-se que houve uma permuta do fonema /i/ pelo fonema /u/ em *Tārsīmēnnūs/Tārsūmēnnūs*, permuta não assinalada pelo autor, que reforçaria a analogia com *Etrūrīā*. No entanto, ante a falta de dados que comprovem esses argumentos, convém não falarmos em prol da analogia. Quanto à *transmutatio* “transposição” /tar – tra/, pertence ao tipo que, no estudo dos metaplasmos, é chamado de metátese ou hipétese.

No último exemplo, a analogia é evidente: *adsentior* “dou assentimento, aprovo”, verbo “depoente”, foi usado por Sisena – Lúcio Cornélio Sisena, literato, tradutor e historiador, foi pretor em 78 a.C. – na voz ativa, isto é, sem o /r/ (*adsentio*), marca que, nos verbos da 4ª conjugação, diferencia a primeira pessoa singular do presente do indicativo das vozes média e passiva da ativa. Em outros termos, o autor aplicou ao verbo em questão o paradigma da voz ativa desconsiderando seu sentido médio; por ser uma pessoa

⁹ No original: 13. Sed in prorsa quoque est quaedam iam recepta inmutatio; nam Cicero “Canopitarum exercitum” dicit, ipsi Canobon uocant, et “Trasumennum” pro “Tarsumenno” multi auctores, etiamsi est in eo transmutatio, uindicauerunt. Similiter alia: nam siue est “adsentior”, Sisenna dixit “adsentio” multique et hunc et analogian secuti, siue illud uerum est, haec quoque pars consensu defenditur (COUSIN, 1975, p. 90).

¹⁰ Para assinalarmos a quantidade das sílabas, consultamos Saraiva (2006).

importante, sua prática foi seguida por outras, e as duas formas são aceites nos dicionários e gramáticas.

Concluindo a análise do extrato, os exemplos listados discorrem acerca da analogia na “morfologia”, mais especificamente, na “ortografia”, em pontos relativos aos metaplasmos e às “vozes verbais”; vejamos o próximo.

Quintiliano, *Instituição Oratória* (I, 6, 1-2):

1. E agora há a observação própria do falar e própria do escrever. A linguagem se estabelece pela razão, antiguidade, autoridade, e pelo costume. A razão se funda sobretudo pela analogia; às vezes, pela etimologia. A antiguidade recomenda uma certa majestade e, para que assim eu tenha dito, uma certa religiosidade.¹¹

A tendência, verificada em Varrão, de não polemizar exageradamente acerca da analogia e da anomalia é ainda mais evidente nessa passagem de Quintiliano; o que reforça a proposição de que o essencial era o estabelecimento de critérios gramaticais que ajudassem na sistematização do idioma latino.

Sutilmente, dois pontos básicos estão colocados no excerto. Em primeiro lugar, podemos dizer que, embora de maneira indireta, analogia e anomalia figuram no mesmo plano, pois se esta se associa indelevelmente ao “costume”, aquela, ao lado da *etymologia* “etimologia”, conforme assegura o autor, fundamenta a “razão”. Em segundo, dos quatro critérios apontados como pilares da *Sermo* “linguagem”, três são tão próximos entre si, *uetustate* “(pela)antiguidade”, *auctoritate* “(pela)autoridade” e *consuetudine* “(pelo) costume”, que poderiam, *grosso modo*, ser reunidos numa única palavra, qual seja, “tradição”. De fato, tudo leva a crer que é para dar maior legitimidade aos preceitos tidos como justos que a *Vetera* “antiguidade”, ou seja, “os autores antigos”, representantes da “tradição”, são envoltos em certa áurea de *religio* “religiosidade”. Quanto à aproximação feita entre analogia e “etimologia”, convém, antes de qualquer comentário, termos em mente o significado desta.

Por ἐτυμολογία, formada a partir de ἔτυμος “verdadeiro” + λόγος “conceito” + ἰα, entendemos “a busca do conceito verdadeiro, real, primitivo das palavras”. Trata-se de definição bastante singela para um termo tão importante na história da linguagem, porém, suficiente para a ocasião.

A analogia, historicamente associada à concepção de linguagem tida como criação divina, traz junto a si indelével sentido de “positividade”. Dada a definição de “etimologia” que propusemos, não é difícil perceber um forte elo entre elas (analogia e “etimologia”), na medida em que “verdade” e “positividade” são bastante voltadas para a ideia do “bem”.

Passemos agora ao último fragmento de Quintiliano que separamos.

¹¹ No original: 1. Est etiam sua loquentibus obseruatio, sua scribentibus. Sermo constat ratione, uetustate, auctoritate, consuetudine. Rationem praestat praecipue analogia, nonnumquam et etymologia. Vetera maiestas quaedam et, ut sic dixerim, religio commendat (COUSIN, 1975, p. 105).

Quintiliano, *Instituição Oratória* (I, 6, 3-6):

3. O costume, verdadeiramente, é o mais certo mestre do falar, e é o que deve ser usado inteiramente na conversação, como moeda, para quem a forma é pública. Todavia, todas essas coisas exigem um julgamento agudo, sobretudo a analogia, que, proximamente do grego, os que traduziram para o latim chamaram proporção. 4. A força dela é que o duvidoso está para algo semelhante, do que não se questiona, isto é, que refira e prove as coisas incertas pelas certas. Isso se executa por uma dupla via: pela comparação das semelhanças principalmente nas últimas sílabas, por causa disso, as que são de uma única [sílab] não devem ser cálculo de abatimento. 5. A comparação pelos nomes depreende ou o gênero ou a declinação: gênero, quando se procura se *funis* “corda” é masculino ou feminino, pergunta-se se *panis* “pão” é semelhante àquele; declinação, quando se está indeciso se o certo é dizer *hac domu* ou acaso *hac domo* “por esta casa”, e *domuum* ou acaso *domorum* “das casas”; sejam as semelhanças [*domus*] “casa” *anus* “ânus” e *manus* “mão”. 6. O diminutivo desvenda o gênero pelo modo e, para que não me afaste do mesmo exemplo, *funiculus* “pequena corda” demonstra ser *funem* “corda” masculino.¹²

Imediato ao excerto anterior, este destaca o termo analogia, não apenas trazendo a opinião do autor quanto a sua tradução mais corrente, como descrições relativas a ela, além de resultados obtidos após sua utilização; em suma, trata-se de excerto bastante didático.

Sendo comum a afirmação de que, para Quintiliano, analogia é “proporção”, a frase *analogia praecipue, quam proxime ex Graeco transferentes in Latinum proportionem uocauerunt* “sobretudo a analogia, que, proximamente do grego, os que traduziram para o latim chamaram ‘proporção’”, deixa transparecer que o autor atenta para o fato de que ambas não significam exatamente a mesma coisa.

Quanto às descrições mencionadas, são de duas naturezas. A primeira diz respeito ao que a analogia é, ou seja, um recurso linguístico usado para relacionar palavras desconhecidas às conhecidas; a segunda explica como se emprega esse recurso, que é por meio da *comparatione similibus in extremis maxime syllabis* “comparação das semelhanças principalmente nas últimas sílabas” das palavras. Certamente, a *duplici via* “dupla via” apontada pelo autor se refere ao movimento de ida e volta que, no processo analógico, a mente percorre para executar a “relação entre os dois elementos”. Pensando no conceito “relação entre dois elementos a partir de um ponto, que implica um terceiro elemento”, nota-se que abrange ambas as descrições.¹³

¹² No original: 3. Consuetudo uero certissima loquendi magistra, utendumque plane sermone, ut nummo, cui publica forma est. Omnia tamen haec exigunt acre iudicium, analogia praecipue, quam proxime ex Graeco transferentes in Latinum proportionem uocauerunt. 4. Omnia tamen haec exigunt acre iudicium, analogia praecipue, quam proxime ex Graeco transferentes in Latinum proportionem uocauerunt. Eius haec uis est, ut id, quod dubium est, ad aliquid simile, de quo non quaeritur, referat, et incerta certis probet. Quod efficitur duplici uia: comparatione similibus in extremis maxime syllabis, propter quod ea, quae sunt e singulis, negantur debere rationem, et deminutione. 5. Comparatio in nominibus aut genus deprendit aut declinationem: genus, ut, si quaeratur “funis” masculinum sit an feminum, simile illi sit “panis”; declinationem, ut, si ueniat in dubium “hac domu” dicendum sit an “hac domo”, et “domuum” an “domorum”, similia sint [*domus*] “anus”, “manus”. 6. Deminutio genus modo detegit, ut, ne ab eodem exemplo recedam, “funem” masculinum esse “funiculus” ostendit (COUSIN, 1975, p. 106).

¹³ Aqui, aludimos ao conceito que propusemos (Cf. CARVALHO, 2014, p. 1335).

Quanto à aplicação do termo, observa-se que a tendência de Quintiliano também aponta para a busca de uma sistematização das formas linguísticas; nesse sentido, elenca fatos relativos às categorias gramaticais de “gênero”, “declinação” e “derivação”, passando pelas de “número” e “caso”. Devido à clareza dos exemplos e para que sejam evitadas repetições, não nos demoramos neles; todavia, convém observarmos que, quando o autor questiona sobre o paradigma de desinências dos “casos” a ser seguido quanto ao vocábulo *domus* “casa”, dois pontos devem ser assinalados: em primeiro lugar, sua intenção no sentido de mostrar que, apesar da semelhança entre essa palavra e as da “segunda declinação” (mais numerosas) – por exemplo, *dominus* “dono de casa”, “senhor”, “proprietário” –, deve-se seguir o paradigma dos nomes da “quarta declinação”, como *anus* “ânus” e *manus* “mão” – curiosamente, as quatro possibilidades listadas pelo autor são aceites pelas gramáticas; em segundo lugar, o fato de que é bastante comum encontrar a afirmação de que a analogia influenciou nos “casos” dos nomes da quarta “declinação”, que utilizaram formas dos “casos” das segunda e terceira, e nos da quinta “declinação”, que utilizaram formas da primeira e da terceira.¹⁴ Outro breve fato a ser mencionado é que, com relação a *funiculus* “pequena corda”, dá-se uma ocorrência de analogia em uma categoria gramatical até o momento não abordada, qual seja, a da “derivação”.

Considerações finais

A produtividade do tema no período inicial do latim pôde ser comprovada novamente, seja em aspectos atinentes aos estudos gramaticais seja em aspectos direcionados a áreas diversas.

Vimos que Vitrúvio e Sêneca trazem a analogia aplicada na arquitetura e na filosofia, respectivamente, sem qualquer prejuízo de compreensão: aquele a traduz por proporção; já este opta por conservá-la como se apresenta, apenas adaptando a grafia a seu idioma, vendo nela um sentido de comparação. Quanto a Quintiliano, em seu tratado de retórica, aborda o tema na linha dos gramáticos, ensejando-nos discutir pontos ainda não abordados nos artigos anteriores no tocante à analogia no campo gramatical.

Em caso algum, conforme constatamos, coube falar em substituição do termo *analogia* por *homologia* devido a alguma possível generalização que dificultasse a intelecção, até porque cada palavra sempre conserva sua significação própria e intransferível, e não seria uma com mais de dois mil anos de história, usada em várias ciências, destacada como uma das seis partes da primeira gramática do Ocidente – a de Dionísio Trácio –, além de corrente no nosso dia a dia, que sofreria desse mal.

Há, sim, permuta por determinado sinônimo em certas circunstâncias, mas não em todas; logo, o que afirmaram Greimas e Courtés (1979) exige considerações a partir de outras perspectivas, com o escopo de apreendermos com mais propriedade sua explanação, para aceitá-la com as devidas ressalvas ou refutá-la de vez. Contudo, até o momento, a exemplo do que propõe Sêneca relativamente aos latinos, defendemos a ideia de que a analogia deve ser usada “não só como um termo já incorporado, mas também em uso”.

¹⁴ Cf. Faria (1995, p. 107-114).

Por fim, comparativamente ao todo, pouco vimos, porém, julgamos ser o suficiente para auferirmos uma noção satisfatória da história do termo analogia no período em questão, passando por autores de diferentes áreas.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Antonio Carlos Silva de. “O conceito de analogia sob a ótica de Marco Terêncio Varrão”. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 1244-1253, set./-dez. 2013.
- _____. O conceito de analogia na obra de diferentes autores do Período Romano. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, p. 1332-1341, 2014.
- COUSIN, Jean. Quintilien – institution oratoire. Tome I. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire etymologique de la langue latine* – histoire des mots. Troisième édition (revue, corrigée et augmentée d’un index). Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.
- FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. 2. ed. rev. e aum. Brasília: FAE, 1995. 424 p.
- GREIMAS, Algirdas Julius; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1979, 493 p.
- GROS, Pierre. *Vitruve* – de l’architecture. Livre III. Paris: Les Belles Lettres, 1990. 224 p. (Collection des Universités de France).
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 953 p.
- ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 7. ed. São Paulo: Ática (Série Princípios), 1995. 96 p.
- NOBLOT, Henri; PRÉCHAC, François. *Sénèque* – lettres a Lucilius. Tome V, livres XIX-XX. 2^{ème} tirage. Paris: Les Belles Lettres, 1971. 115 p. (Collection des Universités de France).
- ROHDE, Geraldo Mário. *Simetria*. São Paulo: Hemus, 1982. 191 p.
- SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Novíssimo dicionário latino* – português “etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico etc.”. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006. 1298 p.

Referenciação e multimodalidade: a construção de objeto-de-discurso na articulação entre verbal e não verbal

(Referentation and multimodality: the construction of discourse objects in the articulation verbal and non-verbal)

Natalia Santos Ciceri de Oliveira¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

nataliaciceri@yahoo.com.br

Abstract: This article is about the referential process, considering the articulation between verbal and non-verbal in printed newspapers. We aim to show how the discourse object is (re)constructed, intending to discuss some procedures that emerge of this articulation. From a thematic approach, we focus on the reference to the discourse object *public figure* in *Folha de São Paulo* newspaper. The analyses are based on Textual Linguistics, sociocognitive and interationally oriented, that adopts the referential as discursive activity, situated in subject social practices and built in a specific interational context, and in some Grammar of Visual Design resources (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]), whose proposal, allied to Social Semiotic, presents a description model of diferent modalities texts.

Keywords: *referentation; multimodality; printed newspaper.*

Resumo: Este artigo trata do processo de referenciação, tendo em vista a articulação entre verbal e não verbal, no jornal impresso. Mostraremos, portanto, como o objeto-de-discurso se (re) constrói, buscando discutir alguns procedimentos que emergem dessa articulação. A partir de um recorte temático, focalizamos a referência ao objeto-de-discurso *pessoa pública* no jornal *Folha de S. Paulo*. As análises são fundamentadas na Linguística Textual, de orientação socio-cognitivo-interacional, que toma a referenciação como atividade discursiva, situada nas práticas sociais dos sujeitos e construída num contexto interacional específico, e em alguns recursos da *Gramática do Design Visual* (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]), cuja proposta, aliada à Semiótica Social, apresenta um modelo de descrição de textos de modalidades diferentes.

Palavras-chave: *referenciação; multimodalidade; jornal impresso.*

Introdução

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca do processo de referenciação visto sob o prisma da multimodalidade. Buscaremos mostrar de que maneira, na construção de objeto-de-discurso, elementos presentes em textos verbais e não verbais se articulam, tomando como objeto de análise uma composição¹ presente na edição do dia 18 de março de 2013, no jornal *Folha de S. Paulo*. Tal composição focaliza a figura do Papa Francisco na ocasião de seu primeiro Ângelus, e é formada por fotografia, legenda, títulos e resumos noticiosos. Demonstramos como a fotografia e algumas porções textuais presentes na primeira página do jornal operam, de maneira articulada, na construção do referente em foco.

¹ Na pesquisa que realizamos, no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Unesp – *campus* de São José do Rio Preto –, selecionamos, até o momento, 20 composições, que seguem mais ou menos um mesmo padrão de diagramação apresentado na amostra que trazemos aqui. Chamamos de *composição* uma “unidade noticiosa” que pode conter fotografia, títulos, legendas, corpo de texto noticioso, presente na primeira página ou na página interna do jornal *Folha de S. Paulo*.

As discussões trazidas aqui fazem parte de um recorte de minha dissertação de mestrado em andamento. Na pesquisa, não tratamos apenas da primeira página, mas consideramos a relação entre a composição presente na capa e a composição interna. Consideramos a relação entre a primeira página e a página interna, porque mostramos que os diferentes movimentos de leitura, que podem ser realizados pelo leitor do jornal, interferem na construção da referência.

Situamos nosso trabalho no campo da Linguística Textual, de orientação socio-cognitivo-interacional, e concebemos a linguagem como uma atividade que proporciona a interação social. Os elementos que compõem um texto são, nessa perspectiva, entendidos e tratados como processos que se constroem na relação entre os interlocutores, em práticas discursivas sócio-historicamente situadas. São, portanto, constructos, que se manifestam na materialidade textual, mas advêm dos conhecimentos partilhados entre os envolvidos na interação, de suas memórias e de suas concepções sobre o mundo.

Dessa forma, a referência, considerada pelas tendências correspondentistas como a relação especular entre as palavras e as coisas, sofre um deslocamento condizente com a visão procedural da orientação sociocognitivo-interacional, e passa a ser revisitada, no quadro da Linguística Textual, sob o postulado da referencialização, cuja defesa recai numa visão construtiva para a qual os referentes “não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – dessa atividade” (APOTHÉLOZ; REICHER-BÉGUELIN, 1995, p. 228).

Como produtos culturais da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos, os referentes deixam de etiquetar os objetos-de-mundo, numa relação direta entre linguagem e realidade, para se instituírem como objetos-de-discurso, entidades dinâmicas que tomam forma e se modificam no fazer discursivo. Não se trata, no entanto, de negar a realidade, mas admiti-la como versões resultantes dos conhecimentos que os sujeitos têm sobre o mundo, de suas expectativas em relação ao outro, de suas crenças, de suas experiências. Em contraponto a uma noção de representação como espelhamento, para a abordagem sociocognitivo-interacional, a função “representativa” da linguagem destaca a forma como os sujeitos operam na elaboração dos referentes, tendo em vista um projeto de dizer.

De maneira análoga entendem os autores que adotamos para a análise das fotografias. Kress e van Leeuwen (2006 [1996], p. 7) dizem que a representação é um processo pelo qual os sujeitos constroem signos de acordo com seus interesses. A imagem e, para nós, de maneira mais específica, a fotografia, é também uma construção resultante de escolhas determinadas pela história cultural, social, psicológica, e pelo contexto em que é produzida. Consideramos, assim, que, além do verbal, as fotografias são produtos de escolhas que revelam os propósitos do produtor e contribuem para a (re)construção do objeto-de-discurso.

A relevância deste trabalho está, portanto, em admitir que a construção do referente se manifesta na articulação entre verbal e não verbal e propor uma análise dos processos de referencialização conjugada à análise de elementos imagéticos. A consideração de textos compostos por sistemas sígnicos diferentes tem sido uma preocupação no campo de estudo da Linguística Textual e tem movido alguns autores a buscarem reflexões de ordem teórico-metodológica que auxiliem em seu tratamento. Bentes, Ramos e Alves

Filho (2010, p. 390) referem-se à multimodalidade como um dos objetos que desafiam os estudos do texto na atualidade.

Neste artigo, trazemos uma possibilidade de abordagem do fenômeno da referência, considerando o desafio apontado por esses autores. No próximo tópico, apresentaremos uma revisão das bases teóricas em que nos fundamentamos. Será visto que nossa proposta se enquadra no que vem sendo chamada de *segunda tendência nos estudos da referência*, caracterizada, principalmente, por adotar uma perspectiva mais ampla sobre o fenômeno, já que admite a integração de outros elementos na construção de objeto-de-discurso, além dos sintagmas nominais.

Fundamentação teórica

A apresentação de nossa fundamentação teórica está organizada em três momentos: primeiramente, falaremos sobre os princípios gerais que nos autorizam a estabelecer compatibilidades entre a Teoria da referência e a *Gramática do Design Visual* (ou GDV); em um segundo momento, trazemos uma revisão dos estudos sobre referência, dividindo-os em duas tendências, conforme vem mostrando autores como Cavalcante (2011), Custódio Filho (2011); por fim, apresentaremos algumas considerações sobre a GDV, enfocando os recursos que selecionamos para a análise que apresentamos neste artigo.

A base teórica fundamental que sustenta este trabalho é a perspectiva sociocognitiva-interacional da referência, desenvolvida, principalmente, no campo de estudos da Linguística Textual (ou LT). Como vimos na introdução, a concepção procedural da LT, influenciada pela pragmática e pelo sociocognitívismo, conduz esse quadro teórico ao interesse pela investigação de fenômenos envolvidos no processamento textual. *Grosso modo*, cabe explicar e descrever o funcionamento dos fenômenos que tornam o texto um todo significativo, levando em conta os processos cognitivos ativados em sua produção e recepção, os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, as negociações dos sujeitos em interação, as condições sócio-históricas em que o texto foi produzido.

A referência passa a ser tratada de maneira dinâmica e entendida como uma atividade discursiva, ou seja, os referentes, vistos como constructos sócio-históricos resultantes de práticas simbólicas, são constantemente atualizados na interação. Como já dito, tal visão é contrária à ideia de que as palavras espelham as coisas, como se pudessem substituí-las. Na verdade, a Teoria da referência entende que “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

Mondada (2001, p. 9) explica que, nessa perspectiva, os referentes se constituem como *objetos-de-discurso* e não como *objetos-de-mundo*. Disso podemos extrair o princípio mais caro a essa teoria: o mundo é *construído* pelos sujeitos em suas atividades cognitivas e interativas. Buscando, pois, uma abordagem da fotografia que seja coerente e compatível com essa perspectiva, adotamos a *Gramática do Design Visual*. Os autores da GDV entendem que toda e qualquer “representação” é resultado de uma construção. As imagens, para eles, são mensagens estruturadas, no sentido de que não podem ser vistas como fieis à realidade. Dessa forma, o signo não é uma entidade pré-existente, mas constituído pelo sujeito. Salientamos, novamente, que nenhuma das propostas nega o real,

afinal, as representações são ancoradas no mundo e resultam das escolhas que os sujeitos fazem ao elaborarem discursivamente suas versões. Na verdade, o que se tem nas duas perspectivas é uma concepção intersubjetiva e construtiva de representação.

Além disso, é possível concluir, assim como para a perspectiva sociocognitivo-interacional, que para a GDV tais construções se dão na/pela interação. Kress e van Leeuwen (2006 [1996], p. 45) defendem que as estruturas pictóricas “estão imbricadas com os interesses das instituições sociais dentro das quais as figuras são produzidas, circulam e são lidas”. Dessa maneira, entendem o modo visual como fruto de escolhas culturalmente determinadas, utilizadas com finalidades específicas. Os signos visuais, portanto, não são arbitrários, mas são produzidos a fim de atenderem a um propósito comunicativo.

São, pois, esses dois princípios que a nosso ver autorizam estabelecer uma convergência teórica entre a Teoria da referenciação e a GDV, ou seja, em ambas temos a defesa de que as representações são versões criadas por sujeitos sócio-historicamente situados, a fim de cumprir objetivos comunicativos específicos. Defendemos a necessidade da adoção de um quadro teórico-metodológico para o tratamento das fotografias, já que entendemos que verbal e não verbal são modos semióticos diferentes e, portanto, são processados a partir de estratégias e recursos diferentes. Justificamos a adoção, em nosso trabalho, de algumas categorias da GDV, principalmente, para não comprometer a análise com interpretações demasiadamente subjetivas, já que, ao filtrarmos a análise da fotografia com um aparato teórico, podemos validar melhor nossas interpretações. Optamos pela GDV porque o modelo compartilha com a Teoria da referenciação a visão de que a realidade é construída nas/pelas práticas sociais.

Tendo esses pontos esclarecidos, desenvolveremos no segundo momento dessa fundamentação uma breve revisão sobre as estratégias e processos descritos pela Teoria da referenciação, em suas duas tendências.

A Teoria da referenciação

Para a perspectiva sociocognitivo-interacional a atividade de referir é dinâmica e instável, ou seja, os referentes são construções que se desenrolam nas práticas discursivas, numa relação indireta entre a língua e o mundo. Postula-se, dessa maneira, uma instabilidade constitutiva do real e, portanto, do próprio processo de referir. Mondada e Dubois (2003) mostram que as designações são variáveis porque dependem do contexto em que ocorrem e, por isso, se adaptam a ele, já que nosso sistema cognitivo se flexibiliza, dados os diferentes pontos de vista que podemos assumir sobre o mundo, implicando distintas categorizações. Elas defendem que “a instabilidade caracteriza o modo normal e rotineiro de entender, descrever, compreender o mundo – e lança, assim, a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 28).

Nota-se que a instabilidade é intrínseca ao processo de referenciação, mas, ao mesmo tempo, as reelaborações que fazemos do mundo sofrem restrições culturais, sociais, históricas e linguísticas. Logo, a referência não se dá de maneira indiscriminada e desordenada; na realidade, na medida em que o referente vai se constituindo e se modificando no processamento textual, as pressões de ordem cognitiva, interacional e linguística conferem a ele uma estabilidade relativa. O resultado são versões provisórias que os sujeitos criam a partir de elaborações e reelaborações do mundo que o cerca.

Dizer que as seleções vão se constituindo no processamento textual não significa, no entanto, que as modificações sofridas pelos referentes ao longo da interação sejam lineares e sequenciais. Veremos em outros estudos e em nossa análise, que o processo de construção de um referente é mais complexo e ultrapassa os limites da cadeia referencial e das operações de introdução e de retomadas correferenciais.

Essa complexidade já vinha sendo mostrada nas pesquisas sobre o funcionamento das expressões nominais – pesquisas que caracterizam uma primeira tendência dos estudos sobre referenciação. Jubran (2003, p. 95) explica, a partir de Koch e Marcuschi (2000) e Koch (1999), que, ao se admitir a anáfora como a relação entre dois elementos textuais, ampliando sua função tradicional de retomada pronominal de um antecedente lexical colocado no texto, abre-se espaço para os estudos de outras configurações anafóricas, que compreendem além do pronome, o sintagma nominal como elemento linguístico envolvido nas estratégias de referenciação textual.

Dessa maneira, passou-se a considerar duas estratégias principais de referenciação textual: o uso de pronomes e o uso de expressões nominais. Neste texto, interessa rever a segunda estratégia, já que as expressões nominais operam, com mais frequência, categorizações e recategorizações de referentes.

Baseando-se em escolhas determinadas por seus propósitos comunicativos e de acordo com o modo como interage sociocognitivamente com o mundo e com o outro, o produtor de um texto categoriza o referente a partir da ativação de conhecimentos partilhados socioculturalmente, ou seja, o sujeito aspectualiza, avalia e predica atributos ao referente, levando em conta seu projeto de dizer, o que determinará a ativação e categorização desse referente no processamento textual. Os estudos que caracterizam a primeira tendência mostram que essa construção não se mantém estática, visto que o processo de referenciação é dinâmico, o que resulta em alterações e em reavaliações do referente. As alterações e a forma como são marcadas no processamento textual determinam sua recategorização.

Segundo Jubran (2003, p. 96), esses processos são marcados no texto por algumas atividades referenciais, como a atribuição de propriedades relevantes a um referente, no caso das descrições definidas e das descrições indefinidas; a condensação de predicções precedentes, encapsuladas em um substantivo-predicativo, caso das nominalizações; e a introdução de um referente novo ancorado sem fonte explícita no texto, caso das anáforas associativas ou indiretas.

As pesquisas que focalizam essas atividades centram-se nas discussões acerca do funcionamento das expressões nominais e dos mecanismos envolvidos no processo de menção referencial, reforçando, como afirma Custódio Filho (2011, p. 139), “uma teoria da onipresença do sintagma nominal” que se manifesta na progressão textual – tal é foco que se tem dado aos estudos das anáforas indiretas e das anáforas recategorizadoras.

Tais preocupações não são excluídas da nova agenda sobre o assunto, que pode ser considerada uma continuidade dessa primeira tendência. Essa nova agenda também tem se interessado em verter um tratamento sociocognitivo-discursivo para as relações entre as expressões referenciais, mas se caracteriza, principalmente, pelo reconhecimento de aspectos mais amplos envolvidos na elaboração dos referentes, ou seja, levam-se em conta, nesses estudos, fenômenos que ultrapassam o universo das expressões referenciais.

Os trabalhos dessa segunda tendência mostram, de maneira mais reforçada, que o fenômeno da referenciação é um processo não linear, admitindo que a (re)construção do objeto-de-discurso não é resultado da soma sucessiva de traços atribuídos ao referente na progressão textual, mas das “idas e vindas” que caracterizam a leitura e o processo de interpretação. Assim também, a admissão de outras porções textuais no processo de (re)construção de um objeto-de-discurso abre espaço para o reconhecimento de outras unidades de análise, como a relevância de se considerar modificações resultantes de predicações.²

Essas ampliações que citamos brevemente foram, em sua maioria, desenvolvidas por pesquisadores do Grupo Prottexto, da Universidade Federal do Ceará. Afinada a essas propostas, a tese de Valdinar Custódio Filho, de 2011, é a que toca mais diretamente em nosso tema: o processo de referenciação na articulação entre verbal e não verbal. Reconhecendo que o processamento textual pode contemplar o não verbal, o autor lança novo olhar para o processo de referenciação, admitindo para isso que

[...] os recursos imagéticos de um texto podem ocupar o mesmo papel que o normalmente imputado às expressões referenciais, de maneira que eles também seriam responsáveis pela instauração de um referente, bem como por eventuais recategorizações desse referente. (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 18)

Importante, no entanto, lembrar que a relevância de outras semioses para esse processo já vinha sendo apontada em trabalhos como o de Mondada (2005, p. 16) no que ela chama de *abordagens plurais das práticas referenciais*. Num estudo sobre a construção referencial operada por meio da expressão “you see” em interações entre médicos numa sala de cirurgias, a autora destaca o papel de outras práticas além das verbais na gestão da referência.

Outros trabalhos, como os de Bentes e Rio (2005), reafirmam a relação entre referenciação e multimodalidade, destacando o caráter dinâmico da construção referencial, em que aspectos relativos ao espaço, ao contexto, ao conhecimento partilhado dos interlocutores são de extrema importância para o entendimento da referência.

Colocadas, portanto, as bases que fundamentam nosso trabalho, inserimos nossa pesquisa no âmbito da segunda tendência dos estudos sobre referenciação, na medida em que admitimos o não verbal no processo de (re)construção de objeto-de-discurso. Dessa maneira, nossa proposta ultrapassa os limites da expressão referencial, embora destaquemos que não descartaremos o levantamento das estratégias estudadas pela primeira tendência, pois entendemos que se trata de abordagens complementares.

Já justificamos anteriormente a adoção de um aporte teórico que nos auxilie no tratamento das fotografias. Abordaremos o não verbal a partir dos elementos que o compõe e mostraremos que a fotografia resulta de escolhas, ou seja, a manipulação e as manobras técnicas estão materializadas no texto não verbal, que, em conjunção com o verbal, molda o objeto-de-discurso, por isso consideramos relevante mostrar o modo como ela é “elaborada” e como elabora e reelabora o real.

É importante dizer também que a ideia de conjunção não deve se confundir com a ideia de reforço. Para nós, o objeto-de-discurso emerge da articulação entre verbal e não

² Para aprofundar tais questões, recomendam-se, ao menos, as leituras de Cavalcante *et al.* (2007), Leite (2007a, 2007b), Custódio Filho (2011), Custódio Filho e Silva (2013).

verbal, e não do reforço que o não verbal possa oferecer ao verbal. Não subordinamos a fotografia ao texto verbal, como se a imagem fosse acessória e dependesse da escrita para construir a referência. Mostramos, diferentemente, que verbal e não verbal estão articulados em função de um projeto de dizer.

Passaremos a terceira e última parte de nossa fundamentação, em que apresentaremos algumas considerações sobre a *Gramática do Design Visual*, justificando e apontando o recorte que faremos dela.

A Gramática do Design Visual

No livro *Grammar of Visual Design*, de Kress e van Leeuwen, publicado em 1996, é apresentado um modelo de descrição que busca apreender os significados presentes nos modos semióticos visuais. Para os autores, interessa descrever como os elementos que compõem uma imagem se combinam formando um todo significativo. Esse modelo de análise foi criado a partir dos pressupostos da Semiótica Social lançados em 1988, por Hodge e Kress, com a publicação do livro *Social Semiotics*.

Van Leeuwen (2005, p. xi) explica que a semiótica social se desenvolveu a partir de questionamentos à Escola de Paris, que estendeu, com Barthes, as ideias de Saussure para a moda e a fotografia. Buscando ultrapassar os limites da estrutura e do sistema e influenciada por concepções da Linguística Sistêmico Funcional, a Semiótica Social desloca o foco do signo, como abstração, para o modo como os sujeitos utilizam o signo na busca de produzir e interpretar um evento comunicativo. Entende que todo evento comunicativo é multimodal e, por isso, objetiva compreender como esses recursos multimodais se integram nos usos sociais que são feitos deles.

Destacamos disso dois princípios básicos dessa abordagem: a consideração do social na compreensão da linguagem e de sua estruturação, a partir do entendimento de que o signo não existe antes ou fora das relações sociais; e o reconhecimento de que todo evento comunicativo seja multimodal, daí o estudo articulado dos modos semióticos (sonoro, visual, gestual, etc.). Guiada por esses princípios, a semiótica social define-se como um campo de investigações de textos multimodais, no qual se insere o modelo de descrição da *Gramática do Design Visual*.

Importante esclarecer que os autores da GDV chamam seu modelo de “gramática” buscando dar destaque às regularidades culturalmente construídas. Essa preocupação demonstra a consciência de que a proposta desenvolvida por eles não pode ser considerada geral e universal, dada a influência da cultura no modo como as imagens são produzidas. Não se trata, portanto, de propor uma gramática que dite regras de composição, mas apontar aspectos descritos a partir dos usos que se fazem dessas imagens em contextos específicos.

A GDV é baseada no modelo da Gramática Sistêmico Funcional e, assim como Halliday, seus autores defendem que qualquer modo semiótico em uso cumpre simultaneamente três funções principais. Partem, portanto, das noções *metafunção ideacional*, *metafunção interpessoal* e *metafunção textual*, e propõem a terminologia *metafunção representacional*³, *metafunção interacional* e *metafunção composicional*.

³ Importante retomar que os autores entendem “representação” como criação socioculturalmente determinada; contrária, pois, à ideia de espelho da realidade.

Por uma questão de espaço, não trazemos aqui a revisão dessas metafunções. Faremos um recorte da proposta que os autores apresentam, tomando alguns recursos descritos na gramática como aporte metodológico para a análise da fotografia e de outras estratégias composicionais, como a diagramação da primeira página e os recursos tipográficos. Para este artigo, apresentamos algumas considerações a respeito dos recursos que utilizamos na análise da amostra que trazemos.

A *distância social* e a *atitude* são recursos que, segundo a GDV, cumprem função interacional. A distância social diz respeito às possibilidades de enquadramento numa estrutura visual. Carvalho (2010, p. 268) resume essas possibilidades apresentadas pelos autores e explica que ele pode ser configurado de três maneiras:

[...] em plano fechado (*close shot*, quando a imagem mostra a cabeça e os ombros do participante representado), plano médio (*medium shot*, quando a imagem retrata o participante representado dos joelhos para cima) e, plano aberto (*long shot*, o representado é mostrado de corpo inteiro e o cenário é também visualizado).

Quanto mais aberto o plano de representação do participante, maior é o distanciamento estabelecido entre este e o espectador. Da mesma forma, o plano fechado representa relações de intimidade e proximidade.

A Atitude reflete as escolhas do produtor e está vinculada à seleção do ângulo de tomada, no caso da fotografia. Segundo Carvalho (2010, p. 269), esse “sistema de perspectiva [...] pode realizar atitudes (*attitudes*) mais ou menos subjetivas quanto à apresentação dos participantes representados”. Para Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), tais escolhas são socialmente determinadas e não partem de seleções individuais.

Os ângulos podem ser horizontais ou verticais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 134). Nos primeiros a tomada pode ser frontal e, nesse caso, o plano da imagem coincide com o plano do fotógrafo; ou pode ser oblíquo, em que não há coincidência entre os planos. Os autores explicam que o ângulo frontal estabelece relação de envolvimento entre os participantes, enquanto o ângulo oblíquo estabelece uma relação de distanciamento entre eles (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 136). Já os ângulos verticais expressam relações de poder entre os participantes interativos. O ângulo vertical pode ser elevado, o que diminui o tamanho do participante representado e atribui poder e superioridade ao espectador; pode tomar o “nível dos olhos”, em que a relação é de igualdade, não havendo diferenças de poder entre eles; e pode ser baixo, atribuindo poder ao participante representado, que aparece numa posição superior ao espectador (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 140).

O *valor informacional*, a *saliência* e a *moldura* são recursos que cumprem função composicional. O valor informacional é atribuído ao modo como os elementos vêm dispostos ou localizados na composição ou imagem. Segundo os autores (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 179-201), a relação Dado-Novo representa os elementos posicionados à esquerda ou à direita. O Dado, à esquerda, seria uma informação apresentada como se fosse conhecida, consensual, e o Novo, à direita, seria uma informação apresentada como novidade e, por isso, geradora de polêmica e discussão. Além desse posicionamento horizontal, podemos considerar os elementos posicionados verticalmente pela

relação Ideal-Real.⁴ A informação tida como ideal, posicionada na parte superior de uma composição, seria uma informação tida como idealizada e de prestígio; já a informação real, posicionada na parte inferior, seria uma informação de caráter prático. Há ainda a relação Centro-Margem, cuja função, segundo os autores, é a de posicionar os elementos de modo que aqueles que estão no Centro representem uma informação mais importante, “central”, e aqueles que estão à Margem, uma informação secundária.⁵

Os autores explicam que para que uma composição seja considerada em uma das relações explicitadas acima ou, ainda, na integração entre elas, deve estar evidente o uso significativo desses recursos. Para um elemento apresentado como Centro, por exemplo, ou seja, como uma informação principal, haverá elementos à margem apresentados como dependentes e auxiliares. Se esses elementos são muito semelhantes entre si, não há, por exemplo, nenhum sentido estabelecer entre eles uma relação entre Dado e Novo ou entre Ideal e Real, o que significa que essas e outras categorias dependem sempre do contexto em que são usadas, ou seja, as relações descritas acima não configuram regras, mas possibilidades de organização.

A *saliência* (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 201-203) determina o grau de importância que é atribuído aos elementos que constituem uma imagem ou composição. Em determinado contexto, embora a relação Dado-Novo, por exemplo, pareça destacar a informação à direita, já que ela é considerada geradora de discussão, alguns recursos podem colocar em destaque a informação dada. A saliência resulta da interação de vários fatores como plano, tamanho relativo, perspectiva, contrastes de tonalidade ou cor, diferenças de brilho, jogo de luz, além de fatores culturais específicos, como o aparecimento de uma figura humana conhecida. Os autores explicam que esses aspectos servem para chamar a atenção do leitor, indicando o que é mais importante na representação visual. Para Carvalho (2008, p. 226), isso também cria a trajetória de leitura esperada, já que estabelece uma organização hierárquica entre esses elementos.

Já a *Moldura* (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 203-204) determina a conexão ou desconexão entre os elementos presentes na estrutura visual. Ela é caracterizada pela presença de vetores, espaços em branco, continuidade ou descontinuidade de brilho e cor, contrastes, que determinam as marcas da moldura, ou seja, o contorno dos elementos. Os autores explicam que, quanto menos emoldurados estão os elementos, maior é a integração entre eles. Esse conceito é utilizado também na análise da relação multimodal entre verbal e não verbal, que podem ocupar espaços diferentes no *layout* de uma composição, ou ocuparem o mesmo espaço, sendo apresentados de maneira mais integrada.

Passamos agora aos procedimentos de análise que têm norteado nossa pesquisa. Explicamos como operamos com os recursos verbais e não verbais que destacamos até aqui.

⁴ As noções de “ideal” e de “real” podem ser relacionadas a informações mais abstratas e mais concretas, respectivamente, distribuídas na verticalidade de uma composição. Os autores explicam que a seção superior tende a realizar um apelo emotivo e mostrar ao leitor algo que “poderia ser”, já a parte inferior tende a mostrar uma informação mais prática, que deveria ser entendida como “o que é”.

⁵ Embora essas sejam generalizações, os autores reconhecem que essas leituras podem ser refutadas por um leitor particular, visto que é possível a atribuição de outros valores a essas configurações (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 181).

Procedimentos de análise

Considerando nossos objetivos, o material selecionado é analisado levando em conta algumas etapas subsidiadas pelo aparato teórico-metodológico revisto em nossa fundamentação. Defendemos que a construção do objeto-de-discurso se dá na conjugação, ou melhor, na articulação estabelecida entre verbal e não verbal, respeitando suas especificidades. Sendo assim, partiremos da materialidade de cada modo semiótico, levantando os recursos relacionados à construção da “representação” da *pessoa pública Papa Francisco* no jornal. Analisamos também outros recursos multimodais relacionados, como explicamos, à diagramação do jornal, tais como a tipografia e organização do material verbal e do material não verbal na composição da página.

Nossa investigação é realizada considerando duas etapas principais, que não seguem, necessariamente, a ordem que apresentamos a seguir, já que nossas interpretações priorizam a articulação desses recursos:

- descrição e análise da fotografia a partir dos recursos mais diretamente relacionados com a composição fotográfica, descritos pela GDV:
 - *a distância social*: relativa ao enquadramento na fotografia;
 - *a atitude*: vinculada ao ângulo de tomada;
 - *o valor informacional*: relativo ao modo como os elementos vêm dispostos na imagem ou composição;
 - além disso, para explicar os destaques que são dados à figura da pessoa pública em análise, utilizaremos a noção de *saliência* e *moldura*.
- levantamento e análise das expressões nominais, escolhas lexicais e outras porções textuais, tal como a predicação, envolvidas no processo de referenciação. Enfocamos os processos de categorização e recategorização de objetos-de-discurso, discutindo a atribuição de propriedades e características aos referentes;

Não podemos nos esquecer de mencionar aqui, novamente, que focalizaremos também as estratégias de diagramação e de tipografia, sempre que os recursos utilizados estiverem relacionados ao processo de construção do referente analisado.

Importante destacar que os recursos recortados da GDV são analisados independentemente da metafunção a que pertencem, visto que buscaremos torná-los mais autônomos e, ao mesmo tempo, mostrar que as funções desempenhadas por eles são dinâmicas e aplicadas de maneira integrada na estrutura visual.

Amostragem de análise

Neste tópico do texto, analisamos uma composição visual presente na primeira página da *Folha*. O exemplo faz parte de nosso *corpus* e foi coletado do acervo digital do jornal; é, no entanto, uma reprodução da capa do jornal impresso, guardando suas características e organização originais. Na composição que apresentamos abaixo, temos uma abordagem da figura do Papa Francisco, na ocasião de seu primeiro Ângelus, no dia 18 de março de 2013, após ser eleito como papa em 13 de março.

Na primeira página do jornal, é possível perceber o destaque que a notícia recebe, principalmente, pela ocupação da fotografia, que toma quase a metade do espaço da página destinado às chamadas. O uso da fotografia, por si só, já é uma estratégia que opera

na tentativa de atrair o leitor para essa notícia, destacando sua importância em relação às demais.⁶ Além disso, a imagem vem posicionada na parte superior da primeira página, o que destaca seu valor informacional, já que trata-se de posição em que se costuma ser recorrente a veiculação de informações de maior prestígio e relevância para o jornal (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 179-201). Por essa razão, defendemos que essa fotografia opera a ativação do referente papa e, de maneira articulada com o material verbal – a legenda e o texto posicionado do lado esquerdo da foto –, aciona uma primeira imagem desse referente, que revela a perspectivização efetivada pelo produtor.



Figura1. 1ª página da *Folha de S. Paulo*, edição do dia 18 de março de 2013

⁶ Outra notícia chama atenção pelo título em letras grandes e destacado em negrito, no entanto, para os propósitos que temos com este trabalho, focalizamos as chamadas referentes a informações associadas à figura do papa.

O enquadramento em plano aberto coloca em evidência, além do papa, o cenário em que ele se insere. A seleção do ângulo de tomada é vertical, ou seja, a fotografia foi tirada de cima para baixo, a partir de um ângulo elevado, o que diminui o tamanho do objeto ilustrado. O enquadramento em plano aberto, que dá espaço ao cenário composto por fiéis, e o ângulo vertical elevado, que diminui a figura do papa, destacam o assédio que ele sofre nesse contexto. E, embora sua imagem seja diminuída, isso não a torna uma figura acessória. Na verdade, por ser uma personalidade pública, o papa se apresenta como mais saliente na imagem, em comparação ao público “comum”, o que garante sua posição de destaque. Além disso, os olhares dos fiéis estão ligados ao papa, o que corrobora a leitura de que ele é o centro das atenções.

Abaixo da fotografia temos a seguinte legenda “PAPA STAR Entre seguranças, Francisco saúda fiéis, que chegaram a beijar seu rosto, após missa no Vaticano; no 1º Ângelus, ele tratou do perdão Mundo A9”. A escolha lexical PAPA STAR recategoriza esse referente e é introduzida, sustentada pelo modo como ele é representado na fotografia. O visual, descrito pelo termo PAPA STAR, funciona como uma âncora que autoriza essa atribuição, ao mesmo tempo em que é recategorizado por ela.

Podemos dizer, então, que da seleção dessa representação visual, deriva a recategorização verbal do referente, presente no título da legenda. O nome PAPA STAR, neologismo criado a partir do termo “pop star”, cujo significado se associa a celebridades tidas como figuras populares, aciona um conjunto de conhecimentos na memória discursiva do leitor, que ratificam as estratégias em uso na fotografia, e colocam em destaque o atributo de “popularidade” na construção do referente papa. Além disso, o termo atribui aspectos relativos à facilidade de aproximação e à abertura, associados culturalmente à figura desse referente, e construídos no/pelo discurso.

Essas propriedades também são acionadas, ainda na primeira página, por meio de algumas construções presentes no texto posicionado à esquerda da foto. Trata-se de uma chamada que encaminhará o leitor para uma entrevista na página A15. Nota-se que, na primeira página do jornal, a relação entre os textos é evidente e os aspectos relativos à aproximação e abertura, acionados pelo termo PAPA STAR, podem ser relacionados a algumas porções cotextuais desse texto.

Chamada para a entrevista:

Por ser jesuíta, papa Francisco pode dialogar com a ciência

Por ser oriundo da Companhia de Jesus, o papa Francisco tem capacidade para dialogar com o mundo científico, tecnológico e político e lidar com os desafios da modernidade, afirma Roberto Romano, professor de ética e filosofia na Unicamp. “É uma ordem que cultiva a ciência e a técnica”, disse.

Mas, para arejar a igreja, o pontífice terá de enfrentar a Cúria. **Entrevista de 2ª A15**

A noção de um papa mais aberto é instituída, nessa chamada, pelas predicções “ser jesuíta”, presente no título e retomada posteriormente por “ser oriundo da Companhia de Jesus”; e “pode dialogar com a ciência”, também retomada por “tem capacidade para dialogar com o mundo científico, tecnológico e político e lidar com os desafios da moder-

nidade”. Essas predicções atribuem ao referente a qualidade de tornar possível o diálogo entre a igreja e questões mais modernas.

Tal atribuição é, ainda, homologada por outra construção que se refere ao objeto-de-discurso “a Companhia de Jesus”. A predicção, que aparece como uma definição sobre esse objeto, “É uma ordem que cultiva a ciência e a técnica”, opera sobre ele uma recategorização que interfere na construção do referente papa, já que também age sobre as predicções “ser jesuíta” e “ser oriundo da Companhia de Jesus” referentes a ele. Dessa maneira, não só as propriedades diretamente ligadas ao referente papa atuam em sua (re) construção, mas também as propriedades de outros referentes que se associam a ele.

A ratificação das noções de abertura e acessibilidade, atribuídas ao objeto-de-discurso em questão, ganha ainda um peso argumentativo que deve ser notado e que está associado à estratégia de apropriação do discurso do outro no texto jornalístico. As predicções destacadas acima são parte do discurso relatado de um especialista, cuja principal função é assegurar a autenticidade do que é dito no texto e marcar o distanciamento do locutor, imprimindo uma aparente objetividade ao discurso. Essa função recai sobre o modo como essas construções atuam na construção da referência, e a representação de um papa mais próximo do povo e disposto ao diálogo torna-se reforçada.

Como é possível notar, todo esse processo de construção referencial é extremamente complexo e dinâmico. Trata-se de um fenômeno em que atuam diferentes fatores associados à atividade de leitura e interpretação. A sequência de análise dos elementos que abordamos, por exemplo, pode não corresponder ao movimento de leitura realizado por um leitor particular. Pela saliência que adquire na página do jornal, a fotografia tem grande destaque em comparação ao texto verbal, mas não podemos deixar de considerar que a caixa alta utilizada como recurso tipográfico no título da legenda, e o tamanho da fonte do título da chamada, localizada do lado esquerdo da fotografia, também são estratégias que chamam a atenção do leitor e que podem mobilizar diferentes movimentos de leitura.

Esse é mais um motivo para defendermos que, nos textos que temos analisado, a referência resulta de uma articulação multimodal. Fotografia, textos verbais, estratégias tipográficas e de diagramação, quando conjugadas, atuam na construção da referência.

Considerações finais

Este trabalho, ainda em fase de execução, desenvolve-se no sentido de colaborar para novas perspectivas acerca do funcionamento de processos que constituem o texto. Ainda há muito a se dizer sobre o fenômeno da referenciação, principalmente, quando visto sob um prisma ampliado, como o que tentamos mostrar, motivados pela segunda agenda nos estudos sobre o assunto e por trabalhos como o de Custódio Filho (2011).

Como dizem Mondada e Dubois (2003), é no/pelo discurso que se elabora uma possibilidade de versão do mundo que, longe de ser imparcial, revela que há escolhas específicas envolvidas no modo como o referente é apresentado, ou melhor, dinamicamente (re)elaborado. Pouco importa saber para análise linguística se essas escolhas são conscientes ou não, o que é possível afirmar é que são seleções que emergem de uma atividade de linguagem sociocognitiva constituída por fatores de ordem cultural, interacional, experiencial.

No processo de referenciação, esses fatores convergem, como lembram Koch e Cunha-Lima (2007, p. 255), na realização de “ações verbais” que resultam de uma vida psicológica individual e de ações públicas e históricas. Somamos a essas ações o não verbal, contemplando a natureza multimodal do texto e, conseqüentemente, do processo de referenciação.

Esperamos, com nossas interpretações, possibilitar novos questionamentos que busquem ampliá-las ou, ainda, contrariá-las. Entendemos que o propósito final é o de oferecer melhores explicações sobre os fenômenos da linguagem.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et strategies de designation. Tradução (inédita) Mônica Magalhães Cavalcante. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Org.). *Du syntagme nominal aux objects-de-discours*. SN complexes, nominalisation, anaphors. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995. p. 227-271.
- BENTES, A. C.; RAMOS, P.; ALVES FILHO, F. Enfrentando desafios no campo de estudos do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 389-428.
- BENTES, A. C.; RIO, V. C. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 265-291.
- CARVALHO, F. F. A primeira página de jornais portugueses à luz da análise multimodal. *Anglo saxônica*, ser. II, n. 26, p. 223-243, 2008.
- _____. Semiótica social e gramática visual: o sistema de significados interativos. *Anglo saxônica*, ser. III, n. 1, p. 264-281, 2010.
- CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não-ditas*. Edições UFC, 2011.
- CAVALCANTE, M. M. et al. (Org.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares*. v. 2: referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 331 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- CUSTÓDIO FILHO, V.; SILVA, F. O. O caráter não linear da recategorização referencial. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (Org.) *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 59-85.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 18 mar. 2013, primeira página.
- JUBRAN, C. C. A. S. O discurso como objeto de discurso em expressões nominais anafóricas. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.
- KOCH, I. G. V. *Referenciação: construção discursiva*. Ensaio apresentado por ocasião do Concurso para Titular na Área de Análise do Discurso no IEL, Unicamp, 1999. (mimeo).
- _____. A construção sociocognitiva da referência. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (Org.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 95-107.
- _____. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

- KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística*. v. 3: fundamentos epistemológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 251-300.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Estratégias de referência no texto falado. Texto apresentado para publicação na obra *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. vol. 1 – Construção do Texto Falado. (mimeo). 2000.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: the Grammar of visual design*. London: Routledge, 2006 [1996].
- LEITE, Ricardo L. *Metaforização textual: a construção discursiva do sentido metafórico no texto*. 212f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007a.
- _____. Da recategorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (Org.) *Texto e discurso sob múltiplos olhares*. v. 2: referência e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p. 104-122.
- MONDADA, L. Gestion du topic et organisation de la conversation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, IEL/Unicamp, n. 41, p. 7-36. 2001.
- _____. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.) *Referência e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Org.) *Referência*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. London; New York: Routledge, 2005.

Diga-me com quem andas: cadeias de referenciação como procedimento de análise do letramento do aluno de periferia

(Tell me your companions: chain referral
as analysis procedure of periphery students' literacy)

Silvia Adélia Henrique Guimarães¹

¹Doutoranda em Letras na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ.

sguimaraes05@hotmail.com

Abstract: We believe that studying social exclusion through texts produced by students from the periphery allows one to think upon the discursive construction of such group, which is both financially excluded as well as deprived of effective forms of literacy. This paper uses the Qualitative-Quantitative Paradigm and is based on Text Linguistics. It proposes the analysis of texts produced by students from a poor neighborhood in the outskirts of Rio de Janeiro, in order to observe the discursive construction of these students. The results a) suggest that the strategies used by students on the discourse level are below what is to be expected for their age and school year; b) suggest that reading and writing needs to be taught as a process, enabling these students to actually intervene and participate in the world.

Keywords: Levels of literacy; Chain referral; Ideological representations.

Resumo: Acreditamos que estudar o tema da exclusão social através da textualização do aluno de periferia permite refletir sobre a construção discursiva desse grupo, excluído não só financeiramente, mas também de formas eficazes de letramento. Inserido no Paradigma Qualitativo-Quantitativo e pautado na Linguística Textual, este trabalho propõe a análise de nove textos produzidos por estudantes de uma periferia do Rio de Janeiro, com vistas a observar a construção discursiva desses alunos. Os resultados a) apontam para estratégias de retomada em nível discursivo aquém do proposto para a série/idade dos alunos; e b) sugerem que ler/escrever precisa ser ensinado como processo, oferecendo a esses alunos possibilidades de inserção nas diversas formas de intervir e participar do mundo.

Palavras-chave: Níveis de letramento; Referenciação; Encadeamento referencial

Introdução

A temática da exclusão social tem sido abordada por vários campos do saber, desde os mais abrangentes, como a Sociologia e a Filosofia, até os aplicados, como a Linguística, em suas diversas áreas de concentração. Portanto, entendemos que a descrição de textos do aluno de periferia¹, sem negar-lhe a competência linguístico-discursiva, pode apresentar-se como um caminho eficaz de reflexão sobre a) sua prática social escolar e, conseqüentemente, b) a possibilidade de inserção desses alunos às demais formas de saber – contexto motivador do presente trabalho.

Ao tratar a textualidade do aluno de periferia, não lhe negamos sua competência linguístico-textual; tampouco o comparamos cognitivamente a alunos de outras classes sociais. Antes, preferimos pensar na questão do ensino propriamente dita: como está sendo ensinado – ou excluído de formas de saber – esse aluno, já excluído de outros direitos sociais tidos, por ele, como privilégios.

¹ Neste trabalho, entendemos periferia como “uma cidade, região afastada do centro urbano e que geralmente abriga população de baixa renda” (Dicionário Houaiss.)

Tendo em vista essas questões, as perguntas centrais deste trabalho foram: como se dá a textualização dos alunos da periferia?; que estratégias coesivas estão internalizadas por eles?; e o que seus textos sugerem linguisticamente sobre representações ideológicas? Apesar de não aprofundarmos todas essas questões, cada uma delas foi ao menos tocada ao longo do trabalho, a partir da observação de nove produções textuais de alunos do 9º ano de uma escola da Zona Norte, no subúrbio do Rio de Janeiro.

Objetivando a apresentação das questões colocadas e dos resultados encontrados, este trabalho está organizado em quatro momentos: no primeiro, trouxemos o embasamento teórico, pautado na Linguística Textual; a seguir, contextualizamos metodologicamente; depois, apresentamos e discutimos os dados; ao final, trouxemos algumas considerações, optando por não denominá-las *conclusão*, principalmente pelo caráter inicial da pesquisa.

Pressupostos teóricos

A Linguística Textual ganhou espaço teórico a partir da década de 1960, ao assumir o texto como unidade básica de observação. Oriunda da Alemanha, ela surgiu para preencher lacunas nos estudos das gramáticas de frase, que não abarcavam fenômenos como a correferência, a pronominalização, a seleção e o uso dos artigos e a relação de sentenças não ligadas por conjunções, entre outros (FÁVERO; KOCH, 2012). Passando pelas duas fases iniciais (análises transfrásticas e gramáticas textuais), as teorias do texto evoluíram para a perspectiva atualmente adotada – nessa acepção, texto é mais do que uma sequência de enunciados, uma vez que sua produção e compreensão derivam da chamada competência textual, a competência linguística do falante (VAN DIJK, 2011). Tal concepção é abrangente, já que “todo falante de uma língua tem capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 19).

A perspectiva de texto da Linguística Textual é a de uma unidade global e, conforme a própria etimologia sugere, remete-nos à ideia de tessitura, de entrelaçamento. A coesão é, portanto, uma atividade através da qual “se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática” (ANTUNES, 2005, p. 47). Esse processo ocorre em atividades retrospectivas e prospectivas, marcadas pelo uso diversificado de estratégias de continuação textual no plano de Referenciação, podendo formar encadeamentos referenciais.

Em suma, as cadeias anafóricas (ou encadeamentos referenciais) ocorrem “quando remetemos seguidamente a um mesmo referente ou a elementos estreitamente ligados a ele” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 144). Essa “reconstrução é a operação responsável pela manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto” (KOCH, 2007, p. 67).

Para Conte (2003, p. 177), “toda anáfora expressa correferência”. Assim sendo, as cadeias de referenciação podem ser utilizadas para conectar, sumarizar e organizar as partes do texto (FRANCIS, 2003), contribuindo, dessa forma, para a progressão textual e construindo, ao mesmo tempo, em cada retomada/correferência, o projeto de dizer do autor.

A construção desse encadeamento pode se dar através das diversas estratégias coesivas. Essas estratégias dão-se a partir de três formas de relações textuais: da **reiteração**, da **associação** e da **conexão**. A **reiteração**, nosso foco de análise neste trabalho, tem como objetivo retomar ou antecipar segmentos do texto. Pode ocorrer através: da *repetição*, quando o referente é retomado através de paráfrase, paralelismo e da repetição *per se* (tanto em nível lexical quanto gramatical); e da *substituição*, seja gramatical (retomada por pronomes e advérbios), ou lexical (sinônimos, hiperônimos e caracterizadores situacionais) e ainda pela retomada por *elipse* (ANTUNES, 2005; FÁVERO; KOCH, 2012).

As diversas estratégias de reiteração serão listadas a seguir, exemplificadas por trechos extraídos do *corpus* desta pesquisa.

1) *Formas de valor pronominal*, sejam pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos ou relativos: “**Verne** não foi para Necropolis só porque corria risco de morte na terra, **ele** foi também porque **seu** irmão havia ido para lá e nunca mais voltou, o **seu** desejo era encontra-lo.”

2) *Numerais*: “**André** não parava de pensar naquele instante e decide ir se declara para **Luana**. Ela quase se rende. **Os dois** se beijam e mais uma vez ela estraga o momento com seu orgulho estúpido.”

3) *Certos advérbios locativos* (aqui, lá, ali...): “Um dia Laurel resolveu ir até o terreno de seus pais em sua antiga cidade para soltar sua flor que estava em suas costas, tinha passado alguns minutos que ela estava **lá**...”

4) *Elipse*, ou omissão de um elemento, incluído na interpretação semântica: “**Rafael** já estava quase curado e **poderia** competir a turnê de skatismo.”

5) *Formas nominais reiteradas*: “ela percebi que tem **um caroco** em suas costas, **aquele caroco** crescia cada dia mais.”²

6) *Formas nominais sinônimas* ou similares: “Houve **um passeio** na escola para o paraíso Tropical, onde foi organizada **uma trilha** na floresta, mas ocorreu um imprevisto durante **a jornada**”

7) *Formas nominais hiperonímicas*: “Com as batalhas muitos lycans morreram, mas eles venceram. Verne volta para sua cidade aonde nasceu Paradizo e volta a vida normal só que agora sem seu **protetor**.”

8) *Nomes genéricos*: “enquanto **a ruivinha** não dava-lhe mínima atenção.”

Além dessas, outra estratégia é o **encapsulamento**, ou **sumarização** de uma expressão. Essa estratégia pode contribuir para a avaliação dos segmentos textuais em que está inserida. A sumarização é responsável por sintetizar um trecho – anterior ou posterior – por meio de uma forma nominal ou pronominal, além dos pronomes demonstrativos neutros; já as formas nominais auxiliam para a **rotulação** (FRANCIS, 2003): “Rafael já

² Neste exemplo, verifica-se a ocorrência da anáfora fiel, cuja correferência está no nome nuclear do sintagma. Repete-se o sintagma ‘caroco’, que é introduzido no processo de referenciação pelo pronome demonstrativo ‘aquele’. Esse excerto exemplifica o que Apotheloz et alii (2003 apud CAVALCANTE, 2003, p 131) denominam como anáfora especificadora, que, segundo o autor, ocorre quando um maior refinamento da categorização mostra-se necessário.

estava quase curado e poderia competir **a turnê de skatismo**. No dia seguinte Rafael vai para casa curado, e começa a treinar para **competição**”.

A **repetição**, ou **recorrência de termos**, é outro mecanismo de reiteração, utilizada para enfatizar ou relembrar um referente. Tem efeitos tanto estilísticos quanto retóricos. Entretanto, Koch e Elias (2012, p. 160) chamam a atenção para a possibilidade do cunho vicioso da repetição, que pode levar a uma interpretação de falta de consciência linguístico-discursiva por parte do produtor.

Os pressupostos anteriormente destacados mostram que partilhamos da aceção de que a reiteração facilita a unidade do texto, já que, responsável pelas retomadas, cria um movimento de volta aos elementos prévios. Frisamos, contudo, que no bojo deste trabalho está o entendimento de que a coesão não ocorre de forma mecânica. Entendendo que a palavra não é uma mera forma de nomear o mundo, defendemos que, pelas escolhas lexicogramaticais, o produtor interage nesse mundo. Portanto, as palavras são escolhidas a partir do *objeto do dizer*, ou seja, a partir do objetivo do falante de dizer algo. E os mecanismos de coesão, bem como os de encadeamento referencial, contribuirão para esse dizer-se no mundo.

Vivemos em um mundo pós-moderno, híbrido, cujas culturas e certezas modificam-se a todo instante através de ações que se dão muito mais através da palavra – da palavra enquanto ação. De acordo com Giddens (1991, p 45), “A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes”, resignificando sujeitos e papéis.

Esse hibridismo e os novos papéis sociais (HALL, 2006) alcançam a escola pelo viés dos seus sujeitos – professores e alunos, resignificados.

Pressupostos metodológicos

Pelo propósito comunicativo deste trabalho, concentramos nossa atenção nos dados quantitativos, visando a observar se as utilizações dos recursos anafóricos sugeririam alguma identificação comum nesse grupo analisado. Por outro lado, partindo do pressuposto de que “nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade” (ALVEZ-MAZZOTTI, 1999, p. 139), o trabalho é de natureza crítica. Apesar de não generalizar as interpretações, é capaz de sugerir como os dados, de nível micro (nível discursivo), podem estar relacionados ao macro (nível social) (FAIRCLOUGH, 2001). Por essas principais razões, este trabalho orienta-se na pesquisa quali-quantitativa.

Objetivando pesquisar como se dão as relações anafóricas no texto de alunos de uma escola da Zona Norte, subúrbio do Rio de Janeiro, recolhemos nove resumos de alunos de 9.º ano da referida escola, solicitando que o professor regente da turma selecionasse os textos considerados mais bem avaliados. Por tratar-se de um estudo seminal, optamos por analisar apenas uma turma e uma unidade escolar, evitando muitas variáveis, como diferenças metodológicas, diferenças de idade (as turmas são agrupadas por ano de nascimento) e de contexto sociocultural (periferias apresentam singularidades). Visando a preservar a identidade dos estudantes, as redações foram identificadas numericamente, recebendo, aleatoriamente, a nomenclatura “Texto 1” a “Texto 9”.

Os textos foram produzidos a partir do enunciado proposto pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro: “Escolha um dos livros que você leu neste bimestre e escreva resumidamente a sua história, de acordo com a estrutura da narrativa (situação inicial; conflito gerador; clímax e desfecho)”.

As produções selecionadas foram analisadas pelo viés dos encadeamentos referenciais. Como estratégia de estudo, optamos por mapear todos os mecanismos escolhidos pelos produtores a fim de conhecer as sequências referenciais e o nível de proficiência desses alunos em relação ao texto. Optamos por avaliar não o número, mas o percentual das ocorrências de estratégias de encadeamento referencial, visto que havia redações mais extensas, o que, naturalmente, aumentaria o número de ocorrências coesivas.

Esses pressupostos metodológicos parecem ter-se adequado aos nossos objetivos, visto que as análises parecem responder perguntas, levantar questões e possibilitar implicações e encaminhamentos à pesquisa.

Análise e discussão de dados

Ao mapear os dados desta pesquisa, estudamos quais estratégias eram mais recorrentes nas escolhas dos recursos coesivos dos produtores e quais eram menos recorrentes. Nosso objetivo foi saber se haveria um padrão nessas escolhas coesivas e o que ele poderia sugerir, caso surgisse. Os resultados apontam uma tendência no encadeamento referencial do *corpus*, mesmo após confirmar diferenças nos níveis de proficiência dos produtores, conforme Tabela 1, a seguir.

Tabela 1. Mapeamento dos recursos para encadeamento referencial

Estratégias	Nomes próprios	Elipse	Possessivo	Nomes comuns	Reto	Oblíquo	Relativo	Demonstrativo	Adv. lugar	Totais	%
Texto 1	32	12		4	4	1	2			55	13%
Texto 2	5	8	13	4	3	3	3		2	41	9%
Texto 3	8	14	13	10	0	1		1		47	11%
Texto 4	16	9	5	6	8	4	3	1	1	54	12%
Texto 5	7	11	7	9	9	6	2			56	13%
Texto 6	2	11	9	15	15	2	0	0	0	54	12%
Texto 7	0	1	0	9	9	0	0	0	0	19	4%
Texto 8	15	7	12	14	13	0	2	3	1	67	15%
Texto 9	16	4	8	3	5	5	2		0	43	10%
Totais	101	77	67	74	66	22	14	5	3	436	100%
%	23%	17%	15%	17%	15%	5%	3%	1%	1%	100%	

A análise do *corpus* indica que quase todos os produtores iniciam o encadeamento anafórico com sintagmas nominais (SN) indefinidos, como em “um adolescente chama-

do Verne” (texto 4); “havia um lugar chamado Arvoredo” (idem); e “Houve um passeio na escola” (texto 5). Mesmo o texto considerado menos complexo em nível gramatical apresenta tal domínio de inserção de novos referentes: “tinha um pirata, do mal” (texto 7).

Os textos iniciados com SN definidos apresentam estratégias discursivas que demonstram mais fluência textual. Ainda assim, a estratégia foi adotada por cinco dos nove produtores, o que equivale a 56% dos textos. Podemos verificar textos iniciados com SN definido tanto em textos mais complexos, como em “**Os personagens principais** do livro Fallen, escrito pela autora Luren Kate, são **Luce, Daniel e Cam.**” (texto 1, um dos poucos que apresenta encapsulamento catafórico); como em “O **livro** que eu li foi **‘xixi na cama’** do autor Drummond Andrade” (texto 2, que apenas sugere uma retomada do enunciado da questão “Escolha um dos livros que você leu neste bimestre...”).

Esse primeiro achado revela que os produtores apresentam consciência linguística mínima, mesmo que trazida da fala, para utilizar a expressão indefinida e a definida. Além deste primeiro achado, ao mapear as estratégias de retomada no *corpus*, destacaram-se outros padrões, que, por preferência organizacional, estarão sequenciados a seguir.

Da repetição dos nomes próprios e dos oblíquos

De todos os recursos coesivos observados nos encadeamentos, o mais utilizado foi o de repetição de nomes próprios: 23% das ocorrências.

Essa repetição sugere dificuldade na escolha do oblíquo como estratégia discursiva. Exemplo disso é o texto 8, que, apesar de apontado como o texto que apresenta estratégias coesivas mais diferenciadas, é também o que mais repete nomes próprios e, em contrapartida, um dos poucos que não se utiliza de oblíquos. Além disso, percebemos que o texto que mais utiliza os oblíquos é proporcionalmente o que menos repete os nomes próprios no encadeamento referencial (texto 5), conforme Tabela 2:

Tabela 2. Nomes próprios versus pronomes do caso oblíquo

	Nomes próprios repetidos	Nomes próprios: porcentagem	Oblíquos utilizados nos textos	Oblíquos: porcentagem
Texto 1	32	32%	1	5%
Texto 2	5	5%	3	14%
Texto 3	8	8%	1	5%
Texto 4	16	16%	4	18%
Texto 5	7	7%	6	27%
Texto 6	2	0%	2	0%
Texto 7	0	2%	0	9%
Texto 8	15	0%	0	0%
Texto 9	16	15%	5	0%
Totais	101	16%	22	23%
Totais em porcentagem	23%	100%	5%	100%

A principal pista de que a repetição dos nomes próprios é resultado da carência do uso do oblíquo vem do próprio mapeamento, que mostra apenas 5% de uso de oblíquo no total geral das redações (Tabela 1).

Da elipse

A elipse é uma estratégia coesiva que visa à reiteração e evita que se recorra a repetições não funcionais. Apesar disso, é um recurso que precisa ser utilizado com consciência discursiva: seu uso irrefletido pode levar a ambiguidades ou à perda do referencial, tornando o texto mais oneroso.

Nos dados linguísticos analisados, a elipse foi o segundo recurso mais recorrente, representando 17% das escolhas, dado que leva a duas possibilidades de discussão. O alto índice de elipse sugere que:

ela ocorre como estratégia para a não repetição do uso dos pronomes/reto e dos substantivos próprio/comum, recursos já exaustivamente usados pelos produtores;

os produtores demonstram um conhecimento discursivo do uso desse fenômeno.

Os dados não dão pistas para interpretarmos que o uso da elipse esteja ligado diretamente à falta de outros recursos, nem mesmo apontam para um baixo nível de proficiência. E, para demonstrar como chegamos a essa interpretação, selecionamos para a Tabela 3, a seguir, o mapeamento de três produções, a título de comparação.

Tabela 3. Elipses nos textos

	Texto 5	Porcentagem	Texto 8	porcentagem	Texto 9	porcentagem
Elipse	11	19%	16	24%	16	34%
Substantivo comum	9	16%	14	21%	8	17%
Pronome reto	9	16%	13	19%	5	11%
Nome próprio	7	12%	12	18%	5	11%
Possessivo	7	12%	7	10%	4	9%
Pronome oblíquo	6	11%	3	4%	3	6%
Pronome relativo	2	4%	2	3%	2	4%
Catáforas	2	4%	1	1%	1	2%
Encapsulamento	1	2%	0	0%	0	0%
Totais	56	100%	68	100%	47	100%

O texto 5, cuja maior recorrência é de elipses, é, ao mesmo tempo, um dos textos que mais apresenta variação nos encadeamentos – é o que mais usa pronomes oblíquos, o único que usa estratégia de encapsulamento e é o que mais usa catáforas. Esses produtores, portanto, parecem ter consciência do uso da elipse como ferramenta de coesão e clareza do texto, a despeito do nível de sua proficiência discursiva.

O pronome pessoal do caso reto

No grupo de mecanismos mais utilizados está o pronome pessoal do caso reto, representando 15% dos dados. Contamos a alta incidência dos pronomes retos em praticamente todos os trabalhos. Vejamos alguns exemplos de como esse fenômeno ocorreu.

- (01) Quando **eles** acabaram de descansar **eles** foram em busca do Tesouro perdido, mais tarde **eles** encontraram o Tesouro mas já tinha um pirata, do mal, mais **eles** não deixaram o pirata pegar o tesouro. (Texto 7)
- (02) Esse menino conhecia Laurel mas **ela** não conhecia **ele**, **ele** falou que **ela** uma fada, que aquilo nas costas dela era uma asa e não uma flor, **ele** também disse a **ela** que **ela** era uma fada. (Texto 8)

Dois apontamentos podem ser feitos, a partir dessas pistas linguísticas: 1) a retomada dos referentes pelos pronomes retos não gerou ambiguidade, nem onerou os textos com implícitos; 2) a questão aqui sinalizada não se refere à ausência de um referente, nem à falta de consciência do uso correto dos pronomes e sua adequação; mas refere-se à provável ausência de consciência discursiva quanto à variação dos mecanismos de coesão para a fluidez de um texto.

Dos substantivos comuns e dos pronomes possessivos

Os nomes comuns representam 17% do *corpus* desta análise, e a repetição de pronomes possessivos, 15%, perfazendo, ambos, 32% das estratégias analisadas. Foram vistos aqui, contudo, como um fenômeno de reiteração único, já que apareciam associados.

Os dados sugerem que os produtores têm consciência gramatical do uso dos pronomes possessivos, utilizando-os em momentos e combinações tidos como corretos. Os exemplos abaixo confirmam isso.

- (03) um menino que tinha **seus amigos** como irmãos (Texto 1)
- (04) **Seus amigos** o chamaram para dentro de casa (Texto 1)
- (05) **seu padrasto** começou a incentiva-lo (Texto 3)
- (06) O desespero de sua mãe e **seu padrasto** foi tanto que deixaram Rafael mais nervoso (Texto 3)
- (07) **seu pai** falava filha não vai ele mata as camponesas (Texto 6)
- (08) **Seu pai** muito orgulhoso de sua filha mais velha (Texto 6)

Contudo, o alto índice de aparição do pronome possessivo pode ser mais uma pista da pouca variação lexical dos produtores, já que esteve associado aos nomes comuns também repetidos.

Dos demais pronomes

Os pronomes relativos, indefinidos e demonstrativos, juntos, perfizeram 5% das estratégias de encadeamento. Tal resultado possibilita a interpretação de que os alunos não assimilaram esse conteúdo gramatical plenamente em nível discursivo – não o internalizaram para o uso, de forma a aprofundar seu nível de letramento.

Outro fato linguístico a ser destacado é que os produtores que usaram os pronomes em questão foram os que mais se utilizaram de estratégias diferenciadas para a formulação dos encadeamentos.

Da lexicalização

Um fato linguístico observado no *corpus* é que a diversificação lexical não ocorre nos encadeamentos, quase não aparecendo estratégias como uso de hiperonímia/hiponímia ou de sinonímia; ou, quando ocorrem, são repetidas, sem novas variações, como nos trechos exemplares a seguir.

- (09) “Assim que chega na nova escola avista **Luana** uma menina ruiva e de olhos azuis, a qual o deixa totalmente encantado este sentimento que o tomara cada dia estava mais intenso, enquanto a **ruivinha** não dava-lhe mínima atenção.” (Texto 5)
- (10) “A **ruivinha** catou suas coisas e saiu da escola correndo, com a esperança de vê-lo e entregá-lo uma carta, porém é tarde demais” (idem)

Os dados sugerem, portanto, que a repetição de elipses e substantivos comuns substituem estrategicamente as variações lexicais aqui mencionadas. Vejamos:

- (11) Joca começou a cuidar de **sua mãe** como uma rainha e nunca tinha cuidado tão bem de **sua mãe**, mas era tarde, **sua mãe** veio a falecer semana depois.” (Texto 2)

Elementos catafóricos e encapsulamento.

Elementos catafóricos e rotulagem foram encontrados apenas em textos considerados mais complexos (com recursos coesivos mais variados). Os exemplos abaixo são de cataforas em um texto com variados recursos coesivos nos encadeamentos.

- (12) A história se desenvolve com o primeiro dia de aula de **André**, um **rapaz** de dezesseis anos, em sua nova cidade, Rio de Janeiro. (Texto 5)
- (13) André faz o **discurso**: “**Peço desculpas a todos, mas...acabaram de presenciar o final da história**” (idem)

Já os casos de encapsulamento foram encontrados tanto em textos com recursos de encadeamento variados, quanto nos repetitivos. Um dos casos surgiu no texto 9, avaliado como um dos mais complexos; o segundo, no texto 3, texto com recursos repetitivos.

- (14) Sua primeira missão era fazer o garoto **Radiante** – **um menino de apenas 10 anos** que foi assassinado e que assombra todos os visitantes de um castelo na Inglaterra – atravessar a ponte da vida após a morte. (Texto 9)
- (15) Rafael já estava quase curado e poderia competir a **turnê de skatismo**. No dia seguinte Rafael vai para casa curado, e começa a treinar para **competição** (Texto 3)

Esse caminho de interpretação leva-nos a concluir que todos esses produtores têm potencial discursivo e que precisam, portanto, ser inseridos nas possibilidades dos

recursos coesivos para o aprimoramento de sua textualidade. As análises ora realizadas sugerem que as aulas de Português devem contribuir para a formação de sujeitos discursivamente competentes, para que possam efetivamente participar das diversas situações comunicativas da vida. Nesse sentido, deve-se: 1) propiciar aos alunos de Língua Materna condições de produção para a articulação das ideias, para que, no momento da materialização do discurso, consigam transpor os conteúdos gramaticais para sua função realmente coesiva no texto; 2) oferecer a eles as ferramentas linguísticas necessárias para operações realmente discursivas.

O resultado dessas ações pode ser o enfoque do ensino da coesão textual como um meio de produzir saberes *com* a língua, e não apenas *sobre* a língua. Partindo dessa premissa, os estudos com base sociointeracionistas podem contribuir para que o aluno consiga transpor a atual bifurcação texto *versus* gramática.

Discussão dos dados: texto, competência textual e ideologia.

A coesão em um texto pode ser obtida através de variados procedimentos. Contudo, mais do que uma simples estratégia gramatical, consideramos a coesão textual como uma ferramenta de estratégia discursiva.

Um sujeito não diz apenas pelas palavras. O silêncio também é uma forma de dizer. Quando um aluno ou uma aluna apaga de sua construção discursiva algum recurso, está anunciando algo. E uma estratégia que esses alunos raramente utilizaram nas produções aqui mapeadas foi a de substituição lexical, conforme mostra o Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. *Ranking* das estratégias de retomada



Antunes (2005, p. 97) defende que o recurso de substituição lexical “supõe um ato de interpretação, de análise, com o objetivo de se avaliar a adequação do termo substituidor quanto ao que se pretende conseguir”. Saber avaliar os efeitos obtidos no uso desses procedimentos é o que constitui a competência textual do produtor. Este, portanto,

é o cerne desta discussão: uma atividade em sala de aula que, mais do que regras, ensine habilidades que possam tornar um texto claro, conciso, persuasivo, menos oneroso – de fato, comunicativo. Levar o aluno a ter consciência linguística de que a repetição de um mesmo recurso, qualquer que seja, pode empobrecer o texto.

Para isso, a prática social do ensino precisa contemplar situações discursivas que simulem o mais próximo possível a realidade dos alunos, visto que o sujeito não vive de frases, ou, ainda, não interage a partir de palavras, mas sim de propósitos comunicativos (ANTUNES, 2005).

Atualmente, interação em sala de aula difere da relação de anos atrás. O sujeito da atualidade e que frequenta a sala de aula leva consigo saberes redimensionados: redimensionamento do tempo, multitarefas, novas formas de comunicação virtual... Isso resulta em textos curtos, em pouco tempo de reflexão. Além disso, as tarefas escolares competem com muitas outras possibilidades de interação/distração neste mundo chamado “glocal”³. São adolescentes questionadores, que entendem suas verdades como parte de suas identificações. Portanto, o ensino de estratégias para a produção textual há que fazer sentido e poder ser incorporada aos saberes híbridos desse aluno.

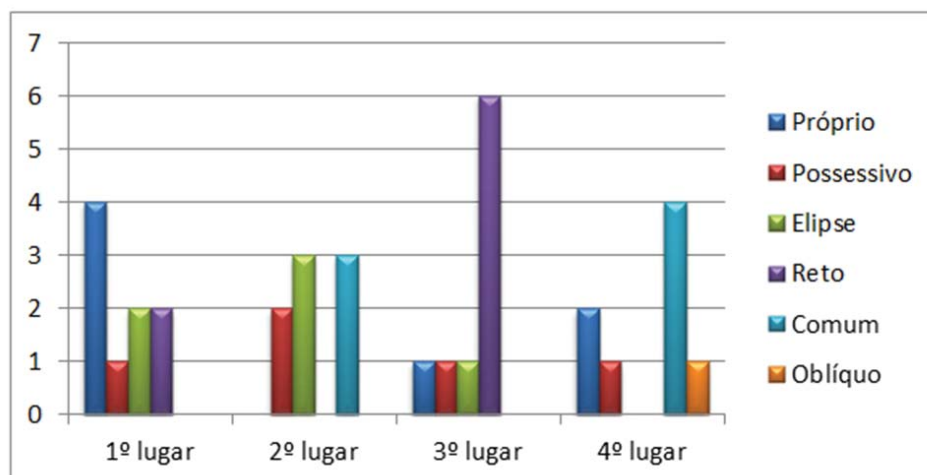
Com o aluno das periferias não parece ser diferente. Nesse contexto globalizado, esse aluno estará imerso nas informações divulgadas ao mundo, com acesso às mídias, cada vez mais popularizadas (HALL, 2006). Possibilitar-lhe, portanto, oportunidades de real inserção às formas produtivas de texto é deixar de marginalizá-lo.

Os dados aqui analisados apontam para um conhecimento prévio desses alunos quanto ao conteúdo gramatical dos pronomes e suas várias categorias, por exemplo, visto que os diversos pronomes aparecem ao menos uma vez em 77% dos textos. Contudo, os (demais/diversos) pronomes parecem não ter sido internalizados pelos alunos como gama de estratégia discursiva, a ponto de serem utilizados mais vezes como ferramentas para a construção do encadeamento referencial de seus textos.

Além desse achado, o mapeamento realizado por categorias coesivas foi útil para percebermos os diferentes níveis de letramento desses alunos. Se, de forma geral, as estratégias mais utilizadas foram a repetição de nomes próprios, das elipses e dos pronomes retos, por outro lado, esse ranking muda se olharmos cada texto isoladamente.

³ Termo refere-se à apropriação dos aspectos da globalização pelas vivências próximas, sendo, simultaneamente, global e local.

Gráfico 2. *Ranking das estratégias por produções*



As variações das escolhas estratégicas por texto vistas no gráfico 1.1 acima são tanto esperadas quanto esclarecedoras. Esperadas porque sabemos que cada aluno é forjado a partir de uma história tanto na educação formal (já que esse aluno vem de professores, escolas e metodologias diferentes) quanto de inclinações pessoais distintas. Assim, um estudo que não observasse essas particularidades nos textos, e os limitasse a números e percentuais, não seria de fato um estudo de base qualitativa.

Estes dados gerais e específicos das produções contribuem respectivamente para entendermos que:

- é produtor olhar para os dados gerais, pois saber que a maior parte dos alunos utilizou-se principalmente da repetição de nomes próprios contribui para estratégias metodológicas para a turma como um todo;
- é eficiente observar cada um desses textos, para entender suas peculiaridades e suas necessidades para o desenvolvimento de novas habilidades discursivas.

Teremos, como um exemplo dessa particularidade, o texto 2, que se utilizou principalmente de pronomes possessivos, seguidos de repetição de nomes comuns. Essa estratégia sugere que o texto pouco caracteriza os personagens, por exemplo. Ao revermos esse texto, confirmamos que ele dá ênfase apenas à personagem principal e constrói seu resumo de modo superficial discursiva e sintaticamente.

Observar essas peculiaridades faz-nos ver, também, que o texto 7 acompanha o ranking do mapeamento geral, preferindo o uso dos pronomes pessoais retos e dos substantivos comuns; entretanto, faz dessas suas únicas ferramentas para manter a coesão de seu texto.

Sobre a estrutura desses textos, observamos que a superestrutura solicitada foi a narrativa (foi-lhes solicitado o resumo de um livro lido). Apesar disso, quase 70% das sequências valem-se da composição descrição + narração.

Enfatizamos, contudo, o achado de que os elementos extratextuais não parecem estar ligados ao domínio discursivo nesta análise, visto, por exemplo, que um dos textos mais complexos, o texto 9, não faz *link* metalinguístico, indo diretamente para o resumo.

As características do gênero resenha apontavam para algo ensinado aos alunos, pois o padrão de metalinguagem, inserido nos textos através do título do livro e do nome do autor, não se associava à diversidade satisfatória de elementos encadeados, o que foi confirmado – em conversa informal com o professor regente da turma, ele confirmou ter solicitado oralmente que os alunos inserissem em seus textos tais dados.

Na estrutura textual, os produtores valem-se da descrição como estratégia para inserir os personagens. Podem ter usado esse recurso para familiarizar o leitor com esses personagens, por confundirem estado inicial da narrativa com descrição dos personagens; ou, ainda, simplesmente por não dominarem o gênero resumo.

Apesar de não evocadas inicialmente no presente estudo, essas características globais do gênero por eles produzido foram marcantes a ponto de confirmar saberes ainda necessários a esses alunos, a fim de que desenvolvam suas competências linguísticas. E isso se ensina.

Algumas considerações

O objetivo deste trabalho não foi questionar a textualidade dos produtores, visto que todos os trabalhos apresentavam textualidade e, no geral, não apresentam ambiguidade, nem falta de referente. O objetivo deste trabalho não foi apenas quantificar o total dos recursos coesivos nos encadeamentos no *corpus*, mas, principalmente observar *como* essas escolhas se davam na particularidade dos textos.

A escolha dos mecanismos de coesão como procedimento metodológico deu-se por dois aspectos: a) são pouco abordados na sala de aula, em nível discursivo; b) podem dar aos alunos oportunidade real de inserção social, seja através de aprofundamento de estudos que conheçam as características linguístico-discursivas do grupo, seja através de (re)formulações de estratégias de ensinagem, a partir desse conhecimento. Com esses objetivos e essa metodologia, chegamos a algumas interpretações:

As três estratégias mais recorrentes para a retomada de referentes, visando ao encadeamento coesivo dos textos aqui discutidos, foram a utilização de nomes próprios (repetidos), de elipse e de nomes comuns (repetidos), perfazendo um total de 57% do *corpus*. Os pronomes reto e possessivo somaram 30% do *corpus*, contra 10% dos demais pronomes. Apesar do índice considerável de repetição desses mecanismos, eles foram utilizados adequadamente, sem que se possibilitassem ambiguidades ou falta de referente.

Contudo, tal fato linguístico pode apontar também para a escassez de um repertório lexical ampliado, que possibilitasse aos produtores a variação de estratégias como o uso de hiperonímia/hiponímia, ou sinonímia. Esse pode ser um nicho para trabalhos que delimitem como tema de investigação as retomadas a partir de lexicalização como ferramenta de coesão; ou propostas didáticas com esse enfoque.

A segunda interpretação que demos aos dados, desta vez em relação ao gênero, é que os textos não parecem ter respondido plenamente ao comando da SME, fugindo ao tipo/gênero solicitado, adicionando-lhes características de outros gêneros.

Conhecer, enfim, o padrão discursivo dos alunos dessas zonas de exclusão pode jogar luz sobre um tipo de exclusão que perpassa os demais. Trata-se da exclusão do texto coeso e coerente, que acaba impossibilitando o acesso desse aluno a outras esferas sócio-

-culturais, financeiras e mesmo acadêmicas, mas pode também viabilizar materialidade didático-metodológica para os professores de língua(gens), o que possibilitará a esses alunos inserção real nas diversas formas de intervir e participar do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*, 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ANTUNES, I. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.
- CONTE, M. Encapsulamento. In: CAVALCANTE, M. M. et al. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FÁVERO, L; KOCH, I. *Linguística Textual: Introdução*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FRANCIS, G. *Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B; CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- KOCH, I. G.V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M.. *Ler e escrever: -- estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012
- VAN DIJK, T. *Cognição, discurso e interação*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Referenciando semioses não verbais: breves reflexões

(Referencing nonverbal semioses: *brief reflections*)

Thaís Ludmila da Silva Ranieri¹

¹Unidade Acadêmica de Serra Talhada – Universidade Federal Rural de Pernambuco

thaisranieri@yahoo.com.br

Abstract: As many authors have highlighted, referenciation cannot be established as an activity apart or isolated from the text plan. It activates elements of several semioses in its process. We realize that not only verbal elements are referenced within the text, but also any nonverbal elements are referenced by language users in their interactions. On account of this, the present work aims at reflecting on the studies that encompass referenciation, whose main focus is the existence of aspects, known as multimodal and collaborative, necessary to set up a referential progression. Our results allow us to assert that referenciation happens not only on a verbal basis. Instead, all semioses are activated and act as objects of discourse.

Keywords: referenciation; multimodality; nonverbal semioses

Resumo: A referenciação, como vários autores vêm chamando atenção, não se estabelece como uma atividade crivada apenas no plano textual, mas a partir da ativação de elementos de semioses diversas em seu processo. Percebemos que não são apenas os elementos verbais que podem ser referenciados dentro do texto, já que os sujeitos referenciam qualquer elemento não verbal presente em suas interações. Em vista disso, o presente trabalho tem por objetivo levantar algumas reflexões em torno do estudo da referenciação, tendo por base lançar um olhar para os aspectos multimodais e colaborativos necessários para se estabelecer a progressão referencial. Nossos resultados permitem-nos mostrar que a referenciação não se dá somente do verbal para o verbal, mas todas as semioses são ativadas e passam a atuar como objetos de discurso.

Palavras-chave: Referenciação; multimodalidade; semioses não verbais.

Apresentação

Em todas as nossas ações discursivas, sejam orais ou escritas, há uma mescla de semioses que são acionadas como recursos indissociáveis do verbal. Temos, por exemplo, um “bom dia!” dito e acompanhado de um aceno de cabeça ou de mão a um bilhete deixado em cima da mesa com um *emoticon* ao lado da assinatura. Todas as nossas ações cotidianas são marcadas pela associação entre o verbal e o não verbal. Assim, Bem mais do que uma opção estilística da linguagem, a multimodalidade é um elemento constitutivo de nossas práticas sociais.

Entendemos que a condição multimodal se estende aos processos textuais, uma vez que o texto é a unidade de realização do sistema de uma língua. Por sua vez, percebemos que a referenciação, por ser um dos processos constitutivos da atividade verbal, não se dá em condições monomodais. Acreditamos que a articulação do verbal ao não verbal é uma ação produtiva para a construção do sentido no texto, tendo em vista a sua progressão referencial.

Diante dessas questões, o presente trabalho busca levantar reflexões em torno de uma abordagem multimodal para a referenciação. Para isso, traremos um panorama teórico alicerçado nas discussões mais recentes em que (re)discutiremos o conceito de texto, bem como o de referenciação. Em seguida, apresentaremos alguns exemplos que

nos ajudarão a melhor apreciar a multimodalidade em situações de construção referencial e de progressão dos objetos de discurso.

Texto: para além do linguístico

Em consonância com as discussões tratadas dentro do escopo da Linguística de Texto (doravante LT), deixamos de encarar o texto apenas como uma unidade verbal, para passar a compreendê-lo como uma unidade multissemiótica. Torna-se, portanto, imprescindível conceber o texto como um elemento multimodal em que as diversas semioses emergem, para uma atuação em conjunto na produção de sentidos. Assim, “Podemos dizer, então, que a já aludida natureza multifacetada do texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64).

Passamos a perceber que a unidade textual requer a mobilização de um vasto conjunto de conhecimentos em permanente reconstrução a cada momento da interação verbal. Logo, o texto não representa somente a materialidade do contexto, nem é unicamente o conjunto de elementos que se organiza numa superfície material suportada pelo discurso. O texto é uma construção que cada sujeito faz a partir da relação que se estabelece entre o enunciador, o sentido, a referência e o interlocutor num dado contexto sócio-cognitivo-cultural. Por isso, a unidade textual está atrelada a uma enunciação discursiva.

Dentro dessas condições, o linguístico não está em uma situação hierárquica de superioridade, mas se encontra em constante articulação com as semioses não verbais. A linguagem verbal passa a ser vista como mais um dos elementos que compõem a entidade textual e não como o elemento único e constitutivo da unidade textual.

Para corroborar com a nossa posição, trazemos mais uma vez Cavalcante e Custódio Filho (2010) para a discussão. Os autores, ao *revisitarem o estatuto do texto*, levantam algumas condições importantes que nos fazem repensar a unidade textual. Ao encararem o *texto como objeto complexo e multifacetado*, retomam uma citação de Koch (2004) em que a autora apresenta um conceito de texto. Na paráfrase que fazem, os pesquisadores destacam alguns pontos importantes na formulação da pesquisadora, riscam outros e, por fim, nos apresentam a seguinte versão:

A produção da linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64)

Os próprios autores chamam atenção para dois pontos:

(1) o fato de que a linguagem produz sentidos independente de sua realização semiótica, seja verbal ou de outro tipo e (2) que a superfície textual não é constituída apenas por elementos linguísticos.

Tais condições nos levam a repensar a constituição do texto, a rever a sua organização e os processos de produção de sentidos, visto que o linguístico se apresenta como mais um elemento a ser considerado na estrutura textual. Os fatores sociais, culturais, cognitivos e as semioses de outras naturezas assumem uma condição de relevância sobre essa nova ótica.

Além de Cavalcante e Custódio Filho (2010), Ramos (2012) é outro pesquisador que vem defendendo a necessidade de uma revisitação do conceito de texto dentro da Linguística de Texto. Segundo ele,

Além da inclusão dos textos multimodais no escopo dos estudos textuais, há também as implicações disso. Uma delas, talvez a central, seria observar como de dá o processamento textual de tais produções sob o ângulo da Linguística Textual. Uma questão que se lança logo de início é verificar se o escopo teórico aplicado aos enunciados verbais escritos é válido também para os de cunho visual ou verbovisual (RAMOS, 2012, p. 744).

O pesquisador chama atenção para o fato de termos que repensar o próprio escopo de investigação da LT, bem como para a necessidade de (re)pensarmos os aspectos metodológicos das pesquisas em LT.

Diante dessas condições, o texto passa a ser visto, por nós, como uma entidade multimodal em que os sentidos emergem na articulação conjunta entre as múltiplas semioses. Não priorizamos aqui o verbal em detrimento do não verbal, mas cremos numa relação de atuação conjunta, tendo em vista a produção de sentido e o estabelecimento da coerência. Acreditamos que esse amálgama é constitutivo do texto em ambas as modalidades de realização da língua, seja escrita ou oral.

A referenciação como uma atividade multimodal

Ramos (2012) vem mostrando que a referenciação não é uma atividade pautada no verbal. Ao estudar as tirinhas cômicas, o autor mostra que “no tocante à referenciação, os objetos-de-discurso são instaurados por meio dos desenhos criados pelo autor da tira e recuperados pelo leitor na interação sociocognitiva” (RAMOS, 2012, p. 753). O autor mostra que em tiras que não apresentam nenhum elemento verbal existem estratégias de progressão textual que ocorrem também em textos verbais: como a introdução de referente, a sua retomada e a atividade de recategorização. O leitor aciona os elementos cognitivos, culturais, linguísticos para garantir a construção de sentidos e, por conseguinte, a progressão textual.

Ainda dentro da questão em torno da condição multimodal da referência, Morato (2001) afirma que a construção da referência prevê uma arbitragem de fatores que pressupõem o linguístico, mas, ao mesmo tempo, transcendem-no. Podemos colocar entre esses fatores aqueles que tratam dos componentes pragmáticos, afetivos e, até, ideológicos. Sua visão permite-nos ver a associação de elementos do cotexto e do contexto como essencial para a estabilização da referência.

Na colocação da autora, podemos perceber a necessidade de se ter o plano linguístico, mas também de associá-lo a outros elementos, bem como a outras organizações semióticas, ressaltando, assim, uma concatenação entre elementos verbais e não verbais na construção da referência. Morato vem, dessa forma, permitindo, como outros autores

(MONDADA, 2005; BENTES; RIOS, 2005; CUSTÓDIO FILHO, 2011; RAMOS, 2012), conceber uma nova perspectiva para os estudos da referência: *a condição multimodal da referenciação*.

Mondada (2005) também postula a existência de abordagens plurais nas práticas referenciais. De acordo com a pesquisadora, o processo referencial é uma atividade tanto discursiva, quanto gestual, pois há uma articulação entre uma prática referencial verbal e uma prática constituída por elementos de semioses diversas.

Bentes e Rios (2005), tomando por base os pressupostos da perspectiva sociocognitiva e o trabalho de Mondada (2005), investigam a construção da referência em circunstâncias de atuação em conjunto dos sujeitos e frente a uma possibilidade de articulação entre elementos verbais e não verbais. Para elas,

[...] a maneira pela qual os referentes são mostrados/introduzidos (por meio da linguagem audiovisual da narrativa selecionada) pode ser considerada uma âncora para os sujeitos, a partir da qual “os locutores tornam publicamente manifestos seus processos interpretativos para os fins práticos da atividade em curso. (BENTES; RIOS, 2005, p. 267)

Dividida em sete exemplos, as análises feitas pelas pesquisadoras mostram a atuação em conjunto dos sujeitos no processo de referenciação e a articulação entre o verbal e o não verbal. É interessante notar o fato de que nesse processo de recategorização serão reconstruídos não só os elementos verbais, bem como os não verbais. Em uma das mostras selecionadas por Bentes e Rios, chama-nos a atenção a referenciação do objeto de discurso *música*. O objeto de discurso apresentado pelos sujeitos participantes da pesquisa não é parte da interação como um elemento verbal, mas é parte do cenário discursivo como um elemento que compõe a trilha sonora do episódio, ou seja, trata-se de um dos modos de comunicação presentes na interação. Mesmo assim, ao recontarem a história os sujeitos da pesquisa o recategorizam, usando expressões referenciais como “a musiquinha”, “a música”, “as músicas do fundo”, “aquela música bem cafajeste”.

Percebemos a recategorização de um dos modos de comunicação presentes no cenário discursivo – o musical – por estratégias referenciais de ordem linguística. As autoras não se aprofundam nesse ponto, mas podemos notar um tipo de estratégia referencial que se dá por outros vieses, ultrapassando a barreira do verbal. Outro ponto que merece nosso destaque é o fato de que, ainda que a música não seja um objeto do discurso na narrativa mostrada aos alunos, não há uma anulação do objeto pelos sujeitos. A sua importância para a construção de sentido é tão grande que é retomada nos discursos reelaborados a partir da narrativa ou do texto-base.

O objeto de discurso *música* não é apresentado verbalmente pelo texto que será retextualizado pelos falantes, mas aparece na retextualização por meio de uma ação conjunta. No texto-fonte, a música – a trilha sonora – é um dos modos de comunicação. O fenômeno se torna ainda mais interessante, pois não é percebido apenas por um dos sujeitos da pesquisa, mas por vários outros, ressaltando ainda mais a referenciação como uma atividade colaborativa.

Nesses espaços, as interações verbais, além de serem concebidas em uma perspectiva de atuação conjunta e colaborativa, também são marcadas pela articulação de elementos verbais e não verbais, formando uma só unidade de sentido. Segundo as autoras,

“os exemplos analisados contribuem fortemente para a concepção de que as práticas de referenciação são, em contextos de interação face a face, multimodais, assim como a construção da referência nestes contextos é feita com base em âncoras de natureza audiovisual” (BENTES; RIOS, 2005, p. 287).

De pensamento parecido, Mondada (2005) afirma que se mostra fundamental fazer uma reflexão sobre a produção da referência em meio a práticas sociais multimodais. Para a autora, é imprescindível se deter na articulação das várias semioses no processo de construção da referência.

A referenciação é uma prática multimodal não só em contextos de interação face a face, mas em outros tipos de interações. Há associações modais mais adequadas e marcadas para cada tipo de modalidade de uso da língua, como prevê Norris (2011). No caso da referenciação, em interações face a face será mais visível, mais perceptível a articulação multimodal. Entretanto, viemos percebendo que tal questão não se afasta dos textos escritos. Parece-nos que a multimodalidade é constitutiva do processo referencial.

Morato (2005), numa reflexão em torno das interações de pacientes afásicos, também traz para a discussão a articulação das diversas semioses na construção da referência. Ao comentar um trecho de uma transcrição de um paciente afásico, a pesquisadora reforça o uso de outras semioses como estratégia importante nas interações. Acompanhemos:

Este episódio é interessante também para mostrar que sujeitos afásicos, mesmo quando apresentam uma produção verbal bastante afetada pela afasia (alterações no processamento semântico-lexical, realizações parafásicas, dificuldades em relação a certas complexidades sintáticas), *não deixam de atuar enunciativamente na construção do sentido e na manutenção e progressão do tópico conversacional, seja através da entonação, seja através da gestualidade e demais semioses que constituem pragmaticamente o sentido do enunciado e a objetivação da significação; se não levamos em conta isso em nossa análise*, indicando especialmente a ocupação de turnos e as posições enunciativas dos interlocutores, parece, de maneira equivocada, que os sujeitos afásicos ficam à margem da conversação ou do propósito discursivo, impactados que seriam pelo comprometimento dos recursos linguísticos ou da capacidade de realizar operações metalinguísticas. (MORATO, 2005, p. 87, grifo nosso)

Uma das questões que podemos salientar no artigo de Morato é perceber que sujeitos afásicos, que apresentam problemas clínicos no campo da linguagem, não deixam de usar os recursos não verbais. Parece-nos que a recorrência ao não verbal é que garante pragmaticamente a construção de sentido em face da dificuldade inerente no processamento da produção linguística.

Os outros modos de comunicação, como se percebe, são acionados nas interações como elementos necessários para a elaboração dos referentes no jogo enunciativo. Não são adereços que enfeitam os recursos verbais, mas, são constitutivos do processo de elaboração dos referentes em qualquer tipo de interação.

Custódio Filho (2011) apresenta reflexões em torno da multimodalidade e de sua atuação na construção da referência. A hipótese lançada em seu trabalho de doutoramento é a de que as semioses envolvidas com o aparato verbal não são apenas recursos secundários na construção da referência, ou seja, não são um suporte semiótico em plano

secundário. São, na verdade, recursos tão importantes quanto as expressões referenciais, em vista da estabilização da referência.

Ao analisar os episódios de um seriado, Custódio Filho mostra a importância dos recursos imagéticos na construção do referente. Segundo ele, em comparação ao conto que também foi analisado,

Desde o primeiro episódio, fica patente a participação da semiose visual na construção da referência. Tudo o que foi elaborado sobre o personagem foi calcado quase que exclusivamente na imagem. E se, no conto, as predicções, as expressões referenciais e os sintagmas adjetivais garantiam a saliência das informações por meio de confirmações, neste primeiro episódio, as imagens fizeram esse trabalho. Isso implica que a linguagem visual também é uma materialidade que contribui para as etapas de elaboração da referência, daí nossa proposta de incluí-la como mais um dos múltiplos fatores. (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 225)

Por essa *heterogeneidade* da referenciação entendemos que *a referenciação é uma atividade multimodal e discursiva de cunho sociocognitivo, baseada numa relação intersubjetiva, coletiva e colaborativa de uso da linguagem*. Diante dessa consideração, seguimos com a discussão do trabalho.

Sobre as semioses não verbais e os processos de referenciação

Após os pressupostos teóricos precedentes, encaminhamo-nos para a segunda parte do trabalho que busca apresentar reflexões que contribuam com as discussões anteriores. Para isso, tomaremos os apontamentos feitos em um trabalho anterior em que analisamos o gênero comentário *online* (RANIERI, 2014) e os reforçaremos com a análise de um texto publicitário.

Em um artigo intitulado *Multimodalidade e referenciação no gênero comentário*, apresentamos reflexões sobre a construção da referência em comentário postados no site *Youtube* a partir de visualizações do videoclipe da música *Acelaraê*, da cantora Ivete Sangalo. O trabalho apresenta reflexões sobre a referenciação em ambiente virtual. De modo geral, mostra as construções referenciais utilizadas pelos internautas em uma atuação conjunta e colaborativa, salientando os aspectos multimodais da referenciação.

Os comentários postados partilham opiniões (contrárias ou a favor) em vista de um objeto de discurso. É interessante observar que não há um objeto de discurso único, em destaque, mas há ativação de vários objetos de discurso, à medida que os comentários vão sendo feitos.

Tal como propõe o trabalho de Bentes e Rios (2005), na elaboração dos comentários, os internautas referenciam os modos de comunicação, como se fossem referentes linguísticos. Os modos de comunicação cor, gesto, dança, música, figurino, passam a ser discursivizados e assumem a condição de objetos de discurso. É interessante ressaltar que as características estruturais dos modos de comunicação apresentados são acionadas nesse processo de recategorização. O referente introduzido que se apresenta recategorizado salienta características dele enquanto modo de comunicação. Dessa forma, cada comentário ativa um objeto de discurso e reativa-o, ao passo que os internautas vão escrevendo

e se posicionando diante do tópico proposto, formando um painel multimodal nesse tipo de interação (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

Vejam os casos do figurino que foi um dos objetos de discurso ativados nos comentários que seguem. Primeiramente, mostraremos uma imagem extraída da cantora Ivete Sangalo vestida com o figurino do show tal como se apresenta no videoclipe e, em seguida, os comentários postados em relação a ele:



Imagem 1. Figurino usado pela cantora no videoclipe

Comentário 1

que roupa feia parece cantora de calypso
lucenaapb 4 meses atrás

Comentário 2

Quer imitar a lady gaga
ivesai00713c 5 meses atrás

Comentário 3

Rsrtrs Mas ´e serio... ela parece uma Joaquina no clipe! Rsrtrs
DIDSBH 5 meses atrás

Comentário 4

@DIDSBH joaquina drag kkkkkkkkk
filhadoel 5 meses atrás

Os comentários mostram que há uma recursividade que vai além do verbal para compor a referência. Um dos sintagmas utilizados – *Lady Gaga* – incorpora toda uma construção discursiva de extravagância, de excesso de cores e de formas não convencionais. Não é aleatória a seleção do sintagma nominal de *Lady Gaga* para recategorizar não só o figurino, mas toda a atuação de Ivete Sangalo no videoclipe. O referente é introduzido recategorizado pelo interlocutor numa situação de compartilhamento entre os demais interlocutores que postam seus comentários.

O próprio referente escolhido e ativado pelo internauta carrega uma carga multimodal que só pode ser entendida se levarmos em conta as condições pragmáticas e do contexto enunciativo, como aponta Morato (2005).

Essa possibilidade de construção de sentido é garantida pelas condições socio-cognitivas e culturais que permeiam o contexto enunciativo de construção das referências. Destacamos ainda os sintagmas *cantora de calypso*, *Joaninha* e *joaninha drag* que apelam para tais condições. Podemos postular a condição cognitiva para as atividades multimodais.

Vejamos agora o segundo texto que trata de uma publicidade que circulou em uma revista de venda direta. Acompanhemos:



Imagem 2. Publicidade

Quem nunca se decidiu por uma fragrância ao usar esse recurso da publicidade? Quem nunca esfregou o pulso para sentir o cheiro do perfume? Mais do que uma associação entre o verbal e elementos gráficos, que são bastante prototípicos dos textos escritos, temos a associação com um recurso semiótico que é bem característico das interações face a face: o cheiro. O efeito de sentido é construído com a possibilidade que o consumidor tem de experimentar o produto, de sentir o cheiro do perfume. Vejamos a imagem seguinte em que podemos ver, em foco, o espaço destinado ao cheiro e de que modo o leitor/consumidor pode ter acesso a esse recurso.



Imagem 3. Recurso olfativo em evidência

Somente a descrição da fragrância apresentada pela revista (*floral, refrescante e gerânio*) parece não ser suficiente descrever o perfume, como se dá dentro da revista. Há tantos outros perfumes com essas descrições dentro da revista, como, por exemplo, *Frescor de Buriti* – floral, refrescante, buriti ou *Algodão* – floral, refrescante, muguet; que essas referências parecem não singularizar o produto. A combinação dessas notas é efetivada com uma amostra da essência. Todos os dois, tal como a colônia *Biografia Feminino* são florais e sensuais. Entretanto, a referência construída para o *Biografia Feminino* é estabelecida com possibilidade de se sentir o aroma do produto. O fato de ser *floral, refrescante e gerânio* como um atributo do perfume *Biografia Feminino* só é possível por termos uma amostra do cheiro.

Parece-nos que o leitor/consumidor irá levar em conta ao referenciar o produto não apenas os aspectos visuais, como a embalagem e a cor do produto, mas entrará em sua composição a semiose olfativa em sua construção referencial.

Todas as semioses se organizam em prol da construção de sentido e dos processos que envolvem a referenciação. O sentido é construído na relação dos elementos sígnicos apreendida pelo contexto e pelos elementos cognitivos. Para Ramos (2007), os elementos não estão em uma relação de superioridade e inferioridade no plano textual, ou seja, o verbal não está acima das outras semioses, como Norris (2011) também defende. Percebemos que o fenômeno da referenciação é essencial para a progressão dos sentidos de um texto e que a recorrência à integração entre as diversas semioses não é uma opção de uma determinada pesquisa.

Os exemplos aqui expostos, ainda que pouco explorados, permitem-nos afirmar que a condição multimodal se torna parte da agenda do dia dos estudos da LT. A própria reconsideração do conceito de texto, tal como proposto por Cavalcante e Custódio Filho (2010) e Ramos (2012), é um caminho necessário para a ampliação dos estudos em LT. Acreditamos também que é necessário reconsiderarmos as nossas posições diante de fenômenos textuais, como a referenciação e, por fim, caminhamos para o entendimento de que a multimodalidade é imperativa aos estudos que investigam os fenômenos do texto.

Considerações finais

Diante das reflexões apresentadas, vemos que o nosso cotidiano é recoberto por eventos multimodais e isso não é uma característica do momento histórico que presenciemos e nem é fruto do aparato tecnológico que nos cerca. A multimodalidade é constitutiva da linguagem e, por sua vez, da interação humana.

Por isso, é inevitável repensar o conceito de texto, deixando de encará-lo como uma unidade apenas verbal, para passar a compreendê-lo como uma unidade multissemiótica. Torna-se, portanto, imprescindível conceber o texto como um elemento multimodal em que as diversas semioses emergem, para uma atuação em conjunto na produção de sentidos. Os exemplos apresentados nos mostram bem isso.

Os exemplos também reforçam a importância de pesquisas que se voltam para os fenômenos da referenciação, entendendo-a como uma ação discursiva de cunho multimodal. Já encontramos pesquisas que se debruçam sobre as semioses associadas à modalidade escrita, no entanto é ainda pequeno o número de pesquisas que se preocupa com oralidade e com as semioses que se associam a ela. Cabe-nos ampliar o nosso escopo de investigação e descrevermos mais processos referenciais multimodais.

REFERÊNCIAS

- BENTES, Anna Christina; RIOS, Vivian Cristina. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: BENTES, Anna Christina; KOCH Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria (Org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 265- 294.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o Estatuto do Texto. *Revista do GELNE*, Teresina, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.
- CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.
- MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: BENTES, Anna Christina; KOCH Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria (Org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-32.
- MORATO, Edwiges Maria. (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação antireferencialista dos processos enunciativos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 41, p. 55-74, jul./dez. 2001.
- MORATO, Edwiges Maria. Aspectos sócio-cognitivos da atividade referencial: as expressões formulaicas. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Org.) *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 79-94.
- NORRIS, Sigrid. *Analyzing Multimodal Interaction: a methodological framework*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2001.
- RAMOS, Paulo Eduardo. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

RAMOS, Paulo Eduardo. Estratégias de referência em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Santa Catarina, v. 12, n. 3, p. 743- 763, set./dez. 2012.

RANIERI, Thaís Ludmila da Silva. Multimodalidade e referência no gênero comentário. In: III COGITE - Colóquio sobre Gêneros & Textos [recurso eletrônico] 2013. *Anais...* Teresina: EDUFPI, 2014, p. 115-127.

As multimodalidades da literatura nerd brasileira: consolidando uma identidade cultural

(Brazilian Nerd Literature and its multimodality: consolidating a cultural identity)

Arnaldo Pinheiro Mont'Alvão Júnior¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) / Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE – UEM)
arnaldo.montalvao@ifms.edu.br

Abstract: The objective of this article is to present and analyze how the multimedia, which nerd literature circulates through, contributes to the consolidation of the nerd identity in Brazil. Basing on theoretical principles of multimodalities, the discussion will focus on works from the website Jovem Nerd, addressing the content that is part of their schedule, the items sold at Nerdstore, publications by Nerdbooks, and other publications by writers associated with Jovem Nerd, like Fábio Yabu and Eduardo Spohr. We conclude that the productions of Jovem Nerd, built on a multimodal basis, make their creators a major exponent of Brazilian nerd culture, making nerd literature – literary works published by Nerdbooks or by other publishers – a reference for young readers, participating directly in the construction of the identity of the Brazilian nerd reader.

Keywords: Jovem Nerd; nerd literature; nerd culture.

Resumo: Este artigo visa apresentar e analisar como os multimeios, pelos quais a literatura nerd circula, contribuem para a consolidação da identidade nerd no Brasil. Fundamentando-se em princípios teóricos sobre multimodalidades, a discussão focará o trabalho do site Jovem Nerd, abordando o conteúdo que faz parte de sua programação, os artigos vendidos na Nerdstore, as publicações da Nerdbooks e também publicações em outras editoras de escritores ligados ao Jovem Nerd, como Fábio Yabu e Eduardo Spohr. Conclui-se que as produções do Jovem Nerd, construídas em bases multimodais, fazem de seus idealizadores um dos principais expoentes da cultura nerd brasileira, tornando a literatura nerd, sejam as obras publicadas pela Nerdbooks ou por outras editoras, referência para jovens leitores, participando diretamente na construção da identidade do leitor nerd brasileiro.

Palavras-chave: Jovem Nerd; literatura nerd; cultura nerd.

Um pouco sobre *cultura nerd*: atualizando um estereótipo²

Programas de televisão como o premiado *sitcom* norte-americano *The Big Bang Theory* e eventos de grande magnitude como a *Comic-Con* realizada em San Diego revelam que, já há algum tempo, a cultura *nerd* vem se firmando com um novo significado e se fortalecendo. “Houve um tempo em que ser chamado de nerd, geek ou CDF era algo depreciativo. No final do século XX e no início do XXI, porém, isso mudou” (FERNANDES; RIOS, 2011, p. 3). Aquele estereótipo pejorativo do nerd como um sujeito introvertido, um idiota de óculos com um penteado com gel no cabelo, com difi-

¹ Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa maior intitulado *A Cultura Nerd no Brasil: construção de um nicho literário?*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE – UEM) sob orientação da Profª. Dra. Vera Helena Gomes Wielewicki.

² Um estudo mais aprofundado sobre a cultura nerd está sendo desenvolvido durante o processo de doutoramento no PLE – UEM sob orientação da Profª. Dra. Vera Helena Gomes Wielewicki, enfocando tanto a cultura nerd dos Estados Unidos como a do Brasil.

culdades de relacionamento e viciado em estudos e pesquisas,³ que perdurou durante as décadas de 1980 e 1990, não preocupa mais – hoje ser chamado de *nerd* já não é uma ofensa, mas um motivo de orgulho – e também já não dá conta de representar, em sua totalidade, os indivíduos da comunidade nerd. Apesar de a concepção de Benjamin Nugent, autor do livro *American Nerd: the story of my people* (2009), apresentar-se como sendo um pouco mais *conservadora*, sem dúvida, qualquer pessoa tem potencial para ser e se reconhecer como sendo um nerd. Nugent acredita que

[...] existem duas categorias principais de nerds: um tipo é desproporcionalmente masculino e intelectual, fazendo as pessoas terem a impressão de que os nerds são máquinas, e tão socialmente desajeitado que as pessoas acabam tendo a impressão de que os nerds são máquinas. Esses nerds fazem outras pessoas se lembrarem, às vezes amavelmente, das máquinas. [...] O segundo tipo de nerd consiste provavelmente em um equilíbrio de homens e mulheres. Este é um nerd que é nerd por pura força de exclusão social. (NUGENT, 2009, p. 6-7)⁴

Desde sua estreia em setembro de 2007, *The Big Bang Theory* explora esse estereótipo para criar suas cenas cômicas que são as mesmas do cotidiano de qualquer cidadão, e acaba mostrando que essas situações engraçadas causadas pela *nerdice* podem já ter sido vividas por qualquer um. Interessante é que essa exploração, que sustenta a comichidade da série e seu consolidado sucesso,⁵ não prejudica a imagem do nerd, mas cria uma empatia agradável, atraindo o grande público. É bem provável que qualquer pessoa,⁶ ao ter contato com alguma das nuances que permeiam o vasto universo nerd ou ao assistir aos episódios da série, se identifique e se reconheça tranquilamente como sendo também mais um marcado por essa cultura. Esse raciocínio nos faz lembrar a discussão que o crítico cultural Stuart Hall propunha a respeito do contexto multicultural no qual nossa sociedade está inserida. Conforme Hall, o contexto pós-moderno oferece à sociedade um sem-número de alternativas que nos levam a nos identificar facilmente com múltiplas identidades ao mesmo tempo. É certo que qualquer pessoa pode se identificar com essa ou quaisquer outras estâncias culturais de forma espontânea, pois

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identi-

³ O dicionário Aulete Digital ainda considera esse sentido depreciativo, definindo o verbete *nerd* como “que é pouco sociável; que só quer saber de estudar ou trabalhar; indivíduo que não gosta de viver em sociedade”. Outros dicionários foram consultados, mas não trazem o verbete *nerd*.

⁴ Tradução livre de “I believe there are two main categories of nerds: one type, disproportionately male, is intellectual in ways that strike people as machinelike, and socially awkward in ways that strike people as machinelike. These nerds are people who remind others, sometimes pleasantly, of machines. [...] The second type of nerd probably consists equally of males and females. This is a nerd who is a nerd by sheer force of social exclusion.”

⁵ A série é o *sitcom* de maior sucesso mundial da atualidade. Não é por acaso que, em março de 2014, a CBS divulgou que acertou com a Warner Bros a renovação do contrato para a produção do *sitcom* por mais três temporadas. Atualmente, *The Big Bang Theory* exhibe sua sétima temporada e é a série campeã de audiência, batendo recordes nos Estados Unidos.

⁶ Podemos inferir que, considerando um cômputo geral, jovens e adultos, homens e mulheres de diversas classes sociais.

dades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2011, p. 13)

Se ainda observarmos a evolução desses personagens ao longo de suas sete temporadas, vemos como esse estereótipo vai se tornando obsoleto, ou melhor, sendo reconstruído de forma mais amena, mas mantendo a essência nerd. Penny aprende a conviver e a lidar com as nerdices de seus amigos e até se apaixona por Leonard; Howard se casa com outra nerd, Bernadette;⁷ Sheldon, de modo muito peculiar, também namora outra nerd, Amy; e Rajesh agora consegue conversar com mulheres sem estar alcoolizado. Penny já se viu enganada por esse estereótipo quando se surpreendeu ao ver que o personagem David Underhill, um motociclista alto, de porte atlético e atraente, fosse um físico da Caltech.

O nerd de hoje está sendo retratado com uma nova roupagem e essa nova imagem é mais atraente, mais convidativa. Vale observar que essa *atualização* da cultura nerd não é forçada, construída de forma propositada, e não é fruto de uma análise minuciosa e profunda para descobrir o que poderia ou não ser anexado ou retirado, mas é algo que flui naturalmente, acompanhando um sistema – no qual a sociedade está inserida – que é híbrido por excelência. Nesse contexto, cabe a formulação de Homi K. Bhabha:

É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade ou “pureza” inerentes às culturas são *insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo*. (BHABHA, 1998, p. 67, grifo nosso)

Conforme Bhabha, as categorias de originalidade e pureza já não se sustentam, sendo qualquer manifestação cultural aberta a contribuições e, por conseguinte, passível de modificações. Assim, analisando tanto a evolução dos personagens de *The Big Bang Theory* – que foram modificando, mesmo de forma bem amena, suas características – quanto a exposição cultural do público em geral – o qual se identifica com a série –, na esteira do que postula Bhabha, percebemos como a identidade nerd está naturalmente figurada em um *terceiro espaço*,

[...] que embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo. (BHABHA, 1998, p. 67-68)

A identidade nerd se apresenta como uma identidade cultural característica desse contexto híbrido e pós-moderno, sendo múltipla por essência – “incompletas são as definições que tentam dissecar a essência da nerdice” (FERNANDES; RIOS, 2011, p. 3) – e bastante atrativa para os brasileiros.

⁷ É importante citar esse fato, pois demonstra a coragem dos produtores em romper um dos elos distintamente nerds de Howard que sustentavam sua comichidade: era o único personagem que ainda morava com a mãe.

A cultura dos jovens nerds brasileiros

Ao discutir a respeito das consequências causadas pela globalização sobre os aspectos culturais, Hall nos explica que no fluxo contínuo das diversidades culturais circulantes por meio dos diversos elementos que compõem as redes de comunicação, “as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’” (HALL, 2011, p. 75). Um dos aspectos da globalização que mais contribuíram para que a identidade nerd se *desalojasse* dos Estados Unidos e se *desvinculasse* do século XX para *flutuar livremente* pelo espaço-tempo até pairar sobre o Brasil e se fortalecer em nossa época foi a evolução tecnológica dos meios de comunicação culminada pelo advento da internet. Isso pode parecer até óbvio se nos lembrarmos do que dizia o filósofo francês Pierre Lévy:

Vivemos hoje uma redistribuição da configuração do saber que se havia estabilizado no século XVII com a generalização da impressão. Ao desfazer e refazer as ecologias cognitivas, *as tecnologias intelectuais contribuem para fazer derivar as fundações culturais que comandam nossa apreensão do real.* (LÉVY, 2010, p. 10, grifo nosso)

Sem dúvida, a internet contribui de forma exponencial para a identidade cultural nerd brasileira e é seu principal canal de propagação. É pelo ciberespaço que a cultura nerd *flutua livremente* para então se incorporar na cultura brasileira, consolidando a identidade nerd no Brasil, alcançando milhares de brasileiros. Tamanho é o interesse hoje pela cultura nerd que, de 4 a 7 de dezembro de 2014, aconteceu em São Paulo a CCXP – Comic Con Experience, o primeiro grande evento nerd do Brasil, criado nos mesmos moldes da Comi Con de San Diego nos Estados Unidos, a maior convenção nerd do mundo. Isso mostra como a cultura nerd no Brasil já é forte e se apresenta como um mercado ainda mais promissor: “Ano que vem tem mais. E será maior. Segundo Borgo, vários artistas e agentes lhe disseram que não sabiam se viriam ao Brasil porque não conheciam o mercado, e sendo a primeira edição de uma convenção não sabiam se valeria a pena” (SOARES, 2014).

O principal expoente hoje da cultura nerd brasileira e um dos maiores responsáveis pela construção dessa identidade no país sobrevive por meio da internet: o *site Jovem Nerd*, um *blog* que acabou se tornando um dos maiores veículos de comunicação sobre entretenimento do Brasil. De todas as suas atrações semanais,⁸ seu principal programa, o *Nerdcast*, *podcast* semanal com média de 300 mil *downloads* por episódio, foi laureado com o Prêmio Youpix 2012 como Podcast Hors-Concours. Os assuntos debatidos no *Nerdcast* não tratam de questões exclusivamente nerds, mas os *nerdcasters*⁹ lançam a sua visão nerd, extremamente bem-humorada, sobre as mais diversas temáticas, que vão desde artes marciais até viagens, passando por tecnologia, quadrinhos, *Star Wars*, RPG e, até mesmo, pela literatura.¹⁰

⁸ Além do *Nerdcast* (o *podcast*), há também o *Nerdooffice* (o *videocast*), o *Nerdplayer* (o *gameplay*), o *Jovem Nerd News* (o *publéditorial*), o *Nerdtour* (relatos de viagens dos nerds divulgados em todos esses canais) e *A Maravilhosa Cozinha de Jack* (um programa de culinária), que ensina a fazer pratos que aparecem em filmes, *games*, livros e outras narrativas nerds.

⁹ *Nerdcasters* é como são chamados todos os participantes do programa.

¹⁰ Seguem os temas em ordem alfabética: animação, artes marciais, áudio drama, biografia, ciências, cinema, comportamento, cotidiano, entrevistas, *games*, gastronomia, história, história alternativa, internet, lendas e mistérios, literatura, *Lost*, melhores momentos, música, nostalgia, profissões, publicidade, qua-

A grande audiência do *Jovem Nerd* foi construída em torno de toda a estrutura da cultura nerd norte-americana. Contudo, aos poucos essa cultura foi sendo incrementada, resultando na formação de uma identidade nerd específica, com traços brasileiros. Um deles, o bom humor, ponto-chave para se conquistar o público, mostra como o nerd brasileiro se diverte com suas próprias singularidades, que são embasadas naquelas mesmas que reforçam aquele estereótipo batido do nerd antissocial. Atualmente, ser nerd é divertido.

O *Nerdcast* também se apresenta como um meio que os nerds encontraram de demonstrar seu orgulho pela identidade nerd. O *lambda, lambda, lambda*, que antes figurava como nome da fraternidade dos nerds no filme *A vingança dos nerds*, da década de 1980, agora é o *grito de guerra* que inicia todos os *nerdcasts*. Há sempre também uma autenticação desse orgulho nerd com constantes convocatórias, em qualquer das atrações do *site*, ao *Nerdpower*,¹¹ que levam os nerds a contribuírem em ações sociais (como doação de sangue), a comparecerem a eventos, a *espalharem a palavra* para recrutar mais pessoas para o universo nerd, a votarem em concursos de que o *site* participa e, de certa forma óbvia, a comprar seus produtos exclusivos.

Com o sucesso da cultura nerd no Brasil, é evidente que, ao se verem diante desse mercado promissor, os agentes da indústria cultural se dedicam para satisfazer os desejos desse público orgulhoso em ostentar a insígnia *nerd*, oferecendo uma variedade de produtos que parece infinita. Em diversas lojas espalhadas pela internet, encontra-se de tudo que possa fazer menção a algum filme, série, livro, *game*, quadrinho ou qualquer outra vertente do universo nerd. Portanto, observamos aqui dois pontos importantes: o primeiro nos mostra que a ascensão econômica do Brasil nos últimos anos também contribuiu para o crescimento da cultura nerd no país, visto o consumo e a diversidade de tais produtos. O segundo ponto é a emergência de uma nova interação entre os produtores e os consumidores de mídia, representando uma transformação cultural, investigada e definida pelo crítico de mídia Henry Jenkins como a *Cultura da Convergência* (2009). A cultura nerd é naturalmente uma Cultura da Convergência por agregar os três conceitos que embasam a teoria desenvolvida por Jenkins, quais sejam: convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva.¹²

Da mesma forma, o *Jovem Nerd* também possui sua loja exclusiva online, a *Nerdstore*, que oferta ao seu público nerd uma multiplicidade de camisetas, canecas, baralho e até livros. Porém, vale ressaltar, que todos os livros vendidos na *Nerdstore* são apenas aqueles publicados pela *Nerdbooks*, o selo editorial do *Jovem Nerd*. Aqui, é importante fazer uma pausa para retomar a ideia de Jenkins de que há uma nova relação entre os consumidores e os produtores de mídia, a qual

drinhos, retrospectiva, RPG, *Star Wars*, tecnologia, teorias da conspiração, terror, trabalho, TV, viagens. Ver: <<http://jovemnerd.com.br/categoria/nerdcast/>>.

¹¹ Uma análise mais aprofundada e uma explicação mais completa do *Nerdpower* também estão sendo realizadas durante o processo de doutoramento. Por enquanto, vale informar que se trata de uma forma de mostrar a força da comunidade nerd. Por exemplo, quando Eduardo Spohr, o *nerdcaster* autor de *A Batalha do Apocalipse*, foi entrevistado por Jô Soares no *Programa do Jô*, os nerds colocaram a entrevista no Trend Topic Mundial do *Twitter*, tamanho o volume de comentários. O símbolo do *Nerdpower* é uma mão fazendo a mesma saudação de *Spock*, o personagem interpretado por Leonard Nimoy em *Star Trek*.

¹² Devido ao caráter sintético de artigo, abordamos uma discussão mais sucinta sobre estes pontos neste texto. Um aprofundamento está sendo elaborado durante o processo de doutoramento no PLE-UEM.

[...] contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2009, p. 30)

Nessa nova relação, os produtores de mídia acabam trabalhando em parceria com seu público, formando uma *cultura participativa* que flui em uma via de mão dupla. As empresas ouvem seus clientes, prestando atenção às suas requisições, e vão *orientando* esses parceiros, tentando *satisfazer* seus desejos: “o novo discurso de marketing procura moldar os desejos dos consumidores para direcionar as decisões de compra” (JENKINS, 2009, p. 96-97).

É exatamente essa a postura que o Jovem Nerd sempre tomou: utilizou seu próprio público como guia, abrindo espaço para comentários e escutando atentamente todas as indagações, procurando atendê-las, sabendo que isso seria vantajoso financeiramente,¹³ como nos explica Jenkins:

Os profissionais de marketing procuram moldar a reputação das marcas não através de uma transação individual, mas através da *soma total de interações com o cliente – um processo contínuo que cada vez mais ocorre numa série de diferentes “pontos de contato” midiáticos*.¹⁴ (JENKINS, 2009, p. 98, grifo nosso)

Dessa forma, seguindo a tendência do *marketing* atual apontada por Jenkins, o Jovem Nerd não quer “apenas que o consumidor faça uma única compra, mas que estabeleça uma relação de longo prazo com a marca” (JENKINS, 2009, p. 98). O *Nerdpower* demonstra como o Jovem Nerd, ao longo dos anos, conseguiu construir uma relação de parceria com seu público, que é um público fiel, que sente orgulho e amor pelo *selo nerd*, de tal modo que podemos inserir a marca *Jovem Nerd* no plantel das *Lovemarks*.¹⁵ O público nerd é tão fiel que atende prontamente a qualquer chamado do *Nerdpower*, ostentando a marca *Jovem Nerd* como brasão da identidade nerd brasileira.

Na verdade, o *Nerdpower* é a representação do que Jenkins (2009, p. 379) define como *economia afetiva*: “Novo discurso em marketing e pesquisa de marcas que enfatiza o envolvimento emocional dos consumidores com a marca como uma motivação fundamental em suas decisões de compra”. Em uma ação de *product placement*,¹⁶ a *Cia. Müller de Bebidas* inseriu uma garrafa da *Cachaça 51* no apartamento da personagem Penny no episódio 21 da sexta temporada de *The Big Bang Theory*. Essa ação de *marketing* foi recebida como uma homenagem aos nerds brasileiros, criando uma empatia agradável entre o público nerd e a *Cachaça 51* – cujo *slogan uma boa ideia* se encaixa perfeitamente

¹³ Vale lembrar que a renda do Jovem Nerd é diversificada: possui várias formas de publicidade, além de vender seus produtos na *Nerdstore*.

¹⁴ Além de espaço para comentários dos fãs sobre os conteúdos postados no *site*, o Jovem Nerd abriu outros canais para manter a comunicação com seu público, seja recebendo e lendo os *e-mails* no *Nerdcast* – espaço reservado para as *caneladas* de programas anteriores –, seja fazendo uso de redes sociais como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, chegando até a criar a sua própria rede social, a *Skynerd*.

¹⁵ Segundo Henry Jenkins (2009, p. 382), *Lovemarks* é um “termo cunhado por Kevin Roberts, CEO mundial da Saatchi&Saatchi, para se referir às empresas que provocam um investimento emocional tão forte por parte dos consumidores, que acabam conquistando uma “fidelidade além da razão”.

¹⁶ Colocação do produto de forma orgânica no cenário.

com os nerds –, mostrando o efeito da *economia afetiva* discutida por Henry Jenkins em *A Cultura da Convergência*.¹⁷

Todo esse cenário representa ainda uma outra transformação cultural já que – considerando o papel da *Nerdbooks* –, por produzir livros para servir o seu público, o Jovem Nerd se insere no acervo literário brasileiro, que acaba enriquecido com essa linha de produção, uma nova vertente literária, a *literatura nerd*. A literatura brasileira assiste à consolidação de uma literatura *essencialmente* nerd como uma nova cultura literária hospedada em seu cerne, marcada por seus gêneros e tipos textuais, sua tessitura textual, seu processo de editoração, seus conceitos críticos e seus múltiplos meios de circulação, visto que não é de agora que o trabalho literário do Jovem Nerd vem sendo realizado e da mesma forma não é algo meramente amador. Não se restringe ainda apenas às publicações da *Nerdbooks*, mas, por meio do *Nerdcast*, realiza apresentações de livros e autores, promove análises e discussões críticas de obras do universo nerd, constrói enredos dramatizados, culminando nas publicações de livros de sua própria editora. Vale também ressaltar que os livros lançados pela *Nerdbooks*, após o sucesso de vendas, chamam a atenção do mercado editorial e acabam sendo publicados por grandes editoras, alcançando milhares de vendas.¹⁸ Fixa-se, assim, uma corrente literária no bojo da literatura brasileira que vai produzindo ficção e crítica, sendo lida e referenciada, contribuindo para a formação de leitores brasileiros.

A estrutura multimodal da literatura nerd brasileira: não apenas livros, mas experiências de leitura

Os apontamentos realizados por teóricos e críticos que se preocupam em analisar as questões contemporâneas da humanidade nos mostram como estamos cada vez mais inseridos em um ritmo ditado pela multiplicidade. Com a globalização, o avanço tecnológico da informática e o advento da internet, a humanidade encontrou outras formas de organizar sua memória, de se comunicar, de definir sua identidade. Emergem-se, então, nesse nosso contexto contemporâneo marcado pela dinâmica do ciberespaço, múltiplos meios de reorganizar nosso pensamento, múltiplas plataformas pelas quais podemos distribuí-lo e múltiplos espaços de arquivamento. Na esteira desse pensamento, passamos, então, a buscar o conceito de *multimodalidades* para embasar nossa discussão sobre a literatura nerd, que, conforme veremos, revela-se uma literatura essencialmente multimodal.

Para prosseguirmos com a análise desse caráter multimodal da literatura nerd, vale resgatar, em princípio, o alerta que o crítico Gunther Kress fez ao afirmar que, nas últimas décadas, “outros meios de comunicação se tornaram proeminentes e cada vez mais significativos na comunicação pública” (KRESS, 2000, p. 182).¹⁹ Encaminhando nossa discussão para a cultura nerd, podemos afirmar que o *podcast* está entre esses

¹⁷ Obviamente, o objetivo dessa ação não era atingir apenas o público nerd, mas a divulgação para o amplo mercado aberto por *The Big Bang Theory*, visto que a audiência do *sitcom* é muito grande e, por isso, nem todos que assistem à série são ou se consideram nerds.

¹⁸ *A Batalha do Apocalipse*, a primeira publicação da *Nerdbooks*, figurou no *ranking* da revista Veja por semanas seguidas entre os livros de ficção mais vendidos no Brasil após ser lançado pelo selo Verus da Editora Record. *Branca dos mortos e os 7 zumbis* foi também publicado pela Editora GloboLivros.

¹⁹ Tradução livre de “Other modes of communication have become prominent; and increasingly significant in public communication.”

meios de comunicação proeminentes e significativos apontados por Kress, pois, “além de possibilitar a divulgação de diversos temas [...], os *podcasts* libertam os ouvintes da grade de programação” (ENTENDA..., 2006). Os *podcasts* são programas gravados e disponibilizados na internet em formato de arquivo de áudio, permitindo aos ouvintes fazerem *downloads* desses arquivos e escutarem esses programas a qualquer momento. É um arquivo que está disponível para visitação e revisitação sem limites de tempo ou de acessos. Essa flexibilidade, característica intrínseca do *podcast*, confere a essa nova categoria de comunicação *status* de ferramenta importante e essencial, em nossa época, para a difusão e circulação de diversas manifestações culturais, visto que qualquer grupo interessado em divulgar seu trabalho tem condições de gravar e editar seus programas, e disponibilizá-los na internet, cujo alcance é ilimitado, podendo atingir um número infinito de pessoas que circulam pelo ciberespaço, assim como aconteceu com a cultura nerd, por meio dos trabalhos do *site* Jovem Nerd.

Criado em 2002, época do auge dos *blogs*, como apenas uma brincadeira entre amigos, o Jovem Nerd d  início a uma série de tentativas para atrair o seu público, que já crescia paulatinamente. Seguindo as tendências da época, a alternativa encontrada em 2006 foi o *podcast*, que acabou se tornando a maior atração do *site*. Logo o *Nerdcast* agradou, mostrando que havia um público que parecia sentir a necessidade de ter um espaço como aquele, e se firmou como o principal canal de comunicação entre o Jovem Nerd e esse público, conquistando uma grande audiência e, por conseguinte, trazendo consideráveis patrocínios. Portanto, é a partir da criação do *Nerdcast* que o Jovem Nerd deixa de ser uma brincadeira para se tornar um negócio promissor e a cultura nerd brasileira ganha seu espaço exclusivo de atuação.

Vale ressaltar, considerando o cenário cultural multimodal contemporâneo no qual o Jovem Nerd está inserido, que nessa dinâmica atual de comunicação, novos valores são atribuídos às relações humanas e, por conseguinte, uma nova forma de atuação se faz necessária. James Paul Gee (2000, p. 49), ao conceitualizar o cenário de um novo capitalismo, afirma que as comunicações humanas estão cada vez mais interligadas em torno de uma rede na qual “no novo capitalismo, não é realmente importante o reconhecimento que as pessoas têm sozinhas, mas sim o que elas podem fazer com outros de forma colaborativa para efetivamente adicionar ‘valor’   iniciativa”.²⁰ Dessa forma, Gee aponta para a importância de um movimento colaborativo entre as pessoas que visa compartilhar conhecimento: “um movimento para que pessoas possam trabalhar colaborativamente em equipes para alcançar resultados e agregar valor por meio da distribuição de conhecimento e de entendimento” (GEE, 2000, p. 50).²¹ O conhecimento compartilhado através das atrações do *site*, principalmente do *Nerdcast*, auxilia na aproximação do público nerd com o Jovem Nerd, visto que os nerds têm condições de aprender, replicar e discutir sobre os temas adotados semanalmente no *site*, pois, além de escutarem o programa, os ouvintes deixam seus comentários nos *posts* e recebem o *feedback* dos *nerdcasters* durante a leitura de *e-mails* na sessão *caneladas* dos *Nerdcasts* subsequentes.

²⁰ Tradução livre de “In the new capitalism, it is not really important what individuals know on their own, but rather what that they can do with others collaboratively to effectively add ‘value’ to the enterprise”.

²¹ Tradução livre de “a movement towards people who can work collaboratively in teams to produce results and add value through distributed knowledge and understanding”.

Na exclusividade de seu (ciber)espaço, os nerds se esbaldam em discussões aprofundadas sobre os mais diversos assuntos. Dentre os temas debatidos, há anos o assunto *Literatura* faz parte das pautas do *Nerdcast*,²² isto é, desde sua origem, o *podcast* do Jovem Nerd já servia como espaço para divulgação e análise crítica das preferências literárias dos nerds. Considerando que os donos e responsáveis por todo o desenvolvimento do *site* afirmam que o *Nerdcast* não trata exclusivamente do mundo nerd, mas da visão nerd do mundo, vemos, através do que se apresenta nos programas, o que seria *literatura* na visão dos nerds. Os *nerdcasters* mostram como eles *praticam* literatura, o que eles pensam sobre literatura, como eles veem literatura, como eles procedem em suas análises críticas sobre literatura, como eles *fazem* literatura, emergindo uma série de conceitos que definem uma *literatura nerd*. Portanto, essa literatura discutida pelos *nerdcasters* seria uma literatura não específica ou exclusiva do mundo nerd, mas uma literatura que domina todo o espaço desse mundo nerd, ou seja, uma literatura nerd em sua essência.

É quando essa literatura nerd ultrapassa os limites de seu espaço do debate crítico ocorrido no *Nerdcast* e passa a assumir uma posição de produção literária marcada pela emergência da *Nerdbooks* que ela acaba sendo sacramentada, visto que, a partir desse momento, os nerds puderam publicar seus trabalhos, marcando com o selo nerd sua literatura, pois suas obras são publicadas por uma editora que leva a insígnia *nerd* no nome. A partir desse ponto, percebemos como o nascimento da *Nerdbooks*, também de certa forma impulsionado pelo *Nerdcast* – já que tudo começou de fato com as publicações semanais do *podcast* para então culminar na criação de uma editora –, foi importante para a literatura nerd. Quando um *nerdcaster* escreveu um livro e não conseguiu aceite de nenhuma editora para publicá-lo, seus amigos do Jovem Nerd decidiram fundar a *Nerdbooks* com o intuito de publicar *A Batalha do Apocalipse* (SPOHR, 2010a) e vender suas cópias na *Nerdstore*. Eduardo Spohr (2010b) explica essa história:

Só comecei a vender [o livro *A Batalha do Apocalipse*] em 2007, depois que ganhei um concurso de uma gráfica pequena, que me deu como prêmio uma tiragem de cem exemplares do livro. Eu os coloquei à venda no site [*Nerdstore*] e foi um sucesso: os cem foram vendidos em menos de cinco horas! Logo depois fiz uma tiragem de 400, que também se esgotaram rápido. Em 2009 resolvi pôr a mão no bolso e imprimir 4 mil exemplares para vender no mesmo site. A edição se esgotou em menos de 5 meses. Isso chamou a atenção das editoras grandes, e acabei recebendo um convite da Record, que publicou o meu livro com o selo Verus.

A partir de então, *A Batalha do Apocalipse* extrapola o universo nerd e avança pelo vasto mundo literário, tornando a literatura nerd uma vertente da literatura brasileira. Tamanho seu sucesso, que chamou a atenção de Paulo Coelho, que chegou até a procurar o Jovem Nerd para participar do *Nerdcast*, concedendo uma entrevista.²³

Pode parecer vil aos olhos de uma crítica literária conservadora, tradicionalista, *burguesa*, a relação que Paulo Coelho instaurou com os nerds ou até mesmo o simples

²² O primeiro programa com o tema *Literatura* foi ao ar logo no início do *Nerdcast*, em 01 de junho de 2006, no *Nerdcast 17 – O mundo medieval de Bernard Cornwell*. Até março de 2014, os *nerdcasts* com o tema *Literatura* eram 24 programas. Somados à entrevista de Paulo Coelho e ao *Nerdcast 215 – Profissão: Autor*, no qual os escritores Fábio Yabu e Eduardo Spohr falam sobre a arte e o ofício de escrever, os *nerdcasts* sobre literatura totalizam 26.

²³ *Nerdcast 231 – Paulo Coelho – Nerdcast com o mago*.

reconhecimento de que há uma literatura essencialmente fundada na cultura nerd, mas, assim como pensa o crítico italiano Umberto Eco ao questionar o papel dessa crítica *apocalíptica*, manifestações culturais como a literatura nerd merecem consideração:

Uma das objeções que se movem a pesquisas desse gênero [...] é a de terem acionado um aparelhamento cultural exagerado para falarem de coisas de mínima importância, como uma estória em quadrinhos do Superman ou uma cançoneta de Rita Pavone. Ora, a soma dessas mensagens mínimas que acompanham nossa vida cotidiana constitui *o mais aparatoso fenômeno cultural da civilização em que somos chamados a atuar*. Do momento em que se aceita fazer dessas mensagens objeto de crítica, não haverá instrumento inadequado, e *elas deverão ser experimentadas como objetos dignos da máxima consideração*. (ECO, 2011, p. 29-30, grifos nossos)

Com os direitos de *A Batalha do Apocalipse* vendidos para a editora Record, o estoque da primeira publicação da *Nerdbooks* que ainda restava na *Nerdstore* logo se esgotou, sustentando o *status* de *edição de colecionador*. O Jovem Nerd, então, viu-se em um momento privilegiado para a sequência de seu trabalho: faltava à *Nerdbooks* material para dar continuidade à sua produção e, ao mesmo tempo, a partir do momento em que se tem uma editora, fica fácil publicar seus livros. Assim, deram-se início a outros projetos, todos resultados de ideias que nasceram nos *nerdcasts*. Com o passar dos anos, nos quais as publicações do *Nerdcast* ocorriam fielmente toda sexta-feira, o arquivo do *Nerdcast* cresceu, e em torno do Jovem Nerd criou-se toda uma mitologia que supriu a necessidade de material para a produção da *Nerdbooks*. Desse modo, vemos como o *Nerdcast* é a força motriz de toda a estruturação do trabalho literário produzido pelo Jovem Nerd, não apenas por servir como um espaço para os debates literários, mas é a partir de toda a sua programação que a criatividade nerd pulsa e irrompe em diversas produções; em outras palavras, os *Nerdcasts* viram livros, pois fornecem todo o aparato criativo para a construção das obras.²⁴

Bluehand, um *nerdcaster* assim como Eduardo Spohr, devido à demonstração de conhecimento dos mais variados assuntos durante suas participações nos programas, tornou-se um ícone do *Nerdcast*. Logo se criou uma mitologia nerd em torno de sua destreza, na qual os nerds deveriam, antes de tudo, salvá-lo e protegê-lo caso a humanidade viesse a sofrer alguma catástrofe, porque ele seria essencial para a reconstrução da sociedade organizada como um todo. Portanto, *Bluehand* passa a ser o símbolo que representa toda a cultura nerd:

O termo “Bluehand” surgiu inicialmente como um codinome, um apelido usado por um dos participantes do NerdCast, o *podcast* do site Jovem Nerd. Reconhecidamente o cérebro do grupo, versado nas mais diversas áreas do conhecimento humano, Bluehand e seu nome se tornaram sinônimos de uma pessoa curiosa e interessada, o típico nerd, aquele sujeito que, por usa inteligência e sapiência, tornar-se-ia indispensável em uma situação de emergência. (SPOHR; OTTONI; PAZOS, 2011, p. 5)

Essa mitologia serviu para a produção da segunda publicação da *Nerdbooks*, o *Protocolo Bluehand: Alienígenas* (2011), um guia de orientação aos nerds sobre como lutar pela sobrevivência em caso de uma invasão extraterrestre. Também um sucesso,

²⁴ Existem muitos exemplos que, não fosse o caráter sintético do artigo, poderiam ser citados. Tais exemplos são esmiuçados durante a pesquisa de doutoramento da qual faz parte este estudo.

vendeu duas mil cópias em 24 horas, esgotando sua tiragem de quatro mil cópias em cinco dias. Dessa publicação, sucedeu o *Protocolo Bluehand: Zumbis* (FOBIYA; OTTONI, PAZOS, 2012), com a mesma proposta: auxiliar os nerds a sobreviver em caso de uma hecatombe zumbi.

A temática *zumbi* ainda rendeu mais três publicações: o livro de contos de terror e horror *Branca dos mortos e os 7 zumbis* (FOBIYA, 2012a), uma releitura dos contos de fada como uma versão bastante grotesca – e remetendo ao *Nerdcast 66 – Era uma vez um Nerdcast...* –; a *graphic novel Independência ou Mortos* (FOBIYA, 2012b) – inspirado no *Nerdcast 172 – Histórias do Brasil: Império* –, que retrata em quadrinhos um Dom Pedro I como o herói que libertou o Brasil de uma calamidade causada por uma infestação de zumbis. O *Nerdcast 342 – Audio Drama – T-Zombii: A gravação dos mortos* (FOBIYA, 2012c), uma dramatização que mostra o Brasil sofrendo uma hecatombe zumbi nos dias atuais, ganhou sua versão *e-book* e é vendido na Amazon. Ostentando o *slogan Não apenas livros, mas experiências de leitura*, a *Nerdbooks* dá sequência em seus projetos, seguindo sua *linha editorial nerd*: a sexta e mais recente publicação da *Nerdbooks* é o livro *Crônicas de Ghanor* (OTTONI, 2013), um guia ilustrado de uma trilogia do *Nerdcast* especial de RPG.²⁵

A partir daqui, observamos alguns pontos que contribuem para a formação do caráter multimodal da literatura nerd. Inicia-se nos *nerdcasts* com os debates e análises críticas construídos de forma colaborativa, como um compartilhamento de conhecimento literário entre o Jovem Nerd e seus espectadores. Esse movimento de troca é importante se considerarmos que os *nerdcasts* aguçam a curiosidade e despertam o desejo em seus ouvintes de conhecer os autores e as obras discutidos nos programas. Além disso, os espectadores nerds, incitados com a expectativa de ter seus comentários e *e-mails* lidos na sessão *canelada* do *Nerdcast*, são estimulados ao exercício crítico de tais obras e autores. Bill Cope e Mary Kalantzis, defendendo a ideia de que as escolas devem adotar hoje uma postura que leva em conta o pluralismo cultural dos estudantes, nos mostra como que esse caráter multimodal da prática literária nerd tem um papel fundamental na formação de leitores:

Na cultura popular e na mídia, novas tecnologias e economias de pequena escala permitem o acesso local e controle dos mais dinâmicos meios de comunicação de criação cultural. A autonomia comunitária não tem que significar fragmentação, no entanto. *Ela pode dar às pessoas uma voz que antes elas não tinham, tornando-se cidadãos interligados pelo federalismo integrado do Pluralismo Cívico. Isso pode dar força e vibração às redes de sobreposição culturais que são a espinha dorsal da Diversidade Produtiva.* (COPE; KALANTZIS, 2000, p. 146, grifo nosso)²⁶

Outro ponto importante a se notar é que a literatura nerd também é múltipla em gêneros e tipos textuais, podendo, portanto, atrair mais pessoas. As obras da *Nerdbooks*

²⁵ *Nerdcast 251 – Especial RPG – o bruxo, a princesa e o dragão; Nerdcast 291 – Especial RPG – o duque, a rosa e o Beholder; Nerdcast 341 – Especial RPG – o corvo, a periguetete e o Bucentauro.*

²⁶ Tradução livre de “In popular culture and the media, new technologies and economies of small scale allow local access and control of the most dynamics media of cultural creation. Community autonomy does not have to mean fragmentation, however. It can give people a voice they didn’t have before, to become citizens interlinked by the integrating federalismo of Civic Pluralism. It can give strength and vibrancy to the overlapping cultural networks that are the backbone of Productive Diversity”.

abarcam ficção científica, terror, horror e fantasia, sendo guias, quadrinhos, narrativa de RPG, antologia de contos e romance. Os *nerdcasts* de literatura abrangem obras e autores de ficção científica, fantasia, terror e horror, passando também por contos de fadas e por outros autores como Nelson Rodrigues, Tom Clancy e Stephen King, além da entrevista com Paulo Coelho e do *Nerdcast 215 – Profissão: Autor*, no qual os escritores Fábio Yabu e Eduardo Spohr falam sobre a arte e o ofício de escrever.

Notamos ainda outros aspectos multimodais da literatura nerd brasileira. Levando em conta as múltiplas plataformas de sua propagação, apontamos, como já vimos, o *podcast*, um meio pelo qual o debate, as análises críticas e também a ficção literária nerds circulam pelo ciberespaço. Foge à palavra escrita e utiliza elementos de sonorização, recursos de edição, que promovem programas mais dinâmicos e garantem a dramatização artística literária dos audiodramas, como o *T-Zombii*. Também há os *hotsites* de livros, que contêm áudio dramas (encenações de trechos dos livros com sonorização), *book trailers* e *teasers* (vídeos que, por meio de um trabalho minucioso de edição e elaboração, captam e transmitem muito bem as mensagens dos livros), ilustrações, sinopses, trechos dos livros, sendo todos esses recursos meios pelos quais a literatura nerd corre livremente.

Além desses meios, citamos ainda o *e-book*, uma modalidade que leva o selo da nossa contemporaneidade, e o livro impresso, que, como veremos, é algo que *parece* tradicional. Nas comparações entre a mídia impressa e a eletrônica, interessante notar, como veremos mais adiante, como alguns recursos empregados na mídia impressa, que são fundamentais para a cultura nerd, não se aplicam na eletrônica, que por sua vez também possui algumas nuances importantes aos nerds. Roger Chartier questiona o papel da mídia eletrônica, afirmando que o *e-book* descaracteriza os suportes que a mídia impressa consegue diferenciar, como livro, jornal, etc. Chartier (2002, p. 109) considera que “é fundamentalmente a própria noção de “livro” que é posta em questão pela textualidade eletrônica”. A literatura nerd parece tender mais para a mídia impressa, pois nela recursos multimodais de editoração fazem bastante diferença para os nerds, enquanto o *e-book* consegue oferecer, a princípio, uma amplitude de circulação que é incomparável. Incomparável, porém, até certo ponto, pois, como todos esses recursos multimodais são essenciais para a narrativa, isto é, como eles fazem parte da obra como um todo, por ser incapaz de reproduzi-los no meio eletrônico, o *e-book* não consegue ser tão atrativo quanto o livro impresso: “A técnica digital entra em choque com esse modo de identificação do livro pois torna os textos móveis, maleáveis, abertos, e confere formas idênticas a todas as produções escritas: correio eletrônico, bases de dados, sites da Internet, livros, etc.” (CHARTIER, 2002, p. 110).

Observando mais atentamente o trabalho do Jovem Nerd, extrapolamos essa circulação da literatura nerd até para as camisetas vendidas na *Nerdstore*. Muitas estampas das camisetas exclusivas do Jovem Nerd têm literatura como sua mensagem, seja como referência a obras, seja retratando cenas, ou até mesmo com trechos escritos de livros. Tudo isso tanto de livros da *Nerdbooks* como de outros livros do universo nerd.²⁷ Pode

²⁷ As estampas dessas camisetas merecem um estudo mais aprofundado por conseguirem captar bem o espírito nerd corrente na urdidura dos textos da literatura nerd. Por enquanto, vale mencionar os nomes das camisetas e suas respectivas menções: *O Senhor dos Anéis* e *O Hobbit* (camisetas *Kill Bilbo* e *Riddles in The Dark*), *As Crônicas de Gelo e Fogo* (camisetas *Trono de games* e *Winter is coming*), *Guia do Mochileiro das Galáxias* (camiseta *Not again*), *Protocolo Bluehand: Alienígenas*, *Protocolo Bluehand: Zumbis*, *A Batalha do Apocalipse*.

parecer uma plataforma até inusitada, mas é um meio por onde as urdiduras dos enredos literários circulam, propagando a literatura nerd.

Por fim, pelos livros impressos da *Nerdbooks*, percebemos o último elemento de característica multimodal da literatura nerd: o cuidadoso trabalho editorial. Já em sua primeira publicação, a equipe editorial da *Nerdbooks* se mostrou preocupada com o *layout* do livro *A Batalha do Apocalipse*, procurando um novo trabalho de diagramação e uma nova capa.²⁸ Era o primeiro trabalho realmente *profissional* de editoração do Jovem Nerd.

O segundo lançamento da editora nerd, o livro *Protocolo Bluehand: Alienígenas*, reflete o estilo que seria adotado em todas as outras publicações seguintes. Página por página, o livro traz elementos que *narram*, pelo recurso da linguagem não verbal, todo o contexto criado em torno da ficção que inserem o leitor na narrativa. A partir do que explica Krees sobre multimodalidades, vemos que a escrita em si também é multimodal, pois trabalha com recursos como itálico, caixa alta, negrito, etc. Contudo, há ainda outros recursos que podem ser utilizados na mídia impressa, ou seja, nos livros como elementos importantes da narrativa literária, que participam da tessitura textual:

Não apenas visão e audição, mas também o sentido do tato poderia naturalmente ser usado, uma vez que está em uma forma altamente articulada com o braille, ou de forma menos altamente articulada na infinidade de maneiras nas quais os materiais ‘comunicam’ para nós através do nosso sentido do tato – a textura de superfícies de madeira, de concreto, de materiais, e assim por diante, usadas em diferentes graus e muitas vezes altamente consciente e deliberadamente para fins de representação e de comunicação – por exemplo, a leveza e suavidade da seda, em relação ao peso e rugosidade do material de jeans. (KRESS, 2000, p. 185)²⁹

No *Protocolo Bluehand: Alienígenas*, esses recursos são utilizados a toda prova. A capa, a contracapa, a lombada e as orelhas são todas ilustradas e trazem elementos brilhosos como se uma gosma tivesse sido deixada pelo toque de algum ET. Cada página do livro traz uma surpresa: mancha de café, rabiscos à caneta esferográfica azul, destaques de trechos com marca-texto, anotações nas margens, anexos colados com durex ou grampeados, páginas sujas e amassadas, tudo para retratar um guia, um documento da mais alta importância, que foi lido, relido, estudado e bastante utilizado em situações de conflito inclusive.

Seu sucessor, o *Protocolo Bluehand: Zumbis*, consegue manter o mesmo aspecto, porém com alguns adendos: por se tratar de ataques zumbis, ele ainda traz em baixo relevo no canto superior direito uma marca representando uma mordida, além de muitas manchas de barro e sangue nas páginas. Interessante é como essas manchas são trabalhadas de forma cuidadosa: uma mancha mais forte se estende por uma página, a mesma mancha se mantém no verso, porém um pouco mais fraca e pela terceira vez ela se repete mais

²⁸ *A Batalha do Apocalipse* antes teve uma primeira impressão, sem ISBN inclusive, de 100 cópias que foram vendidas na *Nerdstore*. O livro ganhou uma nova edição para seu lançamento pela *Nerdbooks*.

²⁹ Tradução livre de “Not only sight or sound but also the sense of touch could of course be used, as it is in a highly articulated form with braille, or in a less highly articulated form in the multitude of ways in which materials ‘communicate’ to us via our sense of touch – the texture of wooden surfaces, of concrete, of materials, and so on, used to varying degrees and often highly consciously and deliberately for purposes of representation and communication – for example, the lightness and smoothness of silk, as against the weight and roughness of the material of jeans”.

fraca ainda na página seguinte, como se, em algum momento de batalha, sangue tivesse espirrado, manchando as páginas do livro.

O *Branca dos mortos e os 7 zumbis* tem outra proposta: um livro de terror em capa dura, preta, e título em vermelho brilhoso, ilustrações assustadoras e páginas pretas separando os capítulos trazem um clima sombrio ao leitor, contribuindo com os contos de fada recontados de forma macabra. *Independência ou mortos* já tem um ar bastante cômico e sombrio ao mesmo tempo, recontando, com seus quadrinhos em preto e branco, a chegada da família real ao Brasil, trazendo consigo certa infecção que provocará uma infestação de zumbis no país, cabendo ao herói Dom Pedro I lutar para livrar o país de tamanha hecatombe. A capa é colorida, com manchas de sangue também em vermelho brilhoso, retratando uma horda de zumbis sucumbindo à luta de Dom Pedro I. Retomando o conceito de *convergência*, é relevante apontar que *Independência ou mortos* alude a *Independência ou morte*, filme de 1972, estrelado por Tarcísio Meira interpretando Dom Pedro I. Existe uma relação intertextual estabelecida entre as duas obras que é facilmente percebida ao compararmos o pôster do filme e a capa da *graphic novel*, marcada não apenas pela figura do personagem principal, mas também pelo título das obras. A última publicação da *Nerdbooks* é um guia ilustrado, *As Crônicas de Ghanor*. Com a capa almofadada escrita em dourado brilhoso, traz ilustrações da aventura de RPG vivenciada nos *nerdcasts*.³⁰ Mesmo depois de sair da *Nerdbooks* e ir para as mãos da *Verus*, o livro *A Batalha do Apocalipse* teve sua edição especial com capa dura e ilustrações, mostrando como esses elementos são importantes para os nerds, sendo intrínsecos ao universo da cultura nerd.

A multimodalidade é uma característica intrínseca da cultura nerd e, por conseguinte, da literatura nerd. Retomando o que já foi apontado anteriormente, atentos às mais diversas tendências sociais e culturais, os agentes da indústria cultural logo percebem isso, e investem nesse caráter multimodal para ampliar ao máximo seu alcance dentro desse mercado lucrativo e promissor.³¹ A *Nerdbooks* e também outras editoras, visando a uma maior circulação de seu trabalho, adotam isso naturalmente, seja aplicando recursos editoriais ao material impresso, seja distribuindo seu material por edições em *e-book*.³² Portanto, a estrutura multimodal da literatura nerd discutida ao longo desse trabalho é essencial para os leitores nerds, participando diretamente na construção da identidade do leitor nerd brasileiro, inserido em um contexto cultural multimodal contemporâneo.

³⁰ O trabalho de impressão das imagens das páginas desse livro foi realizado com muita minúcia. Os responsáveis pelo livro ficaram durante quatro dias na gráfica para aprovar a impressão de cada página. Tudo está retratado no Nerdoffice s04e45 – Crônicas de Ghanor: Gráfica e Evento.

³¹ Chama-nos a atenção o número de vendas dos títulos da *Nerdbooks*: *Protocolo Bluehand: Alienígenas*, por exemplo, em seu lançamento em 2011, vendeu duas mil cópias em 24 horas, esgotando sua primeira tiragem de quatro mil cópias em apenas cinco dias. Números que merecem atenção, visto que o preço dos livros varia entre R\$ 49,90 e R\$ 59,90 mais o custo do frete.

³² A *Nerdbooks*, inclusive, após uma parceria firmada com a editora Arte & Letra, começa, a partir de março de 2013, a receber originais para análise em seu *site* <<http://jovemnerd.ig.com.br/nerdbooks/>>, com o *slogan* *Não apenas livros, mas experiências de leitura*. Isso mostra como a editora enxerga que ainda existe um leque de possibilidades para aumentar seu faturamento e seu crescimento.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

COPE, Bill; KALANTZISIS, Mary. Changing the role of schools. In: COPE, Bill; KALANTZISIS, Mary (Org.). *Multiliteracies*. Literacy Learning and the Design of Social Futures. London; New York: Routledge, 2000.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ENTENDA o que é podcast. *Folha Online*, 20 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u19678.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

FERNANDES, Luís Flávio; RIOS, Rosana. *Enciclonórdia*. São Paulo: Panda Books, 2011.

FOBIYA, Abu. *Branca dos Mortos e os 7 Zumbis*. Curitiba: Nerdbooks, 2012a.

_____. *Independência ou mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012b.

_____. *T. zombii: gravação dos mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012c.

FOBIYA, Abu; OTTONI, Alexandre; PAZOS, Deive. *Protocolo Bluehand: Zumbis: seu guia definitivo contra os mortos e os vivos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012.

GEE, James Paul. New people in new worlds: Networks, the new capitalism and schools. In: COPE, Bill; KALANTZISIS, Mary (Org.). *Multiliteracies*. Literacy Learning and the Design of Social Futures. London and New York: Routledge, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KRESS, Gunther. Multimodality. In: COPE, Bill; KALANTZISIS, Mary (Org.). *Multiliteracies*. Literacy Learning and the Design of Social Futures. London; New York: Routledge, 2000.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: 34, 2010.

NERD. In: DICIONÁRIO Aulete Digital. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

NUGENT, Benjamin. *American nerd: the history of my people*. New York: Scribner, 2009.

OTTONI, Alexandre. *Crônicas de Ghanor – Guia ilustrado oficial da primeira trilogia do Nerdcast Especial de RPG*. Curitiba, Nerdbooks, 2013.

SOARES, Marcelo. Evento de cultura pop, Comic Con Experience é sucesso de público em SP. *Folha de São Paulo*, 08 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/12/1559422eventodeculturapopcomicconexperienceesucessodepublicoemsp.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

SPOHR, Eduardo. *A batalha do apocalipse: da queda dos anjos ao crepúsculo do mundo*. Campinas: Verus, 2010a.

_____. *Entrevista Eduardo Spohr*. Rio de Janeiro: Época, 2010b. Entrevista concedida a Danilo Venticinque. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI161543-15220,00-EDUARDO+SPOHR+OS+ANJOS+SAO+COMO+SUPERHEROIS.html>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

SPOHR, Eduardo; OTTONI, Alexandre; PAZOS, Deive. *Protocolo Bluehand: Alienígenas: seu guia definitivo contra a ameaça extraterrestre*. Curitiba: Nerdbooks, 2011.

Um útero é do tamanho de um punho, ou sobre as interdições do feminino

(*A womb is the size of a fist, or about the interdictions against women*)

Gisele Novaes Frighetto¹

¹Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada – Universidade de São Paulo (USP)

giselefrighetto@uol.com.br

Abstract: *A womb is the size of a fist* is a book of poems by Angélica Freitas, published in 2012. It contains a poetics characterized by free verses, popular language, linguistic experiments, parody, humor, and iconoclasm. Another quality is the theme of gender and feminism. This paper aims to analyze the title poem beyond aesthetical considerations and to consider as well the discourses about the interdictions against women in contemporary Latin-American societies.

Keywords: *A womb is the size of a fist*; Angélica Freitas; Contemporary Brazilian poetry; Feminism.

Resumo: *Um útero é do tamanho de um punho*, livro de poemas de Angélica Freitas, foi publicado em 2012. Nele, há uma poética caracterizada pelos versos livres, linguagem coloquial, experimentalismo linguístico, paródia, irreverência e iconoclastia. Outra qualidade é a temática feminista e de gênero. Este artigo propõe uma análise do poema-título que, além de considerações estéticas, centre-se na investigação de fundo discursivo quanto às interdições sofridas pelas mulheres em sociedades contemporâneas latino-americanas.

Palavras-chave: *Um útero é do tamanho de um punho*; Angélica Freitas; Poesia brasileira contemporânea; Feminismo.

Introdução

porque uma mulher boa
é uma mulher limpa
(uma mulher limpa)

um útero é do tamanho de um punho é o segundo livro de poemas de Angélica Freitas.¹ Publicado em 2012, sucede *Rilke Shake*, de 2007. Em ambas as obras, há uma poética caracterizada pela retomada da estética modernista, que pode ser observada nos versos livres, na linguagem coloquial, no experimentalismo linguístico, na paródia de referências eruditas e populares, no poema-piada, na irreverência e iconoclastia. Outra qualidade é a temática feminista e de gênero, em chave irônica e de uma comicidade agridoce.

Esta última qualidade é patente no segundo livro, cujos poemas abordam as representações do feminino a partir do exame dos discursos e de seus mecanismos de valoração

¹ A poeta gaúcha é autora de *Rilke Shake* (2007), coautora do romance gráfico *Guadalupe* (2012) e coeditora da revista de poesia contemporânea *Modo de Usar & Co.* O livro *Um útero é do tamanho de um punho* foi escolhido pela Associação Paulista dos Críticos de Arte como o melhor livro de poesia de 2012.

e distinção entre gêneros. O livro é dividido em 7 subtítulos ou partes que agrupam poemas afins ou nomeiam poemas longos: *Uma mulher limpa*, *Mulher de*, *A mulher é uma construção*, *Um útero é do tamanho de um punho*, *3 poemas com o auxílio do Google*, *Argentina* e *O livro rosa do coração dos trouxas*.

Conforme Freitas (2012), as mulheres muitas vezes sem nome dos poemas ganham rótulos categóricos como “uma mulher limpa”, “uma mulher gorda”, “uma mulher sóbria”, “mulher de vermelho” e, por vezes, subvertem-nos, como a Amélia que “fugiu com a mulher barbada”. Para Freitas, a obra representaria uma novidade no cenário da poesia brasileira contemporânea, “pela forma incisiva e irreverente como fala da mulher”.

Por isso, este trabalho se propõe a analisar o poema-título, *um útero é do tamanho de um punho*, que representa os aspectos aqui apresentados. Além de considerações estéticas, este trabalho centrar-se-á na investigação de fundo discursivo empreendida pela autora, quanto a aspectos de gênero e do feminino na sociedade contemporânea.

um útero é do tamanho de um punho

para que serve um útero quando não se fazem filhos
(um útero é do tamanho de um punho)

um útero é do tamanho de um punho é o título do longo poema de 42 estrofes e 173 versos que trata do útero feminino e dos discursos privados e públicos que o cerciam. O tema central do poema são as coerções exercidas sobre o órgão reprodutor e, por extensão, sobre a mulher, cuja autonomia é interdita no que diz respeito ao exercício da sexualidade e à interrupção de uma gravidez indesejada. Note-se que a palavra “mulher” não é mencionada uma única vez em toda a extensão do texto, o que reforça a condição de passividade do sujeito feminino, submetido à voz e ao poder dos “outros”.

Repetido quatro vezes ao longo do poema, o verso-título reforça a associação comparativa entre útero e punho, duas palavras de rima toante, e seus campos semânticos. O útero, além de “órgão muscular oco do aparelho genital feminino que acolhe o ovo fecundado durante seu desenvolvimento e o expulsa, finda a gestação”, também tem o sentido de “madre, mãe do corpo, matriz”. Já a palavra punho, ignorando as acepções de vestuário, refere-se à “mão fechada”, à “força da mão bem fechada” ou mesmo “parte de arma branca em que se segura; cabo, empunhadura”.²

Na relação semântica entre as duas palavras, o útero é semelhante ao punho não só em tamanho, mas na sua função de acolher ou segurar um feto como uma “mão fechada”. Essa associação também evoca as forças externas incidentes sobre o útero e sua capacidade reprodutora, principalmente na obrigatoriedade da gravidez e na proibição da prática de aborto, quando diversas instituições e agentes externos à mulher e a sua esfera íntima – o legislativo, a igreja, a escola, a mídia, os religiosos, os cientistas, os médicos – determinam sobre seu corpo e sua decisão de gerar ou não uma criança.

² As acepções foram retiradas do Dicionário Houaiss (2012).

Essas circunstâncias se estendem à possuidora do útero, a mulher, representada por meio de sinédoque que a reduz ao seu útero e, portanto, a sua capacidade reprodutora e ao papel social de mãe. A força dessas coerções surge no poema em atmosfera *nonsense*, já que o útero, mais do que abrigar fetos em desenvolvimento, também pode acolher “médicos”, “cadeiras” e “pessoas”.

um útero é do tamanho de um punho
num útero cabem cadeiras
todos os médicos couberam num útero
o que não é pouco
uma pessoa já coube num útero
não cabe num punho
quero dizer, cabe
se a mão estiver aberta
o que não implica gênero
degeneração ou curiosidade
ter alguém na palma da mão
conhecer como a palma da mão
conhecer os dois, um sobre a outra
quem pode dizer que conhece alguém
quem pode dizer que conhece a degeneração
quem pode dizer que conhece a generosidade
só alguém que sentiu tudo isso
no osso, o que é uma maneira de dizer
a não ser que seja reumático
ou o osso esteja exposto

im itiri i di timinhi di im pinhi

im itiri i di timinhi di im pinhi
quem pode dizer tenho um útero
(o médico) quem pode dizer que funciona (o médico)
i midici
o medo de que não funcione
para que serve um útero quando não se fazem filhos
(FREITAS, 2012, p. 59)

O poema personaliza a capacidade geradora do útero ao afirmar que nele couberam indivíduos formados, dotados de razão e discernimento. Claro que não caberiam mais na palma de uma mão, a não ser figurativamente, nas expressões incorporadas “ter alguém na palma da mão” ou “conhecer alguém na palma da mão”, que expressam o contato humano das relações de conhecimento e poder. Essas relações determinam aqueles que sofrem, ou aqueles que recebem compaixão, sendo que o sofrimento de alguns é tão intenso que pode ser sentido “no osso”. Por fim, irrompe a realidade prosaica da dor do reumatismo e da fratura exposta, que traz o poético para o plano da literalidade e de um humor sutil, negativo, apequenado.

A experimentação da “língua do i” talvez também se preste a esse tipo de humor, já que a substituição das vogais das palavras dá ensejo a uma fala ridícula e infantilizada.

Afinal, o estatuto de “pessoa” não é o mesmo para uma mulher cuja existência se reduza ao útero e a uma função ou utilidade, a de gerar filhos. Ao órgão matriz do corpo feminino se submetem todos os demais órgãos do corpo de uma mulher, bem como são obliterados aspectos de sua vida subjetiva e individual.

se tenho peito tenho dois
o mesmo vale pros rins
tenho duas orelhas
minis i vincint vin gigh

piri qui

úteros famosos:
o útero da frida kahlo
o útero da golda meir
o útero da maria quitéria
o útero da alejandra pizarnik
o útero de hilary clinton
[o útero de diadorim]

(FREITAS, 2012, p. 60)

Ignora-se o indivíduo, feito anatomicamente também de “peito”, “rins”, “orelhas”, exceto pelo chiste “minis i vincint vin gigh”. O paralelismo de frases nominais na estrofe iniciada por “úteros famosos” enfatiza aquilo que une e reduz mulheres célebres e dispare: o útero. Assim são listadas Frida Kahlo, Golda Meir, Maria Quitéria, Alejandra Pizarnik, Hilary Clinton e Diadorim – esta última, entre chaves, a conhecida personagem ficcional de *Grande Sertão, Veredas*. Essas mesmas mulheres são reunidas na estrofe seguinte no universo ginecológico e pitoresco da “sala de espera”, “dos óvulos de ouro”, do “modess”, do “tampax”, dos “espéculos na maca fria” – exceto Diadorim, que “nunca foi ao ginecologista”.

Em sua estrutura fragmentária, o poema apresenta desdobramentos da temática central e nos vemos diante do alívio representado pela menstruação, quando os óvulos não fecundados cumprem seu ciclo e se transformam na matéria vermelha da qual se vê livre a mulher, juntamente ao ônus reservado pela gestação e pela atribuição, em parte biológica, em parte social, de responsabilidade pela criação do filho gerado: “um útero expulsa os óvulos/ óbvios/ vermelho =/ tudo bem!/ isti tidi bim/ vici ni isti grividi”.

Caso contrário, a obrigatoriedade da maternidade tem fundamento na tradição religiosa, católica, cuja força, agentes e discursos são enunciados na 10ª estrofe, “um útero é do tamanho de um punho/ num útero cabem capelas/ cabem bancos hóstias crucifixos/ cabem padres de pau murcho/ cabem freiras de seios quietos/ cabem as senhoras católicas/ militando diante das clínicas/ às 6h na cidade do méxico”. A repetição do verso “um útero é do tamanho de um punho” reforça a associação comparativa examinada e mantém a unidade temática do poema. Aqui, o útero é público e lugar de embate pelo seu domínio por membros da igreja e seus fiéis, que, após seus atos de coação e violência verbal, seguem suas vidas comezinhas, “e depois vão/ comprar pão”. A repetição da forma verbal “cabem” enfatiza a invasão, e o cotidiano ressurgue na rima rica entre as monossílabas “vão” e “pão”.

um útero é do tamanho de um punho
num útero cabem capelas
cabem bancos hóstias crucifixos
cabem padres de pau murcho
cabem freiras de seios quietos
cabem as senhoras católicas
que não usam contraceptivos
cabem as senhoras católicas
militando diante das clínicas
às 6h na cidade do México
e cabem seus maridos
em casa dormindo
cabem cabem
sim cabem
e depois vão
comprar pão

repita comigo: eu tenho um útero
fica aqui
é do tamanho de um punho
nunca apanhou sol

um útero é do tamanho de um punho
não pode dar soco

(FREITAS, 2012, p. 61)

Evidentemente, do ponto de vista anatômico, um útero nunca tomou sol, tampouco poderia golpear alguém. Mas o que se enuncia é a fragilidade da mulher ante a intromissão de agentes externos e sua incapacidade de agredi-los. O útero torna-se assim de utilidade e foro público, retirando da sua possuidora o poder de decidir sobre o que fazer dele: gerar ou abortar filhos. Apesar disso, a estrofe seguinte declara “questões importantes”, o que é seguido de “movimentação da bolsa/sacas de soja/reservas de água/barris de petróleo”. Em segundo plano ante as questões econômicas, o problema do aborto e de sua repressão é sobrepujado por outros fenômenos da vida pública. Embora se trate de uma questão de saúde pública, o aborto não está na pauta do dia e permanece subestimado como problema menor, de ordem moral ou religiosa, sobre o qual paradoxalmente o Estado e a esfera pública exercem controle pela proibição.

voltemos ao útero:

manha manha
pata de aranha
quem manda nas entranhas
de mamãe

tiru tiru
lero lero
___ a-b-o-r-t-o-u
eu não posso

(FREITAS, 2012, p. 62)

A partir de “voltemos ao útero:”, a sequência de 11 quadras resgata, em estrutura e tema, o universo da cultura popular e do folclore na reescrita de parlendas, lendas, ditados e versos retirados do cancionário popular. Sob o procedimento de montagem, fragmentos desses enunciados são recombinaados e ressignificados. Nas estrofes citadas, a cantiga da bruxa, estereótipo maldito do imaginário popular, une a receita do caldeirão – “pata de aranha” – à sujeição da mamãe que não manda nas suas “entranhas”. A parlenda “Tero lero lero/ Tero lero lero/ Tenho tudo quanto quero” passa a expressar, na estrofe mencionada, a impotência do eu-lírico que não pode abortar.

As quadras podem representar a pequenez e a alienação do feminino, bem como a desconstrução de um universo cultural ingênuo ou naturalizado. O ditado “quem não estuda, puxa carroça” se torna “a menina que não estuda/ vai puxar carroça/ a égua foi à escola/ ficou do lado de fora”. Somos assim transportados do embate das estrofes anteriores para um universo infantil ou ingênuo, lúdico e irreal, ao mesmo tempo irônico e sarcástico, corrosivo. O lúdico da cultura oral está presente nos trocadilhos, como nos versos “se a bunda fosse na frente/ e os peitos fossem atrás/ livros abundariam/ pra instruir o rapaz”. Mas o riso não é gratuito e por trás da brincadeira pode se esconder a objetificação do corpo feminino e o desespero do eu-lírico: “comprei doce à freira/ lá em quiriquirei/ não tinha tiramissu/ então mitiradaqui”.

vini vidi vici
piri qui

prezadas senhoras, prezados senhores,
excelentíssimo ministro, querida rainha da festa da uva,
amigos ouvintes, brasileiros e brasileiras:
apresento-lhes
o útero errante
o único
testado
aprovado
que não vai enganchar
nas escadas rolantes
nem nas esteiras
dos aeroportos
o único
com passe livre nos estados schengen

(FREITAS, 2012, p. 63-64)

A partir de “vini vidi vici”, reescrita em “i” da famosa frase latina (“veni, vidi, vici”), o poema é invadido pelos discursos do pronunciamento público ou oficial, “prezadas senhoras, prezados senhores,/ excelentíssimo ministro, querida rainha da festa da uva,/ amigos ouvintes, brasileiros e brasileiras”; da publicidade, “o útero errante/o único/ testado/ aprovado”; da política externa, “com passe livre nos estados schengen”; das revistas e programas televisivos femininos, “querida amiga, dicas para conservar/ melhor o seu útero”; da escola e da academia científica, “caros alunos: hoje vamos dissecar”.

Esses discursos desfilam um ideário *nonsense* em torno do útero, objeto de desejo e de posse “sem fronteiras”, que necessita de cuidados para conservação. O útero é então

atribuído a um sujeito, à “querida amiga” das revistas femininas que recebe “dicas para conservar” melhor o seu órgão reprodutor. É preciso mantê-lo “num lugar seguro/ longe da luz/ a uma temperatura/ de 36 graus”, como um objeto precioso que não pode ser profanado, “se alguém insistir para vê-lo/ diga: bem rapidinho/ não faça barulho”.

O lugar do útero é também no laboratório, onde poderá ser dissecado. Conservado em vinagre, “num frasco de fruta em calda”, “o útero de carmem miranda” está à disposição dos alunos, que devem tomar cuidado, porém, para não sujar os vestidos. A reificação do corpo feminino e a repressão da sexualidade são desfiladas na linguagem oficiosa da ciência, o que amplifica o efeito de humor diante da dissecação do útero dessa artista e mulher-exportação, cujo figurino estereotipado é evocado no acondicionamento de seu legado mais precioso, o útero.

A partir do verso “apêndice:”, há o aprofundamento do discurso científico introduzido na estrofe anterior e o poema ganha em ritmo prosaico, como se trechos da prosa médica sobre o assunto fossem recortados e apresentados à moda de versos e estrofes. “alguns fatos que rimam sobre o útero:” se tornam poesia e são versificadas informações anatômicas e fisiológicas, “o útero fica/ entre o reto/ e a bexiga”, “uma das extremidades/ se abre na vagina/ outra é conectada/ às duas tubas uterinas”. O poema encerra com uma classificação fonológica, em sílabas, do campo lexical da palavra útero, e com a descrição da sua posição no corpo “em ante-verso-flexão”.

monossílabos empregados
em literatura sobre o útero:

um

dissílabos: feto, cérvix, pélvis, parto

trissílabos: útero, vagina, falópio

outros polissílabos: mamíferos, mesométrio

a 36 graus
em ante-verso-flexão

i piri qui

(FREITAS, 2012, p. 66)

um útero é do tamanho de um punho apresenta, do ponto de vista formal, uma espécie de poética em prosa, feita de montagens e *ready-mades*. Recupera a tradição do modernismo na construção da linguagem poética e nos versos livres de estrofação irregular (exceto as quadras), o que lhes confere um ritmo vertiginoso que, segundo Goldstein (1999), pode ser acentuado pela ausência de ponto final entre os períodos. Também chama-nos inicialmente a atenção, quanto à experimentação expressiva em linguagem, o emprego de palavras em letras minúsculas, inclusive em nomes próprios e início de períodos, como se todos os termos estivessem diminuídos e se estabelecesse uma continuidade entre os enunciados.

Essa fluidez reproduz o ritmo de oralidade dos discursos que obliteram a presença do eu-lírico, cujo protagonismo é usurpado pela voz dos *outros*. Representa-se aqui um sujeito lírico rarefeito, esvaziado, desassujeitado, que cede sua primazia ao útero e dos discursos privados e públicos que incidem sobre ele, de forma análoga à alienação da mulher de seu corpo e de sua existência da experiência vivida. Desalojado de sua interioridade, esse sujeito lírico cessa de pertencer a si e pertence ao outro – ao tempo, ao mundo ou à linguagem –, submisso à palavra e a tudo o que ela inspira. Essa alteridade é negativa no poema, pois representa a subtração da subjetividade e da identidade às prerrogativas dos outros.

Dito isso, as vozes que falam através do poeta não são de ninguém em particular, o que não quer dizer que sejam de todo mundo; ou, ainda, podem ser de diversos, mas não do mesmo modo. Anônimas e típicas, nem individualizadas nem universais, elas têm a polivalência do uso corrente, sempre em via de especificação, com encaixe estrutural em nosso processo coletivo, a cujas posições cardeais respondem alternadamente e cujo padrão de desigualdade veiculam. (SCHWARZ, 2002)

A fragmentação semântica, que advém dessa combinação de universos distintos, impõe ao poema uma unidade, sobretudo, mediada, montada a partir de fragmentos da realidade. Esses elementos são arrancados à totalidade do contexto da vida e a eles são criados sentidos atribuídos, o que pode convergir para a subversão de rótulos e clichês em torno do feminino. Conforme Bürguer (2008), diante da institucionalização das vanguardas modernistas, cujo potencial revolucionário perdeu-se no processo, a montagem perdeu muito de seu choque. Porém, ressaltamos que aqui ela não tem função somente estética, mas crítica, pois mexe com a percepção no ato da fruição do poema, e o estranhamento pode ainda chamar a atenção quanto à condição feminina desses tempos pós-modernos.

Angélica Freitas expressa seu descontentamento por meio do absurdo, do humor corrosivo para e de experimentações de fundo infantil como a “língua do i”. Conforme entrevista concedida a Cortês (2012), a poeta intencionou demonstrar como a sociedade trata a mulher de maneira infantilizada ou inferiorizada, diferente dos homens. O *nonsense*, advindo da miscelânea lexical e semântica da associação de palavras provenientes de campos díspares, demonstra a intenção de mostrar a falta de sentido daquilo comumente associado ao feminino.

Acho que quanto ao feminino, muita coisa é nonsense mesmo, não faz sentido. Acho que o que a gente considera do feminino, ou de comportamentos de mulher, muita coisa é inventada, criada, convenção. Penso que a gente aprende desde pequenininha como devemos nos comportar, como ser mulher. Então eu acho que coloquei as mulheres dos poemas em situações que não concordo, que não têm sentido pra mim. Outra forma de ironizar. (CORTÊS, 2012)

Por outro lado, a “voz dos outros” causa dor e incômodo, apesar do tom de anedota. O processo poético abre-se ao real e aos tabus do feminino para problematizar os limites das mudanças ocorridas na modernidade e na contemporaneidade. O verso final impõe a repetida questão: “i piri qui”. Afinal de contas, para que serve uma mulher?

a construção do feminino

*a mulher é uma construção
deve ser*

(a mulher é uma construção)

Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir examina a concepção biologizante da mulher, definida enquanto gênero por seu aparelho reprodutor e por sua função na reprodução da espécie. Para Beauvoir, a alienação da mulher de si mesma enquanto indivíduo autônomo passa pelo fundamento biológico, no qual o organismo da mulher se submeteria aos sofrimentos da gravidez, do parto e da amamentação. “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação ‘natural’, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie” (BEAUVOIR, 1967, p. 248).

A inferioridade da mulher é examinada e desmistificada em seus aspectos biológicos de passividade pelo princípio psicanalítico do complexo de castração e pelos papéis sociais que lhe foram destinados ao longo da história das sociedades humanas. Beauvoir (1970) descreve as circunstâncias biológicas que cerceiam o feminino para desmistificá-las, atribuindo à mulher papel ativo na concepção e a maternidade como escolha. A mulher, antes de tudo, é uma construção. Um construto ideológico que confina indivíduos desse gênero e limita suas escolhas.

A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. [...] O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. (BEAUVOIR, 1970, p. 25)

um útero é do tamanho de um punho parte da concepção biologizante do gênero feminino para expor as coerções impostas sobre seu aparelho reprodutor e, por extensão, sobre os indivíduos. Nascer mulher implica uma série de exigências sexuais e comportamentais, como o recato, a limpeza, a submissão e, mais importante, a maternidade. A redução do feminino ao útero faz com sejam ignoradas as potencialidades das mulheres como sujeitos autônomos, as aspirações de sua subjetividade, os papéis possíveis a serem ocupados no interior das relações sociais e de poder. Afinal de contas, o que define pessoas tão díspares como Frida Kahlo e Hilary Clinton, por exemplo, é o fato de elas terem um útero e, portanto, serem mulheres.

Para Beauvoir (1967), a maternidade é evitável pelos métodos contraceptivos e o aborto deveria ser considerado um dos incidentes inerentes à condição feminina. *um útero é do tamanho de um punho* desfila uma série de agentes—médicos, padres, mulheres católicas e seus maridos, economistas, cientistas – cujos discursos regulamentam o corpo feminino para a preservação da espécie. Prioriza-se o feto, mesmo que em detrimento daquela que o carrega, a ele é concedida a condição de “pessoa”, condição mesma que é negada à mulher, obrigada a passar pelo tormento da gravidez indesejada ou, pior, a submeter-se aos abortos clandestinos, que vitimam sobretudo as mais pobres.

No caso brasileiro, essa é uma realidade difícil de transpor, já a legalização do aborto restringe-se a casos de estupro ou da gestação de feto anencéfalo, sendo que a obtenção de autorização legal para a prática passa por um longo percurso burocrático. O

aborto do poema de Angélica Freitas não é clandestino, é legal e gratuito na Cidade do México, mas nem por isso é livre de interdição e trauma, aspectos que parecem ser uma constante no percurso da existência da mulher nas sociedades machistas, nas quais o corpo feminino ora é reservado ao sexo e à reprodução, ora à inutilidade e ao descarte. Diante disso tudo, os horrores da gravidez indesejada fazem com que a menstruação se torne uma bênção: “O aborrecimento mensal da menstruação apresenta-se, comparativamente, como abençoado: eis que se aguarda ansiosamente a volta do escorrimento vermelho que mergulhara a menina no desespero [...]” (BEAUVOIR, 1967, p. 253).

Para Beauvoir, a experiência de vida do feminino é cercada de sofrimentos e proibições, desde a formação na infância, passando pela juventude e iniciação sexual, pelo casamento, maternidade, amadurecimento e velhice. As mulheres ainda viveriam em um mundo masculino, oprimidas, reduzidas a um universo de pequenez e amedrontadas pelo espectro de uma vida sem proteção. Essa alienação, entretanto, não é irrevogável, já que a sociedade humana não é “abandonada à natureza” e, na sociedade industrial, a mulher vê a chance de emancipar-se, o que consistiria na assunção de sua autonomia e liberdade. Para Beauvoir (1967), a mulher não se reduz ao útero e deve se realizar como existência autônoma e independente, como sujeito que toma consciência de si mesmo.

Por certo não se deve crer que baste modificar-lhe a situação econômica para que a mulher se transforme: esse fator foi e permanece o fator primordial de sua evolução; mas enquanto não tiver acarretado as conseqüências morais, sociais, culturais etc. que anuncia, e exige, a nova mulher não poderá surgir. (BEAUVOIR, 1967, p. 464)

A conhecida afirmação “não se nasce mulher, torna-se” se tornará o mote da crítica feminista desenvolvida nas décadas seguintes. Essa crítica se desenvolve no descortinamento dos fundamentos ideológicos da dominação masculina e na ruptura com as representações estereotipadas do feminino sob jugo androcêntrico. A noção de gênero como construção social ainda é submetida a uma divisão essencialista do masculino e do feminino, e seu questionamento levará a uma noção cada vez mais plástica do conceito. Entre os anos 1970 e 1980, o chamado “pós-feminismo” passará a exigir a reflexão, dentro do próprio feminismo, das construções de sujeito e de identidade que encabeçam suas representações.

A representação do feminino, ainda que a serviço de sua emancipação, carregaria em si um questionamento, já que a noção de “mulher” parte das instituições e dos poderes constituídos que, ao mesmo tempo em que reconhecem essa categoria de sujeito, o fazem para normatizar, restringir, proibir e mesmo “proteger”, sendo que os sujeitos assim regulados acabam por serem sujeitados aos requerimentos dessas estruturas. “Feminist critique ought also to understand how the category of “women”, the subject of feminism is produced and restrained by the very structures of power through emancipation is sought”³ (BUTLER, 1990, p. 2).

A teoria *queer* desconstrói os termos de diferenciação sexual e de heteronormatividade e concebe as identidades de gênero como instáveis, múltiplas e em constante transformação. Repudia a universalidade de uma identidade masculina ou uma prática

³ Tradução minha: “A crítica feminista tem também de entender como a categoria de “mulher”, o sujeito do feminismo, é produzida e contida pelas mesmas estruturas de poder nas quais se busca a emancipação.”

inequívoca de dominação, bem como a padronização dos comportamentos sexuais, homo ou transexuais. A diferença sexual passa a ser pensada como construída socialmente, o que abala a distinção entre sexo e gênero, pois “It would make no sense, then, to define gender as the cultural interpretation of sex, if sex itself is a gendered category”⁴ (BUTLER, 1990, p. 7).

A noção de gênero passa a ser submetida à de identidade, feita do complexo entrecruzamento entre aspectos como a consciência de si, o sexo, o desejo e as disposições culturais de um dado momento.

Para a teoria *queer*, que corresponde a uma terceira vaga dos estudos feministas, a concepção de gênero como performatividade desafia a de gênero como atributo, isto é, de identidade sexual dada à partida, atribuída em função do sexo, para se conceber como identidade que se constrói, que não é instável e, portanto, passível de mudança. (CUNHA, 2012, p. 2)

Ao mesmo tempo em que percebemos contato entre o poema de Angélica Freitas e a crítica seminal de Simone de Beauvoir, uma interpretação a partir de teorias feministas e de gênero mais recentes pode nos levar a aprofundar e atualizar nossa perspectiva. Nesse sentido, *o útero é do tamanho de um punho* representa a subordinação do gênero feminino ao corpo e a uma sexualidade inequívoca, o que deixa de fazer sentido em tempos de sexualidade plástica (GIDDENS, 1993) e questionamento dos padrões da heteronormatividade (BUTLER, 1990). A primeira livra a sexualidade de sua função reprodutiva; a segunda subverte a correspondência entre gênero e sexo. Dessa forma, um corpo dotado de útero não necessariamente é feito para ter filhos, assim deixou de determinar fundamentalmente o “ser mulher”.

Há, no encadeamento incoerente de “alguns fatos que rimam sobre o útero”, uma sátira do discurso da ciência, também ele carregado de ideologia, que enxerga somente o aspecto anatômico do corpo da mulher e faz dele pressuposto do feminino como algo natural, sem perceber os mecanismos culturais nos quais os sexos foram estabelecidos. A paródia das produções discursivas sobre a mulher pode, por fim, explicitar os equívocos das construções naturalizadas do corpo e do sexo. “Serious as the medicalization of women’s bodies is, the term [female trouble] is also laughable, and the laugh in the face of serious categories is indispensable for feminism”⁵ (BUTLER, 1990, p. viii).

Para Amaral (2001), mais do que rever a construção dos padrões heteronormativos e recusar a rotulação das práticas sexuais, a teoria *queer* promove uma revisão na noção de identidade, o conhecimento como força social e a análise das práticas institucionais e dos discursos que produzem conhecimentos sexuais, atentando à repressão das diferenças ou margens por esses discursos e práticas. Nesse sentido, a encenação das identidades está sobretudo nas mãos daqueles que têm acesso privilegiado ao domínio da língua e dos discursos, pelos quais se constroem identidades próprias e alheias. “É preciso conquistar os discursos para construir a identidade própria e resistir a identificações impostas pelos outros” (RAMALHO, 2002, p. 548).

⁴ Tradução minha: “Não faria sentido, portanto, definir gênero como a interpretação cultural do sexo, já que o sexo mesmo é uma categoria de gênero.”

⁵ Tradução minha: “Sério como a medicalização dos corpos das mulheres, o termo (problema feminino) é também risível, e o riso na face das categorias sérias é indispensável ao feminismo.”

Não se nasce mulher, “aprende-se a lição de representar mulher” (RAMALHO, 2002, p. 544), na medida em que os processos de atribuição e identificação se dão no interior das relações sociais e dos sistemas simbólicos. A linguagem se apresenta como ponto chave para a construção de gênero nos feminismos⁶ contemporâneos, dada a exclusão secular da mulher dos meios de produção simbólica e seu papel na produção das formas simbólicas de poder e cultura. “Neste sentido, não poderá ser indiferente que seja uma mulher a escrever, se quando utiliza a palavra, o faz para veicular perspectivas distintas daquelas que sustentam o discurso hegemônico” (CUNHA, 2012, p. 5).

A necessidade de criar um paradigma conceitual que integrasse a experiência da mulher como modelo de interpretação de mundo fez com que surgisse o conceito de escritura feminina⁷. Essa escrita combinaria marcas psicolinguísticas e estilísticas às especificidades perceptivas e, nesse sentido, seriam marcas de transgressão ao nível da expressão da expressão linguística, tradicionalmente um terreno do masculino e da expressão patriarcal. “A língua, a linguagem, o discurso, a tradução, a representação, o semiótico, o simbólico, os valores e os sentidos são poderosos instrumentos do estar-a-ser-sexual em qualquer narrativa” (RAMALHO, 2002, p. 557).

Assim, a representação do feminino em *um útero é do tamanho de um punho* passa necessariamente pela vivência e expressão de suas interdições, nesse caso, aquelas que dizem respeito ao corpo, à sexualidade e à reprodução. O corpo feminino aparece reificado, um corpo como coisa, sem interioridade ou desejo. Sua escritura nega a subjetividade daquela que o possui, o que equivale, portanto, à negação dessa individualidade e da sua existência como um todo. Porém, o tom estoico que perpassa a representação, e que resvala para o humor diante do absurdo, é a saída encontrada para expressar a não conformidade e até mesmo a possibilidade de um corpo outro, onde a mulher possa inscrever sua feminilidade para além da objetificação do seu corpo e da restrição de sua sexualidade na cultura ainda patriarcal.

Apesar das redefinições identitárias, é importante notar que permanecem, na nossa cultura afeita a estruturas binárias, as marcas da diferenciação sexual entre “masculino” e “feminino”, segundo os quais são designados determinados comportamentos e saberes. “A natureza é feminina, a cultura, masculina, a economia, mais masculina ainda, mas o consumo é feminino” (RAMALHO, 2002, p. 553-554). Nesse tipo de identificação cultural, transparecem as marcas de poder, geralmente conferido àquilo que é considerado masculino. E se o poder é masculino, o feminino só pode ser concebido como obediência, submissão e subserviência. Um útero, afinal, “não pode dar soco”.

De maneira análoga, a despeito dos avanços dos feminismos e das transformações na intimidade, pode-se também propor que, principalmente no caso brasileiro ou latino-americano, que é nosso objeto específico, a dominação masculina (BOURDIEU, 1999) e seus mecanismos de violência simbólica ainda são tema e problema na sociedade. Essa

⁶ Enquanto a vertente norte-americana se concentraria no reexame e na legitimação das obras de autoria feminina, a francesa se preocuparia, sobretudo, com a questão da linguagem e do acesso à esfera do simbólico. Outra contribuição importante parte dos estudos feministas pós-coloniais, ao denunciarem a assimilação imposta às culturas não europeias e ao introduzirem problemáticas relacionadas ao hibridismo, mestiçagem e criouliização (CUNHA, 2012).

⁷ Designada nos anos 1970 por Julia Kristeva, Hélène Cixous, Luce Irigaray e Monique Wittig (CUNHA, 2012).

violência discursiva é a matéria-prima de *um útero é do tamanho de um punho* e é exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, invisíveis às suas vítimas, daí suas condições serem vistas como aceitáveis ou mesmo naturais. A distinção entre masculino e feminino aparece como sendo de caráter cultural arbitrário, que transcende os caracteres físicos, embora a eles a segregação feminina seja comumente atribuída.

Bourdieu (1999) demonstra como a construção do corpo feminino ao longo da história ocidental perfaz-se na divisão entre masculino, ativo, e feminino, passivo – a cintura feminina é signo de clausura e fechamento, assim como a vagina, que permanece fetiche e tabu nas sociedades modernas. Essa diferenciação socialmente construída resulta em uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, inscrita na infância, do que deve ser um homem viril ou uma mulher feminina. Por meio do trabalho coletivo de socialização, as identidades distintivas e a arbitrariedade cultural se encarnam em *habitus* diferenciados segundo os princípios da visão dominante.

Nas sociedades modernas, às mulheres são impostas certas exigências quanto à conduta e à postura, conjugando uma espécie de confinamento simbólico, associado à atitude moral e à contenção que convêm às mulheres. A dominação masculina encontra suas condições de exercício baseando-se na objetividade das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas, por meio de esquemas de pensamento que são produto da incorporação das relações de poder de ordem simbólica. Assim, as restrições ao aborto não são feitas somente pelos médicos ou pelos “padres de pau murcho”, mas também pelas “mulheres católicas” ou pelas redatoras das revistas e dos programas femininos de televisão.

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra a sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 51)

A discussão em torno do feminino e suas interdições é indispensável quando se multiplicam nos meios de comunicação os instrumentos de violência simbólica. *Um útero é do tamanho de um punho* demonstra como, apesar dos avanços em direção à igualdade entre gêneros, a distinção entre mulheres – desde que contemplem as diferenças de raça, etnia, classe social, região, idade, entre outros aspectos – é necessária diante de demandas específicas a um grupo ainda confinado à condição de “minoridade”. Ainda mais em uma sociedade como a brasileira, onde a forte tradição patriarcal ainda relega à mulher o papel de segundo sexo.

conclusão

*as mulheres são
diferentes das mulheres
(o livro rosa do coração dos trouxas)*

um útero é do tamanho de um punho se afasta de uma das tendências dominantes na poesia brasileira contemporânea, a retraditionalização frívola que, conforme Simon (2008), realiza o resgate dos modernismos sob formas esvaziadas e autorreferentes.

Marcada negativamente pela rarefação referencial e pela indeterminação discursiva, a re-traditionalização expressa a crise da representação de nossos tempos, de modo ornamental e descarnado, ao elevar o poético sobre a matéria. Ao dar as costas ao presente, deixa de ter relevância na representação das transformações políticas e sociais que, entretanto, não deixam de influenciá-la.

Daí a relevância de uma poética que abrigue, no seu centro, uma problemática como as interdições do feminino, sobretudo nas sociedades latino-americanas que, desenvolvidas desigualmente nos seus processos de modernização e, por extensão, de redefinição dos papéis de gênero, ainda segregam, objetificam e violentam cotidianamente suas mulheres. A poesia, enquanto espaço de representação, pode ser lugar de problematização e redefinição de identidades e de sexualidades, bem como ser espaço de reflexão sobre o papel secundário da mulher em sociedades onde o atraso se manifesta, entre outros aspectos, na negação à mulher do direito de escolha sobre seu corpo e, por extensão, sua existência.

A arte, na sua função desalienadora, pode contribuir para o estabelecimento de um diálogo social mais amplo, inscrevendo o lugar de sujeitos cujas perspectivas foram negligenciadas e, por conseguinte, plasmar nas obras possibilidades alternativas ao discurso dominante que, sem serem necessariamente utópicas, ampliam o pensamento sobre a condição de ser pessoa a conceituações mais generosas e humanizadoras. (CUNHA, 2012, p. 10)

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ana Luísa. Desconstruindo identidades: ler Novas Cartas Portuguesas à luz da teoria queer. *Cadernos de Literatura Comparada*, n. 3/4, dez. 2001. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23339/2/analuisamaraldesconstruindo000094787.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Vol. 1.
- _____. *O segundo sexo*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. Vol. 2.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BÜRGUER, Peter. *Teoria da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.
- CORTÊS, Natacha. Um útero é do tamanho de um punho. *Revista TPM*. 26.10.2012. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/entrevistas/um-utero-e-do-tamanho-de-um-punho.html>>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- CUNHA, Paula C. R. da R. de M. Da crítica feminista e a escrita feminina. *Criação & Crítica*, n. 8, 2012, p. 1 – 11. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/46837>>. Acesso em: 22 maio 2015.
- DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 jan.2013.
- FREITAS, Angélica. *Rilke shake*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- _____. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

- FREITAS, Angélica; SILVA, Odyr. *Guadalupe*. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2012.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmos*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RAMALHO, Maria I. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 541-572.
- SCHWARZ, Roberto. O país do elefante. *Folha de São Paulo*. 10/03/2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1003200204.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- SIMON, Iumna M. Situação de sítio. *Novos estudos*, São Paulo, n. 82, p. 151-165, nov. 2008.

A paisagem, o ontem e o hoje na crônica de Drummond

(The landscape, the past and the present in the Drummond's chronicles)

Regina Célia dos Santos Alves¹

¹Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina

reginacsalves@hotmail.com

Abstract: Not only was Carlos Drummond de Andrade one of the most important Brazilian poets of the last century, he was also a refined prolific writer, having produced fine writings when it comes to genres such as short story, chronicle, memoir, and news. What is even more impressive is that he worked all those genres in parallel with the writing of poems throughout his life. For the present paper, from the point of view of landscape studies – designed not only as a space, but also as a symbolic construction, as the perceived aspect of space, which is, therefore, imbued with values, beliefs, utopia, etc. –, the aim is to present an atmospheric approach to the chronicles “Vila de utopia” and “Teatro daquele tempo”, both from the *Confissões de Minas* book. In these texts, Drummond reveals the intensity of his hometown of Itabira's landscape through shapes, colors, movements, and feelings contained in his discourse. By doing that, the writer makes the space a living expression of a time both present and past, and also a kind of portrait of a self that sees and signifies the represented landscape.

Keywords: Carlos Drummond de Andrade; Landscape; Chronicle.

Resumo: Carlos Drummond de Andrade é, reconhecidamente, um dos maiores poetas brasileiros do século passado, mas foi também um refinado prosador, sendo a escrita do conto, da crônica, da memória, da notícia uma atividade que o autor desenvolveu por toda a vida, paralelamente à escrita de poemas. Para o presente trabalho, partindo da perspectiva dos estudos da paisagem – esta concebida não apenas como espaço, mas como uma construção simbólica, o aspecto perceptível do espaço e que, portanto, está investido de valores, crenças, utopias, etc. –, o objetivo é a abordagem das crônicas “Vila de Utopia” e “Teatro daquele tempo”. Nelas, Drummond, ao revelar a intensidade da paisagem de Itabira que constrói – mostrada por meio de formas, cores, movimentos e sentimentos –, faz com que o espaço seja a expressão viva de um tempo, tanto presente quanto passado, e também uma espécie de retrato de um eu que vê e significa a paisagem representada.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade; paisagem; crônica.

Assim, tendo nós, ao mesmo tempo, consciência do exterior e do nosso espírito, e sendo o nosso espírito uma paisagem, temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens. Ora, essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos vendo [...].

Fernando Pessoa. *O eu profundo e os outros eus*.

Se Carlos Drummond de Andrade cultivou e produziu uma poesia de qualidade inegável, afirmada e reafirmada pela crítica, não menos interesse parece suscitar sua produção em prosa, composta por contos, crônicas, notícias, etc. Essa produção o acompanhou no decorrer de toda sua vida de escritor, em certo aspecto por estar de perto ligada à atividade em jornais, para os quais escrevia regular e profusamente.

A crônica, sobretudo, ao lado da poesia, vai ser um gênero caro para o escritor, que a ela se dedicou intensamente em especial a partir da década de 1940, quando publica *Confissões de Minas* (1944),¹ primeiro livro de crônicas do autor. A esse livro seguiram-se vários outros, como *Passeios na ilha* (1952), *Fala, amendoeira* (1957), *A bolsa & a vida* (1962), *De notícias & não notícias faz-se a crônica* (1974), *Cadeira de balanço* (1966) e alguns mais, além de uma vastíssima quantidade de crônicas publicadas em jornais e não compiladas em livro.

Esses dados, antes de mais nada, servem para mostrar o apressado do autor também pela prosa, particularmente a crônica, sempre presente desde os primeiros momentos da carreira literária de Drummond. Mestre na poesia, dono de um lirismo ímpar nas letras nacionais, fato que concede a ele um lugar de destaque no cânone literário nacional, o escritor itabirano também consegue, no âmbito da prosa, uma escrita de grande inventividade, não raro partindo, sobretudo no tocante à crônica, de fatos miúdos do cotidiano banal, para tratar, com grande força criativa, tanto de questões complexas do homem quanto das mais corriqueiras e aparentemente pouco importantes.

Se a poesia drummondiana guarda um lirismo particular, que não se abstém das inovações que o contexto modernista proporciona, mas que encontra sua expressão maior nos traços singulares somados a preocupações coletivas de uma época ou de uma geração, de igual maneira a produção em prosa acerca-se de grande valor estético, por meio de um esforço a colocar sempre em primeiro plano a construção criativa de modo a envolver num todo indissociável a forma e o conteúdo.

A fatura estética, assim, não está ausente ou apagada mesmo naqueles textos, como a crônica, que de perto se avizinha de uma linguagem mais referencial, jornalística. Tratando de temas diversos, vários deles também presentes em sua poesia, como a memória, as cidades, a origem itabirana, o desaparecimento dos laços fraternais, a paisagem e muitos outros, Drummond soube, como poucos, dar à crônica um tratamento, acima de tudo, literário.

Confissões de Minas, obra da qual nos ocuparemos aqui com a abordagem das crônicas “Vila de utopia” e “Teatro daquele tempo”, é um exemplo, ainda do início da carreira do autor, a denunciar a força do prosador também em Drummond, fato reconhecido pela crítica logo no momento em que a obra é publicada.

Antonio Candido, em texto de 1944, elogia na coletânea de Drummond a capacidade criativa do autor, já verificada na poesia e que parece transferir para a prosa, inclusive para um gênero híbrido como a crônica:

O que é fato – e isso para voltarmos ao terreno prudente das simples verificações – é que fora do romance, poucas vezes suportamos a prosa dos nossos romancistas, enquanto a dos poetas, na grande maioria dos casos, nos é fonte inesgotável de prazer intelectual. Não quero outro exemplo que os das *Crônicas da província do Brasil*, em que o Sr. Manuel Bandeira enfeixou os seus escritos de circunstância, e que é um companheiro inseparável de todo homem de bom gosto. Ou este, bem recente, das *Confissões de Minas*, coleção de artigos, notas, crônicas, cenas, descrições, reflexões, estudos do Sr. Carlos Drummond de Andrade, fadado ao mesmo destino.

¹ Embora a obra *Confissões de Minas* tenha sido publicada em 1944, os textos que compõem a coletânea foram escritos em épocas diferentes, durante as décadas de 1920, 30 e 40.

No entanto, nem um estudo pretensioso, nem um longo ensaio neste livro. Simples traços de pena – mas tão densos, tão firmes e tão elegantes que nunca mais se apagarão. (2011, p. 226)

Opinião próxima é também a de Sérgio Milliet, em texto do mesmo ano, escrito por ocasião da publicação de *Confissões de Minas*, em que menciona o aspecto poético da prosa drummondiana:

A prosa de Carlos Drummond de Andrade, essa prosa de quem “preferiu quase sempre exprimir-se em poesia” é, no fundo, pura poesia, mas poesia ligada de quando em vez por um fio de prosa necessária ao entendimento do leitor, de prosa que ainda acredita numa certa lógica formal: na lógica da prosa.

A invenção e a sensibilidade dominam as crônicas desse livro comovente que é *Confissões de Minas*. Amiúde os parágrafos se apresentam como estrofes em que as imagens se ajeitam à vontade. (2011, p. 233, grifos do autor)

Ainda em 1944, Mário da Silva Brito destaca o valor literário das crônicas de Drummond ao nelas observar uma grande capacidade inventiva:

O prosador Carlos Drummond de Andrade não perde para o poeta, mesmo porque aquele participa muito deste. São irmãos que se dão bem e trocam confidências e impressões e repartem sonhos e armam juntos os melhores planos. É o que denunciam abertamente essas *Confissões de Minas*, volume de prosa admirável que, por sua qualidade formal, e pelo conteúdo de ideias e emoções, cava um sulco profundo entre eles e outros, que por aí andam. (2011, p. 247)

Como se observa, no momento de sua publicação, *Confissões de Minas* não passa despercebida pela crítica e críticos de importância à época, como Antonio Candido, Mário da Silva Brito, Sérgio Milliet e outros, comentam com entusiasmo a publicação de Drummond, intencionando, inclusive, mostrar o lugar da coletânea na literatura do autor e mesmo das letras nacionais.

João Adolfo Hansen, em ensaio mais recente, publicado primeiramente na revista *Letterature d’America*, em 2005, ao comentar *Confissões de Minas* e especificamente a crônica, mostra que o traço característico desta é a “normatividade da estrutura comunicativa”, sua maior virtude no jornal. Todavia, a crônica que considera “interessante” no sentido comunicativo, mas também quanto ao valor literário, é “aquela inventada programaticamente como tensão de função comunicativa e conteúdo crítico, direcionando os enunciados em sentido divergente do pressuposto na reprodução da normatividade comunicativa” (HANSEN, 2011, p. 265). É exatamente esse aspecto que destaca na crônica de Drummond:

Isso porque usa a crônica tendendo a subordinar sua estrutura comunicativa à dramatização de conflitos, tensões e contradições da memória coletiva depositada nas matérias que transforma nela, orientando o comentário com o sentido utópico da perspectiva ética que, compondo o estilo como negatividade, consegue derrotar a facticidade e a obsolescência das matérias, flutuando, por assim dizer, aquém e além delas, para ganhar autonomia análoga – análoga, não idêntica – à da poesia. (HANSEN, 2011, p. 266)

Por esse motivo, Hansen põe em destaque não uma identificação total entre prosa e poesia, mas uma analogia, pois, segundo o crítico, “seria inútil, por isso, comparar prosa

e poesia de Drummond só para afirmar a superioridade de uma delas. Em ambas atua a mesma negatividade com o mesmo sentido moderno, mas com intensidades e significações diferentes, específicas das duas” (2011, p. 255). Aponta, no entanto, o tratamento especial dado pelo autor mineiro à prosa, dado que de fato revelaria o trabalho literário e criativo de *Confissões de Minas*:

Drummond vê em sua prosa, antes de tudo, o exercício de uma função que sua poesia não prevê, pelo menos imediatamente: a comunicação. A essa função se relacionam a propriedade vocabular, a formulação aforística e a clareza. Os textos de *Confissões de Minas* são escritos com a propriedade vocabular que será, durante toda a vida do autor, adequação da palavra à representação dos temas e da avaliação deles pelo juízo da enunciação. A propriedade vocabular de Drummond não é purista, como a unificação monocórdica do estilo em um registro restrito ao “bem dizer” gramaticalesco [...] aplica os termos com propriedade e variedade, pressupondo que a justeza da palavra – como adequação representativa aos temas – deve ser simultaneamente evidência da justeza dos atos do juízo que, enquanto os avalia, não discorre pelas matérias, simplesmente, mas antes de tudo as decompõe para especificar os mecanismos que as particularizam e, distinguindo o bom do ruim, evidenciar a distinção operada na mesma propriedade do uso do termo. [...] Saindo de si com discrição, incorpora à seleção vocabular de suas primeiras crônicas a lição modernista da contribuição milionária de todos os erros. [...] Nunca a simplicidade kitsch das tentativas de singeleza humanista de um sujeito cheio de boas intenções aquém do objeto, mas a simplicidade artificialíssima que resulta da depuração obtida por meio de operações técnicas extremamente complexas. (HANSEN, 2011, p. 274)

O comentário de João Adolfo Hansen parece precisar aquilo a que a crítica, desde o início, no momento mesmo da publicação de *Confissões de Minas*, não ficara alheia, ou seja, o caráter literário dos textos da coletânea. Hansen, no entanto, de forma mais analítica, especifica os traços de inventividade literária dessa prosa de Drummond ao destacar algumas particularidades de sua escrita ficcional, como a propriedade vocabular e a complexidade das operações técnicas que, juntas, estariam a serviço da união indissociável entre forma e conteúdo, que o autor mineiro também conseguiria criar na prosa – e não somente na poesia –, sem esquecer, como afirma o crítico, a propriedade aforística e a clareza, fundamentais para a função comunicativa, esta primordial na prosa.

Todavia, não obstante os comentários positivos, *Confissões de Minas* foi editada separadamente apenas em 1944, sendo reeditada a partir de 1964, por vezes sofrendo alterações, apenas no volume das *Obras Completas* de Drummond. Somente 67 anos depois da primeira edição, em 2011, a obra foi reeditada na íntegra e separadamente pela Cosac Naify, numa importante iniciativa que coloca mais uma vez em circulação a primeira obra em prosa publicada por Drummond e que Sérgio Milliet colocou em paralelo “com o que há de melhor em nossa literatura” (2011, p. 234).

O fato de ter sido pouco reeditada e o peso adquirido pela poesia de Carlos Drummond de Andrade no decorrer dos anos, entretanto, podem ter contribuído para que *Confissões de Minas* ficasse um tanto esquecida pela crítica. Nesse sentido, é esse voltar para a prosa do escritor mineiro, mesmo que por meio de um recorte muito pequeno, que pretendemos ao abordar duas crônicas da coletânea, “Vila de utopia” e “Teatro daquele tempo”, que ocupam seção homônima na obra.

O trabalho aqui pretendido objetiva uma leitura da paisagem nas crônicas mencionadas, aspecto que nelas parece de extrema relevância. Para a abordagem proposta,

partimos da ideia de paisagem não como mero sinônimo de espaço e lugar, mas como uma “maneira de ver” (COSGROVE, 2004, p. 99), ou, como a concebe Michel Collot, como uma “organização perceptiva”, portanto construída e simbólica, investida de “significações ligadas à existência e ao inconsciente do sujeito” (2012, p. 11) que a percebe.

Collot, ao chamar a atenção para os três elementos essenciais que compoem a paisagem – o ponto de vista, a parte e o conjunto –, volta-se para a relação imbricada e solidária entre paisagem percebida e sujeito perceptivo:

A paisagem é definida do ponto de vista a partir da qual ela é examinada: quer dizer, supõe-se como condição mesma de sua existência a atividade constituinte de um sujeito. [...] Mas a fenomenologia mostrará que essa solidariedade entre paisagem percebida e sujeito perceptivo envolve duplo sentido: enquanto *horizonte*, a paisagem se confunde com o campo visual daquele que olha, mas ao mesmo tempo toda consciência sendo *consciência de...*, o sujeito se confunde com seu horizonte e se define como ser-no-mundo. (COLLOT, 2012, p. 12)

Os comentários de Collot vão com muita propriedade ao encontro das duas crônicas a serem abordadas, uma vez que a paisagem percebida e construída nos textos revela-se como expressão íntima do sujeito, que recorta do universo mineiro, Itabira, paisagem a aparecer reiteradamente na literatura de Drummond e que, nas crônicas em questão, constitui-se como um espelho do interior do eu que olha a paisagem cara à sua vida e constituição.

Dessa perspectiva, a paisagem deixa de ser uma referência pura e simples ao espaço para se mostrar como uma “unidade de sentido” (COLLOT, 2012, p. 17), construída por meio da percepção – entendida não exclusivamente pelo dispositivo da visão, mas de todos os outros sentidos uma maneira de expressar “uma atividade, um estender-se para o mundo” (TUAN, 2012, p. 30).

Em “Vila de utopia” e “Teatro daquele tempo”, a paisagem é alçada a primeiro plano, não apenas enquanto enquadramento de um espaço físico, natural ou construído, mas sobretudo como presença de um espaço humano e íntimo, que vem à tona pela memória do eu. Este, no hoje, encontra-se impregnado pelas imagens de Itabira do ontem, paisagens do passado que continuam vivas em sua vida e memória, e que recorda por meio de um sentimento ambíguo, resvalando ora na melancolia, ora na profunda afeição.

Em “Vila de utopia”, crônica publicada primeiramente em *A Tribuna* e em *Minas Gerais*, em outubro de 1933, há o retorno do eu, após 20 anos, a Itabira e uma retomada de paisagens do passado por meio da memória e da percepção que tem do presente da cidade natal. Nesse processo, há a exposição de três paisagens itabiranas, a expressar os movimentos de transformação do lugar.

A primeira apresenta a Itabira dos desbravadores e revela a constituição social inicial do lugar, da qual resta pouco, quase nenhum vestígio:

Porque a primeira Itabira, a do ouro, essa não tinha outra forma senão a que lhe traçaram, com a ponta do pé, os desbravadores sequiosos, na sua “exploração insensata e ruinosa de lavras”, de que fala Eschwege. As leis vinham da Vila Nova da Rainha, para onde iam o trabalho e o suor dos mineiros, convertidos em imposto; as bênçãos e as proibições morais vinham de Santa Bárbara, onde a igreja assentara a sua freguesia. Na encosta áspera,

os pretos vibravam a picareta, mergulhavam os pés na água escassa e barrenta. Um ou outro, com extrema dificuldade, ocultava na carapinha a pedra que daria para forrá-lo. Quando o amo não fosse como o citado Capitão Tomé, de quem os negros fugiam, esparvidos, para precipitar-se na mina, onde dizem que um morreu asfixiado.

Que resta dessa velha Itabira? Um mapa do sargento Bougadas, quando o povoado já sentia aproximar-se a sua elevação a vila. Procuraremos, eu e Luiz Camilo de Oliveira Neto, esse mapa do Arquivo Público Mineiro, onde deveria estar, mas sumiu, como o sargento Bougadas, de que só o padre Júlio conserva o nome precário. (ANDRADE, 2011, p. 124-125)

Embora essa “velha Itabira” esteja praticamente apagada, reduzida a um mapa, a um documento desaparecido, a tentativa de recuperação desse passado longínquo deixa entrever um tom fortemente crítico no tocante à formação da cidade, alicerçada na sede de enriquecimento, na exploração da terra e do outro e na violência. Essa paisagem do ontem, presente em poucos rastros, recobre-se por uma outra e deixa entrever a constituição em palimpsesto do lugar.

Desse modo, uma segunda Itabira, composta sobre a outra criada pelos primeiros desbravadores, aparece na crônica ligada a um passado mais recente, à infância do eu cronista nos primeiros anos do século XX. Esta é reconstruída pela memória do mesmo no presente, quando retorna, após 20 anos, à cidade natal.

A Itabira revisitada, no entanto, mantém fortes traços do passado no presente, ainda que o eu afirme que “a vida anterior sutilizara-se” (ANDRADE, 2011, p. 120) e que nenhum vestígio encontra, hoje, da anterior aventura individual.

Assim, ao expor a Itabira que se encontra diante de seus olhos, aponta para um movimento que vai em direção a uma tentativa de compreensão de uma essência itabirana a não se deixar apagar pela força do tempo e das transformações.

Numa constituição complexa, a paisagem observada é, ao mesmo tempo e paradoxalmente, o espelho da morte e da permanência de Itabira. Dessa maneira, é na presença ainda forte de lugares (morro do Cauê), de construções (a casa grande), de pessoas (os velhos de outros tempos), de um certo comportamento (a lentidão e falta de pressa) que a paisagem do ontem ainda se mantém fixa, estática, “paralítica”, como que a recusar o apagamento de seus traços, a substituição de uma paisagem por outra.

Significativa, nesse sentido, é a abertura da crônica com a casa da Rua Municipal, primeira imagem da paisagem itabirana que o texto oferece, lugar de expressivo valor simbólico, uma vez que representa não apenas um espaço de habitação, mas um mundo repleto de significados, mais ou menos dados, cujos desvãos (escadas, corredores, copa) se colocariam como caminhos a serem trilhados e desvendados pelo eu:

A casa era grande, na Rua Municipal: dois andares que subiam cheios de portas e sacadas, oferecendo a frontaria sem ornatos, maciça, impressionante, à admiração dos que passavam. Dentro dela, olhando para o pátio central, um outro sobrado, este menor, guardava cômodos inúteis; parecia um pombal. Em 1911 esse sobradinho desapareceu, mas a casa não diminuiu de tamanho, os passos ecoavam ainda nos mesmos imensos corredores, nas mesmas salas infinitas. E nela existiam desvãos que nós nunca havíamos explorado. Por baixo da escada, por cima da copa, aqui, ali, o mistério abria-nos os seus lares. Mas nós crescíamos depressa e não púnhamos reparo na casa grande. (ANDRADE, 2011, p. 119)

No hoje, o olhar do eu para Itabira dá destaque a esse ambiente, no passado da infância quase despercebido, pois o ritmo do tempo impunha um outro tanto de prioridades – “crescíamos depressa e não púnhamos reparo na casa grande” –, porque a casa parece ser, para aquele que a revê, uma correspondente da força e resistência da antiga Itabira de 20 anos atrás como do próprio eu, originário e que já pertenceu – e que de alguma maneira continua a pertencer – àquele mundo (cidade e casa). Adquire um forte valor simbólico, podendo ser compreendida no sentido que Bachelard dá à casa. Para o autor, “a casa é nosso *canto do mundo*. Ela é, como se diz amiúde, o nosso *primeiro universo*. É um *verdadeiro cosmos*. Um cosmos em toda a acepção do termo” (BACHELARD, 2008, p. 24, grifos nossos).

Em “Vila de utopia”, a casa, mais que um simples edifício a resistir às ações do tempo, representa a origem do eu, tanto porque ali nasce e permanece durante a infância, quanto porque nela estão inscritas uma longa história e uma tradição individual e familiar: “Sabíamos que a casa tinha muitos anos, ali morreram avós, tios e primos; em tal quarto nasceu meu pai, naquele outro meu avô estendeu, até a morte, uma perna baleada nas últimas eleições sangrentas do município” (ANDRADE, 2011, p. 119).

Quadro do mundo infantil e humano, lar, abrigo acolhedor, repleto de mistérios (“por baixo das escadas, por cima da copa”,² mas onde a vida deslizava livremente e na “inconsciência natural das coisas”, a casa representa o lugar de pertencimento do eu (ANDRADE, 2011, p. 119). É, assim, o “canto do mundo”, o “primeiro universo”, o “verdadeiro cosmos” do eu.

Na construção da paisagem de Itabira por meio da memória e da revisitação do lugar, somam-se à casa outros locais de igual maneira significativos, como o pico do Cauê e a rua, esta com sua movimentação e tranquilidade:

Insisto em dizer que a vida era inconsciente e calma. O pico do Cauê, nossa primeira visão do mundo, também era inconsciente, calmo. Na nossa rua apenas passavam as pessoas que iam assistir à chegada das malas, no Correio, espetáculo diário e maravilhoso, pelo humorismo que nele sabia por o velho agente Fernando Terceiro; as pessoas que iam reconhecer firma no tabelião Barnabé; e algum vago transeunte, em demanda da rua de Santana, algum vago moleque, que ia atirar pedras na casa de Didinha Guerra (às vezes, eu aderiria cínicamente a esse moleque). Nos dias de júri, a curiosidade das tragédias e das humilhações alheias punha um enxame de criaturas no Forum, perto da nossa casa; mas nós íamos caçar passarinho ou tomar banho na Praia do Rosário, onde uma bica nos dava a impressão de catarata doméstica, submetida aos nossos desejos. Como foi que a infância passou e nós não vimos? (ANDRADE, 2011, p. 120)

Com a apresentação desses lugares, não apenas a casa se revela território de abrigo, mas a cidade como um todo é dada como um universo particular do sujeito, local de formação, pertença e identidade. Dessa perspectiva, o morro do Cauê, marca particular de Itabira, sobretudo no momento em que a crônica foi escrita, década de 1930, ultrapassa

² É possível, nesses locais, “por baixo da escada e por cima da copa”, ver uma correspondência com o sentido simbólico do porão e do sótão comentados por Bachelard em *A poética do espaço*. Para o autor, nesses espaços está inscrita uma verticalidade – mesma direção apontada na crônica, por baixo e por cima – sendo que esses lugares guardariam segredo e mistérios, ainda que para Bachelard o sótão seja mais racionalizável e menos temido, enquanto que ao porão estariam reservadas a escuridão e a “irracionalidade das profundezas” (2008, p. 37).

sua existência meramente física, enquanto acidente geográfico da paisagem itabirana, e alcança também uma dimensão simbólica. Personalizado, o pico, na sua fixidez de montanha, funde-se ao ritmo da vida do eu e do local, tornando-se, igualmente, “inconsciente e calmo”. Mais que isso, o Cauê, “nossa primeira visão do mundo”, assume também o sentido de descobrimento, dado pelo traçado da natureza, pela grandeza e altura impressa no morro.³

De igual maneira, o cotidiano da vida da cidade encontra-se na rua, na movimentação humana que o eu rememora ao voltar ao lugar. Esse universo anterior trazido à baila pela memória, mesmo já sofrendo a interferência do tempo a alterar seu antigo contorno, do qual desapareceram o tabelião Barnabé e o coletor Quinca Custódio, resiste ao apagamento e colabora para a permanência da paisagem do ontem no hoje, revelando o caráter sólido e fixo de Itabira, assim como o minério que a envolve:

A cidade, entretanto, continuava o mesmo aglomerado de casas desiguais, nas ruas tortas grimpendo ladeiras. Um silêncio grave envolvia todas essas casas e impregnava-as de uma substância eterna, indiferente à usura dos materiais e das almas. Dessa maneira ela se preserva da destruição. Hoje, amanhã, daqui a cem anos, como há cem anos atrás, uma realidade física, uma realidade moral se cristalizam em Itabira. A cidade não avança nem recua. A cidade é parálitica. Mas, de sua paralisia provêm a sua força e a sua permanência. Os membros de ferro resistem à decomposição. (ANDRADE, 2011, p. 120-121)

A descrição da paisagem imutável, infensa às ações transformadoras, uma vez que “a vida passa devagar, em Itabira do Mato de Dentro” (ANDRADE, 2011, p. 121), como se tivesse sido tocada por um superior encantamento, coloca numa correspondência mútua Itabira e a casa. Uma espelha a outra na resistência e no sentido que adquirem para o eu, pois funcionam como origem (“primeiro universo”), “canto do mundo, “cosmos”, abrigo, lar, essência. Mesmo que não encontre mais rastros da “aventura individual” do menino que ali viveu, o eu comunga com e se define pelos mesmos traços que caracterizam a paisagem itabirana: a solidez, a fixidez, a estaticidade, a dureza do metal.

Desse modo, parece existir uma junção entre o eu e o lugar, pois a Itabira descrita é a Itabira que muitos conhecem, com suas particularidades e maneirismos, mas sobretudo a Itabira individual, forjada pelo eu que, na paisagem focada, intenciona significar a si mesmo.

A terceira Itabira, percebida e projetada no reencontro do eu com a cidade, deixa entrever um sentimento cujo tom parece atravessado tanto pela melancolia quanto pela ironia. Nessa nova Itabira, a substituição da paisagem do passado mais recente e a do presente seria radicalmente alterada, a ponto de transformar a essência “paralítica” e encantada da cidade. A Itabira por vir, assim, estaria assentada nas promessas, de longa data, de enriquecimento e crescimento, capazes de romper os sólidos pilares da cidade mineral, estática, para ali fazer nascer um mundo novo, dinâmico, movido pelo ritmo do progresso capitalista:

³ O morro do Cauê, um dos principais pontos de Itabira, foi considerado, em 1973, a maior frente de extração de minério de ferro do ocidente, lugar que aos poucos foi perdendo em razão da diminuição do mineral com a exploração intensa e continuada. Hoje o Cauê, anteriormente com 1350 metros, tem aproximadamente 150 metros a menos, sendo ironicamente conhecido como “buraco do Cauê”.

Se a vida passasse depressa, a estrada de ferro já teria posto os seus trilhos na orla da cidade; à sombra do Cauê, uma usina imensa reuniria dez mil operários congregados em cinquenta sindicatos, e alguma coisa como Detroit, Chicago, substituiria o antigo traçado das Ruas do Corte, do Bougue, dos Monjolos. Mas para que tanta pressa? Tudo virá a seu tempo, e se não for agora, como não foi em 1898, quando o padre Júlio Engrácia dizia ironicamente que “depois que pelos diversos estudos ficou a esperança que passará na cidade uma via férrea, tem havido animação em construir: ao menos houve esta vantagem” – algum dia há de ser, e tudo estará bem. (ANDRADE, 2011, p. 121)

Se existe um certo desejo de que essa nova Itabira um dia venha a se concretizar, há também uma postura irônica, uma vez que a menção a empresas estrangeiras (Detroit e Chicago) responsáveis pela substituição da paisagem local por outra deixa entrever uma crítica à descaracterização do lugar pela força da exploração capitalista. Por outro lado, a essência rígida de Itabira, em tudo avessa à dinâmica da prosperidade prometida por sua riqueza mineral, “seu bilhão e quinhentos milhões de toneladas de minério” capaz de dar riqueza ao mundo inteiro e ainda sobrar “para quatrocentos e noventa e nove mundos possíveis” é reafirmada pelo eu, uma vez que o que prevalece ainda em Itabira é a calma (ANDRADE, 2011, p. 121-122).

Partindo das *Meditações Sul-americanas*, de Keyserling (1815-1891), o cronista estabelece uma analogia entre as especulações do naturalista alemão acerca das características espirituais do homem sul-americano e os traços espirituais do homem itabirano. A aproximação permite a chegada à ideia da existência de um sentimento mineiro, sobretudo itabirano, definido pela melancolia, pela estaticidade, pela monotonia, pela impulsão interior:

Embora dificilmente aplicável à realidade psicológica brasileira o seu conceito de “gana”, vale a pena ouvi-lo, quando diz, por exemplo: “O sul-americano (o itabirano) é passivo. Ele suporta a sua vida, e não conhece outra maneira de viver. Cede pouco às influências exteriores, mas capitula incessantemente diante da impulsão interior.” “A vida aí não segue uma direção, mas uma inclinação. Nada de espantoso, pois, em que, refletida pela inconsciência intelectual, evoque um abismo de melancolia e um abismo de cepticismo. Não se passa nada de novo. Nada serve para nada. Nenhum esforço vale ser tentado.” E finalmente:... “a prodigiosa monotonia que paira, que está suspensa, por assim dizer, na fisionomia moral da América do Sul (de Itabira)...” (ANDRADE, 2011, p. 125-126)

Nessas considerações, evidencia-se uma nítida aproximação, e mesmo uma relação indissociável, entre a paisagem melancólica, estática e dura projetada no mundo de Itabira e o próprio eu, igualmente calado, duro e triste como sua “casa” original, a casa dos Andrades, Itabira. É a ideia de fechamento, na imagem da cidade triste, de “casas resignadas e confinadas entre morros” (p. 126), cercadas “pela escura paisagem de mineração” e “presa ao dorso fatigado pela montanha” (p. 126), que vai definir o eu, mesmo que tente se desviar de suas origens e buscar paisagens outras, em cidades mais alegres, “banhando-se em rios claros ou no próprio mar infinito”, onde a vida seria um prazer e não uma pena:

A vida não é um prazer, mas uma pena. Foi esta segunda lição, tão exata como a primeira, que eu aprendi contigo, Itabira, e em vão meus olhos perseguem a paisagem fluvial, a paisagem marítima: eu também sou filho da mineração e tenho os olhos vacilantes quando saio da escura galeria para o dia claro.

E afinal, eu nunca poderia dizer ao certo se culpo ou se agradeço a Itabira que destilou no meu ser, tristeza minha, tristeza que não copiei, não furtei... que põe na rispidez da minha linha de Andrade o desvio flexível e amorável do traço materno. (ANDRADE, 2011, p. 126-127)

O final da crônica, além de apontar para a personalidade do eu, em tudo semelhante ao mundo de Itabira, parece também configurar-se como uma discussão metalinguística, uma vez que é, paradoxalmente, o modo itabirano de ser, fechado na tristeza, que faz brotar o desvio – e aqui podemos lembrar o *gauche* – o lado “flexível e amorável do traço materno” (ANDRADE, 2011, p. 127), alusão, ao que parece, à poesia, a esse lado “amorável”, sensível de sentir e expressar as coisas.

A paisagem construída na crônica, assim, parte da materialidade do espaço, mas a transcende. A paisagem de Drummond não é Itabira em si, simplesmente a cidade do interior mineiro, mas a Itabira que o eu percebe e reconfigura pelo viés da criação. Na crônica, Itabira é a paisagem do mistério, do insondável, ao mesmo tempo que plenamente familiar, pois que contida indelevelmente no ser.

“Teatro daquele tempo”, a outra crônica aqui abordada, foi primeiramente publicada em *Sombra*,⁴ com o título de “O bom foi 1910...”, em fevereiro de 1944 e depois em *Vamos ler!*,⁵ em novembro do mesmo ano. Nessa crônica, em que o tom nostálgico faz-se muito mais marcante, novamente é a paisagem itabirana do passado, a infância do eu em 1910, que é trazida à cena.

Se em “Vila de utopia” a paisagem de Itabira é apresentada em uma riqueza maior de detalhes, numa complexidade de traços naturais, culturais e humanos, em “Teatro daquele tempo”, como o próprio nome sugere, a paisagem é revelada sobretudo no movimento cultural e humano, com destaque para o teatro, onde a arte, a imaginação, a diversão e a vida ganhavam um sabor particular, mesmo quando do amadorismo e do improvisado dos artistas, que conseguiam manter originalidade e autenticidade encantadoras aos olhos do eu:

Como eram maravilhosos os amadores! E que vocações! Iam do dramalhão terrível em cinco atos, às vezes reduzido por falta de alguns intérpretes, à comédia mais desenfreada. (Verdadeira fábrica de gargalhadas. Rir! Rir! Rir!). E não havia tipos nem especialidades. Cada um fazia o que era preciso. Na mesma noite, o amador passava da tragédia à chanchada. E era também ponto, maquinista, bilheteiro, acendedor dos bicos de luz de carbureto (ficou-me na memória o cheiro de carbureto, ligado a esses espetáculos). (ANDRADE, 2011, p. 142)

Como se observa, o que encanta o eu que relembra esses traços da vida itabirana de outrora é a capacidade que essa atividade cultural, que compunha o quadro da vida da cidade em 1910, o teatro, apresentava de simplicidade, de poder de levar alegria e descontração (“verdadeira fábrica de gargalhadas”), desautomatizando o cotidiano, independentemente do tom e da qualidade das peças representadas. É esse aspecto da composição da paisagem de Itabira, sobretudo daquilo que mais tem de humano e congregador – uma

⁴ Revista editada no Rio de Janeiro entre os anos de 1940 e 1960.

⁵ Revista carioca que circulou até 1946.

vez que muitos se reuniam em torno do teatro e compartilhavam sensações e emoções semelhantes – que faz questão de firmar enquanto uma imagem positiva da cidade mineira.

A forma como o teatro é percebido e apresentado coloca-o não apenas como uma encenação de algo em um palco distanciado da vida, cujos atores guardariam para si papéis específicos e rígidos. Ao contrário, o teatro desenhado na crônica drummondiana é vivo, dinâmico e participativo, sendo os atores responsáveis pela movência de posturas, de papéis e funções, inclusive daquelas não reservadas comumente a eles, como a atividade de bilheteiro, de acendedor de bicos de carbureto, etc.

Se, como vimos dizendo, o que está em cena é a paisagem de Itabira e os elementos que a compõem, é possível afirmar, num paralelo com a crônica anteriormente abordada, que o teatro ocupa lugar de destaque na crônica, semelhante à casa em “Vila de utopia”. Lugar positivo, assim como a casa, que adquire o sentido de abrigo, de origem, o teatro expressa um mundo criativo e envolvente que se descortina aos olhos curiosos do expectador, em especial do eu de 1910, ainda criança e, talvez por isso mesmo, capaz de perceber a vida de forma mais encantada:

Mas havia também prestidigitadores fabulosos, que extraíam pombas e flores da cartola, ventríloquos, mulheres que eram cortadas por uma faca e ressurgiam perfeitas, havia principalmente o ar, o perfume, a graça de 1910, com o cometa de Halley ameaçando incendiar a terra e o menino Murilo Mendes; havia sobretudo a vida em começo. (ANDRADE, 2011, p. 143)

Para o eu que rememora o passado, o teatro daquele tempo surge como um elemento de encantamento da paisagem itabirana que permanece vivo em sua memória, assim como o cheiro de carbureto, sempre associado aos espetáculos de então.⁶ O mundo de fantasia e de sensações diversas do teatro soma-se à realidade ameaçadora e incerta (o cometa de Halley⁷ que poderá destruir a Terra), aproximando as tonalidades da vida da imaginação. É desse encantamento perdido na paisagem que se transforma, cujos rastros de outro tempo já se encontram praticamente apagados, que se ressent o eu:

Depois vieram o cinema, silencioso e falado, o automóvel, a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica, o colégio interno, a gripe espanhola, os deveres, as namoradas, os suspensórios de vidro, o Serviço Nacional de Teatro, Mussolini e outros acontecimentos maiores e menores, que alteraram completamente a face da terra. (ANDRADE, 2011, p. 143-144)

Da mesma maneira que em “Vila de utopia”, a paisagem itabirana é novamente expressa em uma dinâmica de transformação, tanto pelas ações de ordem coletiva, inclusive em âmbito mundial – como o aparecimento do cinema, da Primeira Guerra Mundial, do automóvel, etc. –, quanto pelos acontecimentos de ordem particular do eu – como o

⁶ Interessante observar, na referência ao carbureto, o acionamento dos sentidos na percepção do todo. No caso em questão, o cheiro do carbureto remete à lembrança de um lugar e de um tempo específicos. Yi-Fu Tuan, em *Topofilia*, ao tratar da paisagem, chama a atenção justamente para a importância do acionamento dos sentidos na atividade da percepção, de maneira alguma exclusividade da visão.

⁷ No ano de 1910, quando o cometa de Halley se aproximou mais da Terra no mês de maio, houve grande apreensão, sobretudo porque algumas descobertas científicas em torno dos gases que comporiam o cometa foram responsáveis por especulações em torno do poder mortal dos mesmos, causando um medo mais ou menos generalizado nas pessoas.

crescimento e as consequências disso, os deveres e as namoradas, por exemplo, a ele impondo uma outra forma de perceber e experienciar a vida.

Na crônica, a inquietação diante da cidade, do crescimento moderno e urbano, a mostrar suas variadas facetas, tanto as atrativas – reconhecidas pelo eu quando afirma que “tudo o que aconteceu depois, não nego, foi interessante” (p. 144) – quanto as profundamente negativas, como a Guerra, o fascismo, a doença, trazem à baila algo caro à literatura de Drummond, ou seja, a busca da comunhão e da solidariedade num mundo que se transforma radicalmente no ritmo da modernização e da urbanização. Nesse sentido, Lauro Escorel afirma que

Não poderemos compreender integralmente o sentido da sua evolução espiritual se não partirmos da consideração preliminar de que ele é um prisioneiro da grande cidade, uma vez que, tanto as suas fugas para o passado – lembrança do passado e evocação de Itabira – como seu descobrimento do mundo, dos outros homens, da humanidade, são caminhos de libertação, através dos quais o poeta procura escapar da *solitude peuplée* (solidão povoada), em que é obrigado a viver, para alcançar o domínio amplo da comunhão e de solidariedade humanas. (2011, p. 239)

Desse modo, as transformações destacadas apontam mais uma vez para a construção em palimpsesto observadas na paisagem de Itabira, que já não guardaria mais, no hoje, a fisionomia de outros tempos, com maior presença da comunhão e da solidariedade, pelo menos no tocante à atividade teatral, a permanecer apenas na memória do eu cronista.

Como parte da paisagem, já que esta é sempre a percepção de um sujeito, o eu parece se configurar também como um elemento perdido daquela paisagem, com a qual se achava inteiramente em sintonia em 1910, assim como se revelara, em “Vila de utopia”, amalgamado à constituição “mineral” de Itabira. Por esse motivo, nostalgicamente lamenta a inexistência, no presente, de lugares e circunstâncias caras a ele em outro momento. O que é lembrado é a vida curiosa, livre e criativa que o mundo itabirano de outros tempos proporcionava:

As cidades do interior perderam a pequena felicidade dos seus teatros, em que a paixão e o riso do mundo eram contados por pessoas de carne, que a gente conhecia cá fora, de todos os dias, ou ia conhecer na porta do hotel do “seu” Baltazar.

Tudo o que aconteceu depois, não nego, foi interessante. Mas o bom mesmo, o gostoso-raro-inesquecível foi 1910. (ANDRADE, 2011, p. 144)

A expressão “gostoso-raro-inesquecível”, que na verdade se constitui como uma palavra única, na medida em que os três vocábulos estão ligados por hífen, vão ao encontro dos comentários de João Adolfo Hansen acerca da “propriedade vocabular que será, durante toda a vida do autor, adequação da palavra à representação dos temas e à avaliação deles pelo juízo da enunciação” (2011, p. 274). O gostoso-raro-inesquecível, sintetizaria, de modo indissociável, um espaço e um tempo, uma paisagem, em cujo enquadramento o sujeito elege a alegria (os risos), a dinâmica, a simplicidade, a descontração, a comunhão – experimentados com a atividade teatral – como elementos de uma “pequena felicidade”, mas fundamentais para a experiência intensa de vida e comunhão. Por isso, retoma o lugar (Itabira e o teatro), o tempo (1910) e um modo de ver e viver, os quais, de alguma maneira, parecem estar contidos na palavra criada.

Tomando as considerações de Michel Collot que afirma, quando comenta alguns posicionamentos de Jean-Pierre Richard sobre a paisagem, que “le mot *paysage* ne désigne évidemment pas le ou les sites dépeints par l’auteur étudié, mais une certaine image du monde, intimement liée au style et à la sensibilité de l’écrivain: non tel ou tel référent, mais un ensemble de signifiés⁸ (COLLOT, 2005, p. 178, grifo do autor), é possível ver nas duas crônicas, “Vila de Utopia” e “Teatro daquele tempo”, por meio da retomada de Itabira, a construção de uma paisagem – como já dito entendida como lugar, percepção e figuração – que se revela por meio da cidade interiorana (Itabira), das casas, das ruas, das pessoas, da natureza (o pico do Cauê e a riqueza mineral do solo itabirano), do teatro, mas que de fato aponta para um modo de ver, de perceber essa paisagem que, nas crônicas abordadas, expressam algumas questões recorrentes na literatura drummondiana: a procura do eu, numa tentativa de reconhecimento de si próprio; a comunhão e a solidariedade.

Dessa maneira, todo o detalhamento de Itabira em “Vila de utopia”, a discussão de um quadro do lugar que reúne seus traços naturais, culturais, históricos e humanos, está diretamente ligada à percepção do eu, que contém e que está contido na paisagem itabirana: é duro como o solo de ferro de Itabira; é triste, como as casas cercadas pelo morro e pela escuridão do minério. Itabira, assim, aponta para a essência do próprio sujeito.

De igual maneira, em “Teatro daquele tempo”, ainda que a paisagem itabirana aí construída se distancie daquela apresentada em “Vila de utopia”, uma vez que agora o olhar para Itabira se dá de forma inteiramente positiva com a seleção de um lugar e de uma atividade no ano de 1910, o teatro, o que está em cena, do mesmo modo, é esse eu que busca firmar valores e uma certa maneira de conceber as coisas e o mundo. O teatro, mais que um lugar, é a expressão de um modo de ser e ver, sintetizados na alegria, na comunhão e na solidariedade, questões fundamentais para o eu, por isso afirma que “o bom mesmo, o gostoso-raro-inesquecível foi 1910” (ANDRADE, 2011, p. 144). Aqui, também, o mesmo jogo especular verificado em “Vila de utopia”, espelhamento que Merleau-Ponty, em *Fenomenologia da percepção*, afirma existir ao comentar as relações entre o sujeito e a paisagem: “É justamente porque a paisagem me toca e me afeta, porque ela me atinge em meu ser mais singular, porque ela é minha visão da paisagem, que tenho a própria paisagem [...]. A universalidade e o mundo se encontram no coração da individualidade e do sujeito” (2014, p. 544).

Em síntese, nas duas crônicas, o eu não está fora, mas dentro da paisagem de Itabira, porque a paisagem de Itabira está dentro do próprio eu. Mais que simplesmente um lugar geográfico, a Itabira das duas crônicas é, sobretudo, uma paisagem individual, mas também expressão da fusão do eu com o mundo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁸ “a palavra *paisagem* não designa evidentemente o ou os lugares pintados pelo autor estudado, mas uma certa imagem do mundo, intimamente ligada ao estilo e à sensibilidade do escritor: não designa tal ou tal referente, mas um conjunto de significados” (tradução livre).

- BRITO, Mário da Silva. Um homem em onda curta. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- CANDIDO, Antonio. Notas de literatura. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- COLLOT, Michel. *Paysage et poésie: du romantisme à nos jours*. Paris: José Corti, 2005.
- _____. Pontos de vista sobre a paisagem. In: NEGREIROS, Carmen; LEMOS, Masé; ALVES, Ida Maria (Org.). *Literatura e paisagem em diálogo*. Rio de Janeiro: Edições Makunaíma, 2012.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Tradução de Olívia B. Lima da Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Leny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- ESCOREL, Lauro. Crítica Literária. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- HANSEN, João Adolfo. Drummond e o livro inútil. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- MILLIET, Sérgio. 15 de outubro. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus*. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

Língua e construção da identidade nacional em histórias de Boaventura Cardoso e de Mia Couto

(Language and construction of the national identity in the stories of Boaventura Cardoso and Mia Couto)

Everton Fernando Micheletti¹

¹Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo (USP)

efmicheletti@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze language as a formative element of national identity, considering its problematization in the context of former colonial countries – in the case of Angola and Mozambique, by reading the stories of writers Boaventura Cardoso and Mia Couto. The analysis is based on the authors who have devoted themselves to the matters of the “nation”, such as Anderson and Hobsbawm, researchers of Portuguese language in Africa, as well as Perpétua Gonçalves, and critics of “post-colonial” African literature. The discussion focuses on the use of the Portuguese language, the colonizer’s language, in literature, and on whether it is possible to consider it as part of the national identity along with the original African languages.

Keywords: Portuguese language; national identity; Angolan literature; Mozambican literature.

Resumo: Este artigo visa a uma análise da língua como elemento formador da identidade nacional com sua problematização no contexto de países ex-coloniais, no caso de Angola e Moçambique, a partir da leitura de histórias dos escritores Boaventura Cardoso e Mia Couto. Tomam-se por base autores que se dedicaram às questões da “nação”, como Anderson e Hobsbawm, pesquisadores da língua portuguesa na África, como Perpétua Gonçalves, além de críticos da literatura africana “pós-colonial”. As discussões incidem no uso da língua portuguesa, língua do colonizador, na literatura e se é possível considerá-la como parte da identidade nacional juntamente com as línguas originais africanas.

Palavras-chave: Língua portuguesa; identidade nacional; literatura angolana; literatura moçambicana.

Introdução

A língua sempre foi considerada um dos componentes fundamentais da identidade nacional. O processo de formação e consolidação das nações na Europa, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, passou pela definição de uma língua nacional. Por isso, a denominação da língua, em sua maioria, advém do nome do país: francês, inglês, português, entre outras; mas não se trata de algo simples ou que tenha ocorrido de modo pacífico. Muitas línguas tornaram-se oficiais e ganharam espaço com a supressão de outras, “o inglês expulsou o gaélico da maior parte da Irlanda, o francês empurrou o bretão contra a parede, o castelhano reduziu o catalão à marginalidade” (ANDERSON, 2008, p. 120-121). O estabelecimento da língua nacional, ou oficial, portanto, decorre muitas vezes de disputas, de conflitos, pois as línguas são “práticas simbólicas” em que “relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora dessas condições [...] político-históricas” (ORLANDI, 2009, p. 211).

O processo que define a língua nacional, conforme essas condições, variou de uma nação à outra. Em algumas, houve a imposição de uma língua “padrão” diferente do uso popular, tornando-se a língua da administração, do governo, a que deveria ser ensina-

da nas escolas; em outras não havia diferenças significativas entre o uso oficial e o popular. Em muitos casos, por haver mais de uma língua no território, uma é escolhida como oficial e depois adquire o estatuto de língua nacional, mas as razões e as consequências dessa escolha não são as mesmas em todos os lugares. Hobsbawm cita vários exemplos, como o da pequena burguesia emergente que apelava para o uso da língua popular como a língua da nação, ou quando os intelectuais buscavam as “raízes” do povo. Em outros casos, ao contrário, as classes dominantes resistiam em assumir uma língua popular, muitas vezes utilizando uma língua estrangeira se fosse a de prestígio ou de garantia de negócios (HOBSBAWM, 2011, p. 127-140).

A preocupação com o estabelecimento da língua nacional foi tardia em outros lugares, adentrando o século XX, e ainda hoje há casos não concluídos, há países com mais de uma língua oficial ou nacional, havendo menor ou maior tensão entre uma que predomine e as demais, além daquelas que correm o risco de desaparecer. Diferentemente de boa parte das nações europeias que buscavam no passado as tradições e os mitos vinculados à língua, em alguns países ex-coloniais houve a apropriação da língua do colonizador, como no Brasil, em que a língua portuguesa tornou-se a língua nacional em detrimento de outras, sobretudo das populações indígenas, resultado das relações de poder. Com algumas diferenças em relação à língua em Portugal, já se utiliza atualmente a terminologia “português brasileiro” sem maiores questionamentos, enquanto em outros países ex-coloniais, como Angola e Moçambique, recém-independentes, a questão da língua não está resolvida e gera ainda muitas discussões.

Assim, levando em consideração esse processo amplo e variado de definição da língua nacional, também conflituoso pelas relações de poder e conforme as condições político-históricas, serão analisadas e discutidas as questões sobre a língua em Angola e Moçambique no âmbito de sua relação com a literatura e a construção da identidade nacional. Primeiramente, apresentamos e analisamos a situação linguística nos dois países, em que se tem a língua portuguesa como oficial e, ao mesmo tempo, as línguas originais africanas faladas por um grande número de pessoas. Em seguida, são analisados alguns trechos das histórias de Cardoso e Couto, com ênfase no uso que fazem da língua portuguesa. Por fim, apontamos algumas possíveis respostas às questões levantadas.

Língua e identidade nacional em Angola e Moçambique

A definição da língua portuguesa como oficial em Angola e Moçambique ainda gera questionamentos. Alguns estudiosos não afirmam, com certeza, se há um “português angolano” ou um “português moçambicano”. Nesses países, a penetração da língua portuguesa, sobretudo pelo interior, não foi tão grande a ponto de substituir as línguas originais africanas, pertencentes ao grupo bantu, que permaneceram sendo faladas por grandes populações até a altura da independência. Nas cidades é que, com a formação das elites entre meados do século XIX e início do século XX, a língua portuguesa passou a ser mais utilizada. Mesmo assim, era um grupo minoritário que a falava ou que sabia ler, pois não houve “em Moçambique [...] uma efetiva e ampla política educativa que pudesse incluir no universo da lusofonia a imensa maioria da população” (ZAMPARONI, 2009, p. 27), o que ocorreu de modo semelhante em Angola. Mesmo no caso da política colonial da assimilação, em que “indígenas” poderiam se tornar “civilizados” e, assim, trabalhar em alguns cargos administrativos, sendo um dos requisitos ter bom domínio do idio-

ma português, poucos conseguiam adquirir o *status* de “assimilado”, porque havia “uma distância entre os discursos da assimilação e sua aplicação prática no terreno colonial” (ZAMPARONI, 2009, p. 32).

Nas primeiras décadas do século XX, a política colonial seguiu impondo a língua portuguesa. Foram criadas algumas escolas, porém a diferença social se mantinha e grande parte da população não tinha acesso ao ensino, ou pelo menos não como tinha a elite. A imprensa e a literatura seguiram se desenvolvendo predominantemente em língua portuguesa, mas a circulação ocorria entre os letrados urbanos, enquanto a maior parte das populações, geralmente não alfabetizadas, no interior ou nas periferias das cidades, permanecia utilizando as línguas originais africanas. Nessas populações, havia quem entendesse ou falasse a língua portuguesa, às vezes sem dominar todas as regras, mas como uma segunda língua, até mesmo incorporando termos do português às línguas bantu. Do mesmo modo, ocorria o processo de transferência à língua portuguesa, à qual eram incorporadas algumas palavras e expressões das línguas africanas.

Com a luta de libertação, a partir dos anos 1960, em face da diversidade de povos do território com suas diferentes línguas africanas, pelos líderes que eram, em sua maioria, intelectuais e que utilizavam a língua portuguesa, esta se tornou a língua da luta anticolonial, sobretudo no caso do MPLA (Angola) e da FRELIMO (Moçambique). Entre as muitas razões do uso do idioma português, até certo ponto contraditório por ser uma luta contra o colonialismo, havia a ideia de que era legítimo apropriar-se da língua que havia sido imposta por tanto tempo, além do caráter nacionalista que a luta adquiriu e a língua portuguesa era vista como facilitadora de uma unidade nacional. Como afirma Chaves sobre Angola, mas que podemos estender ao caso de Moçambique:

[...] tratava-se (trata-se) de fazer uma nação onde existia um punhado de povos, enredados no jogo das diferenças de suas tradições culturais. O desafio se montava: era preciso fazer Angola, o que significava (significa) investir também na construção de um discurso autônomo, capaz de unificar as vozes dispersas pelos quatro cantos do território e calar a voz uniforme do colonialismo. Ao fim e ao cabo, o jogo era um só: bloquear o ato colonial para construir a nação. Noutras palavras, tratava-se de vencer o colonizador para, afinal, legitimar o que era uma invenção sua: *Angola*. (CHAVES, 1999, p. 31-32, grifo da autora)

Esse foi o caminho após a conquista da independência, buscar a unidade optando pela língua portuguesa como oficial, mantendo-a assim na administração, na imprensa, na literatura, mas não a denominando como “nacional”, apenas as línguas originais africanas é que passaram a ser consideradas “nacionais”. Na Constituição de Moçambique, em seu Artigo 9º, intitulado “Línguas nacionais”, consta: “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”, e no Artigo 10º, intitulado “Língua oficial”, temos: “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial” (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 3). Na Constituição de Angola, em seu Artigo 19º, intitulado “Línguas”, consta: “1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”, já no Artigo 21º, intitulado “Tarefas fundamentais do Estado”, temos: “n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu

desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (ANGOLA, 2010, p. 9).

Na Constituição de Angola, o português é mencionado primeiro, as africanas aparecem como as “demais línguas”, já vindo em seguida o caso do ensino de línguas estrangeiras. Isso talvez decorra de mudanças fundamentais no projeto da nação, que vem se inserindo no contexto mundial, globalizado, sendo que o incentivo ao ensino e uso da língua oficial tem aumentado o número de falantes de português. Em outra parte do texto, afirma-se como tarefa do Estado a proteção e valorização das línguas africanas, consideradas línguas da identidade nacional. No caso de Moçambique, não há menção às línguas estrangeiras, as línguas africanas “nacionais” aparecem primeiramente, em seguida afirma-se o português como língua oficial. Mas a questão linguística e identitária já está aí resolvida, em um texto constitucional escrito inteiramente em português? A identidade nacional está mesmo restrita às línguas originais africanas? Em Angola, segundo Nzau, o português está se expandindo consideravelmente, ultrapassando os limites das cidades, num processo que poderá culminar em sua nacionalização:

[...] a língua portuguesa [...] tem vindo a conhecer um processo de expansão territorial, com dinâmicas de contornos algo irreversíveis [...] observa-se a acentuação do contacto da mesma língua com indivíduos residentes em zonas outrora de “exclusividade” das denominadas línguas nacionais de origem africana, tendo como efeito galopante do número de falantes maternos e não maternos. [...] Constatamos, ainda que os resultados suscitem prudência [...] a existência de um processo em curso, que pode emergir na nacionalização da língua portuguesa a curto, médio ou longo prazo. (NZAU, 2011, p. iv)

A língua portuguesa em Angola passou da terceira posição como língua materna em número de falantes em 1992, com 11,8% da população, para a segunda posição em 1996, com 26% (VENÂNCIO¹ apud NZAU, 2011, p. 90), e em 2012, ocupa a primeira posição como língua materna de 39% da população (ANGOLA, 2012, p. 26). As línguas originais africanas, separadas, ocupam as demais posições, reunidas elas detêm 61% dos falantes maternos, mas a maioria deles entende ou fala português também. Em Moçambique, 25% da população falava português em 1980, sendo língua materna de 1% (GONÇALVES, 2000a, p. 1). Em 2007, os falantes passaram a 38%, mas era língua materna de 8%, vale ressaltar a grande diferença na comparação do país com a cidade de Maputo, nesta é língua materna de 37%, com cerca de 82% de falantes (MOÇAMBIQUE, 2007, s./p.). Há a expansão do português nos dois países, com uma abrangência maior em Angola e nas áreas urbanas, principalmente nas capitais. Antes de prosseguir com o português em sua possibilidade de se tornar uma língua nacional, de ser também uma língua das identidades angolana e moçambicana, ressaltamos que deve haver uma política de manutenção e valorização das línguas originais africanas, como defende Agualusa:

Acredito [...] que a luta pela afirmação da língua portuguesa em África, e em particular em Angola, está ligada a este outro combate, mais urgente, pela preservação dos idiomas africanos originais. [...] Nos próximos tempos os angolanos terão de conseguir iniciar um diálogo honesto entre todas as nações, e visões, do território nacional. Devolver a dignidade às línguas nacionais de origem africana é também uma forma, a meu ver, de consolidar a paz. (2004-2005, p. 28-29)

¹ VENÂNCIO, José Carlos. História, Sociedade e Conflito: Estatuto e função social da língua portuguesa em Angola. *Revista da Lusofonia*, n. 29-34, p. 191-196, 1992/93.

Nesse sentido, diversos especialistas concordam que é negativo impor o português nas escolas onde os alunos têm outra língua materna, defendendo que seria melhor um modelo de ensino bilíngue (NZAU, 2011, p. 118-122). Afirmam que os alunos devem se expressar em sua língua original africana e, a partir dela, aprender português, o que seria positivo com o uso de metodologias de ensino de segunda língua (GASPAR et al., 2012, p. 88). Para Nzau, a política linguística deve acompanhar a dinâmica social, passando pelo “reconhecimento da diversidade cultural e linguística de Angola; institucionalização do ensino bilíngue, apostando na investigação sobre as línguas angolanas (incluindo o português)” (NZAU, 2011, p. 121), o que se pode pensar no caso de Moçambique também. Quanto ao português, incluído pelo autor entre as “línguas angolanas”, vale lembrar que não houve, nos dois países, uma “crioulização” como em Cabo Verde. No entanto, há especialistas que, embora cautelosos em falar de um “português angolano” ou de um “português moçambicano”, já identificam processos de diferenciação que podem culminar nesses termos. A seguir, passamos ao caso da literatura, produzida predominantemente em português nos dois países, de modo a verificar se há esses processos e, assim, se a língua portuguesa na literatura contribui para a formação da identidade nacional.

A língua portuguesa nas estórias de Cardoso e de Couto

O angolano Boaventura Cardoso e o moçambicano Mia Couto são autores que, a exemplo de Guimarães Rosa e Luandino Vieira, apresentam a língua portuguesa com algumas modificações, tanto em palavras como em estruturas sintáticas, entre outros aspectos. Surgem, assim, as perguntas: essas alterações se baseiam na realidade do uso da língua portuguesa em Angola e em Moçambique, indicando uma diferenciação em relação ao português europeu, ou são apenas criações, invenções literárias? Eles já não estariam mesmo escrevendo em “português angolano” e em “português moçambicano”, contrariando os estudiosos que evitam esses termos? E o uso da língua nas obras desses autores, pode-se considerar que contribui para a construção da identidade nacional? Na busca por respostas a essas questões, são analisados, a seguir, trechos de algumas estórias dos dois escritores.

Cardoso, nascido em 1944, publicou três livros de contos e quatro romances. Chegou a escrever poesia no início da carreira, mas depois se dedicou apenas à prosa. Preocupado em trabalhar a linguagem, suas narrativas apresentam a língua portuguesa com uma série de transformações se compararmos com o português padrão europeu, como podemos notar na primeira estória, intitulada “A chuva”, de seu primeiro livro publicado, em 1977, *Dizanga dia Muenhu*:

Situadas no círculo do calor, as pessoas baloiçavam-se num frenesim doentio. Gente que desafiava o tempo limite, linguagem de cifrões, vontade endurecidas no aço, e o peso da vida musculando o corpo. O suor no rosto, um sorvete!, a camisa molhada, sai um fresco!, a mosca no prato, o nené chateado, xiça!!!

A areia quente do musseque parece uma boca que morde impiedosamente os pés, sem nada, das quitandeiras ehlalanza, minha senhora!

Nos maximbombos a rebentar, os homens ficavam contorcidos e as mulheres, ó senhor não mi perta assim, defendiam-se dos encostos.

Mano Zeca, corpulência de imbondeiro, bagageiro ali no Bungo, para as baronas eu sou funcionário, diambeiro nas horas esquivas, tem aquilo qui tosse, meu?, vencida rapidamente as barrocas do Miramar. (CARDOSO, 1982, p. 5)

Há, nesse trecho, expressões do uso oral da língua, que o autor apresenta por meio do discurso indireto livre, com alguns casos em que há desvios no uso padrão da língua: “eh lalanza [é laranja]”, “não mi perta [não me aperta]”. Outro aspecto é o uso de palavras de origem africana: “musseque [favela]”, “maximbombo [ônibus]”, “imbondeiro [baobá]”, “diambeiro [maconheiro]”, “quitandeira [vendedora]”, algumas hibridizadas com o português, como se nota pelo sufixo. Há, também, as gírias, como “aquilo qui tosse [diamba, maconha]”, “barona [moça]”, além da interjeição “xiça”. Características semelhantes são encontradas em outras estórias do livro, como em “Nga Fefa Kajinvunda”, traduzida em nota como “Dona Josefa, a Zaragateira”, em que se destacam os termos de origem nas línguas africanas, como “kuateno [agarra, pega]”, “Nga [senhora, dona]”, “kazucutice [confusão]”, além de “berrida”, advinda do português e quem tem a ideia de “corrida” (CARDOSO, 1982, p. 23).²

Quanto ao segundo livro de contos, publicado em 1980, *O fogo da fala*, o título já indica o interesse pela linguagem, assim como o subtítulo “Exercícios de estilo”. A primeira estória, “O canto da chuva”, porém, não apresenta muitas modificações; já na segunda estória, “Joãozinho Menino”, parece haver uma intensificação no modo como o autor procura representar o uso oral da língua:

Tinha pouca gente que reparava nele. Tô tá dizer meu ou o gajo me paga ou então lhe dou nas fuça não pode ser um tipo trabalha trabalha mais vai se ver no fim o pagamento é quê? Sentadinho no beco, ora brincando pulando, falando ora com as pessoas passando sem pressa. Ih! Mana não te conto! ontem é que foi no Maxinde farrámos varremos umas quando chego já em casa a velhota fitucou. Ih vá lá tu o meu gajo é que me lixa parece já sou mulher dele pintar os olhos nada farrar nada mini-saia então mais pior. Ai? quer dizer é teu homem? manda limbora mé. Lhe despacho mesmo, juro, não passo na porta da igreja. (CARDOSO, 1980, p. 31)

De forma a captar o ritmo do uso popular da língua, Cardoso deixa até mesmo de utilizar a pontuação em alguns momentos. Para tanto, colaboram também as interjeições que surgem ao longo do texto, além dos desvios em relação às regras, como a falta de concordância em “nas fuça”, “mais” no lugar de “mas”, e outras expressões decorrentes do uso coloquial, como “Tô tá dizer” e “manda limbora”, provavelmente modificações de “Tu estás a dizer” e “manda-lhe embora”. Há os termos de origem africana: “fitucou [zangou-se]” e “Maxinde”, nome de um bairro em Malange; e as gírias, como “varremos umas [bebemos uns copos]”. Esse uso da língua portuguesa, estilizado literariamente a partir da oralidade, aparece em outras estórias do mesmo livro.

O terceiro livro de Cardoso, *A Morte do Velho Kipacaça*, de 1987, contém apenas três estórias, sendo a terceira delas, a que dá título ao livro, a mais longa até então publicada pelo autor, dividida em quatro partes. O trabalho com a língua continua, a diferença em relação às obras anteriores é que o autor, em alguns trechos, vai além na estilização, explorando a sonoridade das palavras, trazendo à prosa características da poesia, como se pode perceber no trecho a seguir, da segunda estória, “A árvore que tinha batucada”:

² Os significados apresentados, em sua maioria, são dos glossários dos livros.

Durante o dia tinha então pássaros e passaritos e passarinhos que vinham ainda a brincar nos seus galhos. E vinha então o Bulikoko, gigante e pousava na copa da árvore e nidificava e começava então assim todo sorridente té... té... té... [...] O Mukuku-a-tumba, esse não vinha sempre. Mas e quando vinha avisava então assim du... du... du... eh! [...]. Bons pássaros e passaritos e passarinhos, amiguinhos de todas as horas. E tinha também uns pássaros que só vinham nas horas aziagas eh! kiiuik... kiiuik... kiiuik... era então o Yngo, de crista alta. [...] Quando vinha, o Kakoko se enfiava nos buracos da árvore e começava então a chorar, eh! (CARDOSO, 1987, p. 33)

Há um uso maior de repetições, de onomatopeias, as interjeições tornam-se mais abundantes, esse “eh!” aparece em quase todos os parágrafos das estórias, principalmente na terceira: “Eh! Motivo do encontro tem batucada muximante: quem faz a chuva não ter chuva? Seca no lugar da chuva? Eh! Eh! Eh! Cuidado zé!” (CARDOSO, 1987, p. 47), “zé”, nesse caso, é interjeição. Nota-se, também, a abundância de conjunções e advérbios, como “e” e “então”, o que é comum no uso oral da língua. São encontrados neologismos ao longo da narrativa, alguns retirados de uso corrente, outros criados pelo autor. Quanto aos desvios em relação às regras, aparecem com menos frequência, havendo, por sua vez, termos de origem africana, não apenas nos nomes dos pássaros, mas, por exemplo, em “muximante”, neologismo também encontrado na obra de Luandino, derivado do kimbundo “muxima [coração]”. Vale destacar que, na terceira estória, aparecem adivinhas (jinongonongo) e canções em kimbundo, há também uma canção em português.

Até o momento, podemos afirmar que, nas estórias de Cardoso, há tanto expressões próprias do uso do português em Angola, evidenciando o processo de diferenciação em relação ao português europeu, como neologismos criados pelo autor, sem uso corrente. Neste último caso, o escritor aproveita-se da flexibilidade da língua revelada pelo uso oral e cria termos. Quando passa a escrever romances, muitas dessas características de transformação da língua permanecem.

E no caso de Mia Couto, também conhecido por desenvolver um trabalho com a língua, operando certas modificações, o resultado é semelhante ao de Cardoso? Nascido em 1955, Couto também se dedicou à poesia, depois passando aos contos e romances, além de textos em jornais, crônicas, ensaios e obras infantis. Publica com bastante frequência, já possuindo dezenas de títulos. Para nossa proposta de leitura, optamos por algumas estórias de quatro livros, seguindo a ordem cronológica de publicação, para assim verificar se há mudanças no uso da língua, a exemplo do que observamos com Cardoso.

Em seu primeiro livro de contos, *Vozes anoitecidas*, publicado pela primeira vez em 1986, podem-se observar, entre as modificações no uso da língua portuguesa, alguns termos e expressões próprios de Moçambique, predominantemente na fala das personagens e em narrativas em 1ª pessoa. Vale destacar que, em algumas estórias, há poucas alterações, por exemplo, na primeira, “A fogueira”, o narrador utiliza o português padrão sem grandes diferenças em relação ao europeu, apenas em uma frase de uma personagem nota-se a diferenciação: “*Meu marido está diminuir*” (COUTO, 2013a, p. 21), em vez de “está a diminuir”, essa supressão do “a” tem sido considerada uma tendência no uso do português em Moçambique (GONÇALVES, 1997, p. 52-53). Outros casos, como o uso de “covar” em vez de “cavar”, fazem parte das criações do autor, embora possam ser inspirados nas potencialidades de transformação da língua pela oralidade. Se nessa estória e em outras, há poucas mudanças, passamos àquela que tem uma diferenciação maior, inti-

tulada “Afinal, Carlota Gentina não chegou de voar?”, destacando-se os trechos a seguir, da primeira parte da estória:

A minha mulher matei, dizem. Na vida real, matei uma que não existia. Era um pássaro. Soltei-lhe quando vi que ela não tinha voz, morria sem queixar. [...]
O senhor, doutor das leis, me pediu de escrever a minha história. Aos poucos, um pedaço cada dia. [...] Estou aqui a falar, isto-isto, mas já não quero nada... [...]
Explico: os moribundos tudo são permitidos. Ninguém goza-lhes. O respeito dos mortos eles antecipam, pré-falecidos. [...] Arranja lá uma maneira, senhor doutor. Desarasca lá uma maneira de eu ficar moribundo, submorto.
Afinal, estou aqui na prisão porque me destinei prisioneiro. [...] Entreguei-me eu mesmo. Devido, talvez, o cansaço tempo que não vinha. [...]
Deixo os pensamentos, vou direto na história. Começo no meu cunhado Bartolomeu. Aquela noite que ele me veio procurar, foi onde iniciaram desgraças. (COUTO, 2013a, p. 75-76)

Narrada em 1ª pessoa, surgem características que podem ser consideradas como parte do processo de diferenciação do português em Moçambique. Primeiramente, quanto à ordem e à concordância: “A minha mulher matei”, “os moribundos tudo são permitidos”, “Devido, talvez, o cansaço tempo que não vinha”, “O respeito dos mortos eles antecipam”, tem sido observado um deslocamento dos complementos para a posição de sujeito, reduzindo o uso da ordem direta. No padrão, seria: “Matei minha mulher”, “Tudo é permitido aos moribundos”, “eles antecipam o respeito dos mortos”; há, também, o não uso da preposição “a”: “aos moribundos”, “Devido ao cansaço”. Esses dois casos de mudanças são relatados por Gonçalves (1997, p. 52-53).

Sobre as preposições, ainda, vem ocorrendo a ampliação do uso de “em”: “vou direto na história”, em vez de “direto à”, “Começo no meu cunhado”, uso menos comum quando se trata de pessoa, e na frase “me pediu de escrever”, o “de” está no lugar de “para”, estudos apontam essas ocorrências como próprias das mudanças do português em Moçambique (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 7-8). Há os casos dos pronomes, como o maior uso de “lhe”, mesmo que o verbo seja transitivo direto: “Soltei-lhe”, ou com a supressão: “iniciaram” em vez de “iniciaram-se”, ou com desvios em relação às regras de colocação: “me pediu”, “Ninguém goza-lhes”, o que revela a grande instabilidade pela qual passa o uso dos pronomes no português de Moçambique (LINDEGAARD, 2014, s./p.; GONÇALVES, 1997, p. 53-54).

Entre essas tantas modificações, há ainda algumas palavras a analisar, como “Desarasca”, “pré-falecido” e “submorto”. Sobre a primeira, trata-se de um verbo usado em Moçambique, uma forma alterada de “desenrascar”, o próprio Couto explicou que não significa apenas “desembaraçar de obstáculos”, mas também, “arranjar algo que escasseia”, “despachar um documento preso nas burocracias”, “contornar a bicha [fila]”, “conseguir algo por meios pouco dizíveis” (COUTO³ apud CUESTA, 1994, p. 643). As outras duas são criações do autor, no caso com o uso de prefixos, os neologismos tornam-se uma das marcas do estilo de Couto, mostrando-se um “defensor tenaz do direito que tem o escritor a ‘brincar com as palavras, criando’, de *brinciar*” (CUESTA, 1994, p. 642).

³ COUTO, Mia. *Cronicando*. Maputo: Edições Notícias, 1988 (Coleção Tarimba, n. 1).

Ainda sobre seu primeiro livro, na estória “Patanhoca, o cobreiro apaixonado”, temos um narrador testemunha, talvez por isso haja alguns trechos que remetem ao uso moçambicano do português: “a razão que lhe fez matar [que o fez]”, “fui respondido [responderam-me]”, “*Não é só nome que fui dado* [que me foi dado]”, “Voltar na China [Voltar a/para]”. Há, também, termos de origem africana: “xicuambo [feitiço]”, “tchovar [empurrar]”, “mitombo [remédio]”, e a gíria “bazuca”, de origem no inglês “bazooça”, mas com significado de “garrafa de cerveja de tamanho grande” (COUTO, 2013a, p. 135-151).⁴

No segundo livro de contos, *Cada homem é uma raça*, publicado em 1990, temos a primeira estória, “A Rosa Caramela”, contada por um narrador testemunha, havendo algumas características do uso moçambicano do português. Destaca-se, de início, o uso dos pronomes, há a preferência em usar “lhe” quando se trata de pessoa, independente da transitividade do verbo: “Ninguém nunca lhe viu”, “Mesmo os olhos lhe eram escassos”, “Nós lhe víamos”, “lhe internaram”, “posso-lhe amar”, e assim, há várias outras frases. Quanto à colocação pronominal, nem sempre são seguidas as regras: “Se conhecia assim”, “Lhe chamávamos”, “Se consolava”, “*Mas matou-se mesmo?*”, “Me acendi”, “Me aproximei”, além do acréscimo de pronome onde não se costuma usar: “ele se morreu”. Em relação às preposições, há alguns casos: “Levaram-lhe no hospital [ao hospital]”, “*vi-mos por causa os sapatos* [por causa dos]”. Temos, ainda, mais alguns usos próprios da oralidade: “desarasca”, “*Eh pá*”, “Talvez vem [venha]”, “desconsegui”, “mamã”. Além desses casos, há as criações do autor: “petrimóveis”, “Rosa-matrimoniada”, “encostadiço”, “esroupada”, “predispronto”, entre outras. (COUTO, 2013b, p. 9-23).

Na estória seguinte, “O apocalipse privado do tio Gegué”, embora narrado em 1ª pessoa, as ocorrências em relação à estória anterior diminuem, mas há alguns casos: “lhe vi”, “Me segurou”, “Me ecoavam”, “Me conhece”, “Lhe apliquei”, “Pegou na bota [Pegou a]”, “*Vocês suspeitam quem* [de quem]”, além das palavras: “mafurreira [tipo de árvore]”, “matabichávamos [comíamos]”, “ndoé [espécie de peixe]”, “xipefo [lâmparina a petróleo]” (COUTO, 2013b, p. 25-46). As demais estórias seguem dessa forma, com maior ou menor número de ocorrências que remetem aos usos do português em Moçambique, além das invenções do autor. O glossário ao final do livro, que apresenta os significados de termos usados em Moçambique, tem 56 palavras, sendo o maior entre os livros de Couto aqui analisados.

Passando ao terceiro livro, *Estórias abensonhadas*, de 1994, podemos observar uma amenização dos usos moçambicanos. Há poucas mudanças ou desvios, predominando o caso dos pronomes: “nesses dias, me levava”, “e me puxava”, “lhe imitava”, “Primeiro, se zangava”, “levo-lhe lá”, “*Me entende?*”, “Me recordo”, “Lhe apelidaram”, “Se adivinhou” (COUTO, 2012, p. 9). Mesmo nas narrativas em 1ª pessoa, não há grandes modificações com base na oralidade, assim como os termos advindos das línguas de origem africana são poucos, o glossário possui apenas 12 palavras, destacando-se: “mpfuvo [hipopótamo]”, “tchovar [empurrar]”, “maka [conflito]”, “xipefo e petromax [lâmparinas a petróleo]”, “canganhiçar [enganar]”, “namwexto moha [um monstro, fantasma]” (COUTO, 2012, p. 155).

⁴ Esses e os demais significados, em sua maioria, são dos glossários ao final dos livros.

Seguindo aos demais livros, Couto lançou *Contos do nascer da Terra* (1997), *Na berma de nenhuma estrada* (1999) e *O fio das missangas* (2003).⁵ Para a sequência de nossa análise, optamos por este último, lançado no Brasil em 2009, para verificar se o uso da língua portuguesa se alterou em relação aos primeiros livros. Desse modo, semelhante às estórias “abensonhadas”, não há tantos casos de termos ou expressões próprias do uso moçambicano, predominando, quando há, o uso dos pronomes: “em volta, se depressavam”, “Me juntei”, “Me aproximava”, “lhe falarei”, “lhe deitei”, “Lhe minto”, “Me ajude”, “lhe estou agradecendo” (COUTO, 2009, p. 15), em que se nota como principal tendência de mudança a preferência pela próclise, embora a ênclise não seja totalmente descartada.

Em relação ao glossário, ao final da obra, possui apenas oito palavras, das quais destacamos: “canganha [cesto de palha]”, “mamba [espécie de cobra]”, “Siwale [compadre]”, “ximandjemandje [tipo de dança]”, e também duas palavras de origem da língua inglesa, “chuinga [pastilha elástica, *chewing gum*]” e “quissimusse [Natal, corruptela de *Christmas*]” (COUTO, 2009, p. 147). Vale destacar, nesse caso, que o inglês, além de sua influência global, é o idioma oficial dos países vizinhos a Moçambique, sendo que o principal centro urbano, Maputo, é próximo da divisa. Há, portanto, uma proximidade a se considerar e que pode gerar transferências de palavras e expressões, algumas adaptadas ao uso moçambicano.

E, por fim, mesmo nas narrativas em 1ª pessoa, há poucos desvios ou modificações, chamando atenção a estória intitulada “O mendigo Sexta-Feira jogando no Mundial”. O narrador é um mendigo que utiliza a língua portuguesa sem grandes problemas, sem grandes alterações, havendo apenas alguns usos diferenciais no caso dos pronomes: “Lhe concordo”, “lhe estou roubando”, “me apresento”, “me assalta” (COUTO, 2009, p. 81-84).

Língua e identidade nacional nas estórias

Nas estórias dos dois autores, como podemos observar, há termos e expressões próprios das transformações da língua portuguesa em Angola e Moçambique, de seu uso real, e ao mesmo tempo, há a estilização, a criação de outros termos e expressões. Não é possível afirmar que os autores apresentam um “português angolano” ou um “português moçambicano”, o que eles tornam visível é o processo que pode culminar nessas denominações, em que estão sendo criadas “novas normas, que não coincidirão com o português-padrão [europeu], angolanizando-se... moçambicanizando-se...” (CANIATO, 2002, p. 137). Como o uso do português vem se ampliando entre populações que, em sua maioria, têm outra língua materna, portanto sua utilização é como segunda língua, é necessário tempo para que certas modificações se consolidem. A situação é de “variedade em formação” que “tem como principal consequência uma instabilidade dos fenômenos que se observam no discurso produzido pelos falantes” (GONÇALVES, 1997, p. 49).

Diante desse contexto, Cardoso e Couto criam suas estórias preocupados, entre outros aspectos, com a língua, explorando essa instabilidade, mas não se prendem sim-

⁵ Publicado recentemente no Brasil (2014), os *Contos do nascer da Terra* seguem com características semelhantes ao que vem sendo observado, algumas estórias apresentam poucas alterações, outras têm um número maior de ocorrências, predominando o caso do uso dos pronomes, com a preferência pela próclise mesmo no início de frases e com a abundância no uso de “lhe”.

plesmente à representação do uso real. Se compararmos os dois autores, Cardoso mantém certa regularidade na utilização de termos e expressões correntes em Angola, enquanto Couto, do primeiro ao quarto livro analisado, vai amenizando as ocorrências que seriam próprias do uso moçambicano do português, embora não as elimine totalmente, como notamos no uso dos pronomes. Em várias de suas estórias, Cardoso parece mesmo se esforçar em representar a realidade linguística de Angola, das regiões entre Malange e Luanda, mas seus “exercícios de estilo” vão além e nos mostram, na prosa, a poeticidade que a língua em processo de transformação pode oferecer:

Cardoso assume, conscientemente, o exercício de sua escrita como uma forja sacralizada, por intermédio do qual analisa a história de seu país, ao mesmo tempo que trabalha o próprio estilo, buscando apreender, a par dos conflitos e paradoxos sociais vividos por Angola, os sentidos poéticos da língua e da existência. A produção literária do autor é, desse modo, assinalada por um experimentalismo de linguagem orientado na direção da recriação estética de traços advindos da oralidade que, transcrita ficcionalmente, dramatiza modos de dizer e de viver tipicamente angolanos. (SECCO, 2005, p. 107)

Não podemos afirmar que Cardoso escreve um “português angolano”, mas que ele mostra o processo de “angolanização”, marca angolanamente o texto, incluindo palavras e expressões de origem nas línguas africanas, “rasurando” a escrita ao incorporar termos próprios da oralidade, como as interjeições abundantes ao longo das narrativas. Sobre este último caso, o autor afirma que a linguagem coloquial em Angola “é intermeada por muitas interjeições, de forma bastante diferente dos europeus [...] Isso tem a ver com nossa maneira de estar, de contar histórias com gestos, com muitas interjeições” (CARDOSO, 2005, p. 29). Nota-se, portanto, a diferenciação em relação ao europeu, a caracterização do que seria propriamente angolano.

Desse modo, ao buscar os “sentidos poéticos da língua”, recriando “traços advindos da oralidade”, dramatizando “modos de dizer” angolanos, valorizando e reinventando as tradições orais africanas, das quitandeiças gritando “ehlalanza” aos sons dos pássaros com nomes africanos (Bulikoko, Mukuku-a-tumba, Yngo, Kakoko), Cardoso participa da construção da identidade nacional. Ele deixa claro, porém, que não se trata de algo simples: “podemos afirmar a angolanidade, mas essa afirmação não é pacífica, é uma situação de conflito permanente, com influências que vêm de todas as partes do mundo [...] mas isso acontece em todas as sociedades” (CARDOSO, 2005, p. 33).

Já no caso de Couto, há algumas diferenças. Em sua extensa produção literária, chamam a atenção, quanto ao aspecto linguístico, as criações, os neologismos, sem remeterem necessariamente a usos moçambicanos, a uma moçambicanidade. Nas estórias que analisamos, vale lembrar, foram se tornando mais sutis, do primeiro ao quarto livro, as modificações de léxico e sintaxe do português de Moçambique. Essa percepção de uma “amenização” também se deve à comparação com Cardoso que, como vimos, busca em seu projeto literário incorporar formas populares angolanas de uso da língua. Pensando no quarto livro que analisamos de Couto, com a diminuição das ocorrências do uso popular, mas que ainda assim apresenta algumas mudanças, como no caso dos pronomes e de alguns termos originários de línguas africanas, poderíamos afirmar que Couto, com a exceção de suas invenções, utiliza o padrão formal do português, às vezes sem grande diferenciação com as normas europeias, outras vezes deixa aparecer termos e sintaxepróprios de Moçambique.

Ao compará-lo com o escritor angolano Luandino Vieira, Gonçalves afirma que “ambos fazem parte do grupo de escritores que não adoptam integralmente a norma europeia no seu discurso literário”, porém na obra de Couto “são menos frequentes e diversificados os tipos de desvios” (GONÇALVES, 2000b, p. 216, 223). Segundo a autora, Luandino estaria mais afastado da norma europeia do que Couto; estendendo-se a Cardoso, este se assemelha a Luandino. Não se pode considerar, assim, que Couto escreva um “português moçambicano”; quando surgem mudanças, se não são invenções, apenas mostram que há um processo de diferenciação, uma vez que o português em Moçambique, como já afirmamos, está “em fase de variação, verificando-se que a maior parte dos seus falantes ora produzem estruturas convergentes com a norma europeia, ora usam estruturas divergentes” (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 1).

Diante desse contexto, Couto contribui para a construção da identidade nacional através da língua quando utiliza termos e expressões próprias de Moçambique, como observamos em algumas estórias, mesmo que haja explicações e glossários. Em outros textos, porém, quase não há usos moçambicanos, não se notando diferenças em relação ao padrão europeu. O autor contribui também, com o processo identitário, ainda no âmbito da linguagem, ao buscar formas de narrar nas tradições orais africanas, transpondo-as ao uso na língua portuguesa, “como o recurso aos provérbios, a sentenças, a frases feitas e portadoras de significação didático-filosófica” (LEITE, 2012, p. 44), o que Cardoso também faz. Assim, a criação literária de Couto coincide com a criação do país, que ele compara com a infância:

Na minha infância acreditava ser gato. [...] Depois me inventei outros bichos. [...] Ser humano foi talvez o que nunca aspirei. Ao fim de muita insistência lá me resignei. Mas, ao menos fosse bombeiro. Cedo aprendemos o mundo como uma casa ameaçada de incêndio. [...] Mas estava escrito: eu havia de ser homem. Educaram-me. Isto é, fui aprendendo a ter medo de querer ser outra coisa. Encontrei refúgio nas pequenas estórias. Sonhar, sonhar-me... Através do sonho eu já havia viajado de identidade: já fora bicho, bombeiro, e até pessoa. Sem saber eu já estava escritor, portador assintomático dessa doença chamada poesia. Estava condenado a ter pátria nesse tempo inicial e iniciador. A infância não é, neste sentido, um tempo mas um acto de fé, uma devoção. O que tem a língua a ver com estas lembranças? Para manter residência na infância necessito de uma língua em estado de infância. Essa é a minha aposta quando escrevo. Tenho a meu favor o facto de Moçambique ser ele próprio um lugar em infância, uma nação em flagrante invenção de si e da sua língua de identidade. (COUTO, 2011, p. 184-185)

Nessa invenção do país, da identidade, a questão da língua ainda gera dúvidas e conflitos, havendo, segundo o autor, problemas na adesão moçambicana à lusofonia. Pois Moçambique, como ele afirma, é uma nação que se faz “de muitas nações”, em que o “português é uma língua de uma dessas nações”; no entanto, mesmo falado por um grupo minoritário predominantemente urbano, esse grupo “ocupa lugares-chave nos destinos políticos e na definição daquilo que se entende por moçambicanidade” (COUTO, 2011, p. 176-177). O autor faz parte desse grupo que constrói a identidade moçambicana através da língua portuguesa, mas tendo as culturas de origem bantu como principal fonte para sua literatura, afirmando que um projeto de lusofonia que se queira desenvolver deve evitar o “apagamento” das culturas e línguas africanas.

Cardoso, do mesmo modo que outros intelectuais – já citamos Agualusa –, tem posição parecida: “A língua portuguesa é e continuará a ser a língua oficial... para além de

ser a língua materna de muitos angolanos. [...] Penso que as línguas nacionais... deveriam beneficiar-se de estatuto oficial, a par da língua portuguesa” (2005, p. 31). E assim, além do aspecto linguístico, Couto e Cardoso possibilitam pensar a identidade nacional através de motivos e temas, entre outros elementos de suas obras.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, J. E. A língua portuguesa em Angola – língua materna versus língua madrastra, uma proposta de paz. *Imaginário*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 27-33, 2004-2005.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística. *Constituição da República*. 2010. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. *Angola em números – 2012*. Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/attachments/article/4087/Angolaemnumeros2012.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CANIATO, B. J. Língua Portuguesa e Línguas Crioulas nos Países Africanos. *Via Atlântica*, São Paulo n. 5, p. 132-138, out. 2002.

CARDOSO, B. *O fogo da fala: (Exercícios de estilo)*. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. *Dizanga dia Muenhu*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *A Morte do Velho Kipacaça*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1987.

_____. Entrevista. In: CHAVES, R. et al. (Org.). *Boaventura Cardoso: a escrita em processo*. São Paulo: Alameda/União dos Escritores Angolanos, 2005. p. 23-39. Entrevista concedida a Rita Chaves e Tania Macêdo.

CHAVES, R. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: Via Atlântica/Universidade de São Paulo, 1999.

COUTO, M. *O fio das missangas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Vozes anoitecidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.

_____. *Cada homem é uma raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

_____. *Contos do nascer da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CUESTA, P. V. Observações sobre o português de Moçambique. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOXÍA ROMÁNICAS, 19., 1994, A Caruña. *Actas...* A Coruña: Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, 1994. p. 631-647.

GASPAR, L. et al. *A Língua Portuguesa e o seu Ensino em Angola*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.

GONÇALVES, P. Metodologia de recolha de dados. In: STROUD, C.; GONÇALVES, P. (Org.). *Panorama do Português Oral de Maputo*. Objectivos e Métodos. Maputo: INDE, 1997. p. 47-74. v. 1.

_____. (Dados para a) história da língua portuguesa em Moçambique. Lisboa, PT: MNE, CVC- Instituto da Cooperação e da Língua, 2000a

Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

_____. Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 4, p. 212-223, out. 2000b.

GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, F. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direccionais. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, São Paulo, v. 14, p. 1-29, 2004.

HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEITE, A. M. *Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

LINDEGAARD, V. S. *Moçambicanismos: um glossário com algumas imagens*. Disponível em: <<http://mocambicanismos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. *Constituição da República*. 2004. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constituicao_republica/constituicao.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. *Censo/2007*. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

NZAU, D. G. N. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

ORLANDI, E. P. Processo de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C. et al. (Org.). *África – Brasil: Caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 211-224.

SECCO, C. L. T. R. A alquimia do verbo e a reinvenção do sagrado. In: CHAVES, R. et al. (Org.). *Boaventura Cardoso: a escrita em processo*. São Paulo: Alameda/ União dos Escritores Angolanos, 2005. p. 107-126.

ZAMPARONI, V. D. Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In: GALVES, C. et al. (Org.). *África – Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 27-56.

Metáforas e analogias: a construção da argumentação nas redações mais bem avaliadas da Fuvest 2013

(Metaphors and Similes: the construction of argumentation in the top-tier essays of the Fuvest 2013)

Aline Pereira de Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

alinepsline@gmail.com

Abstract: In Brazil, among the admission tests of access to the higher ranking public Universities there is an argumentative essay, whose grade has had more and more value on the sum of the candidate's final grade. The corpus of this article is composed of texts available on FUVEST's website as examples of the best essays of the admission test for the undergraduate courses at USP (Universidade de São Paulo) in the year of 2013. The majority of these texts contain metaphors and similes. Based on the theories of Conceptual Metaphor and Image Schema, we intend to analyze the texts according to what has been proposed by Cognitive Linguistics and to understand how these uses contributed to the texts being evaluated as top-tier, i.e., to recognize the role of metaphors and similes in the best essays of this renown admission test. **Keywords:** argumentation; argumentative essay; metaphor; cognitive linguistics.

Resumo: No Brasil, dentre as provas de acesso às universidades públicas de excelência, há a proposição de uma redação do gênero dissertativo-argumentativo, cuja nota tem tido cada vez mais peso na soma da nota final do candidato. São as redações disponibilizadas pela Fuvest em seu site, como exemplos das melhores redações do exame para ingresso na Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2013, que compõem o corpus desse artigo. Tais textos, em sua maioria, apresentam, em sua composição, a utilização de metáforas e analogias. Com base nas teorias da Metáfora Conceptual e dos Esquemas de Imagem, objetivamos analisá-los à luz das reflexões propostas pela Linguística Cognitiva e entender em que medida tais usos fizeram com que esses textos pudessem ocupar a posição que lhes foi atribuída – a de melhores redações de um exame de proporções gigantescas.

Palavras-chave: argumentação; dissertação-argumentativa; metáfora; linguística cognitiva.

Introdução

Para comprovar a utilidade das metáforas e analogias na construção da argumentação nas produções textuais, resolvemos analisar criticamente as redações elencadas como as melhores da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular) do exame de 2013 e verificar em que medida as metáforas e analogias são presentes em tais textos e, também, em que medida auxiliam na construção da argumentação.

Queremos utilizar tais análises como argumentos para o fato que essas considerações devem ser levadas à sala de aula, já que podem otimizar o processo de escrita de textos argumentativos por parte dos alunos.

Escolhemos analisar as redações da Fuvest porque pertencem ao gênero dissertação argumentativa (o pressuposto básico é que há argumentação nesses textos) e são divulgadas no *site* da instituição (www.fuvest.br), o que não acontece, por exemplo, nem com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), nem com o

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que também requisitam a produção do mesmo gênero.

A análise também será muito mais qualitativa que quantitativa, embora possamos contabilizar esses números, se adequado for.

Análise da proposta

No ano de 2013, na prova para o acesso em 2014 na USP, o tema da redação, estabelecido pela banca da Fuvest, sugeria que os alunos pensassem na ideia do consumismo e sua relação com a felicidade.

Diferentemente dos anos anteriores, essa proposta não trazia o tema explícito, o vestibulando deveria extrair-lo a partir da leitura atenta da proposição.

O texto-base, por sua vez, era composto de linguagem mista: a foto de um *shopping* com algumas pessoas carregando sacolas e, no canto inferior direito da imagem, uma mensagem verbal dizendo: “Aproveite o melhor que o mundo tem a oferecer com o cartão de crédito X”.

Após esse texto misto, a Banca trazia uma proposição motivadora explicando de onde foi extraído o tal texto publicitário, bem como as alterações feitas na versão original (a omissão da marca).

É interessante perceber que a proposta tenta prezar pela capacidade de interpretação textual do vestibulando, não só na leitura do texto publicitário, principal motivador, mas também na leitura da própria proposta, já que, no segundo parágrafo do texto verbal, podemos ler o seguinte: “Como toda mensagem, esse anúncio, formado pela relação entre imagem e texto, carrega pressupostos e implicações: se o observarmos bem, veremos que ele expressa uma determinada mentalidade, projeta uma dada visão de mundo, manifesta uma certa escolha de valores e assim por diante.”

Era importante, como reflexão motivadora, que o candidato pensasse a respeito desses pressupostos e implicações anunciados: qual seria essa mentalidade expressa, bem como a visão de mundo e a escolha de valores. Era necessário que o vestibulando fosse capaz de relacionar a ideia das compras, evocada pela imagem do *shopping* com seus clientes carregando sacolas, à ideia de felicidade, evocada pela frase-verbal “o melhor que o mundo tem a oferecer”, que poderia, por sua vez, ser aproveitado por meio da utilização do cartão de crédito X, que daria ao consumidor a possibilidade de acesso a esses bens.

Em outras palavras, é possível dizer que tal texto-base possibilitava ao candidato extrair a mensagem de que comprar seria uma das melhores coisas da vida, e a respeito dessa ideia, ele deveria refletir e posicionar-se crítica e argumentativamente.

Considerações a respeito do que foi encontrado nas redações analisadas

Foram lidas e analisadas as vinte e sete redações disponibilizadas pela própria Fuvest em seu *site* (<http://www.fuvest.br/vest2013/bestred/bestred.html>).

Desde o início, chamou nossa atenção a presença marcante de metáforas e analogias em quase todas elas, em maior ou menor proporção.

Quisemos, portanto, pensar de que maneira esses “recursos” funcionam como recursos retóricos e compreender de que maneira isso corrobora para tornar esses textos argumentações efetivas, e, por extensão, de sucesso.

Também nos interessa e chama a atenção o fato de que entre milhares de redações, essas vinte e sete que foram escolhidas para figurar como sendo “as melhores” puderam apresentar o uso recorrente tanto da metáfora quanto da analogia.

Sendo assim, defendemos a hipótese de que ambos artificios contribuem para o sucesso da argumentação e devem, portanto, ser ensinados e utilizados, para que os alunos se tornem melhores leitores e escritores dos textos que os circundam.

Pressupostos teóricos de análise

Como já dito, sabe-se que toda prova de redação é, antes de mais nada, uma prova de leitura, à medida que exige do aluno-produtor que, primeiramente, entenda as instruções a respeito do que deve escrever.

Quando a proposta de redação traz consigo um texto-base, mais ainda é necessário que sejam mobilizados conhecimentos para a construção da apreensão dos sentidos veiculados por tal texto.

Sobre o processo de leitura, Koch, uma das maiores estudiosas da questão no Brasil, chama nossa atenção para o fato de que

[...] **o sentido** de um texto é **construído na interação texto-sujeitos** e não algo que preexista a essa interação. A **leitura** é, pois, uma **atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos**, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior de um evento comunicativo. (KOCH, 2006, p. 11, grifos da autora)

A autora ainda se refere, ao fazer apontamentos sobre o processo de leitura, à importância dos conhecimentos que o leitor já traz consigo, quando da atividade de contato com o novo texto, o que nós, também, julgamos ser de extrema importância para o bom desempenho do candidato, principalmente quando a proposta não traz o tema motivador sintetizado e de maneira explícita, mas que deve ser apreendido a partir da leitura.

Segundo ela,

Na atividade de leitores ativos, estabelecemos relações entre nossos conhecimentos anteriormente constituídos e as novas informações contidas no texto, fazemos inferências, comparações, formulamos perguntas relacionadas com seu conteúdo. Mais ainda: processamos, criticamos, contrastamos e avaliamos as informações que nos são apresentadas, produzindo sentido para o que lemos. (KOCH, 2006, p. 18)

Creemos, também, naquilo que Koch aponta sobre esse processo de produção de sentidos. Ela chama nossa atenção para o fato de que “A leitura e a produção de sentido

são atividades orientadas por nossa bagagem sócio-cognitiva: conhecimentos da língua e das coisas do mundo (lugares sociais, crenças, valores, vivências)” (KOCH, 2006, p. 21).

Sobre a competência leitora e o processo de apreensão dos sentidos, Koch (2006, p. 21) afirma que,

[...] durante o processo de leitura, não se fala de encontrar o sentido, mas um sentido, já que sabe-se que há diversas leituras, embora essas não sejam infinitas, já que [...] o sentido não está apenas no leitor, nem no texto, mas na interação autor-texto-leitor. Por isso é de fundamental importância que o leitor considere na e para a produção de sentido as “sinalizações” do texto, além dos conhecimentos que possui.

É bem como dissemos há pouco, quando da análise da proposta de redação que discutimos: caso o candidato não leve em conta os pressupostos, as implicações e não relacione as informações apresentadas, ou seja, não esteja atento às sinalizações do texto, será bem difícil que consiga compreender a proposta e refletir a respeito das ideias sugeridas para discussão, o que configurará fuga de tema e, portanto, uma nota ruim na avaliação global. Esse não é o caso das redações que escolhemos avaliar.

Aliás, é importante ressaltar que é possível afirmar que as redações por nós avaliadas conseguiram, com sucesso, decodificar tais sinalizações textuais, haja vista que puderam refletir sobre a questão proposta e, a partir disso, puderam desenvolver suas argumentações.

Metáfora e analogia segundo a Linguística Cognitiva

Utilizamos para nossa reflexão as “ferramentas” fornecidas pela Moderna Linguística Cognitiva, uma visão de análise linguística atual que constata a grande capacidade de realizar projeções do cérebro humano, capacidade essa que faz parte da cognição humana e que é e sempre foi fundamental para nossa sobrevivência.

A metáfora é uma das questões centrais estudadas pela Linguística Cognitiva, área da ciência desenvolvida a partir da década de 1970, cujos estudos baseiam-se no pressuposto central de que a linguagem reflete padrões de pensamento (EVANS; GREEN, 2006, p. 5).

Estudos de Fauconnier e Turner (2002), Gibbs Jr. e Steen (1999), Lakoff e Johnson (1980, 1999), Kövecses (2002) e Turner (1996) mostram que é por causa das projeções que podemos utilizar textos literários não só como leitura de entretenimento, mas também, em alguns casos, para educar, moralizar e persuadir, já que as projeções facilitam a transmissão das mensagens, normalmente.

É perceptível, também, que essa função de “ferramenta” de argumentação pode ser usada por diversos outros textos que não só os literários, conforme pretendemos mostrar. Assim, a metáfora é um processo de projeção muito utilizado como “estratégia argumentativa” e quase onipresente no discurso.

É com a publicação da obra *Metaphors we live by* (1980), de Lakoff e Johnson, que a metáfora passou a ser tratada como processo fundamental que ocorre no uso da linguagem do dia a dia. Eles chamaram a atenção para a sua onipresença no discurso cotidiano e a importância central que elas têm na estrutura da linguagem. A partir desses

estudos, a metáfora não mais foi considerada apenas um recurso de estilo, ou uma figura de linguagem usada apenas para “embelezar” um texto.

Dessa forma, de acordo com esses autores, a metáfora é, essencialmente, um mecanismo que envolve a conceptualização de um domínio de experiência em termos de outro. Sendo assim, para cada metáfora é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-alvo.

Abreu (2010) chama nossa atenção para o fato de que esse estudo foi de suma importância para nos fazer pensar que a metáfora não é apenas figura de linguagem, mas um recurso conceptual largamente utilizado pelos seres humanos em seu dia a dia, principalmente quando entram em ação nossas emoções. Além disso, é importante considerar que o uso das metáforas independe de idade e escolarização, o que é fator importante e interessantíssimo, que deve nos motivar a trazer tal discussão em sala de aula.

O autor ressalta, ainda, que é importante a contribuição dessa obra no que diz respeito à definição da metáfora, como sendo entender e experienciar uma coisa em termos de outra (ABREU, 2010).

Em outras palavras, a metáfora implica um mapeamento entre domínios em que se escolhe propor algo mais concreto em um domínio-fonte e transpõe-se para algo menos concreto em um domínio-alvo, assim, alguns itens dos *frames*¹ são transpostos de um domínio a outro.

Com o passar dos anos, muitos outros teóricos continuaram estudando a metáfora sob essa perspectiva. O conceito de *blend* (mesclagem) em cuja aplicação e estudo também nos baseamos neste trabalho, aparece depois e vem para dar conta da seleção de elementos, pois é o *blend* que explica metáforas em que alguns dos traços do *frame* são desabilitados, conforme diz Abreu (2010).

Um *blend*, segundo Turner (2014, p. 6), é um novo espaço mental que contém alguns elementos de diferentes espaços mentais (os espaços de entrada) numa teia mental, mas que desenvolve o seu novo significado próprio.

As metáforas, também, podem ser entendidas por meio do processo do *blend*. Por esse processo, teríamos os seguintes espaços em conexão: *Input* 01 (espaço de entrada 01), ideia que é mais literal, concreta; *Input* 02 (espaço de entrada 02), ideia que é mais abstrata; e Espaço “blend”, significado emergente, que resulta da mesclagem e da relação entre os dois conceitos, conforme se pode visualizar na Figura 1:

¹ *Frames* são definidos por Kövecses (2006, p. 69) como sendo construtos da nossa imaginação e não representações mentais que se encaixam diretamente em uma realidade objetiva preexistente. Resumindo, *frames* são dispositivos imaginativos da mente. (No original: *Frames are constructs of our imagination – and not mental representations that directly fit a preexisting objective reality. in short, frames are imaginative devices of the mind*).

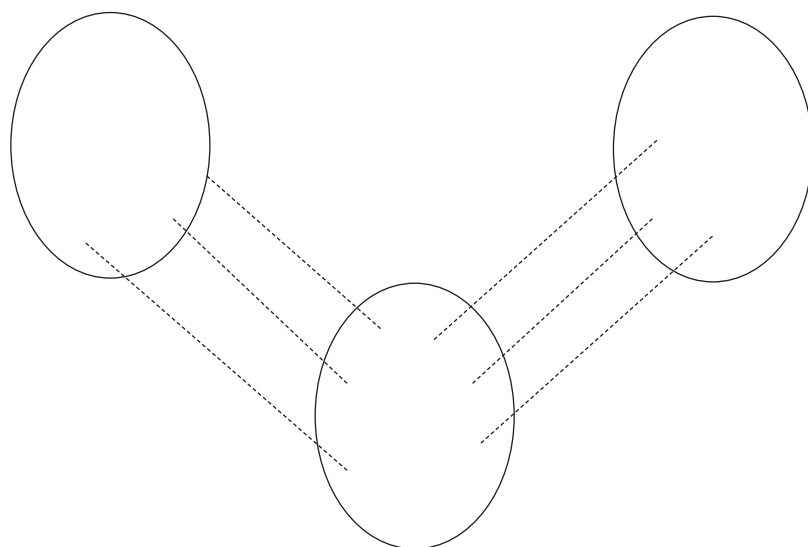


Figura 1. Exemplo de esquema *blending* e seus espaços, conforme Turner (2014).

No modelo do *Blending*, fica claro que nem todas as características do *frame* do domínio de origem (*input 1*) costumam ir para o domínio-alvo (espaço *blending*). Pode-se dizer, nesse caso, que algumas características são “desintegradas”, a depender da metáfora construída.

Estudando as metáforas, Lakoff e Johnson constataram que existem algumas, quase sempre as mesmas, que são empregadas regularmente em diferentes línguas do mundo, a partir de domínios conceituais que configuram organizações coerentes da experiência humana e que representam a maneira como pensamos e agimos.

Essas metáforas são empregadas frequentemente para entender teorias e modelos, ligando uma ideia a outra, para garantir uma melhor compreensão. Elas receberam o nome de metáforas conceituais ou metáforas cognitivas. Entre elas destacam-se as Metáforas Primárias propostas por Grady (1997) e Lakoff e Johnson (1999), como os exemplos abaixo que podem ser ouvidos no dia a dia.

Afeição é calor: *Ela abraçou o namorado calorosamente.*

Importante é grande: *Ele é um grande homem.*

Felicidade é para cima: *Ela é uma pessoa que está sempre para cima.*

Intimidade é proximidade: *Ela é muito próxima a mim.*

Dificuldades são pesos: *Essa tarefa está pesada.*

Similaridade é proximidade: *Essa resposta está bem próxima da resposta correta.*

Escalas lineares são trajetos: *Essa dor vai além do que eu suporto.*

Organização é estrutura física: *Agora que as peças dessas histórias se encaixaram, pude entender.*

Ajuda é sustentação: *Eu sustento minha família.*

Tempo é movimento: *O tempo voa.*

Estados de espírito são espaços físicos: *Estou perto de uma depressão, a próxima coisa que der errado vai me pôr na beira do abismo.*

De acordo com esses autores, as experiências que fundamentam as metáforas primárias são adquiridas ao longo da vida, desde a infância. Por exemplo, quando crianças, somos pequenos e as pessoas importantes para nós normalmente são adultos, logo *importante é grande*, ou, em outro exemplo, quando estamos no colo dos pais, sabemos que o conforto é colo e o colo é quente, logo *afeição é quente*.

Assim, a ideia de que alguns conceitos podem ter estrutura metafórica é referido por Lakoff e Johnson como a Teoria da Metáfora Conceptual. Essa teoria centra-se na metáfora como um dispositivo cognitivo que atua como um modelo para expressar a natureza de outras ideias/formas mais difíceis de conceituar.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), portanto, na visão de metáfora conceptual, a metáfora é um processo cognitivo que nos ajuda a conceptualizar a nossa experiência por meio da criação de correspondências entre as coisas facilmente compreendidas e outras mais difíceis de entender.

É fundamental notar que as metáforas conceptuais estão quase sempre ancoradas na experiência corporal. Para Lakoff e Johnson (1999, p. 22) os conceitos humanos não são reflexos da realidade externa, mas tomam forma através de nosso corpo e cérebro, principalmente pelo nosso sistema sensorio-motor e, portanto, isso seria a corporificação: a apreensão do mundo com base em nossas experiências corporais.

Sendo assim, dentre as projeções, existe o conceito de Esquemas de Imagem, que, de acordo com Johnson (1987), Lakoff e Johnson (1999) e Abreu (2010), são padrões estruturais recorrentes em nossa experiência sensorio-motora, que, quase sempre, servem para estruturar conceitos complexos. É como se para apreender o mundo nós utilizássemos como base nosso próprio corpo.

Alguns esquemas de imagem com os quais lidamos cotidianamente são: EQUILÍBRIO (*BALANCE*); PERCURSO (composto de três elementos: ORIGEM, TRAJETO e META (*SOURCE, PATH, GOAL*)); CONTATO (*CONTACT*); BLOQUEIO (*BLOCKAGE*); DINÂMICA DE FORÇAS (*FORCE-DYNAMICS*); *CONTAINER* (com as “partes” dentro, fora, fronteira).²

É visível que, constantemente, utilizamos expressões em que nos valemos das nossas experiências corporais para atribuir significados a elas e, então, entram em cena os esquemas de imagem acima referidos. Quando dizemos, por exemplo: “A minha vida não vai para frente”, estamos usando o esquema de imagem do PERCURSO.

Quando um falante produz um enunciado como o acima, em comunicações cotidianas, normalmente o que quer dizer é que as coisas não estão sendo prósperas na vida dele, ou seja, não há conquistas ou coisas agradáveis. Entende-se, portanto, que esse uso não pretende que o interlocutor compreenda o enunciado “ao pé da letra”, pensando que a vida é algo animado que se move em direção à frente.

É diferente, por exemplo, da situação em que se pede uma indicação de localização a alguém. Suponhamos que uma pessoa qualquer esteja procurando um determinado es-

² Por convenção, os nomes dos esquemas de imagem são grafados em letras maiúsculas.

tabelecimento comercial e, sem ter certeza da exata localização do endereço, pergunta a uma outra qualquer onde tal estabelecimento pode ser encontrado. Caso a resposta da pessoa seja algo do tipo “Siga em frente”, agora não temos mais um esquema de imagem, haja vista que a afirmação é literal: você deve seguir adiante para encontrar o destino pretendido.

É importante notar, entretanto, que há algo que liga o uso literal dessa expressão ao uso do esquema de imagem: em ambos os casos, subjaz a ideia de progresso, no trajeto-percurso. Quando há o uso metafórico no exemplo da “vida que não vai para frente”, entende-se, conforme já explicamos, que a pessoa quer dizer que sua vida não progride. Ou seja, há a ideia de avanço (encarada como algo bom) *versus* a ideia de retrocesso (encarada como algo ruim). Já no exemplo literal, da procura da localização de um estabelecimento que se encontra algumas quadras à frente, também é necessário que haja um progresso para que se chegue aonde se pretende.

Percebe-se, portanto, que em ambos os exemplos, tanto no uso literal quanto no uso metafórico, que o esquema permanece no domínio espaço físico.

Abreu (2010) nos dá alguns exemplos de outros esquemas de imagens, como:

EQUILÍBRIO: *Aquele professor é um desequilibrado!*

LIGAÇÃO: *Mantenha contato!*

DINÂMICA DE FORÇAS: *Procure não bater de frente com as autoridades.*

EXCESSO: *Aquele problema foi a gota d'água.*

A corporificação é um conceito que caracteriza a experiência utilizado em larga, escala tanto nos textos escritos como principalmente em nossas conversas diárias. É, inclusive, interessante de se notar que até pessoas não letradas utilizam esse recurso em suas falas cotidianas. Se sairmos às ruas e perguntarmos às pessoas o que significa a expressão anteriormente usada (“A minha vida não vai para frente”) elas, certamente, terão explicações bem plausíveis e próximas, tais como: “Você quer dizer que sua vida não evolui, que nada de melhor acontece nela, etc.”

A questão cultural é bem presente na construção de enunciados metafóricos. Aqui no Brasil, pelo gosto exagerado pelo futebol, comprovando o que apontam os autores, nós utilizamos várias metáforas futebolísticas no dia a dia, como: *Lupo dribla setor em crise e cresce transformando peça básica em moda.*³ Esse é apenas um dos vários exemplos encontrados em uma busca rápida pela internet.

Interessante também é verificar que, conforme Abreu (2010) chama a nossa atenção, na metáfora, juntamente com traços, são transferidos também valores do domínio-fonte para o domínio-alvo. Esses valores podem provocar a persuasão do leitor.

O propósito do uso da metáforas, conforme apontado por Abreu (2010) e Lakoff e Johnson (1980) é o fato de que elas podem potencializar a comunicação e a argumenta-

³ TURIONI, Felipe. Lupo dribla setor em crise e cresce transformando peça básica em moda. *GI Araraquara e Região*. 01 jun. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia/2012/06/lupo-dribla-setor-em-crise-e-cresce-transformando-peca-basica-em-moda.html>>. Acesso em: 13. jun. 2012.

ção, por extensão, já que facilitam a compreensão de conceitos abstratos, ao concretizá-los em termos de outro conceito relacionado.

A analogia, por sua vez, é definida como uma comparação baseada na similaridade percebida (EVANS; GREEN, 2006, p. 98). Segundo os mesmos autores, uma analogia ocorre a partir de *blends* de redes de integração distintos (p. 423). Por analogia, em linhas gerais, entende-se como sendo uma relação de similaridade. Algumas metáforas, inclusive, seriam baseadas na analogia, e outras, ainda, baseadas na desanalogia.⁴

Na *Enciclopédia das Ciências Cognitivas do MIT* (WILSON; KEIL, 1999, p. xl-vii), encontramos analogia sendo definida como o processo usado para obter correspondências estruturais sistemáticas entre uma situação bem conhecida e compreendida de uma desconhecida, pouco compreendida, e, em seguida, usando essas correspondências para fazer inferências plausíveis sobre os casos menos familiarizados.

Nesse mesmo material (WILSON; KEIL, 1999, p. 17-19), encontramos uma entrada para o “verbete” que o define como sendo muito importante, pois as analogias permitiriam a transferência entre diferentes conceitos, situações ou domínios e seriam usadas para explicar novos tópicos, e assim, uma vez aprendidas, poderiam servir como modelos mentais para a compreensão de novos domínios.

Nessa definição, ainda, os autores chamam a atenção para o fato de que a analogia seria também usada na comunicação e na persuasão, quesito que muito nos interessa. A questão central da analogia estaria no processo de mapeamento pelo qual as pessoas entenderiam uma coisa em termos de outra.

Para Hofstadter e Sander (2013, p. 50), a própria essência de uma analogia é que ela mapeia uma estrutura mental para outra estrutura mental.

De qualquer forma, é importante ressaltar que tanto a analogia quanto a metáfora desempenham papéis importantes como estratégias argumentativas na medida em que concretizam aquilo que é mais abstrato e podem, por vezes, didatizar a compreensão de conceitos por parte do leitor.

Seu uso em textos argumentativos, portanto, pode potencializar a argumentação e tornar os textos mais atrativos.

Pensando na prática docente, acreditamos que mais importante que apresentar esses conceitos aos alunos, é o fato de fazê-los perceber o quanto ambos são presentes nos textos a que eles têm acesso no dia a dia e o quanto é relevante que eles sejam capazes de decodificá-los, interpretá-los e perceber suas funções nos textos, a fim de apreender melhor os sentidos sugeridos e serem mais claros na expressão de suas ideias.

⁴ Afirmação baseada no seguinte trecho: “A blended network is constructed in the following way: there are input spaces corresponding to the two contrasting situations, links of analogy, disanalogy, and identity between them, and projection of the frame of morning activities from both inputs to the blend” (TURNER, 2007, p. 387).

Comentários a respeito de um texto do *corpus*: aplicação prática e considerações finais

Conforme já apontado, realizamos a análise crítica das 27 redações que compõem a página que exemplifica “As melhores do ano de 2013”, entretanto, resolvemos ilustrar nossas reflexões com a redação de número 27, apresentada pela página.

Essa redação tem como título “Tenho, logo existo”, em evidente referência à frase célebre de René Descartes “Penso, logo existo”. Já é perceptível, inclusive no título, a analogia construída pelo autor, quando usa da intertextualidade. É como se, ao querer que seu leitor busque em seu conhecimento de mundo a frase a que ele faz referência, ele quisesse comparar essas duas máximas: se, para Descartes, o pensar é que determinava a existência, nesse texto, ele irá defender que, na sociedade contemporânea, é o comprar que cumpre essa tarefa.

Logo no primeiro parágrafo do texto, vemos que o aluno traça uma comparação entre o que acontece com o homem que se deixa encantar pelo canto da sereia à atitude dos homens contemporâneos. O candidato inicia seu texto valendo-se da história do mito grego das sereias, mostrando que tal encanto leva o homem à ruína. Seu propósito é mostrar que assim também poderá acontecer conosco, se nos deixarmos encantar pelo consumismo. Sendo assim, a história-alvo, então, é aquela que será compreendida a partir da história de origem, que é aquela que é contada. Vimos, portanto, o uso de uma analogia para iniciar o texto e para fazer com que pensemos nas nossas atitudes a partir dessa história.

É interessante notar que, antes de introduzir sua tese, o autor já se vale de uma analogia para deixar claro o ponto de vista que será defendido por ele. É, inclusive, na explicação dessa analogia, que ele já evidencia sua tese: “O capitalismo apresenta desencadeamentos que também levam o homem à ruína: o consumismo, a valorização do ter em detrimento do ser e a efemeridade das relações”.

Essa analogia, inclusive, pode ser observada à luz da teoria do *Blending*, já que o canto das sereias é apresentado como análogo ao capitalismo: com o potencial de iludir e resultar em desfecho ruim para o homem.

No segundo parágrafo do texto, o candidato argumenta por meio da exemplificação ao utilizar, enquanto referência para o ato de comprar como sendo um passatempo, o seriado *Gossip Girl*. Nesse momento do texto, ele também deixa claro o seu repertório, tanto por conhecer tal seriado e conseguir relacioná-lo à temática e às ideias expressas, quanto também seu conhecimento de atualidades, ao citar exemplos de casos de escravidão moderna. Esse parágrafo é concluído com a metáfora de que o dinheiro passou a comprar felicidade. Sabemos que, literalmente, isso não é possível, já que o dinheiro pode comprar produtos que podem deixar o homem sentindo-se mais feliz, entretanto a felicidade não é um produto específico que pode ser adquirido.

No parágrafo seguinte, o candidato vale-se novamente da argumentação pelo exemplo, usando dessa vez uma referência a uma obra literária, para ilustrar que amizades duradouras e sem interesse quase não têm espaço na sociedade contemporânea. Para isso, ele mais uma vez compara: cita a amizade entre Berta, Miguel e Linda, jovens personagens da obra *Til*, de José de Alencar (à época, leitura obrigatória para o exame) e compara com as amizades contemporâneas que, segundo o autor, dificilmente estão

isentas do fator econômico. Para ilustrar isso, vale-se outra vez de uma metáfora ao dizer que “o estabelecimento de novos laços entre as pessoas agora tem a paridade econômica como pedra angular”.

É interessantíssimo notar que há duas metáforas utilizadas para referir-se à amizade: a metáfora da amizade como laço e a metáfora da pedra angular, pedra essa elementar e que serve como base para o início de uma obra/construção.

No quarto parágrafo do texto, o vestibulando utiliza a argumentação pela citação, valendo-se das ideias do sociólogo contemporâneo, Zygmunt Bauman, como citação de autoridade, para dar força argumentativa a seu texto e seu conceito – também metafórico – de sociedade líquida, que “solubilizaria” os laços entre as pessoas. De maneira geral, seria isso que faria das relações sociais contemporâneas tão efêmeras e vulneráveis, argumento reaproveitado pelo candidato. Em adição a esses laços vulneráveis, quando haveria ascensão econômica, a pessoa seria “alçada” a outra categoria social (outra metáfora, referente ao popular “subir na vida”). Para concretizar tal ideia, nesse momento, o candidato cita como exemplo os ganhadores da Mega-Sena que teriam mudado de classe social e, conseqüentemente, segundo ele, de círculo de relações.

No último parágrafo do texto, o autor conclui suas ideias reafirmando a tese apresentada no primeiro parágrafo do texto e explicando o título, deixando a analogia anunciada muito mais clara. Conclui ele: “Se Descartes vivesse no século XXI, alteraria sua afirmação para ‘Tenho, logo existo’”.

Pudemos perceber, por meio dessa sintética análise, que teve por objetivo ilustrar todas as reflexões por nós apresentadas, que o uso de metáforas e analogias é uma ferramenta muito valiosa, utilizada por vários escritores para defenderem suas opiniões de maneira convincente e eficiente e que pode ser aproveitada pelos alunos.

Essa constatação nos fornece mais um argumento a favor do trabalho com essas projeções em sala de aula, já que tal contato pode otimizar o processo de escrita de textos argumentativos por parte dos alunos.

No caso da redação utilizada como exemplo de análise e reproduzida no Anexo, quisemos mostrar que é muito importante que o professor incentive o aluno a reconhecer tais usos nos textos autênticos para que possa incorporá-los em seus futuros textos, já que parece que essas projeções são, em grande parte, responsáveis pelo sucesso argumentativo dos textos em questão.

Acreditamos, portanto, que não deve ser desmotivada a presença da analogia e da metáfora nos vinte e sete textos analisados e apresentados como os “Melhores da Fuvest 2013”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada*. São Paulo: Ateliê, 2010.
- EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive Linguistics: an introduction*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers London, 2006.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

- GIBBS Jr., R. W.; STEEN, G. J. *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1999.
- GRADY, J. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. Tese (Doutorado em Linguística) – University of California, Berkeley, 1997.
- HOFSTADTER, D.; SANDER, E. *Surfaces and essences*. Analogy as fuel and fire of thinking. New York: Basic Books, 2013.
- KOCH, I. G. V. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias. São Paulo: Contexto, 2006.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: A Practical Introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.
- JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- _____. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books, 1999.
- TURNER, M. *The literary mind*. New York: Oxford University Press, 1996.
- _____. Conceptual integration. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007.
- _____. *The origin of ideas: blending, creativity and the human spark*, Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WILSON, R.A.; KEIL, F. C. *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. MIT Press: Massachusetts, 1999.

ANEXOS

1. **Proposta de Redação da FUVEST 2013.** Disponível em: <<http://www.fuvest.br/vest2013/bestred/temared.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

REDAÇÃO



Esta é a reprodução (aqui, sem as marcas normais dos anunciantes, que foram substituídas por X) de um anúncio publicitário real, colhido em uma revista, publicada no ano de 2012.

Como toda mensagem, esse anúncio, formado pela relação entre imagem e texto, carrega pressupostos e implicações: se o observarmos bem, veremos que ele expressa uma determinada mentalidade, projeta uma dada visão de mundo, manifesta uma certa escolha de valores e assim por diante.

Redija uma dissertação em prosa, na qual você interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio, considerando os aspectos mencionados no parágrafo anterior e, se quiser, também outros aspectos que julgue relevantes. Procure argumentar de modo a deixar claro seu ponto de vista sobre o assunto.

Instruções:

- A redação deve obedecer à norma-padrão da língua portuguesa.
- Escreva, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, com letra legível.
- Dê um título a sua redação.

01 Tenho, logo existo

02 No mito das peias, o inevitável canto das criaturas atira os marinheiros em

03 direção aos rochedos que circundam a ilha em que elas estão entrancheiradas, inventar

04 velmente perde o naufrágio das embarcações e desfecho. A música sendo emitida por

05 essas peias tem análogo na contemporaneidade: o capitalismo. Essa moda de produção

06 apresenta três desencadeamentos que também levam o homem à ruína: o consumo

07 massivo, a valorização do ter em detrimento do ser e a efemeridade das relações.

08 O consumismo é o responsável pela profusão de fábricas e shopping centers que

09 permeia a sociedade atual. Comprar tornou-se o principal passatempo — tal qual distavam se-

10 rviados como “foxy fit” — e também a raiz dos demais problemas capitalistas. A hipervaloriza-

11 ção da aquisição de produtos originou a “exatidão moderna” de pessoas em fábricas, empre-

12 sadas como peixes para baratear custos e ampliar a produção, e os golpes de lojas pe-

13 diadas na rede a consumidores ávidos por descontos momentâneos, irreais. Apesar disso,

14 os dinheiro passam a comprar felicidade.

15 Empresas capitalistas desenvolvem novos produtos constantemente e o prazer instantâneo

16 proporcionado por uma nova televisão ou geladeira acaba por suprir-se as delícias duradouras de

17 uma amizade. Assim, o nível de felicidade atribuído a uma pessoa baseia-se primordialmente em

18 suas poses, e não em sua essência. Essa lógica insólita também noticia o estabelecimento de ^{novos} ~~novos~~

19 laços entre as pessoas, agora tendo a paridade econômica entre seus integrantes como pedra ^{emprego} ~~emprego~~

20 Rarizam-se amizades como a entre os personagens Berta, uma menina pobre, e Linda e Alfonso,

21 ricos irmãos, da obra alemã “Lol”.

22 Essa nova constituição das relações sociais é acompanhada pela efemeridade. Segundo o peis

23 logo polonês Zygmunt Bauman, a sociedade líquida contemporânea pulveriza os laços entre

24 as pessoas de fato, a manutenção da relação entre dois indivíduos está sujeita à continui-

25 dade de ambos no mesmo patamar econômico. A ascensão financeira de uma das pessoas

26 imediatamente a alça a uma nova categoria de sociedade, consequentemente, as relac-

27 ionamento com indivíduos mais prazerosos, como ilustra a trajetória de antigos premiados pelo

28 Clube da Morte.

29 O capitalismo inerente à maioria das sociedades contemporâneas traz consequências ^{atrasadas} ~~atrasadas~~

30 para seus cidadãos. A felicidade atribuída ao ato de comprar desencadeia diversas mazelas

31 sociais, entre elas a propensão do “ter em relação ao ser”. Assim, tendo seu valor intrín-

32 seco associado às poses, as pessoas começam a relacionar-se de forma efêmera, em um mundo

33 onde apenas os embriagados vivem prazerosamente. Se Descartes vivesse no século XXI, al-

34 teria uma afirmação para “Tenho, logo existo”.

© Redação - FUVEST 2013

A construção do *ethos* como estratégia argumentativa no artigo de opinião jornalístico

(The *ethos* construction as an argumentative strategy in a journalistic opinion piece)

Ana Cláudia Ferreira da Silveira¹

¹Programa de Mestrado em Linguística – Universidade de Franca (Unifran)

anafdasilveira@yahoo.com.br

Abstract: A journalistic opinion piece is characterized by the argumentative activity oriented towards the defense of a point of view on different themes. In order to defend his thesis, the orator articulates proofs which support his discourse. According to Aristotle, in rhetoric, such proofs are relative to the discourse itself (*logos*) through arguments and figures; through the passions felt by the auditorium (*pathos*) and, finally, through the self-image constructed by the orator during the discursive activity (*ethos*). All these proofs are coordinated and oriented regarding the final objective of rhetoric discourse, which is to persuade. In the present paper, our focus shall be upon the analysis of the *ethos* as an argumentative strategy in a journalistic opinion piece, whose title is “Para além do niilismo” (Folha de S.Paulo, May 6th, 2013).

Keywords: *ethos*; argumentation and rhetoric; Luiz Felipe Pondé; journalistic opinion piece.

Resumo: O artigo de opinião jornalístico é caracterizado pela atividade argumentativa orientada à defesa de um ponto de vista acerca de temas diversos. Para defender sua tese, o orador articula provas que fundamentem o seu discurso. Segundo Aristóteles, em retórica, tais provas são relativas ao próprio discurso (*logos*) por meio dos argumentos e das figuras; ao auditório, por meio das paixões que lhe são despertadas (*pathos*); e, finalmente, à imagem de si que o próprio orador constrói na atividade discursiva (*ethos*). Todas essas provas são coordenadas e orientadas ao fim último do discurso retórico: persuadir. No presente trabalho, privilegiar-se-á a análise do *ethos* como estratégia argumentativa no artigo opinativo intitulado “Para além do niilismo” (Folha de S. Paulo, 06/05/2013).

Palavras-chave: *ethos*; argumentação e retórica; Luiz Felipe Pondé; artigo de opinião jornalístico.

Introdução

O artigo de opinião é um gênero jornalístico que objetiva expor um ponto de vista sobre um determinado tema (comportamento, religião, economia, política, ciência, etc.). O articulista geralmente é especialista nos temas tratados na coluna em questão. Os leitores leem tal coluna justamente para conhecerem a opinião e a avaliação de um especialista acerca de um tema atual.

A significação maior do gênero está contida no ponto de vista que alguém expõe. E essa avaliação não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação (como por vezes ocorre no comentário), mas deve apresentar-se claramente, explicitamente. A opinião ali emitida vincula-se à assinatura do autor; o leitor a procura exatamente para saber como o articulista (em geral personalidade destacada) pensa e reage diante da cena atual. (MELO, 1985, p. 93)

Sobre o gênero, Melo (1985, p. 92) afirma “tratar-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”. Ora, a fim

de sustentar sua opinião e convencer ou persuadir seu auditório/leitor, o orador/articulista precisa conduzir bem sua argumentação. Diferente de outros gêneros jornalísticos como o editorial, por exemplo, o artigo de opinião expõe e defende explicitamente o ponto de vista do articulista. Por isso, o juízo de valor emitido não é do veículo de comunicação, a opinião emitida é do autor.

Para Martín Vivaldi (1973¹ apud MELO, 1985, p. 92), o artigo de opinião é “escrito, de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma idéia atuais, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista”. Ao expor sua opinião, seu posicionamento frente a uma questão, o orador/articulista objetiva persuadir o auditório/leitor. O discurso retórico se caracteriza, então, pela intenção de persuadir um determinado auditório que se encontra diante de uma questão polêmica. Para tanto, o orador utiliza mecanismos linguísticos, retóricos e argumentativos para construir seu discurso e fundamentar sua tese. Vale lembrar que todo discurso é, por excelência, uma construção retórica, já que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca da adesão (FERREIRA, 2010). A fim de projetar o seu ponto de vista, de sustentar a sua tese, o orador articula as seguintes provas retóricas: *ethos* (a imagem que o orador constrói de si mesmo por meio do discurso), *pathos* (as paixões e emoções despertadas no auditório com vistas à adesão das ideias apresentadas) e *logos* (as técnicas argumentativas, raciocínios e figuras articuladas na instância discursiva). Embora as três provas sejam encontradas de forma concomitante, é possível perceber um predomínio de uma delas.

Para o propósito deste artigo, analisaremos como a construção do *ethos* do articulista – proporcionada, sobretudo, pelas escolhas lexicais e por meio da (re)hierarquização dos valores, ou seja, pelo recurso ao *logos* – foi utilizada como um instrumento de persuasão no artigo selecionado para análise.

A construção da imagem de si pelo discurso: o *ethos*

Segundo Aristóteles (2012), quase se poderia dizer que o caráter [*ethos*] constitui o principal meio de persuasão. Plantin (2008, p. 112) afirma que ele age por empatia, por identificação e transferência. O autor prossegue dizendo que “aderir a um discurso é sempre, no fundo, identificar-se com seu autor”. E distingue dois elementos constitutivos da autoridade (“caráter moral”, *ethos*) do locutor.

- * Um elemento extradiscursivo, independente do discurso: “Uma prevenção favorável ao orador” (Aristóteles, *Retórica*, I, 77), da ordem da reputação, do prestígio, até mesmo do carisma.
- * Um primeiro elemento intradiscursivo, “efeito do próprio discurso”, que é a impressão, o fantasma do autor construído a partir da leitura de um texto. A identidade “ética” do locutor é construída a partir de traços idiossincráticos de todos os níveis, [...] os usos lexicais, a sintaxe, etc.

“Ético é a palavra que vem do grego *ethos* e equivale a costume, caráter. Para Aristóteles, liga-se à imagem que o orador constrói de si no discurso, corresponde a uma instância subjetiva do próprio enunciador” (FERREIRA, 2010, p. 90). Reboul (2004)

¹ MARTÍN VIVALDI, Gonzalo. *Géneros periodísticos*. Madri: Paraninfo, 1973. (cap. IV o artigo jornalístico).

acrescenta dizendo que *ethos* é o caráter que o orador deverá assumir visando inspirar confiança no auditório. Quaisquer que sejam os argumentos lógicos utilizados, sem tal confiança, o processo persuasivo torna-se comprometido. Meyer (1998) afirma que o *ethos* desempenha, assim, uma função mais determinante: a credibilidade daquele que fala e propõe, a sua autoridade, encerrará as dúvidas, teoricamente sem fim, acerca das respostas propostas. De resto, a autoridade assenta frequentemente na institucionalização: o papel social e o “lugar” que o orador ocupa (“é ou não um especialista na questão?”, pergunta-se o interlocutor).

Outra questão relativa ao *ethos* é a da moralidade. O *ethos* é um termo moral, isto é, trata-se do caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo se, na realidade, não o tiver. Ou seja, o que importa é a imagem criada por ele durante o processo argumentativo, o que demonstra no discurso; e não o seu estatuto ontológico. A respeito disso Dayoub (2004, p. 15) afirma o seguinte:

Durante a apresentação de seus argumentos, o orador pode, perfeitamente, atuar como um ator teatral, imprimindo ao contexto de suas palavras um caráter diferente daquele que ele próprio imprime como indivíduo. Além dos argumentos, o orador convencerá pela imagem, ou melhor, pela sua atuação no momento do discurso.

Ainda acerca disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) exprimem que, se a pessoa do orador fornece um contexto ao discurso, este último, por outro lado, determina a opinião que dele se terá. O que os antigos chamavam de *ethos oratório* se resume à impressão que o orador, por suas palavras, dá de si mesmo.

A fim de construir sua imagem no e pelo discurso, o orador efetuará determinadas escolhas que contribuirão para esse processo. Nesse raciocínio, Eggs (2013, p. 3, grifos nossos) afirma o seguinte: “o lugar que engendra o *ethos* é [...] o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra mediante as escolhas feitas por ele. De fato, ‘toda forma de se expressar’ resulta de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas”. Finalmente, é-nos interessante observar a importância do *ethos* no processo de argumentação de um determinado discurso – tal função constitui o interesse da retórica. Juntamente com as demais provas, ele coopera na sustentação da tese e na possível persuasão do auditório. Segundo Plantin (2008), diferentes teorias das interações estudam o *ethos* numa perspectiva diversa; contudo, à retórica interessa o caso em que as manobras de “apresentação de si” são postas a serviço de uma intenção estratégica e coorientadas com os propósitos gerais da argumentação.

Pois bem, após as considerações sobre o artigo de opinião e sobre o *ethos* retórico, passemos à análise proposta para este artigo. Vale lembrar que, embora a foco deste trabalho seja a análise do *ethos* como estratégia argumentativa no gênero selecionado, considerar-se-ão os argumentos, as figuras e demais mecanismos retóricos que, de forma conjunta, cooperam à construção da imagem que o orador faz de si mesmo visando à persuasão.

Análise do artigo “Para além do niilismo”²

O autor inicia o artigo da seguinte forma:

O leitor sabe que meu pecado espiritual é o niilismo. Enfrento-o dia a dia como qualquer moléstia incurável. O tema já foi tratado por gênios como Nietzsche, Turguêniev, Dostoiévski, Cioran. Deixo meu leitor em companhia desses gigantes, muito melhores do que eu.

O início do discurso serve como preparação do caminho que se segue posteriormente, no processo da narração. Na fase inicial, a tese já é indicada por meio de elementos pertencentes às três provas³ técnicas da retórica: *logos*, *pathos* e *ethos*. As provas éticas (*ethos*) e patéticas (*pathos*) são predominantes na fase correspondente ao exórdio porque, nessa fase, elas possuem um lugar de predileção. Contudo, no fragmento em análise, pode-se verificar também o recurso ao *logos* que, nesse caso, fica evidenciado pelas escolhas lexicais (*pecado espiritual*, *moléstia incurável*) associadas ao termo “niilismo”. Além disso, acerca da fase inicial do discurso, o orador procura estabelecer um acordo com o auditório; tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação pressupõem esse acordo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Nas expressões: *o leitor sabe... e deixo meu leitor em companhia...*, o autor pressupõe que a primeira expressão já seja aceita pelo leitor (constituindo, então, um ponto de partida para o desenvolvimento do artigo). Ademais, na expressão *Deixo meu leitor em companhia desses gigantes, muito melhores do que eu*, é possível identificar a figura denominada *cleuasmo* – aquela em que o orador finge depreciar-se visando fazer-se mais apreciar (REBOUL, 2004).

O autor continua:

A tragédia também me acompanha em todo café da manhã, essa concepção grega de mundo que julgo a mais correta já pensada. Aqui tenho grandes parceiros como o autor da tragédia ática Sófocles (entre outros), o filósofo Nietzsche, o dramaturgo Shakespeare e os escritores contemporâneos Albert Camus e Philip Roth.

Verifica-se que, no início do trecho destacado, o autor constrói uma imagem de si (*ethos*) pessimista, manifestado pela escolha lexical *tragédia e todo café da manhã*. Além disso, pode-se verificar a antecipação do argumento de autoridade em “essa concepção grega de mundo que julgo a mais correta já pensada”. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 351, grifo nosso), afirmam: “Muitas vezes, *antes de invocar uma autoridade*, costuma-se confirmá-la, consolidá-la, dar-lhe a seriedade de um testemunho válido”.

O articulista prossegue, então, invocando as autoridades que compartilham a visão anteriormente defendida e confirmada:

Aqui tenho grandes parceiros como o autor da tragédia ática Sófocles (entre outros), o filósofo Nietzsche, o dramaturgo Shakespeare e os escritores contemporâneos Albert Camus e Philip Roth.

² O artigo que constitui o *corpus* deste trabalho encontra-se no anexo exposto na íntegra.

³ Também denominadas “argumentos”.

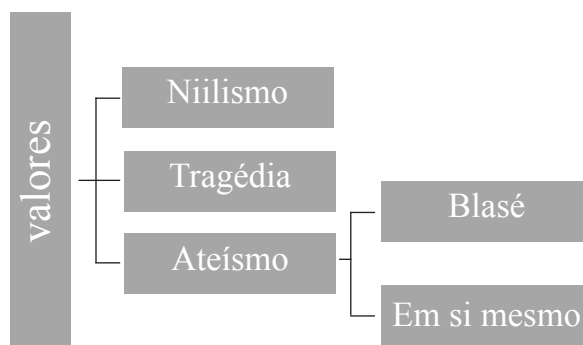
Percebemos, no trecho acima, a menção de autores consagrados que compartilham a mesma visão trágica. A citação de autoridade surge não apenas para fundamentar a tese defendida como também para construir a própria autoridade do autor, como em: *Aqui tenho grandes parceiros* (grifo nosso). Ou seja, ao chamar de *grandes parceiros* os autores supracitados, o autor se inclui nesse grupo de renomados pensadores, sendo assim, ele mesmo se constitui num argumento de autoridade. Nesse caso, o *ethos* adquire uma função argumentativa. Acerca disso, Meyer (2007, p. 35) afirma que “o *éthos* é o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade”.

O orador prossegue:

Ambos, niilismo e tragédia, são visões de mundo que arruinam a vida. Diante deles, ateísmo é para iniciantes. O ateísmo só é aceitável quando blasé e sem associações de ateus militantes. Para niilistas como eu, o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça.

A partir daqui, podemos perceber uma hierarquia dos valores mencionados pelo autor. A princípio, convém elencá-los: niilismo, tragédia e ateísmo (subdividido em *blasé* e *crente em si mesmo*). Acerca da hierarquia de valores, temos as seguintes considerações: “As hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, p. 92).

Podemos, assim, visualizar, por meio de um diagrama, a hierarquia estabelecida pelo orador. Pode-se estabelecer a ordem desses valores mediante os qualificadores atribuídos pelo articulista a cada valor posto na argumentação.



Ademais, no mesmo excerto, o articulista, ao utilizar a expressão “*brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa na cabeça*” para qualificar o ateísmo crente em si mesmo, atribui a esta atitude um caráter infantil. Vejamos a expressão completa: *o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça*. É possível verificar aqui uma expressão metafórica. “A metáfora exprime um argumento condensando-o, tornando-o mais contundente” (REBOUL, 2004, p. XVIII). Além disso, Meyer (1998, p. 117, grifo do autor) afirma que “a metáfora joga com uma identidade máxima [...] proclamando uma semelhança entre dois domínios ou conjuntos disjuntos”. Entre os dois domínios haverá um elo conjuntivo que os unirá; nesse caso, o caráter infantil une os dois comportamentos supracitados.

Dando prosseguimento ao texto:

Nos últimos tempos, tenho me interessado por outra virtude, a confiança, essa, tão difícil quanto a coragem, uma vez tomada a alma pelo niilismo e pela tragédia. É sobre ela que quero falar nesta segunda-feira, dia normalmente difícil, acompanhado do “bode” do domingo e da monotonia do dia a dia que recomeça imerso num sono que nunca descansa, porque sempre atormentado pela dúvida com relação ao amor, à família, ao trabalho e à viabilidade do futuro.

No excerto acima, percebe-se a inclusão de um novo valor (a confiança) e o início de um redirecionamento na ordenação dos valores discutidos ao longo da narração (*Tenho me interessado por outra virtude*). Ainda, o autor faz menção à segunda-feira e procura definir esse dia da semana. Contudo, não se trata de uma habitual definição a que estamos acostumados: temos aqui a figura de escolha⁴ denominada *definição oratória*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 195-196, grifo dos autores) assim definem a figura:

A definição oratória é uma figura da escolha, pois utiliza a estrutura da definição, não para fornecer o sentido de uma palavra, mas para pôr em destaque certos aspectos de uma realidade que correriam o risco de ficar no último plano da consciência.

Os autores prosseguem dizendo que o caso da definição oratória mostra-nos claramente que o caráter anormal de uma estrutura pode possuir um ponto de vista duplo. De um lado, tem-se a *definição oratória* que, embora apresente a estrutura de uma definição, não desempenha o papel desta; de outro, o efeito produzido pela qualificação, ou seja, pela escolha, é produzido em função da *definição oratória*. Sendo assim, este segundo aspecto (funcional) remete-nos à ação sobre o auditório, portanto tal figura é definida como de escolha.

O autor continua.

Ando de saco cheio do niilismo e da tragédia, apesar de continuar experimentando-os todo dia. Em termos morais, a virtude máxima para ambos é a coragem, e o vício mais a mão, a covardia.

Mais uma vez a escolha lexical, agora por meio da expressão *saco cheio*, revela um *ethos* de insatisfação. Tal escolha, quando associada ao termo/valor “niilismo”, confere a este uma conotação negativa, de desaprovação. a

Dando continuidade:

Meu maior pecado como escritor é jamais enganar, jamais querer agradar. Essa é minha forma de prestar respeito a quem me lê semanalmente. O caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de desejo de agradar a quem o lê.

No excerto acima, é possível perceber o diálogo do orador com o auditório. Primeiramente, percebe-se a manifestação do *ethos* de pessimista pela seleção lexical “meu maior pecado” e pela possível despreensão do articulista em querer agradar.

⁴ “Figuras de escolha: um fato é selecionado e contextualizado. O orador, por meio da linguagem figurada [...], encontra uma maneira de qualificá-lo, caracterizá-lo e interpretá-lo, de acordo com seu interesse argumentativo” (FERREIRA, 2010, p. 128).

Na expressão *Essa é minha forma de prestar respeito a quem me lê semanalmente*, o orador constrói sua própria imagem (daquele que não quer agradar) em função da imagem que ele faz do seu auditório (que quer ser respeitado). “O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 23). Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 27), “nenhum orador [...] pode descuidar desse esforço de adaptação ao auditório”. Ainda como o processo de construção da autoimagem, o orador conclui, no excerto em questão, dizendo que *o caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de agradar a quem o lê*. Como o próprio autor afirmou anteriormente que não pretende agradar, ele mesmo conduz ao seguinte raciocínio:

Meu maior pecado como escritor é [...] jamais querer agradar >o caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de agradar a quem o lê; logo = o orador tem caráter.

O orador afirma seu (bom) caráter segundo critérios por ele mesmo estabelecidos. Veja que o *ethos* de caráter adequado foi construído mediante o recurso ao *logos* por meio do silogismo. Tringali (1988) comenta que o silogismo é uma forma de argumentar que, estabelecidas as premissas, seja seguida uma conclusão – que deve ser inevitável. No exemplo analisado, pudemos observar o silogismo dialético.⁵

O articulista continua sua argumentação trazendo um dos valores discutidos no artigo: o amor.

O amor [...] é personagem central da obra do dinamarquês Soren Kierkegaard “As Obras do Amor” [...]. Esse livro é o texto mais belo que conheço sobre o amor na filosofia ocidental. Segundo nosso existencialista, o amor tudo crê, mas nunca se ilude porque, assim como a desconfiança e o ceticismo, o amor sabe que o conhecimento não é capaz de nada além do que fundamentar o niilismo, o ceticismo e o desespero.

Kierkegaard é mencionado por meio de seu livro *As obras do amor*. Temos o argumento de autoridade tanto pela citação do livro como através da menção de seu autor – o filósofo e teólogo dinamarquês do século XIX Soren Kierkegaard. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), as autoridades invocadas podem ser muito variáveis: ora será “o parecer unânime”; ora serão determinadas categorias de homens: “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas nominalmente. E, mais uma vez, é possível perceber que o articulista não somente invoca a autoridade (o livro *As obras do amor*) como também a qualifica positivamente a fim de ratificar o seu argumento: *Esse livro é o texto mais belo que conheço sobre o amor na filosofia ocidental*.

Prosseguindo, podemos verificar a presença da figura *enálage* por meio da transformação de um “eu” que até então estava se manifestando no processo argumentativo, para um “nosso”, vejamos: *Segundo nosso existencialista...* A figura identificada é um artifício retórico que une uma figura de presença com a figura de comunhão, uma vez que

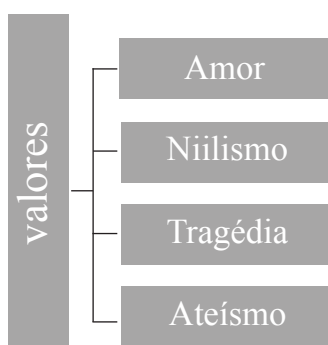
⁵ Trata-se do raciocínio oriundo de premissas prováveis, ou seja, reconhecidas pela maioria do comum dos homens. A conclusão, diferentemente do silogismo apodítico, é provável, dialético. Tanto as premissas quanto a conclusão são objeto de opinião – não a verdade do raciocínio científico, mas a verossimilhança que concorda com a crença mais comum.

busca a integração com o auditório (FERREIRA, 2010). Além da *enálage*, outra figura identificada no fragmento em análise foi a *personificação* como em: *o amor tudo crê, mas nunca se ilude [...], o amor sabe que o conhecimento não é capaz de nada...* Fiorin (2014), ao se referir à *personificação*, afirma tratar-se de uma “impropriedade” semântica, pois são atribuídas virtudes e ações humanas a entes abstratos ou concretos não humanos. Nesse tropo, com o objetivo de intensificar o sentido, há um alargamento do alcance semântico dos termos designativos. Então, nós temos um *amor que tudo crê*, que *nunca se ilude* e um *amor que sabe...* “Crer”, “iludir” e “saber” são ações verbais executadas por seres humanos; aqui, são atribuídas a uma virtude abstrata com objetivo de ampliar o sentido.

O articulista continua, então, sua argumentação:

O amor é um afeto moral, não um ato da razão. A razão não justifica a vida. O amor é uma escolha de investimento na vida, uma atitude, mesmo que a razão prove a falta de sentido último de tudo.

Vimos, anteriormente, um diagrama representando a hierarquia de valores estabelecida pelo autor. Nele, pudemos perceber, na ordem decrescente, os seguintes valores hierarquizados: niilismo, tragédia e ateísmo (subdividido em *blasé* e *crente em si mesmo*). A partir desse ponto do texto, verificamos a inserção de um novo valor (o amor) e a (re) hierarquização dos valores, vejamos:



O autor, então, conclui.

Ingênuos são os niilistas e céticos que consideram a desconfiança um ato livre da vontade. A desconfiança é uma escravidão. A aposta na vida é que mostra o caráter maduro de mulheres e homens. Boa semana.

Na peroração, os valores ainda são trazidos e evidenciados por meio dos qualificadores: niilistas e céticos são *ingênuos*; a desconfiança é uma *escravidão* e, a aposta na vida, ou seja, a confiança, é *que mostra o caráter maduro de mulheres e homens*. A (re) hierarquização dos valores esteve presente durante todo o processo argumentativo. Vale lembrar que o que importa num processo argumentativo não são os valores em si e sim em como tais valores são hierarquizados pelo orador. Mesmo que o colunista seja pessoalmente adepto ao niilismo e à tragédia, nesse artigo, especificamente, foi demonstrado (por meio da hierarquia de valores e do *ethos*) que, pelo contrário, a confiança (e o amor) é que demonstram o caráter de homens e mulheres.

Além disso, é possível perceber o apelo ao *pathos* nessa fase final do artigo. Uma vez que, nessa etapa, são resumidos os pontos mais importantes do discurso com a finalidade de reavivar a memória dos ouvintes e *causar influência pela emoção* (DAYOUB, 2004, grifo nosso).

Considerações finais

Vimos, no início deste artigo, que as provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) visam à fundamentação da opinião do orador. Ele as articula visando ao convencimento do auditório e à adesão das ideias apresentadas. Por meio da análise, foi possível perceber que as provas não são utilizadas isoladamente. Antes, elas atuam conjuntamente e cooperam, mutuamente, para a condução argumentativa.

O presente artigo objetivou averiguar a atuação do *ethos* como estratégia argumentativa no artigo de opinião – gênero eminentemente retórico. Contudo, percebemos que, tal estratégia, ou seja, a construção da imagem de si realizada pelo articulista com vistas à persuasão, somente foi possível graças ao recurso ao *logos*. Vale lembrar que o *ethos* retórico é manifestado no discurso mediante as escolhas linguísticas feitas pelo orador (EGGS, 2005). Sendo assim, o que importa não é o caráter empírico do autor e sim a imagem que ele constrói por meio do discurso. Pode-se confirmar essa afirmação pelo fato de que, embora o articulista seja pessoalmente adepto ao niilismo, no artigo analisado, o posicionamento do orador não foi favorável a este valor e sim a um valor contrário (que pressupõe certo otimismo): a confiança. Vejamos agora como se deu a relação entre as escolhas linguísticas e a constituição do *ethos* do orador.

O ***ethos de pessimista*** foi manifestado pelas escolhas lexicais *tragédia* e *todo café da manhã*; o ***ethos de autoridade*** foi construído pela citação de autoridade, ou seja, ao trazer ao texto filósofos renomados e incluir-se nesse grupo (ao chamá-los de *grandes parceiros*), o orador constituiu-se num argumento de autoridade – num *ethos* de autoridade; o ***ethos de insatisfação*** se deu, também, pela escolha lexical *saco cheio*; finalmente, verificamos o ***ethos de caráter adequado*** por meio do silogismo dialético: *Meu maior pecado como escritor é [...] jamais querer agradar > o caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de agradar a quem o lê; logo = o orador tem caráter.*

Todas essas construções foram articuladas pelo autor com o objetivo de construir uma imagem de si coerentes com os propósitos da argumentação. De forma predominante, foi possível verificar a presença do *ethos* (nas manifestações acima elencadas) como prova orientada à persuasão. Além disso, o *logos* atuou como coadjuvante nesse processo de construção da autoimagem realizada pelo orador.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- DAYOUB, K. M. *A ordem das ideias: palavra, imagem, persuasão: a retórica*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- EGGS, E. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Linguagem e Ensino).
- FIORIN, J. L. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MEYER, M. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*, Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. *A retórica*. Tradução de Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007. (Série Essencial).
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLANTIN, C. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TRINGALI, D. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*, São Paulo: Duas Cidades, 1988.

ANEXO: “Para além do niilismo” – (06/05/2013)

O leitor sabe que meu pecado espiritual é o niilismo. Enfrento-o dia a dia como qualquer moléstia incurável. O tema já foi tratado por gênios como Nietzsche, Turguêniev, Dostoiévski, Cioran. Deixo meu leitor em companhia desses gigantes, muito melhores do que eu.

A tragédia também me acompanha em todo café da manhã, essa concepção grega de mundo que julgo a mais correta já pensada. Aqui tenho grandes parceiros como o autor da tragédia ática Sófocles (entre outros), o filósofo Nietzsche, o dramaturgo Shakespeare e os escritores contemporâneos Albert Camus e Philip Roth.

Ambos, niilismo e tragédia, são visões de mundo que arruinam a vida. Diante deles, ateísmo é para iniciantes. O ateísmo só é aceitável quando blasé e sem associações de ateus militantes. Para niilistas como eu, o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça.

Ando de saco cheio do niilismo e da tragédia, apesar de continuar experimentando-os todo dia. Em termos morais, a virtude máxima para ambos é a coragem, e o vício mais a mão, a covardia.

Nos últimos tempos, tenho me interessado por outra virtude, a confiança, essa, tão difícil quanto a coragem, uma vez tomada a alma pelo niilismo e pela tragédia. É sobre ela que quero falar nesta segunda-feira, dia normalmente difícil, acompanhado do “bode” do domingo e da monotonia do dia a dia que recomeça imerso num sono que nunca descansa, porque sempre atormentado pela dúvida com relação ao amor, à família, ao trabalho e à viabilidade do futuro.

Meu maior pecado como escritor é jamais enganar, jamais querer agradar. Essa é minha forma de prestar respeito a quem me lê semanalmente. O caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de desejo de agradar a quem o lê.

Amar cães e confiar neles é mais fácil do que amar seres humanos e confiar neles. Por isso, num mundo atormentado pela dúvida niilista, ainda que em constante denegação dela, tanta gente se lança à defesa melosa de cães e gatos e exige carne de frangos felizes na hora de comer em restaurantes ridículos.

Quero propor a você duas obras. Um filme e um livro que julgo entre os maiores exemplos da arte a serviço da confiança na vida.

O filme “As Damas do Bois de Boulogne”, do cineasta francês Robert Bresson, de 1945, é uma pérola sobre a confiança na vida e nos laços afetivos. Bresson é um cineasta muito marcado pelo pensamento do escritor George Bernanos, grande anatomista da alma e especialista em nossa natureza vaidosa, mentirosa e, por isso mesmo, desesperada. Coisa para gente grande, rara hoje em dia, neste mundo governado por adultos infantis.

O filme trata da vingança de uma mulher belíssima contra seu ex-amante (que a abandonou), um homem frívolo e covarde por temperamento. Essa vingança se constitui na aposta de que ele e a mulher que ela “contrata” para sua vingança agirão do modo esperado. Sua intenção é fazer com que seu ex-amante se apaixone por essa mulher “contratada”, uma prostituta.

O homem é mantido na ignorância da vida pregressa de sua noiva até depois do casamento. O que a mulher abandonada não contava é que a prostituta se apaixonasse pelo covarde, levando-o a transformação inesperada de caráter.

O amor também é personagem central da obra do dinamarquês Soren Kierkegaard “As Obras do Amor”, da Vozes. Esse livro é o texto mais belo que conheço sobre o amor na filosofia ocidental.

Segundo nosso existencialista, o amor tudo crê, mas nunca se ilude porque, assim como a desconfiança e o ceticismo, o amor sabe que o conhecimento não é capaz de nada além do que fundamentar o niilismo, o ceticismo e o desespero.

O amor é um afeto moral, não um ato da razão. A razão não justifica a vida. O amor é uma escolha de investimento na vida, uma atitude, mesmo que a razão prove a falta de sentido último de tudo.

Ingênuos são os niilistas e céticos que consideram a desconfiança um ato livre da vontade. A desconfiança é uma escravidão. A aposta na vida é que mostra o caráter maduro de mulheres e homens. Boa semana.

Uma mulher à beira de um ataque de nervos: artifícios retóricos na construção de um tipo risível

(A woman on the verge of a nervous breakdown:
rhetorical devices in building a laughable type)

Luana Ferraz¹

¹Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

luferraz22@hotmail.com

Abstract: In this paper, we observe how the different rhetorical expedients are articulated in building the speaker's image of the skit "A encalhada", one of the nine scenes that make up the show *Cócegas* (2004), written and performed by Heloisa Périssé and Ingrid Guimarães. To that end, we primarily use the theoretical assumptions of the Ancient Rhetoric (ARISTÓTELES, 2005), of the New Rhetoric (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996; MEYER, 2007) and of the Discourse Analysis (MAINGUENEAU, 2008). After the analysis of verbal and non-verbal components of this skit, we can see that some recurring expression techniques, such as dysphemism, repetition and allusion, contribute to the constitution of the laughable personality of the protagonist in "A encalhada".

Keywords: rhetoric; *ethos*; humor; skit.

Resumo: Neste trabalho, buscamos observar como os diferentes expedientes retóricos são articulados na construção da imagem da oradora do quadro "A encalhada", um dos nove esquetes que compõem a comédia *Cócegas* (2004), escrita e interpretada por Heloisa Périssé e Ingrid Guimarães. Para tanto, baseamo-nos prioritariamente nos pressupostos teóricos da Retórica Antiga (ARISTÓTELES, 2005), da Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996; MEYER, 2007) e da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2008). Após a análise dos componentes verbais e não verbais do esquete, constatamos que a recorrência de algumas técnicas no plano da expressão, como o disfemismo, a repetição e a alusão, contribui para a constituição do caráter risível da protagonista em "A encalhada".

Palavras-chave: retórica; *ethos*; humor; esquete.

Introdução

O contato com o outro é sempre delicado e pouco previsível. A interação social exige, no entanto, que nos esforcemos no sentido de diminuir a distância que nos separa do nosso próximo, estabelecendo acordos. Sendo assim, compete-nos, como oradores, utilizar estratégias que nos permitam angariar a adesão de nossos interlocutores. Grande parte dos artifícios retóricos utilizados para esse fim opera na construção de um bom *ethos*, isto é, de uma imagem ajustada à situação de interação e aos anseios dos interlocutores. A construção de imagens adequadas, por sua vez, incita os afetos do auditório (*pathos*), contribuindo de forma decisiva para a persuasão.

No que concerne especificamente ao discurso humorístico, esse arranjo retórico visa a garantir a adesão intelectual e afetiva do auditório, concretizada no riso. Buscamos, pois, neste artigo, observar como diferentes artifícios retóricos (verbais e não verbais) se articulam na construção da imagem risível da oradora no quadro "A encalhada", um dos nove esquetes que compõem a comédia *Cócegas* (2004), de Heloisa Périssé e Ingrid

Guimarães. Para isso, valemo-nos, prioritariamente, dos pressupostos teóricos da Retórica Antiga, das neoretóricas e da Análise do Discurso.

O esquete em questão foi selecionado a partir do DVD *Cócegas*, produzido pela EMI Music Brasil, o qual constitui um registro dos espetáculos gravados no Tom Brasil Nações Unidas, em São Paulo, nos dias 10 e 11 de abril de 2004. Feita a seleção do *corpus*, procedemos à análise dos componentes verbais e não verbais da cena cômica, destacando excertos que evidenciam a constituição do *ethos* da protagonista, tendo em conta seu natural imbricamento, no discurso, com o *logos* e o *pathos*.

Organizamos, pois, o trabalho da seguinte maneira: em um primeiro momento, discutimos questões relacionadas ao *ethos*; em seguida, fazemos algumas considerações a respeito da peça *Cócegas* e do monólogo “A encalhada”, nosso objeto de estudo; e, finalmente, apresentamos a análise do *ethos* da oradora, protagonista do esquete.

De Aristóteles a nós: a noção de *ethos*

Este tópico tem como propósito discutir a construção da imagem de si pelo orador. Não minudenciamos, entretanto, as diversas perspectivas retóricas, discursivas e pragmáticas que, ao longo da história, acrescentaram contribuições ao debate sobre o conceito de *ethos*. Tendo em vista tão somente a concretização dos objetivos de nossa análise, partimos da noção aristotélica e chegamos, quase sem escalas, às principais questões levantadas pelas abordagens neoretóricas contemporâneas e pelas contribuições da Análise do Discurso que nelas se imiscuem. Dito isso, sigamos até a Antiguidade.

Decerto, a força persuasiva do caráter do orador já era conhecida na Grécia, o berço da retórica. Em solo heleno, a vida pública de quem pretendia tomar a palavra exercia grande influência na adesão dos ouvintes, o que tornava a reputação do orador um assunto sempre presente nas pautas de retores e filósofos, mesmo que de forma mais ou menos implícita, como no discurso antirretórico de Platão e na *retórica honesta* de Isócrates (MOZDZENSKI, 2012).

Coube, no entanto, a Aristóteles a tarefa de teorizar sobre o aspecto discursivo do caráter e dos costumes. Na contramão de seus predecessores, o filósofo elevou a imagem do orador (*ethos*) à condição de prova retórica, concebendo-o como um dado intradiscursivo, dissociado de uma moral prévia. Eis a clássica passagem em que o filósofo aborda esse tema:

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar. Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão. (ARISTÓTELES, 2005, p. 96)

Como podemos ver, o fato de considerar o *ethos* uma construção discursiva não impede Aristóteles de continuar a atribuí-lo um sentido moral. Eggs (2005) adverte-nos, entretanto, que em algumas passagens da Retórica, o conceito de *ethos* aparece vinculado a um campo semântico mais ‘neutro’.

O sentido moral, fundado na *epieikeia*, está relacionado às virtudes do orador, como a honestidade, a benevolência e a equidade. O sentido neutro ou “objetivo”, por outro lado, liga-se à *héxis*, ou seja, aos hábitos, modos e costumes de um determinado “tipo social” (EGGS, 2005, p. 30). De acordo com o pesquisador alemão, as duas perspectivas, aparentemente opostas, aparecem imbricadas no processo argumentativo: o orador se mostra convincente quando é capaz de utilizar-se de uma expressão que revele honestidade e que seja, simultaneamente, adequada ao seu tipo social.

O texto aristotélico detalha ainda três qualidades que tornam persuasivos os oradores, sejam elas, a *phrónesis* (prudência), a *areté* (virtude) e a *eúnoia* (benevolência). A *phrónesis* é uma qualidade relacionada ao *logos*. Indica que o orador é competente, sensato; logo, que ele é capaz de argumentar de modo razoável. A *areté* liga-se à honestidade. O orador que se utiliza desse atributo garante uma aparência sincera e autêntica. Trata-se, pois, de uma disposição típica do *ethos*. A *eúnoia* “pertence ao *pathos*” (EGGS, 2005, p. 33). Vale-se dessa qualidade o orador que se mostra bem-intencionado, revelando uma “simpatia ativa” (EGGS, 2005, p. 33) para com o ouvinte.

Segundo Aristóteles (2005, p. 160, grifo nosso), “forçoso é [...] que aquele que *aparenta* possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que ouvem”. Observemos essa expressão: “aquele que *aparenta*”. Não importa, nesse caso, que as qualidades do orador sejam *reais*, tampouco que sejam explicitamente afirmadas no discurso. Fundamental é que o orador consiga *mostrar-se* digno e agradável por suas escolhas discursivas e pela forma como as representa diante do auditório.

Embora influenciados pelas reflexões aristotélicas, os latinos concederam novo ânimo às discussões sobre o *ethos* extradiscursivo, assegurado pela autoridade individual e institucional do orador, isto é, pela reputação de sua família, por seu estatuto social ou pelo que se sabe de seu modo de vida (AMOSSY, 2005a). Cícero (2002), por exemplo, deixa claro que a excelência do discurso depende da habilidade verbal do orador tanto quanto de suas faculdades morais. Na opinião desse autor, as convicções íntimas do orador deveriam corresponder a determinadas manifestações físicas (expressões faciais, gestos, tom e intensidade de voz). O *ethos* encenado pelo corpo funcionaria, pois, como testemunho de uma emoção genuína e de uma adesão sincera aos valores professados.

Quintiliano, por sua vez, retoma a noção de *ethos* como “tipo social” (EGGS, 2005). Nas suas *Instituições oratórias* (1836, p. 279), o professor explica que o orador pode “imitar” caracteres de acordo com as suas finalidades, “representando”, assim, diferentes papéis no discurso – camponês, supersticioso, avaro, tímido, etc. Esses caracteres, utilizados pelo orador como meio de persuasão, constituiriam, portanto, afetos éticos.

Com o crescente desprestígio da retórica a partir da Idade Média, os estudos sobre o *ethos* permaneceram adormecidos. Contam-se ao longo desse período e durante toda a Idade Moderna algumas poucas tentativas de compreender a noção – dentre estas,

a de Santo Agostinho e a do retórico humanista Thomas Wilson, as quais, segundo Sloane (2001¹, apud MOZDZENSKI, 2012), se limitaram a reproduzir a tradição latina.

Ainda que o movimento de retomada dos preceitos aristotélicos tenha se iniciado décadas antes, o interesse pelo estudo do *ethos* volta a ganhar vigor apenas na década de 1980. A partir desse momento, autores de várias correntes teóricas – tais como a Semântica, a Pragmática, a Escola Americana da Nova Retórica, a Análise do Discurso e a Teoria da Argumentação – passaram a investir esforços na compreensão da noção de *ethos*, o que acabou resultando em uma produção teórica tão volumosa quanto profícua acerca do tema. De todas essas abordagens do fenômeno interessam-nos mais de perto as que seguem a linha do pensamento aristotélico, chamadas neoretóricas.

Vimos, no início deste item, que o conceito de *ethos* formulado por Aristóteles (2005) correspondia exclusivamente à instância subjetiva do orador, isto é, à elaboração de uma autoimagem confiável. Ao ser resgatado pela Nova Retórica, no entanto, o conceito aristotélico sofre uma ampliação – sob essa ótica, a dimensão ética inclui não apenas a construção discursiva que o orador faz de sua própria imagem, mas também a representação que ele constrói acerca de seu auditório (FERREIRA, 2010).

Os neoretóricos entendem que o orador deve adaptar-se ao auditório, construindo, discursivamente, uma imagem que revele as características valorizadas pelo grupo de ouvintes em questão (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Trata-se, assim, de um processo que se assemelha à ideia do *jogo especular* proposto por Pêcheux (1997): o orador experimenta o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar, tentando antecipar o que o outro espera do discurso.

O *ethos* é, pois, constituído pelas escolhas linguísticas e estilísticas, pelas competências enciclopédicas e pelas crenças que, mesmo implicitamente, conformam o *logos* (discurso) do orador (AMOSSY, 2005a; EGGS, 2005). Mas não é só isso. Como já fora observado pelos antigos, o *ethos* não está associado apenas à fala, mas também ao que é *mostrado* pelos elementos que são exteriores a ela. Em outras palavras, a dimensão ética mobiliza

[...] tudo o que na enunciação discursiva, contribui para destinar a imagem do orador a um dado auditório. Tom de voz, fluxo da fala, escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, olhar, postura, aparência, etc., todos os signos, de elocução e de oratória, indumentários ou simbólicos, pelos quais o orador dá de si mesmo uma imagem psicológica e sociológica. (DECLERCQ, 1992², apud MAINGUENEAU, 2008, p. 14)

Partindo dessa perspectiva, Maingueneau (2008) desenvolve, no âmbito da Análise do Discurso Francesa, sua própria concepção de *ethos*, a qual recobre, além da dimensão verbal, um caráter e uma corporalidade. O caráter do orador (fiador) corresponde ao conjunto de suas determinações psíquicas, ao passo que sua corporalidade está associada à sua constituição física e ao seu vestuário. Indo mais além, Maingueneau (2008, p. 18) observa que o *ethos* diz respeito a um modo de “mover-se no espaço social”, isto é, a um comportamento, que pode ser positivamente ou negativamente avaliado pelo interlocutor.

¹ SLOANE, T. O. *Encyclopedia of rhetoric*. New York: Oxford University Press, 2001.

² DECLERCQ, G. *L'art d'argumenter: structures rhétoriques et littéraires*. Paris: Editions Universitaires, 1992.

O autor apresenta, desse modo, uma relação possível entre a construção da imagem do fiador e a atividade de estereotipagem.³ De acordo com o analista francês, os destinatários do discurso se baseiam em representações sociais cristalizadas para associar os comportamentos verbais e não verbais do orador a um determinado mundo ético. Temos, assim, por exemplo, o mundo ético das estrelas de cinema, dos velhos sábios, das moças românticas, etc., cada um dos quais caracterizado por um certo número de situações e comportamentos estereotípicos (MAINGUENEAU, 2008). Essas representações, fortemente assentadas na *doxa*, constituem importantes pontos de apoio para a argumentação, sobretudo nos discursos mais *afetivos*, dirigidos a um auditório pouco especializado.

Retornamos, por fim, à Nova Retórica com intuito de destacar algumas das considerações de Meyer (2007) sobre a dimensão ética. Antes de qualquer coisa, é importante dizer que a abordagem neorretórica de Meyer apresenta feições bastante particulares, uma vez que se baseia no que ele próprio denomina problematologia ou teoria da problematidade. Para o autor (2007), a linguagem se organiza na relação pergunta-resposta: todas as frases da língua constituem, assim, respostas que remetem a questões implícitas. À retórica, cabe negociar a distância intersubjetiva estabelecida pelas questões problemáticas.

No interior dessa teoria, Meyer (2007) desenvolve as noções de *ethos* projetivo (imaneente) e *ethos* efetivo. O *ethos* projetivo corresponde à imagem que o auditório projeta do orador. Trata-se, portanto, da avaliação que o auditório faz do orador e de sua produção discursiva. O *ethos* efetivo, por sua vez, diz respeito à “ação real” (MEYER, 2007, p. 52) do orador, a como ele se porta discursivamente a partir da imagem que produz do auditório.

Considerando as observações feitas até agora, procederemos a uma análise do esquete “A encalhada”, buscando destacar como o arranjo particular do *logos* (uso de figuras e de construções argumentativas) e os diferentes expedientes performáticos (prosódicos e cinésicos) atuam na construção do *ethos* da oradora risível. Antes, contudo, nos convém fornecer algumas informações sobre o esquete “A encalhada” e sobre a peça *Cócegas*, da qual ele foi extraído.

Sobre o corpus

O esquete “A encalhada”, que constitui o objeto de análise deste artigo, é um dos nove quadros (“Professora de ginástica”, “Modelo anoréxica”, “Miss Mossoró”, “Cachorras”, “Maricson”, “A encalhada”, “Adolescente”, “Perua de Deus” e “Pinto e Pinguim”) que compõem a comédia *Cócegas*, escrita e interpretada por Heloísa Périssé e Ingrid Guimarães.⁴ Os textos das duas atrizes, ainda pouco conhecidas à época da estreia do espetáculo, apresentam mulheres do cotidiano submetidas aos percalços da vida contemporânea: a professora de ginástica multitarefas; a modelo anoréxica; as “cachorras”

³ A aproximação entre as noções de *ethos* e de estereótipo é comum em trabalhos que buscam articular a teoria da argumentação à análise do discurso. Bons exemplos disso são as análises dos discursos do político Jean-Marie Le Pen e do escritor Jean Giono, empreendidas por Amossy (2005b).

⁴ As informações sobre a peça *Cócegas* foram compiladas a partir de consultas ao material extra disponível no DVD *Cócegas* (EMI, 2004) e a matérias de divulgação e entrevistas das atrizes veiculadas pela *internet*, tais como <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/03/614828-teatro++cocegas++vale+a+pena+rir+de+novo.html>, <<http://dandonota.com/2008/10/20/cocegas/>> e <<http://www.bemparana.com.br/noticia/157142/sucesso-de-publico-cocegas-volta-a-curitiba>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

que procuram homens na boate; a bispa evangélica; a adolescente que reclama da mãe e fofoca com as amigas; a mulher maníaca e encalhada; as atrizes frustradas que fazem figuração em programas infantis.

A temática *feminina* e a pouca notoriedade das protagonistas não constituiu um empecilho para o sucesso da peça. O espetáculo, dirigido por cinco profissionais com trajetórias reconhecidas no universo do humor, a saber, Aloísio de Abreu, Sura Berditchevsky, Luiz Carlos Tourinho, Marcelo Saback e Régis Faria, estreou despretensiosamente em 2001, no pequeno Teatro Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, com previsão de uma curta temporada. Para a surpresa de todos os envolvidos na produção, *Cócegas* permaneceu em cartaz durante dez anos. Ao longo desse período, a peça foi apresentada em quase todas as capitais brasileiras e em Portugal, levando às bilheterias cerca de cinco milhões de espectadores.

“A encalhada” não é, contudo, o quadro mais famoso de *Cócegas*. Certamente, em uma disputa entre as protagonistas dos esquetes, o topo do pódio no quesito popularidade seria ocupado pela modelo Leandra Borges ou pela adolescente Tati, personagens que ganharam a TV, com passagens no humorístico *Escolinha do Professor Raimundo* e na atração dominical *Fantástico*, ambos da Rede Globo.

De fato, o humor histriônico do quadro “A encalhada” – como, aliás, todos os tipos de humor – não agrada a todos. Contudo, o esquete, que conta a história da mulher que decide procurar na terapia de grupo uma ajuda para superar seus fracassos amorosos, reúne os admiradores de um humor supostamente mais caricatural e físico, os quais chegam a qualificá-lo como “o melhor”, “sensacional” e “muito engraçado”.⁵ Entendemos que o sucesso ou o fracasso do processo argumentativo no monólogo “A encalhada” estão em grande parte relacionados à construção do caráter risível da oradora – procedimento já tornado clássico na produção dramática do humor. Sendo assim, dedicamos nosso próximo tópico uma discussão sobre a construção do *ethos* de Dal, protagonista do quadro em questão.

A encalhada: a constituição de um tipo risível

Tom Brasil Nações Unidas, São Paulo, abril de 2004. Casa lotada. Aos 55 minutos, a iluminação se volta para a extremidade direita do pequeno espaço que separa o palco da plateia. O foco de luz circular busca a mulher que entra em cena lentamente. Tem início o sexto dos nove esquetes que compõem o espetáculo *Cócegas* (2004), de Ingrid Guimarães e Heloísa Périssé.

Para quem assiste ao DVD da peça anos depois – como nós – não há muito que *descobrir* – a edição nos informa o título do esquete, e com ele, a identidade da personagem: “a encalhada”. O público que, naquela noite, vê o espetáculo pela primeira vez, tem, ao contrário, de *reunir as pistas* físicas e psicológicas que ajudam a construir a imagem da mulher sob o foco luminoso.

⁵ Alguns comentários sobre o esquete podem ser conferidos na plataforma *Youtube* a partir dos seguintes links: <<http://www.youtube.com/watch?v=bXdcbztsGyw>>, <<http://www.youtube.com/watch?v=x4nSsFsZZ7M>> e <<http://www.youtube.com/watch?v=A-O6yHHoHSg>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

A personagem, interpretada por Ingrid Guimarães, caminha em frente à primeira fileira; observa a plateia; sorri e acena discretamente, cumprimentando um espectador. Sobe a escada. O foco circular a acompanha. Em poucos segundos está no palco. Retira os sapatos. Põe a bolsa no chão. Senta-se no topo da escada. Tem os joelhos unidos, as mãos sobre as coxas. Ajeita a bolsa que está caída sobre os sapatos. Coloca-a de pé.

Durante a caminhada, e até agora, ouvem-se vozes ao fundo. As personagens ocultas discutem sobre seus comportamentos, sobre seus relacionamentos pessoais e sobre as dificuldades que neles enfrentam. A personagem em cena, com uma expressão séria e ligeiramente angustiada, apenas ouve.

Nada há de gratuito nessa entrada. A iluminação focal, que limita o espaço da representação, dirige as atenções da audiência para o que realmente importa – nesse caso, o corpo da personagem. É o corpo – e tudo o que a ele se associa (movimentos, expressões, figurino) – que dá ao auditório as primeiras informações sobre a personagem silenciosa; é ele que capta a atenção e que desperta a curiosidade da plateia.

A mulher, que ainda não pronunciou sequer uma palavra, tem uma “presença” mediada por um corpo singular (ROUBINE, 1990, p. 44). Os gestos contidos, o zelo na organização dos objetos (os sapatos e a bolsa são cuidadosamente colocados lado a lado no palco) e o figurino ‘combinadinho’ (casaco lilás com estampa de poá branco, bolsa branca com estampa de poá lilás, saia lilás e sapatos brancos) revelam um caráter metódico, um primeiro traço do *ethos* (Figura 1).

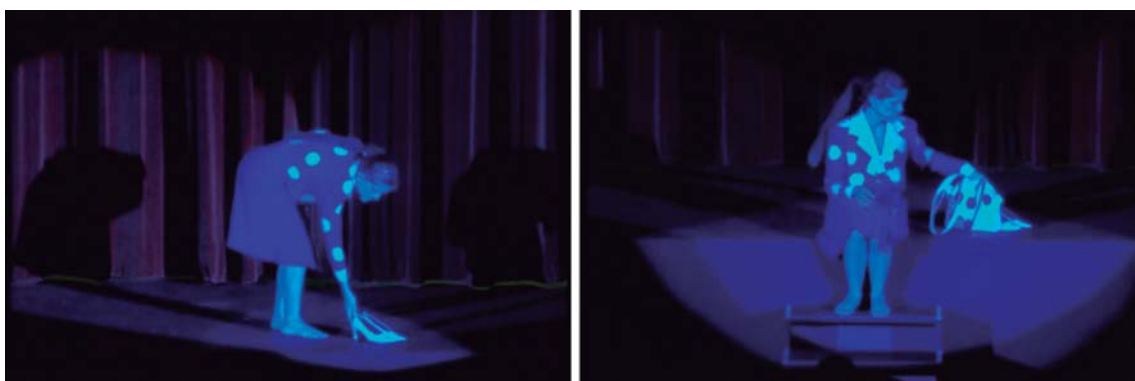


Figura 1. Stills do esquete “A encalhada” (Cócegas, 2004) – Figurino

Algo de estranho ou exagerado se insinua nas roupas da personagem. Nada incomum ao gênero esquete – representação breve que normalmente exige personagens fortemente caracterizados –; tampouco incomum à comédia, que frequentemente recorre ao exagero e à estranheza para representar os homens “piores [...] do que são na realidade” (ARISTÓTELES, 2007, p. 27).

Propp (1992) observa que o uso de um vestuário singular ou extravagante constitui um recurso para a produção da comicidade e afirma que pode se tornar cômica “qualquer roupa [...] que destaque o homem de seu meio” (p. 63). Podemos, assim, aventar que o figurino do esquete em questão cumpre a função prevista por Roubine (1990, p. 51): funciona como um “trampolim”, que prolonga o corpo da atriz, projetando a personagem cômica.

Logo em seguida, vemos unir-se ao corpo, relevado pelos recursos cênicos do esquete, um discurso, que não apenas provoca o riso, mas também dá aos espectadores

novas pistas sobre o caráter da oradora. Convém-nos, portanto, apontar alguns elementos recorrentes no plano da expressão. Neste trabalho, optamos por destacar as figuras retóricas mais utilizadas pela personagem. A primeira delas é o disfemismo.

De acordo com Pérez (2012, p. 49, tradução nossa), o disfemismo tem sido tradicionalmente considerado como “uma palavra ou expressão malsonante que faz referência aos aspectos menos agradáveis da realidade que designa”. Visto assim, rapidamente, o conceito parece simples. Na verdade, não é. O mesmo autor faz questão de acentuar que o disfemismo não se limita àquelas palavras que podem ser consideradas mais ou menos desagradáveis pelos interlocutores. Para Pérez (2012, p. 49), o âmbito do fenômeno se estende a toda atuação que possa ser compreendida como “politicamente incorreta”.

Decerto, uma noção tão abrangente poderia ser observada a partir de diferentes ângulos. Pérez (2012) mesmo o prova ao examinar o disfemismo como fenômeno de motivação semântica, processo de substituição léxica, variedade diastrática, fenômeno pragmático e variedade estilística. Não trataremos em pormenores dessas abordagens. Contudo, não podemos negar que o fenômeno nos interessa em pelo menos três dessas perspectivas: semântica; pragmática; e estilística. Vejamos um exemplo retirado de nosso *corpus*:

- (1) toda vez que nasce filho de amiga minha... elas me chamam pra ser ma**DRI::NHA::** ((chora de forma estridente)) ...a próxima vez que alguém me chamar pra ser madrinha... eu não sei... eu acho que eu vou mandar **tomar no CU::** ((chora de forma estridente)).

Nesse excerto, vemos que a postura *politicamente incorreta* da personagem possui uma motivação pragmática: Dal expressa o desejo de ofender um interlocutor imaginário (a próxima amiga que a chame para ser madrinha). O desejo agressivo é, segundo Montero Cartelle (1981⁶, apud PÉREZ, 2012), um dos motivos comuns para a aparição do disfemismo, é ele que, nesse caso, justifica a escolha da expressão “mandar tomar no cu”.

“Mandar tomar no cu” é um idiomatismo que funciona como uma versão mais ofensiva do também idiomático “mandar se danar”. É uma expressão utilizada pelo falante para dar vazão aos seus sentimentos em ocasiões de intenso desagrado: manda-se tomar no cu quando não se suporta mais uma situação, uma pessoa ou seus atos (OLIVEIRA, 2014). Trata-se, portanto, de um insulto.

Mas por que “mandar tomar no cu” é mais expressivo e mais ofensivo do que um simples “mandar se danar”, e por que provoca o riso? Ora, por causa do “cu”. Poderíamos dizer que a expressão “tomar no cu” remete à prática do sexo anal, modalidade ainda estigmatizada em nossa sociedade, seja como prática heterossexual ou homossexual, e que, por isso, é ofensiva, disfêmica. Não estaríamos mentindo. Todavia, o caso vai além.

De acordo com Preti (1984), as normas da ‘boa sociedade’ vedam o uso de quaisquer termos que façam referência a fenômenos fisiológicos e sexuais. Nesse caso, a palavra ânus seria, ela mesma, um tabu. Substituí-la por um termo chulo (“cu”) significa transgredir, de forma ainda mais intensa, o interdito social. Transgredir, violar as normas

⁶ MONTERO CARTELLE, E. *El eufemismo en Galicia (Su comparación con otras áreas romances)*. Verba. Anuario Galego de Filoloxía. Anexo 17. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1981.

sociais: eis uma das formas mais básicas de gerar o riso (cf. TRAVAGLIA, 1992). O disfemismo constitui, portanto, para o esquete em questão, uma opção estilística com finalidade burlesca, uma figura da escolha, segundo a denominação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

É válido ainda observar que o orador busca intensificar o efeito causado pela escolha da expressão disfêmica com o uso de recursos prosódicos e gestuais. Note-se, quanto à prosódia, que a ênfase e o alongamento da sílaba final em “eu acho que eu vou mandar **tomar no CU:::**” intensificam o sentido negativo da expressão, conferindo destaque ao seu elemento mais impolido (cf. BOLLELA, 2006).

Vemos também que a expressão disfêmica é acompanhada e amplificada por seu correspondente gestual: dedo médio estendido, indicador e anelar abaixados, imitando um pênis ereto (Figura 2). Conley (2010) afirma que o dedo médio estendido é uma metáfora visual para a potência sexual, há muito utilizada para expressar desdém – segundo o autor, Tácito registra na Antiguidade o *infamis digitus*, gesto feito pelos combatentes das tribos germânicas diante do avanço das tropas romanas. Trata-se, portanto, de uma forma não-verbal de dizer “Foda-se!”, ou coisa similar, isto é, de uma expressão altamente injuriosa.



Figura 2. Still do esquete “A encahada” (Cócegas, 2004) – Gesto disfêmico

Outro recurso retórico muito evidente no esquete “A encahada” é a repetição. Bergson (1983), baseando-se em um dos eixos centrais de sua teoria do cômico – “o mecânico calcado no vivo” (p. 27) –, sustenta que os gestos e movimentos tornam-se risíveis na medida em que nos levem a pensar em um mecanismo que funciona automaticamente. Para esse teórico, portanto, a repetição, que permite ao corpo simular ações mecânicas, é tida como uma ferramenta importante na produção da comicidade.

Propp (1992) expõe uma concepção similar ao dizer que o ato repetitivo pode tornar-se ridículo, uma vez que, sendo privado de seu caráter criativo, apresenta-se como de pouca importância. Vejamos, na sequência de imagens abaixo, um exemplo do uso desse expediente no esquete “A encahada”:



Figura 3. *Stills* do esquete “A encalhada”(Cócegas, 2004)– Repetição

A repetição do gesto representado na Figura 3 (levar as mãos ao rosto ao chorar), aliada ao exagero nas expressões faciais da personagem e às alterações prosódicas (entonação enfática, volume forte de voz e alongamento de vogais) no texto verbal que a acompanham (2), indicia a intensidade dos afetos (tristeza e vergonha) de Dal.

- (2) acho que eu tô com um pouquinho assim de dor de ca**BE::ça::** ((chora de forma estridente))...tô com uma pedra aqui no **PE::Itô::** ((chora de forma estridente)).

A mesma repetição, no entanto, minimiza a importância do sofrimento, impedindo que os espectadores sintam piedade pela personagem. É como se lhes dissesse: “Ela é assim mesmo... faz isso por qualquer coisa!”. O exagero, assim naturalizado, concretiza-se como um traço do *ethos* da personagem.

Finalmente, a terceira figura que merece ênfase é a alusão. A alusão, conforme definida por Fontanier (1977⁷, apud CRUZ, 2006, p. 2), é uma figura retórica que consiste em “fazer sentir” a relação entre uma ideia que é enunciada e outra que não o é. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), por sua vez, afirmam que a alusão funciona, o mais das vezes, no estabelecimento da comunhão entre o orador e o auditório, já que por meio dela evocam-se referências a acontecimentos passados, usos ou fatos culturais de conhecimento comum.

Reunindo as duas concepções, entendemos que a alusão possibilita ao orador lançar mão de conhecimentos compartilhados, explorando a relação afetiva que liga o auditório a determinados objetos do mundo (cf. CRUZ, 2006). Ao fazê-lo, o orador torna-se capaz de reorientar a percepção dos ouvintes a respeito de uma pessoa, objeto ou situação, propondo, assim, o acordo. Podemos observar o uso da alusão no exemplo seguinte:

- (3) outra coisa que me dá muita angústia... sabe aquele grupo... *Fat Family*?... sabe aquela cabecinha que eles fazem assim? ((mexe a cabeça para os lados))...A-QUI-lo me dá uma A-FLI-ÇÃ::O... é aquela coisa que no fundo todo mundo acha, mas ninguém fala... sabe por quê?... parece que a cabeça deles é separada do corpo.

No exemplo (3), verificamos que a oradora faz uma alusão relacionada à *performance* do grupo *Fat Family*: “sabe aquela cabecinha que eles fazem assim?”. *Fat Family* é um grupo musical formado pelos irmãos Sueli, Celinho, Simone, Suzete, Kátia e Deise Cipriano. O conjunto, que hoje atua no segmento gospel, tornou-se conhecido no final dos anos 1990 como um grupo de R&B (Rhythm & Blues) que fazia lembrar os conjuntos vocais norte-americanos. Naquela época, os oito integrantes – somavam-se, aos seis já citados, Sidney (falecido em 2011) e Celinha Cipriano – chamavam a atenção do público e da mídia com um porte físico avantajado, vozes potentes e uma coreografia um tanto exótica: a “dancinha do pescoço”.⁸

Tendo em conta o sucesso do grupo *Fat Family* no mercado fonográfico brasileiro – o conjunto atingiu a cifra de 1,8 milhões de cópias vendidas já no primeiro álbum – e a idade média dos espectadores (que imaginamos superior a 20 anos), fica fácil explicar por que a alusão é bem recebida pela plateia: o objeto citado pela oradora é previamente conhecido e vinculado à diversão, à euforia.

A partir da alusão bem sucedida, a oradora é capaz de propor uma nova percepção da realidade, marcada pelo exagero: “parece que a cabeça deles é separada do corpo”, e de estimular a identificação do auditório com os seus sentimentos: “A-QUI-lo me dá uma A-FLI-ÇÃ::O... é aquela coisa que no fundo todo mundo acha, mas ninguém fala...”.

Se observarmos agora os elementos que temos apontado desde o início desta análise – manias de organização e simetria, exagero, comportamento impolido, pensamentos e movimentos repetitivos, angústia – veremos que todos eles se acumulam na constituição de um caráter detalhista, hiperbólico e ansioso, que leva ao extremo os sintomas mais típicos do distúrbio neurótico.

⁷ FONTANIER, P. *Les figures du discours*. Paris: Flammarion, 1977.

⁸ As informações sobre o grupo *Fat Family* estão disponíveis no blog: <<http://blugardememoria.blogspot.com.br/2012/03/o-fenomeno-de-peso-fat-family.html>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

A neurose, descrita em 1769 pelo médico escocês William Cullen, e posteriormente popularizada pelos trabalhos de Sigmund Freud e Carl Gustav Jung, é um distúrbio da afetividade que causa ao paciente sentimentos e reações motoras exageradas e/ou irrefreáveis, ainda que sem perda do juízo de realidade. Essa desordem psíquica deriva de uma angústia emocional ou de um conflito inconsciente que podem ser expressos por sintomas muito variados, dentre os quais são frequentemente citados a ansiedade, os transtornos fóbicos, a depressão, a instabilidade emocional e os comportamentos obsessivo-compulsivos.⁹

Chegamos, pois, a uma forma de adjunção prevista pelo Grupo μ (DUBOIS et al., 1974). A retrospectiva que nos mostra, agora, a constelação indicial do discurso, concede a cada fragmento (palavra, imagem ou movimento) um acréscimo de significação, e permite-nos perceber que eles se reforçam diretamente na constituição do ridículo associado à personagem. O público reconhece diante de si a mulher neurótica, um tipo que reúne, amplificadas, as características mais marcantes dos vários subtipos de distúrbio neurótico, uma espécie de indivíduo-padrão. A essa imagem, conformada pela veemência das expressões e dos movimentos, pelo excesso das palavras e pela exuberância das emoções, vinculam-se “ações, modos de expressão, reações emotivas, cacoetes involuntários ou juízos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 339) *naturalmente* ridículos.

Em outras palavras, poderíamos dizer que a argumentação no esquete em análise se fundamenta no lugar da essência e que, a partir dele, evocam-se ligações de coexistência que permitem a construção da imagem do indivíduo-padrão: a mulher neurótica hiperbolizada, logo ridícula. O acordo estabelecido, no decorrer do discurso, acerca dessa imagem possibilita o desenvolvimento de uma argumentação que se baseia na relação entre a pessoa e seus atos, ou na relação entre o *ethos* da personagem e o mundo ético a ela associado. A partir de então, as palavras e as ações da personagem passam a ser compreendidas como manifestações da essência. Tudo isso nos leva, enfim, a uma via de mão dupla: a *performance* ridícula estabiliza a imagem da oradora e é, ao mesmo tempo, justificada por ela.

Considerações finais

Neste trabalho, dedicamo-nos a investigar a constituição do *ethos* da oradora no esquete “A enalhada”, de autoria de Ingrid Guimarães e Aloísio de Abreu. Ao longo desse percurso, sublinhamos alguns dos expedientes verbais e performáticos que ajudam a conformar a imagem de Dal.

É curioso notar que, nesse caso, o caráter da personagem não está completamente definido no título do esquete como descreve Bergson (1983) para as comédias de Molière: *O misantropo*; *O avaro*; *O jogador*; *O distraído*; etc. A partir de nossas análises, reconhecemos o que nos é apresentado em cena como um caráter neurótico caricatural. Nossa protagonista é irremediavelmente insatisfeita com a sua condição – ela se considera “en-

⁹ As informações sobre o distúrbio neurótico e seus sintomas foram compiladas a partir de consultas a sites que veiculam informações médicas para leigos, tais como <<http://doutissima.com.br/2013/07/17/o-que-sao-neuroses-sintomas-e-tratamento-9988/>>, <<http://www.psicoloucos.com/Psicanalise/neurose.html>> e <<http://www.abc.med.br/p/psicologia.47.psiquiatria/220200/neuroses+o+que+saber+basicamente+sobre+elas.htm>>; bem como a textos especializados – Campos (2004) e Sedeu (2011) –, cujas referências completas encontram-se listadas ao final deste artigo.

calhada”, anseia encontrar um namorado e é impedida pela própria ansiedade (relacionada às situações cotidianas e ao caráter dos pretendentes), o que a torna cada vez mais “encalhada”. É o conflito, aparentemente insolúvel, entre o Ego (o que Dal *realmente* é ou crê que é) e o Id (o que ela prazerosamente deseja ser), típico da neurose, que caracteriza a personagem e norteia a trama do esquete “A encalhada”. No esquete, o título é, pois, a impressão da personagem a respeito de si mesma, consequência da neurose, traço central do ethos.

O comportamento extravagante de Dal, revelado pelo exame dos procedimentos oratórios e argumentativos do esquete, conduz-nos à aceitação de uma argumentação pelo ridículo. Trata-se, contudo, de um uso peculiar desse tipo de argumentação, já que a técnica, normalmente vinculada à refutação de argumentos contrários (cf. OLBRECTHS-TYTECA, 1974), volta-se, nesse caso, contra a própria oradora: Dal não se sabe ridícula, embora seja assim que o auditório a perceba. Em “A encalhada” verificamos, portanto, que a aparente inconsciência da personagem, que resulta na defasagem entre os *ethé* efetivo e projetivo, constitui uma estratégia deliberada e positiva, que torna a produção do humor autodepreciativo (direcionado ao *self*) do esquete um procedimento retórico especialmente interessante.

Embora o foco de nosso trabalho seja, conforme mencionamos anteriormente, a investigação dos expedientes retóricos envolvidos na construção da imagem da protagonista do quadro “A encalhada”, não poderíamos deixar de observar que a constituição do *ethos* em nosso *corpus* se dá em dois níveis. No primeiro, mais *superficial*, acompanhamos a construção da imagem da oradora cômica, um simulacro produzido retoricamente por meio de artifícios que enfatizam o ridículo. Em outro plano, mais *profundo*, vislumbramos a imagem do dramaturgo – nesse caso, da dupla de autores do esquete em questão.

Vimos que o estilo de nossos autores é simples e direto, e que sua argumentação, apoiada na constituição do tipo neurótico, é fortemente assentada no senso comum. Ao reconhecer e selecionar traços ou comportamentos desvalorizados na sociedade, hiperbolizando-os na construção do tipo risível, Ingrid Guimarães e Aloísio de Abreu revelam um significativo conhecimento da dinâmica social e dos valores do auditório a que se dirigem. Os conhecimentos e valores partilhados, requisitados ao longo do esquete a partir do uso de técnicas como o disfemismo e a alusão, promovem uma aproximação entre os espectadores e os oradores-autores, conduzindo-os a um sentimento de superioridade partilhado.

Ingrid Guimarães e Aloísio de Abreu apresentam-se, portanto, como porta-vozes legítimos da audiência, cidadãos francos e bem informados, capazes de propor interpretações razoáveis (embora inusitadas) para os acontecimentos sociais, tais como as incertezas e dificuldades que afligem as mulheres modernas. Os autores constroem, assim, um *ethos* de artista crítico e competente; uma imagem eficaz, já que a crítica de costumes e de tipos humanos tem se consolidado, há tempos, como uma das vertentes mais produtivas do humorismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: _____ (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 9-28.

- AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 119-144.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005. 317 p.
- _____. *Arte Poética*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007. 150 p.
- BERGSON, H. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 105 p.
- BOLLELA, M. F. F. P. A prosódia como instrumento de persuasão. In: NASCIMENTO, E. M. F. S.; OLIVEIRA, M. R. M.; LOUZADA, M. S. O. (Org.) *Processos enunciativos em diferentes linguagens*. Franca, SP: Editora da UNIFRAN, 2006, p. 113-128.
- CAMPOS, E. B. V. A primeira concepção freudiana de angústia: uma revisão crítica. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, v. 7, n. 1, p. 87-107, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982004000100006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- CICERÓN. *Sobre el orador*. Tradução de José Javier Iso. Madrid: Editorial Gredos, 2002. 509 p.
- CÓCEGAS. Direção: Aloísio de Abreu, Luiz Carlos Tourinho, Marcelo Saback, Régis Faria e Sura Berditchevsky. Produção: André Mattos e Fran Fillon. Guarulhos, SP: EMI, 2004. 1 DVD.
- CONLEY, T. *Toward a rhetoric of insult*. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 2010. 132 p.
- CRUZ, D. F. A retórica de “Tapiiraiauaara” ou considerações para uma análise tensiva da alusão. *Estudos Semióticos*, n. 2, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>. Acesso em 13 jun. 2014.
- DUBOIS, J. et al. *Retórica geral*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Duílio Colombini e Elenir de Barros. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974. 277 p.
- EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: _____. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-56.
- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010. 171 p.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.
- MEYER, M. *A retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007. 128 p.
- MOZDZENSKI, L. P. *O ethos e o pathos em videocliques femininos: construindo identidades, encenando emoções*. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- OLBRECHTS-TYTECA, L. *Le comique du discours*. Bruxelles, Belgique: Editions de l'Université de Bruxelles, 1974. 425 p.
- OLIVEIRA, V. Do direito de mandar tomar no cu. Blog do Praxedes, 14 jun. 2014. Disponível em: <<http://blogdopraxedes.com.br/post/2014/06/14/-do-direito-de-mandar-tomar-no-cu>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani [et. al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 653 p.
- PÉREZ, J. C. D. *Pragmalingüística del disfemismo y la descortesía: los actos de habla hostiles en los medios de comunicación virtual*. 2012. 517 f. Tese (Doutorado em Humanidades) – Departamento de Humanidades: Filosofia, Linguagem e Literatura, Universidade Carlos III de Madrid, Madrid, Espanha.
- PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. 280 p.
- PROPP, V. *Comicidade e riso*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática, 1992. 215 p.
- QUINTILIANO, M. F. *Instituições oratórias*: Tomo I. Tradução de Jeronymo Soares Barboza. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1836. 371 p.
- ROUBINE, J-J. *A arte do ator*. Tradução de Yan Michalski. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 98 p.
- SEDEU, N. G. G. Neurose obsessiva: tabu do contato x pulsão de morte. *Estudos de Psicanálise*, n. 36, p. 121-134, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372011000300012&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- TRAVAGLIA, L. C. O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. *Leitura: Estudos linguísticos e literários*, Maceió, n. 5-6, p. 42-79, 1992.

A intertextualidade como argumento de autoridade: o caso da carta-testamento de Getúlio Vargas

(Intertextuality as argument from authority: the case of Getúlio Vargas's letter of testament)

Maria Flávia Figueiredo¹

¹ Departamento de Letras e Linguística – Universidade de Franca (Unifran)

mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br

Abstract: In this paper, we will reflect upon the theoretical framework of two linguistic areas, the rhetoric and text linguistics. Then, departing from these areas, we will reflect upon the concepts of argument of authority and intertextuality. Our objective is to demonstrate in which manner the perception of presence (conscious or not) of an intertext may exert on the reader, regarding the persuasive effect of arguments from authority. To that end, the corpus comprises the letter of testament accredited to Getúlio Vargas, on which we have performed a qualitative analysis of its rhetorical-argumentative elements, focusing on the argument from authority. The proposed analysis has allowed us to elucidate, among other observations, how intertextuality may exert the role of argument from authority in a discourse.

Keywords: argument of authority; intertextuality; letter of testament.

Resumo: Neste trabalho, contaremos com o arcabouço teórico advindo de duas áreas do conhecimento linguístico: a Retórica e a Linguística Textual. Delas, tomaremos, respectivamente, os conceitos de argumento de autoridade e intertextualidade. Buscaremos demonstrar de que maneira a percepção (consciente ou não) da presença de um intertexto pode exercer sobre o leitor o efeito persuasivo de argumento de autoridade. Para isso, tomamos como corpus a carta-testamento atribuída a Getúlio Vargas e efetuamos uma análise de cunho qualitativo de seus elementos retórico-argumentativos, notadamente do argumento de autoridade. A análise empreendida permitiu, dentre outras constatações, elucidar de que maneira a intertextualidade pode exercer o papel de argumento de autoridade em um discurso.

Palavras-chave: argumento de autoridade; intertextualidade; carta-testamento.

Introdução

Escrevemos o presente trabalho com o intuito de refletir sobre a possível correlação entre o conceito de *intertextualidade* (tal como trabalhado dentro do escopo da Linguística Textual) e o conceito de *argumento de autoridade* (tal como nomeado pelos estudos argumentativos e retóricos). Em outras palavras, nosso objetivo é demonstrar de que maneira o apelo à intertextualidade pode funcionar como um recurso retórico à disposição daquele que produz um discurso.

Para realizar tal intento, primeiramente, lançaremos mão de diferentes conceituações e classificações atribuídas ao fenômeno da intertextualidade ao longo do tempo. Em segundo lugar, buscaremos descrever as diferentes facetas que compõem o escopo daquilo que recebe o nome, dentro dos estudos retóricos, de argumento de autoridade. Para isso, contaremos com as contribuições teóricas de diferentes autores. No que se refere ao tratamento da intertextualidade, referir-nos-emos a Barthes (1974), Kristeva (1970), Vigner (1988), Koch (2007), Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Samoyault (2008). No que tange à descrição do argumento de autoridade, valer-nos-emos dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Breton (2003) e Reboul (2004).

Apenas a título de ilustração, utilizaremos como *corpus* a carta-testamento de Getúlio Vargas, por meio da qual explicitaremos aquilo que este trabalho se propôs a demonstrar, isto é, o uso da intertextualidade como argumento de autoridade.

A intertextualidade

O conceito de intertextualidade é considerado um tema de grande interesse para diferentes disciplinas. Neste trabalho, porém, com vistas a descrever tal fenômeno, tomaremos como perspectiva teórica a Linguística Textual.

A intertextualidade, que teve sua origem na Teoria Literária durante a década de 1960, é hoje entendida pela Linguística Textual como o diálogo que um texto estabelece com outros textos. É por meio desse conceito que passaremos a compreender que, além das relações com referentes extratextuais, um texto só existe em relação a outros textos.

A relação de um texto com outro pode ser tanto de conformidade como de oposição aos esquemas textuais preexistentes. Esse fato leva Claude Duchet (1971¹ apud VIGNER, 1988, p. 32) a afirmar que “não existem textos ‘puros’”. Nessa linha de raciocínio, Jenny (1976² apud VIGNER, 1988, p. 32) declara que “fora de um sistema a obra é impensável”.

Acerca desse conceito, o crítico literário Roland Barthes (1974, p. 46) assim o toma:

O texto redistribui a língua. Uma das vias desta desconstrução é permutar textos, farrapos de textos que existiram ou existem em volta do texto considerado e finalmente dentro dele; todo o texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.

Quando Julia Kristeva (1970), também dentro do escopo da literatura, reflete sobre o fenômeno, ela cunha a expressão “diálogo textual”, reforçando a ideia de que cada texto só existe em função de outro(s). Nesse sentido, a intertextualidade consiste em um horizonte de expectativa, sobre o qual o novo texto se inscreve e adquire sentido:

Assim como uma pessoa se constitui numa relação muito ampla com o outro, um texto não existe sozinho, é carregado de palavras e pensamentos mais ou menos conscientemente roubados, sentem-se as influências que o subtendem, parece sempre possível nele descobrir-se um subtexto. (SAMOYAUULT, 2008, p. 42)

Gérard Vigner (1988, p. 33), ao refletir sobre a legibilidade dos textos, declara que a intertextualidade “pode dizer respeito a um gênero inteiro [...] ou aplicar-se apenas a uma simples passagem, sob a forma de uma breve alusão, ou de uma simples reminiscência”.

Na esfera dos estudos linguísticos, Ingedore Koch (2007, p. 59) afirma que a intertextualidade é hoje entendida pela Linguística Textual como a relação que um texto estabelece com outros textos anteriormente produzidos. De acordo com a linguista, todo texto retoma, alude ou se opõe a outros textos que lhe dão origem.

¹ DUCHET, C. Pour une sociocritique ou variations sur un incipit. *Littérature*, n. 1, fev. 1971.

² JENNY, L. La stratégie de la forme. *Poétique*, n. 27, 1976.

Nessa linha de raciocínio, tanto a produção como a recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha dos outros textos com os quais ele se relaciona.

O próprio da intertextualidade é de introduzir a um novo modo de leitura que faz explodir a linearidade do texto. Cada referência intertextual é o lugar de uma alternativa: ou seguir a leitura não vendo lá senão um fragmento como outro qualquer, que faz parte integrante da sintagmática do texto, ou voltar para o texto de origem. (JENNY, 1976 apud SAMOYAUULT, 2008, p. 91)

Por essa razão, Robert-Alain Beaugrand e Wolfgang Ulrich Dressler (1981) apontam a intertextualidade como um dos critérios de textualidade.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007), na obra *Intertextualidade: diálogos possíveis*, classificam o fenômeno de distintas maneiras. Tomam-no, primeiramente, em seu sentido amplo. Assim, à mistura de gêneros dentro de um mesmo texto as autoras denominam intertextualidade intergenérica. E nomeiam intertextualidade tipológica quando, a par das sequências narrativas, responsáveis pela ação propriamente dita (enredo), ocorrem, em um mesmo texto, sequências descritivas (de situações, ambientes, personagens) e também expositivas (intromissão do narrador).

Para Koch, Bentes e Cavalcante (2007), além da intertextualidade no seu sentido amplo, que é constitutiva de todo e qualquer discurso, existe um nível de intertextualidade, a que podemos chamar de *stricto sensu*, que atesta a presença necessária de um interdiscurso. Sob essa ótica, para que a intertextualidade *stricto sensu* ocorra, “é necessário que o texto remeta a outros textos ou fragmentos de textos *efetivamente* produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 17).

Sendo assim, a intertextualidade *stricto sensu* pode ser verificada em quatro níveis distintos, quais sejam:

- 1 Intertextualidade temática.
- 2 Intertextualidade estilística.
- 3 Intertextualidade explícita.
- 4 Intertextualidade implícita.

De acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 18), a intertextualidade temática é encontrada em textos que partilham temas e se servem de conceitos e terminologias próprios. A intertextualidade estilística surge “quando o produtor do texto, com objetivos variados, repete, imita, parodia certos estilos ou variedades linguísticas” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 19). A intertextualidade explícita se faz notar quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto. A intertextualidade implícita, por sua vez, ocorre quando se introduz, no próprio texto, um intertexto alheio; porém, sem qualquer menção explícita da fonte.

O texto aqui analisado enquadrar-se-á, como veremos, em um caso de intertextualidade implícita. Além dessa classificação, teremos que nos valer de um melhor entendimento do conceito de argumento de autoridade; é o que buscaremos efetuar nos parágrafos subsequentes.

O argumento de autoridade

A Retórica, que desde Aristóteles pode ser entendida como “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2012, p. 12-13), apresenta, dentre as inúmeras estratégias à disposição do enunciador, o argumento de autoridade.

Esse conceito inscreve-se, segundo classificação proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), dentro dos argumentos embasados na estrutura do real. Esses autores, com vistas a um maior esclarecimento das técnicas argumentativas, agregam-nas dentro dos seguintes grupos:

- dos argumentos quase-lógicos;
- dos argumentos baseados na estrutura do real;
- das ligações que fundamentam a estrutura do real.

Os argumentos que pertencem ao segundo grupo (nosso foco de interesse) valem-se da estrutura do real “para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 297). Assim, o argumento de autoridade funciona como uma ponte entre aquilo que já é tomado como valor para certo auditório e aquilo que o orador procura promover. Com esse fim, nomes de pessoas e de instituições, frequentemente, são inseridos nos discursos para legitimar a opinião do enunciador. Por essa razão, os referidos autores chegam a declarar: “Muitas vezes, antes de invocar uma autoridade, costuma-se confirmá-la, consolidá-la, dar-lhe a seriedade de um testemunho válido. Com efeito, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 351).

Breton (2003), também dentro de uma perspectiva classificatória, declara:

A primeira categoria de argumentos que têm por objetivo enquadrar o real a fim de fazer nele um lugar para a opinião proposta é constituída pelos argumentos de autoridade. Sua forma é constante: o real descrito é o real aceitável porque a pessoa que o descreve tem a autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório para que ele, por sua vez, aceite como verossímil o que lhe é proposto. (p. 76)

Silva (2006), em capítulo que discorre sobre aspectos da argumentação relacionados à modalidade, reflete sobre a conceituação de argumento de autoridade e assim o define.

Trata-se de um argumento que se realiza pelo seu prestígio. Este prestígio, a autoridade, só pode ser utilizado na argumentação quando o auditório reconhece esses valores e os aceita como verossímeis. E quanto mais competência e experiência compreender a autoridade evocada, mais indiscutíveis parecerão suas palavras. (SILVA, 2006, p. 69)

Para elaborar tal definição, Silva (2006) se vale dos mestres da nova retórica que afirmam: “o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como

meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Silva (2006) traz uma importante contribuição para a nossa reflexão acerca da inter-relação entre o argumento de autoridade e a intertextualidade. A autora assim declara:

Os enunciadores, ao selecionarem os argumentos de autoridade, o fazem consoante ao acordo prévio com o auditório. E para consagrar o seu dizer, citam essas autoridades no interior da enunciação que constroem para legitimá-la. [...] Seja pelo discurso direto ou indireto, os enunciadores reformulam o enunciado do outro para introduzi-lo nos seus discursos, de acordo com o que se deseja. (SILVA, 2006, p. 70)

Vale lembrar, a título de ilustração, que o conceito aqui em questão também apresenta o seu inverso, isto é, o argumento de autoridade em uma construção *a contrário*. Seu uso consistiria em usar uma autoridade negativa a fim de desqualificar uma opinião. De acordo com Breton (2003, p. 77), nesse caso, pode-se falar de argumento *ad hominem*. Para exemplificar tal uso, o autor traz um excerto de uma versão extrema do uso desse conceito lembrado por Reboul (2004): “É também o que dizia Hitler!”.

Como preâmbulo à análise a ser empreendida, apresentamos, a seguir, uma citação dos estudiosos da retórica que possibilitará o entendimento do uso do argumento de autoridade por meio da intertextualidade com textos bíblicos.

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 350)

A carta-testamento

A carta-testamento deixada por Getúlio Vargas quando do seu suicídio em 1954, dada sua importância histórica, tem sido alvo de múltiplas análises no campo dos estudos linguísticos. Em função das várias opções de abordagem possibilitadas pelo *corpus*, optou-se por evidenciar as relações que ele estabelece com outros textos anteriormente produzidos, entendendo essa intertextualidade como um recurso retórico, intencionalmente estabelecido.

O texto supostamente redigido por Vargas antes de este cometer suicídio pode nos auxiliar no entendimento do uso da intertextualidade como argumento de autoridade. Os excertos elencados a seguir evidenciam que o, então, presidente do Brasil, conhecendo a religiosidade da população brasileira da época, lançou mão de um diálogo com o universo cristão para subsidiar o discurso que construiu, o qual apresenta, por motivos óbvios, propósitos claramente persuasivos. Nos trechos elencados, encontramos, em itálico, os excertos da carta-testamento (CT)³ e, em negrito, os trechos bíblicos com os quais mantêm um diálogo intertextual.

³ Uma versão digitada do texto original encontra-se no Anexo.

- 1) *“Escolho este meio para estar sempre convosco”* (CT)
E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos! (Mateus 28,20)

- 2) *“Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência”* (CT)
E disse-lhes: “Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado em favor de muitos”. (Marcos 14,24)
E, depois de comer, fez o mesmo com o cálice, dizendo: “Este cálice é a Nova Aliança em meu sangue, que é derramado em favor de vós”. (Lucas 22,20)

- 3) *“E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória”* (CT)
Então cumprir-se-á a palavra da Escritura: A morte foi absorvida na vitória. (1 Coríntios 15,54b)

- 4) *“Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate”* (CT)
E é pelo sangue deste que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça. (Efésios 1,7)
Pois há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos. (1 Timóteo 2,5-6)
Desse modo, o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos. (Mateus 20,28)

Os excertos apresentados, bem como outros trechos da CT que não foram mencionados nesta análise, evidenciam a presença de textos bíblicos dentro da carta deixada por Vargas. Essa presença se faz notar por meio de uma intertextualidade implícita, conforme a classificação de Koch, Bentes e Cavalcante (2007). Esse diálogo intertextual nos remete à definição dada por Koch (2007, p. 59) ao fenômeno da intertextualidade:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

Resta-nos refletir de que maneira o diálogo intertextual apresentado pode ser interpretado, em termos de persuasão, como uma estratégia argumentativa, mais precisamente, como um argumento de autoridade.

A esse respeito, lembrarmos das palavras de Silva (2006, p. 70): “a seleção de elementos que servirão de argumento de autoridade depende de um acordo prévio com o auditório”. Nesse sentido, é necessário refletirmos sobre as características da sociedade brasileira da época em que a carta foi escrita. Tarefa bastante simples, uma vez que a população do Brasil, bem como da América Latina, de modo geral, é historicamente marcada por sua cristandade. Souza (2013, p. 1), em resenha à obra *Religiosidade no Brasil*, declara:

A vinculação entre o cristianismo e a população brasileira tem raízes históricas profundas. Trazido pelos portugueses, o catolicismo sempre esteve intimamente vinculado à cultura e identidade brasileiras e passou por um processo de expansão e consolidação a partir da segunda metade do século XIX, com a revitalização do catolicismo na Europa, que influenciou o crescimento de novas práticas religiosas e devoções no Brasil, que matizaram definitivamente o catolicismo brasileiro.

Esses dados nos permitem inferir que o autor da carta, ao lançar mão de um diálogo intertextual com os textos bíblicos – livro considerado sagrado por grande parte da população brasileira da época –, consegue travar, claramente, um acordo com seu auditério. Sendo assim, considerando a interação autor (Vargas)/leitor (população brasileira em meados do século XX), podemos concluir que o uso implícito de valores advindos do universo cristão exerce, no texto analisado, a função de argumento de autoridade.

Considerações finais

Com este trabalho, buscamos demonstrar que a intertextualidade pode desempenhar um papel fundamental na organização retórica de um texto. Para isso, contamos com a exemplificação dessa inter-relação por meio de exemplos extraídos da carta-testamento, cuja autoria é atribuída a Getúlio Vargas.

Os resultados da investigação apontaram a presença de marcas de religiosidade que evidenciam a intertextualidade do *corpus* com textos bíblicos e, também, com concepções ligadas ao mito da divindade que assume o papel redentor, ou seja, da oferenda do cordeiro a ser imolado com forma de salvação. A análise empreendida permitiu, dentre outras constatações, rastrear a presença de traços messiânicos na constituição do discurso político de Getúlio Vargas. Além disso, permitiu elucidar de que maneira a intertextualidade pode exercer o papel de argumento de autoridade em um discurso.

Esperamos que a análise empreendida, bem como as explanações teóricas elencadas neste trabalho tenham sido suficientes para apresentar um tema relevante para os estudos retóricos, qual seja: a investigação do alcance persuasivo do fenômeno da intertextualidade.

REFERÊNCIAS

- Almanaque Brasil*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1995. p. 52.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- BARTHES, R. Verbetes “Texte”. *Encyclopaedia Universalis*, 1974.
- BEAUGRAND, R.; DRESSLER, W. U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2003.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRISTEVA, J. *Le texte du roman*. La Haye: Mouton, 1970.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMOYAULT, T. *A intertextualidade*. Tradução de Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SILVA, R. C. Argumentação e modalidade: o discurso da incerteza nas questões do desemprego. In: MOSCA, L do L. S. (Org.). *Discurso, argumentação e produção de sentido*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 61-81.

SOUZA, R. F. de. Religiosidade no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 285-288, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300022&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 fev. 2015.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988.

ANEXO

Carta-testamento deixada por Getúlio Vargas à Nação brasileira no dia de seu suicídio, a 24 de agosto de 1954.

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam e não me dão o direito, de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar, voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma.

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 50% do ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 10 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Queremos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de

estar sempre convosco, quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado.

Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação.

Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.

Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém, meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida.

Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Almanaque Brasil. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1995. p. 52.

Acontecimento, paixões e formas de vida em “O zelador”, de Menalton Braff

(Event, passions and forms of life in “O zelador” by Menalton Braff)

Flavia Karla Ribeiro Santos¹, Vera Lucia Rodella Abriata²

^{1,2}Mestrado em Linguística – Universidade de Franca (Unifran)

flaviakarlar@hotmail.com, vl-abriata@uol.com.br

Abstract: Through the theoretical framework of French semiotics, this paper analyzes the short story “O zelador” by Menalton Braff. The text reveals the trajectory of a lonely man who works as a janitor in badly preserved and inhospitable villages and who longs for a promotion which would make him ascend to another social class, the middle class. Suspecting his dog Ego had entered his house and stolen some meat from the fridge, he kills his friend and companion, an action that would result in him not getting the promotion he had longed for. Our aim is to analyze the way cholera and revenge are manifested in the text, both of which are results of an event that bursts upon the narrative, caused by the submission resulting from the janitor’s form of life. On the other hand, considering the dog’s name, Ego, we observe how the enunciator dialogues with the Freudian discourse.

Keywords: French semiotics; event; passion; form of life; dialogue.

Resumo: Este artigo analisa o conto “O zelador”, de Menalton Braff, com base no referencial teórico da semiótica francesa. O texto relata a trajetória de um homem solitário que trabalha como zelador de vilas mal conservadas e inhóspitas e almeja uma promoção que o levaria a ascender a uma outra classe social, a classe C. Ele mata o cão Ego, seu amigo e companheiro, por suspeitar que este entrara em sua casa e roubara a carne da geladeira, acontecimento que o privaria de alcançar a promoção almejada. Nosso objetivo é analisar o modo como se manifestam no texto a cólera e a vingança, paixões resultantes de um acontecimento que irrompe na narrativa, ocasionado pela forma de vida da submissão aos regulamentos, assumida pelo zelador. Por outro lado, considerando o nome do cão, Ego, observamos o modo como o enunciador dialoga com o discurso freudiano.

Palavras-chave: Semiótica francesa; acontecimento; paixão; forma de vida; diálogo.

Introdução

Neste artigo, propomo-nos a analisar o modo como a cólera e a vingança, paixões que se manifestam no conto “O zelador”, de Menalton Braff (2006), surgem como consequência de um acontecimento resultante da forma de vida da submissão do zelador, ator protagonista do texto, às normas sociais que o levam à desumanização. Partimos da hipótese segundo a qual após um acontecimento, o desaparecimento de uma provisão de carne da geladeira do zelador, pelo qual ele responsabiliza seu cão Ego, inicia-se o dispositivo passional da cólera, que se desdobra na paixão da vingança. Essa manifestação patêmica, por sua vez, está associada à desumanização do ator resultante de sua forma de vida submissa aos regulamentos da firma em que trabalhava. Tal submissão é tão intensa que o leva a matar o cão, seu amigo e companheiro, quando percebe que o roubo da carne o impediria de alcançar a ascensão de classe social, desejo que há muito alimentava.

Aplicamos ao texto a noção de acontecimento, de acordo com os preceitos de Claude Zilberberg (2007, 2011), e as fases do percurso patêmico da cólera, estabeleci-

das por Jacques Fontanille em seu *Dictionnaire des Passions Littéraires* (2005) e por Algirdas Julien Greimas em seu texto “De la colère” (1983). Utilizamos também o conceito de forma de vida, sistematizado por Greimas no dossiê “Les formes de vie” (1993). Além disso, observamos o modo como o enunciador dialoga com o discurso freudiano, tendo em vista o antropônimo com que denomina o cão, Ego.

Observamos, portanto, o modo como um acontecimento, o roubo da carne, conduz o zelador às paixões de malevolência, a cólera e a vingança, que culminam na morte de Ego, operada pelo zelador que, ao longo do texto, assume a forma de vida da submissão aos regulamentos de modo tão intenso que o faz ser violento contra o outro, o cão, anteriormente considerado amigo e companheiro.

Inicialmente faremos referência aos conceitos de acontecimento, paixão e forma de vida em semiótica, para, posteriormente, empreendermos a análise do texto.

Forma de vida: um estudo sobre o comportamento em semiótica

O conceito de forma de vida se origina em Semiótica no *Seminário de Semântica Geral*, ocorrido na École des Hautes Études en Sciences Sociales, intitulado Estética da ética: moral e sensibilidade. Em 1993, como resultado desse evento, um dossiê, integralmente dedicado à noção de forma de vida, é publicado na revista *Recherches sémiotiques. Semiotic inquiry*. Nesse periódico, Greimas (1993, p. 33), aludindo ao conceito de forma de vida, observa que ele pode ser definido para o observador “por sua recorrência nos comportamentos e no projeto de vida do sujeito, por sua permanência, [...] pela deformação coerente que ela induz a todos os níveis dos percursos de individuação”: níveis sensível e tensivo, passional, axiológico, discursivo e aspectual, etc.

No artigo “Les formes de vie”, publicado no mesmo documento, Fontanille (1993, p. 5-6) define as formas de vida como “configurações em que uma ‘filosofia de vida’ se expressaria por uma deformação coerente do conjunto de estruturas que definem um projeto de vida”. Essa definição corrobora a afirmação de Greimas e ainda a complementa, na medida em que o semioticista francês considera que “as formas de vida têm origem em uma práxis enunciativa, porque elas se formam e se desfazem pelo uso, são inventadas, praticadas ou reveladas por ‘instâncias enunciantes’, coletivas ou individuais”.

No caso do conto “O zelador”, entendemos que a submissão, como forma de vida do ator, é **recorrente no comportamento do sujeito** e induz a uma deformação no seu percurso de individuação, uma vez que o leva a praticar a **violência contra o outro**, como observaremos a seguir na análise do texto.

A noção de acontecimento

Zilberberg (2007) elabora o conceito de acontecimento, à luz da semiótica tensiva, e o distingue do conceito de fato. Para o semioticista,

[...] o fato tem por correlato intenso o acontecimento, o que equivale dizer: o fato é o resultado do enfraquecimento das valências paroxísticas de andamento e de tonicidade que são as marcas do acontecimento. Em outras palavras, o acontecimento é o correlato hiperbólico do fato, do mesmo modo que o fato se inscreve como diminutivo do acontecimen-

to. Este último é raro, tão raro quanto importante, pois aquele que afirma sua importância eminente do ponto de vista intensivo afirma, de forma tácita ou explícita, sua unicidade do ponto de vista extensivo, ao passo que o fato é numeroso. É como se a transição, ou seja, o “caminho” que liga o fato ao acontecimento se apresentasse como uma divisão da carga tímica (no fato) que, no acontecimento, está concentrada. (ZILBERBERG, 2007, p. 16)

Em “Centralidade do acontecimento” (ZILBERBERG, 2011, p. 168-169), o autor caracteriza o acontecimento como “algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo”. Todavia, o tempo não pode ser impedido de retomar o seu curso, e o acontecimento se potencializa, primeiramente na memória, depois com o tempo na história, tornando-se inteligível e legível.

Além disso, o acontecimento, assim como o exercício, não ocorre apenas na concentração ou na divisão da carga tímica do sujeito, pois a relação entre o sujeito e o seu campo de presença, onde agem as grandezas tensivas, é mediada pelos modos semióticos (ZILBERBERG, 2007, p. 16). Nesse sentido, é importante ressaltar que o acontecimento é constituído por três tipos de modos: modos de eficiência, modos de existência e modos de junção, que comportam o sobrevir para o modo de eficiência – equivale ao inesperado –, a apreensão para o modo de existência – correspondente à ausência de reação do sujeito diante do sobrevir – e a concessão para o modo de junção em que um programa considerado irrealizável se realizou (ZILBERBERG, 2007, p. 16-24).

Para o autor, no acontecimento, “o sujeito se vê em conjunção com um sobrevir que transtorna e por vezes suprime a duração e a espacialidade. [...] O sobrevir do acontecimento anula a própria textura do tempo, isto é, a “virtude” potencializante da temporalidade [...]” (ZILBERBERG, 2011, p. 189). Assim, “marcado por um andamento rápido demais para o sujeito, o acontecimento leva o sensível à incandescência e o inteligível à nulidade” (ZILBERBERG, 2011, p. 190).

Desse modo, a temporalidade só recupera a memória suspensa pelo acontecimento por meio de um contraprograma de freagem específico, desenvolvido pelo discurso, responsável por restaurar sua historicidade (ZILBERBERG, 2011, p. 189-190), ou seja, quando se transforma em exercício. É nesse sentido que, de acordo com Zilberberg (2007, p. 25-26), o exercício e o acontecimento se configuram como grandes orientações discursivas divididas em discurso do exercício e discurso do acontecimento. O primeiro é associado ao discurso histórico, que se interessa pela “minúcia dos exercícios e dos funcionamentos”. O segundo é associado ao discurso mítico, tendo em vista sua relação com a surpresa e com o que dela resulta.

A paixão em semiótica e o esquema passional da cólera

Uma das preocupações da semiótica francesa é com o ser do sujeito, que ao longo das transformações “persiste e modula” seus estados de alma por meio da circulação dos objetos e dos valores considerados desejáveis ou temíveis, conforme a modalização neles investida, da intensidade do desejo de junção com o objeto-valor no percurso do fazer; e do crivo moral imposto pelo Destinador coletivo (BERTRAND, 2003, p. 360-372).

Em *Semiótica das paixões*, Greimas e Fontanille (1993, p. 9-21) inauguram o estudo sobre o percurso passional dos sujeitos, que pode se dispor em torno das transfor-

mações narrativas, mas também emana das estruturas discursivas, podendo projetar-se sobre os sujeitos, sobre os objetos, ou sobre sua junção. Por isso, essa obra possibilita sistematizar o percurso passional em uma cadeia modal de sequências específicas da crise passional, inscrita em uma coerência formal que entrelaça o percurso do fazer ao percurso do ser, conforme Bertrand (2003, p. 374).

Em *Du sens II*, Greimas (1983, p. 225-246) sistematiza algumas paixões, dentre elas a cólera e a vingança, estabelecendo um esquema canônico para a primeira. Posteriormente, Fontanille (2005, p. 61-79) o reformula, refletindo sobre a “cólera literária”. Considera-a uma paixão complexa que comporta avaliações positivas ou negativas, que a transformam em comportamento moral. Desenvolvendo, pois, o esquema passional primeiramente proposto por Greimas, Fontanille propõe a seguinte sequência:

Confiança → Espera → Frustração → Descontentamento → Agressividade → Explosão

Ao explicar cada uma das fases da sequência canônica da cólera acima ilustrada, Fontanille (2005, p. 63-79) observa que a confiança “é uma relação entre ao menos dois sujeitos e pode ser formulada como um ‘crer em’ alguém” (FONTANILLE, 2005, p. 64). Para ele, trata-se de um estado passional de crença em alguém no qual se estabelece um contrato fiduciário, explícito ou não, entre o sujeito patemizado e um destinatário, sendo o último aquele em quem a confiança é depositada. Dessa forma, a confiança pode, no mínimo, “afetar a representação de um estado ou de um acontecimento” que é modalizado por um dever-ser (FONTANILLE, 2005, p. 64).

A espera, segundo momento do esquema, diz respeito à “projeção temporal da relação entre o sujeito e esse estado ou esse acontecimento modalizado e a capacidade do sujeito de suportar a demora da realização” (FONTANILLE, 2005, p. 64). Como a espera “guarda a memória da confiança que a funda”, a junção eufórica depende da ação de outro sujeito (ou de outros sujeitos). Assim, o sujeito da espera não tem certeza se a junção desejada será realizada e vê essa espera desdobrada em um crer em alguma coisa (o estado esperado) e um crer naquele que deve realizar essa coisa qualquer (FONTANILLE, 2005, p. 64).

Segundo Fontanille (2005, p. 64), a frustração, por outro lado, “concerne à relação entre sujeito e objeto” e, “enquanto momento passional da sequência, reatualiza a promessa de conjunção anterior, e a falta apenas se prova, nesse caso, sobre o fundo da confiança e da espera irrealizadas”. Nessa fase, o sujeito da cólera prova a privação e seu corpo sensível é tomado pela decepção. No entanto, é também nesse momento que o querer do sujeito é reativado.

O descontentamento é a fase que trata da relação do sujeito para consigo mesmo. Decepcionado pela frustração, o sujeito confronta o que ele esperava com o que foi realizado e fica insatisfeito diante da “inadequação entre o si projetado e o eu atual” (FONTANILLE, 2005, p. 65). Esse descontentamento pode ser direcionado a qualquer um que esteja, de alguma forma, implicado nessa inadequação. Esse “qualquer outro” pode ser ele mesmo, mas exercendo um outro papel actancial com o qual ele “contava para a realização do acontecimento esperado” (FONTANILLE, 2005, p. 65).

A agressividade, por sua vez, será endereçada a esse outro sujeito, considerado, por exemplo, “o traidor”, enfim, “aquele que não honrou a promessa” ou se voltará aos objetos ou ao dispositivo que se revelaram menos confiáveis que se imaginava. Nessa

fase há a irrupção do antissujeito no campo de presença do sujeito que se prepara para a confrontação, e “sua eventual agitação manifesta a emergência de um poder-fazer” (FONTANILLE, 2005, p. 65).

A explosão, última fase da sequência, manifesta-se no momento em que “o sujeito, face a face consigo mesmo, resolve brutalmente as tensões acumuladas, sem nenhuma consideração pelos objetos perdidos, pelos antissujeitos incriminados, ou pelos danos causados” (FONTANILLE, 2005, p. 65).

Essa sequência, no entanto, nem sempre culmina na explosão da cólera. Por isso, Fontanille (2005, p. 74) traça um esquema do percurso da cólera que admite variantes não canônicas. Assim, nem todas as frustrações levam necessariamente a uma explosão da cólera e podem ser compensadas por contra estratégias de vingança, por exemplo. Nesse aspecto, o semiótico francês observa que a vingança pode comutar com a explosão agressiva final.

Como Greimas, Fontanille (2005, p. 78) considera que a principal característica da cólera é sua estrutura sequencial, composta de fases ordenadas. Adotando um ponto de vista tensivo, o autor esclarece que essa paixão é regida pela temporalidade do acontecimento, do programa narrativo, e das tensões apreendidas à altura da percepção humana. Essa paixão também opõe a relação entre a intensidade e a quantidade. Ademais, a cólera, ao se manifestar, propicia a violência, muitas vezes, engendrando o infortúnio e a destruição, já que é a reação à ruptura unilateral do contrato fiduciário (FONTANILLE, 2005, p. 74). Essa reação intensa e pontual também proporciona uma violência autorregulada, pois a pontualidade da explosão limita a quantidade e a duração de seus efeitos.

Quando, portanto, não há explosão da cólera, pode surgir a vingança, como explica Fontanille (2005, p. 66), uma variante da agressividade, cuja característica primeira é o reconhecimento do princípio de reciprocidade dos danos que se desenvolve por meio de um programa de retaliação contra o antissujeito. Presumida na reparação do dano causado, a vingança só pode ser medida em relação a esse dano, tendo em vista a quantidade, a temática e a duração (FONTANILLE, 2005, p. 66-71).

O semiótico ressalta também que a vingança, mesmo que pareça excessiva e desproporcional, não pode durar indefinidamente, pois comporta necessariamente limites quantitativos e temporais, que assinalam seu papel de compensação dos danos causados (FONTANILLE, 2005, p. 71).

A vingança acentua o caráter unilateral da ruptura da confiança, “desprezada/ridicularizada, mas intensamente sentida/lastimada/deplorada”. Nesse aspecto, assim como o ressentimento e o ódio, a vingança realça “a estrutura temporal e tensiva da cólera” (FONTANILLE, 2005, p. 74). Por esse motivo, independentemente da duração das etapas que a precedem, para o autor, “a última deve ser breve, intensa, decadente, quer ela se instale no tempo e permaneça átona, quer ela adote um perfil ascendente e progressivo” (FONTANILLE, 2005, p. 74), fazendo, em todos esses casos, com que se saia do campo passional da cólera no sentido estrito (FONTANILLE, 2005, p. 74).

Para Greimas (1983, p. 241), a vingança é um programa narrativo de compensação em que é conveniente para o sujeito (S1), que sofre, infligir o castigo, ou seja, a punição e a dor ao mesmo tempo ao outro sujeito (S2) para que ele sofra da mesma forma.

A vingança é, portanto, primeiramente “*um reequilíbrio dos sofrimentos* entre sujeitos antagonistas” (GREIMAS, 1983, p. 241, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Greimas (1983, p. 244) conclui que na dimensão pragmática a vingança corresponde à sanção pragmática e, comportando uma atividade somática e gestual, define-se pelos efeitos passionais dessa atividade. Logo, deve ser entendida como “circulação de objetos ‘paixões’”. Ademais, o poder-fazer, convocado pela vingança, institui um destinador-julgador que transforma essa manifestação passional em justiça.

Por outro lado, a distância entre o sujeito e o destinador julgador, entre o querer-fazer e o poder-fazer, só pode ser suprida pela mediação do saber: saber sobre o sofrimento que o destinador inflige ao antissujeito e que o sujeito só prova graças ao saber sobre a punição do outro.

Por conseguinte, a intelectualização das dores e dos prazeres explica o desapoiar da vingança, característico de sua socialização, ou seja, “conduz progressivamente à dessemantização da estrutura da vingança e a seu enfraquecimento” (GREIMAS, 1983, p. 244).

Já na sanção cognitiva, há o face a face entre sujeito e antissujeito, entre herói e traidor. Tal afrontamento pode ser considerado ao mesmo tempo como “a afirmação de si e a destruição do outro” (GREIMAS, 1983, p. 243-244).

Fontanille (2005, p. 71-76), por sua vez, afirma que a eficácia da vingança está condicionada à identificação completa com o dano, de tal modo que o antissujeito reconheça o vínculo e a equivalência entre o erro sofrido e o dano causado. É nesse sentido que o pesquisador considera a vingança cognitiva: “não somente o outro sujeito deve provar um dano equivalente àquele que causou, mas, reconhecer essa equivalência, e saber que se trata de uma medida de compensação; aquele que se vinga sem poder fazer saber é privado de uma parte de sua vingança” (FONTANILLE, 2005, p. 72).

Para concluir, o semiótico francês afirma que a vingança se distingue da cólera porque a vingança “implica um cálculo cognitivo, um cálculo das partes, uma avaliação das quantidades e da duração” (FONTANILLE, 2005, p. 76). Essa perspectiva é equivalente à conclusão de Greimas (1983, p. 245-246), que concebe a vingança como uma agressividade orientada por um programa de ação que reúne um conjunto de competências modais do sujeito na emergência do poder-fazer.

A seguir procederemos à análise do texto, procurando observar como ao acontecimento se sucedem as más paixões relacionadas ao esquema da cólera.

“O zelador”. Do acontecimento às más paixões

No conto “O Zelador”, um homem solitário trabalha como zelador de vilas mal conservadas e inóspitas. Ele tem como objetivo alcançar uma promoção e assim passar a fazer parte de outra classe social: a Classe C. Ao descobrir que não fora promovido, recebe determinação para cuidar de uma vila nas mesmas condições daquelas de que sempre cuidou. Descontente com o fato, na saída do prédio da Zeladoria, ele conhece um cão, que passa a denominar Ego. No dia seguinte, o zelador e Ego partem juntos para a vila a ser cuidada. No decorrer da viagem, a cada obstáculo vencido, a relação de amizade entre os companheiros se fortalece até chegarem a uma amizade quase irredutível. Essa

amizade perdura até a terceira vila que visitam juntos. Lá, desaparece a carne que deveria alimentar o zelador durante um mês. O trabalhador, acreditando ter sido roubado pelo cão e concluindo que um novo pedido de carne o privaria novamente da almejada promoção à Classe C, executa o amigo como forma de manter a rigidez dos regulamentos que conhecera desde a infância.

É importante observar que o texto apresenta duas formas de relato. O primeiro é grafado em caracteres normais, e o enunciador narra no pretérito a história de amizade entre o zelador e o cão Ego, desde o momento em que se conhecem até chegarem à vila onde acontece o conflito e o desfecho da narrativa. O segundo relato, no tempo presente, descreve o estado de alma do zelador, desencadeado pelo inesperado roubo da carne. Grafado em itálico, inicia o texto e se insere em meio ao primeiro relato, encerrando também o conto.

Portanto, no texto, o zelador exerce o papel temático de trabalhador e pertence a uma classe social figurativizada no texto como Classe D. Ele segue com rigor as normatizações impostas pelo destinador social “Zeladoria”. Por isso, ao receber ordens do destinador para cuidar de uma vila afastada, o zelador, modalizado pelo dever-fazer, cumpre tais normas, mesmo a contragosto, como se observa no enunciado a seguir, “Tinha acabado de receber das mãos do Gerente Geral, a Ordem de Serviço”. “Não ousou reclamar de seus superiores” (BRAFF, 2006, p. 140). O zelador sempre seguiu os regulamentos da empresa sem questioná-los, conforme se revela nesta passagem do texto: “Como segredo inviolável, mantinha um certo desprezo pelos superiores da Zeladoria que o incumbiam de embelezamentos desnecessários nas vilas. [...] Jamais ousara fazer o menor comentário sobre o que pensava” (BRAFF, 2006, p. 152-153).

O não cumprimento das normas da empresa seria passível de punição ao trabalhador. Desse modo, ele segue passivamente os regulamentos impostos pela empresa, haja vista que “Qualquer atraso ou descontrole [...] era infração que não se admitia, por causa das consequências disciplinares e dos prejuízos físicos” (BRAFF, 2006, p. 150).

Ao mesmo tempo, no papel temático de cidadão – inserido em uma cultura, que normatiza os comportamentos, dividindo-os em aceitos e não aceitos – o zelador também segue as normas da coletividade. Assim ocorre ao frequentar um restaurante, acompanhado de Ego: “Entrou e sentou-se à primeira mesa que encontrou [...] com medo de ver entrando o cachorro [...] com medo de que pensassem que era seu. Os cachorros, em todo o país, estavam proibidos de entrar em restaurantes” (BRAFF, 2006, p. 142).

Essa preocupação do zelador com as normas se revela, pois, em suas atividades cotidianas. O zelador não as questiona ou reflete sobre a possibilidade de ser flexível em relação à aplicabilidade de tais regras, como quando o cachorro fica do lado de fora do refeitório, no frio ou quando estão sozinhos na vila – “São os impedimentos [...] Quase todos inexplicáveis, mas aceitos passivamente” (BRAFF, 2006, p. 145).

Tal submissão às normatizações do destinador revela no texto a recorrência da forma de vida da submissão assumida pelo zelador. A sua confiança na empresa é, pois, contratual e explicitada nos regulamentos corporativos e nos relatórios elogiosos relacionados a seu papel de trabalhador exemplar: “Foi citado diversas vezes em relatórios da empresa [...]” (BRAFF, 2006, p. 140).

Por sua vez, na vida pessoal, o zelador, um homem solitário, mantinha com o cão Ego uma relação contratual de confiança estabelecida por meio da afetividade de tal modo intensa que o sujeito o elegeu para acompanhá-lo na viagem que empreenderia à vila distante que deveria inspecionar.

Portanto, apesar da confiança depositada nos sujeitos com quem estabeleceu o contrato fiduciário, Ego e a Zeladoria, o zelador não tinha absoluta certeza de que a conjunção desejada com o objeto-valor promoção se realizaria, o que se torna perceptível nas passagens do texto a seguir: “Seu antecessor fora um velho funcionário da Zeladoria, que jamais conseguira passar da Classe D” (BRAFF, 2006, p. 141) e “Seu tempo de serviço na Zeladoria, segundo o regulamento, autorizava-o a nutrir tal aspiração” (BRAFF, 2006, p. 143).

Logo, embora desejasse a promoção, como sujeito cognitivo, tinha consciência de que seria difícil a consecução do objeto-valor. Assim, na última passagem citada, o lexema “autorizava”, no sentido de “dar direito a” ou “dar motivo a” (HOUAISS, 2009) evidencia que o tempo de serviço do zelador poderia ser um critério para a Zeladoria promovê-lo, mas não fator determinante para que isso ocorresse. Por isso, ele espera pela realização, pela conjunção com o objeto, contando com a ação do sujeito empregador, conforme continua a exercer suas atividades – “realizando cada tarefa com esmero, empenhando-se nos mínimos detalhes para merecer uma promoção” (BRAFF, 2006, p. 156).

Além disso, o zelador estabelece um contrato imaginário com Ego, na medida em que fica pressuposto que o cachorro, sendo companheiro e amigo, o auxiliaria, durante seu percurso à vila distante, a conquistar a promoção: “Nas viagens que juntos empreenderam, os dois se complementavam” (BRAFF, 2006, p. 157).

É interessante observar que a situação inicial do percurso passional da cólera por que é tomado o zelador desenvolve-se a partir de seu estado de relaxamento e de confiança no sujeito Ego, companheiro e amigo, como revela a passagem: “Permitir que o sono, abruptamente cortado naquela madrugada, aos poucos voltasse, entorpecendo-lhe os membros e apagando-lhe a vontade, isso já havia sido uma demonstração cabal de sua confiança em Ego” (BRAFF, 2006, p. 148).

Vale lembrar que a confiança, de acordo com Fontanille (2005, p. 64), é estabelecida na relação entre ao menos dois sujeitos e pressupõe um estado de crença em alguém. Desse modo, como observamos, o zelador acreditava que Ego poderia auxiliá-lo a entrar em conjunção com seu objeto-valor.

Entretanto, no instante em que ocorre o roubo da carne – “E era um vazio o que estava lá dentro” (BRAFF, 2006, p. 139) – temos o primeiro acontecimento que irrompe no texto, quando o zelador é tomado pela surpresa do sobrevir, “denegando *ex abrupto* as antecipações da razão” (ZILBERBERG, 2007, p. 18), pois não esperava se deparar com tal cena. Ele passa de um estado desacelerado, relaxado, anterior à visão da porta da geladeira aberta, para um estado de tensão e de espanto. Inicialmente, não consegue entender o que está acontecendo: “Num primeiro momento, pareceu-lhe um cérebro, aquele vão, porque não conseguia organizar uma única idéia” (BRAFF, 2006, p. 139).

O impacto da ruptura na rotina do sujeito é tão intenso que imediatamente ele sente o latejar de suas veias, como evidencia a passagem: “percebeu logo que não era a geladeira que latejava, com o sangue correndo desesperado” (BRAFF, 2006, p. 139). Nesse

instante seu corpo começa a manifestar a intensificação do sofrimento, concretizado pela figura “sangue correndo desesperado” em que também se evidencia o andamento e a tonicidade. Desvela-se, pois, a subtaneidade do choque sofrido pelo zelador ao se deparar com o roubo da carne. Nesse momento, o acontecimento absorve todo o agir do sujeito estupefato, deixando-lhe apenas o sofrer (ZILBERBERG, 2011, p. 171).

Ainda atordoado com o acontecimento inesperado, o zelador procura compreender a situação – “Apoiou na tampa da mesa as duas mãos abertas como patas, imaginando que era preciso entender o que acontecera” (BRAFF, 2006, p. 139). Tendo em vista a dependência do modo de existência em relação ao modo de eficiência, diante do sobrevir do acontecimento, revela-se a apreensão do sujeito que começa a refletir sobre o que lhe acontecera: “E imaginou. Uma imaginação, quando pega forte o pensamento, pode parecer mais verdadeira do que a verdade. Por isso não teve mais dúvidas: o culpado era seu companheiro Ego, o cachorro” (BRAFF, 2006, p. 139).

Em seguida, o zelador sente em seu corpo notações somáticas, figurativizadas como “suor azedo”, e “fome aguda” (BRAFF, 2006, p. 140), que revelam uma acentuação tônica da timia do sujeito.

O estado de estupefação do zelador frente ao roubo da carne é finito e breve e, conforme a carga tímica do zelador, afetado pelo inesperado, começa a enfraquecer, a intensidade do sofrer esmaece, e o tempo e o espaço voltam a existir para o sujeito. Nesse sentido, ele retorna à atitude temporariamente interrompida pelo acontecimento, ao perceber que o desejo de ser promovido não mais poderia ocorrer.

Desse modo, o percurso passional da cólera se desencadeia quando o zelador conclui que o responsável pelo desaparecimento da carne só poderia ser Ego. No entanto, como sujeito cognitivo, o zelador sabe que o roubo não fora premeditado – “O cachorro, sem auxílio de algum acaso, nada conseguiria [...] devia ter encontrado alguma facilidade” (BRAFF, 2006, p. 140). Essa constatação, todavia, não impede a instalação de uma tensão na narrativa, pois o zelador, ao antropomorfizar Ego, desconsidera que o cão seja um animal irracional, que age por instinto.

Assim, o estado de tumulto modal do zelador, que quer, mas sabe não mais poder entrar em conjunção com o objeto-valor promoção leva-o a se encolerizar: “O principal problema relacionado àquele roubo era sua promoção” (BRAFF, 2006, p. 143). O lexe-ma “problema”, definido como “situação difícil; conflito emocional” (HOUAISS, 2009) figurativiza a acentuação da carga tímica do sujeito e agrava o tumulto modal provocado pelo acontecimento inicial.

Dessa forma, diante do acontecimento, à proporção que o sobrevir é potencializado, resta ao zelador, admirado, apenas a lembrança do que acontecera. Nesse momento, sentindo-se frustrado, ele restabelece sua rotina e volta a agir, ao se dar conta de que o programa narrativo que ele esperava ser realizado pela empresa não se realizaria: “Com um pedido antecipado de alimento, ele sabia, adeus qualquer esperança de passar à Classe C” (BRAFF, 2006, p. 143). Assim, a falta fiduciária é, pois, instaurada “sobre o fundo da confiança e da espera irrealizadas” (FONTANILLE, 2005, p. 64).

Como revela a passagem a seguir, o zelador, perante o acontecimento, toma consciência de que não alcançaria a promoção há tanto tempo almejada: “As vilas onde trabalharia seriam do mesmo nível da atual, que não era diferente das anteriores. Muito

distantes, malcuidadas, em regiões inóspitas” (BRAFF, 2006, p. 143). Essa consciência eleva ainda mais a tensão e a frustração do zelador, agora certo de que não seria promovido, como sempre desejara.

Conforme o corpo sensível do zelador é tomado pela decepção, provocada pela frustração, surge o descontentamento, que ocorre, segundo Fontanille (2005, p. 65), quando o sujeito compara o estado inicial de espera e o estado final. Desse modo, instala-se na narrativa a discordância entre o direito e o fato, que constitui a concessão: o zelador, embora esperasse ser promovido, com o roubo da carne, sabia que continuaria trabalhando em vilas inóspitas e distantes. Portanto, passa a considerar o estado da espera insatisfatório: “O futuro era agora uma névoa só em que tinha engolfado sua vida” (BRAFF, 2006, p. 144).

Seu estado de descontentamento é então direcionado ao outro, o cão Ego, implicado na situação, um outro “si mesmo” com o qual ele contava para a realização da conjunção esperada (FONTANILLE, 2005, p. 65). Assim, o zelador revela-se em estado de frustração em relação ao sujeito, até então considerado amigo, e manifesta o seu descontentamento com Ego, o que se revela na mudança da imagem que tem do cão, como se depreende da passagem a seguir – “Onde andaria o ladrão?” (BRAFF, 2006, p. 144). Ao sancionar Ego de forma negativa, percebe-se que se acentua de forma mais intensa a carga tímica do sujeito patemizado pela decepção.

Por outro lado, o zelador também revela seu estado de descontentamento consigo mesmo. Na qualidade de destinador do cão, ao ser surpreendido pelo acontecimento, constata que deixara de ser zeloso, pois se descuidou e possibilitou o fazer do cão:

Ele sempre nutriu um orgulho que chegava a ser mórbido por ser zeloso com tudo. Foi citado diversas vezes em relatórios da empresa por essa razão: a causa de seu orgulho. Mas não existe um único ser perfeito [...] Também não era. Ao fechar a porta da geladeira, talvez não tivesse tido o cuidado suficiente. (BRAFF, 2006, p. 140)

Além disso, submisso aos regulamentos, deveria assumir que fora descuidado, tornando-se não merecedor da promoção desejada, apesar da dedicação ao trabalho empreendida:

[...] era forçoso, de acordo com os regulamentos, que registrasse o fato em seu próximo relatório. E não era pouco ter de confessar um descuido, para ele, que há anos, vinha realizando cada tarefa com esmero, empenhando-se nos mínimos detalhes para merecer uma promoção. (BRAFF, 2006, p. 156)

O estado deceptivo do zelador perante a certeza da perda do objeto-valor indicia que ele está chegando ao ápice da gradação tensiva que ocasiona a irrupção da fase de agressividade do sujeito. É quando se volta contra Ego, aquele que não honrara a promessa que existia apenas na sua imaginação: afinal, apesar de humanizado pelo zelador, que o elevara à condição de companheiro para poder suportar sua solidão, Ego era um animal irracional:

Então, levantou-se de si, sem uma idéia muito nítida; convencido, contudo de que fazia parte de suas obrigações uma *atitude violenta*. [...] Quase tropeçou no cabo da enxada [...]. Foi então que a idéia explodiu num clarão em sua cabeça. (BRAFF, 2006, p. 155-156, grifo nosso)

A isotopia da violência revela que o dispositivo da cólera atingiu o auge de sua gradação tensiva. Esta tem início na fase da confiança, com um mínimo de intensidade e uma fraca extensão, e chega a uma tensão máxima na fase da agressividade.

Após a agressividade, no entanto, a explosão da cólera não ocorre. Surge em seu lugar uma variante da agressividade, a vingança (FONTANILLE, 2005, p. 74). Isso se torna perceptível na isotopia temático-figurativa da ação premeditada, apreensível nas passagens acima cujas figuras “convencido”, “obrigações”, “atitude violenta”, “idéia” e “cabeça” concretizam a reflexão do sujeito sobre o dano sofrido, sobre a necessidade de reagir à ofensa sofrida, peculiar ao programa narrativo de vingança, estabelecido por Greimas (1983, p. 237-246).

Manifestação unilateral da ruptura de confiança, na fase da agressividade, irrompe o desejo de vingança no zelador, patemizado pelo intenso sofrer. Certo de que o fazer do cão deveria ser punido, tendo em vista o princípio de reciprocidade de danos, o sujeito é dotado de um poder-fazer emergente – “fazia parte de suas obrigações uma atitude violenta” (BRAFF, 2006, p. 155).

O zelador desenvolve, dessa forma, um programa de retaliação contra o antissujeito que lhe roubara a possibilidade de conjunção com o objeto-valor promoção. Isso ocorre porque à modalização pelo poder-fazer, na fase da agressividade, se relaciona um dever-fazer, mediante o fato de ter sido “educado na rigidez dos regulamentos” e, por isso, não conhecer “a tolerância, vício que aprendera a banir de sua vida desde criança” (BRAFF, 2006, p. 159).

Quando a ideia “explode em sua cabeça”, tem-se a intensificação da carga tímica do sujeito que queria a promoção, mas descobre que continuará disjunto do objeto. Assim, quando o zelador tropeça na enxada, decide matar o cão e percorre a rua à procura do antissujeito. Nesse momento, joga ao ombro “o cabo da enxada [...] como se retornasse à limpeza do pátio da escola” (BRAFF, 2006, p. 159). Logo encontra o cão, metaforicamente figurativizado na passagem a seguir como “mancha cor de banana madura, imensa e imóvel” (BRAFF, 2006, p. 159).

Os lexemas “limpeza” e “mancha” fazem parte da isotopia temático-figurativa da limpeza, atividade do zelador, que deveria cuidar da manutenção da vila, removendo a sujeira, a “mancha” do espaço físico do ambiente. Essa isotopia também se associa ao estado passional do zelador, que passa a responsabilizar o cão pela não obtenção do objeto. Dessa forma, o sujeito passional, assumindo o papel actancial de sujeito operador, visando à vingança, à reparação do dano causado pelo cão, realiza o fazer planejado e subtrai a vida do “traidor”: “O zelador tomou o cabo pela extremidade e, com o olho da enxada, amassou a cabeça entre as duas orelhas” (BRAFF, 2006, p. 160).

Do ponto de vista tensivo, o zelador tem a carga tímica gradativamente intensificada pelo plano de vingança. Sua decepção é intensa quando resolve procurar o cão para puni-lo – “Sua primeira idéia foi a de voltar para a frente da casa e percorrer a rua de uma ponta à outra” (BRAFF, 2006, p. 159). Esse estado deceptivo é recrudescido quando ele encontra o cão, que acabara de enterrar a carne roubada – “Lambia as patas dianteiras, o cão, provavelmente lavando-as depois do trabalho terminado” (BRAFF, 2006, p. 160). A morte do animal, que tem a cabeça amassada por uma enxada, configura tanto um novo acontecimento quanto o ponto máximo da acentuação tônica da carga tímica do sujeito.

Com a morte de Ego, o zelador revela-se um sujeito competente, que executa um programa narrativo de “afirmação de si e de destruição do outro” (GREIMAS, 1983, p. 246). Cognitivamente, o dano causado por Ego é diferente do dano por ele recebido, pois embora o cão tenha roubado a carne, foi punido com a morte. Por isso, a vingança empreendida pelo zelador não é completa. Isso se justifica, uma vez que para a vingança ser completa, ela precisa ser reconhecida pelo sujeito que causou o dano como equivalente ao dano causado, segundo Fontanille (2005, p. 72).

Ao mesmo tempo, se levarmos em conta que, para Greimas (1983), a estrutura da vingança pressupõe o sofrimento impingido ao ofensor, esse sofrimento não pode ser determinado, já que, embora humanizado pelo zelador, o cão age instintivamente e não entende o significado de uma vingança, fazer humano. Além disso, Ego é golpeado de forma inesperada pelo zelador: “Não precisou virar a cabeça para ver quem se aproximava, pois era um passo que já conhecia desde sua infância. Então sacudiu a cauda feliz” (BRAFF, 2006, p. 160). Nesse sentido, essa vingança corresponde a uma justiça selvagem, que, segundo Lombardo (2005, p. 279), é livre de culpa ou de sanção social negativa.

Após a morte de Ego, as tensões desaceleram: “o mundo foi encoberto por um lençol de silêncio” (BRAFF, 2006, p. 160) – e chegam ao enfraquecimento mínimo, como revela a passagem: “Aproveitando a terra fofa da cova recém-fechada, o zelador enterrou o cão por cima de sua comida” (BRAFF, 2006, p. 160). O lexema “enterrou” concretiza o aspecto temporal terminativo da vingança.

Enfim, com o enfraquecimento da intensidade da carga tímica do zelador, ele já não manifesta qualquer estado de alma, o que evidencia a desumanização do sujeito, suscitada pela forma de vida da submissão.

Desse modo, percebe-se que inicialmente o zelador é modulado pelo não poder-ser tolerante em relação ao descumprimento das regras: “Educado na rigidez dos regulamentos, o zelador não conhecia a tolerância, vício que aprendera a banir desde criança” (BRAFF, 2006, p. 159). No entanto, posteriormente, ele passa a ser intolerante à desobediência. A sentença do cão à morte se dá não somente porque o zelador entende que Ego burlara as normas sociais que condenam tanto o roubo quanto a presença de animais em lugares fechados – “Ego [...] pertencia ao lado de fora” (BRAFF, 2006, p. 140). O zelador condena o animal também pelo mal causado a ele com a transgressão, que o impossibilitou de alcançar a ascensão de classe social.

“O zelador”: a submissão como forma de vida e o diálogo do enunciador com o discurso freudiano

A execução de Ego operada pelo zelador, no desenlace da história, é um acontecimento que manifesta a desumanização do ator, o qual abdica da amizade ao cão, construída ao longo de seu percurso. Tal amizade era o único traço de humanidade revelado pelo sujeito que, solitário pelas vilas por onde andava, havia se esquecido até dos sons da linguagem humana: “Na segunda vila em que estiveram juntos, um dia de inverno, o zelador percebeu que não se lembrava mais dos sons produzidos pela garganta humana. Não que isso lhe fosse muito necessário [...]” (BRAFF, 2006, p. 156).

O antropônimo que dá nome ao cão – Ego – leva-nos a observar o diálogo que o enunciador estabelece no texto com o discurso freudiano, que pode ser relacionado com o

comportamento submisso do zelador, com a desumanização do ator e com a manifestação passional da vingança contra o cão.

É importante lembrar que, segundo Freud (1980, p. 23-83), o inconsciente é composto pelas instâncias psíquicas id, ego e superego. O id desempenha o papel do instinto, em que predomina o princípio do prazer. O ego é a parte do id que, por influência direta do mundo externo, foi modificada e, a fim de substituir o princípio do prazer, que no id impera, pelo princípio de realidade, procura aplicar essa influência do mundo externo. O superego se inscreve no papel da moralidade, que impõe a proibição ao ego. À medida que “sucumbe à repressão das coerções sociais (sob a influência do pai, da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar, da leitura)”, o superego domina o ego para que aja de acordo com a moral social.

Conforme Garcia-Roza (2001, p. 211), “O ego [...] não é o lugar da verdade do sujeito, mas imagem que o sujeito faz de si mesmo”. Nesse sentido, é importante lembrar que o zelador conhece Ego no dia em que recebe a Ordem de Serviço e descobre que não foi promovido em razão de sua pouca idade. Por isso, imediatamente identifica-se com o animal – “Na sua espécie, pensou, é tão jovem quanto eu na minha” (BRAFF, 2006, p. 141). Desse modo, para o zelador, ele e Ego são iguais.

Assim, observa-se que o zelador projeta sua imagem na figura de Ego, uma vez que para ele, fisicamente, ambos apresentam características semelhantes. Essa projeção especular também está presente nas relações entre os companheiros, como se nota nas passagens a seguir: “O zelador nunca soube direito quem conduzia e quem era conduzido” (BRAFF, 2006, p. 142) e “Nas diversas viagens que juntos empreenderam, os dois se complementavam” (BRAFF, 2006, p. 157).

Mediante o inesperado roubo da carne, estabelece-se uma ruptura do contrato imaginário de confiança entre o zelador e o cão: “Nenhum dos episódios que foi tecendo, ao longo do tempo, a mútua confiança pôde naquele momento valer ao cão” (BRAFF, 2006, p. 159). Portanto, o zelador, que se via projetado em Ego – inicialmente considerado companheiro e amigo –, no auge da amplificação tensiva da manifestação passional, passa a vê-lo como ladrão, pois crê que Ego descumpriu as exigências da moral social. Em outras palavras, considerando a perspectiva freudiana, ego não atendeu aos apelos do superego. Logo, a rigidez do sujeito em relação a Ego e à imagem do que deveria ser (o ideal do ego) é intensificada.

Se considerarmos, por outro lado, que, segundo Laplanche e Pontalis (1988, p. 171) “o ego está numa relação de dependência quanto às reivindicações do id, bem como quanto aos imperativos do superego e às exigências da realidade [...]”, podemos inferir que o zelador, ao assumir a submissão como forma de vida, não consegue ser tolerante à infração às regras. Dessa forma, a autonomia relativa do ego, no que se refere à totalidade do sujeito, é superada pelo superego, que reclama uma sanção negativa como punição ao desrespeito à moral social da forma de vida do submisso.

O zelador, ao não considerar que o cão age por instinto, coloca, pois, a moralidade acima do princípio do prazer, relacionado ao id, e do princípio da realidade, que compete ao ego. Assim, é modalizado pelo dever-fazer, intrínseco ao superego, o que se corrobora com a seguinte reflexão freudiana:

Do ponto de vista do controle instintual, da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser su-

permoral e tornar-se então tão cruel quanto somente o id pode ser. É notável que quanto mais um homem controla a sua agressividade para com o exterior, mais severo – isto é, agressivo – ele se torna em seu ideal do ego. (FREUD, 1980, p. 70-71)

Por esse motivo, quando o superego do zelador dirige sua vingança contra o ego, é com “violência impiedosa”, levando-o à sua anulação, figurativizada no texto pela morte do cão. Desse modo, o zelador sobrepõe a moralidade imposta pelo destinador social, a Zeladoria, que sobre ele exerce controle, à afetividade que o ligava a Ego.

Portanto, a submissão aos regulamentos, como forma de vida do zelador, é que o leva a ceifar a vida do cão e a tornar-se violento contra o outrora amigo. Desse modo, o zelador assume a violência contra o Outro, figurativizada pela execução de Ego, uma vez que o fazer do cão o leva à privação de valores aos quais acreditava ter direito.

O final inesperado da relação de amizade do zelador para com Ego demonstra a ironia do enunciador frente à desumanização do ator-protagonista, na medida em que o sujeito, desprovido de individualidade, reconhecido por seu papel temático, menospreza a amizade ao cão, ao se sentir frustrado na sua ambição de atingir a tão esperada promoção social. Nesse sentido, a cólera e a vingança induzem o zelador ao acontecimento inesperado, a morte de Ego, revelando que ele sobrepõe as aspirações sociais às relações afetivas e a moral social estereotipada à moral individual.

REFERÊNCIAS

- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BRAFF, M. *A coleira no pescoço: contos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DITCHE, E. R.; FONTANILLE, J.; LOMBARDO, P. *Dictionnaire des passions littéraires*. França: Belin, 2005.
- FONTANILLE, J. Les formes de vie. *Recherches sémiotiques. Semiotic Inquiry*, Montreal, v. 13, p. 5-12, 1993.
- _____. Colère. In: DITCHE, E. R.; FONTANILLE, J.; LOMBARDO, P. *Dictionnaire des passions littéraires*. França: Belin, 2005.
- FREUD, S. (1923-1925). *O ego e o id*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas, v. 19).
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Cahar Editor, 2001.
- GREIMAS, A. J. *Du Sens II – Essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- _____. Le beau geste. *Recherches sémiotiques. Semiotic Inquiry*, Montreal, v. 13, p. 21-35, 1993.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ZILBERBERG, C. Louvando o acontecimento. Tradução de Maria Lucia Vissotto Paiva Diniz. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 13, p. 12-28, 2007.
- _____. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivan Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Semiótica ou Estética: considerações sobre a epistemologia das Letras

(Semiotics or Aesthetics:
considerations on the epistemology of Language and Literature Studies)

Matheus de Brito¹

¹ Universidade de Coimbra (UC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

debrito@gmx.com

Abstract: From its foundation, Literary Theory held epistemological affinities with Structuralism that added to the convergence of criticism and analytical method. Those affinities implied, along with the normalization and the demystification of literary discourse, its radical de-aestheticization. The claim to universality, contained in the thoughtless equation of valid knowledge and system of propositions, fostered objectivity at the expense of the object, in Language and Literature Studies: linguistic definitions concurred to the erasure of the material dimension of the experience of language. If we're dealing, however, with an epistemological error – namely, assuming as commensurable analysis and criticism, knowledge and truth, linguistic universal and aesthetic particular –, the critical self-reflection should strive to overcome the deficiencies that follow the historical intertwinement of aesthetics and linguistics.

Keywords: *literary theory; linguistics; criticism.*

Resumo: De sua gênese, a Teoria da Literatura manteve com o Estruturalismo afinidades epistemológicas que subsidiaram a convergência da atividade crítica e do método analítico. Isso implicou, junto à normalização e à desmistificação do discurso literário, sua radical desesteticização. A ambição de universalidade contida na equação irrefletida entre conhecimento válido e sistema de proposições teóricas promoveu nas Letras uma objetividade às expensas do objeto: as definições da linguística concorreram para o apagamento da dimensão material da experiência da linguagem. Se lidamos, porém, com um erro epistemológico – a saber, triplo: pressupor comensuráveis análise e crítica, saber e verdade, universal linguístico e particular estético –, a autorreflexão crítica deve esforçar-se por encontrar a superação das insuficiências que acompanham o entrelaçamento histórico entre linguística e estética.

Palavras-chave: *teoria literária; linguística; crítica.*

Introdução

A linguagem se está exilando em palavras que temem significar qualquer coisa.
Jean Baudrillard

Já se disse que uma disciplina como a teoria literária só sobreviveu porque tirou partido de sua inconsistência epistemológica (GUMBRECHT, 2007). A teoria literária, na formulação de Paul De Man (1986), por exemplo, lançaria um anátema sobre toda pretensão de univocidade em relação à linguagem; para De Man, a retórica, ou a consciência do particular enunciativo, impediria a teoria de acatar um saber universal, que é seu pressuposto mesmo. Faz-se teoria na ausência da possibilidade mesma de construir um saber adequado sobre a literatura. Por isso, o esforço de produzir uma estética entraria em desacordo com sua própria impossibilidade, a partir de nossas premissas, e se converteria, à

maneira de Sísifo, na reiteração da própria impossibilidade da estética (TAGLIAFERRI, 1978).

A precedência do sentido figurado sobre o literal se apoia na tese da anterioridade da linguagem em relação à experiência vivida, em seu grau máximo fazendo da realidade um caso linguístico. Mas o que caracteriza essa linha é que, junto à recusa do referente, o modelo da verdade como coerência torna-se tabu. O pós-estruturalismo demaniano foi o paroxismo de uma tendência que se consolidou nas Letras, a de reduzir “experiência (estética)” a “leitura (literária)”. Para essa doutrina, a do texto, a leitura se funde à linguagem como a questão de uma semiose que, porque sempre impossível ou diferida, provoca o eterno retorno do processo e solapa qualquer pretensão de pôr-lhe um ponto final. Hoje, porém, até já esquecemos o que é que afinal recusamos dessa pretensão *do* sentido ou *da* verdade literária; há ainda razões para arbitrar a infinitude da interpretação? (Talvez isso nos apresente uma finitude que queremos ocultar; ficaríamos, de qualquer modo, surpresos se encontrássemos algo que tivesse o sentido que tem e não mais.)

Sendo a literatura a aparição da linguagem como tal, De Man (1971, p. 18) conclui que ela devolveria à consciência humana o seu vazio constitutivo, ou pelo menos o *nonsense* da equação entre vida e sentido. Se evitarmos, porém, esse existencialismo linguístico e, quase como o próprio De Man (1971) proporia, considerarmos que esse problema epistemológico resultou de uma insuficiência da coisa e não da linguagem, se a contradição for imanente à obra literária, então talvez o impasse do universal através do fenômeno particular – de *teorizar* algo como *literatura* – se mostre ele mesmo um particularismo. Não é fazer *teoria* de algo como *literatura* que é impossível, é o vício teórico da linguística que torna a experiência literária impossível.

Faremos algumas considerações sobre o conhecimento e as metodologias das Letras revendo a história da Teoria como a da transformação da crítica em análise. Num segundo momento, consideraremos algumas dificuldades atuais dos estudos literários, explorando, sobretudo, a *semiótica* na qualidade de uma tendência a produzir um saber do tipo *intensional*, preocupado com as propriedades de um texto. Por fim, proporemos a possibilidade de uma tendência divergente, uma orientação *extensional*, dirigida às relações da literatura com sua exterioridade, tradicionalmente nomeada *estética*.

A desconstrução e a linguística, “semiótica” e “estética”

A absolutização demaniana da retórica, nosso motivo inicial, soa já como uma *revival* da “função poética” de Jakobson (1995). Para De Man (1971), a autorreferência linguística barra o referente tal como poema se codifica em referência a si próprio. A afinidade é genética. A abordagem linguística da literatura ter-lhe-ia emancipado da estética, da filosofia, da moral; De Man (1971) assumiu apenas que *literatura* é o modo natural da linguagem, limitando a questão de sua validade à gênese tropológica. A definição de Jakobson, de qualquer modo, desmentia a constituição de uma teoria livre de preconceções, já que refletia a conjunção entre uma concepção trivial da estética – a do autotelismo do Belo (JIRMUNSKI, 1976, p. 65) – e o modelo de ciência que as humanidades buscavam no início do século, num esforço de superar o positivismo de meados do século XIX, sob influência do neokantismo. A abordagem linguística apenas deslocaria o discurso da estética e da filosofia crítica.

Para Jakobson, como se sabe, a Teoria Literária era a investigação da *literariedade*, caracterizada como deformação organizada da língua cotidiana (EIKHENBAUM, 1976, *passim*). Desse enunciado fundamental, as Letras herdariam ao menos três questões:

- 1) o dogma da substância linguística da obra;
- 2) a tautologia da literariedade;
- 3) uma relação coextensiva com o estruturalismo.

O deslocamento programático da “mensagem” do poema ao seu “código” resulta da noção de que o objeto de ciência deve apresentar-se necessariamente como uma generalidade, porque algo particular não seria senão contingente (assim, *p.ex.*, o primado da *langue* de Saussure sobre a fala). Mas a pretensa ciência desse código se determinou com base num decreto da diferença entre a linguagem literária e a cotidiana; a formulação, denunciada desde o início como parasítica (MEDVIÉDEV, 2012), apesar do nobre esforço de assegurar a relativa autonomia e delimitação do objeto literário, não foi isenta de certo esteticismo (desautomatização, novidade, etc., o vínculo dos formalistas à vanguarda russa [POMORSKA, 1972]). A tentativa de solucionar o problema a partir do princípio de que a língua só conhece diferenças sem termos positivos, porém, não poderia sustentar essa autonomia e acabaria por fazer da Poética um derivado do modelo relacional, antissubstancialista,¹ da epistemologia de Saussure.

Essa preocupação com a literariedade transita dos formalistas russos ao estruturalismo e ganha difusão a partir dos Estados Unidos com a obra de Warren e Wellek.² Três condições favoreceram a aproximação:

- 1) a prática americana do *close reading*, como atenção à linguagem da obra, possuía uma afinidade eletiva com a ideia da literariedade formal;
- 2) a ideia de “deformação organizada” harmonizava-se com a herança da “organicidade” (*i.e.*, o poema como totalidade orgânica separada do caos da realidade) e com o interesse da Nova Crítica pela retórica;
- 3) em busca de legitimidade, por fim, a academia americana encontraria um apoio na teoria eslava, já que a linguística se configurava um paradigma nas humanidades.

¹ Embora a narrativa de François Dosse (1997) não permita inferir a influência direta sobre Jakobson, essa tendência pode ter sido mediada não só pela figura do linguista Trubetzkoy como pelo discurso comum das humanidades naquele início de século, sob influência da filosofia alemã, de que a obra de Edmund Husserl foi o expoente – recusa à substância, reivindicação de imanência (do objeto) associada ao postulado da transcendência (da categoria, da forma) são feições de uma reorientação geral do pensamento europeu no início do século XX.

² Vai do Círculo de Praga (DOLEZEL, 1990), de que participara Jakobson, aos Estados Unidos na década de 1950, sobretudo através de René Wellek (WARREN; WELLEK, 2003). A fase institucional da Teoria começa aí, com sua infusão às ideias da Nova Crítica. No mundo lusófono, os materiais referentes à teoria e à prática da análise literária, como então a concebemos, são já de meados ou final dos anos 1960 (Aguilar e Silva, em 1967 (1988); a *Introdução à Teoria da Literatura*, de Antônio Soares Amora (2004 [1967]), e o *Estudo Analítico do Poema*, de Candido (1996), também de 1967; Massaud Moisés (2005), em 1969).

Vincular o estruturalismo a esses formalismos é, apesar disso, difícil: o fato de serem discursos estéticos, que se referem a algo de natureza particular e distinta, só pode ser violentamente conjugado ao modelo diferencial de Saussure. Com as duas orientações se imbricando, estética e semiótica, a dimensão estética progressivamente seria substituída pelo modelo estruturalista de linguagem. O poema foi deixando de ser algo que existe e que *contém*, além de sua própria, essa linguagem que a linguística concebe, e tornou-se um dispositivo de significação. A linguagem da linguística virou pressuposto: a substância literária se reduz à própria relação entre significante e significado. Em meio a isso, é claro, a supressão metodológica do referente, necessária para a formulação do modelo epistêmico de linguagem na teoria de Saussure, tornou-se uma condição quase-ontológica.

O erro da teoria estruturalista de orientação semiótica seria algo como reivindicar para o *signo* todas as acepções do lexema “palavra”: fazê-lo à língua real seria exacerbar a condição de modelo; fazê-lo à literatura não seria nada, uma vez que ela já fora concebida através do modelo. A linguisticização, porém, não aconteceria sem que um resíduo estético tivesse de ser reconduzido às suas definições. Como dissemos, a “função poética” domestica esse resíduo, tornando-lhe efeito de um jogo linguístico. Mais três implicações:

- 1) a crítica cedeu o primado à atividade da análise literária: da obra não se predica um valor primário, mas um sistema de signos a decodificar;
- 2) a definição substituiu o conceito, conforme o princípio da imanência da teoria;
- 3) o juízo crítico foi tomado como algo exterior à obra.

O argumento da neutralidade axiológica que é imputada às categorias analíticas³ concorre para a desestetização da relação primária com a obra. Ao mesmo tempo, porque a atividade judicativa não pode realmente cessar, ela reingressa no discurso crítico como resultante de uma síntese entre a análise literária e, *grosso modo*, algum horizonte normativo extrínseco (MOISÉS, 1969, 14 *ss.*). O que se esqueceu foi o juízo implícito à escolha de categorias, que adere ao objeto como sua sombra. Mas nessa ideia de “acrescer” um juízo à operação instrumental, o que se tem é apenas um enxerto temático; mais tarde, essa intenção temática constituir-se-ia uma tendência autônoma.

Se a definição operacionaliza a discussão literária porque secundariza interesses sociais imediatos, ela o faz ao assumir como seu único referente o sistema de que faz parte. Esse segundo fator é uma redução da complexidade do objeto,⁴ algo que a teoria crítica vê como sintoma da debilitação da experiência, da possibilidade de ir até a coisa.

³ Wellek e Warren (2003, p. 9): a compreensão empática e a fruição são “apenas condições prévias”. Também Antonio Candido (1996) parece não perceber que a “penetração empática”, além da metáfora falocêntrica, reproduz o dualismo diltheyano entre o método hermenêutico e o gênio interpretativo, a intuição particular, os quais por seu turno refletem na faculdade intelectual a divisão do trabalho e o processo de alienação – o sujeito interpretativo é estranhado do objeto, quer daquele em que ele empaticamente “penetrou” como daquele que é resultado de seu trabalho, que se verá à mercê de outra reelaboração *ad libitum*.

⁴ O teor empírico imanente ao conceito evoca relações sócio-históricas e leva a reflexões de ordem metafísica, ética, teológica, afins; no melhor dos casos, as reflexões formam uma constelação em torno da coisa, no pior, e mais geral, apagam-na. A definição é mais segura, porque é ou não funcional dentro de um plano estrito – no segundo caso, descarta-se. Porque um conceito vence a prazo, sua própria história se implica à da coisa, que assim toma parte na história. O que a lei da conexão de imanência da teoria literária, seguindo a linguística, conseguiu banir foi essa exterioridade do conceito, mas, com isso, ela

Quando há uma discrepância entre o indivíduo e a comunidade, as definições e o método substituem a inclinação particular por regras intersubjetivas, asseguradas pela estabilidade coletiva, e permitem, em amplo sentido, a comunicação. É esse o movimento que vai do paradigma fundado na experiência estética – a obra de arte não significa, ela é algo no mundo – para um fundado na leitura, na ideia de que uma obra é uma modalidade de mensagem. Mas se a definição, que é instrumental, se interpõe à experiência da coisa, ela provoca um curto-circuito, como se diz, o objeto vira a ilustração da teoria.

De outro modo: se a referência apaga o referente, então o sujeito que sobreviveu à depauperação que o método lhe obriga reconhece-o como incapaz de assimilar a vida do objeto, as transformações efetivas por que a cultura passa. Assim, ao mesmo tempo em que suas noções se consolidam como língua franca (DOSSE, 1997), surge a crítica ao estruturalismo. Aqui diríamos encenar-se o drama da assimetria entre o que a teoria assumiu saber e o que ela pressupôs que fosse a coisa a conhecer. Em sua variante epigonal, que começa (*avant les lettres*) com De Man e chega até nós mais ou menos imiscuída aos estudos culturais e à ingenuidade filosófica, o exílio do referente se faz acompanhar de um esforço de invocar ou contrabandear a dimensão estética – algo da ordem do irracional em meio à racionalidade. Nas condições atuais, tal como o juízo crítico se tornou função da análise quando a semiótica subsume o estético, de igual maneira a estética se torna função da crítica, empenhada em subverter não só o dualismo do signo e do sentido como também aquele que existe entre a teoria e a literatura.

Semiotização das Letras

A história da institucionalização da Teoria Literária é a de sua semiotização, de uma dissolução da estética na tendência semiótica. A princípio, a condição de constituir um saber autônomo da literatura foi livrá-la da dependência de outras disciplinas, postulando, seguindo a linguística, algo como a “literariedade” formal. No avanço da Teoria⁵ a forma foi semantizada e, certamente como consequência da debilitação do discurso filosófico, a ideia de “estética” foi reintroduzida como função da comunicação (BANN, 2004). Esse passo, originário do Círculo de Praga, marca a voga do estruturalismo e da pragmática nas Humanas, na França como nos Estados Unidos, numa reorientação geral para um âmbito linguístico-pragmático.⁶

Dessa época é a crítica à semiótica estruturalista. A assimetria entre a epistemologia e a ontologia, a excentricidade imputada à linguagem em sua relação com o mundo, deflagra uma violenta crítica ao reducionismo semântico no horizonte da equação entre cultura e comunicação. O primeiro estruturalismo fez da cultura a província do signo. O

abdicou da complexidade do objeto, que só o conceito sustentava: tudo o que uma definição mostra do texto é sua coordenada no sistema total das definições.

⁵ Embora a tendência à poética semântica esteja já em seus fundamentos, sendo a diferença fundamental entre o Círculo de Moscou e a OPOIAZ (*Obščestvo dlja izučeniya poètičeskogo jazyka*, Sociedade para o Estudo da Língua Poética), o qual não subscrevia a autonomia (STEINER, 2004), a intenção semiótica reforçar-se-ia com a disseminação do estruturalismo a outras disciplinas. Refere essa passagem Lubomir Dolezel: “Abandonando ‘a concepção metafísica e substantiva do belo’[...], Mukarovsky desenvolveu a estética como ‘uma parte da ciência geral dos signos, i. e. da *semiótica*’ (1990, p. 242; grifo do autor).

⁶ A Hermenêutica de H. G. Gadamer e Estética da Recepção na Alemanha, Semiótica da Escola de Tartu na Rússia, à mesma época.

segundo, contra a “objetividade” da estrutura, defendeu que a interdependência entre o enunciado e a enunciação ou, aqui, o texto e a leitura, promove a dispersão da semântica e desencadeia (o sonho ou pesadelo de) uma semiose infinita. Essa semiose se encontra tanto na impossibilidade do “significado transcendental” da Desconstrução quanto na ideia do antagonismo constitutivo das práticas de significação, como na noção de *intertextualidade*. Há nas duas versões da semiose uma passagem para a “polissemia” como valor constitutivo; o fetiche da autorreferência da mensagem poética contamina a linguagem como tal. Essa desmultiplicação não se opõe à arbitrariedade da relação entre o signo e o referente porque depende desse hiato mesmo; mais nostálgica que isso, ela é um sucedâneo da organicidade entre sentido e forma,⁷ já que ambos foram desmascarados como mistificação ideológica. Esse questionamento da validade da lógica do sentido não deixou imperturbada a sua gênese. Com o retorno do problema do referente, não do referente, mas do problema, também retornam as questões do valor e da subjetividade.

Não vale a pena adentrarmos nas questões epistemológicas (e *latu sensu* políticas) por trás da noção de textualidade, que cristaliza as disputas do período. Observamos, sumariamente, que o *texto* – pelo menos em sua feição crítica (MOWITT, 1992) – marca o retorno de uma certa ideia de *experiência* sem com isso ressuscitar um conceito instrumental de linguagem nem sacrificar a espontaneidade humana a uma noção mecanicista de estrutura. O que nos interessa é, a despeito dessas boas intenções, considerar a persistência da tendência semiótica nas Letras. Se o sentido é múltiplo, por que insistir em demonstrá-lo de novo e de novo? Se o sujeito produz o discurso de sua posição enunciativa, por que não fica afinal por lá? Parece que giramos em falso porque não sabemos como resolver a obliteração da obra em nome do produto hermenêutico final. Outra vez, fazemos três acusações:

- 1) o retorno do sujeito às discussões é fantasmático;
- 2) há uma ilusão de continuidade entre os fenômenos literários e sua apreensão;
- 3) há uma recrudescência dos formalismos.

O *shift* do enunciado à esfera enunciativa precisou formalizar a realidade empírica, a noção de “discurso” remetendo a isso.⁸ Aqui, como antes, a pergunta sobredeterminou a resposta: o paradigma apenas absorveu o sujeito, não se abriu às suas determinações qualitativas. Isso promoveu um retorno da dimensão axiológica como crítica temática, já que o sujeito se incluiu no enunciado como instância discursiva e isto implica um semanticismo *a priori*. Um reflexo disso hoje são os estudos dedicados à “figura do subalterno na obra de tal”, o velho “tema X na obra/gênero Y” sem que a especificidade da obra presida

⁷ Pode-se dizer que a imprecisão de “forma”, empregue como definição e critério judicativo e não como ponto de partida para a reflexão sobre a experiência estética, acompanhou e em parte cooperou com a inconsistência epistemológica da teoria literária (WEITZ, 1971).

⁸ Diana Luz Pessoa de Barros: “Os procedimentos de sintaxe do discurso já analisados permitem reconstruir a competência e a existência modal do sujeito da enunciação”, contudo, “não se trata [...] de analisar o ser ontológico. Pretende-se refazer os caminhos narrativos do destinador-manipulador e do destinador-julgador, assim como os percursos temáticos de produtor e de receptor-interpretante, *pelo recurso aos textos que formam o contexto do discurso em questão*. Revê-se o problema do contexto em termos de *relações intertextuais*” (2002, p. 140,142, grifos da autora). O que se entende pelo descarte do “ser ontológico” é sua comutabilidade com o “ser semiótico”, e do problema da cultura, senão mesmo da existência, com a intertextualidade.

o juízo de valor. Esse é um modo de ler, tem seu lugar à parte. Ao mesmo tempo, segue do apagamento da dimensão material da obra também uma revitalização do formalismo, em resposta às leituras de inclinação extrínseca. Sob a renovação do argumento da neutralidade e da objetividade do fato literário, contrabandeia-se uma versão estetizada da leitura literária: ou à maneira antiga da equação entre forma e arte ou à nova, entre linguagem e impossibilidade do significado derradeiro. Em grande medida recusando a reflexão sobre o próprio lugar enunciativo, duas situações prototípicas desse tipo de leitura desoneram o crítico do trabalho histórico e da seriedade judicativa: ou o texto é polissêmico *ad nauseam* ou autorreflexivo *ad absurdum*; crítica se confunde com a mensura dessas possibilidades. (Isso não é problemático, já que de um texto pode ser virtualmente extorquido qualquer sentido.) Nesses quatro casos – análise do discurso, estudos culturais, formalismo *old school* ou desconstrução-*kitsch* –, o que poderia ser uma *experiência literária* se perde em meio à denúncia, à avaliação, à procura do sentido ou à sua crítica. O literário é o suporte insubstancial da discussão.

Os estudos literários não são capazes de discutir o que não se reduza ao processo de significação; não obstante, não há apenas um esforço por tomar como significante todo e qualquer elemento da obra literária como também se pressupõe que um princípio de multiplicidade preside (ou aprisiona) a linguagem, a qual por seu turno contamina o referente e impede que qualquer consideração se faça sobre o que não caiu na imanência do sistema. Interpretar, no sentido geral de supor relações, é irreduzível; o problema é que a lei da conexão das categorias linguísticas se confunde à própria cegueira de que ela gostaria de livrar a discussões literárias.⁹ Noutras palavras, a significação parece surgir como critério somente onde a substância estética da obra já foi de fato deixada “fora do texto”.

Estética, não semiótica

Estética qualificaria propriamente a dialética entre o interesse opaco, mas imanente ao objeto, e o juízo que lhe faz justiça ao conferir-lhe o primado. A insolubilidade da questão – teoria ou literatura, semiótica ou estética – é útil se nos permite radicalizar outra postura. Até então dissemos que o nó conceitual entre referente, valor, sujeito e experiência foi reduzido ao problema do sentido do texto. Há alguma noção de linguagem que, sem se enredar na semiótica, possamos recuperar para os estudos literários?

Uma teoria crítica da linguagem parte, necessariamente, da dialética conforme a qual o erro propicia a verdade. Aqui devemos assumir que uma obra que vale a pena ser lida sempre apresenta uma resistência ao sentido, unívoco ou diferido. Essa resistência não surge como fracasso do sujeito em abarcar algo incomensurável com sua linguagem; ela se deve antes ao fracasso das obras para efetivarem seu teor de verdade, isto é, é essa insuficiência que dá a impressão de que a obra literária é uma “ilusão”, o que a estética romântica designava por “aparência”. A estratégia de difração semântica soa uma evasão a essa negatividade inerente à representação artística e uma tentativa de torná-la compa-

⁹ Num grau extremo, a ideia de textualidade/intertextualidade se confunde ao caráter compacto e absolutizado da própria sociedade, cuja injunção à participação coletiva pelo apelo à individualidade é seu modo mesmo de totalização. Textualidade é a comunicação social tornada *non plus ultra* da experiência humana, a tal ponto a recusa pela unidade de sentido é a recusa mesma de perceber o condicionamento social: o diferimento é o desespero de um mundo que já não pode esperar por algo que lhe seja radicalmente heterogêneo.

tível com as exigências sociais, as quais se multiplicam à medida da anexação dos seres humanos ao fluxo da comunicação.¹⁰ Restaurar o problema da verdade é a condição sem a qual a ideia de crítica linguística apenas repetirá o juízo do universal sobre o particular, reintroduzindo-o na cadeia da significação. O juízo crítico não deixa intocados nem a obra nem a si, põe à prova sua verdade.

Assim, a questão se aproxima do sujeito, já que *verdade* como resíduo “objetivo” da subtração da pessoa não é mais que letra morta, *código*. Para um sujeito que faz distinções qualitativas, a racionalização dos fatores e a determinação de bases sólidas para o pensamento só servem, como o erro à dialética, para propiciar ocasião de sua denúncia. O juízo crítico, em seu caráter reflexivo, define os critérios a partir da proximidade à obra, que se reivindicou autônoma em relação ao sistema; ele precisa da intuição não somente como momento primário, afetivo, mas como *órganon* de seu procedimento. Uma tal proximidade impede a formulação de uma metalinguagem. O que permite que o sujeito particular perceba a verdade da obra sem remeter a um método que legitime sua postura é o fato objetivo da vida coletiva da sociedade, que ele interiorizou através da cultura e da própria atividade, sobretudo a da crítica do conceito.¹¹ Longe de implicar a soberania do sujeito, senão sua autonomia relativamente à burocracia da inteligência, o que importa considerar aqui é que a condição primária da verdade estética não é a sofisticação analítica, mas a força de descentramento do sujeito perante a obra. O mediador só restitui a vida ao mediado, o sujeito ao objeto, como se propôs no contexto do Idealismo alemão, ao mergulhar nele; só em meio a essa relação desdobra-se o *teor de verdade*.

Os pressupostos do juízo estético são o sujeito entregue a si e a obra não reduzida a esquemas. A ideia de “linguagem literária” que comunica uma verdade não semântica só não recairá num positivismo ingênuo, no velho problema do referente, se seu afastamento da semiose for concomitante à sua persistência junto à obra. *Linguagem* assim é uma mediação que toma parte no que é mediado, linguagem que não veicula, mas que porta em si a verdade. Aquele vestígio estético do formalismo indicava a ideia de que se barrou algo que a obra põe no mundo, algo que surge através de sua própria construção – da qual são elementos a forma, a língua, o sentido, a ficcionalidade, o foco, a intenção, o programa gerativo de sentido, e o mais.¹² Entre os idealistas pós-kantianos, essa *verdade* comum à poesia e à filosofia é a Reconciliação, uma espécie de valor normativo (ou

¹⁰ A ideia de que o referente e a verdade são impossíveis, que com eles se pretende reafirmar o poder através da remissão à presença aqui e agora do sentido, é uma forma de deixar escapar o fato de que o outro da linguagem é já o texto absoluto da sociedade. Reconhecer não o entretencimento, mas a sobreposição da linguagem e das relações sociais seria reconhecer o emudecimento que cai sobre os homens sob efeito do encanto, a subjetividade cuja condição fantasmática precisa ser assegurada pela impossibilidade de que se fizesse outra coisa dos próprios homens e do mundo. Nesse sentido, a crítica filosófica principia pela denúncia da violência que as palavras sofrem.

¹¹ A teoria romântica da linguagem, ensaiada por von Humboldt e injustamente detratada por Volosinov (BAKHTIN, 2006) como algo que tinha no psiquismo individual seu valor limite, postula uma noção dialética de “universalidade”. Por oposição a um universal abstrato, uma “estrutura” que coordena todos os elementos particulares (como a *langue* de Saussure, *e.g.*), um universal *concreto* seria aquele que se determina pela inclusão em si do sujeito como ponto a partir do qual ele se percebe. A linguagem não é a abstração radical, mas o *medium* das inflexões de uma época.

¹² O modelo para essa verdade seria o da história potencial, como a *possibilidade* de que um evento rompesse o simples “ser assim e não de outro jeito”, o anseio por algo que se pusesse à prova naquele mundo de que a obra é a negação, mesmo quando não o intenciona. Algo dessa noção de verdade, apenas para ilustrar-lhe o teor, se deixa pensar junto à autoridade que Aristóteles confere à poesia em detrimento do

regulativo) conforme o qual o particular não é oprimido pelo universal, o indivíduo pelo coletivo, o objeto pelo sujeito, “uma igual cultura de todas as forças [...] universal liberdade e igualdade” (SCHELLING, 1991, p. 43).

A *verdade* seria a concretização desse potencial reconciliatório aqui e agora. Mas a insuficiência ontológica da literatura começa aí, no seu fracasso em produzir no mundo um estado diferente de coisas; de tentar realizá-lo a partir de sua própria imanência, e, no entanto, nada suscitar de diferente – como uma palavra mágica desencantada. A categoria estética do “Belo” foi já a cifra dessa reconciliação, como também a Natureza concebida como “virginal”; na arte moderna, a recusa à ideia de reconciliação ainda a mantém na qualidade de cifra. O *teor* de verdade das obras não é nenhuma essência transcendental, nada que esteja fora das próprias condições que possibilitariam sua emergência, nenhum significado, nem mesmo a reconciliação, mas a substância da experiência estética, daquilo que só surge como algo que já se perdeu. Essa substância é a aparição e a extinção súbitas da verdade prometida pela obra.

Assim, consideramos que:

- 1) a *literariedade* deve conceber-se como fenômeno estético, como *aparência*;
- 2) deve pensar-se historicamente, como a história de suas transformações;
- 3) sua linguagem deve ser tomada como não linguística, não semântica.

Na qualidade de um conceito, essa literariedade deve ser encarada sob o prisma da história. Afora o problema nominalista da literatura, isto é, o de uma de suas acepções designar qualquer conjunto de textos, é possível pensar que a predicação de *literária* a uma obra sem intenção estética *a priori* resulta de uma transformação por que tanto os conceitos (de arte, de literatura) como a obra passam, e isso reflete uma necessidade sócio-histórica ou irrupção daquela *verdade* potencial. Noutras palavras, uma obra se torna literária conforme ela pareça, hoje ou sob o prisma da reflexão estética, exprimir traços da reconciliação. Em função de sua historicidade própria, é claro, aquilo que se chama de reconciliação também deve ser a cada instante reconfigurado.

A linguagem da obra não é algo que se possa cindir das condições sócio-históricas da enunciação ou da memória social da arte; ela atua a partir das particularidades de seus momentos diversos, inscrevendo neles sua parte na história ao mesmo tempo em que lhes dá expressão. Considerar a linguagem literária como algo não linguístico seria a primeira forma de encarar uma obra, de modo a não soterrar sua expressão sob a impositação semântica. A ideia de uma expressão anterior à comunicação não pressupõe determinações subjetivas do conteúdo, como um afeto inexprimível, mas o caráter objetivo do próprio sujeito. A expressão de um enunciado toma parte na sua verdade na medida em que, confrontado com o estado do mundo, o anseio que o anima e de que extrai sua validade se veja confirmado ou não.

Então, qual é a natureza da linguagem, da linguagem do sujeito perante a obra, perante a promessa, necessariamente falhada, de reconciliação? É precisamente aquela que gostaria de mediar o particular inscrito com o universal, sem lhe tratar com hostilidade,

conhecimento histórico. Nossa intenção aqui não é extrapolar a interpretação da *Poética*, cuja discussão é hoje de somenos interesse.

sem lhe reconduzir ao sistema. Linguagem aqui é escrita. A função da crítica é, a partir de sua experiência, trazer à luz essa linguagem, e essa é toda a intenção estética da teoria.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da literatura*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1988 [1967].
- AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria da literatura*. São Paulo: Cultrix, 2004 [1967].
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BANN, Stephen. Semiotics. In: SELDEN, Raman (Org). *The Cambridge History of Literary Criticism*. Vol. 8: From Formalism to Poststructuralism. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 85–109.
- BARROS, Diana Luz Pessoa De. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 1996 [1967].
- DE MAN, Paul. *The resistance to theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.
- DOLEZEL, Lubomir. *A poética ocidental: tradição e inovação*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.
- DOSSE, François. *History of Structuralism: the Rising Sign, 1945-1966*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- EIKHENBAUM, Boris et al. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Response: an end to literary theory. *Journal of Literary Theory*, v. 1, n. 1, p. 212–16, 2007. Disponível em: <<http://www.jltonline.de/index.php/articles/rt/printerFriendly/60/248>>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- JIRMUNSKI, Viktor. Sobre a questão do “Método Formal.” In: EIKHENBAUM, Boris, et al. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOISÉS, Massaud. *A Análise Literária*. São Paulo: Cultrix, 2005 [1969].
- MOWITT, John. *Text: the Genealogy of an Antidisciplinary Object*. Durham, NC: Duke University Press Books, 1992.
- POMORSKA, Krystyna. *Formalismo e Futurismo: a teoria formalista russa e seu ambiente poético*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph von. O “programa sistemático”. In: *Friedrich von Schelling. Obras Escolhidas*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- STEINER, Peter. Russian Formalism. In: SELDEN, Raman (Org.). *The Cambridge History of Literary Criticism – Vol. 8: From Formalism to Poststructuralism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- TAGLIAFERRI, Aldo. *Estética do Objetivo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

WARREN, Austin; WELLEK, Renê. *Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEITZ, Morris. The content of form: a commentary. *New Literary History*, v. 2, n. 2, p. 351–56, 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/468608>>. Acesso em: 29 abr. 2014.